UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

**Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros
de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros
de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**

André Figueiredo Rodrigues

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

São Paulo
2008

Aos meus pais,
Solange e Roberto,
que vivenciaram, com paciência e carinho, o desenvolver desta Tese.

Agradecimentos

Durante quatro anos de pesquisa e redação desta Tese contei com variadas manifestações de apoio, direta ou indireta, de uma série de pessoas e instituições, a quem não posso deixar de agradecer.

À minha orientadora, Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, com quem aprendi a gostar da história de Minas Gerais e de duvidar de assuntos clássicos da Conjuração Mineira. Em todas as fases de minha trajetória acadêmica, desde a Iniciação Científica, passando pelo Mestrado e no Doutorado, ela esteve presente, incentivando-me e cuidadosamente encaminhando este trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me concedeu bolsa de financiamento de estudos por três anos. Sem ela, não poderia realizar o trabalho de pesquisa e o cumprimento dos créditos do doutoramento.

Aos funcionários do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História, da Cátedra Jaime Cortesão e da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, gostaria de externar o meu muito obrigado.

Aos professores Vera Lúcia Amaral Ferlini e Pedro Puntoni pelas preciosas observações e sugestões no exame de qualificação.

Às Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, na pessoa de sua diretora Profa. Dra. Aparecida Najjar, pela concessão de três anos de licença e, em especial, a minha coordenadora do curso de Letras, Deise Mara Ramos Pombo, e a coordenadora pedagógica, Maria Aparecida Cabrera.

Devo um agradecimento especial aos funcionários das instituições arquivísticas que me acolheram, sendo sempre atenciosos e solícitos. No Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN – Minas Gerais), em São João del Rei, contei com a ajuda de seu diretor, Jairo Braga Machado, sempre disposto a oferecer as melhores condições de trabalho aos pesquisadores, além de grande interlocutor de trechos desta pesquisa. Nesta Instituição, pude contar, ainda, com a prestimosa ajuda de Marizélia Gontijo.

Na Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, onde pesquisei a documentação camarária da vila de São João del Rei, recebi o carinho e o incentivo de todos os seus funcionários.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, do Centro de Estudos Mineiros (UFMG), do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / Casa dos Contos, do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência / Casa do Pilar, do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, agradeço a ajuda e o incentivo.

Sou grato à amizade e aos incentivos históricos proporcionados pela amiga Cristina Souza Krauss Serrano, ao me convidar para participar da VII Semana de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e de várias atividades e jornadas acadêmicas na terra onde Alvarenga Peixoto apaixonou-se por Bárbara Eliodora. Ainda em São João, agradeço ao Márcio José Geraldo, Eduardo Junqueira Maciel, Lorn dos Anjos Rodrigues, Lidiane Santos e aos préstimos de Fernanda Maria Almeida Meirelles Valias em localizar e me enviar cópia digital dos livros – *Obras*, do dramaturgo Jean Baptiste Racine, e *A religião*, de Louis Racine, pertencentes à livraria do inconfidente José de Resende Costa, o filho.

No Rio de Janeiro, agradeço ao carinho e as palavras de incentivo do grande amigo Francisco Eduardo Alves de Almeida, que ajudou a tornar menos árida minha estada na Cidade Maravilhosa. Ao lado de sua esposa Maria Helena Neiva de Almeida, e de suas duas filhas, adotou-me como membro de sua família. Foram vários os dias e finais de semana que passamos juntos. Agradeço, também, a Antônio Fernandes Neiva e Maria José Lisboa Neiva, os pais de Maria Helena, e a dona Deise Faria Alves de Almeida, a mãe do comandante Alves de Almeida, que, também, me acolheram carinhosamente em suas casas.

Pela amizade e companheirismo, Francisco Eduardo Alves de Almeida viabilizou-me o acesso ao Serviço de Documentação da Marinha (SDM), proporcionando-me a discussão, durante os vários almoços que participei no SDM, de temas ligados à história. Nesta Instituição, fui carinhosamente recebido pelo vice-almirante Armando de Senna Bittencourt, assim como por Hideo de Oliveira Myoschi, Alexandre Sovieiro, Edina Laura Nogueira da Gama, Rosângela Cunha, Mônica Hartz Oliveira Moitrel, Ivone Maria de Lima Camillo, Maria da Glória de Santana Silva, Carlos

André Lopes da Silva, Mirian Benevelute Santos, José Carlos de Araújo Neto, Mara Cristina Soares de Mello e pelos sargentos e praças que lá trabalham. Ao senhor Néelson Jorge Francisco agradeço a cópia em papel de documentos microfilmados.

Devo a capitã-de-fragata Mônica Moitrel e ao capitão-tenente Carlos Lopes minha apresentação a Mauro Lerner Markowski, coordenador da Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional, e a Sandra Silva Pinto, responsável pela Coordenação de Documentos Escritos. A eles agradeço a autorização para consultar o Fundo 3A – “Libelos cíveis e formal de partilhas”, da Coleção Inconfidência Mineira. No Arquivo Nacional contei, ainda, com a ajuda do Sátiro Nunes ao possibilitar-me o acesso à versão manuscrita dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Agradeço, também, aos demais funcionários pelo simpático atendimento.

Ao amigo José Carlos de Araújo Neto exteriorizo meus agradecimentos pela amizade, ajuda e por várias vezes disponibilizar seu computador no SDM.

Na Fundação Biblioteca Nacional agradeço a todos os funcionários que me receberam com atenção.

Agradeço ao professor Douglas Cole Libby o acesso ao *Rol dos confessados da freguesia de Santo Antônio da vila de São José, de 1795*, do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

Aos amigos Fábio Duarte Joly, Márcio Jardim, Paulo Gomes Leite, Grazielle Bezerra, Eliane Veiga Porta, Jorge Miklos e aos professores Luiz Carlos Villalta, Eduardo França Paiva, Júnia Ferreira Furtado, Angelo Alves Carrara, Cecília Helena de Salles Oliveira e Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, que me indicaram textos e/ou discutiram trechos da Tese.

Ao Roberto Sanches Simões devo agradecimentos especiais por arrumar, constantemente, meu computador e imprimir textos e relatórios da FAPESP. Agradeço, também, aos funcionários do CPD da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, pelos constantes apoios computacionais.

A amiga Adriana Conceição Pellegrini Bauer agradeço as palavras de incentivo e os retoques gramaticais. Naturalmente, sou o único responsável pelo que está escrito nela. Ao seu marido, José Renato Chila Bauer, devo os ajustes no desenho dos organogramas e no de algumas imagens que ilustram esta Tese.

E, por último, a Patricia Vazquez, pelo inestimável carinho, amor e incentivo.

Resumo

Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

Esta Tese propõe-se a investigar os seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, ao reconstituir a trajetória de sete sediciosos (Carlos Correia de Toledo e Melo, Luís Vaz de Toledo Piza, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, Manuel Rodrigues da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e José de Resende Costa) que tiveram seu patrimônio listado nos Autos de Seqüestro originais da Conjuração Mineira. Para isto, iniciamos o primeiro capítulo reconstituindo a trama jurídica do processo de devassa, aberta para julgar o crime de Inconfidência, e os seqüestros de bens como fontes de pesquisa. O capítulo seguinte é dedicado ao estudo das relações agrícolas e pastoris nas propriedades dos inconfidentes. Nele, por meio dos seqüestros e de documentos correlatos ao processo da devassa, discutiremos a posse da terra e os indícios de práticas agrícolas e de criação de animais nas fazendas inconfidentes. No terceiro capítulo, estudaremos as técnicas de exploração do ouro e a presença dos escravos nas suas propriedades. Por último, analisaremos a cadeia de endividamento e de crédito que estruturava a vida e o relacionamento dos sediciosos, buscando-se compreender a dinâmica dessas relações, sua difusão e as práticas quanto ao dar e no receber crédito.

PALAVRAS-CHAVE: Seqüestro de bens, Conjuração Mineira, Sonegação, Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes.

Abstract

An economic study of the Conjuração Mineira: an analysis of the distresses inflicted on the conjurators of Rio das Mortes district

This thesis investigates the distresses inflicted on the conjurators of Rio das Mortes district, Minas Gerais, on the second half of the 18th century. It reconstructs the trajectories of seven of them (Carlos Correia de Toledo e Melo, Luís Vaz de Toledo Piza, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, Manuel Rodrigues da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, and José de Resende Costa), whose estates or properties have been listed in the original distress acts of the Conjuración. The first chapter reconstructs the juridical context of the judicial contest and the subsequent distresses inflicted on the conjurators. The second chapter deals with the types of land property and economy at the conjurators' estates, predominantly based on agriculture and cattle ranching. The third chapter explores the mining techniques and the presence of slaves at these estates. The final chapter analyzes the debt/credit circuit which determined the way of life and social relationships between the conjurators.

KEYWORDS: Distress, Conjuração Mineira, Concealment, Minas Gerais, Rio das Mortes District.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPAS

1	Principais fazendas dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	4
2	Limites espaciais de duas sesmarias	91

FIGURAS

1-4	Livros que pertenceram ao inconfidente José de Resende Costa, o filho, doados à Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida	44
5	Primeira página do Auto de Seqüestro de Alvarenga Peixoto	53
6	Primeira página do Auto de Seqüestro de José de Resende Costa	53
7	Primeira página do Auto de Seqüestro do padre Toledo	53
8-9	Folha de rosto e página de Apresentação da dívida, do Libelo Cível de Luiz Antônio da Silva pelos bens seqüestrados a Alvarenga Peixoto	67
10	Casa em que residiram os inconfidentes José de Resende Costa, pai e filho, no arraial da Laje	96
11-12	Área onde se localizava a casa-sede da fazenda da Ponta do Morro, de Francisco Antônio de Oliveira Lopes	102
13-14	Fazenda da Laje, do inconfidente Francisco Antônio	104
15-16	Casa em que residiu Francisco Antônio e sua esposa Hipólita Jacinta, no arraial de Prados	106-7
17	Casa doada, em 1788, por Francisco Antônio ao padre João de Melo Costa, no arraial de Prados	107
18-20	Casa-sede da fazenda da Borda do Campo	113-4
21	Sobrado em que residiu, por alguns meses, Bárbara Eliodora, em Campanha	123
22	Rosário usado no esgotamento da água infiltrada na lavra	160
23	Desenho de um cerco no leito de um curso d'água	172
24	Casa em que residiu o padre Carlos Correia de Toledo, na vila de São José	220
25	Casa do padre Carlos Correia de Toledo, em Resende Costa	220
26-27	Contrato de casamento de Francisca Cândida de Resende com Gervásio Pereira de Alvim (1791)	241

LISTA DE TABELAS

1	Correspondências ativas e passivas pesquisadas de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora	19
2	Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791	54
3	Seqüestros contra os inconfidentes em Minas Gerais	74
4	Seqüestros contra os inconfidentes no Rio de Janeiro	75
5	Bens de raiz seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	94
6	Sesmarias doadas à família do inconfidente José de Resende Costa	100
7	Rendimentos da aguardente e do açúcar produzidos na fazenda Engenho dos Pinheiros, de Alvarenga Peixoto (1791 / 1792 / 1796-1798)	128
8	Roças e produtos agrícolas seqüestrados aos inconfidentes do Rio das Mortes	132
9	Utensílios e benfeitorias relacionados à produção agrícola seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	133
10	Produção de mantimentos na roça da Boa Vista, de Alvarenga Peixoto, de 1796 a 1798	137
11	Conversão de alqueire para litros e quilos	138
12	Rendimentos da fazenda da Borda do Campo, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	142
13	Rendimentos da fazenda da Mantiqueira, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	143
14	Rendimentos da fazenda do Confisco, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	143
15	Rendimentos da fazenda do Engenho, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	144
16	Rendimentos das fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, de José Aires Gomes (1791 a 1796)	144
17	Diário nº 1 – Fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	145
18	Diários nº 2 ao 8 – Fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, de José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)	145
19	Animais seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	146
20	Rendimento do gado vacum pertencente ao seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1793-1795 / 1801-1802)	148
21	Utensílios, aparelhos e instrumentos de ferraria seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	156
22	Rendimento das lavras da fazenda Ponta do Morro, de 1791 a 1804	163

23	Datas minerais seqüestradas a José de Resende Costa, em 1793	164
24	Títulos de terras minerais seqüestradas a Inácio José de Alvarenga Peixoto, em 1789	170
25	Recibos da arrematação feita por João Rodrigues de Macedo referente aos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto	183
26	Evolução da dívida e amortizações da conta de João Rodrigues de Macedo pela arrematação dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto, de 1795 a 1812	185
27	Rendimentos obtidos por Bárbara Eliodora nas apurações de algumas de suas lavras, 1790-1792 / 1796-1801 / 1812-1819	189
28	Escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	190
29	Origens dos escravos apreendidos pela devassa aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	192
30	Faixa etária e distribuição sexual dos escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	194
31	Laços familiares entre os escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	196
32	Partilha dos escravos pertencentes ao tenente-coronel José Lopes de Oliveira (14 de setembro de 1790)	205
33	Plantel escravista de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)	207
34	Laços familiares entre os escravos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)	208
35	Escravos pertencentes a Ana Alves Preto, esposa do capitão José de Resende Costa, listados no <i>Rol dos Confessados</i> , da freguesia de São José (1795)	214
36	Cartas de crédito seqüestradas aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	225
37	Cartas de crédito e seus devedores principais seqüestrados ao inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789)	226
38	Prestação de contas do fiel depositário Pedro Joaquim de Melo dos bens seqüestrados a Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1811)	234
39	Cartas de crédito e seus devedores seqüestrados ao inconfidente Manuel Rodrigues da Costa (1791)	237
40	Cartas de crédito e seus devedores seqüestrados ao inconfidente José de Resende Costa (1791)	237
41	1º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao inconfidente José de Resende Costa	244
42	2º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao inconfidente José de Resende Costa	245
43	3º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao inconfidente José de Resende Costa	246
44	Cartas de crédito e seus devedores principais seqüestrados ao inconfidente José Aires Gomes (1791)	247
45	Ações de cobrança judicial contra o inconfidente José Aires Gomes	251
46	Resumo da conta apresentada por Alvarenga Peixoto para a guerra no sul do Brasil (1777)	269

LISTA DE ORGANOGRAMAS, QUADROS E GRÁFICOS

ORGANOGRAMAS

1	Estrutura de um Libelo Cível	66
2	Estrutura de um Auto de Partilha	70
3	Estrutura de um seqüestro	73
4	Proprietários e cartas de sesmaria da fazenda da Borda do Campo	111

QUADROS

1	Justificativas apresentadas por Hipólita Jacinta dos escravos omitidos no seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes	204
2	Plantel escravista de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)	207
3	Situação financeira da casa de Alvarenga Peixoto (1771 / 1775-1789 e pós-1790)	282

GRÁFICOS

1	Serviços apurados por Bárbara Eliodora e Macedo, em 1798, na lavra das Cabras	177
2	Apurações de Bárbara e Macedo na cata das Cabras, de 1797 a 1801	178
3	Contabilidade da Boa Vista, de Bárbara Eliodora (1812 a 1819)	187
4	Origens dos escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes	191
5	Movimentação contábil da casa de Alvarenga Peixoto (1771 / 1775 – 1789)	260

LISTA DE ABREVIATURAS

1-) de Fontes Arquivísticas:

ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
AHMI	Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência / Casa do Pilar
ANRJ	Arquivo Nacional – Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
AHET/IPHAN-MG/SJDR	Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Minas Gerais / São João del Rei

2-) de Documentos:

ADIM	Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (edição impressa)
AHU/MAMG	Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Fundo do Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ/ADIM-C5	Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Códice 5: Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes. Fundo do Arquivo Nacional
ANRJ/CIM	Coleção Inconfidência Mineira. Fundo do Arquivo Nacional
APM/AVC	Seção Avulsos da Capitania. Fundo do Arquivo Público Mineiro
APM/CC	Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Fundo do Arquivo Público Mineiro
APM/CI	Coleção Inconfidentes. Fundo do Arquivo Público Mineiro
APM/SC	Seção Colonial. Fundo do Arquivo Público Mineiro
APM/SP	Seção Provincial. Fundo do Arquivo Público Mineiro
BMBCA/ACMSJDR	Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida. Fundo do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei
CEM-UFGM/AFA/PF	Acervo da Família Andrada. Propriedade da Família. Fundo custodiado no Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais
FBN/CC	Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Fundo da Fundação Biblioteca Nacional
FBN/CIM	Coleção Inconfidência Mineira. Fundo da Fundação Biblioteca Nacional
FBN/CT	Coleção Tiradentes. Fundo da Fundação Biblioteca Nacional

CRITÉRIOS UTILIZADOS NAS TRANSCRIÇÕES

Com o objetivo de tornar a leitura e a compreensão dos excertos documentais transcritos mais fluentes, utilizamos os seguintes critérios na atualização ortográfica:

1. as abreviaturas foram desdobradas, como nos seguintes casos: *com^{ca}* = *comarca*; *Roiz* = *Rodrigues*; *F^{da} R^l* = *Fazenda Real*, etc.;
2. as interpolações no interior do texto do documento foram utilizadas com a finalidade de acrescentar palavras para facilitar a compreensão. A nossa interferência está registrada entre colchetes [   ];
3. foram atualizados ortograficamente arcaísmos como *hera* = *era*; *dous* = *dois*; *Corrêa* = *Correia*; *Menezes* = *Meneses*; *Joze*, *Jozé* = *José*; *Ayres* = *Aires*; *Ignacio* = *Inácio*;
4. nos títulos das obras e dos documentos citados em notas de rodapé foram preservados a ortografia e a pontuação originais como aparecem nas fontes bibliográficas. Por exemplo: *Festa do despotismo (supplicio de Tiradentes)* (1ª nota, do capítulo I);
5. o emprego de iniciais maiúsculas, sobretudo nos casos de referência política e militar, etc., foi atenuado, buscando-se maior uniformização gráfica, como no caso de *Visconde de Barbacena* = *visconde de Barbacena*;
6. grafias relativas aos valores monetários da época foram mantidas, por não afetarem a leitura e por se referirem a fatos próprios da época, como, por exemplo, *152\$000 réis* = *152 mil réis*;
7. a pontuação original foi modernizada, quando comprometia a compreensão do texto.

SUMÁRIO

Agradecimentos	iv
Resumo	vii
Abstract	viii
Lista de Mapas e Figuras	ix
Lista de Tabelas	x
Lista de Organogramas, Quadros e Gráficos	xii
Lista de Abreviaturas	xiii
Critérios utilizados nas transcrições	xiv
INTRODUÇÃO	
1 – O tema	2
2 – Os personagens e os problemas de pesquisa: breves notas biográficas	6
3 – As fontes, a pesquisa e a metodologia	15

CAPÍTULO I

Tramas, devassas e documentos: os seqüestros de bens como fontes de pesquisa para o estudo da Conjuração Mineira

1 – O processo jurídico da devassa	25
2 – As fontes sobre a Conjuração Mineira	34
3 – Os seqüestros de bens na historiografia	41
4 – Os seqüestros de bens como fonte de pesquisa: limites e possibilidades	55

CAPÍTULO II

As relações agro-pastoris nas propriedades dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

1 – A posse da terra	90
2 – Indícios de práticas agrícolas nas fazendas dos inconfidentes	121
3 – A pecuária	146

CAPÍTULO III

A mineração e a escravidão nas propriedades inconfidentes

1 – A mineração nas propriedades inconfidentes	155
2 – Os escravos nas propriedades dos inconfidentes	190
3 – Os escravos e alguns casos de sonegação nos Autos de Seqüestro	202

CAPÍTULO IV

Créditos e endividamentos

1 – Os créditos	224
2 – As dívidas: motivos e difusão de empréstimos à casa de Alvarenga Peixoto	258

CONSIDERAÇÕES FINAIS	290

Fontes

1 – Fonte Manuscrita	303
2 – Fonte Impressa	309

Bibliografia	312

Instrumentos de Pesquisa / Obras de Referência	335

Introdução

1.

O tema

A idéia desta Tese surgiu, há alguns anos, durante a realização de nossa dissertação de mestrado sobre a ocupação e a posse de terras na freguesia da Borda do Campo, comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, durante o século XVIII.¹ Ao optar pela reconstituição da trajetória de José Aires Gomes, o maior proprietário de terras da região, deparamo-nos com os Autos de Seqüestro de bens dos réus indiciados na sedição que se pretendia arquitetar em Minas Gerais, no ano de 1789, denominada Inconfidência Mineira.²

Dos 13 seqüestros de bens originais e inéditos que localizamos em arquivos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, detalhamos o de José Aires Gomes em nossa pesquisa anterior. Pela listagem de seus bens, teve quantificado 1.976 pertences, excluindo-se as oitavas de ouro e as de prata seqüestradas. A maior avaliação de bens entre os inconfidentes coube ao poeta, fazendeiro e ex-ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto, pouco mais de 84 contos de réis, com 456 pertences seqüestrados. O coronel Aires Gomes teve o segundo maior número de escravos confiscados, o maior número de cabeças de gado, de ferramentas, de utensílios domésticos, de bens móveis, de toucador, de oitavas de prata e a segunda maior quantidade de terras (a devassa seqüestrou-lhe oito propriedades, mas possuía mais de vinte, além de inúmeras cartas de sesmaria).

Em seu Auto de Seqüestro, localizamos listagens contendo os rendimentos agrícolas e mineratórios das fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, suas principais herdades, elaboradas de 1791 a 1796, no período em que ficaram seqüestradas pela devassa. O livro contábil da fazenda da Borda do Campo aponta a existência de plantações de milho, feijão e arroz. As duas últimas culturas foram “esquecidas” pelos inquiridores, quando foram vistoriar e anotar o que vissem naquela propriedade. Esses produtos agrícolas não apareceram

---

¹. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

². A palavra “Inconfidência” tem sido utilizada pela historiografia para caracterizar os movimentos de contestação ao poder português na América em fins do século XVIII. Esse termo associa-se à idéia de falta de fidelidade, traição ao soberano ou ao Estado. O vocábulo “Conjuração”, menos ofensivo ao ato político incorreto, representa melhor a perspectiva dos colonos, levados a conspirar contra o governo ou autoridade estabelecida em defesa de seus interesses.

indicados no seqüestro publicado nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM), tanto na sua primeira edição, iniciada em 1936 e concluída em 1938, quanto na segunda, de 1976 a 1983. A soma dos rendimentos agrícolas das quatro fazendas, naquele espaço de tempo, foi de 7:157\$064 réis.

Por lei, todos os bens que pertençam à pessoa presa deviam ser apresentados, por meio do seqüestro. Aparentemente, os inquiridores da devassa buscaram realizar tal tarefa. A historiografia reteve a idéia de que os seqüestros representavam um instantâneo verdadeiro de todos os bens pertencentes aos inconfidentes no momento de sua prisão e que a listagem publicada nos ADIM indicaria esse patrimônio.

Em nossa dissertação indicamos que essas opiniões eram passíveis de críticas. O seqüestro original de José Aires Gomes, custodiado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), está listado em 960 fólios. Nos ADIM, este mesmo seqüestro aparece impresso em apenas 30 páginas. Indicamos que parte de seu patrimônio foi negligenciado e, pelo exemplo, percebemos que, pouco ou quase nada, se sabia sobre os conteúdos dos Autos de Seqüestro originais. Por isso, aguçada a curiosidade, as interrogações precipitavam-se: o seqüestro listado pelos Autos de Devassa indica realmente o patrimônio do conjurado? Será que houve bens propositadamente omitidos? Tidos pela historiografia como homens ricos, suas fortunas foram abaladas pelo confisco de bens realizado pela devassa? Ou ainda: o que os seqüestros revelam sobre os destinos das famílias dos revoltosos? Os documentos impressos nos ADIM representam verdadeiramente os documentos existentes na coleção manuscrita custodiada e dispersada pelos arquivos brasileiros e portugueses? O que lemos na versão impressa dos ADIM assemelha-se ao encontrado nas versões manuscritas? Afinal, o que são e o que efetivamente contêm os Autos de Seqüestro originais?

As perguntas, a partir desse momento, começaram a ser investigadas. Lançamo-nos na história e na reconstituição dos seqüestros, a fim de perceber se o que ocorreu com o seqüestro da personagem Aires Gomes se repetiria com outros mais.

Conduzida pelas interrogações acerca dos bens seqüestrados, a pesquisa procurará verificar quais eram as relações entre os inconfidentes, tendo em vista seus bens pessoais, e o estado português. Com destaque para a comarca do Rio das Mortes, analisaremos o envolvimento dos sediciosos daquela região na exploração e acumulação de riquezas, recuperando seus processos de diversificação produtiva. Conforme análise dos Autos de Seqüestro, alguns dos principais envolvidos na Inconfidência exerciam atividades múltiplas em suas propriedades, conjugando

práticas agrícolas com explorações minerais e criação de animais. A partir da avaliação da estrutura de posse dos conjurados (e aqui nos deteremos particularmente nos seqüestros de José Aires Gomes, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, José de Resende Costa, Manuel Rodrigues da Costa e Carlos Correia de Toledo e Melo) pode-se afirmar a tese da heterogeneidade dos revoltosos, em termos econômicos, como estudado por Kenneth Maxwell, João Pinto Furtado e, por nós, em nossa dissertação de mestrado.³

MAPA 1 – Principais fazendas dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

No mapa indicam-se as principais propriedades agrário-pastoris dos inconfidentes Alvarenga Peixoto (Fazendas Engenho dos Pinheiros, da Boa Vista e Paraopeba), Francisco Antônio de Oliveira Lopes (Fazenda da Ponta do Morro), José de Resende Costa (Fazenda da Boa Vista dos Campos Gerais da Laje), padre Carlos Correia de Toledo (Fazenda da Laje), padre Manuel Rodrigues da Costa (Fazendas do Registro Velho e Tapera) e José Aires Gomes (Fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Engenho e João Gomes).

Fonte: Adaptado de: BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 37 (mapa 1); BARREIROS, Eduardo Canabrava. Área geográfica da Inconfidência. In: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1983, v. 3, encarte entre as páginas 18-19.

³. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. 3. ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Por meio dos seqüestros e de documentos primários correlatos, como ações de cobrança judicial, cartas de sesmaria, correspondências, atestados, listagens de créditos, inventários *post-mortem* e testamentos, será possível inquirir as fontes e conhecer quem eram, dentre os sediciosos, os agentes e controladores de algumas das variáveis da economia mineira, bem como ao tipo de interesse que podiam estar associados. Quais as expectativas econômicas, e por que não dizer, políticas, que poderiam advir de diferentes inserções desses homens no cenário produtivo de Minas Gerais? Em quais relações econômicas se envolveram e se articularam? Enfim, como os inconfidentes constituíram o patrimônio que seria seqüestrado pela devassa? O tema desta Tese será, portanto, a reconstituição deste patrimônio, que se encontra listado nos Autos originais de Seqüestro da Inconfidência Mineira.

Para recompor os bens apreendidos pela devassa analisaremos a conduta da vida privada, familiar e profissional dos sete sediciosos da comarca do Rio das Mortes, mediante a história das famílias, dos casais, dos filhos, dos seqüestros e da sonegação.

2.

Os personagens e os problemas de pesquisa: breves notas biográficas

Dos 24 inconfidentes julgados e condenados, escolhemos sete como personagens deste estudo: todos moradores da comarca do Rio das Mortes, grandes proprietários de terras e de escravos, pertencentes as mais importantes famílias da região e, também, que tiveram seus seqüestros de bens originais e inéditos localizados.

- Luís Vaz de Toledo Piza

Muito pouco se conhece sobre a biografia de Luís Vaz. Sabemos que nasceu em Taubaté, na capitania de São Paulo, em agosto de 1739, sendo seus pais Timóteo Correia de Toledo e Úrsula Isabel de Melo. O pai, após enviudar, ordenou-se padre e foi vigário em Pindamonhangaba. Tinha como irmãos o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, também envolvido na Inconfidência, o padre Bento Cortês de Toledo, o padre Antônio de Melo Freitas (franciscano que vivia no Rio de Janeiro e recebeu no convento o nome de frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho), Joaquim José Osório de Toledo, Mariana de Toledo, Ana Maria de Toledo e Ângela Mariana de Toledo.⁴

Na época da repressão aos inconfidentes, em 1789, Luís Vaz morava na vila de São José del Rei, atual Tiradentes, era casado com Gertrudes Maria de Camargo, mulher sem instrução, e tinha sete filhos: Maria, de 22 anos de idade, Eulália, de 21 anos, Escolástica, de 17 anos, Timóteo, de 8 anos, Carlos, de 5 anos, Bonifácio, de 3 anos e Umbelina, de 2 anos.⁵

---

⁴. As melhores notas biográficas sobre Luís Vaz de Toledo Piza podem ser lidas em: SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972, p. 197-200; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota biográfica ao Apenso III: Auto de perguntas feitas ao sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. In: ADIM, v. 2, p. 104; CAMARGO, Odecio Bueno de. Paulistas na Inconfidência Mineira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 104, p. 29-56, 1945, p. 38-44; JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 184-187.

⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 35, fl. 5 – Estado das famílias dos réus seqüestrados: Luís Vaz de Toledo Piza, por Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho.

Quando foi preso, em 24 de junho de 1789, exercia o ofício de juiz dos órfãos da vila de São José e era, ainda, sargento-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar de São João del Rei, comandado pelo coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Ele teve seqüestrado 37 escravos, três serviços minerais e 17 utensílios de exploração aurífera. De sua casa e do universo produtivo de suas unidades escravistas, nada se conhece em detalhes. O seqüestro de seus bens, e sua correspondente avaliação, foi publicado no sexto volume dos ADIM.

Na historiografia, João Pinto Furtado foi o único pesquisador, até o presente momento, a apresentar informações sobre o patrimônio de Luís Vaz.⁶ Como veremos nos capítulos seguintes, os dados quantitativos apresentados por esse autor não condizem plenamente com a realidade dos seqüestros empreendidos a família. Por ele somente apresentar esses dados, sem analisá-los, continuamos a desconhecer a origem de seu patrimônio seqüestrado pela devassa. Mediante análise dos Autos originais de Seqüestro, é possível desvendar a constituição de seus bens e a maneira como os gerenciava antes de se envolver na Conjuração Mineira. O destino daquele patrimônio, após o final da repressão aos inconfidentes, em 1792, com o cumprimento da sentença condenatória, é totalmente desconhecido.

- Carlos Correia de Toledo e Melo

O padre Carlos Correia de Toledo e Melo, filho primogênito de Timóteo Correia de Toledo e sua mulher Úrsula Isabel de Melo, nasceu, em 1736, em Taubaté. Aos 45 anos de idade, depois de viver em Lisboa, foi nomeado vigário da vila de São José del Rei.⁷ Tomou posse do cargo, em 7 de março de 1776, em Portugal, perante o bispo dom Bartolomeu, em cumprimento à Carta Régia de três dias antes. Em 13 de abril de 1777, na Igreja Matriz e paróquia de Santo Antônio, em São José, foi investido no efetivo exercício do cargo, sucedendo ao interino, padre Luís Vieira da Silva, seu companheiro no levante mineiro.⁸

---

⁶ FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105; 110. Este autor informou que o patrimônio do conjurado era composto por um bem de raiz (2,72%), 17 utensílios/ferramentas (7,81%) e 17 escravos (89,47%).

⁷ Sobre o padre Carlos Correia de Toledo, conferir: SANTOS, Lúcio José dos. op. cit., p. 170-175; CAMARGO, Odecio Bueno de. op. cit., p. 44-52; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 290-295; RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 162-168, e a bibliografia ali citada e discutida.

⁸ AHU/MAMG, cx. 109, doc. 59 – Requerimento do padre Carlos Correia de Toledo e Melo, provido na Igreja de Santo Antônio, da vila de São José do Rio das Mortes, pedindo alvará de mantimento. 22/06/1776.

Ao ser preso em 1789, o padre Toledo teve apreendido pela devassa cinco propriedades e duas moradas de casa, sendo uma delas localizada na vila de São José, atual Museu Padre Toledo, na Rua do Sol; uma fazenda no arraial da Laje, com casas, moinho e engenho, e um serviço mineral na Aplicação de São Tiago, em sociedade com o doutor Manuel Rodrigues Pacheco Moraes. Além destes bens de raiz, teve, ainda, seqüestrado 31 escravos, 37 ferramentas minerais e 6 utensílios agrícolas.

Pelo seqüestro de seus bens ser publicado é-nos permitido saber que ele pedia emprestado dinheiro dos cofres do Juízo dos Órfãos e Ausentes, na época, administrado por seu irmão Luís Vaz. A avaliação de seu patrimônio, também foi publicada no sexto volume dos ADIM. Como no caso do seqüestro de seu parente, não existem análises qualitativas das produções agrícolas e das extrações minerais extraídas de suas propriedades, assim como informações detalhadas sobre seu plantel escravista. O que se fez, até o momento, foi indicar a quantidade de peças do mobiliário confiscadas ao inconfidente no interior de sua residência, a descrição das relações de produção agrícola dominantes em sua fazenda no arraial da Laje e a quantificação das partes componentes de seu patrimônio.⁹ Entretanto, falta-nos analisar pormenorizadamente a estrutura agrícola e mineral e o escravismo em suas propriedades. O número dos bens seqüestrado a esse sedicioso, listado na versão manuscrita dos Autos de Seqüestro, difere da quantificação referenciada pela historiografia, conforme veremos ao longo de nossa pesquisa.

▪ José de Resende Costa

Também sobre José de Resende Costa pouco se conhece de sua biografia. Sabemos que ele nasceu no arraial de Prados, em 1730, e era casado com Ana Alves Preto, com quem teve dois filhos: Francisca Cândida de Resende (casada com Gervásio Pereira de Alvim) e José de Resende Costa (nome homônimo ao do pai), também envolvido na Conjuração Mineira.

Na época de sua prisão, residia no arraial da Aplicação de Nossa Senhora da Penha de França da Laje, em sua fazenda chamada Boa Vista dos Campos Gerais da

---

⁹. DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 163-172, 1939; GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 161-179, 1989; FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105; 108.

Laje. Ele era capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar da vila de São José, com jurisdição sobre a Laje e Santa Rita.¹⁰

No arraial da Laje, atual município de Resende Costa, a devassa seqüestrou-lhe uma morada de casas, que era vizinha a que o padre Toledo tinha no local, 31 escravos, cinco utensílios minerais e 245 datas.

A avaliação contendo o preço de seu patrimônio e o destino desses bens, após a conclusão da devassa, é completamente inédita; assim como a análise da mineração e do uso da mão-de-obra escrava em suas terras.

▪ Manuel Rodrigues da Costa

O padre Manuel Rodrigues da Costa era filho do coronel Manuel Rodrigues da Costa e de Joana Teresa de Jesus, nascido em 2 de julho de 1754, em Conceição de Ibitipoca, freguesia do arraial de Nossa Senhora do Campo Alegre de Carijós (distrito do atual município de Lima Duarte).

Ordenou-se sacerdote, em 1780, aos 26 anos de idade, no Seminário de Mariana. Na época de sua prisão, em 1791, vivia com sua mãe na fazenda do Registro Velho, que ficava no caminho entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, vizinha à fazenda da Borda do Campo, de José Aires Gomes. A devassa seqüestrou-lhe como bem de raiz a fazenda denominada Tapera, contígua à do Registro Velho, onde ele – padre Manuel – morava com sua mãe (a fazenda do Registro Velho pertencia a ela e não ao padre inconfidente), um título de terras minerais, uma vasta biblioteca, dois escravos, alguns móveis e utensílios domésticos e religiosos.¹¹

O seqüestro de seus bens não foi estudado pela historiografia. O que se conhece, até então, como aludido nos casos anteriores, baseia-se nas informações quantificadas da edição impressa dos ADIM. Suas relações creditícias, dados sobre seu pequeno plantel escravista e o destino de seu patrimônio, após o final da devassa, são temas inéditos e por nós estudados nessa Tese.

¹⁰. A biografia do capitão José de Resende Costa pode ser consultada em: PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o arraial da Laje*. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992, p. 23-28; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 169-177; RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 112-113.

¹¹. Sobre a biografia do padre Manuel Rodrigues da Costa, conferir: DELGADO, Alexandre Miranda. *O padre Manoel Rodrigues inconfidente*. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1963, p. 15-41; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 169-177; RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 168-174; Idem. A atuação do padre Manuel Rodrigues da Costa na Conjuração Mineira e na Constituinte de 1823. In: AYROLO, Valentina (Org.). *Estudios sobre clero iberoamericano, entre la independencia y el Estado-Nación*. Salta (ARG): CEPIHA, Editorial de la Universidad de Salta, 2006, p. 133-151.

- Francisco Antônio de Oliveira Lopes

O coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes nasceu, em 1750, na Borda do Campo (atual Barbacena). Ele era filho de José Lopes de Oliveira e Bernardina Caetano do Sacramento. Em 1781, aos 36 anos de idade, casou-se com Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher de família abastada que trouxe para o casamento apreciável dote que, oito anos mais tarde, seria seqüestrado pela devassa. Dona Hipólita era filha do capitão-mor Pedro Teixeira de Melo e irmã do então ocupante desse posto na vila de São José del Rei, Gonçalo Teixeira de Carvalho. O casal morava na fazenda da Ponta do Morro, entre a vila de São José e o arraial de Prados.¹²

Ao ser preso, em 1789, a devassa seqüestrou-lhe a fazenda da Ponta do Morro, lavras minerais dentro dessa propriedade, 51 utensílios de extração de ouro, 430 animais de criação e 74 escravos. O irmão de Francisco Antônio, padre José Lopes de Oliveira, também se envolveu na Conjuração Mineira.

De seu seqüestro, publicado parcialmente no sexto volume dos ADIM, não consta a sua avaliação e, também, informações sobre o destino dos bens que lhe foram apreendidos pela devassa. Na historiografia, dados sobre seu patrimônio são escassos, devido à parcialidade da publicação de seu seqüestro, como se disse acima. Por intermédio dos Autos de Seqüestro originais, analisaremos a produção agrícola e mineral da Fazenda da Ponta do Morro, os cativos e o preço atribuído aos bens desse inconfidente. As estratégias exercidas por sua família para permanecer a frente daqueles bens confiscados serão o eixo condutor da análise que empreendemos ao patrimônio desse inconfidente.

- José Aires Gomes

José Aires Gomes nasceu, em 1734, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, atual distrito de Paula Lima, em Barbacena. Seus pais foram o português João Gomes Martins e a fluminense Clara Maria de Melo.

Na freguesia do Engenho do Mato, seus pais fixaram-se na fazenda que adquiriram naquela localidade, onde hoje se situa a cidade de Santos Dumont, antiga Palmira, primitivamente João Gomes, onde erigiram capela sob a proteção de São Miguel e Almas.

---

¹². De Francisco Antônio de Oliveira Lopes existem publicados duas significativas notas biográficas: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota biográfica ao Apenso II: Auto de perguntas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. In: ADIM, v. 2, p. 39; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 149-151.

Na fazenda João Gomes, o casal teve os seguintes filhos: Francisco Gomes Martins (o mais velho), Manuel Gomes Martins, Ana Joaquina de Melo e José Aires Gomes (o mais jovem). Coube ao varão da família continuar os empreendimentos do pai. Aos demais, seguir o estado eclesiástico: Aires Gomes foi encaminhado aos estudos religiosos. Em 1769, obteve autorização para prosseguir-los no Seminário de Mariana. Por motivos desconhecidos, ele interrompeu a carreira eclesiástica e retornou à região paterna na década de 1770, quando passou a administrar alguns bens familiares e a gerir negócios próprios na serra da Mantiqueira.¹³

Com exceção das notas que escrevemos em nossa dissertação de mestrado sobre a posse da terra e a produção agrícola nas fazendas que Aires Gomes tinha na serra da Mantiqueira, o patrimônio do inconfidente era totalmente desconhecido. Na Tese recuperaremos algumas dessas informações e as conjugaremos com documentos sobre a posse de escravos, cartas de crédito e cartas de sesmarias de terras na região da Borda do Campo.

▪ Inácio José de Alvarenga Peixoto

Alvarenga Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 1742.¹⁴ Era filho da fluminense Ângela Micaela da Cunha Nogueira e de Simão de Alvarenga Braga, natural da freguesia de São Paio de Parada, Couto de Tibães, do Arcebispado de Braga.¹⁵ Casaram-se no Rio, em 21 de novembro de 1739, onde ambos

¹³. ACMRJ, maço 34, n. 3, fls. 5-29v – José Aires Gomes: requisitória do bispado de Mariana. Informações sobre Aires Gomes, conferir em: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 39-44, e a bibliografia ali apresentada e discutida.

¹⁴. ACMRJ, maço 21, n. 12, fls. 2-4v – Inácio José de Alvarenga Peixoto: habilitação “de genere”.

¹⁵. Na historiografia, anotações de Mário Barata e Alexandre Miranda Delgado informaram que Simão de Alvarenga Braga veio cedo para o Rio de Janeiro e que aqui faleceu, em 30 de junho de 1743. Conferir: BARATA, Mário. Comunicação sobre Inácio José de Alvarenga, inconfidente nascido no Rio de Janeiro. In: TAPAJÓS, Vicente et alii. *Bicentenário de Tiradentes: conferências e estudo*. Rio de Janeiro: ALERJ, 1993, p. 91; Idem. O inconfidente Alvarenga Peixoto e o bicentenário de sua morte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 153, n. 377, p. 77-84, out./dez. 1992, p. 79; DELGADO, Alexandre Miranda. Nota explicativa ao Auto de perguntas ao coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto. In: ADIM, v. 5, p. 111. Entretanto, conforme documento do ACMRJ, nesta data (30 de junho de 1743) faleceu a mãe de Alvarenga, Ângela Micaela da Cunha Nogueira, e não seu pai Simão de Alvarenga Braga. A data exata da morte do progenitor de Alvarenga ainda precisa ser descoberta, pois sabemos apenas que ela ocorreu em 1747. Conferir: ACMRJ, AP 801, livro 9º, fl. 265v – Livro de testamentos e óbitos / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária, 1736-1744.

moravam.¹⁶ Alvarenga foi batizado pelo padre Inácio Manuel da Costa Mascarenhas, da paróquia de Nossa Senhora da Candelária, em 27 de março de 1742.¹⁷

Em 30 de abril de 1755, Alvarenga Peixoto solicitou ao escrivão e padre Agostinho Pinto Cardoso a abertura de inquirições sobre sua vida e família, a fim de ingressar no estado clerical. Ao findar a fase de averiguações, em 20 de setembro, o dito padre mandou que se tirasse informação secreta da “limpeza de sangue, vida e costumes”, dando início às diligências *de genere*.¹⁸

Pela leitura do documento, percebe-se que seu pai, Simão de Alvarenga Braga, vivia, no Rio de Janeiro, de seus negócios de grosso trato, e que seus avós maternos, Paulo Araújo Ferreira e Inácia da Cunha Nogueira, estavam ainda vivos e morando naquela cidade, em 1755. Paulo de Araújo, por exemplo, era familiar do Santo Ofício e vivia de seu ofício de escrivão dos ausentes.

Por se tornar órfão prematuramente, Alvarenga foi enviado, em 1747, logo em seguida a morte de seu pai, à cidade de Braga, em Portugal, para ser educado por parentes e estudar com os padres da Congregação do Oratório (também conhecida por Congregação de São Filipe Néri). Todas as testemunhas ouvidas no processo de inquirição afirmaram que conheceram o “pequenino” Alvarenga e que do Rio de Janeiro, ainda criança, “passou a Portugal”, onde se encontrava no ano de 1755.¹⁹

¹⁶. ACMRJ, AP 795, fl. 39v – Registro de casamento de Simão de Alvarenga Braga e Ângela Micaela da Cunha Nogueira / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária.

¹⁷. ACMRJ, AP 764, livro 6º, fl. 91v – Batismo de livres / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária, 1735-1757. No Assento de Batismo de Alvarenga Peixoto consta a informação de que foram seus padrinhos Paulo de Araújo Ferreira (avó materno) e Ana Maria de São Joaquim, esposa de Manuel de Silva Braga, sócio e testamenteiro de Simão de Alvarenga Braga e tio de Alvarenga Peixoto. Estas informações corrigem as notas de abertura do Prefácio do livro de Manuel Rodrigues Lapa: “a data do seu nascimento e batismo e os locais onde passou a sua meninice e onde fez os seus primeiros estudos não foram ainda suficientemente dilucidados. Sabe-se que nasceu no Rio de Janeiro em 1743 ou 1744, porque êle próprio o declarou em inquirições de testemunhas e nos autos de devassa; mas nunca ninguém houve à mão a certidão de batismo. Das buscar efetuadas por Joaquim Norberto de Sousa Silva, seu primeiro editor global, nada resultou de positivo. [...] De todos os livros de assentos batismais só não pudemos ver o da paróquia do Campo Grande respeitante ao ano de 1744, porque êsse livro não existe, parece nunca ter existido na Câmara Eclesiástica, segundo nos informaram. Também os registros de Inhaúma e Jacarepaguá estão muito estragados nesse ano e chegados, por vezes ilegíveis; mas pelos dizeres marginais e pelo que resta dos assentos, pode dar-se como certo que o nome de Inácio José de Alvarenga não figurava nêles. Por conseqüência, tendo como seguro que foi batizado no Rio, porque isso mesmo consta do registro de seu casamento, teremos forçosamente de concluir, até prova em contrário, que o seu assento de batismo estaria no livro do Campo Grande, hoje perdido, referente ao ano de 1744”. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1960, p. IX.

¹⁸. ACMRJ, maço 21, n. 12, fls. 4; 3v – Inácio José de Alvarenga Peixoto: habilitação “de genere”.

¹⁹. Com esta informação, contestamos a idéia corrente de que Alvarenga Peixoto freqüentou os primeiros estudos no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, como está escrito em: PEIXOTO, Ignacio José de Alvarenga. *Obras poeticas*. Edição de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Rio de Janeiro: Garnier, 1865, p. 25; SANTOS, Lúcio José dos. op. cit., p. 182; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 133.

De 1º de outubro de 1760 a 3 de fevereiro de 1767, com interrupções, Alvarenga Peixoto freqüentou estudos no curso de Leis da Universidade de Coimbra. Após formar-se e se habilitar aos lugares das Letras, em agosto de 1767, foi nomeado juiz de fora da vila de Sintra, em Portugal, em 1768. Exerceu a magistratura naquela vila portuguesa de janeiro de 1769 a dezembro de 1772.

Em Minas Gerais envolveu-se amorosamente com Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, com quem teve quatro filhos: Maria Efigênia, José Eleutério, João Damasceno e Tristão.²⁰

No processo de seqüestro de seus bens, feito em 1789, a devassa apreendeu-lhe, por exemplo, a fazenda Engenho dos Pinheiros, em Campanha do Rio Verde, 17 terras minerais, 122 utensílios mineratórios, 134 escravos e 93 animais domésticos. Na versão impressa dos ADIM encontramos a avaliação e a meação daqueles bens em favor de sua esposa Bárbara Eliodora.

Os seqüestros de seus bens foram utilizados pela historiografia, notadamente por Manuel Rodrigues Lapa, Kenneth Maxwell, Márcio Jardim e João Pinto Furtado, para corroborar, após análise dos problemas financeiros de sua casa, nos anos finais da década de 1780, suas prováveis motivações para entrar na Conjuração Mineira. O que discutiremos, principalmente, no último capítulo desta Tese, é se esta versão ajusta-se à realidade financeira de seu patrimônio. Antes, desvendaremos a produção agrícola e mineral empreendida em suas propriedades e o seu relacionamento econômico com financistas, mercadores, lojistas e pessoas “comuns”, não rentistas.

Assim, por intermédio dos seqüestros de bens desses inconfidentes vasculharemos suas produções agrícolas, pastoris e minerais, procurando-se responder como funcionavam suas propriedades, quais alimentos destacavam-se em suas plantações e quem trabalhava aquelas terras.

Os Autos de Seqüestro originais fornecem múltiplos dados sobre a estrutura econômica das famílias dos conjurados, a riqueza material acumulada, a compra de escravos e utensílios agrícolas e minerais, os comportamentos familiares, sociais e judiciais (dos funcionários responsáveis pela elaboração dos seqüestros), a venda da produção agrícola e da pecuária nos mercados locais e regionais, além de expor intrigas e brigas por partilha entre parentes dos conjurados. Estes registros, até então inéditos, serão desvendados no decorrer da redação dos capítulos. As permanências

---

²⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 35, fl. 3 – Estado das famílias dos réus seqüestrados – Família do doutor Inácio José de Alvarenga Peixoto, por Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho. 1791.

e as mudanças concernentes aos destinos dados aos bens apreendidos pela devassa, também, serão estudadas ao longo de todos os capítulos da Tese. Afinal, o que aconteceu com o patrimônio oficialmente listado e apreendido pela devassa?

O conjunto manuscrito dos Autos de Seqüestro, em resumo, portanto, apresenta uma diversidade de documentos que permitem reconstituir o movimento de uma fazenda: a origem de seu capital, o tamanho da propriedade, a produção e a produtividade, o número de escravos e animais, os utensílios e instrumentos de trabalho, as despesas e as dívidas dos proprietários, detalhes sobre seu modo de viver e sua moradia.²¹ Todos estes assuntos são totalmente inéditos na historiografia da Conjuração Mineira; assim como, as omissões e as eventuais subestimações existentes na escrituração do patrimônio dos inconfidentes.

---

²¹. As idéias centrais desse parágrafo foram adaptadas de: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários ‘post-mortem’. *Revista Arrabaldes*, Petrópolis, ano 1, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988, p. 32.

3.

As fontes, a pesquisa e a metodologia

Para que o percurso de análise das histórias dos seqüestros e da sonegação no processo-crime das devassas se torne possível, optamos pelo uso da prosopografia como principal instrumento metodológico.²² Incidindo sobre vários indivíduos, o inquérito prosopográfico investiga características comuns do passado de um grupo de atores por meio do estudo coletivo de suas vidas. A partir de casos individuais, sem perder de vista o enquadramento geral, os seqüestros e a reunião de vários documentos servirão à descrição da dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, dos conjurados que tiveram bens apreendidos pela devassa.

Com informações disponíveis para cada conjurado, recolhidas nos Autos de Seqüestro e em variados documentos, que serão apresentados no capítulo a seguir, foi possível a elaboração de micro-biografias que, em conjunto, contribuíram para traçar o perfil de seus patrimônios, permitindo homogeneizar a história dos seqüestros e a da sonegação de bens entre os envolvidos na Conjuração Mineira. Isso foi possível pela análise intensiva a que submetemos as fontes primárias manuscritas.

---

²². Vários textos utilizaram a prosopografia como instrumento metodológico. Seu surgimento e desenvolvimento se deveram aos historiadores da Antiguidade em estudos sobre os ocupantes de cargos públicos. Políbio, por exemplo, praticava essa forma de se escrever História. Entretanto, foi a partir do século XIX que seu uso proliferou-se na produção histórica. Lawrence Stone, em artigo publicado na revista *Daedalus* em 1971, retomou o método prosopográfico, qualificando-o de maneira sistemática ao explicá-lo como a investigação das características básicas comuns a um grupo de indivíduos na História, por meio do estudo coletivo de suas vidas. Conferir: STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-71, 1971. Na Apresentação do livro de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*, o historiador Edgar Salvatori de Decca informou que muitas das premissas desse método são herdeiras de debates entre historiadores e cientistas sociais. Destacou que graças às Ciências Sociais, cujos procedimentos estatísticos e quantitativos foram amplamente utilizados em pesquisas de opinião, mais especificamente em enquetes baseadas em conjuntos uniformes de questões, aplicadas a grupos sociais pré-selecionados, passaram a ser importantes para os historiadores. Basicamente o método prosopográfico define um universo de pessoas a ser estudado e propõe um conjunto de questões sobre seu perfil e atuação, que incluem dados sobre nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, local de residência, educação, religião, trajetória política, ocupação, experiência profissional, montante das fortunas pessoais ou familiares, origens sociais e posição econômica herdada, etc. Apoiado na investigação da biografia coletiva de doges venezianos e burgomestres de Amsterdã, Peter Burke analisou como a ação política escondia interesses específicos de indivíduos e grupos. Ver: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991. A Apresentação de Edgar Salvatori de Decca encontra-se entre as páginas 7-11 deste livro. Sobre a biografia como gênero histórico, conferir: LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC*, 44º ano, n. 6, p. 1325-1336, 1989.

Nesse caso, utilizamos como recurso, além da prosopografia, o procedimento epistemológico proposto por Carlo Ginzburg, em seu “paradigma indiciário”, ao alertar o historiador sobre os detalhes negligenciáveis que devem ser buscados na análise documental.²³ Com ele, aprendemos pelo emprego da análise metonímica: “da parte chegamos ao todo”, pois o documento refere-se sempre à “parte”, e o “todo” é algo que o transcende. Com a intenção de reconstruir esse “todo” – a história dos seqüestros de bens – buscamos encontrar traços involuntários, indícios, sinais ou detalhes significativos de omissão no patrimônio inconfidente.

O patrimônio dos inconfidentes, pelo menos, aparentemente, como se afirmou, está listado nos Autos de Seqüestro, a nossa principal fonte de pesquisa.

Por estarem dispersos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), principal repositório dos fundos documentais da Inconfidência, e por se constituírem como processos à parte da devassa, os Autos originais de Seqüestro nunca foram publicados integralmente. O que se conhece e está publicado nos ADIM, em sua segunda edição, no volume 6º, são apenas traslados parciais dos bens dos envolvidos no levante mineiro, exigidos pelos juízes da devassa para se ter uma idéia do patrimônio de cada um dos réus. Tramitando em diferentes comarcas de Minas Gerais, os Autos de Seqüestro seguiram rumo judicial independente, ora incluindo informações após a descoberta de novos bens, com a realização de novas penhoras, ora com o acréscimo das prestações de contas promovidas pelos fiéis depositários, ora com a devolução a terceiros de pertences que estavam emprestados aos revoltosos, até sua liquidação final, com as formalidades de encerramento.

O IHGB guarda em seu acervo 11 códices originais que se referem aos seqüestros de bens do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, do capitão e fazendeiro José de Resende Costa, do padre Manuel Rodrigues da Costa, de José Aires Gomes, do ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, do coronel e fazendeiro Francisco Antônio de Oliveira Lopes, do padre Carlos Correia de Toledo e Melo, de Inácio José de Alvarenga Peixoto, do sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, do contador Vicente Vieira da Mota e do cônego Luís Vieira da Silva.

O Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência / Casa do Pilar (AHMI) detém os documentos de seqüestro do ex-contratador Domingos de Abreu Vieira. Segundo informação de Herculano Gomes Mathias, o Arquivo Público Mineiro (APM) possui em

---

²³. Através do “método morelliano”, Carlo Ginzburg reconheceu a necessidade de promover o estudo do detalhe, dos resíduos, que se tornaram reveladores, menos marginais e mais eloqüentes; raízes de um paradigma indiciário: “Esta (...) tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa observação”. In: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 147.

seu acervo um códice de seqüestro ainda inexplorado: o do doutor Domingos Vidal de Barbosa Laje.²⁴ Em três oportunidades empreendemos pesquisa nesta instituição e em nenhuma delas localizamos tal documento. Ele não consta em nenhum dos catálogos de acervo. Funcionários, tanto os de atendimento ao pesquisador quanto os que trabalham na reserva técnica, dizem desconhecer a existência dessa fonte manuscrita.

Dos 24 condenados, localizamos, portanto, 12 seqüestros originais de envolvidos na Conjuração Mineira. Dos inconfidentes faltantes, não tiveram bens a seqüestro José Álvares Maciel e José de Resende Costa, o filho, por serem filhos-família e viverem debaixo do pátrio poder de seus pais, dos mesmos e respectivos nomes. Logo, falta-nos, ainda, descobrir os documentos originais, manuscritos e completos de nove outros inconfidentes. Na edição impressa dos ADIM consta a publicação dos traslados de bens do alferes Joaquim José da Silva Xavier, do padre José da Silva e Oliveira Rolim e do bacharel Cláudio Manuel da Costa. Dentre estes, como se verá detalhadamente no segundo item do primeiro capítulo, perdeu-se o códice contendo o depoimento de Cláudio. Dos demais, os seqüestros integrais contra o patrimônio do padre José Lopes de Oliveira, do médico Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, do fazendeiro e estalajadeiro João da Costa Rodrigues, do carpinteiro e piloto Antônio de Oliveira Lopes, do alferes Vitoriano Gonçalves Veloso e do fazendeiro e capitão João Dias da Mota, não há indício.

Os seqüestros, por se constituírem apensos, permitiram que credores ajuizassem ações de cobrança por dívidas contraídas pelo conjurado antes de sua condenação pelo crime de Inconfidência, exercendo o que se chama “direito de preferência” ou direito de argüir “crédito privilegiado”, conforme o previsto no Livro V das Ordenações Filipinas.

Como o seqüestro permanecia sob a custódia da Real Fazenda que, de antemão, segundo a lei, separava metade dos bens para quitar eventuais dívidas do condenado, os processos de cobrança puderam ser movidos contra o procurador do Fisco e Câmara Real, responsável pelos bens do inconfidente. O autor da ação deveria apresentar a quantia devida e os juros estipulados (se houvesse), recibos ou cartas, assinados e datados pelo confiscado, e todo tipo de comprovante que o habilitasse a ser ressarcido.²⁵

---

²⁴. MATHIAS, Herculano Gomes. Nota explicativa – seqüestros. In: ADIM, v. 6, p. 17.

²⁵. FIGUEIREDO, Luciano. Cortando rente o passado...: fontes para a história da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 138-146, maio/dez. 1989, p. 144.

O ANRJ reúne em seu acervo 38 ações de cobrança judicial, identificadas como Libelos Cíveis, de 1793 a 1819, contra Alvarenga Peixoto, Aires Gomes, José Álvares Maciel, José de Resende Costa, Vicente Vieira da Mota, Domingos de Abreu Vieira, Cláudio Manuel da Costa e Luís Vaz de Toledo Piza.²⁶

Embora trate de período posterior à Inconfidência Mineira, essa peça documental traz informações sobre os níveis sócio-econômicos dos envolvidos no movimento anterior aos Autos de Devassa, permitindo reconstituir facetas desconhecidas da trajetória dos conspiradores, com seus pequenos e grandes negócios e as dívidas acumuladas ao longo de anos.

Sob um ângulo muito particular, de acordo com Luciano Figueiredo, os autos de Libelos Cíveis conseguem justificar as motivações para a participação do casal Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira no movimento insurreto mineiro. As dívidas cobradas contra sua casa permitem-nos investigar o ambiente formador de um inconfidente e o foco de suas insatisfações.²⁷ É sobre este personagem que existe a maior quantidade e os mais expressivos documentos originais e inéditos descobertos sobre os envolvidos na Conjuração Mineira.

Na busca por outras ações de cobrança judicial contra Alvarenga Peixoto, pesquisamos a coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, depositados na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que nos despertou o interesse de conhecer outra parte significativa do fundo, as correspondências ativas e passivas do ex-contratador João Rodrigues de Macedo com as diversas personalidades da capitania de Minas Gerais.

A catalogação do material da Casa dos Contos, tanto no APM quanto na FBN, no ANRJ e no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / Casa dos Contos (CECO) – permitiu-nos encontrar centenas de papéis com os nomes dos inconfidentes. Privilegiamos as cartas originais trocadas de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora com o contratador Macedo e entre este e seus representantes (amigos, parentes, prepostos, agentes comerciais etc.), e que têm ligação com as duas primeiras personagens.

As epístolas manuscritas pesquisadas distribuem-se da seguinte maneira:

---

²⁶. Estas 38 ações de cobrança judicial dividem-se em 22 contra Alvarenga Peixoto, seis contra José Aires Gomes, três contra José Álvares Maciel, duas contra José de Resende Costa, duas contra Vicente Vieira da Mota, uma contra Domingos de Abreu Vieira, uma contra Cláudio Manuel da Costa e uma contra Luís Vaz de Toledo Piza. Luciano Figueiredo e Gláucia Pessoa informam que essa documentação reúne ações de cobrança somente contra Alvarenga Peixoto. Conferir: FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 144; PESSOA, Gláucia Tomas de Aquino. O acervo do Arquivo Nacional e a história da Inconfidência Mineira. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 15-23, jan./dez. 1989, p. 21-23.

²⁷. Questões suscitadas por: FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 144.

TABELA 1
Correspondências ativas e passivas pesquisadas
de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora

Arquivo	Coleções	Quantidade de documentos
Arquivo Público Mineiro	Inconfidentes	3
	Casa dos Contos	12
Fundação Biblioteca Nacional	Casa dos Contos	45
	Tiradentes	29
	Inconfidência Mineira	1
Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / Casa dos Contos	Correspondência passiva de João Roiz de Macedo	12

Das 775 cartas publicadas por Tarquínio J. B. de Oliveira, em *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*, temos ainda cinco epístolas endereçadas a Alvarenga Peixoto e uma que trata de assuntos relacionados a ele.²⁸

No total, analisamos 108 peças de correspondência que se ligam a Alvarenga Peixoto e a sua família. Quanto aos outros conjurados residentes na comarca do Rio das Mortes, trabalhamos com quase uma centena de cartas.

Como essas correspondências podem subsidia-nos a reconstituir a história e o patrimônio dos inconfidentes?

As cartas são importantes fontes de pesquisa, pois estabelecem elos permanentes de informações sobre diversos assuntos. A troca de mensagens, feita entre pessoas restritas e que não tinham a intenção de tornar público os acontecimentos narrados, permite a leitura de diferentes notícias, desde as que interessavam diretamente à atividade comercial, como acertos financeiros, balanços, análise de mercado, prestações de contas e solicitações de empréstimo como as que se referiam às impressões da vida cotidiana.²⁹

Por intermédio da correspondência trocada entre o grande homem de negócio Francisco Pinheiro e seus agentes comerciais, espalhados por diversas partes do império português, Júnia Furtado pôde conhecer os comerciantes estabelecidos em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, e demonstrar as estratégias de expansão de seus interesses, mediante a atividade mercantil, que envolviam o controle do mercado de abastecimento, a cobrança de impostos, os mecanismos de

²⁸. OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto, MG: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981. 2 v.

²⁹. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 21-22.

endividamento da população local e as ocupações diversas que exerciam nas áreas da mineração, agricultura e pecuária. Devido ao enraizamento de seus interesses nas Minas, os comerciantes analisados pela autora permitiram-lhe compreender os mecanismos de “interiorização da metrópole”, que se pautavam na fidelidade e identificação dos súditos com o rei português e nos espaços criados para a afirmação da sua alteridade.³⁰

A linguagem, presente nas epístolas, ajuda-nos a invocar conceitos sobre a representação das ligações políticas (caridade, amizade, liberalidade, gratidão, magnificência, benevolência e servidão) que encerram indivíduos em cadeias hierárquicas, tornando a palavra escrita instrumento privilegiado de poder. Caso interessante foi observado por Laura de Mello e Souza ao esmiuçar os impasses e as estratégias urdidas pela família Almeida Portugal, cujo chefe, dom Pedro Miguel, terceiro conde de Assumar e primeiro marquês de Alorna, ocupou cargos sucessivos na administração colonial. Pela correspondência pessoal de seu filho primogênito, dom João de Almeida, escrita em 1749, a autora conseguiu retratar as dificuldades passadas pela família com a morte de dona Ana, filha mais velha, ocorrida após o primeiro parto, e a de sua mãe, dona Maria José, que comandava a casa na ausência do marido, enquanto este governava o Estado da Índia. Ao mesmo tempo em que traçou um painel impressionante das relações familiares, marcadas ora pela harmonia, ora pelo conflito, demonstrou a mesquinhez que envolvia a vida nobre em Portugal, durante o reinado joanino.³¹

Por meio do último exemplo, o da família Almeida Portugal, observa-se que as cartas ajudam a revelar a dimensão privada e as relações humanas nas lides diárias, ou, no caso da correspondência de Francisco Pinheiro, as epístolas, mesmo sem deixar de relatar acontecimentos rotineiros, de interesses outros, que não os imediatos, tocavam, indiretamente, nos grandes fatos econômicos e políticos que agitavam as pessoas nas mais distantes partes da América portuguesa.

Exemplos dessas possíveis leituras são encontrados nas missivas trocadas entre Alvarenga Peixoto e/ou Bárbara Eliodora e o contratador João Rodrigues de Macedo. Nas epístolas aparecem retratadas transações comerciais, como solicitações de empréstimo, quitação de dívidas, penhora de bens, recolhimento de impostos (pagamento de dízimo e quinto do ouro), compra de mantimentos, escravos e terras,

---

³⁰. Ibidem, p. 21-22.

³¹. Conferir: SOUZA, Laura de Mello e. O público e o privado no Império Português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, Conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna e Vice-Rei da Índia, 1749. *Tempo: Revista de História da UFF*, Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 7, n. 13, p. 59-75, jul. 2002.

entre outros, e assuntos particulares, como comunicados de saúde, aviso de morte de parentes, rezas de missas, envio de materiais de ensino aos afilhados. Temas presentes no segundo e terceiro capítulos da Tese.

Por último, a mais delicada de todas as fontes – os Autos de Devassa. Sua importância é vital para a pesquisa e, devido a isto, dedicamos a esses documentos os dois primeiros itens do primeiro capítulo desta Tese. Neste momento, vale destacar que utilizamos as duas versões dos ADIM: a impressa, em sua segunda edição, e a manuscrita, que se encontra no ANRJ. Optamos, sempre que possível, pelo texto original e manuscrito, pois o que se encontra publicado apresenta falhas e omissões em sua transcrição. Vejamos um trecho da relação contendo o nome dos escravos apreendidos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, publicada no sexto volume dos ADIM. O Traslado de Seqüestro foi realizado na fazenda da Laje, no dia 28 de setembro de 1789:

... Domingos Santinho Ventura Coivara Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Josefa cabra, casada, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Geralda crioula, de trinta e cinco anos, pouco mais ou menos.³²

No exemplar oficial manuscrito, encontramos escrito o verdadeiro nome dos cativos pertencentes a esse plantel escravista:

... Damiana crioula, de vinte e dois anos, pouco mais ou menos; Domingos Santinho Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Ventura Coivara Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Josefa cabra, casada, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Manuel dito seu marido, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Geralda crioula, de trinta e cinco anos, pouco mais ou menos.³³

Dos 69 escravos oficialmente seqüestrados e listados na edição impressa dos ADIM, encontramos o nome de três novos escravos, com suas respectivas informações de idade e ofício: Damiana, um nome de pessoa desdobrado em dois outros nomes de escravos e o surgimento do marido de Josefa cabra. Além destes, encontramos, ainda, Antônio cabra, de 20 anos, e Mateus crioulo, de 40 anos.³⁴

³². Traslado do seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. In: ADIM, v. 6, p. 152.

³³. IHGB. DL 101.2, fl. 23v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda; ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 1v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

³⁴. IHGB. DL 101.2, fl. 24 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda.

O erro na transcrição dessa peça processual causou a distorção na publicação dos números e das informações sobre o grupo dos escravos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Na historiografia aparece anotado que este inconfidente tinha um plantel de 69 escravos quando, na verdade, seqüestraram-lhe 74 mancípios.³⁵ Dos 206 fólios de seu Auto de Seqüestro original foram publicados apenas 18 laudas. Situação semelhante aos seqüestros de bens de Aires Gomes – 960 fólios revertidos em 30 páginas impressas.

Tal exemplo implica os limites e as possibilidades do uso dos seqüestros como fonte de investigação sobre a constituição da riqueza e do poder dos conjurados. As prestações de contas, a administração do patrimônio, dados sobre o plantel escravista e a produção agrícola e minerária nas propriedades inconfidentes, são descritas e analisadas nesta Tese, porque estas informações – inéditas – apareceram referenciadas nos Autos originais de Seqüestro. Assim, averiguar o patrimônio oficialmente apreendido e as omissões desvendadas nas entrelinhas dos seqüestros serão o eixo central de nossa pesquisa. Para examinar tais questões, dividimos a Tese em quatro capítulos.

No primeiro, começamos por investigar a trama jurídica da devassa e os seqüestros de bens como fontes de pesquisa para o estudo da Conjuração Mineira. Verificaremos como a historiografia utilizou os seqüestros como base de pesquisas sobre os livros iluministas apreendidos aos letrados inconfidentes e a propagação das idéias revolucionárias européias e norte-americanas no ambiente mineiro da segunda metade do século XVIII. Em seguida, analisaremos como os autores brasileiros utilizaram os Autos de Seqüestro, em sua versão impressa, na reconstituição da vida privada e da questão agrária em Minas Gerais. Mesmo utilizando essa documentação como fonte de pesquisa, praticamente, se desconhece seus limites e suas possibilidades de uso. Quais os trâmites jurídicos utilizados na elaboração de um seqüestro? Quais as partes componentes de um processo de seqüestro? Como agiram os funcionários metropolitanos na elaboração das listagens de bens confiscados pela devassa? As respostas a estas perguntas constam na parte final do capítulo.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo das relações agro-pastoris nas propriedades dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes. Nele, por meio dos seqüestros originais e de documentos correlatos ao processo de devassa (como, por exemplo, cartas de sesmaria, lista de dívidas, lista de prestação de contas e

---

³⁵. Márcio Jardim indicou que o plantel de Francisco Antônio de Oliveira Lopes era composto por 66 escravos, enquanto João Furtado citou 69 cativos. Conferir: JARDIM, Márcio. op. cit., p. 150; FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105.

inventários *post-mortem*), discutiremos a posse da terra e os indícios de práticas agrícolas exploradas nas fazendas inconfidentes. Por meio de dados sobre os bens de raiz e os da superfície explorada, conheceremos aspectos interessantes como a disponibilidade da produção agrícola voltada para o mercado e os rendimentos econômicos auferidos naquelas plantações.

No terceiro capítulo, estudaremos as técnicas de exploração do ouro adotadas pelos sediciosos mineiros e a presença dos escravos naquelas propriedades da comarca do Rio das Mortes. Quantos escravos foram seqüestrados pela devassa? Qual sua origem étnica? Os escravos apreendidos e listados nos Autos de Seqüestro correspondem a toda a mão-de-obra existente nas fazendas dos inconfidentes? Entender a dinâmica da posse de escravos entre os sediciosos é o objetivo do segundo item do capítulo. Mas não só: descobrir, também, quem eram os escravos que foram omitidos na documentação, quantos cativos foram escondidos da devassa e, sobretudo, quantos mancípios existiam nas propriedades escravistas inconfidentes no momento de elaboração dos Autos de Seqüestros.

No quarto capítulo, analisaremos a cadeia de endividamento e de crédito que estruturava a vida e o relacionamento dos sediciosos, em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Buscaremos entender a dinâmica dessas relações, sua difusão e as práticas quanto ao dar e no receber crédito. A análise foi feita com base nos Libelos Cíveis e nas operações creditícias registradas nos Autos de Seqüestro. O exemplo esmiuçado no capítulo será o do poeta e magistrado Inácio José de Alvarenga Peixoto, considerado pela historiografia como o maior devedor de todos os sediciosos. Será que foi graças à insolvência de sua casa, na segunda metade da década de 1780, que o fez entrar no levante intentado nas Minas Gerais em 1788-1789?

Capítulo I

Tramas, devassas e documentos:

**os seqüestros de bens como fontes de pesquisa para o
estudo da Conjuração Mineira**

1.

O processo jurídico da devassa

Fui testemunha e o foram todos aqueles que me ouvem da mágoa pública e da viva dor, que o nome de sublevação infundiu em vossos corações; nome infame que feriu e ofendeu a primeira vez vossos ouvidos; crime horrendo, cujo efeito mostram no centro daquela praça os restos de um pérfido! Mas deixemos esse desgraçado servir ao exemplo da futura idade, que dele se não lembrará sem formar a idéia da sua ingratidão, de seu opróbrio e suplício.

Deixemos outros longe de sua Pátria, sofrendo os males que produzem as saudades das esposas, a lembrança dos caros filhos, dos parentes que foram seus amigos, dos seus patrícios! Infelizes! Quantas vezes, recordando estas memórias, ensoparão com suas lágrimas as ardentes areias da inabitável África! A Pátria perdida, as esposas, o melhor bem, que a natureza nos concedeu, e que mais se conhece quando se não possui: à maneira do enfermo, que deseja recuperar a saúde, de que não fazia apreço. Os filhos, estes penhores ternos do amor conjugal; os amigos, os contemporâneos, e o que mais é – a esperança de os tornar a ver! Ah! Brasileiros, aqui esmoreço, daqui não posso prosseguir avante, quando me lembro que, sendo um castigo em si terrível, ainda é pequeno para expiar tão atroz delito!

Demos graça a Piedosa Soberana, que sabe perdoar e confundir o crime com a recompensa da vida, de que gozam.¹

Em 22 de maio de 1792, quando a cabeça do alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pelo seu apelido de Tiradentes, pendia engaiolada na praça central de Vila Rica, o vereador Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos pronunciava, em sessão solene da Câmara, uma oração gratulatória pelo fracasso da Conjuração Mineira. Nesta “Festa do despotismo”, em meio à exaltação do poder reinante e o elogio à medida punitiva recebida pelo herói da Inconfidência, Diogo de Vasconcelos protestou fidelidade e obediência ao rei e ao governador, dando publicamente provas de submissão e inocência no discurso assistido pelos principais representantes de Vila Rica.

Sua atuação no evento de regozijo pelo suplício de Tiradentes é discutida pelos historiadores: há pesquisadores que o vêem como cúmplice e desleal para com os inconfidentes; e há aqueles que o defendem, por ele ter sido obrigado, como primeiro vereador da Câmara, a organizar a festa.

Em 29 de maio de 1789, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi convocado para depor na devassa instaurada pelo governador de Minas Gerais, capitão-general

---

¹. FESTA do despotismo (supplicio de Tiradentes). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 1, p. 401-415, jul./set. 1896, p. 407-408.

Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, o visconde de Barbacena. Em sua inquirição, após ser perguntado se sabia os motivos da prisão de Tiradentes, afirmou que ela se devia a “parvoíces”, que o dito alferes andava espalhando de “fazer uma república”.² O vereador foi bem-sucedido em livrar-se da suspeita de ser inconfidente. Não foi o único a fazê-lo, tão pouco cabe aqui incriminar os que buscaram salvar a própria vida por múltiplos caminhos em meio ao infortúnio que pairava sobre as Minas. O ideal sedicioso, imaginário de sonhos e esperança, converteu-se em pesadelo e desespero sob forças repressivas.

Para se estudar esse ambiente repleto de sonhos e tramas, os ADIM são a principal fonte e porta de entrada, em que se encontram praticamente todos os documentos do processo aberto para julgar o crime de Inconfidência que se abateu sobre a capitania de Minas Gerais em 1788-1789.

Para avaliar esse acontecimento foi instaurada uma “devassa” para se apurar criminalmente o delito, visando, por meio de inquirição de testemunhas e outros meios de provas, punir os responsáveis. A devassa foi instituída para descobrir crimes de lesa-majestade de primeira cabeça.

A legislação do período era o *Código Filipino* ou *Ordenações Filipinas*, que definia o crime de lesa-majestade como

traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que é tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharam que o comparavam à lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem e aos que com ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente: assim o erro de traição condena o que a comete, e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.³

As *Ordenações Filipinas*, aprovadas em 1603 e confirmadas em lei de 1643, foram elaboradas para cumprir determinações do Alvará, de 5 de julho de 1595, do rei Filipe II da Espanha e I de Portugal, que mandou rever, reformar e codificar toda a legislação portuguesa. Essas *Ordenações* tiveram como referência os códigos de Direito Romano e Canônico.⁴ Na estrutura, as *Ordenações Filipinas* reproduzem trechos do Direito Canônico e apresentam as matérias penais divididas em cinco

². ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 11, fl. 118 – Auto de perguntas ao bacharel Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Cadeia Pública, Vila Rica, 29/05/1789.

³. ORDENAÇÕES Filipinas. Edição fac-símile da feita por Candido Mendes de Almeida em 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, livro V, título VI, v. 3, p. 1153.

⁴. O Código de Direito Romano é o conjunto de leis romanas desde a fundação de Roma até a sua compilação por Justiniano. O Código Canônico é a coleção da legislação da Igreja Católica do século III ao século XIII organizada, em 1234, por São Raimundo da Penafort, no pontificado de São Gregório IX.

livros, sendo o quinto deles, “Dos direitos e das penas”, semelhante nas duas compilações.⁵

No *Acórdão dos juizes da devassa* apareceu descrito claramente o que foi esse tipo de crime, que contou com o envolvimento de alguns “vassalos da dita Senhora [rainha Maria I], animados do espírito de pérfida ambição”, os quais formaram um “infame plano para se subtraírem da sujeição e obediência devida à mesma Senhora, pretendendo desmembrar e separar do Estado aquela Capitania, para formarem uma república independente”.⁶

Compreendia-se por crime de lesa-majestade o delito político contra as seguranças interna e externa do Estado português na América. No século XVIII, a palavra crime era entendida como um “ato ilícito contra a lei, do qual se pode denunciar qualquer pessoa, para se lhe dar público castigo”, e delito era o mesmo que “pecado de omissão”.⁷ Violar a lei quer dizer não somente desobedecer ao rei, mas, também, em numerosos casos, infringir a ordem divina. Ao aliar a idéia de pecado à de crime, a legislação tornava-se híbrida, mesclando e confundindo idéias religiosas e políticas, invadindo a jurisdição celestial. No *Acórdão dos juizes da devassa*, aparece indicado que os conjurados “faltaram a mais recomendável obrigação de vassalos e católicos”.⁸ Era, então, um pecado grave contra Deus e contra a Igreja. Por meio dessa definição, a noção de submissão está diretamente associada à idéia de religião, pois como impinge o direito divino, o monarca é um representante de Deus na terra. Insurgir-se contra o soberano significava rebelar-se contra a religião católica. O crime não era só político, mas também religioso. O coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes afirmou em sua inquirição que a causa de sua prisão derivou da “notícia que se fez pública, de haverem nesta capitania sujeitos tão temerários e esquecidos dos seus mais religiosos deveres, que se atreveram a conspirar contra o legítimo domínio da rainha Nossa Senhora nesta conquista”;⁹ ou, ainda, na inquirição do capitão de ordenança de São João del Rei, Manuel Leite de Freitas: “depois de se fazerem várias

⁵. PAULA, João Antônio de. À sombra do passado. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 74-76, abr. 2000, p. 74; PINHO, Ruy Rebello. *O Livro V das Ordenações Filipinas à luz da Teoria Tridimensional do Direito*. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 1957, p. 6-7; LARA, Silvia Hunold. Introdução. In: *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 19-44.

⁶. ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fl. 57 – Sentença proferida contra os réus do levante e conjuração de Minas. Rio de Janeiro, 18/04/1792.

⁷. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* et al. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 612; 50.

⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fl. 57v – Sentença proferida contra os réus do levante e conjuração de Minas. Rio de Janeiro, 18/04/1792.

⁹. ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 2, fl. 162v – Auto de perguntas feitas ao coronel de cavalaria auxiliar de São João del Rei, Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Cadeia Pública, Vila Rica, 15/06/1789.

prisões no Rio de Janeiro e nesta capitania, tem ouvido dizer pública e geralmente que nesta capitania pretendia fazer-se uma sedição e motim e subtraírem-se à obediência e vassalagem que se devem a Sua Majestade”.¹⁰

O crime de lesa-majestade também podia ser atribuído a alguém que se levantasse contra pessoas ligadas diretamente ao rei, como as autoridades portuguesas instaladas em Minas Gerais. Os inconfidentes, ao aventarem a hipótese de decapitar o governador e as pessoas fiéis à monarquia, especialmente o ouvidor de Vila Rica, Pedro José de Araújo, o escrivão da Junta da Real Fazenda, Carlos José da Silva, e o ajudante-de-ordens do governador, Antônio Xavier de Resende, cometeram traição.¹¹ A pena aos conjurados deveu-se mais a esse projeto do que a qualquer outro estipulado em suas reuniões.

Exemplo de aplicação dessa medida punitiva é a execução de Tiradentes que foi enforcado, degolado e esquartejado, sendo os seus membros fincados em postes, colocados à beira do Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro a Vila Rica, com mensagens escritas em tábuas destinadas a advertir a população sobre a gravidade dos atos de conspiração. As inscrições diziam que “ninguém pode trair a Rainha, porque as próprias aves do céu se encarregarão de lhe transmitir o pensamento do traidor”.¹²

Para a apuração do crime foram instaurados processos de devassa, iniciados no Rio de Janeiro, a 7 de maio, e em Vila Rica, a 12 de junho de 1789, respectivamente. A devassa do Rio de Janeiro iniciou-se por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e foi presidida pelo desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, juiz sindicante, auxiliado pelo escrivão, o ouvidor Marcelino Pereira Cleto. Essa devassa pode ser dividida em três etapas distintas: a primeira que se refere às interrogações efetuadas após a prisão de Tiradentes, em 10 de maio, no Rio

¹⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 4, fl. 127v – Formação de culpa: inquirição da testemunha Manuel Leite de Freitas. Casa de aposentadoria do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, São João del Rei, 16/09/1789.

¹¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 125v – Formação de culpa: inquirição da testemunha José de Resende Costa. Casa do desembargador Pedro José Araújo Saldanha, Vila Rica, 28/07/1789. Em outro depoimento, ainda como testemunha, Resende comentou que “o primeiro passo da conjuração e motim era cortar-se a cabeça do Ilustríssimo e Excelentíssimo visconde de Barbacena, governador e capitão general desta capitania e ao coronel Carlos José da Silva”. In: ANRJ/ADIM-C5, v. 4, fl. 119v – Formação de culpa: inquirição da testemunha José de Resende Costa. Casa de aposentadoria do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Lagoa Dourada, 12/09/1789. Sobre a proposta de se matar as pessoas ligadas à administração de Minas Gerais, conferir, também: ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 7 – Carta-denúncia de Joaquim Silvério dos Reis ao governador visconde de Barbacena. Cachoeira, 19/04/1789, datada de Borda do Campo, 11/04/1789.

¹². GARCIA, Basileu. *Instituições do Direito Penal*, v. 1, p. 39. Apud. PIRES, Ariosvaldo de Campos. O processo jurídico da Inconfidência Mineira. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 83, 1993.

de Janeiro; a segunda, diz respeito às inquirições realizadas em Minas Gerais e, por último, àquela realizada após o retorno dos juízes ao Rio de Janeiro, onde foram concluídos os processos judiciais.

No dia posterior à prisão do alferes Tiradentes, em 11 de maio, os desembargadores receberam as primeiras peças do Auto de Corpo de Delito, abrindo-se o processo com duas cartas-denúncia – a do coronel Joaquim Silvério dos Reis e a do ajudante-de-ordens João José Nunes Carneiro.¹³

Em Minas Gerais, o governador visconde de Barbacena mandou efetuar as prisões do ex-ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga, do magistrado e fazendeiro Inácio José de Alvarenga Peixoto e do padre Carlos Correia de Toledo, e enviá-los ao Rio de Janeiro. Por aqueles três réus representarem, naquele instante, o tripé político-econômico-social da Inconfidência – Gonzaga simbolizava a elite intelectual e política, Alvarenga os meios econômicos e militares e o padre Toledo, o religioso –, o vice-rei determinou que se averiguasse a trama sediciosa que se abateu sobre a capitania. De 11 de maio a 8 de junho de 1789, a devassa fluminense ouviu oito testemunhas, e, julgando-se necessária a continuação dos trabalhos em Vila Rica, o vice-rei ordenou aos desembargadores que seguissem para a capital mineira, onde realizariam inquirições e diligências.

Na condição de vice-rei e governador da Relação do Rio de Janeiro, e tendo o tribunal jurisdição sobre a capitania de Minas Gerais, além de competência advocatória, Luís de Vasconcelos determinou ao governador Barbacena que enviasse os elementos que dispunha para o Rio de Janeiro. Essa decisão mudou completamente os planos que o visconde tinha sobre os destinos dos inconfidentes. Ele esperava que tudo se encerrasse com a detenção dos principais implicados, longe de Minas, e sem a abertura de inquérito judicial.

Quando soube da decisão do vice-rei, Barbacena decretou, em 12 de junho, a abertura de sua própria devassa, que teve início no dia 15 daquele mês. Nomeou como desembargadores Pedro José Araújo Saldanha, ouvidor da comarca de Vila Rica, como juiz sindicante, e José Caetano César Manitti, ouvidor da comarca de Sabará, como escrivão.

A partir de 15 de junho até a chegada dos juízes do vice-rei, em 15 de julho, a devassa de Vila Rica ouviu 64 testemunhas na formação de culpa. Em 18 de julho, os membros da devassa fluminense requereram licença do governador para continuar

---

¹³. Corpo de delito é a “caracterização judicial de um delito de forma a não poder haver dúvida de sua existência, não restando mais que descobrir ou convencer o seu autor”. Conferir: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Glossário: corpo de delito. In: ADIM, v. 1, p. 354. A carta-denúncia de Silvério dos Reis, que serviu como documento de abertura da devassa do Rio de Janeiro, não deve ser confundida com a que ele entregou ao governador visconde de Barbacena, no mês de abril, em Minas Gerais.

suas diligências em território mineiro e reunir num só processo as investigações realizadas até então. Neste último ponto, os representantes fluminenses não foram bem sucedidos, pois o governador Barbacena irritou-se em várias ocasiões com o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, relutando em dar cumprimento às ordens do vice-rei. Em ofício de 23 de julho, Barbacena declarou sua total discordância perante as ordens vice-reais, interpretadas como uma invasão de jurisdição administrativa:

... em consequência das novas instâncias de Vossa Mercê [desembargador Torres] e do ofício do senhor vice-rei do Estado, (...) tenho mandado (...) que todos os autos originais sejam entregues a Vossa Mercê no estado em que se acham, feitas que sejam as cópias que me são precisas, e tiradas somente, entretanto, algumas testemunhas que já estiveram avisadas, e as referidas. Com isto, começo a dar a Vossa Mercê o auxílio que me requer, e pode ficar na inteligência que o mesmo se lhe há de continuar sempre, e toda a instrução que lhe for necessária, até que Vossa Mercê dê por concluída a sua importante diligência, cuja relevância e ponderação, com outros motivos atendíveis nas presentes circunstâncias, assentei que excluam não só a disputa, mas até o exame da legitimidade e competência da jurisdição e alçada, com que Vossa Mercê se julga autorizado.¹⁴

Ainda que o desembargador Torres estivesse credenciado pelo vice-rei para exercer sua jurisdição em Minas, o governador visconde de Barbacena ignorou esse fato, continuando, por conta própria, suas investigações, mesmo recebendo ordens para cessar as inquirições.

Kenneth Maxwell levantou a hipótese de que, provavelmente, o governador de Minas tivesse sido conivente com os planos da Conjuração, ao confundir dados do processo e ao resistir em aceitar o aprofundamento das investigações em sua jurisdição político-administrativa.¹⁵ Essa suspeição, ao que tudo indica, parece ter fundamento, pois a atuação de Barbacena durante o processo judicial parece ter sido ambígua.¹⁶ Em ofício ao vice-rei, de 11 de maio, propôs a seguinte medida:

¹⁴. ANRJ/ADIM-C5, v. 4, fl. 52 – Ofício do visconde de Barbacena ao desembargador José Pedro Machado Coelho Torres. Vila Rica, 23/07/1789.

¹⁵. É Kenneth Maxwell quem nos informa no capítulo “A farsa” pormenores da trama inconfidente, revelando sutilmente a atuação do visconde de Barbacena, que não foi frontal, confundindo dados do processo, e suas possíveis ligações com envolvidos no levante. Conferir: MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 168-204.

¹⁶. Interessante análise sobre os conflitos jurisdicionais e os processos discursivos pelos quais os sujeitos envolvidos na Conjuração Mineira se (des)velaram pode ser lida em: FOCAS, Júnia. *Inconfidência Mineira: a história dos sentidos de uma história*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002; particularmente em seu capítulo 4º (Das cartas-denúncia às inquirições das devassas: a construção discursiva dos sentidos da traição), p. 69-107; no trecho, p. 79-82.

... acho conveniente dar logo parte a Sua Majestade para ocorrer com as providências necessárias e ordenar o que for servida, remediando-nos, entretanto, e acudindo com os meios interinos que estiverem na nossa mão. E tirar daqui e do Brasil os cabeças do motim que se puderem descobrir, sem maior aparato, dando a entender causa ou culpa diversa, ou não dizendo o porque.¹⁷

Neste trecho do documento, o visconde de Barbacena expôs com precisão o seu plano de apenas expulsar de Minas e do Brasil os suspeitos de participarem da rebelião mineira, punindo-os sem formação de culpa e apuração das responsabilidades.

As disputas entre o vice-rei e o governador, ou entre as devassas de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro, que realizavam investigações concomitantemente, faziam com que os trabalhos se tornassem difíceis. Em janeiro de 1790, isto é, mais de nove meses depois de abertas às devassas, os impasses chegaram a tal ponto de conflito que os trabalhos, ameaçados de cessarem, tiveram que esperar providências vindas de Portugal para solucionar os impasses jurisdicionais. A rainha Maria I nomeou um tribunal especial para unificar e proclamar sentença irrecorrível.

Nesse ínterim, Barbacena enviou, por intermédio de Francisco Antônio Rebelo, uma cópia dos Autos de Minas ao ministro Martinho de Melo e Castro, secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos; e, uma segunda cópia, pelo caminho da Bahia, sob a responsabilidade do porta-estandarte Francisco Xavier Machado, que deveria entregar ao governador da Bahia para que este despachasse o documento em navio seguro para Portugal. Quando a cópia expedida pelo visconde de Barbacena chegou a Lisboa, um terceiro exemplar, com cópia da devassa do Rio de Janeiro, mandado pelo vice-rei já estava em poder do ministro.

No início de 1790, as devassas foram unificadas no Rio de Janeiro. Naquele mesmo período, o vice-rei adoeceu e o processo foi levado adiante pelo seu ajudante-de-ordens Camilo Maria Tonelet.¹⁸ Em 6 de julho, o vice-rei Luís de Vasconcelos foi substituído por dom Luís José de Castro, o conde de Resende.¹⁹

Entre setembro e outubro de 1790, o ministro Martinho de Melo e Castro instituiu um Tribunal de Inquérito Visitador ou de Alçada para investigar e julgar especificamente assuntos relacionados à Inconfidência Mineira. A comissão foi

¹⁷. Ofício do visconde de Barbacena a Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei, remetendo cartas-denúncias de Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Correia Pamplona (cópias). Cachoeira do Campo, 11/05/1789. In: ADIM, v. 8, p. 158.

¹⁸. Ofício de Camilo Maria Tonelet, ajudante de ordens do vice-rei, no impedimento deste, a Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia da Devassa-RJ. Rio de Janeiro, 24/02/1790. In: ADIM, v. 8, p. 276-277.

¹⁹. MATHIAS, Herculano Gomes. Introdução histórica. In: ADIM, v. 1, p. 27.

composta pelo desembargador do Conselho Ultramarino Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, presidente, nomeado também chanceler do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, agravante, e pelo desembargador Antônio Gomes Ribeiro, agravista.²⁰ No Rio, o grupo se completaria com três outros desembargadores, José Veiga, João Figueiredo e João Amorim, e o escrivão desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, assistido pelos escrivães-auxiliares Marcelino Pereira Cleto e José Caetano César Manitti.²¹ A indicação de Manitti, que já era escrivão da devassa mineira, permitiu-nos conjecturar que a decisão do ministro visava a compensar politicamente Barbacena pela mudança de foro.

A Alçada trabalhou intensamente: determinou a prisão de numerosos suspeitos e multiplicou os interrogatórios e as acareações. O acórdão de sentença, proferido pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em abril de 1792, condenou apenas um único réu, comutando a pena dos demais inconfidentes em degredo para a África. Tiradentes foi condenado a ser “conduzido pelas ruas públicas”, com pregão e barço, até o lugar da forca, para que “nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica”, onde no lugar mais público seja “pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma”. Seu corpo, “dividido em quatro quartos”, também seria exposto em postes pelo caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos principais lugares onde o alferes fizera a campanha pela sedição, “até que o tempo também os consuma”.²²

Na mesma sentença condenaram-se outros conjurados à pena capital, sendo que o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, acompanhado do escravo Nicolau, e José Álvares Maciel ainda deveriam ser esquartejados e ter seus quartos expostos à execração pública; para o capitão José

²⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fl. 2v – Carta Régia de 17 de julho de 1789, sobre a Alçada do Rio de Janeiro.

²¹. Ofícios do Conde de Resende a Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a chegada ao Rio de Janeiro dos ministros da Alçada. Rio de Janeiro, 24/01/1791; Nomeação do Des. José Caetano César Manitti, para escrivão da Alçada-RJ. Rio de Janeiro, 15/06/1791. In: ADIM, v. 11, p. 67-68; 71.

²². ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fl. 90v – Sentença proferida contra os réus do levante e conjuração de Minas. Rio de Janeiro, 18/04/1792. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em discurso pronunciado na Câmara de Vila Rica, na sessão de 22 de maio de 1792, reproduzido como epígrafe deste item do capítulo, se referiu expressamente a cabeça do alferes Tiradentes exposta no centro da praça da vila: “Fui testemunha e o foram todos aqueles que me ouvem da mágoa pública e da viva dor, que o nome de sublevação infundiu em vossos corações; nome infame que feriu e ofendeu a primeira vez vossos ouvidos; crime horrendo, cujo efeito mostram no centro daquela praça os restos de um pérfido!”. In: FESTA do despotismo... op. cit., p. 407.

de Resende Costa e seu filho de nome homônimo, o cirurgião Salvador Carvalho do Amaral Gurgel e o doutor Domingos Vidal de Barbosa Laje seriam aplicadas apenas a força e permitido o sepultamento. Os demais – o guarda-livros Vicente Vieira da Mota, o coronel José Aires Gomes, o estalajadeiro João da Costa Rodrigues, o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga e o carpinteiro Antônio de Oliveira Lopes – receberam como pena o degredo perpétuo para a África. O capitão João Dias da Mota recebeu 10 anos de degredo. O alferes Vitoriano Gonçalves Veloso, além de degredo perpétuo, ganhou a pena adicional de dar três voltas em redor da força, porque era mulato. Todos tiveram declarado infames filhos e netos, inclusive o advogado Cláudio Manuel da Costa, que morrera na prisão em 1789.²³ Contra os réus eclesiásticos – cônego Luís Vieira da Silva e padres José da Silva e Oliveira Rolim, Manuel Rodrigues da Costa, Carlos Correia de Toledo e José Lopes de Oliveira – nada se leu, pois seriam remetidos para Lisboa, onde receberiam a sentença condenatória.²⁴

Quatro horas depois de proclamada a sentença e do tumulto que ela causou entre os condenados, ocorreu a leitura da carta de perdão da rainha Maria I, de 15 de outubro, mantida em segredo pela Alçada, que estabelecia os castigos. Todos os réus, exceto Tiradentes, tiveram a pena comutada em degredo para a África.²⁵

Na manhã de 21 de abril, realizou-se o espetáculo de enforcamento, decapitação e esquartejamento do alferes Tiradentes na cidade do Rio de Janeiro. A comitiva com as partes de seu corpo, como previa a sentença, partiu em 22 de abril, chegando a Vila Rica em 21 de maio. No dia seguinte, iniciaram-se os festejos pelo malogro da Conjuração Mineira e a morte de Tiradentes: sua cabeça foi colocada no centro da praça da vila, finalizando a história da repressão à Inconfidência Mineira, dando início ao processo de seqüestro dos bens dos conjurados pela coroa portuguesa, com o propósito de se apurar os valores tomados aos réus e os pagamentos das custas processuais aos respectivos credores.

²³. ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fls. 91-93 – Sentença proferida contra os réus do levante e conjuração de Minas. Rio de Janeiro, 18/04/1792; Relação da formalidade com que se executou a sentença que se deu na Relação do Rio de Janeiro aos Réus da Conjuração fomentada em Minas. In: ADIM, v. 11, p. 91-94; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 393-394.

²⁴. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 183.

²⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fls. 93v-95 – Carta Régia pela qual se suspendeu a execução dos réus, menos o cabeça e chefe deles. Palácio de Queluz, 15/10/1790; ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fls. 95-96 – Acórdão por virtude desta Carta Régia. Rio de Janeiro, 20/10/1792; ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fls. 96-96v – Acórdão dos outros réus. Rio de Janeiro, 20/10/1792.

2.

As fontes sobre a Conjuração Mineira

Desde a publicação de *História da Conjuração Mineira* (1873), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, primeiro texto dedicado exclusivamente à análise da sedição de 1789, gerações de pesquisadores vêm se dedicado ao exame das fontes documentais utilizadas para explicar esse evento. Nos últimos anos, a historiografia tendeu a estudar Inconfidência com base nos ADIM, na sua edição mais recente, em dez volumes, e que data de 1976 a 1983, ou nas pesquisas históricas que se detiveram nos *Autos* exclusivamente.²⁶

Nova publicação de documentos referentes à Conjuração veio a lume em 2001, com o lançamento do 11º volume dos ADIM. Apesar dessa iniciativa, a edição da totalidade da documentação histórica relativa ao episódio mineiro ainda está longe de ser concluída.

A documentação básica que serviu a essas edições foi o Códice 5 (“Inconfidência de Minas Gerais. Levante de Tiradentes 1788-1792”), do ANRJ, que reúne todas as peças do processo constantes nas devassas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais como os corpos de delito, formados pelas cartas-denúncia, os ofícios, as ordens, as portarias, as inquirições de testemunhas, os autos de perguntas feitas aos réus, as petições, os atestados, os embargos, os autos de exame e separação realizados em papéis julgados comprometedores apreendidos aos inconfidentes, as sentenças e os autos de seqüestro de bens.²⁷

Encadernados em 9 volumes, apresentam a seguinte distribuição:

Volume 1º - Devassa de Minas Gerais

Volume 2º - Devassa em Minas Gerais (Apensos)

Volume 3º - Devassa em Minas Gerais (Apensos)

Volume 4º - Devassa no Rio de Janeiro

Volume 5º - Devassa no Rio de Janeiro (Apensos)

Volume 6º - Devassa no Rio de Janeiro (Apensos)

Volume 7º - Seqüestros

²⁶. O debate historiográfico, desde o aparecimento do tema do movimento insurreto mineiro nos compêndios de História, em 1797, até 2002, pode ser lido no primeiro capítulo de: RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 19-60.

²⁷. FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 140.

Volume 8º - Documentos diversos – Suplementos

Volume 9º - Documentos diversos – Suplementos.

Há, também, no ANRJ, um volume datilografado, com cópia de documentos referentes aos réus degredados para Angola, cujos originais pertencem ao Arquivo Histórico do Museu de Angola.

O Códice 5 possui, ainda, um volume com cópia das peças originais dos Autos Crimes de 1791, que estão em exposição no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (Minas Gerais). Dentre os documentos que compõem este volume incluem-se os processos relativos aos réus eclesiásticos, a sentença proferida contra os sediciosos mineiros (de abril de 1792), a defesa dos réus, os embargos e o definitivo acórdão da Alçada, de maio de 1792.²⁸

Em Portugal, cópia dos Autos de Devassa pode ser encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). No Brasil, o ANRJ divide com a FBN e o AHMI o privilégio de possuir os Autos de Devassa. Em sua Seção de Manuscritos, a FBN custodia, em um volume, os originais dos Autos Crimes de 1791 e a conclusão das devassas (defesa e acórdãos) e, em outro, cópia da devassa existente no ANRJ.²⁹ O AHMI possui cerca de 30 documentos assinados por pessoas envolvidas na Inconfidência Mineira e o exemplar do *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Angloises, Confédérées sous la Dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale* [Compilação das leis constitutivas das colônias inglesas, confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América Setentrional], de 1778, que integrava os Autos como peça incriminatória de Tiradentes.³⁰

Sob a guarda do APM existem 34 documentos originais relativos ao exercício dos futuros inconfidentes na estrutura administrativa da capitania de Minas Gerais, especialmente do alferes Tiradentes, como comandante do Caminho Novo, de Cláudio Manuel da Costa como secretário de governo, de Tomás Antônio Gonzaga como ouvidor e corregedor da comarca de Vila Rica e de Alvarenga Peixoto como ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes.

---

²⁸. FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 140; ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto: MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência, 1997, p. 28-29.

²⁹. FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 140.

³⁰. OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota explicativa ao Apenso XXVIII – *Coleção das leis constitutivas das colônias inglesas confederadas sob o nome de Estados Unidos da América Setentrional*. In: ADIM, v. 3, p. 20; ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. op. cit., p. 11. Sobre a circulação e a leitura do *Recueil* entre os inconfidentes, conferir o interessante estudo de: SOUZA, Rafael de Freitas e. *Tiradentes leitor*. Viçosa, MG: Suprema, 2008.

Outros destaques da documentação do APM incluem a Sentença Cível de Formal de Partilhas de José Aires Gomes e um manuscrito do poema Vila Rica, da autoria de Cláudio Manuel da Costa, datado de 1773. Outros manuscritos deste mesmo poema podem ser encontrados no IHGB, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na FBN e na Biblioteca de Sainte Geneviève, de Paris.³¹ De Tiradentes, por exemplo, se conhece mais de 200 documentos autógrafos recolhidos em sua maior parte na FBN. A Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida custodia os manuscritos do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei (BMBCA/ACMSJDR), onde se encontram variados documentos assinados por Inácio José de Alvarenga Peixoto quando exerceu o cargo de ouvidor do Rio das Mortes.

Na Coleção Casa dos Contos aparecem os nomes de vários sediciosos. As assinaturas mais freqüentes são as do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, que como comandante do Regimento de Cavalaria Paga (tropa regular) era obrigado a despachos diários no expediente destinado à apreciação da Junta da Real Fazenda, e do guarda-livros Vicente Vieira da Mota que, servindo ao contratador João Rodrigues de Macedo nos seus múltiplos e complicados negócios, deixou no acervo da Casa do Real Contrato das Entradas copiosa quantidade de cartas e documentos contábeis por ele minuciosamente elaborados. Silvério dos Reis é outro nome que se destaca pela quantidade de papéis que deixou juntamente com seu irmão, João Damasceno dos Reis Figueiredo Vidal e seu sogro, Luís Alves de Freitas Belo, que com ele trabalhavam na administração e cobrança de dívidas referentes ao contrato das Entradas, arrematado para o triênio de 1782 a 1784. Outros inconfidentes também são dignos de nota nessa coleção, como Domingos de Abreu Vieira, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, José Aires Gomes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, padre Carlos Correia de Toledo e os delatores Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Correia Pamplona, entre outros.³²

³¹. SILVA, Lúcia Maria Alba da; CASTRO, Maura Macedo Corrêa e; TÓRTIMA, Pedro. A Inconfidência Mineira no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 105-112, abr./jun. 1992, p. 106; AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 38.

³². Sobre o exame dos manuscritos originais da Coleção Casa dos Contos, apesar de tal índice já estar em desuso, conferir: MATHIAS, Herculano Gomes. *A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto: documentos avulsos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966; no texto, utilizamos informações constantes nas p. 10-11. Alguns documentos concernentes ao acervo da Casa dos Contos, que se encontram custodiados na FBN, foram transcritos e podem ser consultados em: AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 65, p. 153-308, 1943. Recentemente publicou-se o inventário completo, revisado e atualizado dos livros que integram esta Coleção, dispersos no ANRJ, na FBN e no APM. Conferir: BOSCHI, Caio César; MORENO, Carmen;

Sobre a localização e a dispersão dos documentos da Conjuração Mineira, o engenheiro e advogado Lúcio José dos Santos, em princípios dos anos de 1920, quando preparava *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, foi feliz ao proclamar que “os documentos da Inconfidência como o cadáver do herói a que se referem foram esquartejados”.³³

Devido a essa separação documental e ao conhecimento precário dos acervos espalhados por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Lisboa, a história da Conjuração Mineira ainda está longe de ser desvendada.

A dispersão dos documentos deveu-se à subterrânea disputa de poder em torno da competência entre o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e o governador Barbacena, para ver quem prestava melhores serviços a Sua Majestade. Por causa deste conflito existem várias cópias extraídas das devassas. Entre uma cópia e outra não pode ter ocorrido a omissão e/ou o acréscimo de informações? A cópia da devassa de Minas, entregue por Francisco Antônio Rebelo e que se encontra no AHU, é semelhante ao documento pertencente ao ANRJ? Quando o ministro Martinho de Melo e Castro mandou unificar as devassas, os manuscritos (o mineiro e o fluminense) foram entregues ao vice-rei no Rio de Janeiro. O processo unificado passou a denominar-se *Autos Crimes – Juízo da Comissão Contra os Réus da Conjuração de Minas Gerais*.

Após a ordenação da documentação, a Alçada distribuiu os documentos na ordem em que atualmente se encontram. Dos volumes do processo-crime original, a coleção do ANRJ é a mais completa. Houve, ainda, diversas transposições posteriores na colocação de várias peças, além do inexplicável desaparecimento de outras, sendo o caso mais grave, o da ausência do único interrogatório de Cláudio Manuel da Costa, prestado em Vila Rica, em 2 de julho de 1789, dois dias antes de sua trágica morte nos cárceres da Casa dos Contos.

O documento original “Auto de perguntas feitas ao bacharel Cláudio Manuel da Costa” que figurava em Apenso, na devassa de Minas Gerais, sob o número 4, desapareceu. Conhecemos, contudo, sua transcrição por ter sido publicada pelo historiador Alexandre José de Melo Moraes nas páginas de seu jornal *Brasil Histórico* (1864). Na introdução às *Obras completas de Cláudio Manuel da Costa*, organizada por João Ribeiro (1903), também se encontra reproduzido o depoimento de Cláudio.³⁴

FIGUEIREDO, Luciano (Coord.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUC-Minas, Fapemig, 2006.

³³. SANTOS, Lúcio José dos. op. cit., p. 61.

³⁴. MATHIAS, Herculano Gomes. Introdução histórica. In: ADIM, v. 1, p. 34; n. 1, p. 71.

Depoimento, aliás, que não consta na primeira publicação sistemática dos ADIM (1936-1938). Na segunda edição (1976-1983), o testemunho de Cláudio se encontra publicado incompleto, pois não se mencionou o trecho em que ele incriminou o governador visconde de Barbacena como participante da Conjuração Mineira, gerando, portanto, fortes indícios para o seu assassinato. Na “Nota final” do 10º volume dos *Autos*, que só foi publicado em 1983, Herculano Gomes Mathias mencionou o fato e transcreveu a passagem omitida.³⁵ Infelizmente, como alertou Paulo Gomes Leite, “nem todos os estudiosos tomaram conhecimento da lamentável falha, susceptível de prejudicar seriamente os estudos históricos”.³⁶

Das composições poéticas de Alvarenga Peixoto nos restaram 32 poemas. Se a eles juntarem-se a Ode inconclusa, apreendida pela devassa mineira entre seus papéis seqüestrados, e o soneto desaparecido por determinação exclusiva de Joaquim Norberto de Sousa Silva, que em 1865 decidiu omiti-lo de sua compilação da obra de Alvarenga por julgá-lo “indigno do autor, e por demais ofensivo aos heróis da emancipação da América inglesa”, somam-se 34 obras em verso.³⁷ A omissão de Joaquim Norberto fez com que se perdesse para a posteridade um poema do inconfidente.

Entre os documentos do IHGB estão quatro apógrafos do poema satírico *Cartas Chilenas*, atribuídos a Tomás Antônio Gonzaga. Somente um deles possui as 13 “cartas”, hoje, conhecidas. Os outros três manuscritos revelam diferenças no número e na seqüência das missivas sarcásticas, sugerindo a possibilidade de uma

³⁵. MATHIAS, Herculano Gomes. Nota final. In: ADIM, v. 10, p. 11. Eis o trecho omitido: “Foi mais perguntado que destino se tinha determinado ao Exmo. Sr. Visconde General. Respondeu, que como já disse, não viu plano algum nem artigos, e sempre supôs que não passava de brinco de palavras, tudo o que diziam aqueles homens, se bem que em certa ocasião ouviu dizer ao doutor Gonzaga, segundo sua lembrança, que o general, o Exmo. Sr. Visconde, sempre dizia ter o primeiro lugar no caso de sublevação, o que ele, respondente, continuando na mesma graça, disse que fizera bem trazer mulher e filho em tal caso. Foi mais perguntado se sabe, ou ouviu dizer, que haviam já leis para a nova república, que se pretendia erigir, respondeu que persuade-se que não se tendo tentado a ação, mal poderia cuidar-se nisso”.

³⁶. LEITE, Paulo Gomes. Um cirurgião letrado e a morte de Cláudio Manuel da Costa. *Extensão: Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 9, n. 30, p. 53-63, dez. 1999, p. 54. A trágica morte de Cláudio Manuel da Costa foi durante muito tempo um dos maiores enigmas ligados à Conjuração Mineira, tendo suscitado polêmica entre os historiadores que se ocuparam do fato. Por exemplo, João Ribeiro, Lúcio José dos Santos, Eduardo Frieiro, Manuel Rodrigues Lapa, Tarquínio José Barbosa de Oliveira e Luciano Figueiredo afirmaram que o poeta se enforcou na prisão; outros, como José Pedro Xavier da Veiga, Waldemar de Almeida Barbosa, Kenneth Maxwell, Márcio Jardim e Paulo Gomes Leite defenderam a tese de que foi assassinado, provavelmente por ordem do visconde de Barbacena, seriamente comprometido pelas declarações do poeta em seu depoimento. No artigo citado, Paulo desvendou a identidade de um dos dois cirurgiões que atestaram a morte do poeta na Casa dos Contos apelidado de “o Paracatu” – Caetano José Cardoso.

³⁷. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fls. 40-41 – Auto de exame e separação feita nos papéis apreendidos ao coronel Alvarenga Peixoto. Vila Rica, 11/06/1789; PEIXOTO, Ignacio José de Alvarenga. *Obras poéticas*. op. cit., nota 25, p. 72-73.

versão original com sete cartas, segundo Joaci Pereira Furtado, em informações extraídas da obra crítica de Gonzaga, organizada pelo filólogo Manuel Rodrigues Lapa. Sabe-se de um quinto manuscrito existente na Biblioteca Pública de Belém, no Pará.³⁸

Além dessa dispersão, nos manuscritos das *Cartas* encontram-se erros de grafia e variantes de versos, totalmente previsíveis em se tratando de documentos feitos inclusive por copistas pouco familiarizados com a Gramática.³⁹ Em trechos das devassas e dos seqüestros, as práticas notariais ora são minuciosas ora displicentes e repletas de falhas e omissões. Da mesma maneira que os quatro apógrafos das *Cartas Chilenas*, custodiados no IHGB são diferentes, as versões dos ADIM e documentos contemporâneos ao movimento também não poderiam compartilhar tal prática?

A dispersão dos documentos relacionados à Conjuração Mineira, encontrada em muitos e variados arquivos, e a mistura que se faz, muitas vezes, entre a história da Conjuração e a história dos inconfidentes são fenômenos complicadores no estudo do movimento. Não se pode esquecer, também, da glorificação que se faz da personagem Tiradentes – iniciada com o advento da República – elevada ao panteão de maior herói do movimento e da história do Brasil.

A partir disso, muitos pesquisadores questionaram a validade dos Autos de Devassa como testemunho dos acontecimentos. A história da Inconfidência pode ser escrita com base nos depoimentos prestados à devassa? É Waldemar de Almeida Barbosa quem exprime tal colocação, para logo responder pela negativa, uma vez que eles são “vergonhosos, degradantes, falsos [e] mentirosos”, tendo sido obtidos aos réus por “métodos inquisitoriais”.⁴⁰

Sem entrar no mérito da questão exposta por Waldemar de Almeida Barbosa, perguntamos: como fazer a história da Inconfidência Mineira se não se lançar mão dos depoimentos da devassa? Por terem sido arrancados aos réus mediante processos rigorosos – como eram os métodos legais da época – os depoimentos não deixaram de expressar aspectos da verdade. Quase todas as testemunhas, procurando inocentar-se de qualquer participação no intento sedicioso, acabavam no curso de uma argüição produzindo relatos com, pelo menos, algumas passagens bastante

³⁸. GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Organização de Joaci Pereira Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13. Sobre o tema, conferir, também: LAPA, Manuel Rodrigues. As “*Cartas Chilenas*”: um problema histórico e filológico. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1958, p. 8-9.

³⁹. GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. op. cit., p. 14.

⁴⁰. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, s.d., p. 28, 27.

fidedignas de discussões e de fatos ocorridos em Minas Gerais nos anos de 1788-1789 ou ligados aos planos revolucionários. Algumas dessas informações se revelam coincidentes num confronto entre diversos interrogatórios, o que nos permite, pelo menos por hipótese, presumir sua veracidade.

Para melhor elucidar essa questão, podemos citar o episódio do batizado de dois dos filhos do poeta Alvarenga Peixoto – José Eleutério, nascido em 1787, e João Damasceno, recém-nascido – ocorrido em 8 de outubro de 1788, na vila de São João del Rei. Vários são os interrogados que afirmaram ter presenciado ou conhecido os assuntos que teriam sido discutidos naquela festa religiosa. No ardor das libações, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza (irmão do padre Toledo, celebrante do batizado) afirmou que cortaria com seu terçado a cabeça do governador visconde de Barbacena.⁴¹ Foi provavelmente daí que surgiu a senha para a eclosão do intento sedicioso: “Tal dia é o batizado!”.⁴²

Márcio Jardim, embora reconheça o valor dos ADIM como fonte factual, considera que os inconfidentes subtraíram informações sobre o levante, cuja real extensão e alcance o governo mineiro minimizou, mas não chegou de fato a apreender.⁴³ Apesar disso, o registro das concepções do vencedor (tendo os *Autos* como fonte oficial) não pode ser desconsiderado por quem se propõe a avaliar a amplitude da repressão metropolitana imposta aos inconfidentes. Se seu estudo é insuficiente para que se compreendam as tramas, as redes e os emaranhados dos acontecimentos, ainda assim eles são indispensáveis.

---

⁴¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 119v – Formação de culpa: inquirição da testemunha Antônio Manuel de Almeida. Casa do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha. Vila Rica, 28/07/1789.

⁴². ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 7 – Carta-denúncia de Joaquim Silvério dos Reis. Cachoeira, 19/04/1789, datada de Borda do Campo, 11/04/1789.

⁴³. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 15.

3.

Os seqüestros de bens na historiografia

Coube ao barão Homem de Melo, ao orientar a transcrição e a publicação de uma série de documentos sobre a Conjuração Mineira, pertencentes, em sua maior parte, ao acervo do IHGB, divulgar os Autos de Seqüestro que até aquele instante não haviam sido pesquisados e publicados e dos quais extraiu algumas peças de grande valor, como a relação dos livros que compunham a biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva.⁴⁴

Muitos anos mais tarde, Eduardo Frieiro trataria do mesmo assunto no primeiro capítulo de seu livro *O diabo na livraria do cônego* (1945). Preocupou-se em inventariar e analisar os livros apreendidos pela devassa mineira, a fim de desvendar quais deles o cônego lia e quais as inclinações ou direções de seu pensamento, já que foi um dos indivíduos das Minas Gerais que “respirou a plenos pulmões os melhores ares do espírito do tempo”.⁴⁵

Como homem em dia com as idéias européias, Luís Vieira possuía numerosas obras que representavam o enciclopedismo, a filosofia racionalista e o otimismo naturalista dos iluministas franceses. Os livros encontrados em sua posse foram primordiais, segundo Eduardo Frieiro, para a concretização do levante, uma vez que influíram decisivamente nos ânimos revolucionários dos demais envolvidos na Conjuração Mineira.

O espírito do inconformismo e da revolução – o espírito do diabo – estava presente no seqüestro. Sua biblioteca contava, ainda de acordo com Frieiro, com cerca de 800 volumes em 270 títulos.⁴⁶ Temas como Religião, Literatura, Filosofia e Ciências, do antigo ao novo, achavam-se bem representados. Há evidentes sinais de apreço à Antigüidade clássica e aos melhores clássicos franceses, italianos e portugueses. Textos filosóficos e literários franceses mostravam-se exagerados: Voltaire, Montesquieu, Bossuet, Racine, Corneille e Marmontel faziam-se representar, entre outros autores. No todo, nada sobre o Brasil ou do Brasil.⁴⁷

---

⁴⁴. SEQÜESTRO dos bens do cônego Luiz Vieira da Silva. *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, tomo 64, v. 103, p. 159-160, 1901.

⁴⁵. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 20.

⁴⁶. Ibidem, p. 24.

⁴⁷. Ibidem, p. 29-30.

Entre seus livros havia a predominância de assuntos de teor profano, contrário aos padrões da época, que indicavam que entre os religiosos, "a maioria possuía obras de devoção e liturgia, teologia e cânones".⁴⁸

Mesmo se conhecendo o teor revolucionário de sua biblioteca, o número exato de títulos e volumes que a formava era desconhecido. Por ser objeto de freqüentes referências e citações, a livraria do cônego Luís Vieira, nas palavras de Paulo Gomes Leite,

sempre impressionou os estudiosos, que não se cansam de louvar o valor cultural e histórico das obras que a compõem. Como sói acontecer em tais casos, a admiração, aliás justa, acabou por fazer acréscimos ao admirável acervo, alterando a realidade dos fatos e levando a falsas implicações históricas.⁴⁹

O número de livros atribuído ao cônego inconfidente impressiona. Enquanto Eduardo Frieiro, de maneira pioneira, atribuiu-lhe 270 obras em 800 volumes, como afirmado anteriormente; Paulo indicou 276 títulos em 563 volumes.⁵⁰ Em dois textos, seguimos os dados citados por este autor.⁵¹ Luiz Villalta, por exemplo, em textos diversos, apontou números discordantes: em sua dissertação de mestrado, *A 'torpeza diversificada dos vícios': celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*, escreveu que a biblioteca do cônego compreendia 241 títulos em 556 volumes e nos artigos "Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII" e "Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social", 279 títulos em 612 volumes.⁵²

⁴⁸. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 362; Idem. *A 'torpeza diversificada dos vícios': celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 197-198; Idem. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 19-52, jan./dez. 1995, p. 25.

⁴⁹. LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 8, n. 1/2, p. 153-166, 1995, p. 155.

⁵⁰. Ibidem, p. 156.

⁵¹. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 149; Idem. A atuação do padre Manuel Rodrigues da Costa na Conjuração Mineira e na Constituinte de 1823. op. cit., p. 134.

⁵². VILLALTA, Luiz Carlos. *A 'torpeza diversificada dos vícios'...* op. cit., p. 168; Idem. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais... op. cit., p. 24. Idem. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 302.

Apesar destas discrepâncias numéricas, descobrimos, com base nos Autos originais de Seqüestro de bens do cônego Luís Vieira, que, na verdade, lhe foram confiscados 266 livros em 569 volumes. Estes números baseiam-se nos traslados finais de seu seqüestro, após a devolução de livros que não lhe pertenciam e a reorganização temática e quantitativa das obras.⁵³ Esta flutuação em seus números explica-se por dois motivos: o desconhecimento que se tem do processo integral do seqüestro e por se acreditar que a listagem publicada nos ADIM seja um instantâneo perfeito e absoluto de tudo que o sedicioso tinha em sua casa, esquecendo-se que alguns dos bens poderiam ser de terceiros.

O importante é que, a partir da pesquisa de Eduardo Frieiro, o seqüestro de bens dos inconfidentes passou a ser utilizado como fonte documental no estudo da posse e na construção da história dos livros em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Bradford Burns, em *The Enlightenment in two Colonial Brazilian libraries* (1964), analisou a repercussão do Iluminismo em Minas Gerais, a partir do acervo da Biblioteca Municipal de São João del Rei, cujas origens remontam a duas bibliotecas formadas na segunda metade do setecentos, a dos inconfidentes José de Resende Costa, pai e filho, e a de Batista Caetano de Almeida, político do Primeiro Reinado.⁵⁴

As coleções pesquisadas comprovam a presença de autores representativos do Iluminismo, como Montesquieu, Rousseau, Mably, Raynal, Diderot, Voltaire, entre outros. Nas palavras do autor, surpreendeu o grande número de livros sobre os Estados Unidos inventariados nas duas bibliotecas.⁵⁵ De acordo com Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais, textos iluministas e sobre a independência norte-americana, lidos em situação colonial, permitiram aos inconfidentes discutirem as contradições inerentes ao sistema colonial, promovendo críticas sobre a legitimidade do regime, a exploração e o colonialismo mercantilistas português na América, assim como apreciações contrárias à administração e à escravidão.⁵⁶

---

⁵³. IHGB. DL 70.11 – Seqüestro em bens do cônego Luís Vieira da Silva.

⁵⁴. BURNS, E. Bradford. *The Enlightenment in two Colonial Brazilian libraries*. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, v. 25, n. 3, p. 430-438, 1964.

⁵⁵. *Ibidem*, p. 434.

⁵⁶. MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução do Brasil (1789-1801)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 27-35; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 144-174.

Figuras 1 a 4 – Livros que pertenceram ao inconfidente José de Resende Costa, o filho, doados à Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida, em São João del Rei

Em 1827, ano de inauguração da Livraria Pública da vila de São João del Rei, considerada a mais antiga biblioteca de Minas Gerais, José de Resende Costa, o filho, doou livros para compor o seu acervo. Dos 20 títulos e 61 volumes que faziam parte da biblioteca da família Resende Costa, apreendidos pela devassa, em 1791, somente dois destes títulos sobreviveram ao tempo: o poema “A religião”, de “Monsieur” Louis Racine (edição de 1775, em um volume em oitavo), e “Obras”, do dramaturgo francês Jean Baptiste Racine (em três volumes em oitavo). Por se conhecerem apenas seus títulos, listados na edição impressa da devassa como “Poema da Religião de Racine” e “Obras de Racine”, a historiografia atribuiu a autoria destas duas obras ao mesmo autor: Racine. Mas, qual Racine? Ao se localizar os livros, descobrimos que os autores eram diferentes – o dramaturgo Jean Racine era pai de Louis Racine.⁵⁷

⁵⁷. A historiografia a que me refiro é composta por: BURNS, E. Bradford. op. cit., p. 432; VILLALTA, Luiz Carlos. *A ‘torpeza diversificada dos vícios’...* op. cit., p. 202-203; PINTO, Rosalvo Gonçalves. op. cit., p. 65.

Foi graças aos seqüestros – e também a fontes diversas como denúncias feitas ao Santo Ofício, relatórios governamentais e inventários, por exemplo – que pesquisadores como Paulo Gomes Leite, Luiz Villalta e Álvaro de Araujo Antunes estudaram a distribuição da posse e a circulação de livros em Minas Gerais colonial. A partir do seqüestro dos livros realizados ao cônego Vieira, estes autores contestaram a visão que se tinha até então, de que a biblioteca desse religioso era a mais relevante no que concerne à bibliografia iluminista e revolucionária em Minas Gerais, e passaram a analisar bibliotecas particulares pertencentes a outras pessoas de destaque da sociedade setecentista mineira.

Paulo Gomes Leite estudou os livros que pertenceram ao doutor José Pereira Ribeiro, importante advogado em Mariana (Minas Gerais). Entre as 201 obras distribuídas em 486 volumes listados em seu inventário, datado de 1798, constatou que livros iluministas (muito deles proibidos pela censura régia), revolucionários e heréticos, abundavam em sua biblioteca. Ali estavam Mably, Voltaire, Genovesi, Robertson, d'Alembert, Montesquieu, Bielfeld, Condillac, e outros. Sabe-se, pelos ADIM, que o doutor Ribeiro tinha a *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes* [História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias], do abade Raynal, e a compilação das leis constitutivas dos norte-americanos.⁵⁸ Quando foi realizado o seu inventário, a obra de Raynal estava emprestada ao inconfidente Domingos Vidal Barbosa Lage, e as leis norte-americanas, ao cônego Vieira. Pela presença destes dois libelos em sua biblioteca e por eles serem constantemente referenciados pelos conjurados em contextos de crítica ao colonialismo português, Paulo atribuiu a essa biblioteca o epíteto de o mais importante “suporte ideológico da Inconfidência Mineira”.⁵⁹

⁵⁸. *A Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, de Guillaume-Thomas François Raynal (1713-1796), publicada em 1772, analisa a história dos impérios coloniais europeus desde a descoberta da América e narra a independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. Sobre a independência norte-americana, ver: RAYNAL, Guilherme-Thomas François. *A revolução da América*. Prefácio Luciano Figueiredo e Oswaldo Muntau Filho. Trad. Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. Sobre a presença dos portugueses na América, dedicou 136 páginas do quinto volume, nono tomo, ao Brasil. Conferir esta parte em: RAYNAL, Guilherme-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Prefácio de Berenice Cavalcanti. Trad. Mônica F. C. Campos de Almeida e Flávia Roncari Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora UnB, 1998.

⁵⁹. LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. op. cit., p. 156; 162. No interrogatório do padre Toledo, este disse que “havia um livro de um autor francês, que estava nas mãos de um doutor na cidade de Mariana o qual no fim trazia o modo de se fazerem os levantes, que era cortando a cabeça ao governador e fazendo uma fala ao povo (...) e que este livro tinha sido mandado queimar por Sua Majestade”. In: ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 5, fls. 10v-11.

Percorrendo esta mesma linha de análise e acompanhando a mesma personagem, Álvaro Antunes descortinou a trajetória do doutor Pereira Ribeiro, a partir da teia que constituía o seu universo relacional. Para isto, ele se deteve sobre a biblioteca desse doutor de Mariana, cruzando-a com a de dois outros advogados, os doutores Manoel da Silva Araújo e Antônio da Silva e Sousa, e com a do cônego Luís Vieira.⁶⁰

Ainda com relação às bibliotecas dos inconfidentes, Luiz Villalta procurou, valendo-se dos seqüestros de seus bens, identificar seus títulos, bem como classificar e quantificar os livros em divisões por assuntos e em dois grandes conjuntos (ciências sacras e ciências profanas), a fim de reconhecer regularidades entre essas diversas livrarias e a descoberta de traços singulares em cada uma delas.⁶¹ Indicou que nenhuma das bibliotecas dos participantes da Conjuração Mineira, em termos de tamanho, comparava-se à do bispo de Mariana, à época da Inconfidência, dom frei Domingos da Encarnação Pontevel, constituída por 412 títulos em 1056 volumes.⁶² A biblioteca que se aproximava dela, pela quantidade de obras, ainda que à distância, era a do cônego Vieira. Entretanto, no que se refere à distribuição temática das obras, a biblioteca do bispo marianense assemelhava-se às livrarias de dois outros eclesiásticos inconfidentes: padres Manuel Rodrigues da Costa e Carlos Correia de Toledo. Nelas se notam a preeminência das ciências sacras sobre as ciências profanas. Dentre as ciências sacras, os livros de Teologia e Liturgia são a maioria nas três livrarias.⁶³

Mas, de todas as questões investigadas por Villalta, as mais instigantes versaram sobre a distribuição da posse de livros e a boêmia literária em Minas Gerais colonial. O autor informou que, na segunda metade do século XVIII, os inconfidentes protagonizaram uma boêmia literária e que esta boêmia, saindo dos círculos

⁶⁰. Álvaro Antunes, ao estudar a relação do doutor José Pereira Ribeiro com sua biblioteca, enquanto proprietário e leitor, indicou-nos que sua livraria era composta por 204 títulos dispersos em 476 volumes. Conferir: ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 34. A quantidade de livros na biblioteca do doutor Ribeiro difere entre as análises de Paulo Leite, para menos, e a desse autor em 3 obras e 10 volumes. Luiz Villalta indicou que essa mesma biblioteca continha 211 títulos em 476 volumes. Conferir: VILLALTA, Luiz Carlos. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. op. cit., p. 302.

⁶¹. VILLALTA, Luiz Carlos. *A 'torpeza diversificada dos vícios'...* op. cit., p. 170-172.

⁶². Idem. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. op. cit., p. 376; Idem. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. op. cit., p. 306. Em sua dissertação, Villalta indicou-nos que os livros do bispo dom frei Domingos da Encarnação Pontevel somavam 1066 volumes. Conferir: Idem. *A 'torpeza diversificada dos vícios'...* op. cit., p. 169.

⁶³. Idem. *A 'torpeza diversificada dos vícios'...* op. cit., p. 179-191; Idem. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 374.

puramente literários, tornou-se, aos poucos, explicitamente política e subversiva, convertendo-se em Inconfidência. De sua existência, nos lembrou que os conjurados traziam obras proibidas do exterior, que permutavam livros e traduções de textos e discutiam as idéias apontadas nos livros.⁶⁴

Tais livros, ainda de acordo com Luiz Villalta, chegavam às mãos dos mineiros por intermédio de livreiros, da compra de espólios arrematados em leilão e de brasileiros que regressavam de estudos na Europa, trazendo em suas bagagens compêndios literários ilustrados que procuravam divulgar e integrar-se às correntes modernas dos conhecimentos filosóficos, científicos, literários e revolucionários que pretendiam a quebra dos laços coloniais.⁶⁵

Em suas reuniões, além de poesias, os inconfidentes discutiam a situação política e econômica da capitania de Minas Gerais, mirando-se no exemplo da bem-sucedida independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, que conheceram por meio de escritos publicados em francês. Apesar da posse de livros não ser disseminada, sua circulação era intensa. As obras eram lidas não apenas por aqueles que as compravam, mas também pelos seus familiares e amigos, por empréstimos, prática corrente entre os inconfidentes.⁶⁶

Os conjurados leram em Raynal, por exemplo, como informou Villalta, que “era justo voltar-se contra um soberano, fosse ele despótico ou não, e, ainda, que o problema dos impostos tinha estimulado os norte-americanos a se rebelarem”. Disso, os revoltosos concluíram que, em Minas, “a questão fiscal, materializada na Derrama, poderia surtir os mesmos efeitos, despertando o ódio nos povos e tornando-os aliados da sedição”. Exemplos extraídos desse livro auxiliavam seus leitores a pensar sobre sua experiência, a organizar o levante e a ordem pós-revolucionária.⁶⁷

As idéias revolucionárias difundiam-se por três suportes: os livros, as cópias manuscritas e a linguagem oral. Foi graças às devassas e aos seqüestros de bens que

⁶⁴. Idem. *Leituras e Inconfidência Mineira (1789)*. In: *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 453-509.

⁶⁵. Idem. *A ‘torpeza diversificada dos vícios’...* op. cit., p. 167-209.

⁶⁶. Vale à pena indicar que algumas das obras arroladas no seqüestro do cônego Vieira não lhe pertenciam, o que provocou algumas reclamações como, por exemplo, a do Intendente do Ouro de Vila Rica, desembargador Francisco Gregório Pires Bandeira, reclamação esta datada de 1790, da cidade de Mariana, solicitando a devolução de dois de seus livros que estavam emprestados ao cônego – a *História de Nápoles* e dois volumes de Mably. Conferir: IHGB. DL 70.11, fl. 11 – Seqüestro em bens do cônego Luís Vieira da Silva.

⁶⁷. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê... op. cit., p. 380; Idem. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura...* op. cit., p. 453-509.

se rastreou nas bibliotecas inconfidentes a posse, a circulação de livros em Minas Gerais colonial e os movimentos políticos que lhe eram contemporâneos.

Essa documentação também foi usada para se estudar a história da vida privada no Brasil colônia. Após a divulgação realizada pelo barão Homem de Melo dos potenciais de pesquisas oriundos das listagens de bens seqüestrados aos sediciosos mineiros, Hércia Dias (1939) utilizou a publicação dos ADIM para estudar o mobiliário usado em Minas Gerais em fins do século XVIII.⁶⁸

Depois de aproximadamente 50 anos, Leila Mezan Algranti utilizou evidências dos seqüestros para discutir aspectos da vida doméstica na América portuguesa. Para retratar os espaços da intimidade das famílias mineiras setecentista, a autora utilizou dados dos inconfidentes na reconstituição do mobiliário, dos utensílios de cama, mesa e banho, das sociabilidades e dos costumes domésticos de jogos, hospedagem, festas, visitas, reuniões etc..⁶⁹

No uso dos seqüestros como fontes de pesquisa para a história da questão agrária e da riqueza dos inconfidentes incluem-se as pesquisas de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, sobre a estrutura agrária e a escravidão na Conjuração Mineira, e a de Beatriz Ricardina Magalhães.⁷⁰

Baseando-se nos inventários dos bens seqüestrados e nos depoimentos das testemunhas ouvidas pela devassa de Minas Gerais, Carlos Magno concluiu que a mineração era a atividade à qual estavam ligados, pelo menos, 36% dos principais envolvidos no levante, sendo que em todos os casos a mineração estava associada a atividades agrárias e afins.⁷¹ Esta constatação lhe permitiu fazer a inferência de que a Inconfidência Mineira representaria muito antes, embora não exclusivamente, os interesses ou a participação de uma elite agrária (com todo o significado que esta

⁶⁸. DIAS, Hércia. op. cit., p. 163-172.

⁶⁹. ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154 (texto); 451-454 (notas); 475-477 (bibliografia).

⁷⁰. GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 2, p. 7-36, 1986; Ibidem. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 4, p. 85-99, 1987; GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. op. cit., p. 161-179; MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 31-45, 1989.

⁷¹. GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. op. cit., p. 163. Vários inconfidentes congregavam atividades diversas em suas lides, integrando mineração, agricultura e criação de animais, com outras atividades, tendo muitos deles sido contratadores, banqueiros, advogados, militares etc..

expressão contém) do que os interesses de um grupo de mineradores descontentes com uma taxação excessiva por parte da coroa.⁷²

Os historiadores que têm estudado a Conjuração Mineira, de acordo com o autor, são unânimes em caracterizá-lo como um movimento de elite, constituído por grandes mineradores e fazendeiros que, ameaçados pela possibilidade da cobrança da derrama, resolveram articular uma revolta que tivesse como objetivo livrar os mineiros das dívidas e dos impostos que deviam à coroa portuguesa, rompendo com a metrópole, tornando o Brasil independente. Pelo fato da derrama ser cobrada em ouro atribuiu-se aos mineradores o peso determinante na elaboração da revolta. Pelo fato de as articulações terem se dado em larga medida nos centros urbanos, criou-se também a tendência em atribuir ao movimento sedicioso um caráter essencialmente urbano.⁷³

Os encargos respectivos da agricultura e da mineração, assim como das diferentes regiões no conjunto da economia mineira, alteraram-se ao longo do tempo. A capitania encontrava-se em meio a uma retração da produção aurífera e assistia a uma mudança de eixo socioeconômico da região central para o sul, na comarca do Rio das Mortes, em decorrência do processo de diversificação econômica em curso.⁷⁴ O momento favoreceu o surgimento de uma consciência crítica devido à percepção dual que se produziu no interior da elite mineira: a colônia possuía riqueza e certa auto-suficiência, mas esta mesma riqueza, ao ser drenada para fora, engendrava pobreza e vexações aos colonos.⁷⁵

Além das divergências ideológicas, políticas ou pessoais entre os sediciosos, existiram também diferentes formas de concepção da riqueza e, mais importante, diferentes formas de apropriação de riqueza. Kenneth Maxwell, no livro *A devassa da devassa* (1973), um marco na historiografia do movimento sedicioso mineiro, demonstrou que a Conjuração urdida em Minas Gerais foi uma revolta da plutocracia (diferenciados setores sociais ligados à administração, à economia e à política) contra a política econômica portuguesa do ministro Martinho de Melo e Castro. Graças à política empreendida pelo marquês de Pombal, a camada dominante local ascendeu aos altos postos administrativos, fazendários e jurídicos da capitania, permitindo que o Estado fosse utilizado como instrumento de seus interesses particulares. A Inconfidência Mineira foi resultado da luta desta camada dominante (que ora denomina

---

⁷². Ibidem, p. 164.

⁷³. Ibidem, p. 164.

⁷⁴. VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 40; MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 108-113.

⁷⁵. VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808... op. cit., p. 40-41.

plutocracia, ora magnatas) pela continuidade dos privilégios acumulados ao longo da segunda metade do século XVIII e que lhe permitiu não só desfrutar legalmente das riquezas coloniais, contrariando a dinâmica do Pacto Colonial, como também se ligar ao contrabando e aos descaminhos, agindo à margem da lei. A atuação de Pombal provocou uma situação excepcional, que a ascensão do ministro Martinho de Melo e Castro, no reinado de dona Maria I, buscou corrigir, exercendo com rigor o Pacto Colonial e recolocando no poder a burguesia metropolitana.⁷⁶

Interpretando o levante mineiro a partir de uma visão unilateral em sua dimensão política, Maxwell definiu-o como uma espécie de manifestação de protesto nativista de uma plutocracia constituída de burocratas e intelectuais, de mineradores e oligarcas endividados em defesa de seus cabedais.⁷⁷

Opondo-se a essa interpretação, João Pinto Furtado, em *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, apoiando-se inicialmente nos textos de Carlos Magno Guimarães e com base nos levantamentos dos bens e nas avaliações recebidas pelo patrimônio seqüestrado aos sediciosos, demonstrou, ao traçar o perfil socioeconômico dos envolvidos, que os inconfidentes tinham múltiplos interesses, alguns até excludentes, não podendo serem vistos como um grupo unívoco, provido de interesses afins.⁷⁸

João Furtado, ao utilizar os seqüestros de bens como fonte de pesquisa, criticou boa parte das interpretações de Kenneth Maxwell, entre elas a de que o levante mineiro teria sido nacionalista e com ideais republicanos. Além disso, acrescentou que dificilmente a revolta mineira traria um programa político minimamente coeso, devido à diferenciação econômica e social dos envolvidos: “os mais destacados de seus líderes tinham um horizonte antes reformador, no qual ocupava lugar central uma simples reestruturação do sistema de poder nas Minas”.⁷⁹

⁷⁶. MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 63; 103. A plutocracia mineira, formada no período pombalino e que teve homens envolvidos na Conjuração Mineira, era composta, principalmente, como mostrou Maxwell, por Macedo (um dos mais poderosos e ricos de Minas), Silvério dos Reis (o principal delator do movimento e denunciante de Tiradentes no Rio de Janeiro), Domingos de Abreu Vieira, José Aires Gomes, Vicente Vieira da Mota, José Álvares Maciel e, provavelmente, Luís Alves de Freitas Belo, todos contratantes, fiadores de contratadores ou homens cujo destino estava ligado aos dos contratantes dos direitos reais. Além disso, o envolvimento de comerciantes, militares, intelectuais ilustrados, contrabandistas, fazendeiros, eclesiásticos, mineradores, agricultores, entre outros elementos pertencentes aos grupos subalternos da sociedade, os quais se envolveram como conhecedores e até atuantes da Inconfidência, deu-se, em grande parte, por estarem ameaçados de cobrança de suas dívidas perante a Fazenda Real. Conferir: Ibidem, p. 151; RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 55-56.

⁷⁷. MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 103, 136.

⁷⁸. FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 58.

⁷⁹. Ibidem, p. 206-207; 221-222.

Censurando o uso dado por Maxwell às idéias de nacionalismo e república na Conjuração, informou-nos que o autor inglês utilizou esses vocábulos sem critérios e sem contextualizá-los nos setecentos. A exemplo de Penélope, personagem mítica da história grega, que fazia e desfazia os bordados do próprio manto, enquanto aguardava o amado Ulisses retornar de suas desventuras, João Furtado desfiou a historiografia sobre a Inconfidência Mineira para distinguir o que é próprio do evento daquilo que foi construído posteriormente, separando o que é memória do que é mito.

Ao partir de preceitos estudados anteriormente por Laura de Mello e Souza e Carla Maria Junho Anastasia, de que a Conjuração foi apenas uma das várias revoltas acontecidas em Minas ao longo do século XVIII, João Furtado mostrou que os inconfidentes queriam o mesmo que tantos outros movimentos da época: acabar com os constrangimentos impostos por Portugal.⁸⁰ Com a punição recebida por Tiradentes, em 1792, teve início o processo que o alçou à condição de mártir e herói nacional, e fez o movimento sedicioso mineiro ser conhecido como embrião dos movimentos de Independência, abolição da escravatura e proclamação da República. Os sediciosos pensavam em liberdade, mas nunca liberdade total a ponto de romper os vínculos com Portugal. Entre seus objetivos não estavam à promoção de reformas sociais e à igualdade de direitos. Do ponto de vista puramente quantitativo, de acordo com informações extraídas dos Autos de Seqüestro, “é possível afirmar que 60% dos 24 inconfidentes submetidos a julgamento e condenados eram proprietários de escravos”. Em termos percentuais, “88% da escravaria seqüestrada pertence a moradores da Comarca do Rio das Mortes, sendo que apenas um deles, o coronel Alvarenga Peixoto, possuía cerca de 29% do total”.⁸¹

Baseando-se nestes números, obtidos nos seqüestros publicados no sexto volume dos ADIM, e tendo como referência as posições antagônicas entre os revoltosos que se dispunham a discutir o tema da escravidão, João Furtado citou que proprietários de 36% da massa escrava seqüestrada estavam dispostos a transgredir sua condição de proprietários, ao passo que “apenas 4% da mesma massa eram terminantemente contrários à proposta” de se libertar os escravos. Por que grandes

---

⁸⁰. As pesquisas de Laura de Mello e Souza e Carla Anastasia que identificam uma continuidade entre as permanentes contestações do passado mineiro e o levante de 1789 são: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990; Idem. *Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII*. In: *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 83-110; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

⁸¹. FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 83.

proprietários escravistas propõem a abolição e os pequenos escravistas querem a manutenção do sistema?⁸²

Para realizar a análise dessa contradição, João Furtado buscou na historiografia e no estudo dos bens seqüestrados as condicionantes do movimento, para demonstrar a heterogeneidade dos inconfidentes e seus múltiplos interesses no processo de diferenciação econômico-regional.

A Conjuração Mineira pode não ser uma revolta homogênea, como apontou João Furtado, mas havia laços comuns que uniam os sediciosos, como observados por Kenneth Maxwell. Estes laços estavam fortemente enraizados entre os partícipes do levante, principalmente nas relações que misturavam compadrio, trocas e envolvimento econômico em atividades lícitas e ilícitas, como o contrabando, e em vínculos empregatícios, hierárquicos e de crédito, sendo essas relações de sociabilidade e clientela fundamentais para a definição de interesses comuns.

Embora Maxwell revelasse a existência de redes de interesses que envolviam os participantes da Conjuração, ainda falta demonstrar como essas redes se constituíam, quais os temas comuns que uniam essas pessoas e como ocorriam a imbricação e a inserção dessas pessoas nas esferas de poder.

A partir dos seqüestros praticados é possível descobrir, não só os bens omitidos, ou quais as pessoas que o fizeram ou quem permitiu tal prática, mas, também, é-nos permitido conhecer os processos de resistência às políticas tributárias que podiam se concretizar na sonegação ou em rebelião. No caso específico desta tese, fiquemos com o primeiro caso – os seqüestros de bens, as tramas, as redes de solidariedade e as negociações que levaram à sonegação fiscal praticada pelos inconfidentes e suas famílias perante a devassa.

---

⁸². Ibidem, p. 83.

Figura 5 – Primeira página do Auto de Seqüestro de Alvarenga Peixoto, encartado no volume 7 dos Autos de Devassa / ANRJ

Figura 6 – Primeira página do Auto de Seqüestro de José de Resende Costa, encartado no volume 7 dos Autos de Devassa / ANRJ

Figura 7 – Primeira página do Auto de Seqüestro do padre Toledo, encartado no volume 7 dos Autos de Devassa / ANRJ

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, docs. 10, 14, 9 – Autos de seqüestro de Inácio José de Alvarenga Peixoto, José de Resende Costa e Carlos Correia de Toledo e Melo.

TABELA 2

Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789 / 1791

	seqüestros	acrécimos em praça	total	arrematados	existência de bens em ser.*	despesas pagas	no cofre e em depósito
Tomás Antônio Gonzaga	845\$900	1\$087	846\$987	338\$400	507\$500	16\$770	322\$717
Francisco de Paula Freire de Andrada	480\$300	3\$000	483\$300	436\$500	43\$800	7\$460	432\$040
Joaquim José da Silva Xavier	797\$979	5\$247	803\$226	376\$107	421\$872	43\$120	338\$234
Francisco Antônio de Oliveira	29\$100	2\$250	31\$350	9\$000	20\$100	3\$555	7\$693
Cláudio Manuel da Costa	9:154\$540	13\$098	9:167\$638	402\$467	8:483\$461	53\$790	630\$387
Domingos de Abreu Vieira	5:013\$120	1\$385	5:014\$505	96\$850	4:450\$338	14\$450	549\$717
José da Silva e Oliveira Rolim	558\$818		558\$818		409\$908	3\$845	145\$065
Drº no Tejuco, Certidão nº 1 **	4:895\$306		4:895\$306		4:895\$306		
Luís Vieira da Silva	900\$320		900\$320		900\$320		
Inácio José de Alvarenga Peixoto	42:063\$155		42:063\$155		42:063\$155		
Carlos Correia de Toledo	7:679\$815		7:679\$615	80\$200	7:599\$615		636\$793
Luiz Vaz de Toledo Piza	1:103\$600		1:103\$600		1:103\$600	46\$042	36\$153
SOMA TOTAL	73:521\$953	26\$067	73:548\$020	1:739\$524	70:898\$975	189\$032	3:096\$800

Fonte: Adaptado de: ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 66, fl. 273 – Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791, por José Caetano César Manitti.

OBS.: * A expressão “Existência de bens em ser.” significa bens ainda não vendidos, ou seja, transformados em moeda.

** O referido “Drº no Tejuco” (na 8ª linha) é o padre José da Silva e Oliveira Rolim, citado na linha anterior.

4.

Os seqüestros de bens como fonte de pesquisa: limites e possibilidades

Em 9 de abril de 1791, em Vila Rica, o desembargador José Caetano César Manitti apresentou o *Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais*, entre os anos de 1789 e 1791, conforme Tabela 1, na página anterior. Em Apenso, escreveu as seguintes observações que o explicam, dizendo que os dados informados não são definitivos, pois existem bens que “ainda estão por satisfazer; assim como podem crescer outros, que se hajam ainda de seqüestrar, e avaliar”. Ainda escreveu que a avaliação dos bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes foi omitida, “por se reconhecer ter sido o seqüestro executado com defeito, e diminuição”.⁸³

Mediante informações oficiais, transmitidas pelo escrivão da devassa, delineia-se a necessidade de se fazer uma ampla releitura dos Autos de Seqüestro, pois há falhas e omissões praticadas pelos escrivães, em virtude de dúvidas não esclarecidas. O processo de seqüestro é descontínuo, com interrupções para arrematações e leilões (de escravos, de animais etc.), devolução de bens aos réus, familiares ou terceiros e, sobretudo, destinações diferentes dadas àqueles pertences.

Por seqüestro compreende-se, no sentido restrito, o processo em que se faz a descrição, avaliação e partilha dos bens de uma pessoa presa pelo crime de Inconfidência. Por lei, nas disposições contidas no Livro V das *Ordenações Filipinas*, a anotação do que será seqüestrado deve ser feita com minuciosidade e exatidão, de modo a ficar bem conhecido o complexo de bens a ser canalizado para os cofres da coroa.⁸⁴

A elaboração do seqüestro cabe à justiça local, perante ordens dos juízes ou corregedores do domicílio do réu, sob a ingerência do desembargador responsável pela devassa ou inquirição judicial. Como uma das penalizações pelo crime de lesa-majestade é a perda total de bens, o que acarretaria num golpe decisivo no destino das famílias envolvidas, sua ordem é delegada de instância superior, após esgotarem-se as possibilidades de defesa dos réus. Como os envolvidos na Conjuração de 1788-1789 mantinham residência em Minas Gerais, competia ao governador nomear o juiz

⁸³. ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 66, fl. 273 – *Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791*, por José Caetano César Manitti.

⁸⁴. ORDENAÇÕES Filipinas. op. cit., livro V, título CXXVII, v. 3, p. 1299-1300.

ou a comissão encarregada de processar os indicados no crime de inconfidência, fazendo cumprir a lei em sua jurisdição administrativa.⁸⁵

Sua preparação não era plenamente objetiva, descrevendo unicamente bem por bem, mas dependia da personalidade e critério do escrivão. Como lembrado pelo desembargador Manitti, muitos bens inconfidentes “ainda estão por satisfazer”, o que coloca em dúvida a lista elaborada, a quantificação do patrimônio e a atuação do tabelião e do escrivão no processo. Eles são agentes ativos na sociedade em que se inserem e os atos notariais são reveladores não apenas do pulsar de questões de caráter econômico, antropológico, espiritual, cultural e material (exemplo dos testamentos e inventários), mas, ainda, dos discursos que os indivíduos produzem em seu nome e em nome dos conjuntos sociais em que se inserem.⁸⁶ Deste ponto de vista, cada ato testemunha o encontro entre várias realidades: a do meirinho e a do escrivão, envolvidos e identificados em estratégias pessoais.

Quando eclodiram as prisões dos conjurados, dona Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa do tenente-coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, foi punida pelo governador visconde de Barbacena com a perda total de seus bens, sem direito à meação conjugal, pela sua efetiva participação na rebelião. Mesmo assim, ela soube agir em defesa de seus interesses, no sentido de resguardar seus imóveis e bens semoventes, numa luta que durou uma década, até conseguir a efetiva partilha de seu patrimônio. Em seu testamento, datado de 27 de abril de 1828, nota-se que era possuidora de muitos bens, como fazendas, lavras e escravos que alforriou.⁸⁷

Por ocasião do inventário de bens do casal, Hipólita Jacinta teria provavelmente subornado o funcionário responsável para omitir bens do seqüestro. Para isto, ela ofereceu ao ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo “três vacas paridas”, que, segundo denúncia anônima recebida por Barbacena contra aquela listagem de bens, se achava na chácara do meirinho geral Antônio José Simões.⁸⁸

A atuação heterogênea de tabeliães e as variadas práticas notariais que realizaram, ora sendo minuciosas e cuidadosas, ora displicentes e repletas de falhas e omissões, indicam limites de análise dos seqüestros. A questão que se coloca é discutir a história notarial das sonegações empreendidas nos seqüestros e as falhas e

---

⁸⁵. Ibidem, livro V, título CXXVI, v. 3, p. 1299.

⁸⁶. AMORIM, Inês. As fontes notariais: uma reflexão metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, tomo 36, p. 93-108, 2002-2003, p. 97.

⁸⁷. Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 429-437.

⁸⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 42, fl. 3v – Carta-denúncia de um anônimo ao visconde de Barbacena contra Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. São João del Rei, 14/10/1789.

omissões oriundas dessa prática. Em alguns registros de livros seqüestrados aos inconfidentes houve apenas referência ao número de obras; em outras, mencionaram-se somente os nomes dos autores e seus títulos, ou ainda, apenas parte deles ou abreviaturas. No seqüestro dos bens do cônego Luís Vieira da Silva, de acordo com Luiz Carlos Villalta, as obras *Les Nuits Clementines*, *La Gerusalemme Liberata* e *Les Aventures de Télémaque* foram referenciadas sem menção aos seus autores, respectivamente Aurélio Bertola Giorgi, Torquato Tasso e Fénelon, e, inversamente, apareceu o nome de Suetônio, sem que se citasse o título de sua obra *A vida dos doze Césares*. Erros de grafia, principalmente na indicação de autores e títulos estrangeiros, também foram comuns: ainda no inventário das obras do dito cônego encontrou-se o teólogo Melchiores Cani (Melchior Cano), transformado pelo escrivão José Luís França Lira em “Melxioris Cari”.⁸⁹

Os títulos dos livros apreendidos nas casas de Tomás Antônio Gonzaga e de Francisco de Paula Freire de Andrada foram omitidos. Destas bibliotecas conhecemos apenas o número de livros existentes em cada uma delas: 83 e 84, respectivamente.⁹⁰

Outro problema que também se encontra, ainda de acordo com Luiz Villalta, no que se refere às práticas de leitura e à posse de livros entre letrados inconfidentes, foi a ignorância dos tabeliães com relação aos impressos de pouco valor, que foram omitidos ou arrolados de maneira truncada. Nos seqüestros contra Cláudio Manuel da Costa fizeram-se menção a “quinze livros de oitavo, e um quarto” e a “três livros de traduções de tragédias, e mais outro dos mesmos relatados e poemas”, sem que seus títulos e autores fossem definidos. Situação que também se encontrou presente no inventário da biblioteca do padre Manuel Rodrigues da Costa, que teve listado “15 livrinhos velhos de várias matérias e quase inúteis”, cujos autores e títulos, em razão de seu estado de deterioração, sequer foram mencionados.⁹¹

Os seqüestros, ademais, também podem ser vítimas de outro tipo de omissão: a resultante da subtração aos arrolamentos dos livros preciosos ou perigosos. Exemplo típico pode ser aventado no seqüestro contra os bens do ouvidor e poeta Alvarenga Peixoto, que decepiona pela pobreza numérica de livros apreendidos –

---

⁸⁹. Luiz Villalta citou José Garcez de Moraes como o escrivão responsável pelas listagens dos bens seqüestrados ao cônego Luís Vieira da Silva em 22 de junho de 1789. Em nenhuma das referências aos seqüestros sofridos pelo religioso encontramos qualquer menção a este nome, somente o do escrivão das Execuções Cíveis da cidade de Vila Rica José Luís França Lira. Conferir: VILLALTA, Luiz Carlos. *A torpeza diversificada dos vícios*... op. cit., p. 168-170.

⁹⁰. Ibidem, p. 168-170.

⁹¹. Ibidem, p. 170-190.

teve apenas 4 títulos em 18 volumes. Nesse seqüestro não se observam quaisquer reflexos da carreira de magistrado e nem obras de Literatura.⁹²

Além da possibilidade de livros comprometedores terem sido subtraídos das bibliotecas inconfidentes, cuja presença Bradford Burns e Luiz Villalta colocam como hipótese, ainda encontramos falhas nas transcrições dos inventários de bens, que põem em suspeita a relação, por exemplo, dos livros que se encontram transcritos e publicados pela historiografia.⁹³ A biblioteca de José de Resende Costa, pai e filho, de acordo com a historiografia, teve 20 títulos em 60 volumes seqüestrados, com obras de Voltaire, Marmontel, Molière, Fénelon, Racine, Virgílio e Homero.⁹⁴ Ao contrário do índice livresco publicado nos ADIM, e que serviu de base para os autores, a livraria dos Resende Costa contava ainda com mais uma obra: *Seletas latinas*, em seis tomos em oitavo.⁹⁵ Trata-se de uma antologia, composta por trechos escolhidos, e algumas vezes reescritos, de autores latinos, endereçada aos estudantes ingressantes e aos que pretendiam entrar como alunos na Universidade de Coimbra. Um dos planos de José de Resende Costa, o filho, era o de estudar em Portugal, em 1789. O livro, portanto, ao que tudo indica, pertencia ao filho do coronel Resende Costa, que se preparava didaticamente para as provas de ingresso na universidade. Por ele estar debaixo do pátrio poder, o ouvidor Manitti não realizou nenhum seqüestro específico em bens deste conjurado, apenas lembrou-nos que ele “se achava empregado nos estudos”.⁹⁶

Os seis tomos da *Selecta Latini Sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis, ad christianae juventutis usum collecta*, do educador francês Pierre Chompré (1698-1760), publicados pela primeira vez em Paris, em 1752, e republicados em Portugal, foram avaliados em 3\$000 réis, o que significa que cada volume foi apreciado em 500 réis. Dois volumes de *As aventuras de Telêmaco*, de

---

⁹². Ibidem, p. 194-195.

⁹³. Ibidem, p. 202-203.

⁹⁴. Ibidem, p. 202; BURNS, E. Bradford. op. cit., p. 432; PINTO, Rosalvo Gonçalves. op. cit., p. 65.

⁹⁵. IHGB. DL 70.9, fls. 5; 22v – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. Nas duas versões manuscritas existentes deste seqüestro, a do IHGB (edição completa) e a do ANRJ (traslados utilizados na publicação dos ADIM), constam referências ao livro *Seletas latinas*. Conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 14, fl. 3. O que existiu, portanto, foi erro na transcrição do documento.

⁹⁶. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 14, fl. 4. Quando José de Resende Costa filho foi preso e remetido para cadeia no Rio de Janeiro levou consigo roupas que naquele instante não lhe foram seqüestradas: seis camisas, um fraque e calção, três ceroulas, um par de meias e um par de sapatos. Estes são os únicos bens citados nos Autos de Seqüestro pertencentes ao jovem Resende Costa. Conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 14, fl. 5.

Fénélon, foram calculados em 1\$500 réis, ou 750 réis cada exemplar.⁹⁷ Márcia Abreu, ao analisar os livros de belas letras importados de Lisboa por comerciantes sediados no Rio de Janeiro, de 1769 a 1822, constatou que *Seletas latinas* ocupava o segundo lugar dentre as obras mais solicitadas e *As aventuras de Telêmaco*, o primeiro.⁹⁸

Além da inclusão de *Seletas latinas*, em seis volumes, a relação dos livros dos Resende Costa passou por nova avaliação temática e quantitativa, alterando-se seus números: a obra *Ilíada*, de Homero, inicialmente indicada em “sete volumes”, passou com a revalidação do seqüestro a ser indicada em “oito volumes”; assim como a obra de Genuense (Genovesi), que passou dos “sete volumes” iniciais para “dois volumes”. *Gradus ad Parnasum* não apareceu escrito na indicação final dos livros que lhe foram seqüestrados. Com isso, o número conclusivo das obras seqüestradas aos Resende Costa – se as informações extraídas da reavaliação do seqüestro e sua conseqüente listagem nos Autos de Arrematação de 1804 forem corretas – passam a ser 20 títulos em 61 volumes.⁹⁹

Os seqüestros, como auxiliado pelo exemplo do livro *Seletas latinas*, possibilitam a reconstituição da vida social e econômica de uma pessoa. Podemos descobrir os livros que as famílias mais abastadas tinham em sua posse e o que provavelmente liam. Mesmo conhecendo os limites em que as investigações das práticas de leitura esbarram, que são próprias da natureza de seu objeto, já que raramente deixam marcas de sua atividade, concordamos com Alcântara Machado, em seu estudo *Vida e morte do bandeirante*, ao indicar que cada peça possuída e mostrada na relação de bens constituía “depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial”.¹⁰⁰ Permitem-nos encontrar, além dos livros que possuíam, as dívidas ativas (a receber), as dívidas passivas (a pagar), o dinheiro, o ouro e a prata armazenados, as terras de cultura, as sesmarias, as lavras minerais, os instrumentos agrícolas e minerais, os engenhos, os animais de tração, as louças, os utensílios de fabrico de açúcar e aguardente, o vestuário, a escravaria, a prataria, as práticas religiosas e toda espécie de objetos de uso pessoal dos

⁹⁷. IHGB. DL 70.9, fls. 33-33v – Seqüestro em bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. A título de comparação, seguem outros exemplos de valores atribuídos aos livros dos Resende: dois volumes de *Geografia*, de Lacroix, a 1\$200 réis (600 réis cada volume); *Teatro de Voltaire*, em 11 volumes, a 6\$000 réis (pouco mais de 545 réis cada um).

⁹⁸. ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 213-233; no caso, utilizamos informações das páginas 227-228 e 232 (nota 30).

⁹⁹. IHGB. DL 70.9, fls. 5; 22; 33; 33v – Seqüestro em bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

¹⁰⁰. MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930, p. 11.

acusados, que nos ajudam a investigar a formação e a acumulação de capital no curso de vida de um indivíduo e, muitas vezes, a acumulação de cabedal em vidas pretéritas, de seus antepassados.

Abandonando os aspectos gerais dos bens seqüestrados, e se restringindo às mais prosaicas das avaliações, entramos em contato com assuntos que estão no centro do atual debate historiográfico: o movimento dos preços, os mecanismos de mercado e de crédito – sugeridos ou mesmo indicados pelas prestações de contas, listas e declarações de dívidas – e as redes de sociabilidade, solidariedade, interesses e negócios que envolvem parentes, vizinhos, amigos, agentes comerciais, oficiais de justiça, oficiais de fazenda, administradores coloniais e negociantes.

Os seqüestros, assim, nos permitem vasculhar dados da vida cotidiana e das estruturas econômicas e sociais dos conjurados, pois tornam possível o contato com as precariedades vitais e a miséria de uns, com o conforto e a opulência de outros. Para que estas informações nos cheguem, totais ou parciais, contudo, é imprescindível analisar, como já informado, a atuação do ouvidor e a dos tabeliães responsáveis pelas listagens de bens dos inconfidentes.

a-) A normatização dos registros de seqüestro

As partes principais de um processo de seqüestro são:

- *Autos de Inventário e Apreensão*

Os Autos de Inventário e Apreensão são a peça mais importante do processo de seqüestro, pois neles estão (ou pelo menos deveriam estar) arrolados a descrição de todos os bens, cuja finalidade é tornar perfeitamente certo e conhecido tudo aquilo que se encontrava em poder do inconfidente ao tempo de sua prisão pelo crime de lesa-majestade.

O processo de exposição dos bens pertencentes ao réu preso é sumaríssimo e de caráter judicial. Todos os bens devem ser descritos individualizados, declarando-se separadamente o dinheiro e as pedras preciosas possuídas, os imóveis (bens de raiz), os móveis, os semoventes e as dívidas ativas. Quanto aos bens de raiz (imóveis, terras e áreas de cultura) devem ser apontados a situação, a extensão, confrontações ou limites, bem como todas as indicações elucidativas que ajudem na descrição de seus ônus reais e condições de exploração e produtividade. No que se refere aos bens

imóveis (utensílios domésticos, mobílias em geral, vestuário, jóias e instrumentos de trabalho), os tabeliães devem indicar sinais característicos, que os distinguíssem de outros semelhantes, tornando-os bem conhecidos a todo o tempo. Quanto aos semoventes (bens que se movem como animais e escravos), seu número, espécies, marcas ou sinais distintivos deveriam ser anotados nas listas dos bens seqüestrados.

As dívidas ativas também devem ser minuciosamente descritas, declarando-se a importância e os nomes dos respectivos devedores, os juros convencionados, as datas de seus vencimentos, as prestações já pagas, as garantias que tiverem e os títulos (escrituras públicas ou instrumentos particulares) de que constem. Bens alheios, encontrados posteriormente ao processo de apreensão, também serão seqüestrados e descritos na documentação com clareza e minúcia, em processo de adição ou em um novo auto de seqüestro. Caso algum bem preso pertença a uma terceira pessoa, esta deve solicitar em juízo a restituição daquele patrimônio, comprovando sua afirmação.

O seqüestro se iniciava no domicílio do preso, independente se ele possuía bens situados em outras regiões ou comarcas. Praticamente tudo o que era usado no dia-a-dia, desde que não fosse feito de palha, barro ou madeira comum, e tivesse valor monetário, foi apreendido pela devassa. Vivia-se em uma “economia de reaproveitamento”, em que comercializar roupas de uso pessoal e objetos de casa não constrangia vendedores e consumidores, daí a necessidade de se elaborar um rol minucioso dos bens da casa, já que estes poderiam voltar ao mercado.¹⁰¹

- *Avaliação dos bens*

A avaliação dos bens constitui o corpo do seqüestro. Nos ADIM publicaram-se os Autos de Inventário, alguns parciais, dos bens apreendidos nas casas dos inconfidentes. Conhecemos apenas a avaliação publicada sobre os patrimônios de cinco sediciosos mineiros: do poeta, magistrado e fazendeiro Inácio José de Alvarenga Peixoto, do cônego Luís Vieira da Silva, do guarda-livros e caixeiro Vicente Vieira da Mota, do padre e fazendeiro Carlos Correia de Toledo e Melo e do seu irmão sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. Dos demais conspiradores, as avaliações de bens e seus documentos comprobatórios são totalmente desconhecidos da historiografia.

---

¹⁰¹. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 181.

O trabalho mais recente que procurou sistematizar e quantificar os bens inconfidentes apreendidos pela devassa mineira é a tese de doutoramento de João Pinto Furtado, publicado sob o título de *O manto de Penélope*. Na pesquisa, como advertiu seu autor, ao avaliar monetariamente o patrimônio dos 24 sentenciados, os valores para efeito de cálculo foram obtidos aritmeticamente por um preço médio estimado. Com exceção dos cinco seqüestros citados no parágrafo anterior, todas as avaliações recebidas pelos demais inconfidentes foram realizadas por meio da teoria da probabilidade e não condizem com a realidade.

Dentre as informações fornecidas a partir da leitura dos Autos de Seqüestro originais constam a avaliação recebida pelos bens apreendidos aos sediciosos, assim como os acréscimos e decréscimos dos patrimônios.

A avaliação é a determinação do justo preço de um bem, feita pela geral e comum estimação, levando-se em consideração o tempo, o lugar em que as coisas existiam, o estado em que se encontravam no momento da avaliação, os ônus e as condições a que estavam sujeitas e o proveito que delas se pudessem tirar, regulando-se o preço.

Cada bem é avaliado separadamente, especificando as dimensões, situações e confrontações dos imóveis e os sinais característicos dos móveis e semoventes, de modo a ser futuramente reconhecida a sua identidade. Os animais da mesma espécie são avaliados juntos, mencionando-se o seu número e o valor. As plantações devem ser avaliadas com designação expressa de sua situação e área plantada. As dívidas ativas não dependem de avaliação, pois já a trazem nominalmente. Bens em sociedade também serão avaliados, proporcionalmente, à quota que o inconfidente possuísse na sociedade.

Depois da realização do inventário, o procurador da Real Fazenda passava “Precatória para o juiz do domicílio do confiscado para fazer avaliar (...) os bens apreendidos, procedendo-se depois disso na sua arrematação, recolhendo o produto [das vendas] (...) aos reais cofres”.¹⁰²

Após ser preso como inconfidente, os bens do padre Toledo passaram por cinco seqüestros no ano de 1789. Quatro deles constam na versão impressa dos ADIM; o último, ocorrido em 29 de setembro, determinou a avaliação de dois de seus escravos que estavam na vila de São João del Rei.¹⁰³ No Termo de Avaliação destes dois cativos, observamos os procedimentos realizados na avaliação de um bem:

¹⁰². IHGB. DL 70.9, fl. 8v – Seqüestro em bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

¹⁰³. O padre Toledo sofreu seqüestros em São José (duas vezes, no mesmo dia, em 25 de maio, em localidades diferentes), Monte Alegre (uma vez, em 26 de maio) e Laje (uma vez, em 27 de maio).

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de mil setecentos e oitenta e nove, nesta vila de São João del Rei, Minas e Comarca do Rio das Mortes, em casas de morada do Furriel Manuel Ribeiro Quinta, onde eu Escrivão ao diante nomeado fui vindo, ai apareceram presentes o mesmo Furriel e José Lucas Álvares, providos e juramentados pelo Senado da Câmara desta vila na forma da Lei para avaliadores dos escravos e por eles foi uniformemente dito que tinham visto e examinado o crioulo José Manuel, e o mulato Alexandre, seqüestrados ao Reverendo Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário colado da Vila de São José, e que entendiam em suas consciências, e debaixo do juramento dos seus ofícios, avaliavam o crioulo que é carreiro na quantia de cento e dez mil réis, e o mulato que tem princípio de alfaiate em outra igual quantia: E que estes eram os preços que seguindo suas inteligências valiam presentemente os ditos escravos: e de como assim o disseram, assinaram este termo, que faço para constar. Eu João Batista Lustosa, Escrivão das Execuções Cíveis, que o escrevi.

Manuel Ribeiro Quintas
*José Lucas Álvares*¹⁰⁴

As formalidades da determinação do preço passavam pelo juramento lavrado pelo escrivão e a assinatura do termo por parte dos avaliadores, que geralmente são duas pessoas. A não-realização de qualquer uma destas práticas invalidava o ato.

- *Restituição de bens*

Qualquer bem seqüestrado podia ser restituído ao seu verdadeiro proprietário, desde que este comprovasse com documentos ou testemunhas que o objeto apreendido pela devassa fosse seu e não do inconfidente.

Caso revelador da prática da restituição de bens na Inconfidência Mineira pode ser observado na Precatória encaminhada ao Tribunal da Junta da Real Fazenda, de Minas Gerais, por Francisco de Souza Martins, sobrinho do poeta e magistrado Cláudio Manuel da Costa, solicitando a devolução de objetos que lhe pertenciam e que foram apreendidos pela justiça dentro da casa de seu tio.

No documento, Francisco Martins, provavelmente morador no andar térreo da residência (“na casa debaixo”), alegou que entre as peças seqüestradas ao inconfidente Cláudio Manuel da Costa se encontravam artigos que lhe foram dados por seu tio João de Souza Costa e entregues ao seu pai, o capitão Antônio de Souza Mesquita, que os deixou sob a guarda de Cláudio, quando se mudou de Vila Rica para

---

¹⁰⁴. IHGB. DL 101.3, fl. 18 – Autos de seqüestro dos bens do vigário Carlos Correia de Toledo e Melo. Grifo no original.

as lavras que possuía em Itabira e Pitangui, além de alguns papéis e clarezas do mesmo seu pai que também foram seqüestrados.¹⁰⁵

Após apresentar justificativas comprobatórias, o então governador visconde de Barbacena passou-lhe Despacho favorável à restituição dos bens que lhe pertenciam e que estavam na casa do inconfidente e sob a guarda do fiel depositário Francisco Xavier de Andrade. Na listagem dos bens que lhe foram restituídos constam:

Doze cadeiras de damasco encarnadas = uma mesa de jacarandá em pés de burro = uma dita redonda grande = uma dita pequena de jacarandá = um dita com pés de jacarandá torneado = um colchão de lã que o dito partiu em dois = dois catres torneados = duas canastras de Campanha com o que nelas se achar = um cavalo alazão na roça = uma Prosódia = dois Virgílios e outros mais livros que se acham em um quarto onde estão os catres e mais papéis que estão no mesmo quarto e casas do dito Doutor, pois dos ditos papéis há de constar pertencerem ao falecido Capitão Antônio de Souza Mesquita e Testamentárias deste = dez lâminas de meia folha, seis douradas com vidros mais pequeno = uma papeleira de jacarandá com o que nela se achar e seu oratório = uns bilhetes do Serro, extração diamantina, que em quantia avultada os quais vieram remetidos do Serro do Frio ao Doutor Desembargador Intendente desta Vila para os entregar ao dito Doutor Cláudio e este entregar os mesmos ou o seu produto ao Suplicante como Procurador do Tenente Manuel Antônio Dias a quem pertencia a mesma cobrança por ser credor de José Antônio Leite e o dito Tenente ter dado essa cobrança ao pai do suplicante por contas que entre si tinham = *Francisco de Souza Mesquita*.¹⁰⁶

A casa de Cláudio, localizada em Vila Rica, passou por três processos de seqüestro: em 25 de junho e 31 de julho de 1789 e 21 de março de 1791. O primeiro seqüestro ocorreu 21 dias após a sua morte na prisão (4 de julho de 1789) e todos os Autos de Inventário foram coordenados pelo ouvidor José Caetano César Manitti.

Notamos, porém, ao cruzar essas duas únicas fontes documentais localizadas sobre o seqüestro de Cláudio Manuel da Costa, que dos 14 bens referenciados na lista elaborada por Francisco de Souza Mesquita, apenas seis objetos fizeram-se presentes em um dos seqüestros empreendidos à casa de Cláudio em Vila Rica – “doze cadeiras de damasco encarnadas” (nos ADIM aparecem como “doze cadeiras com assentos de damasco”); “uma dita [mesa] redonda grande” (nos ADIM, “uma mesa redonda”); “um

¹⁰⁵. “... entre os bens que a este foram seqüestrados se contemplaram os que constam da lista inclusa que pertencem ao Suplicante por lhos ter dado o falecido seu tio João de Souza Costa e foram entregues ao falecido pai do Suplicante o Capitão Antônio de Souza Mesquita que os deixou em guarda em casa do dito falecido seu tio na mudança que fez desta vila para as suas Lavras da Itabira e Pitangui, além de vários papéis e clarezas do mesmo seu pai para o fim de que tudo lhe seja entregue”. In: AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais), op. cit., p. 282.

¹⁰⁶. Ibidem, p. 282-283.

colchão de lã que o dito partiu em dois” (nos ADIM encontramos “um colchão de lã acolchoado, com seu travesseiro e fronha de pano de linho”); “duas canastras de Campanha com o que nelas se achar” (nos ADIM, temos “duas canastras cobertas de couro cru”); “dez lâminas de meia folha, seis douradas com vidros mais pequeno” (nos ADIM, aparece citado “quatorze lâminas pequenas com seus vidros, na casa debaixo”).¹⁰⁷ O “cavalo alazão”, indicado no documento e que seria o sétimo bem, estava confiscado na “roça” chamada do Fundão, que se localizava na “divisa da Freguesia da Sé, da Cidade de Mariana, do termo de Vila Rica”. Os demais pertences não conseguimos localizar. Os bilhetes da extração régia foram atendidos, segundo o documento, em 1º de agosto de 1804. Quanto aos livros indicados – *Prosódia* e dois títulos de Virgílio –, eles poderiam estar entre as obras que foram quantificadas, mas não nomeadas pelo tabelião.¹⁰⁸ No seqüestro apareceu indicado, por exemplo: “Na quarta coluna da estante da parte direita, quarenta tomos; na quinta da mesma, quarenta e quatro tomos de livros” etc.. Disto ficam-nos três perguntas: como Francisco de Souza Mesquita conseguiu restituir parte de seu patrimônio, que se encontrava seqüestrado junto aos bens de seu tio Cláudio Manuel da Costa, se pouco mais da metade deles não constava na relação oficial dos seqüestros publicada nos ADIM? Será que o escrivão escreveu com falhas ou omissões o que encontrou dentro da casa do poeta e magistrado Cláudio Manuel da Costa? No momento de elaboração do seqüestro se fazia nítida a separação entre pertences do próprio Cláudio e os de seus parentes que residiam na casa?

- *Justificação de dívidas passivas*

De acordo com a lei, bens sujeitos a seqüestro permaneciam sob a custódia da Real Fazenda que separava metade desse patrimônio para quitar eventuais dívidas do condenado, em processos de cobrança movidos contra o procurador do Fisco e Câmara Real, responsável pelos bens do seqüestrado. Esses processos eram chamados de Libelo Cível.

Inicialmente, o autor da ação devia qualificar a si e ao seu advogado para, em seguida, apresentar a justificativa da dívida, detalhando a quantia devida e os juros estipulados (se houvesse), os recibos ou cartas assinados e datados pelo confiscado e todo tipo de comprovante que o habilitasse a ser ressarcido.

¹⁰⁷. Ibidem, p. 282-283; ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 4, fls. 4; 6-6v; 2v – Traslado dos seqüestros feitos ao doutor Cláudio Manuel da Costa.

¹⁰⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 4, fl. 5v – Traslado dos seqüestros feitos ao doutor Cláudio Manuel da Costa.

ORGANOGRAMA 1

Estrutura de um Libelo Cível

Fonte: ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 19, fls. 1; 4 – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva e o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

Figuras 8 e 9 – Folha de rosto e página de Apresentação da dívida, do Libelo Cível de Luiz Antônio da Silva pelos bens seqüestrados a Alvarenga Peixoto

Em 1794, o sargento-mor Luiz Antônio da Silva solicitou o pagamento de 989\$725 réis, de dívidas que ele pagou em nome de Alvarenga Peixoto. No fôlio 4 (reprodução à direita), consta a “Apresentação” da dívida, com todas as justificativas e suas citações comprobatórias. Após a exposição de 23 proposições (parágrafos de justificação das dívidas) e a exibição de 26 recibos, um crédito, uma carta e 9 bilhetes, o governador deu parecer favorável ao encaminhamento judicial daquela cobrança.

Sob um ângulo muito particular, os autos de Libelo Cível permitem-nos justificar as dívidas cobradas contra a casa dos sediciosos e nos ajudam a investigar o ambiente formador de um inconfidente e o foco de suas insatisfações.¹⁰⁹ Entre as várias petições movidas por terceiros contra o patrimônio seqüestrado a Alvarenga Peixoto destacam-se o Libelo de seu credor, amigo e compadre, o sargento-mor Luís Antônio da Silva, tesoureiro dos Ausentes da vila de São João del Rei, que, por vezes, o acompanhava em suas viagens ao sul da capitania, em direção às lavras de Alvarenga na Campanha do Rio Verde. Pelo documento se percebe a desordem e as ruínas financeiras da casa daquele magistrado e fazendeiro. Além das mesadas regulares que Luís Antônio lhe afiançava, apareceram descritas dívidas de aspectos corriqueiros como empréstimo para o funeral e luto da avó de Bárbara Eliodora, pagamento de mantimentos de sua casa e despesas de uma festa de Santa Bárbara, em que Alvarenga foi o juiz.¹¹⁰

Luís Antônio da Silva apresentou uma carta, um crédito, 26 recibos e 9 bilhetes em que constavam os auxílios financeiros e pagamentos das contas daquela casa, desde a chegada de Alvarenga Peixoto à vila de São João, em 1776, para ocupar o cargo de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, até maio de 1788, quando transportou sua família para sua fazenda na Campanha do Rio Verde, que totalizavam 989\$725 réis.¹¹¹

Por dona Bárbara Eliodora ser casada por comunhão de bens, o patrimônio de sua casa foi dividido em duas partes (meação), uma para ela e outra para a Real Fazenda. Da parte que pertencia ao inconfidente e que passou a ser gerenciada pela Real Fazenda, metade era reservada para o pagamento de suas dívidas, ou seja, 50% do patrimônio direcionado para o Erário Régio era destinado ao acerto de contas que o sedicioso tinha com credores. Isto equivale a 25% do total geral do seqüestro. As dívidas cobradas, por conseguinte, também eram meadas e só se pagava uma daquelas partes. O quinhão da esposa era preservado e se mexia unicamente na porção patrimonial que cabia à Real Fazenda. Assim, ao solicitar o ressarcimento da dívida, o sargento-mor Luís Antônio pôde protestar somente 494\$862 ½ réis, metade do devido por Alvarenga Peixoto. A dívida recaía, portanto, somente sobre a metade pertencente ao confiscado.¹¹²

¹⁰⁹. FIGUEIREDO, Luciano. op. cit., p. 144.

¹¹⁰. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 19, fls. 4-5v – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva e o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

¹¹¹. Ibidem, fl. 10v.

¹¹². Ibidem, fl. 7v.

Entre os documentos comprobatórios apresentados, constam sete recibos de empréstimo de ouro a Alvarenga Peixoto (292\$500 réis), 19 recibos, que vão de 3 de agosto de 1785 a 14 de janeiro de 1787, de ouro com que Luís Antônio assistiu Bárbara Eliodora (286\$200 réis) e bilhetes de diversos pagamentos, entre eles, o valor de 511\$312 réis de “custas do funeral e fazendas para os lutos” da avô de Bárbara Eliodora.¹¹³

As provas e justificativas apresentadas pelo sargento-mor e defendidas pelo seu advogado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foram aceitas e se determinou ação executória contra os bens do inconfidente Alvarenga Peixoto. Esta ação não se procedeu, pois o ex-contratador João Rodrigues de Macedo, em Petição encaminhada à Fazenda Real, requereu cessão de crédito da dívida de Alvarenga, uma vez que arrematara, em 30 de maio de 1795, em leilão, a parte seqüestrada ao dito inconfidente, ficando responsável pela quitação das dívidas precedentes.

Neste mesmo dia, a dívida de Alvarenga com o sargento-mor Luís Antônio foi transferida para Macedo e com ela apareceram outros débitos que também deveriam ser quitados pelo ex-contratador. No total, a dívida contraída, já com todos os seus ajustes, era de 2:975\$574 réis. Este valor foi parcelado por Macedo em sete vezes iguais, sendo anual o vencimento de cada parcela. Após o pagamento de três prestações, Macedo decidiu, em 27 de março de 1798, quitar o restante daquela dívida de 1:784\$639 réis, inocentando-se de quaisquer pendências.¹¹⁴

- *Partilha dos bens entre a Fazenda Real e a esposa, no caso de casamento regido pela comunhão integral de bens*

O processo de divisão dos bens inventariados no seqüestro era definido pelo Auto de Partilha ou Auto de Separação dos Bens para Pagamento da Meação. Primeiramente, deveria ser calculado o monte-mor. Esse montante líquido era dividido em duas partes, sendo uma delas encaminhada integralmente à esposa do inconfidente. A outra metade era dividida em duas partes, sendo uma delas destinada ao pagamento, se necessário, de débitos deixados pelo preso e, a outra, destinada à Fazenda Real.

---

¹¹³. Ibidem, fl. 10.

¹¹⁴. Documentos justificados: cessão de crédito de Luís Antônio da Silva a João Rodrigues de Macedo. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 300.

ORGANOGRAMA 2

Estrutura de um Auto de Partilha

- *Prestação de contas dos fiéis depositários*

Todos os bens apreendidos em seqüestro eram deixados sob a guarda de um fiel depositário, que ficava responsável pela administração dos bens e da prestação de contas de sua gestão, ao deixar o cargo ou sempre que o juiz lhe determinasse. O cumprimento irregular dessa obrigação ou a rejeição das contas prestadas podia levar o depositário à responsabilização indenizatória.

Como regra, a prestação de contas era realizada em Apenso aos Autos de Inventário, como processo incidental. Em algumas situações, como nos levantamentos de dinheiro, venda de bens, etc., a comprovação era feita diretamente nos autos principais. No caso de acordo entre a atividade do fiel depositário e o gerenciamento das famílias seqüestradas, as contas eram aprovadas; mas se houvesse discordância, com instauração de litígio, era de rigor o uso das vias ordinárias para destituí-lo, nomeando-se outro fiel.

O reverendo Bento Cortês de Toledo, procurador e irmão do padre Toledo, testemunhando o modo irregular com que os depositários dos bens seqüestrados a

seu irmão estavam se utilizando dos mesmos, dirigiu reclamação ao doutor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes, em São João del Rei, chamando atenção daquela autoridade judicial para os fatos que relatava e pedindo providências acautelatórias para o “removimento dos bens seqüestrados das mãos dos depositários deles”:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Diz o Padre Bento Cortês de Toledo que sendo seu irmão o Padre Carlos Correia Vigário da Vila de São José preso e seqüestrado por ordem de Vossa Excelência, foram todos os seus bens depositados. E porque Manuel Francisco, depositário da lavra cuida mais em fazer tráfico com os bens do que em os administrar, de modo que não sendo as terras de todo ruins fez ultimamente uma apuração de seis oitavas de ouro, e devendo aplicar os escravos no serviço lhes dá a liberdade de irem faiscar para terem com que comprem os gêneros e bebidas, que sua mulher vende no mesmo lugar; nem dá de vestir aos pretos, que vem pedi-lo ao Suplicante; outro, o Alferes Antônio Correia, residindo a maior parte do tempo nos Olhos d'Água, distantes umas poucas léguas da Laje, não pode com aquele zelo e cuidado assistir ou administrar a fazenda, de que é depositário; e um único escravo tem um depositário na vila de São João, onde se acha vindo, deste modo os bens e estado antes de perdição do que de utilidade para a Real Fazenda, requer o Suplicante a Vossa Excelência se digne mandar que os bens sejam removidos dos depósitos em que se acham e que sejam de novo depositados em poder de quem os administre e para administrá-los bem e fielmente e com aquele zelo e cuidado devidos à Fazenda Real, fazendo o Ministro do seqüestro a nomeação e removimento.

Para a Vossa Excelência se digne para maior utilidade de Sua Majestade, assim o mandar.
E Receberá Mercê.¹¹⁵

O alferes Antônio Álvares Correia, responsável pelo gerenciamento da paragem que o padre Toledo tinha “ao pé da Laje, termo da vila de São José, Minas, e comarca do Rio das Mortes” foi acusado de residir longe da propriedade e, por isso, não despender os esforços necessários para sua perfeita administração. As acusações contra seu primo, o tenente Manuel Francisco de Toledo, foram mais ríspidas, ao acusá-lo de permitir que escravos seqüestrados deixassem de trabalhar em atividades de mineração nas terras do padre Toledo para praticarem faisqueiras, por conta própria, e com os lucros obtidos nessas jornadas, tais escravos adquiriam bebidas e gêneros alimentícios vendidos por sua esposa “na paragem do Monte Alegre, da Aplicação de São Tiago”, lucrando com a desgraça alheia.¹¹⁶

¹¹⁵. IHGB. DL 101.3, fls. 13-13v – Autos de seqüestro dos bens do vigário Carlos Correia de Toledo e Melo.

¹¹⁶. Ibidem, fls. 9; 7v; 5v.

Para resolver essas contendas, Bento Cortês de Toledo sugeriu que todos os bens seqüestrados ao seu irmão fossem administrados por um único fiel depositário e que este fosse o capitão Domingos Barbosa Pereira, “morador do Rio acima”, da vila de São José del Rei, por possuir competência e saber lidar com terras de cultura e de mineração, além de ser homem “abonado”. Requisitos tidos pelo reverendo como indispensáveis à boa administração de qualquer propriedade.¹¹⁷

- *Arrematação dos bens em leilão*

Os seqüestros, avaliações, pagamentos e partilha de bens, se necessários, antecederiam a arrematação dos bens confiscados aos inconfidentes.

Cabia ao porteiro do Juízo do Contencioso da Real Fazenda anunciar o “pregão de venda e arrematação” dos bens em leilão. Foi o que fez Joaquim Barbosa do Amaral, em oito ocasiões, ao proclamar “em praça pública”, na vila de São João, a “venda e arrematação” de dois escravos (os citados José Manuel e Alexandre, do item “Avaliação de bens”) e dois cavalos baios apreendidos ao padre Toledo. Entre os dias 7 e 15 de janeiro de 1790, Joaquim Barbosa apregoou “muitas vezes” os bens, mas “neles não houve lanço algum”.¹¹⁸

Concluídos os pregões pelo porteiro, iniciava-se o leilão propriamente dito. Joaquim Barbosa do Amaral declarou os bens em arrematação:

... um crioulo por nome José Manuel, carreiro, avaliado na quantia de cento e dez mil réis; um mulato por nome Alexandre, com princípios de alfaiate, avaliado na quantia de cento e dez mil; um cavalo baio chamado o Cova, avaliado na quantia de quarenta mil réis. Outro cavalo também baio chamado o Bode, avaliado na quantia de quarenta mil réis; todos estes cavalos e escravos foram seqüestrados ao reverendo Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário colado da freguesia de Santo Antônio da vila de São José.¹¹⁹

Após qualificar os objetos do leilão, passavam-se aos lances, dizendo “em voz alta”: “Afronta-se só por que mais não acha, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, duas, três, e uma mais pequenina”, e por não haver quem mais lances descem, o porteiro dirigia-se ao arrematante e entregava-lhe “um ramo verde”, dizendo-lhe “faça lhe muito bom proveito”.¹²⁰

---

¹¹⁷. Ibidem, fls. 11v-12.

¹¹⁸. Ibidem, fls. 19-20v.

¹¹⁹. Ibidem, fl. 22.

¹²⁰. Ibidem, fl. 23.

A arrematação dos dois cavalos foi feita pelo tenente Francisco José Álvares, morador da vila de São João, pelo lance de “duzentos réis sobre o preço de suas avaliações, cujo lançou a ficarem oitenta mil e duzentos réis à vista”.¹²¹

- *Taxas e custas judiciais*

As taxas e as custas judiciais também deveriam ser incluídas nas contas finais do processo de seqüestro. As despesas gastas com o cumprimento da sentença condenatória e o embarque dos sediciosos degredados para a África, por exemplo, foram pagos com os bens que lhe haviam sido seqüestrados no Rio de Janeiro.

Assim, de acordo com o exposto acima, a estrutura de um seqüestro é a seguinte:

ORGANOGRAMA 3

Estrutura de um seqüestro

¹²¹. Ibidem, fls. 22v-23.

b-) Os seqüestros contra os inconfidentes

Inconfidentes residentes em três comarcas de Minas Gerais tiveram bens seqüestrados pela devassa por participarem da Conjuração Mineira.

TABELA 3
Seqüestros contra os inconfidentes em Minas Gerais

Réu	Anos dos Seqüestros									Total
	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	
<i>Comarca do Serro Frio</i>										
José da Silva e Oliveira Rolim	6	1		2						9
<i>Comarca de Vila Rica</i>										
Tomás Antônio Gonzaga	1									1
Luís Vieira da Silva	1									1
Joaquim José da Silva Xavier	3									3
Cláudio Manuel da Costa	4		1							5
Domingos de Abreu Vieira	2	1								3
Francisco de Paula Freire de Andrada	1									1
José Álvares Maciel	1									1
Vicente Vieira da Mota			3							3
<i>Comarca do Rio das Mortes</i>										
Carlos Correia de Toledo	5									4
Luís Vaz de Toledo Piza	2		1							3
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	3		1				2			4
Inácio José de Alvarenga Peixoto	4		1							5
José Aires Gomes			11			1	1		2	15
José de Resende Costa			2							2
Manuel Rodrigues da Costa			4							4
TOTAL	32	2	25	2	-	1	1	-	2	67

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

TABELA 4
Seqüestros contra os inconfidentes no Rio de Janeiro

Réu	Anos dos Seqüestros									Total
	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	
<i>Comarca do Serro Frio</i>										
José da Silva e Oliveira Rolim		1		1						2
<i>Comarca de Vila Rica</i>										
Tomás Antônio Gonzaga				1						1
Luís Vieira da Silva	2			1						3
Joaquim José da Silva Xavier	1			1						2
Cláudio Manuel da Costa										-
Domingos de Abreu Vieira	2									2
Francisco de Paula Freire de Andrada	1			1						2
José Álvares Maciel										-
Vicente Vieira da Mota										-
<i>Comarca do Rio das Mortes</i>										
Carlos Correia de Toledo				1						1
Luís Vaz de Toledo Piza				1						1
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	2	1		2						5
Inácio José de Alvarenga Peixoto	1			1						2
José Aires Gomes										-
José de Resende Costa			1							1
Manuel Rodrigues da Costa										-
TOTAL	9	2	1	10	-	-	-	-	-	22

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Os seqüestros, em Minas Gerais, ocorreram distintamente em dois momentos: o primeiro, em 1789, após a prisão dos principais indiciados e, o segundo, em 1791, depois que o vice-rei mandou deter sediciosos que estavam em liberdade. Dos 16 conjurados que tiveram bens seqüestrados na capitania mineira, sete deles ocorreram contra moradores da comarca do Rio das Mortes.

As ações de seqüestro, no Rio das Mortes, podem ser divididas em duas fases: a realizada pelo ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, em 1789, ao padre Toledo, seu irmão Luís Vaz, Alvarenga Peixoto e Francisco Antônio de Oliveira Lopes; e a que contou com o desembargador José Caetano César Manitti, em 1791, contra os bens de José de Resende Costa, Aires Gomes e padre Manuel Rodrigues da Costa.

Grupo I – a atuação do ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo nos seqüestros

Existem poucos dados biográficos sobre Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. Sabe-se que nasceu em 1722, pois na ocasião da Inconfidência tinha 67 anos. Ele veio de Angola, onde era juiz de fora, para as Minas Gerais nomeado ouvidor, corregedor e provedor dos defuntos e ausentes da comarca do Rio das Mortes por Decreto, de 10 de abril de 1779, tomando posse em São João del Rei no dia 22 de abril de 1780, no lugar de Alvarenga Peixoto.¹²² Poucos meses antes do final de seu mandato, oficiais da Câmara de São José enviaram representação ao Conselho Ultramarino solicitando a permanência do ouvidor no cargo. Em maio de 1783, nova representação pedia a prorrogação da serventia do ouvidor Azevedo no Rio das Mortes. Essas solicitações foram tão positivas que exerceu o cargo de ouvidor por três triênios consecutivos, de 1780 a 1790.¹²³

O mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona, em depoimento como testemunha na devassa mineira, em 30 de junho de 1789, informou que o ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo participou do batizado de dois dos filhos de Alvarenga Peixoto, realizado em São João del Rei, em 8 de outubro de 1788, cerimônia que reuniu os principais líderes da Conjuração Mineira e transformara-se em mais uma das reuniões sobre o levante.¹²⁴

Não se pode concluir, como lembrou Márcio Jardim, que apenas por presenciar a festa do batizado tenha sido ele um inconfidente. Entretanto, como o denunciante Pamplona lembrou os nomes de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, Luís Vaz e padre Toledo, todos estes revoltosos, surgiu a suspeita de que Luís Ferreira fosse um dos importantes conspiradores da comarca do Rio das Mortes que não foram presos.¹²⁵

¹²². AHU/MAMG, cx. 117, doc. 81 – Carta de D. Rodrigo José de Menezes, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a ineficiência do Tribunal da Junta da Fazenda e solicitando providências a fim de alterar tal situação. Vila Rica, 31/12/1781; AHU/MAMG, cx. 114, doc. 36 – Decreto de D. Maria I, concedendo ao bacharel Luís Antônio de Araújo e Azevedo o lugar de ouvidor do Rio das Mortes. Lisboa, 10/04/1779; BMBCA/ACMSJDR, ACOR 06, fls. 131-132 – Auto de posse dado ao dr. Luís Ferreira de Araújo e Azevedo do lugar de Ouvidor, Corregedor e Provedor dos Defuntos e Ausentes da comarca do Rio das Mortes.

¹²³. AHU/MAMG, cx. 118, doc. 10 – Representação dos oficiais da Câmara de São José, pedindo a continuação da ocupação no cargo de ouvidor-geral da Comarca do Rio das Mortes, por Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. São José, 6/02/1782; AHU/MAMG, cx. 119, doc. 34 – Representação dos oficiais da Câmara de São José, pedindo a prorrogação da serventia de Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, ouvidor da Comarca do Rio das Mortes. São José, 17/05/1783.

¹²⁴. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 88v – Inquirição da testemunha Inácio Correia Pamplona. Vila Rica, 30/06/1789.

¹²⁵. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 245.

A cumplicidade de Luís Ferreira pelas idéias e amizade que mantinha com pessoas detidas como inconfidentes, denunciada em carta anônima dirigida ao governador visconde de Barbacena, permite-nos acreditar que o ouvidor fosse conhecedor dos planos do levante (“há desconfiança muita de ser infiel e da maloca dos conjurados”). Dizendo-se devedor de “obrigação” e “fidelidade” ao governador, o autor enumerou várias acusações de irregularidades cometidas pelo ouvidor no exercício de seu ofício, inclusive algumas atitudes e atos que demonstraram ser o denunciado partícipe da sedição que se preparava em Minas.¹²⁶

Não se pode afirmar que a carta-denúncia diga a verdade integral dos fatos narrados, mas elucida acontecimentos da vida são-joanense e comportamentos de Luís Ferreira que não devem ser menosprezados. Apesar de a maioria dos fatos alegados contra o ouvidor serem documentáveis, a interpretação é desafetuosa e a incriminação despida de prova material. Mesmo com a apresentação de nomes de testemunhas que comprovariam as afirmações, o governador visconde de Barbacena decidiu não aprofundar as investigações sobre os suspeitos.

De acordo com o documento, Luís Ferreira era corrupto, demonstrava sentimentos antilusitanos em público e era amigo particular do padre Toledo e de seu irmão Luís Vaz, de Aires Gomes, de Francisco Antônio de Oliveira Lopes e de Alvarenga Peixoto. Acusações, aliás, semelhante às feitas pelo governador dom Rodrigo José de Meneses contra ele, em carta de 31 de dezembro de 1781, ao ministro Martinho de Melo e Castro, ao acusá-lo de corrupto, desordeiro e ignorante.¹²⁷

Quando os desembargadores José Pedro Machado Coelho Torres e Marcelino Pereira Cleto chegaram à vila de São João del Rei para inquirir testemunhas, o ouvidor Luís Ferreira bajulou-os, “oferecendo-lhes obséquios, touros, saraus e passeios públicos fora de hora”, com receio que alguém tocasse em seu nome. Para evitar quaisquer problemas, Luís Ferreira indicou as pessoas que deviam testemunhar, intimando outras a não comparecerem perante os juízes. Atitudes que, segundo o missivista, não foram percebidas pelos juízes da Alçada, por estarem “sempre cercados dos meirinhos e escrivães da ouvidoria”, ou assistidos em casa e acompanhados sempre pelo ouvidor Azevedo.¹²⁸

---

¹²⁶. ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 2, fl. 18v-19 – Carta-denúncia de um anônimo ao visconde de Barbacena contra Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. São João del Rei, 14/10/1789.

¹²⁷. AHU/MAMG, cx. 117, doc. 81 – Carta de D. Rodrigo José de Menezes, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a ineficiência do Tribunal da Junta da Fazenda e solicitando providências a fim de alterar tal situação. Vila Rica, 31/12/1781.

¹²⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 42, fls. 2-2v – Carta-denúncia de um anônimo ao visconde de Barbacena contra Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. São João del Rei, 14/10/1789.

Esses relatos comprovam o jogo da corrupção na política e na economia da Inconfidência. De todas as acusações merecem destaque as que indicaram que Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa do inconfidente Francisco Antônio, foi favorecida pelo magistrado no processo de seqüestro de seus bens:

Não menos ir fazer seqüestro, por ordem de V. Ex^a, à mulher do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, e esta lhe dar três vacas paridas sabe Deus pelo que; e ele as mandar vir para a chácara do seu meirinho geral Antônio José Simões, onde estão hoje. O que é público e o sabem: o capitão Leandro Barbosa da Silva; o ajudante Tomás da Costa Salvador; e o sargento-mor pago Joaquim Pedro da Câmara. E na mesma ocasião, induziu e persuadiu ele e o seu meirinho geral, à D. Hipólita, que devia mandar pessoa ao Rio de Janeiro indagar o bom e o mau sucesso da prisão do marido e que, com algumas dádivas, alcançasse favores – o que poderia conseguir porque “o dinheiro vencía tudo”. Ela lhe certificou que estavam prontos 10 ou 12 mil cruzados. Para este fim, lhe introduziram um filho do dito meirinho geral do mesmo nome, Antônio José Simões Dias, o qual foi há dias à Ponta do Morro, e se tem andado a preparar para quando chegar o dito ministro [*Luís Ferreira de Araújo e Azevedo*] e seu pai [*o meirinho geral Antônio José Simões, o velho*], do seqüestro do coronel Alvarenga [*que ambos foram realizar em Campanha e São Gonçalo do Sapucaí com Bárbara Eliodora*] para ir logo para o Rio. Testemunhas: Joaquim Barbosa, porteiro; o capitão Joaquim Simões de Almeida; e os mais que os ouviram.¹²⁹

Francisco Antônio de Oliveira Lopes foi preso em Vila Rica, em 12 de junho de 1789, quando se apresentou ao governador, sabendo-se procurado. Os seqüestros de seus bens iniciaram-se, em 25 de setembro de 1789, na fazenda Ponta do Morro, e contou com a presença do ouvidor Azevedo e do meirinho Antônio José Simões Dias, o pai. Estes personagens participaram, no mês seguinte, aos 13 de outubro, do processo de seqüestro empreendido contra a casa de Alvarenga Peixoto, que estava preso desde 24 de maio.¹³⁰

Luís Ferreira também foi acusado de favorecer Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, esposa do coronel Alvarenga Peixoto, no processo de seqüestro e na meação de seus bens. Amigo de Alvarenga, a quem sucedera na ouvidoria e aliara-se numa série de situações suspeitas, foi acusado, juntamente com Alvarenga, pelo padre Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, de promover arbitrariedades na vila de São João del Rei. Tudo começou após a chegada de Alvarenga naquela localidade, em finais de 1776, quando se enamorou de Bárbara Eliodora. O pai dela, o doutor José da Silveira e Sousa, interesseiro, deixou o caminho livre para que Alvarenga

¹²⁹. Ibidem, fl. 3v. Grifos do original.

¹³⁰. O tenente Antônio José Dias Coelho prendeu Alvarenga Peixoto em São João del Rei no dia 24 de maio de 1789. Conferir: ADIM, v. 1, p. 135, n. 1; 198; 249, n. 2.

namorasse como bem quisesse. O resultado não se fez esperar, e pouco tempo depois Bárbara estava grávida.

José da Silveira chegou a ser acusado pelo padre Vilas Boas de concorrer para a prostituição das próprias filhas, objetivando usufruir benefícios e ganhos pessoais. Mesmo assim, nem ele e nem o ouvidor pensaram em regularizar a situação da família com a celebração do casamento.

Após críticas e reprimendas por parte do bispo diocesano, Alvarenga e Bárbara firmaram casamento religioso, em dezembro de 1781.¹³¹ Nesses dois anos – entre o nascimento da filha e o casamento – circularam por São João pasquins informando aos moradores os escândalos praticados. Para diminuir os falatórios maledicentes, Alvarenga instaurou devassa e processou por injúrias o capitão Manuel da Costa Vilas Boas e Gama e seu primo, o alferes Caetano José de Almeida. Como o mandato de Alvarenga como ouvidor estava terminando, e não daria tempo para concluir a devassa, seu sucessor e amigo Luís Ferreira de Araújo e Azevedo incumbiu-se da continuidade de tal atividade.¹³² As irregularidades foram tamanhas que, em 29 de março de 1783, os dois ouvidores foram condenados e censurados em Acórdão da Relação do Rio de Janeiro:

... sendo ambos obrigados a concorrerem, e trabalharem para o sossego dos povos, os perturbam, e inquietam com estes irregulares, e desordenados procedimentos, que só servem para desagrar paixões particulares, e fomentar discórdias, que sempre foram fatais, e contrárias à tranqüilidade pública, que eles deviam sustentar, procedendo com ordem, e regularidade, e distinguindo os procedimentos, que a Lei manda observar nas injúrias feitas por razão de seus ofícios, das que procedem de alguma inimizade antiga, ou de outra coisa particular.¹³³

Nesta mesma época, os dois ouvidores envolveram-se em outra atividade compartilhadora de discórdia e reprimenda governamental. Como homens públicos lhes era vedado constituir família sem autorização régia e envolver-se em atividades econômico-financeiras, como adquirir propriedades.

¹³¹. FBN/CT, I-35, 11, 15 nº 2 – Casamento religioso entre Inácio José de Alvarenga e Bárbara Eliodora. São João del Rei, 22/12/1781. O casamento civil ocorreu no mês seguinte, em 7 de janeiro. Conferir: FBN/CT, I-35, 11, 15 nº 2 – Casamento civil entre Inácio José de Alvarenga e Bárbara Eliodora. São João del Rei, 07/01/1782.

¹³². LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. XXXVI.

¹³³. Documentos justificados – Certidão da sentença da Relação contra Alvarenga Peixoto e Araújo e Azevedo. In: *Ibidem*, p. 274. A idéia desta citação partiu do Prefácio escrito por Rodrigues Lapa em: *Ibidem*, p. XXXVI.

Alvarenga utilizou subterfúgios para ludibriar suas limitações como ouvidor: coagiu Manuel Teixeira Ribeiro, seu jurisdicionado em São Gonçalo do Sapucaí, a lhe vender a fazenda e as lavras da Boa Vista, em julho de 1777. Para tal fim, simulou com Lourenço José Correia de Mesquita a doação de imóveis por um tio residente em Santos, Sebastião de Alvarenga Braga, em dezembro de 1778.

Nos tempos finais de seu mandato como ouvidor, a fazenda da Boa Vista arrastava uma ação judicial com Maria do Nascimento, sua vizinha, por causa da demarcação das terras da sesmaria.¹³⁴ A controvérsia acabou favorável a Alvarenga, que teve suas terras remedidas e demarcadas pelo juiz de sesmarias, Nicolau Barbosa Teixeira Coutinho, amigo íntimo e protegido do ouvidor do Rio das Mortes. A decisão em favor de Alvarenga Peixoto levou o governador dom Rodrigo José de Meneses a repreender o “abuso de autoridade” e a atitude unilateral praticada por Luís Ferreira em favor de seu amigo.¹³⁵ Mesmo com acusações de irregularidades, as terras foram remedidas em favor de Alvarenga.¹³⁶

O alferes Manuel Teixeira Rabelo, o primeiro proprietário das terras da Boa Vista, era casado com Maria Rosa de Toledo, neta do corregedor-mor João de Toledo Piza e Castelhanos, paulista descendente de nobre família espanhola e um dos pioneiros e fundadores do arraial de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha, que se empossou de várias terras na região de São Gonçalo.¹³⁷ Manuel Teixeira, também conhecido do ouvidor Luís Ferreira, era parente dos Toledo Piza – o padre Carlos Correia e seu irmão Luís Vaz.

Em suma, quando o ouvidor Luís Ferreira empreendeu seqüestros nos bens de Luís Vaz, padre Toledo e, particularmente, contra os de Alvarenga Peixoto e Francisco Antônio, as famílias, ao que tudo indica, e a documentação citada nos permite acreditar nisso, já estavam preparadas e à espera dos funcionários reais.

¹³⁴. APM/SC, cód. 227, rolo 47, gav. 3, fl. 23 – Carta de dom Rodrigo José de Meneses ao capitão Manuel Teixeira Ribeiro sobre distúrbios na fazenda da Boa Vista; APM/SC, cód. 227, rolo 47, gav. 3, fls. 23-23v – Distúrbios na fazenda da Boa Vista.

¹³⁵. APM/SC, cód. 230, rolo 47, gav. 3, fl. 16v – Repreensão do governador dom Rodrigo José de Meneses ao ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo; APM/SC, cód. 230, rolo 47, gav. 3, fl. 17v – Censura de dom Rodrigo José de Meneses ao juiz ordinário da Campanha João Chrisostomo; APM/SC, cód. 230, rolo 47, gav. 3, fls. 17v-18 – Ordem de dom Rodrigo José de Meneses ao ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo sobre o litígio da Boa Vista.

¹³⁶. APM/SC, cód. 230, rolo 47, gav. 3, fl. 18 – Ordem de dom Rodrigo José de Meneses ao doutor Francisco Pais sobre o litígio da Boa Vista.

¹³⁷. REZENDE, Roberto Leonel de. *Rudimentos históricos do município de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais*. Três Corações: Excelsior, 1992, p. 19-20.

Grupo II – a atuação do ouvidor José Caetano César Manitti nos seqüestros

No dia 10 de abril de 1791, o desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho enviou Ofício ao escrivão da devassa de Minas Gerais José Caetano César Manitti incumbindo-lhe de providenciar as prisões de José de Resende Costa (pai e filho), Vicente Vieira da Mota, Manuel Rodrigues da Costa e José Aires Gomes, remetendo-os ao Rio de Janeiro, e, também, realizar o seqüestro de “todos os seus bens” e papéis “que possam ter alguma conexão, ou dizer algum respeito à sublevação que se pretendia fazer”.¹³⁸

O nome do português José Caetano César Manitti apareceu na história mineira quando foi nomeado pela rainha Maria I, em 27 de fevereiro de 1782, para o lugar de ouvidor da comarca do Sabará, pelo mesmo ato que designou Tomás Antônio Gonzaga para ouvidor, em Vila Rica.¹³⁹

Em 13 de novembro, Manitti prestou juramento na Chancelaria-Mor do Reino e sua apresentação ao governador de Minas, em Vila Rica, ocorreu em 28 de março de 1783. Sua posse perante o Senado da Câmara de Sabará ocorreu em 9 de abril, em substituição ao desembargador Luís Beltrão de Gouveia.¹⁴⁰

Quando ocorreram as denúncias que motivaram à abertura da devassa de Minas Gerais, o governador visconde de Barbacena, por Portaria, de 12 de junho de 1789, nomeou o desembargador Pedro José Araújo de Saldanha ao cargo de juiz e Manitti, ao de escrivão.¹⁴¹

Em 1791, após receber ordens do desembargador Coutinho, Manitti procedeu à prisão e seqüestro em bens de Vicente Vieira da Mota, em 11 de maio, em Vila Rica; a Aires Gomes, na Igreja Nova (atual Barbacena), em 18 de maio; ao padre Manuel Rodrigues da Costa, no Registro Velho, e aos Resende Costa (pai e filho), na Laje, ocorridos no mesmo dia, em 20 de maio. Todos esses presos foram enviados ao Rio de Janeiro, chegando no dia 13 de junho. Dois dias depois, o conde de Resende assinava Portaria, por proposta do chanceler Coutinho, nomeando Manitti escrivão

---

¹³⁸. Ofício de Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho a José Caetano César Manitti, escrivão da devassa-MG (nomeado Intendente do Ouro em Vila Rica), incumbindo-lhe providências e viagem ao Rio. Rio de Janeiro, 10/04/1791. In: ADIM, v. 8, p. 343-344.

¹³⁹. AHU/MAMG, cx. 118, doc. 14 – Decreto de D. Maria I, nomeando o bacharel José Caetano César Manitti para ouvidor do Sabará e Tomás Antônio Gonzaga para ouvidor da Vila Rica. Samora, 27/02/1782.

¹⁴⁰. APM/CC, cód. 189, fl. 117.

¹⁴¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 4 – Portaria do visconde de Barbacena ao desembargador Pedro José Araújo de Saldanha. Vila Rica, 12/06/1789.

auxiliar da devassa, em substituição ao desembargador Marcelino Pereira Cleto, que logo devia partir para a Bahia, por já estar provido em ofício na Relação.¹⁴²

Na comarca do Rio das Mortes, Manitti procedeu aos seqüestros nas casas de José de Resende Costa (pai), Manuel Rodrigues da Costa e Aires Gomes. Por que a detenção desses homens foi tardia, ou seja, dois anos após os primeiros envolvidos terem sido presos?

A prisão de José Aires Gomes deveu-se ao fato de que as primeiras notícias de seu envolvimento na revolta vieram no depoimento de Alvarenga Peixoto, feito no Rio de Janeiro, e que só mais tarde a devassa fluminense começou a estender a malha de investigação sobre os implicados restantes, que apareciam circunstancialmente nos depoimentos.¹⁴³ Outro elemento que nos ajuda a entender a sua demorada prisão foi o fato de Aires Gomes ser palaciano, ou seja, ter bons relacionamentos com o governador. Certa vez, foi ele quem conseguiu, junto a João Rodrigues de Macedo, um empréstimo de dois contos de réis para o visconde de Barbacena.¹⁴⁴

A tardia repressão a Aires Gomes deveu-se à influência de Macedo. Melhor ainda: todas as pessoas que o chanceler da Alçada Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho mandou prender e seqüestrar, em 1791, são ligadas diretamente ao ex-rendeiro João Rodrigues de Macedo seja por negócios dos contratos seja por relações familiares. O padre Rodrigues da Costa, por exemplo, era afilhado de Macedo; e seu pai, o coronel de mesmo nome, foi seu amigo íntimo e preposto. Aires Gomes foi seu fiador, ou melhor, sócio, na arrematação dos contratos de Dízimos da capitania de Minas Gerais. O capitão Vicente Vieira da Mota era seu guarda-livros (contador).¹⁴⁵

Vicente Vieira, ao ser preso em 11 de maio, foi conduzido por Manitti, que também era hóspede de Macedo na Casa dos Contos, para a Cadeia de Vila Rica e seu quarto, na residência do ex-contratador, foi lacrado, dando-se início ao seqüestro

¹⁴². OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota 1 ao “Ofício de Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho a José Caetano César Manitti, escrivão da devassa-MG (nomeado Intendente do Ouro em Vila Rica), incumbindo-lhe providências e viagem ao Rio”. Rio de Janeiro, 10/04/1791. In: ADIM, v. 8, p. 344-345.

¹⁴³. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 162-163.

¹⁴⁴. Biblioteca da Ajuda, 54 – XI – 27 (19a e 19b), fls. 2-2v – Representação e requerimento a S. Majestade (D. Maria I) de José Aires Gomes, militar, condenado como cúmplice na meditada sublevação de Minas Gerais, a fim de mandar conhecer sôbre a sua sentença, para lhe dar um inteiro perdão, ou para lhe mitigar a pena. Moçambique, 25/08/1792.

¹⁴⁵. OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Notas biográficas ao “Apenso XXI: autos de confrontação de testemunhas e sumário de inquirição de testemunhas do padre José Lopes de Oliveira e outros”. In: ADIM, v. 2, p. 399. Conferir, também: AVELAR, Antônio Ribeiro de. Carta a João Rodrigues de Macedo (Vila Rica) sobre auxílios prestados ao inconfidente Vicente Vieira da Mota na iminência de seguir para degredo. In: ADIM, v. 9, p. 129-131; APM/AVC, cx. 11, doc. 18 – Procuração passada por José Aires Gomes relativa a sua fiança nos contratos de dízimos da capitania de Minas Gerais, arrematados por João Rodrigues de Macedo. Borda do Campo, 04/11/1777.

na manhã seguinte. Dos seus escravos, o único arrolado foi João Angola, de 25 anos de idade, alugado por Vicente a Manuel Rodrigues Rabelo, minerador no morro do Santana. Além deste, o escrivão anotou um cavalo escuro, que se encontrava descansando na chácara do Passadez, de Macedo, e papéis com indicações de penhores realizados por ele que não puderam ser seqüestrados, pois Manitti não sabia se os empréstimos haviam sido feitos com dinheiro do próprio Vicente Vieira ou se foram realizados com dividendos do ex-contratador.¹⁴⁶

João Rodrigues de Macedo foi tido como o grande financiador da Inconfidência, sendo um dos que devido ao tráfico de influência e uma teia de corrupção, benesses e proteções, conseguiu escapar dos processos das devassas. Seu nome apareceu poucas vezes nas inquirições e isso graças à amizade que mantinha com o escrivão Manitti.¹⁴⁷

As atitudes do escrivão Manitti são colocadas sob suspeição no depoimento prestado, no Rio de Janeiro, pelo tenente-coronel Francisco Antônio, ao comentar que ele alterou e viciou seu depoimento:

... logo que as perguntas e respostas, que constam deste apenso, lhe foram lidas, para acareação feita ao vigário de São José [padre Carlos Correia de Toledo] com ele respondente, (...) clamou dizendo que tudo quanto nas perguntas, e respostas antecedentes estava escrito, se achava alterado, e viciado pelo escrivão assistente José Caetano César Manitti, que sugerira a ele respondente, nas respostas que deu, e também as escreveu.¹⁴⁸

Em seguida, esse mesmo tenente-coronel afirmaria, por meio de gritos, ter sido enganado com falsas promessas e astúcias do escrivão, que o induziu a contar tudo que sabia, convencendo-o de que os outros o haviam traído, prometendo-lhe diminuir sua culpabilidade. Devido a isso, seu relato sobre os planos do levante foi o mais

¹⁴⁶. Nas reuniões subversivas ocorridas na casa de Macedo, em dezembro de 1788, os inconfidentes discutiram vários assuntos atinentes às Minas Gerais. Entre eles, conversaram sobre o lançamento da derrama. Vicente Vieira da Mota calculou o débito do tributo em 515 ou 518 arrobas de ouro. Como a população mineira era estimada em 350 mil habitantes, caberia a cada pessoa o ônus de 5,9 oitavas (21 gramas de ouro). Ao todo, a dívida da capitania ultrapassava mais de 7 toneladas. Na ocasião, o contador Vieira da Mota comentou que pagaria 29 oitavas, o que significa que ele tinha 4 escravos, além de sua pessoa. No seqüestro de seus bens foi arrolado apenas um destes cativos. Onde estão os outros negros? Conferir: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro da Inconfidência*: ensaio biográfico de João Roiz de Macedo, arrematante de rendas tributárias no último quartel do século XVIII. Ouro Preto, MG: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981, p. 43-45.

¹⁴⁷. MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 182-183.

¹⁴⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 9, fls. 9-9v – Auto de perguntas feitas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, 2ª inquirição, Cadeias da Relação (Rio de Janeiro), 13/07/1791.

completo e detalhado de todos os existentes nos Autos de Devassa. Em nenhum instante, mencionou, por sugestão do escrivão, o nome de Macedo. Ao ser retirado da cadeia para ser levado ao Rio de Janeiro, Francisco Antônio acusou aos brados a corrupção do processo e os enganos de Manitti. No Rio de Janeiro, sem a presença deste escrivão, ele contou aos juizes todos os detalhes referentes à interferência de Manitti na devassa mineira:

Que não disse no dito juramento [perante a devassa de Minas Gerais] que também ouvira dizer ao Vigário da vila de São José, Carlos Correia de Toledo, que na sedição, e motim por que é perguntado era igualmente entrado o Mestre-de-Campo Inácio Correia Pamplona, e João Rodrigues de Macedo; porque querendo falar nestes mesmos no juramento, ou perguntas, que se fizeram a este Respondente na Devassa, que se tirou em Vila Rica pelo Ouvidor e Corregedor da dita Comarca, sendo escrivão o da Comarca do Sabará, pela razão, que já declarou (...). E pelo que respeita ao segundo, João Rodrigues de Macedo, disse o dito Vigário a ele Respondente, que este também era entrado na sedição, e motim que esta se efetuasse para se livrar das facadas que lhe dava o Intendente e Procurador da coroa de Vila Rica para pagar a grande dívida, em que está à Fazenda Real; o dito Ouvidor, e Corregedor do Sabará, José Caetano César Manitti, Escrivão da dita Devassa, dissera a ele Respondente, sem que estivesse presente o Juiz da dita Devassa, o Ouvidor da Vila Rica, Pedro José de Araújo Saldanha, que naqueles não falasse; no primeiro, o Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, por que já na dita Devassa tinha este deposto, e declarado o que sabia, e no segundo, João Rodrigues de Macedo, encarecendo-lhe primeiro a grande amizade que o dito Macedo tinha com ele Respondente, lhe disse que não falasse nele, segurando a ele Respondente, que o tomava debaixo de sua proteção, e o havia de por a salvo; pelo que não falou neles na dita Devassa, nem nela jurou o que sabia a respeito deles, por ser iludido na sobredita forma.¹⁴⁹

Em depoimento posterior, quase sete meses depois, pressionado pela presença de Manitti, chamado para auxiliar na conclusão dos trabalhos, Francisco Antônio negou tudo, dizendo que apenas mentira, desdizendo o que afirmou sobre Macedo, pois “quem não mente, não é de boa gente”.¹⁵⁰

O desembargador e ex-intendente do ouro de Minas Gerais, Francisco Gregório Pires Bandeira, no terceiro capítulo de sua exposição sobre os réus sentenciados e punidos pela devassa, transmitiu-nos igual informação sobre Francisco Antônio de Oliveira Lopes: “... ao partir preso para o Rio de Janeiro, vendo frustradas as esperanças do que lhe haviam prometido, gritou na presença da guarda que o

¹⁴⁹. ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 9, fls. 2v-3 – Auto de perguntas feitas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, 1ª inquirição, Fortaleza da Ilha das Cobras (Rio de Janeiro), 21/11/1789.

¹⁵⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 9, fl. 9 – Auto de perguntas feitas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, 2ª inquirição, Cadeias da Relação (Rio de Janeiro), 13/07/1791.

conduzia – testemunha oficial – que toda a sua confissão fora feita pela insinuação do ministro escrivão”. No mesmo item, continuou:

O Dr. Domingos Vidal (de Barbosa) disse também, à guarda, que o mesmo ministro o havia seduzido prometendo-lhe – da parte do General [governador] – que, se ele confessasse o que lhe perguntavam, se lhe aceitaria a denúncia com data anterior; e seria recebido para mestre dos filhos do General.

De tais falas, Francisco Gregório concluiu que:

Domingos de Abreu Vieira e outros mais – segundo dizem os seus carcereiros – todos uniformemente clamaram contra a maldade de um ministro que, para fazer o partido do General e o seu, empenhou toda a sagacidade e ardileza de encalacrá-los no crime e, por consequência, realizar-se o merecimento daquela ação.¹⁵¹

Os “olhos vedados” da justiça favoreceram João Rodrigues de Macedo a sair ileso da repressão que se fez aos conjurados. Nos ADIM estão evidentes as provas de sua participação e apoio ao projeto dos inconfidentes. O desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, encarregado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, de tirar a devassa no Rio de Janeiro, incluiu-o no Anexo da lista das pessoas presas e de alguns suspeitos, com apreciação individualizada de cada sedicioso. No documento *Pessoas de que se deve fazer menção para notícia*, escreveu que se na devassa não constava o que fizesse Macedo “suspeitoso”, não deixava de “presumir que ele sabia, e talvez patrocinasse o projeto”.¹⁵²

O desembargador Coelho Torres, mesmo desconfiando da culpa de Macedo não conseguiu empenhar-se na apuração deste ponto. Os revoltosos implicados e presos não o delataram, nem mesmo o seu funcionário, o guarda-livros Vicente Vieira da Mota, que acabou condenado. Há evidências no processo de que o escrivão Manitti esforçou-se, com sucesso, para não incriminar Macedo. Alguns dias antes de se retirar para Portugal, em 1797, conseguiu do ex-contratador um empréstimo de um conto de réis, alegando despesas de viagem.¹⁵³ Além dele, teria subornado também o visconde

¹⁵¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 9, fls. 9v-10 – Auto de perguntas feitas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, 2ª inquirição, Cadeias da Relação (Rio de Janeiro), 13/07/1791; BANDEIRA, Francisco Gregório Pires Monteiro. Exposição sobre a repressão e julgamento dos réus da inconfidência Mineira. In: ADIM, v. 9, p. 256.

¹⁵². ANRJ/ADIM-C5, v. 9, doc. 7, fl. 3 – Lista de pessoas presas, por José Pedro Machado Coelho Torres.

¹⁵³. FBN/CC, I-10, 15, 023 – Carta de José Caetano César Manitti a João Rodrigues de Macedo solicitando empréstimo para poder viajar a Europa com o visconde de Barbacena. [S.l.], 24/08/1797.

de Barbacena, que nunca o chamou para depor. Apenas o autuou como testemunha no seqüestro de bens de seu funcionário, que morava em sua casa.¹⁵⁴

Barbacena, que chegou em precária situação financeira às Minas Gerais, em julho de 1788, aceitou a ajuda de 40 mil cruzados (16 contos de réis) como empréstimo que Macedo lhe proporcionou, a ser descontado dos débitos que mantinha com a Fazenda Real, o que equivalia a três anos de seu soldo como governador ou ao preço de 16 casas assobradadas.¹⁵⁵

A partir de 1797, quando Manitti e o visconde de Barbacena embarcaram juntos para Portugal, o ex-contratador Macedo começou a ser cobrado pela Real Fazenda para saldar suas elevadas dívidas. Parte de sua casa passou a ser ocupada, em caráter permanente, para abrigar serviços públicos. Na passagem do século, já não tinha mais esperanças em escapar ileso ao seqüestro de seu patrimônio. Em 1802, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, responsável pelo Erário Régio, sem qualquer interesse em proteger o devedor, ordenou à Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda de Minas Gerais para que procedesse ao confisco dos bens do ex-contratador, incluindo-se o mais valioso deles, a Casa dos Contos.

Neste mesmo ano, o fisco pôs em praça uma parcela significativa dos bens de Macedo, vendida ao capitão Jerônimo Fernandes da Silva Macedo, sobrinho do ex-rendeiro, que oferecera em pagamento os rendimentos dos capins de cujo fornecimento para o Quartel de Vila Rica era arrematante. Entre os pertences do contratador estavam “umas terras e suas árvores de pinho e plantas, chamadas a Jacuba e Passadez (...) 1:000\$000 réis” (as casas da chácara do Passadez foram avaliadas em 5:600\$000 réis, um décimo do preço da Casa dos Contos), 45 cabeças de gado vacuum; seis bois de carro, minas, muares, a sesmaria dos Taboões, 23 escravos do serviço doméstico e rural, dos quais dez tinham 50 anos ou mais de idade.¹⁵⁶ Em suma, no confisco, Macedo perdeu tudo. Paralelamente, era feita a

¹⁵⁴. No seqüestro empreendido em bens de Vicente Vieira da Mota há uma barra de ouro fundida em 3 de novembro de 1790, com o n.º 2934, cuja guia lhe atribui o valor quintado de 44\$207 réis, embrulhada num papel com os seguintes dizeres: “... é para remeter a Antônio Ribeiro de Avelar, para uma assistência mandei fizesse o Ledo”. Dentro do embrulho, um bilhete esclarecia melhor aquele dizer: “Ordenei ao tenente Antônio Ribeiro de Avelar [que] assistisse o Ledo para as recomendações de Antônio Xavier da Silva 45\$150 réis; esta barra é para remeter 44\$207 réis; faltam 943 réis”. É interessante observar que Mota tivesse mandado financiar, no Rio de Janeiro, umas recomendações a Antônio Xavier da Silva, cujo nome revelou-se como sendo o de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Maiores detalhes sobre o documento podem ser lidos em: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro da Inconfidência...* op. cit., p. 46.

¹⁵⁵. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 226.

¹⁵⁶. Os principais bens arrematados pelo capitão Jerônimo Fernandes da Silva Macedo podem ser conferidos na “Cópia do termo de rematação de bens”, transcrita em: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro da Inconfidência...* op. cit., p. 74-76.

intimação de seus fiadores, para que cumprissem seus compromissos na forma da lei.¹⁵⁷

Macedo associou-se a Bárbara Eliodora, mulher de Alvarenga Peixoto, e a ajudou a escapar do seqüestro total de bens do casal e de suas dívidas. Parece que passou seus últimos dias na propriedade de ambos, em São Gonçalo do Sapucaí, onde morreu, em 8 de outubro de 1807.

O exemplo das declarações do tenente-coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, contrárias ao escrivão José Caetano César Manitti, homem de estrita confiança do governador visconde de Barbacena, serviu-nos para ilustrar que existiram atos e coações contra depoentes e processados, como protestos explícitos contrários à lisura de membros do conselho de Sua Majestade, da qual faziam parte os tabeliães e os ouvidores.

Em virtude da denúncia proclamada por Francisco Antônio foi-nos permitido constatar a existência de atos de corrupção no processo de inquirição de testemunhas e que a atuação de funcionários metropolitanos foi ambígua no trâmite judicial. Como mostramos, Hipólita Jacinta, ao subornar o ouvidor Luís Ferreira, com a doação de gado, e Bárbara Eliodora, com a ajuda de Macedo e Manitti, conseguiram minorar o impacto das penalidades legais impostas aos inconfidentes pelo crime de lesa-majestade, subtraindo e/ou conseguindo a subavaliação de alguns de seus bens. João Rodrigues de Macedo, devido ao tráfico de influência, conseguiu escapar do processo das devassas.

As famílias de Francisco Antônio, Aires Gomes e Alvarenga Peixoto – que eram as maiores proprietárias de terras, donas dos maiores plantéis escravistas, as mais ricas e com as maiores quantidades de utensílios e bens móveis apreendidos – conseguiram preservar a maior parte de seus patrimônios, como se demonstrará nos capítulos seguintes.

Os Autos de Seqüestro, em sua edição impressa merecem ser desvendados e melhores analisados. Lembrando os dizeres do escrivão Manitti, esses documentos (os que estão impressos), contêm erros e omissões de bens, colocando em dúvida as análises feitas do patrimônio dos conjurados. Para dirimir as diferenças entre as duas versões dos Autos de Seqüestro (a impressa e a manuscrita), empreendemos estudo sistemático dos originais daquele documento. Em razão do desconhecimento de seus conteúdos integrais, a historiografia – e aqui me reporto a Eduardo Frieiro, Paulo Gomes Leite e Luiz Carlos Villalta, por exemplo – analisaram as bibliotecas dos

---

¹⁵⁷. Aviso de dom Rodrigo de Sousa Coutinho à junta da administração e arrecadação da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, datado de Lisboa, a 17 de agosto de 1803. In: ADIM, v. 11, p. 109-110.

sediciosos mineiros de maneira discordante quanto aos números de seus títulos e conteúdos dos textos existentes em suas prateleiras. Indicamos que a mais famosa biblioteca mineira colonial, a do cônego Luís Vieira da Silva, de Mariana, era composta por 266 títulos em 569 volumes. Devido ao desconhecimento dos traslados finais desta coleção, os autores atribuíram-lhe números diversos.

Outro exemplo ocasionado pelo desconhecimento dos conteúdos integrais dos seqüestros deu-se no caso da biblioteca da família Resende Costa. Como mostramos, E. Bradford Burns, Rosalvo Gonçalves Pinto e Luiz Villalta, em suas pesquisas dedicadas à análise dessa livraria, cometeram o equívoco de acreditar que o que leram na versão impressa correspondia à realidade livresca daquela casa. Após a reorganização temática e numérica daqueles títulos e volumes, descobrimos a existência de mais um livro naquela estante: *Seletas latinas*. Ocasionalada por erro na transcrição do documento de seqüestro, a historiografia desconhecia aquele título. No cerne desta descoberta indicamos que a biblioteca da família Resende Costa era composta por 20 títulos em 61 volumes, diferentemente do que encontramos escrito nos compêndios de História. Nas figuras de 1 a 4, reproduzimos as fotografias dos dois únicos livros que restaram desta biblioteca. Ao se descrever os textos – poema “A religião” e “Obras” –, a historiografia indicou que eles eram de um mesmo autor – Racine. Constatamos que a autoria dessas obras era de pessoas diferentes: Jean Racine e Louis Racine.

Todos esses problemas de análise ocorreram em decorrência do desconhecimento dos conteúdos originais dos Autos de Seqüestro. No caso da historiografia, que utilizou esses documentos para estudar a estrutura agrária e os bens apreendidos no interior das residências inconfidentes, mostramos ser possível ampliar essas análises, em busca de novas evidências empíricas sobre a constituição da riqueza e dos casos de omissão do patrimônio sedicioso. Ampliar as discussões iniciadas por Beatriz Ricardina Magalhães, Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis será o próximo passo analítico desta Tese.

Capítulo II

**As relações agro-pastoris nas propriedades dos
inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**

1.

A posse da terra

A devassa seqüestrou aos inconfidentes muitas propriedades de terras. No direito português, as terras eram doadas, gratuitamente, às pessoas que possuíam meios de cultivá-las. Essas terras eram chamadas de sesmaria e, em sua concepção original, sua doação fora disciplinada por lei de 1375, de dom Fernando I, que objetivava solucionar grave crise de abastecimento em Portugal, fazendo progredir a agricultura, então abandonada em decorrência das lutas internas vigentes, e minimizar as importações de grãos.¹

Na América, a coroa portuguesa teve, ao adotar o sistema de sesmaria, preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra. Na carta de doação existia a cláusula de que o sesmeiro, aquele que recebia a terra, tinha a obrigatoriedade de torná-la produtiva. Caso a exigência não fosse cumprida, a terra voltava à coroa portuguesa, para ser redistribuída.²

Apesar da condicionalidade da doação, a coroa portuguesa não conseguiu impedir que se formassem grandes propriedades territoriais (latifúndios), enquanto durou o regime de doação de sesmarias. Além da terra utilizada de maneira produtiva, grandes extensões de terra eram apropriadas, ora para garantir explorações futuras, caracterizando uma cultura migratória em larga escala, ora como reserva de valor. Este padrão de ocupação explicava-se, em parte, pelo caráter predatório da agricultura na colônia, baseado no trabalho compulsório escravo negro e na utilização de técnicas rudimentares, que esgotavam rapidamente o solo.³

---

¹. Nas palavras do desembargador José João Teixeira Coelho, “sesmarias são as porções das terras ou matos maninhos e bravos pertencentes a Sua Majestade que nunca foram lavrados, nem aproveitados, e que se concedem a sesmeiros que os rompam, lavrem e semeiem para que haja abundância de mantimentos”. In: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* (1782). Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio César Boschi. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 361. Descrição minuciosa dos fundamentos jurídicos e sociais envolvidos na elaboração da lei de 1375 e os significados do vocábulo “sesmaria” encontram-se em: LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954; RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia. 3. ed. Lisboa: Presença, 1982.

². SILVA, Lúcia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, n. 2, p. 15-25, abr./jun. 1997, p. 16.

³. Ibidem, p. 16; Idem. *Terras devolutas e latifúndios*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 37-38.

A concessão da sesmaria estava sujeita à medição e demarcação, sendo que após um prazo determinado, a sesmaria deveria ser confirmada, pois havia a possibilidade do sesmeiro não cultivar a terra recebida e, com isso, ela poderia ser distribuída a quem se dispusesse a explorá-la.

Mapa 2 – Limites espaciais de duas sesmarias: uma de duas léguas em quadra e outra de meia légua em quadra.

Nos primeiros tempos do Brasil, a coroa portuguesa permitia que colonos ocupassem imensas áreas, por meio de sesmarias de 10, 20 ou mais léguas (como Brás Cubas, na capitania de São Paulo) ou que tomassem a posse ilimitada de terras inexploradas (como fez Antônio Guedes de Brito, em territórios que hoje abrangem grandes partes da Bahia e Minas Gerais). As concessões de terrenos pelo regime de sesmaria implicavam seu aproveitamento, sob pena de anulação da doação. Para receber uma sesmaria, o solicitante precisava comprovar a condição de poder desenvolver práticas agrícolas na terra pedida, o que significava, antes de qualquer coisa, possuir escravos para lavrar o chão, tornando-o produtivo. A légua de sesmaria equivalia a 6,6 km, e a légua em quadra, portanto, a 43,56 km². A carta de sesmaria da fazenda Mantiqueira, de José Aires Gomes, indica que ela tinha uma légua em quadra de extensão; já a sua fazenda vizinha, chamada Calheiros, tinha carta de sesmaria de meia légua de terras em quadra (10,89 km²). A fazenda da Borda do Campo, também deste inconfidente, tinha três léguas em quadra.

Fonte: Adaptado de: BARREIRO, Eduardo Canabrava. *As vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1976, p. 50; 52.

Além da maneira formal e legal de obtenção de terra, desenvolveu-se outra: a posse. Por ela ser mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se

praticava no período colonial, tornou-se o meio principal de apropriação territorial. Até hoje, sua importância como forma de aquisição de domínio é incontestável.

Nos primeiros séculos da colonização, a posse representou também a maneira de ocupação do pequeno lavrador sem condições de solicitar uma sesmaria. Nos anos iniciais das Minas, André João Antonil (1711) e Francisco Tavares de Brito (1732) registraram as roças e os pousos existentes em seus roteiros e caminhos que levavam ao território mineiro. Nem todos os proprietários das roças e paragens relacionados, como também os apontados por Caetano da Costa Matoso (1749), possuíam cartas de sesmarias. Mesmo sendo o processo de aquisição de terras devolutas pela posse espontânea e o desenvolvimento de uma cultura efetiva na gleba apropriada uma das mais fortes razões para a concessão de carta de sesmaria, sua obtenção tornava-se, em grande parte, onerosa ao sesmeiro.

O modo do posseiro proceder na aquisição de terras no século XVIII não mudou dos atos possessórios que se verificam, hoje em dia, no campo brasileiro: primeiro, entra-se em terra desocupada, ou seja, em terra devoluta, marcam-se os limites a seu bel-prazer, edificam-se sinais de ocupação, tais como palhoças, currais, soltam-se cabeças de gado, plantam-se roças e, especialmente, colocam-se ali para trabalhar agregado ou meeiro, para, posteriormente, requerer-se junto às autoridades competentes, o título do domínio. Juridicamente, a propriedade da terra é como uma moeda de duas faces: o domínio e a posse. O domínio se adquire mediante um título; a posse pela ocupação.⁴

Muitos proprietários solicitavam o documento da sesmaria depois de a terra estar ocupada e já produzindo. Não interessava à metrópole legitimar uma propriedade territorial que não tivesse possibilidade de ser explorada. Mas isto não impediu que muitas pessoas pedissem terra com a promessa de vir a ocupá-la. Exemplo disso deu-se com Inácio Correia Pamplona, um dos delatores da Inconfidência Mineira, que comandou a campanha de desbravamento dos sertões nas nascentes do rio São Francisco exterminando índios, quilombolas e se instalando perto de Bambuí, num lugar denominado de Desempenhado. Como resultado de suas ações sertanistas, Pamplona pediu e obteve, em seu nome e no das filhas, oito sesmarias, todas com três léguas de terra em quadra. Só a do Desempenhado estava em seu nome, apesar de administrá-las todas e, ao longo da vida, vender três delas. Ele possuía ainda as fazendas do Mendanha e do Capote, no atual município de

---

⁴. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 158-159.

Lagoa Dourada, do Carandaí e o sítio do Matozinhos, nas proximidades da vila de São João del Rei, onde faleceu.⁵

Ao pedir a carta de sesmária, legitimando a ocupação que empreendeu de maneira possessória, o proprietário passava a ter a capacidade e o direito, por exemplo, de poder vender e trocar a terra livremente sob seu domínio.

Para se obter uma sesmária eram necessários alguns procedimentos. O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, no início do século XIX, registrou:

Quando alguém pretende tornar-se o possuidor de um terreno livre (terra devoluta), dirige uma petição ao general da capitania, e este remete o pedido à municipalidade (câmara) do distrito, a fim de que se faça um inquérito para saber-se se realmente a área solicitada não tem dono. Se o inquérito for favorável ao solicitante, o general oficia ao magistrado denominado *juiz de sesmarias* para que conceda as terras requeridas. Este manda medi-las e demarcá-las e entrega ao concessionário o título de posse (carta de sesmária), que este último é obrigado a fazer confirmar pelo Rei.⁶

Por intermédio da doação de carta de sesmária, as autoridades portuguesas na América legalizavam a posse de terras já ocupadas com atividades agrícolas e pastoris, permitindo que estas práticas se voltassem para o mercado interno que, ao lado do comércio exterior, formava uma intensa rede de abastecimento no interior da colônia, baseada na agricultura de alimentos, na criação de animais, em engenhos de cana-de-açúcar e de aguardente e na produção de tecidos grosseiros, entre outros produtos, que eram carregados no lombo de bestas, tanto humanas quanto de muares, dirigindo-se para as várias localidades da América.⁷

A partir de suas propriedades, os inconfidentes vão participar desta intensa rede de comércio e produção agrícola, como se verá a seguir. Antes, porém, vejamos as propriedades e as terras agrícolas e minerais estritamente confiscadas pela

⁵. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito...* op. cit., p. 116; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971, p. 124-125.

⁶. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 109. Grifo do original.

⁷. Inúmeros são os estudos que demonstram a intensa rede comercial que circulava pelos caminhos mineiros. Conferir os já clássicos: ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990, e LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1848*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993; além de alguns recentes como: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FURTADO, Júnia Ferreira. op. cit.; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

devassa, e não todos os bens de raiz que possuíam ou a que tinham direito – mesmo que parcial, por lei – por serem herdeiros de roças, fazendas ou casas de morada.

TABELA 5

Bens de raiz seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

Bens de raiz	Carlos Correia de Toledo	Luís Vaz de Toledo Piza	Francisco A. Oliveira Lopes	José Aires Gomes	Manuel Rodrigues da Costa	Inácio J. Alvarenga Peixoto	José de Resende Costa
Propriedades	5		1	8	1	1	1
Sesmarias				1			
Datas minerais				20			245
Serviços minerais*	1	3	1		1	17	
Matos de capoeira**							1
Morada de casas (arraial, vila, cidade)	2		2	2		1	1
Total de bens de raiz	8	3	4	31	2	19	248

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Notas:

* Em um serviço podem existir várias datas de exploração mineral. Informamos apenas o que está indicado na documentação.

** Matos de capoeira são terrenos em que já ocorreu beneficiamento para alguma cultura.

O inconfidente José de Resende Costa, capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar do distrito da Laje e Santa Rita, do termo da vila de São João del Rei, residia no Arraial da Aplicação de Nossa Senhora da Penha de França da Laje (hoje município de Resende Costa), em sua fazenda chamada Boa Vista dos Campos Gerais da Laje.⁸

Ele teve seqüestrado pela devassa, conforme a Tabela 5, a fazenda da Laje, de “meia légua de terra em quadra”, composta de “casas de vivenda, engenho de pilões de fazer farinha, paiol, moinho, tudo coberto de telha, com seu curral cercado de pedra e seu quintal com árvores de espinho, senzala de capim, terras de cultura, capoeiras, restingas de matos virgens e seus logradouros”, além de “uma morada de casas cobertas de telhas citas no Arraial da capela da Laje” (vizinha da do padre

⁸. AHU/MAMG, cx. 113, doc. 54 – Requerimento de José Resende Costa, capitão da Companhia da Cavalaria Auxiliar do distrito da Lage e Santa Rita, na Comarca do Rio das Mortes, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. 22/10/1778.

Carlos Correia de Toledo), “uma sorte de matos de capoeiras” e 10 títulos de serviços minerais (245 datas de extração aurífera).⁹

Após a sua prisão, em 1791, esses bens de raiz foram administrados pelo genro, o capitão-mor Gervásio Pereira de Alvim, casado com Francisca Cândida de Resende. Gervásio, além de administrador da parte seqüestrada ao inconfidente, como fiel depositário, também o era da meação de sua sogra, Ana Alves Preto.

No processo de execução movido pelo tenente Pedro Teixeira de Carvalho, irmão de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo e cunhado do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por dívidas contraídas pelo capitão Resende Costa contra a casa de seu pai o capitão-mor Pedro Teixeira, coube a Gervásio Pereira de Alvim liquidar o débito de 1:116\$637 réis.¹⁰ Para sanar estas custas, resolveu promover a avaliação dos bens de seu genro e disponibilizá-los para venda, a fim de angariar recursos para quitar a pendência financeira que lhe era cobrada.

Os bens do inconfidente foram divididos e avaliados em três lotes. O primeiro lote continha, por exemplo, “uma morada de casas citas no Arraial da Lage [figura 6] coberta de telha [avaliada] na quantia de cem mil réis”, “uma fazenda denominada a Boa Vista nos Campos Gerais da Laje com tudo o que lhe pertence na quantia de um conto, cento e quarenta mil réis”, seis títulos de serviços minerais (155 datas) a 32\$000 réis, 175 animais (55 cabeças de gado, 7 potros, 18 bois de carro, 60 porcos, 30 ovelhas e 5 bestas) a 333\$900 réis e 27 escravos, entre outros pertences, como ferramentas, vestimentas e utensílios de utilidade doméstica, avaliados em 3:344\$625 réis.¹¹

Gervásio Alvim, responsável pela apreciação daqueles bens, arrematou esse patrimônio pelos mesmos 3:344\$625 réis da avaliação. Com este valor ele pôde liquidar a dívida de seu sogro com Pedro Teixeira e, de sobra, depositar na conta

⁹. APM/SC, cód. 125, fls. 5-6v – Carta de sesmaria: José de Resende Costa. 12/06/1759. IHGB. DL 70.9, fls. 19; 33v; 32-33 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. É comumente citado que Resende Costa teve 11 títulos minerais apreendidos, conforme indicação da versão impressa dos ADIM. Entretanto, nos Autos de Seqüestro e nos Autos de Arrematação originais constam apenas a indicação de 10 títulos de serviços minerais, em 245 datas. Conferir: IHGB. DL 70.9, fls. 32-33 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

¹⁰. IHGB. DL 70.9, fls. 29v; 32v-33v – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. O tenente Pedro Teixeira de Carvalho, referido no documento, é irmão de dona Hipólita Jacinta por parte de pai. Seu pai, o capitão-mor Pedro Teixeira de Carvalho, após a morte de sua primeira esposa, Clara Maria de Melo, relacionou-se com a viúva Rosa Angélica da Luz, com quem teve o filho Pedro, em 1765. Este rapaz, conhecido como Pedro Teixeira de Carvalho, o moço, casou-se com Maria Lucinda da Apresentação, com quem teve vários filhos. Um desses, Claudina Celestina da Natividade casou-se com Antônio Francisco Teixeira Coelho, o futuro barão da Ponta do Morro, filho adotivo de Hipólita Jacinto, sua irmã. Portanto, um casamento entre primos, como tanto outros da época.

¹¹. Ibidem, fls. 29v-32v.

corrente que mantinha junto à Fazenda Real, como fiel depositário, a diferença ou o lucro obtido com aquela transação – 106\$973 réis.¹²

Figura 10 – Casa em que residiram os inconfidentes José de Resende Costa, pai e filho, no arraial da Laje, atual cidade de Resende Costa.

Em março de 1837, quando se leu o testamento de Gervásio Pereira de Alvim, nele estava escrito: “uma morada de casas no arraial da Lage [figura 6] com sua cozinha toda coberta de telhas, cercada de pedras com uma mesa dentro” [e mais bens descritos], avaliada em 140\$000 réis. No mesmo documento, a fazenda denominada Campos Gerais da Lage, que se compõe de “cultura e campos de criar”, tendo como limites em dois de seus lados propriedades de parentes (o guarda-mor Manuel Nunes de Resende e o coronel Geraldo Ribeiro de Resende, sobrinho do inconfidente – filho de Josefa Maria de Resende e Severino Ribeiro, pais de Estevão Ribeiro de Resende, o marquês de Valença), foi avaliada em 9:194\$000 réis, ou seja, guardadas as medidas temporais e as taxas de inflação do período, este valor é 806 vezes superior ao contido no Auto de Arrematação dos bens seqüestrados a José de Resende Costa.¹³

O “terreiro dos Campos Gerais da Laje”, que se compõe de “casas de vivenda, engenho de cana, e pilões, ermida, paiol, senzalas, rancho de tropa, dois moinhos, tudo coberto de telhas, currais e horta, tudo cercado de muros de pedra” foi avaliado em 2:000\$000 réis. As produções agrícolas foram calculadas em 120\$000 réis para “40 carros de cana madura que ainda resta para se moer”; 300\$000 réis por seis

¹². Ibidem, fl. 32v.

¹³. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 149, fl. 19v – Testamento: Gervásio Pereira de Alvim. 1837.

alqueires de cana nova e 108\$000 réis por 17 alqueires de milho plantado. Se somarmos os valores declarados acima (propriedades de terra, benfeitorias e produções agrícolas) se atingem 11:722\$000 réis, ou 1.028,24% do valor originalmente atribuído àquela propriedade na época em que esteve seqüestrada pela devassa.¹⁴ Vale indicar que o valor de 1:140\$000 réis (atribuído pelo fiel depositário) da fazenda da Lage correspondia a tudo o que tinha dentro da propriedade e sem a realização da meação da parte da esposa. O valor descrito no documento de seqüestro era integral. É possível que a propriedade em 40 anos tenha se valorizado tanto?

Mesmo com todas as agruras vivenciadas pela família Resende Costa, ela continuou proprietária de seus bens e expandiu seu patrimônio em terras pela região. Francisca Cândida de Resende (filha do capitão Resende Costa e esposa de Gervásio) solicitou sesmaria, em 1798, de terras devolutas na paragem chamada Passatempo, termo da vila de São José.¹⁵

Além dela, o padre Gabriel da Costa Resende recebeu meia légua de terra devoluta em quadra na paragem Boa Vista, na Aplicação da Capela Nova do Desterro, da freguesia de Santo Antônio, da vila de São José, em 7 de julho de 1798.¹⁶

Na região, outros Resendes também tinham propriedade: seu irmão Antônio Nunes de Resende era proprietário nos Campos Gerais da Laje de uma fazenda, seu genro Alvim desenvolvia, neste mesmo local, práticas agrícolas em terras confirmadas em sesmaria, de 18 de maio de 1797. Nas proximidades da gleba do padre Gabriel Resende, Gervásio Pereira Alvim também recebeu carta de sesmaria legitimando posse na Aplicação do Passatempo.¹⁷

A família também contou com outro de seus membros envolvidos na Conjuração Mineira: José de Resende Costa, o filho do coronel de nome homônimo. A sentença definitiva da devassa (1792) o condenou ao exílio na Ilha de São Tiago de Cabo Verde por dez anos. Na África foi acolhido, juntamente com seu pai, pelo Secretário do Governador de Cabo Verde, o fluminense doutor João Diogo da Silva Feijó. O pai foi encarregado de trabalhar como contador, inquiridor e distribuidor da Ouvidoria, até seu falecimento em 1798. O filho foi aproveitado na carreira burocrática: ajudante da Secretaria de Governo e oficial da escrituração do Real Contrato da

---

¹⁴. Ibidem, fl. 19v.

¹⁵. APM/SC, cód. 275, fls. 226v-228v – Carta de sesmaria: Francisca Cândida de Rezende. 13/03/1798.

¹⁶. APM/SC, cód. 285, fls. 50-50v – Carta de sesmaria: Gabriel da Costa Rezende. 07/07/1798.

¹⁷. APM/SC, cód. 125, fls. 5-6v – Carta de sesmaria: Antônio Nunes de Rezende. 12/06/1759; APM/SC, cód. 265, fls. 171-172 – Carta de sesmaria: Gervásio Pereira de Alvim. 1797; AHET/IPHAN-MG/SJDR, SM 29 – Carta de sesmaria: Gervásio Pereira de Alvim. 1799.

Urcela, escrivão da Provedoria da Real Fazenda e comandante da Praça de Vila da Praia, antiga capital daquela colônia, com o título de capitão-mor do Forte de Santo Antônio, até 1803.¹⁸

Em 1802, José de Resende Costa, o filho, após dez anos da sentença, estava livre. Assim, no ano seguinte, requereu licença para mudar-se para Lisboa, pois esperava contar com a proteção do seu amigo, tenente-coronel Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, na casa de quem se hospedou. Em Portugal, foi nomeado escriturário do Erário Régio (1804) – cargo que exerceu até 1809. O Príncipe Regente dom João, já no Brasil, chamou-o nesse ano, nomeando-o, no Rio de Janeiro, para administrador da Fábrica de Lapidação de Diamantes, chegando depois a ser contador geral do Erário e escrivão da Mesa do Tesouro, funções nas quais permaneceu até 1827. Na fase de Independência do Brasil, na década de 1820, foi nomeado procurador da Câmara de São João del Rei, representando os interesses mineiros na Corte. Em 1821, foi eleito deputado por Minas Gerais junto às Cortes de Lisboa, não tendo chegado a voltar a Portugal. Sobrevindo a Independência, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte Brasileira e deputado à Legislatura Ordinária, sempre por Minas.¹⁹

De acordo com informações genealógicas, José de Resende Costa, o filho, deixou descendente em Cabo Verde com Luísa Silva, em 1795, e dois outros nascidos em São João del Rei, de um segundo relacionamento: Antônio e José Pereira de Resende.

Em Minas Gerais, em 1817, José de Resende Costa, o filho, requereu sesmaria de uma légua de terras devolutas em quadra que existiam nas margens do Rio Parnaíba, no Ribeirão do Pissarrão e Estiva do Julgado de São Domingos do Araxá.²⁰ A cunhada de seu filho Antônio Pereira de Resende, Francelina Carneiro de Resende, recebeu terras neste mesmo local e com igual extensão.²¹ A família Carneiro residia em Araxá.²²

No século XIX, membros da família receberam terras devolutas no sertão do Rio Doce: Estevão Ribeiro de Resende – sobrinho do capitão Resende Costa, filho do capitão Severino Ribeiro e de Josefa Maria de Resende, titulado no Império como marquês de Valença (1848) – e sua esposa Ilidia Mafalda de Souza Queirós de

¹⁸. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 173-174.

¹⁹. Ibidem, p. 174.

²⁰. APM/SC, cód. 363, fls. 131-131v – Carta de sesmaria: José de Rezende Costa. 15/01/1817.

²¹. APM/SC, cód. 363, fls. 135v-136v – Carta de sesmaria: Francelina Carneira de Resende. 21/01/1817.

²². Infelizmente não conseguimos descobrir o que aconteceu com essas terras.

Resende, todas “na Barra do Calado Grande, na margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce”.²³

Neste mesmo local, seu irmão, o coronel Geraldo Ribeiro de Resende, a esposa Esmênia Joaquina de Mendonça e a filha deles, Ana Esméria Ribeiro de Resende, receberam sesmaria de terras devolutas.²⁴ Todas as terras doadas ficavam no Rio Doce e eram contíguas.²⁵

Em resumo, os familiares do capitão Resende Costa receberam as seguintes sesmarias:

---

²³. APM/SP, cód. 36, fls. 3v-5 – Carta de sesmaria: Estevão Ribeiro de Rezende. 10/03/1825; APM/SP, cód. 36, fls. 5-6v – Carta de sesmaria: Ilidia Mafalda de Souza Queirós de Rezende. 10/03/1825.

²⁴. APM/SP, cód. 36, fls. 72-72v – Carta de sesmaria: Geraldo Ribeiro de Rezende. 26/08/1825; APM/SP, cód. 36, fls. 71-71v – Carta de sesmaria: Ésmenia Joaquina de Mendonça. 25/08/1825; APM/SP, cód. 36, fls. 71v-72 – Carta de sesmaria: Anna Esméria de Rezende. 25/08/1825.

²⁵. Sobre a história da ocupação do sertão do Rio Doce, conferir: ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

TABELA 6
Sesmarias doadas à família do inconfidente José de Resende Costa

Nome do sesmeiro	Local da sesmaria	Data de doação	Área doada (em léguas)	Grau de parentesco
Antonio Nunes de Resende	Campos Gerais da Laje [já desenvolvia agricultura no local]	02/03/1764	0,5 x 0,5	irmão e cunhado
Gervásio Pereira de Alvim	Campos Gerais da Laje [desenvolvia agricultura no local]	18/05/1797	0,5 x 0,5	genro
José Nunes de Resende e Francisco Gomes Leite	Paragem o Carrapato [compra / desenvolvem agricultura]	28/05/1790	0,5 x 0,5	sobrinho (filho de Antônio Nunes de Resende)
Francisca Cândida de Resende	Paragem Passatempo – termo da vila de São José [terras devolutas]	13/03/1798	0,5 x 0,5	filha
Gervásio Pereira de Alvim	Paragem Cachoeira, Aplicação do Passatempo, freguesia e termo da vila de São José [desenvolvia agricultura no local]	1799	0,5 x 0,5	genro
Gabriel da Costa Resende	Paragem Boa Vista, Aplicação da Capela Nova do Desterro, Freguesia de Santo Antônio da vila de São José [terras devolutas]	07/07/1798	0,5 x 0,5	irmão
José de Resende Costa	Margens do Rio Parnaíba, Julgado de São Domingos do Araxá, no Ribeirão do Pissarão e Estiva [terras devolutas]	15/01/1817	1,0 x 1,0	filho – inconfidente
Francelina Carneira de Resende	Margens do Rio Parnaíba, Julgado de São Domingos do Araxá, no Ribeirão do Pissarão e Estiva [terras devolutas]	21/01/1817	1,0 x 1,0	cunhada de José de Resende Costa – filho
Estevão Ribeiro de Resende	Sertões do Rio Doce, Barra do Calado Grande, margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce [terras devolutas]	10/03/1825	0,5 x 0,5	sobrinho (filho de Josefa Maria de Resende)
Ilídia Mafalda de Souza Queirós de Resende	Sertões do Rio Doce, Barra do Calado Grande, margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce [terras devolutas]	10/03/1825	0,5 x 0,5	esposa de Estevão Ribeiro de Resende
Ismênia Joaquina de Mendonça	Sertões do Rio Doce, Barra do Calado Grande, margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce [terras devolutas]	25/08/1825	0,5 x 0,5	esposa de Geraldo Ribeiro de Resende
Ana Esméria Ribeiro de Resende	Sertões do Rio Doce, Barra do Calado Grande, margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce [terras devolutas]	25/08/1825	0,5 x 0,5	filha de Geraldo Ribeiro de Resende
Geraldo Ribeiro de Resende	Sertões do Rio Doce, Barra do Calado Grande, margem esquerda do Rio Piracicaba, poucas léguas acima de sua confluência com o Rio Doce [terras devolutas]	26/08/1825	0,5 x 0,5	irmão de Estevão Ribeiro de Resende

Fonte: Cartas de Sesmaria. APM/SC, cód. 129, fls. 189v-190v; APM/SC, cód. 265, fls. 171-172; APM/SC, cód. 256, fls. 91-92; APM/SC, cód. 275, fls. 226v-228v; AHET/IPHAN-MG/SJDR, SM-29; APM/SC, cód. 285, fls. 50-50v; APM/SC, cód. 363, fls. 131-131v; APM/SC, cód. 363, 135v-136v; APM/SP, cód. 36, fls. 3v-5; APM/SP, cód. 36, fls. 5-6v; APM/SP, cód. 36, fls. 71-71v; APM/SP, cód. 36, fls. 71v-72; APM/SP, cód. 36, fls. 72-72v (na ordem de apresentação dos documentos).

Observação: optamos por escrever o nome Resende com a letra S, para padronizar a escrita.

Tal como fez no seqüestro de José de Resende Costa, o tenente Pedro Teixeira também solicitou que parte dos bens de seu cunhado Francisco Antônio fosse vendida para pagar dívidas que ele e sua esposa Hipólita Jacinta, irmã do cobrador, tinham com a sua casa e com a de seu pai.

O patrimônio seqüestrado ao inconfidente Francisco Antônio foi dividido em dois lotes de arrematação, a serem vendidos para quitar a dívida de 4:635\$224 réis. No primeiro lote foram incluídos

todos os bens móveis e semoventes que são os seguintes: trezentas cabeças de gado vacum entre grandes e pequenos // mais quatro éguas // mais duas potras // mais sessenta cabeças de ovelhas // mais quarenta cabeças de porcos de terreiros // mais doze colheres, doze garfos [e] doze facas de cabo de prata // mais um escravo (...) [deste trecho em diante se listam 27 escravos].²⁶

Todos estes bens foram avaliados e arrematados, em 10 de junho de 1796, pela quantia de 2:362\$400 réis.²⁷ No segundo Auto de Arrematação incluiu-se “uma fazenda de cultura com todos os seus pertences”, com “casas de vivenda cobertas de telha”, paiol, “engenho de pilões coberto de telha” e “terras de cultura de capoeiras, matas virgens com os seus logradouros e vales”, bens avaliados e arrematados por 2:201\$000 réis, em 28 de junho de 1796.²⁸

No cômputo geral da venda os dois lotes de bens de Francisco Antônio foram vendidos por 4:563\$400 réis, restando a dona Hipólita Jacinta o acerto de 71\$824 réis, conforme anotação do contador do Juízo da Real Fazenda em conta corrente lançada em livro daquele órgão fiscal.²⁹ De Francisco Antônio de Oliveira Lopes, portanto, a Real Fazenda não obteve rendimento.

Seus bens foram comprados pelo tenente-coronel José Francisco de Carvalho, tio de dona Hipólita.³⁰ Na transação de venda do seqüestro, a fazenda da Ponta do Morro, com seus “matos e capoeiras, e mais terras a ela pertencentes, com casas de vivenda de sobrado, (...) horta, paiol, senzalas, e mais oficinas, tudo coberto de telha; engenho de cana preparado que mói com bois (...) [e] uma capela ou ermida com a invocação de Nossa Senhora da Penha de França” não foi confiscada pela devassa, apesar de ela aparecer listada na primeira relação de bens apreendidos ao sedicioso

²⁶. IHGB. DL 3.4, fls. 155-155v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

²⁷. Ibidem, fl. 156.

²⁸. Ibidem, fl. 156.

²⁹. Ibidem, fl. 156v.

³⁰. Ibidem, fl. 157.

da Ponta do Morro.³¹ Sua exclusão do processo deveu-se à questão da legitimidade da posse daquela herdade. Por ela não pertencer ao patrimônio de Francisco Antônio, mas aos pais de Hipólita Jacinta, a fazenda não pôde ser apreendida pela devassa. Na época da apreensão, após a morte de seus pais, a fazenda da Ponta do Morro ainda não havia sido partilhada entre os herdeiros: dona Hipólita e seu irmão Gonçalo Teixeira de Carvalho, capitão-mor da vila de São José.³² Pela falta dessa meação, o Fisco da Real Fazenda não a levou a figurar entre os bens finais seqüestrados àquele inconfidente. Mesmo não permanecendo entre os bens do seqüestro, todos os rendimentos de suas lavras e patrimônios móveis e imóveis foram apreendidos pela devassa; excluindo-se, apenas, a propriedade da terra.³³

Figuras 11 e 12 – Área onde se localizava a casa-sede da fazenda da Ponta do Morro, de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, hoje demolida

Nas palavras de Dario Cardoso Vale, estudioso da história de Prados, da fazenda da Ponta do Morro “hoje só restam vestígios do alicerce da imponente Fazenda Colonial, que, segundo dizem, teria 20 janelas, ladeadas por um alpendre de lindas arcadas de pedras, tendo um pátio grande todo cercado de pedras, onde havia um chafariz de pedra-sabão com a escultura de São João Batista trazendo às costas um cordeiro e sob os seus pés um monstro marinho vertendo água pela boca”.³⁴

A informação de que a fazenda da Ponta do Morro não figurou entre os bens apreendidos pela devassa é inédita na historiografia. Isto nos ajuda a explicar o porquê desta propriedade ter permanecido em poder de dona Hipólita após a

³¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 1 – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

³². Ibidem, fl. 13.

³³. Em 31 de maio de 1749, o capitão-mor Pedro Teixeira de Carvalho obteve carta de sesmaria de meia légua de terras em quadra, na Ponta do Morro, na freguesia de Prados, legitimando sua posse de mais de 20 anos na região, adquiridas por compra ao alferes Francisco João. Conferir: APM/SC, cód. 90, fls. 195v-196 – Carta de sesmaria: P.º Teyxeira de Carvalho. 31/05/1749.

³⁴. VALE, Dario Cardoso. *Memória histórica de Prados*. Belo Horizonte: [s.n.], 1985, p. 93.

conclusão do processo de seqüestro. Coube ao seu tio, José Francisco de Carvalho, arrematar os animais e alguns escravos e utensílios domésticos da fazenda para ela. Na Tabela 5 indicamos que a família teve apenas quatro bens de raiz apreendidos, ao invés das cinco propriedades comumente citadas pela historiografia. A fazenda da Ponta do Morro não entrou em nossos cálculos.³⁵

Hipólita Jacinta adotou um menino deixado à porta de sua casa. Em 1827, quando ela redigiu seu testamento, instituiu Antônio Francisco Teixeira Coelho, seu filho adotivo, como herdeiro universal, em virtude de tê-lo criado e de receber dele “obediência, respeito e amor”. Declarou ainda que como ele, dos 16 aos 25 anos de idade, administrara a fazenda da Laje, arbitrava-lhe ordenado de 200\$000 réis por ano de trabalho em que estivesse cuidando de suas fazendas, lavras e demais negócios.³⁶

Após o falecimento de dona Hipólita, em 1828, Antônio Francisco Teixeira Coelho passou a ser o legítimo dono de todas as propriedades e bens de sua mãe. Em 17 de janeiro daquele ano, por testamento aberto no dia de seu falecimento, o marechal-de-campo Antônio José Dias Coelho o reconheceu como seu filho e de Maria Inácia Policena da Silveira, irmã de Bárbara Eliodora, deixando-lhe a importância de 561\$266 réis, de sua parte na herança.³⁷

No Auto de Arrematação, a “fazenda de cultura” da Laje, pertencente a Antônio Francisco Teixeira Coelho, após a morte de dona Hipólita, apareceu no Auto de Seqüestro descrita com

casas térreas e engenho de pilões de socar farinha, paiol com seu moinho aparelhado com dois picões, tudo coberto de telha, e mais as senzalas cobertas de capim, murado o terreiro de pedra, com todos os seus pertences de capoeiras e campos, e mais logradouros e águas para o engenho e moinho.³⁸

Em cópia de escritura de troca, passada em 7 de janeiro de 1850, na fazenda da Ponta do Morro, de acordo com informação transmitida por Helena Teixeira Martins em *Sedes de fazendas mineiras*, o então comendador Antônio Francisco Teixeira

³⁵. Praticamente todos os que estudam a Conjuração Mineira e analisam o patrimônio do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes incluem a Ponta do Morro entre seus bens seqüestrados. Conferir, por exemplo: SANTOS, Lúcio José dos. op. cit., p. 204; 209; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota biográfica ao Apenso II – Autos de perguntas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. In: ADIM, v. 2, p. 39; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 150; VALE, Dario Cardoso. op. cit., p. 94; MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras*: Campos das Vertentes, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998, p. 32; 66; FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105.

³⁶. Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do Inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 433; 432.

³⁷. Ibidem, p. 437.

³⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 14 – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Coelho e sua mulher Claudina Celestina da Natividade permutaram a fazenda da Laje com o tenente-coronel Joaquim Tomás da Costa Gonçalves e sua mulher, Maria do Carmo Celestina da Natividade, pela fazenda do Currallinho, composta por matos e campos, também situada na freguesia da Laje.³⁹

Fonte: FAZENDA da Laje. 1 fotografia. Disponível em: <www.resendecostaturismo.com/>. Acesso em: 09 jul. 2008.

Fonte: PLANTA baixa da fazenda da Laje. In: MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras: Campos das Vertentes, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998, p. 71.

Figuras 13 e 14 – Fazenda da Laje, do inconfidente Francisco Antônio, hoje demolida.

A fazenda da Laje, de acordo com Helena Teixeira Martins, era maior do que a do Currallinho. Na avaliação, a fazenda da Laje foi orçada em 30:000\$000 réis. Como a fazenda do Currallinho foi estimada em 20:000\$000 réis, Joaquim Tomás entrou com 10:000\$000 réis em moeda corrente, ficando ainda obrigado a fornecer de 15 em 15 dias, três alqueires de farinha e suprir de azeite a fazenda da Ponta do Morro, entrando Antônio Francisco com os escravos necessários, enquanto vida tivesse.⁴⁰

³⁹. MARTINS, Helena Teixeira. op. cit., p. 67.

⁴⁰. Ibidem, p. 67.

Assim, vale a ressalva feita para a fazenda da Laje dos Resende Costa: em 50 anos, com as medidas temporais e inflacionárias devidas, sem pensarmos na potencialidade de exploração agrícola do local, a fazenda da Laje, pertencente a Francisco Antônio, foi avaliada de 2:201\$000 réis para 30:000\$000 réis, ou 1.363,01% acima do valor originalmente orçado pela devassa.

Em 1861, quando se abriu o inventário do tenente-coronel Joaquim Tomás da Costa Gonçalves, a fazenda da Laje, mencionada entre seus bens de raiz, com suas casas de vivenda assoalhadas, paiol, senzalas, moinhos coberto de telhas, engenho de cana de cilindro com moendas de ferro e quatro tachos e um alambique de cobre, recebeu a avaliação de 32:050\$000 réis, com seus 340 alqueires de capoeiras e matos (50\$000 réis) e 430 alqueires de campos (35\$000 réis).⁴¹

Além das propriedades rurais, Francisco Antônio teve seqüestrado duas moradas de casas: uma, no arraial de Prados, em Minas Gerais, e, outra, na Rua do Rosário, no Rio de Janeiro.

A casa de dois andares localizada no Rio de Janeiro só foi descoberta pela Alçada, em 2 de maio de 1792, após o encerramento da devassa, por indiscrição do inconfidente que, dias antes de partir para o degredo, recebeu de sua irmã Clara Maria, freira no Rio, o dinheiro do aluguel dessa casa e, inadvertidamente, passou recibo de quitação mensal do aluguel, pela quantia de 16\$000 réis pelas “casas, tanto de altos como das lojas”: “Recebi do Senhor Geraldo Gomes de Campos quatro doblas à conta dos aluguéis das casas que minha mulher possui nesta cidade e para clareza, lhe passei o presente por mim somente assinado. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1792. *Franc.º Ant.º de Oliv.ª Lopes*”.⁴²

Por meio deste recibo, a devassa descobriu esse imóvel. No processo de apreensão, Geraldo Gomes de Campos, comerciante do Rio de Janeiro e responsável pela cobrança dos aluguéis, declarou:

... que as mesmas casas pertencem a dona Hipólita Jacinta Teixeira, mulher de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que se acha preso por culpa de inconfidência, que lhe couberam por folha de partilha de seu pai, o capitão-mor Pedro Teixeira e sua mulher, que ele Geraldo Gomes era quem cobrava os aluguéis delas e tem cobrado até o dia sete do presente mês de maio pelo inquilino pagar adiantado até o dito dia, e que a razão disto fora lhe mandar pedir uma freira chamada a Madre Clara Maria, irmã do dito Francisco Antônio que adiantasse o mesmo aluguel para haver de fazer alguma roupa ao dito Francisco Antônio e supri-lo com algumas coisas de que

⁴¹. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 483, fls. 10v-11 – Inventário: Joaquim Tomás da Costa Gonçalves. 1861.

⁴². ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 20, fl. 4 – Seqüestro de uma morada de casas à Rua do Rosário, no Rio de Janeiro, pertencente ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

precisava, e que por essa razão ele o cobrara e remetera tudo à dita freira.⁴³

Feita a apreensão, o destino deste imóvel, o único de um inconfidente fora da capitania de Minas Gerais, perdeu-se na história.

Em Prados, a família Oliveira Lopes era proprietária de uma casa no centro do arraial. Desconhecida da historiografia, este imóvel passou às mãos de Francisco Antônio por herança paterna. No ano de 1794, quando os bens do coronel José Lopes de Oliveira foram divididos entre os herdeiros, “a casa do arraial” foi avaliada em 400\$000 réis.⁴⁴ Em 1796, quando se procedeu ao Auto de Avaliação de seus bens seqüestrados, essa mesma casa (seqüestrada em 1795) foi apreciada em 100\$000 réis, ou 25% do valor anterior.⁴⁵ Essa casa assobradada, com frente para o adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com cozinha, estrebaria e pátio, em 1853, fazia parte do patrimônio de Antônio Francisco Teixeira Coelho. Em 1892, esta casa passou a abrigar o Fórum Municipal, após a emancipação da vila de Nossa Senhora da Conceição de Prados e, atualmente, é patrimônio da Igreja Matriz.⁴⁶

⁴³. Ibidem, fl. 5.

⁴⁴. IHGB. DL 101.2, fl. 20 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda (1790).

⁴⁵. Ibidem, fl. 75v.

⁴⁶. VALE, Dario Cardoso. op. cit., p. 32-33.

Figuras 15 e 16 – Residência de Francisco Antônio e sua esposa Hipólita Jacinta, no arraial de Prados.

No final do século XVIII, uma casa de sobrado, coberta de telhas, fazendo frente para o mesmo largo da Matriz e quase contígua à do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes, era avaliada em 600\$000 réis. Na Rua do Arraial, próximo à Igreja Matriz, o inconfidente adquiriu por compra a Tereza de Souza Caldas, em meados da década de 1780, outra morada de casas pelo valor de 300\$000 réis. Em 1788 – um ano antes de ser preso – ele doou aquela residência ao padre João de Melo Costa, por ter sido, naquele ano, o capelão de sua sogra Clara Maria de Melo (figura 10).⁴⁷ A quantia desta segunda propriedade era o preço médio que se pagava por uma residência naquela local. Em 1794, como se leu no texto, a casa no largo da Matriz valia 400\$000 réis; quando foi determinado o seu preço pelo fiel depositário, em nome da devassa, ela estava orçada em 100\$000 réis: esta quantia ajuda-nos a confirmar que bens de Francisco Antônio sofreram subavaliação.

Figura 17 – Casa doada, em 1788, por Francisco Antônio ao padre João de Melo Costa, no arraial de Prados.

⁴⁷. VALE, Dario Cardoso. op. cit., p. 31.

Francisco Antônio de Oliveira Lopes diferia completamente dos proprietários da região e, também, de outros membros de sua família: enquanto persistia um perfil concentrador de terras nas mãos dos proprietários, o inconfidente não adquiriu nenhuma sesmaria ou comprou qualquer propriedade agrícola em sua vida. Seu pai, o coronel José Lopes de Oliveira, era tio do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, casado com Ana Maria dos Santos, em suas segundas núpcias. A família comandava territorialmente, conforme mostramos em nossa dissertação de mestrado, as terras ocupadas nos altos da serra da Mantiqueira. A família teve três inconfidentes presos: Francisco Antônio, seu irmão padre José Lopes de Oliveira e José Aires Gomes, casado com Maria Inácia de Oliveira, filha do tenente-coronel Manuel Lopes.⁴⁸

Aires Gomes foi o inconfidente que mais teve propriedades seqüestradas pela devassa.⁴⁹ Comumente na historiografia se encontra escrito que ele devia as posses das terras, que o colocava entre os maiores proprietários de Minas Gerais, ao casamento que realizou com Maria Inácia, em 1785, de quem herdou a fazenda da Borda do Campo (situada no atual município de Antônio Carlos), a sede de suas propriedades, pois seu sogro foi o dono da histórica herdade.⁵⁰

Pouco antes de partir em degredo, Aires Gomes escreveu, a 6 de maio de 1792, instruções endereçadas a sua mulher e filhos, para que tomassem

---

⁴⁸. A família tinha dois padres com o nome de José Lopes de Oliveira. A pessoa que foi presa pelo envolvimento na Conjuração Mineira era o irmão de Francisco Antônio de Oliveira Lopes e não o padre homônimo irmão de Maria Inácia de Oliveira, casada com o inconfidente Aires Gomes. O padre irmão de Maria Inácia faleceu em 1804 na cidade do Porto, onde residia e se ordenara sacerdote e bacharel. Conferir: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 32.

⁴⁹. As informações sobre a atuação de Aires Gomes na Conjuração Mineira e na ocupação e posse de terras na freguesia da Borda do Campo, na comarca do Rio das Mortes, foram estudadas por nós em nossa dissertação de mestrado. As notas que seguem baseiam-se sobremaneira em dados extraídos desse texto, complementada – deste trecho em diante e até o final da tese – com 6 documentos extraprocessuais (Libelos Cíveis), pertencentes ao acervo do ANRJ, 13 peças de correspondência ativa publicadas por Tarquínio J. B. de Oliveira, em *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*, e 11 cartas, custodiadas na FBN, trocadas com o contratador Macedo. Além dessas, 9 outras epístolas diferem do remetente, mas se referem ao conjurado. No AHET/IPHAN-MG/SJDR, encontramos 3 novas cartas de sesmarias em seu nome e outras no de seus parentes.

⁵⁰. Está idéia está presente em, por exemplo, SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Conjuração Mineira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, t. 1, p. 94; BONIFÁCIO, José. A fazenda da Borda do Campo: o inconfidente Jose Ayres Gomes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XI, p. 631-639, 1907; SILVA, José Bonifácio de Andrada. Uma fazenda histórica – Borda do Campo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 72, n. 120, p. 127-151, 1909; VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: a Inconfidência Mineira diante da história*. Belo Horizonte: 2º Clichê Comunicação & Design, 1993, t. 2, v. 2, p. 461; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 163; BASTOS, Wilson de Lima. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1992; OLIVEIRA, Tarquínio José Barbosa de Oliveira. Notas. In: ADIM, v. 2, p. 399.

conhecimento de suas dívidas e as pagassem, pois devia seguir para o presídio de Inhambane (Moçambique), podendo morrer ali sem acertar os seus negócios:

Primeiro que declaro, é que comprei a fazenda da Borda do Campo ao coronel Francisco Gomes Martins por 24:000\$000 réis. A fazenda era do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, que a vendeu ao dito coronel Francisco Gomes Martins para se pagar aos seus credores e herdeiros, [que] era e é o doutor José Lopes de Oliveira e a minha mulher dona Maria Inácia de Oliveira, dos bens do dito Manuel Lopes. Eu, José Aires Gomes, só fiz pagamentos do que constar na escritura que me passou dona Clara Maria, viúva do dito Francisco Gomes Martins, salvo erro de trinta mil cruzados [ou] o que constar da mesma escritura – Para desencargo de minha consciência, declaro que a fazenda está por pagar, e o herdeiro a reivindicará se quiser, e se se rematar em praça pode requerer a Sua Majestade para haver a si a fazenda, porque o coronel Francisco Gomes não pagou a primeira escritura, que eu sempre tive este receio que o dito doutor José Lopes, como herdeiro, viesse contender comigo para tirar a fazenda e as sesmarias que tudo entrou na dita compra.⁵¹

No seu livro de dívidas, José Aires Gomes escreveu que comprou a fazenda do tenente-coronel Francisco Gomes Martins, pelo valor de 24 contos de réis. Esta informação é confirmada na Certidão de Compra e Venda da fazenda da Borda do Campo e de todos os seus logradouros e terras contíguas, que se encontra anexada à Carta Precatória movida contra João Ribeiro Gomes, filho mais velho e fiel depositário dos bens seqüestrados a seu pai, indicando que a transação comercial efetivada entre o tenente-coronel Manuel Lopes e o tenente-coronel Francisco Gomes ocorreu em 2 de fevereiro de 1768, no valor de 24:000\$000 réis, o mesmo do apontado por Aires Gomes em seu livro de dívidas.⁵²

Francisco Gomes Martins era casado com Clara Maria de Jesus, irmã de Teresa Maria de Jesus, casada com o coronel Manuel Rodrigues da Costa e mãe do padre inconfidente Manuel Rodrigues da Costa, da fazenda do Registro Velho, vizinha à da Borda do Campo. Quando comprou a fazenda da Borda do Campo e adjacências, pagou ao tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira a quantia de 2:625\$000 réis à vista e o restante – 21:375\$000 réis – foi dividido em 15 parcelas a serem pagas ao longo de 15 anos, sendo que cada débito deveria ser quitado no final de cada ano, que teria seu princípio na data da assinatura da escritura, sendo os dois primeiros

⁵¹. CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 3. P3, fl. 1 – Livro de dívidas.

⁵². A Carta Precatória movida pelo desembargador e juiz dos feitos do contencioso da Real Fazenda, Antônio José Duarte de Araújo Gondim, de 1816, e contrária a João Ribeiro Gomes, foi ocasionada por dívida de 660\$143 réis, deixada por Aires Gomes quando foi fiador nos contratos de Dízimos, arrematados por Macedo. Para cobrir o déficit, foram-lhe seqüestradas 2 sesmarias e 2 escravos, postos à venda em leilão. Conferir: CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 3. P17 – Carta Precatória.

pagamentos no valor de 1:300\$000 réis cada um e, os três últimos, no de 1:925\$000 réis. Os valores restantes, de 13:000\$000 réis deveriam ser pagos em 10 anos.

Por enfrentar dificuldades financeiras, em 1775, Francisco Gomes vendeu a fazenda da Borda com todos os seus pertences e terras contíguas a Aires Gomes. O valor da transação foi o mesmo da compra: 24:000\$000 réis, tendo pagado uma parcela inicial de 12:000\$000 réis à vista.⁵³

As terras da Borda do Campo, e em especial, as da fazenda de semelhante nome, inserem-se no contexto de abertura do Caminho Novo. Foram terras pertencentes ao bandeirante Garcia Rodrigues Pais, que passaram a ser, no princípio do século XVIII, administradas pelo seu cunhado e primo coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme. Ao se retirar para São Paulo em 1724, Domingos vendeu a herdade a Francisco da Costa e a Matias Domingos, que foram seus segundos proprietários. A seguir, a fazenda passou às mãos das viúvas de Francisco da Costa e de Manuel Dias de Sá. Com a morte da viúva do primeiro, a Borda do Campo passou, em 1749, a ser propriedade do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, em razão de seu casamento com a viúva do capitão Manuel Dias de Sá, Ana Maria dos Santos. Da união entre Manuel Lopes e Ana Maria nasceram dois filhos: José Lopes de Oliveira e Maria Inácia de Oliveira, a futura esposa de Aires Gomes.⁵⁴

---

⁵³. CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 3. P17, fl. 50 – Carta Precatória. Não sabemos ao certo como Aires Gomes adquiriu dinheiro para comprar aquelas terras, mas supomos que parte dele veio da herança que recebeu para ingressar na carreira eclesiástica, já que, por não ser o primogênito da família (a quem cabia continuar os empreendimentos do pai, João Gomes Martins, na região do Sumidouro, hoje distrito de Padre Viegas, pertencente ao município de Mariana, e na freguesia de Nossa Senhora do Engenho do Mato, atual distrito de Paula Lima, em Barbacena), coube-lhe seguir o estado eclesiástico; outra parte poderia ter vindo dos negócios que, desde o início da década de 1770, passou a administrar e a gerir na serra da Mantiqueira. Sobre estes assuntos, conferir: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 39-48.

⁵⁴. Ibidem, p. 19-38.

Organograma 4

Proprietários e cartas de sesmaria da fazenda da Borda do Campo

- Antônio Dias de Sá
- CS: 14/12/1747 – paragem Batalha
- Silvestre Dias de Sá
- CS: 14/12/1747 – junto à roça do Calheiros
  - CS: 11/05/1792 – entre as sesmarias da Mantiqueira, do Acácio e de João Ribeiro
  - CS: 23/03/1798 – Borda do Campo
- Manuel Dias de Sá, o filho
- CS: 23/07/1742 – terras vizinhas à fazenda da Borda do Campo

- José Lopes de Oliveira
- CS: 22/03/1751 – CCS: 10/04/1758: sítio o Cará
- Maria Inácia de Oliveira
- CCS: 25/04/1798 – faz. Cachoeira

terras na região da Borda do Campo:

- CS: 10/06/1745 – CCS: 25/04/1748 – faz. Cachoeira (compra)
- CS: 14/12/1747 – fazenda Quilombo (compra)
- CS: 18/08/1748 – CCS: 06/12/1749: paragem Bananal
- CS: 27/09/1751: sertão da Mantiqueira (fazenda Ponta da Serra)
- CS: 23/07/1754: Pinho Velho
- CS: 23/03/1756 – CCS: 13/04/1758: córrego Quebra Canoas (Mariana)

Propriedades adquiridas:

- sítio Narciso
- sítio Pinheirinho
- fazenda Calheiros
- sesmaria nos matos do Xopotó

Legenda:

CS = carta de sesmaria

CCS = carta de confirmação de sesmaria

Figuras 18 a 20 – Casa-sede da fazenda da Borda do Campo

Na fazenda da Borda do Campo, embaixo e na parte de trás da casa-sede, José Aires Gomes tinha uma venda no local, onde comercializava gêneros de primeira necessidade aos viandantes que cruzavam a serra da Mantiqueira com destino a Vila Rica. Ainda hoje, os proprietários do tricentenário casarão – nona geração do inconfidente – mantêm sua estrutura conservada.

Além da fazenda da Borda do Campo, Aires Gomes adquiriu outras propriedades na região, entre elas as fazendas Calheiros e Mantiqueira, seqüestradas pela devassa em 1791. Deixemos que a “escritura de venda do alferes Francisco Gomes Martins a José Aires Gomes” demonstre a grandiosa transação:

... da fazenda chamada a **Cachoeira**, com casas de vivenda, engenho de pilões, moinho corrente, casas de vivenda, rancho de passageiros, casas de morada do capitão, capela com invocação de Nossa Senhora da Piedade, quatro moradas de casas que se costumam alugar, dois ranchos mais em que mora o pardo Guilherme de Matos e Inácio alfaiate, paióis, olaria e todos os mais pertences, tudo coberto de telha e as senzalas de capim; o sítio chamado do **Narciso**, com casa e paiol de telha; o sítio do **Quilombo**, com todos os seus [pertences]; o sítio do **Pinheirinho**, com suas casas de vivenda, engenho de pilões, tudo coberto de telha e seus pertences, como consta da escritura de compra que de tudo fez o tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira a João Domingues da fazenda nova da **Ponta da Serra da Mantiqueira**, cabeceiras do rio da Rocinha e a mesma que parte com o dito sítio do Pinheiro e com terras do herdeiro do defunto Cruz, digo do defunto Constantino da Silva; o sítio e fazenda do **Calheiros**, que consta de casas de vivenda e ranchos cobertos de telhas com todos os mais pertences e do

mesmo direito e ação que tinha seu antecessor dito tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira; a fazenda da **Mantiqueira** pelo arrendamento que fez ao padre Agostinho Figueiredo e a viúva dona Inês Maria de Jesus em escritura e todos os mais sítios em que moram os agregados que todos pertencem a mesma fazenda; uma **sesmaria nos matos do Zapato** [Xopotó!] que partem de uma banda com terras da sesmaria de Pedro de Oliveira Madeiros e do reverendo vigário Feliciano Pita de Castro, e com a que foi a Francisco José dos Santos como consta de seu título da medição e todos os ditos sítios com terras, de matos, de logradouros e capoeiras e todas as terras que por sesmaria possuía nos gerais o dito tenente-coronel tirados em nome do mesmo e de várias pessoas que por todas são dezesseis ou as que mais aparecerem as quais constarão de seus títulos dos quais terão também algumas se acham tituladas com títulos minerais como delas constam assim nas vizinhanças da dita fazenda da Cachoeira com outras partes, e todos os mantimentos e plantas que acharem nas ditas fazendas; **uma morada de casas assobradada coberta de telha com seu quintal e olaria, citas no arraial da Borda do Campo**, que partem de uma banda com terras de João de Freitas e da outra com os chãos de Manuel Teixeira e com todos os seus pertences, oitenta e oito escravos por nomes (...), vinte e sete machos [bois]; dezesseis cavalos, todos arriados com cangalhas, cabrestos, selas, sobrecargas e todos os mais pertences da mesma tropa; seis éguas e duas crias; dezesseis cabeças de ovelhas; seis cabeças de cabras; trezentas cabeças de gado vacum, pouco mais ou menos, e todas as mais que se acharem do que ficou do sobredito tenente-coronel do qual a maior parte se acha marcada em um dos quartos traseiros com a letra = L = cinqüenta cabeças de porcos, entre grandes e pequenos; entram os bois de carro que servem nas ditas fazendas; seis carros ferrados, dos quais se acham quatro quebrados; dois carretões usados, tudo com seus preparos e arreios; mais três cavalos selados e enfreados com selas usadas"; [a partir daqui, ocorre a descrição dos utensílios domésticos, dos objetos utilizados na lavoura e na ferraria, além das peças do vestuário].⁵⁵

Francisco Gomes vendeu oito propriedades territoriais e mais uma morada de casas no arraial da Borda do Campo (atual Solar dos Andradas, em Barbacena) ao seu irmão. Os valores finais, como se afirmou, foram 24:000\$000 réis, sendo pagos 12:000\$000 à vista, e o restante a ser quitado em um futuro próximo, como indicou o documento, em data a ser acertada. Até o ano de 1791, quando Aires Gomes foi preso como inconfidente, ainda não havia se livrado da dívida contraída com seu irmão e com a família de Manuel Lopes de Oliveira.⁵⁶

No processo de avaliação de seus bens pela devassa, a fazenda da Borda foi orçada em 6:000\$000 réis. Deste valor, a coroa portuguesa descontou a meação da mulher Maria Inácia de Oliveira (3:000\$000 réis) e o pagamento de débitos garantidos

⁵⁵. CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P17, fls. 32v-36 – Carta Precatória. Grifo nosso.

⁵⁶. CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P3, fl. 4 – Livro de dívidas.

por lei (1:127\$100 réis). Ao final das contas, a fazenda foi quantificada para ir a leilão por 1:872\$900 réis.⁵⁷

Além da Borda, outras terras também foram avaliadas pela devassa, tendo por finalidade a sua venda:

... uma sesmaria chamada ____ [tracejado e em branco no original] com todos os seus pertences – 200\$000 [réis] // duas sesmarias seguintes ____ [tracejado e em branco] Rio Abaixo – 75\$000 (...) // a segunda sesmaria chamada o Bananal – 200\$000 // a terceira sesmaria chamada a Varge do Palmital – 300\$000 // a quarta sesmaria chamada do rio do Pinho – 50\$000 // uma sesmaria que foi de José Lucas Alves – 25\$000.⁵⁸

Das propriedades citadas acima, nenhuma apareceu no seqüestro elaborado do final de maio ao início de junho de 1791. No Auto de Avaliação, de 1796, feito antes da Partilha, a sesmaria do Bananal foi avaliada em 800\$000 réis; a sesmaria Varge do Palmital em 1:200\$000 réis; e a sesmaria que foi de José Lucas Alves a 100\$000 réis. As “duas sesmarias (...) do Rio Abaixo” foram avaliadas em 800\$000 réis e a primeira “sesmaria chamada ____ com todos os seus pertences” ou “sesmaria do Acácio” a 800\$000 réis. A “sesmaria chamada do rio do Pinho” não recebeu avaliação inicial.⁵⁹ De 1791 a 1796, independente da meação da mulher, os valores obtiveram significativa diminuição. As subavaliações, e aqui utilizamos este termo, acreditando que o preço praticado, bem abaixo do seu real valor, seja sinal de fraude, são indícios de corrupção nos ADIM. O que resta saber é quais as pessoas que, coniventemente, permitiram o azeitamento da estrutura burocrática e de cobrança judicial.

Após 31 meses da realização do primeiro seqüestro, a família sofreu, no dia 26 de fevereiro de 1794, nova intervenção estatal. A Sentença Cível e Formal de Partilhas, tirada pelo desembargador Antônio de Brito e Amorim, foi lavrada pelo escrivão da Real Fazenda, Antônio Joaquim de Macedo, sobrinho do contratador João Rodrigues de Macedo e um de seus dois herdeiros universais.

Utilizando-se do princípio jurídico da precedência do crédito, Antônio Joaquim de Macedo protestou as dívidas que o conjurado tinha com a Fazenda Real, uma vez que o inconfidente foi o fiador de seu tio nos contratos de Dízimos, arrematados por

⁵⁷. IHGB. DL 973.1, fl. 110 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes; AHMI. Pagamento feito à Real Fazenda e Fisco da Câmara Real para a solução do que tocou da metade dos bens em que foi condenado o confiscado José Aires Gomes, fl. 23.

⁵⁸. AHMI. Pagamento feito à Real Fazenda... op. cit., fls. 22v-23. O tracejado em branco encontra-se semelhante ao original.

⁵⁹. IHGB. DL 973.1, fl. 110 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

Macedo, de 1777 a 1783.⁶⁰ Por lei, cabia à coroa portuguesa honrar o pagamento das dívidas contraídas pelo preso antes de seu envolvimento no intento sedicioso, e, entre esses débitos, estavam as contraídas pelo seu tio.

Para que isso fosse feito, e (acreditamos que) sabendo das baixas avaliações que receberam os bens confiscados ao conjurado, Antônio Joaquim de Macedo empreendeu vistoria na fazenda da Borda do Campo, onde localizou “um saco em que se tinham incluído vários papéis pertencentes ao seqüestro feito a José Aires Gomes” e que foram devolvidos à família. No interior do pacote encontravam-se inúmeros papéis de crédito e de negócios realizados com agentes de várias partes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Como estes papéis, segundo ele, não receberam a devida importância na primeira tomada de seus bens, resolveu confiscá-los e proceder à nova apreensão, no que achasse conveniente.⁶¹

Entre os diversos papéis localizados pelo escrivão, listaram-se documentos que datavam desde o início da ocupação das paragens da Borda do Campo, como as terras que o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca adquiriu junto a Domingos Jorge Santarém pelo preço de 4.500 cruzados [= 1:800\$000 réis] e que foram anexadas ao patrimônio da fazenda da Borda, até negócios mais recentes com terras, como os realizados por Maria Inácia de Oliveira.⁶²

Além deste papel encontrou-se “uma escritura de compra e venda que fazem José Aires Gomes e sua mulher dona Maria Inácia de Oliveira ao capitão Antônio de

⁶⁰. João Rodrigues de Macedo arrematou o contrato de Dízimos por 395:378\$957 e o das Entradas das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso por 944 contos de réis. Em 1784, devia de Dízimos a quantia de 324:975\$743. Em 1788, as suas dívidas estavam em 750:061\$601 réis, sendo 466:454\$480, referentes à retenção dos direitos das Entradas e 283:607\$121, dos Dízimos. Em 17 de agosto de 1803, o débito geral das contas de Macedo estava orçado em 639:059\$867 réis, tendo sido amortizado, portanto, de 1788 a 1803, 111:001\$734 réis. Conferir: Aviso de dom Rodrigo de Sousa Coutinho à Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, datado de Lisboa, a dezessete de agosto de mil e oitocentos e três. In: ADIM, v. 11, p. 109-110.

⁶¹. SENTENÇA cível de formal de partilhas passadas a favor do desembargador procurador da Real Fazenda desta capitania de Minas Gerais Antônio de Brito Amorim dos autos de seqüestro a que se procedeu dos bens do seqüestrado inconfidente José Aires Gomes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 38, p. 100-123, 1990; p. 107.

⁶². A sesmaria de uma légua de terra em quadra pertencente a Domingos Jorge Santarém, morador no Rio de Janeiro e obtida naquela cidade em 5 de agosto de 1712 e confirmada em Lisboa no dia 13 de setembro de 1715, foi comprada pelo coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, proprietário da fazenda da Borda do Campo. A propriedade “com uma légua de testada e duas de sertão no Caminho Novo das Minas, onde está a roça com o oratório de Santo Antônio, parte com a fazenda do [dito] coronel (...), em que assiste o padre João Batista de Figueiredo”. Como as “ordens reais” determinavam que “não se doassem mais do que uma légua em quadra no Caminho Novo”, viu a sua propriedade reduzida. Mesmo assim, conseguiu vendê-la por 1:800\$000 réis, pois contava com a “roça de Santo Antônio” e diversos outros roçados, além da estrada, que cruzava a Mantiqueira e se dirigia às lavras de Vila Rica, ficarem no “meio de uma e outra banda” do caminho. Conferir: IHGB. DL 973.1, fl. 65 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes; CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 2. P1 – Sesmaria; SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 107.

Miranda Magro [genro do conjurado e casado com Ana Maria Perpétua de Oliveira] de uma fazenda, com um recibo de entrega da mesma fazenda como nela se declara". Além dessa escritura, acharam-se ainda

um papel de cessão e trespasse de uma sesmaria sita abaixo da serra da Mantiqueira rio do Pomba passado por Mateus Ferreira da Silva a José Aires Gomes como no mesmo se declara // (...) um papel de obrigação passado por Mateus Ferreira da Silva a José Aires Gomes de compra de uma sesmaria sita abaixo da serra da Mantiqueira rio Pomba, pela quantia de seiscentos mil réis como nele se declara, passado em vinte e oito de junho de mil setecentos e oitenta // (...) dezenove cartas de datas de terras e águas minerais pertencentes a José Aires Gomes com requerimento do mesmo e umas procurações que tudo e acha em um só maço // Item umas escrituras e sesmarias de importância como diz a cota declarada, cujos são descritos em sete papéis separados que se acham todos juntos // Item quatorze sentenças de sesmarias constantes da lista junta às mesmas sentenças pertencentes ao tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira como nela se declara // Item mais uma sentença de sesmaria de dona Clara Maria de Jesus na fazenda chamada João Gomes no caminho do Rio de Janeiro // Item mais duas sesmarias // (...) um papel de obrigação de Francisco Ferreira Armonde e Felizardo Francisco de Assis de ajuste de contrato que fizeram com José Aires Gomes em dezoito de outubro de oitenta e oito, com um requerimento feito ao Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor visconde de Barbacena pelo mesmo Aires, com três petições de sesmarias em nome do mesmo Aires com três cartas tudo junto às referidas petições // (...) Item outra dita [escritura] de venda de uma morada de casas que fazem Antônio Teixeira da Silva a José Aires Gomes como da mesma consta // (...) tem outro dito de venda de meação de uma roça no caminho das minas que fez o sargento-mor Antônio de Mendonça e Vasconcelos ao coronel Domingos Rodrigues da Fonseca e quitação do preço como da mesma se vê etc. // Item uma obrigação de João Domingues de Aguiar de uma venda de um sítio chamado o Pinheiro, vendido ao tenente Manuel Lopes de Oliveira, com todos os seus pertences e logradouros e umas casas de telha e mais pertences, pela quantia de quatrocentos mil réis como da mesma se vê // Item uma obrigação de Antônio José de Castro das terras do córrego do Espírito Santo, por serem pertencentes a José Aires Gomes como da mesma se vê...⁶³

A pessoa escolhida para guardar estes papéis foi o capitão José Possidônio Ferreira Rabelo que, com o avançar do processo, requereu ao juiz Antônio Ramos da Silva Nogueira, da Fazenda Real, que removesse o depósito que custodiava para as mãos de outro depositário, principalmente após ter descoberto novas cartas de crédito e documentos de terras, que estavam entre os papéis seqüestrados (e no interior do

⁶³. No Auto de Seqüestro, custodiado no IHGB, encontramos a indicação de que foram amarradas em um embrulho "20 cartas de datas de terras e águas e junto com as mesmas três procurações, dois requerimentos e um pertencente a Rosa Joaquina da Costa", em vez das 19 cartas indicadas no documento que se encontram no APM. Conferir: IHGB. DL 973.1, fls. 63v-67v; 73v-76 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. A citação desta nota encontra-se no fl. 76. A citação no texto é o da SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 101-110.

saco) ao inconfidente Aires Gomes. Os documentos foram entregues a Francisco Bernardino Lisboa.⁶⁴

Com a descoberta destes novos papéis, Antônio Joaquim de Macedo empreendeu novo seqüestro aos 17 dias, do mês de dezembro de 1795, 22 meses após o anterior. Entre os documentos amealhados, encontramos apreciável quantidade de cartas de créditos e

uma carta de arrematação de uma morada de casas sitas na vila de São João del Rei segundo que da mesma consta // (...) uma conta que declara ser da roça da Mantiqueira // (...) uma escritura de venda de um sítio // uma escritura de venda de uma roça no caminho das minas // (...) uma escritura de venda de um sítio da invocação de Nossa Senhora da Assunção de Santo Antônio // (...) um escrito de mão da venda de um sítio.⁶⁵

Além destes, acharam-se ainda

um recibo de compra de uma roça // uma obrigação que passou Antônio José da Costa de umas terras // uma obrigação que passou Henrique Ferreira velho de umas terras // (...) um papel que passou Inácio de Mesquita das terras que [tem] no mato // (...) um papel que passou Lourenço Lima da Silva das terras do Passa Três // (...) uma carta de sesmaria // (...) quatro sentenças de sesmarias com três confirmações // (...) um papel de confirmação e aprovação passada pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo bispo do Rio de Janeiro, assinado com o selo de suas armas, com uma carta de sesmaria confirmada [e] selada pelo general de São Paulo que foi Antônio de Albuquerque de Carvalho.⁶⁶

Como novamente se descobriram novas folhas entre os pertences que estavam com a família de Aires Gomes, na fazenda da Borda do Campo, procedeu-se novo confisco, em 11 de fevereiro de 1797, 14 meses depois do último seqüestro. Nesta nova intervenção não encontramos qualquer referência a negócios com terras entre os bens listados, apenas localizamos a indicação em um crédito de que era devedor João Batista de Andrade a Francisco José da Silva, passado em 3 de março de 1772, com um recibo nas costas assinado pelo inconfidente, datado de 4 de junho

⁶⁴. A alegação, movida talvez por pressões que sofria, foi a seguinte: "... e como se acham alguns papéis que não estão descritos naquele seqüestro de que é o suplicante depositário, e dele quer fazer entrega, por essa razão requer a vossa mercê para que se digne mandar que os oficiais da remoção descrevam de novo as que foram achadas entre os outros, e os depositem em mão e poder de outro depositário". In: *Ibidem*, p. 110-111.

⁶⁵. *Ibidem*, p. 111-113.

⁶⁶. IHGB. DL 973.1, fls. 74-79 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

de 1775, referente ao salário de 16\$700 réis, que este pagou a João Batista de Andrade, por realizar medições em suas sesmarias.⁶⁷

Os três seqüestros coordenados pelo escrivão Antônio Joaquim de Macedo, sobrinho e herdeiro do contratador João Rodrigues de Macedo, nos bens que foram de José Aires Gomes, procuraram diminuir a dívida do primeiro perante a Junta da Real Fazenda. Sendo Antônio Joaquim um dos dois herdeiros universais do contratador, não poderia ter feito valer mais facilmente a lei e intimar o fiador de seu tio para que cumprisse os seus compromissos legais? Ao realizar detalhado seqüestro em créditos e terras que poderiam ser facilmente revertidos em dividendos ao Fisco Real, não estaria tentando aumentar as suas possibilidades de amealhar algum patrimônio (a que legalmente tinha direito), uma vez que era, ao lado de seu irmão, um dos herdeiros? Estratégia interessante e legal: fazer pagar o fiador, no lugar do devedor principal.

Mas, de toda essa história, vale-nos a informação de que José Aires Gomes constituiu-se, como se viu pelos documentos, em grande proprietário de terras na Borda do Campo e áreas adjacentes, seguindo o perfil concentrador de seus parentes, entre eles seu sogro e irmão, que compraram e venderam várias propriedades. Possivelmente a intenção de José Aires Gomes ao adquirir enormes parcelas de terra estava na terra em si, pois buscava um bem que o distinguisse dos outros moradores da região. Possuir terras era distintivo social, além de ser reserva de valor. A necessidade de terras descansadas, ainda preservando a cobertura vegetal inicial, era também objetivo do comprador que estava interessado em explorar os seus recursos pelo maior prazo de tempo possível, antes de se ver obrigado a uma nova operação de compra ou de posse de terra. Suas propriedades, como a dos demais inconfidentes, tornar-se-ão unidades produtivas de gêneros alimentícios em grande escala para abastecer o mercado local, regional e interprovincial. O que os conjurados produziam em suas fazendas? A resposta a esta pergunta está no próximo item.

---

⁶⁷. SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 114.

2.

Indícios de práticas agrícolas nas fazendas dos inconfidentes

Na segunda metade do século XVIII, a capitania de Minas Gerais dividia-se em quatro comarcas: a de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio. A comarca do Rio das Mortes estava situada ao sul de Minas Gerais, desde as fronteiras com São Paulo e o Rio de Janeiro, passando pelo rio Paraibuna e parte da Zona da Mata, até o rio Pomba. Tinha como sede político-administrativa a vila de São João del Rei.

A região foi uma das primeiras a ser ocupada pela atração proporcionada pela mineração do ouro. Desde o início do povoamento de Minas Gerais, o Rio das Mortes destacou-se como área abastecedora de alimentos. Nas palavras do desembargador José João Teixeira Coelho, na *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, a comarca “é a mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários no país, de forma que, além da própria sustentação, provê a toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco etc.”.⁶⁸

A produção agrícola que mais se sobressaiu em Minas foi a da cana-de-açúcar, em especial a dedicada ao fabrico da aguardente. A chegada da cultura da cana remonta aos primeiros povoadores que para lá se dirigiam e levavam as tecnologias da lavoura e da destilação da gramínea. Os colonos, vindos da Bahia e de Pernambuco, ao norte, e de São Paulo e Rio de Janeiro, ao sul, plantavam a cana-de-açúcar nas proximidades de todos os centros de mineração e nas regiões em que as pessoas se fixavam, ou por onde passavam os viajantes que atravessavam a capitania. Eles construíam pequenos engenhos para a produção de cachaça e rapadura, de acordo com o aumento da população e do consumo.

A prioridade da construção ou posse do primeiro engenho de cana erguido “oficialmente”, em Minas Gerais, coube a Antônio de Araújo dos Santos, em carta de sesmária passada pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Na Petição, alegou que “havia dez anos tinha um sítio em o Rio das Velhas em a paragem chamada Curralinho, onde levantou um engenho de fazer açúcar haverá cinco anos foi o primeiro que se levantou nestas minas”. A carta de sesmária, de onde se tirou essas informações, não indica mais do que interpretar as palavras de Antônio de Araújo dos Santos. O referido documento, datado de 16 de janeiro de 1711, foi apresentado ao

---

⁶⁸. COELHO, José João Teixeira. op. cit., p. 193.

governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, durante sua excursão pelos arraiais mineiros em princípios daquele ano. Pelo texto, pode-se concluir, acreditando-se que as informações sejam verídicas, que o solicitante se estabelecera no referido lugar (no atual município de Rio Acima), em 1701, ou fins de 1700, e que o seu engenho foi construído cerca de cinco anos depois, isto é, em 1706, talvez no princípio desse ano ou mesmo no fim de 1705.⁶⁹

O primeiro engenho a ser erigido na comarca do Rio das Mortes, baseando-se na indicação de Miguel Costa Filho, foi o citado na Petição da carta de sesmaria que Mateus Gonçalves Viana encaminhou, em 19 de abril de 1748, ao governador de Minas. No documento alegou “possuir uma fazenda com título de engenho, por ter sido o primeiro que se levantara no Caminho Novo das Minas”.⁷⁰

Pela anotação, Mateus Gonçalves Viana não disse ser ele o descobridor ou o primeiro povoador da região em que vivia. A carta, lavrada no final da primeira metade do século XVIII, cerca de 50 anos depois da abertura da estrada, que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, parece supor, conforme testemunha Miguel Costa Filho, que o requerente “adquirira a dita fazenda pouco tempo antes de 1748”.⁷¹

Independente da data “oficial” em que se levantaram engenhos no sul de Minas, é certeza que estes já existiam desde princípios da colonização daquela região. Antonil, que nos forneceu um roteiro do Caminho Novo, mencionou roças, ranchos, lavras e vendas, mas não fez qualquer referência a engenhos no seu itinerário. No relato de viagem do conde de Assumar, de 1718, o autor incluiu um engenho no supracitado caminho, outro no de São Paulo a Minas e um terceiro na proximidade do rio Paraopeba, ao sul de Itauvira (Itabirito).⁷²

Nas vizinhanças da Lagoa Verde, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João del Rei, o capitão-mor Matias Gonçalves Moinhos possuía um engenho de cana na sua sesmaria de meia légua, obtida em 28 de outubro de 1747 e confirmada em 29 de dezembro de 1750.⁷³ Este homem, já em 1720, era capitão de

⁶⁹. APM/SC, cód. 7, fl. 55v. Apud. COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963, p. 42-43.

⁷⁰. APM, SC, cód. 14, fl. 208. Apud. Ibidem, p. 68.

⁷¹. Ibidem, p. 68.

⁷². Ibidem, p. 68-69.

⁷³. AHET/IPHAN-MG/SJDR, SM 32 – Carta de sesmaria: Matias Gonçalves Moinhos. 1748; AHU/MAMG, cx. 53, doc. 55 – Requerimento de Matias Gonçalves Moinhos, capitão-mor e morador na Vila de São João Del Rei, solicitando a D. João-V a mercê de ordenar que o procurador da Coroa desse o seu parecer a respeito da sesmaria que lhe haviam concedido, para que a mesma pudesse ser executada. 28/05/1749; AHU/MAMG, cx. 57, doc. 58 – Bilhete de ordem de confirmação da doação, em sesmaria, de meia légua de terra, nas vizinhanças da Lagoa Verde, na Capitania de Minas Gerais, passado ao capitão-mor Matias Gonçalves Moinhos. 29/12/1750.

uma das duas companhias de ordenanças existentes em São João del Rei.⁷⁴ Naquela vila, exerceu também o cargo de juiz ordinário e, em 1738, foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Recebeu duas outras concessões de sesmarias na região: em 16 de abril de 1751, na “paragem do sertão do Cervo”, e em 7 de maio de 1770, na “vargem grande do Cervo e junto ao ribeirão da Pirapitininga”, ambas na freguesia de Carrancas.⁷⁵ Seu filho, Matias Gonçalves Moinhos de Vilhena, coronel de milícias de Lavras do Funil, tinha propriedades na região de Campanha e de Carrancas (ficou como possuidor das terras do pai) e era casado com Iria Claudiana Umbelina da Silveira, a sétima dos dez filhos do casal José da Silveira e Sousa e Maria Josefa Bueno da Cunha.⁷⁶ Ela era irmã de Bárbara Eliodora, mulher do inconfidente Alvarenga Peixoto.

Figura 21 – Sobrado em que residiu, por alguns meses, Bárbara Eliodora em Campanha.

Matias Gonçalves foi quem “convenceu” Alvarenga Peixoto a adquirir terras na região de Campanha. Seu filho, Matias Moinhos era casado com Iria Claudiana e possuía, na vila de Campanha, um sobrado situado na Rua Direita, hoje Saturnino de Oliveira, nº 200, onde Bárbara Eliodora, após a denúncia e a prisão de Alvarenga, foi acolhida e protegida pelo cunhado e pela irmã.

⁷⁴. AHU/MAMG, cx. 2, doc. 80 – Requerimento de Matias Gonçalves Moinhos, capitão de Ordenanças de uma companhia da Vila de São João Del Rei, pedindo a D. João-V Ihe faça a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. 20/10/1720.

⁷⁵. APM/SC, cód. 94, fl. 83v – Carta de sesmaria: Matias Gonçalves Moinhos. 16/04/1751; AHET/IPHAN-MG/SJDR, SM-32 – Carta de sesmaria: Matias Gonçalves Moinhos. 07/05/1770.

⁷⁶. AHET/IPHAN-MG/SJDR, SM 32 – Carta de sesmaria: Matias Gonçalves Moinhos Vilhena. 07/05/1770.

Era comum o proprietário das lavras de ouro fornecer cachaça para seus escravos, pois acreditava-se que a pinga os faria trabalhar com mais dedicação, por horas a fio, principalmente, nos meses chuvosos do verão e no frio úmido do inverno.

Várias propriedades não se dedicavam à produção exclusiva de cana e cachaça, mas ao cultivo variado de legumes, frutas, verduras e criação de gado. Diferente das plantações açucareiras da Bahia, especializadas e voltadas para o mercado externo, nas Minas, a cana e seus subprodutos eram destinados ao consumo local.

Os mineiros mais ricos geralmente estabeleciam roças e currais para abastecer suas próprias lavras e vender o excedente nos distritos urbanos mais próximos. O uso de escravos nas fazendas produtoras de açúcar e seus derivados era tão comum, desde os primeiros anos das Minas que, em 1715, a coroa portuguesa emitiu um Editto proibindo a construção de novos engenhos.

A principal preocupação das autoridades metropolitanas era com a aguardente, que concorria com a do reino, pois em Minas estimulava os extravios de ouro e diamantes, destruía a saúde dos escravos, causando prejuízos aos mineradores. Além disso, os canaviais desviavam mão-de-obra da mineração.⁷⁷

O receio com o desvio de trabalhadores para outras atividades, que não estivessem ligadas às lavras, mostrou-se presente em ações governamentais. O desembargador Teixeira Coelho, em sua *Instrução* de 1782, alertava que uma das principais preocupações se referia à instalação em território mineiro dos engenhos de destilar aguardente de cana, pois, ao lado do desvio de braços da mineração, “eram prejudiciais ao sossego público, o qual se perturbava com as desordens causadas pelas bebedices dos negros”.⁷⁸

O governador dom Rodrigo José de Meneses escreveu ao ministro Martinho de Melo e Castro uma *Exposição sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo* (1780), na qual expôs o principal subproduto da cana:

a cachaça (...) é bebida da primeira necessidade para os escravos, que andam metidos na água todo dia, e que com este socorro resistem a tão grande trabalho, vivem mais sãos e mais largo tempo; sendo experiência certa, que o senhor que a não dá aos seus

⁷⁷. SILVA, Flávio Marcus. Os engenhos e o poder. *História & Perspectivas*: Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, Uberlândia: Edufu, n. 24, p. 71-96, jan./jun. 2001, p. 74; GODOY, Marcelo Magalhães. Os ‘engenheiros’ entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o estado e a agroindústria canaveira de Minas Gerais no século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 213-256; p. 216.

⁷⁸. COELHO, José João Teixeira. op. cit., p. 364.

experimenta neles maior mortalidade, que aquele que por este modo os anima, e fortifica.⁷⁹

Teixeira Coelho, mesmo lembrando que medidas administrativas foram tomadas, em 1715 e em 1743, no sentido de se proibir a instalação de novos engenhos nas Minas, indicou que tais medidas se mostravam inúteis e ignoradas.⁸⁰ Eram raras as fazendas onde não existiam engenhos. O diagnóstico que traçou dessa situação foi o seguinte:

Os prejuízos destas fábricas são evidentes, porque os negros embebedam-se e fazem mil distúrbios, e os escravos que trabalham nelas podiam empregar-se na extração do ouro. Na Capitania de Minas somente se deve trabalhar nas lavras e na cultura das terras que produzem os gêneros necessários para o sustento dos povos, e as águas ardentes de cana devem ir para minas das Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde não há ouro, o que faria crescer os direitos das Entradas. É certo que deste modo não de ser as ditas águas ardentes caras, mas assim mesmo é conveniente, por não ser este um gênero dos da primeira necessidade.⁸¹

A preocupação do desembargador Teixeira Coelho, com relação às lavouras de cana, refletia a lógica do sistema implantado em Minas Gerais: a valorização da produção aurífera. Entretanto, ao apontar a existência, mesmo que sorrateira, de atividades agrícolas de abastecimento mostrou-nos, desde os primórdios da

⁷⁹. APM/SC, cód. 224, fl. 10. Após chegar às Minas Gerais, em 4 de agosto de 1780, o governador dom Rodrigo José de Meneses escreveu ao ministro Martinho de Melo e Castro um texto expondo o estado em que se encontrava a mineração na capitania: a *Exposição sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo*. Com a finalidade de se “conservar as imensas riquezas que lhe distribuiu a natureza”, dom Rodrigo principia seu texto afirmando que a capitania mineira é diferente de todas as demais do império colonial português, pois ela “não é, propriamente dita, nem agrícola, nem comerciante. O ouro, tão útil para Portugal, é a produção destas ricas montanhas, que merece a maior parte da atenção e desvelo”. A preocupação não reside em analisar a agricultura e a pecuária da capitania, muito menos observações pormenorizadas sobre a organização social e política locais; o que lhe interessava era analisar a produção do ouro, “que é o nervo e medula do estado”. Conferir: APM/SC, cód. 224, fl. 5. Este documento encontra-se publicado em: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, p. 311-327, 1897. Análise pormenorizada da *Exposição* de dom Rodrigo no contexto agrícola mineiro pode ser lida em: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 93-95.

⁸⁰. Miguel Costa Filho lembra-nos que a perseguição aos engenhos em Minas Gerais data de 1714, quando o então governador dom Brás Baltasar da Silveira proibiu a construção de novos engenhos, com a pena de demolição e pagamento de severas multas, por parte dos proprietários, de fábricas montadas a partir de então. Outras proibições e perseguições apareceram em 1718 e anos posteriores, durante o governo do conde de Assumar; 1736, 1743 e 1745, no governo de Gomes Freire de Andrade; de 1768 a 1773, na administração de José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e entre 1775-1780, no governo de dom Antônio de Noronha. Sobre detalhes, conferir o capítulo “Guerra dos engenhos”. In: COSTA FILHO, Miguel. op. cit., p. 103-118. Detalhes sobre as perseguições podem ser consultados em: GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit., p. 216-218.

⁸¹. COELHO, José João Teixeira. op. cit., p. 365.

colonização, a estreita ligação da mineração com a pecuária e a agricultura, que conviviam lado a lado. Lembrou-nos que muitos habitantes que trabalhavam nas minas abandonaram o seu ofício e passaram a exercer atividades agrárias nas áreas que circunvizinhavam as vilas, nas terras do sertão.

Os pequenos agricultores limitavam-se à produção da rapadura e da cachaça, pois a fabricação do açúcar era muito dispendiosa. Mesmo sofrendo restrições metropolitanas, que proibiam a existência de engenhos em Minas Gerais, Alvarenga Peixoto solicitou à rainha Maria I a mercê de lhe autorizar a construção de um novo engenho em sua fazenda da Boa Vista, pois quando comprara esta propriedade, situada na freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde, ali encontrou um engenho velho, “insuficiente” e com “pouca utilidade”.

Como a autorização estava demorando, Alvarenga Peixoto pediu ao governador dom Rodrigo a permissão para construir o novo engenho, enquanto a resolução real não chegasse ao seu conhecimento. No pedido, fundamentando-o, alegou ter capital, grande quantidade de escravos e área plantada.

O engenho existente, localizado numa “fragorosa serra”, era movido por bois e não tinha capacidade produtiva para moer toda a cana plantada na fazenda. O seu plano, segundo se constata do requerimento endereçado ao governador, era construir outra fábrica, perto da anterior, e que seria movimentada pela água, que a própria fazenda forneceria. O novo estabelecimento seria mais possante, mais aperfeiçoado e adequado aos projetos de desenvolvimento agrícola pensados por Alvarenga.

Com as melhorias na propriedade, informou ele que, como dono da fazenda, teria bons lucros e que estes também reverteriam para a Fazenda Real, por meio da cobrança do Subsídio Literário dos fabricantes de aguardente.⁸² Este foi um hábil argumento que o governador não deixaria de levar em conta na avaliação da solicitação, tanto mais quanto, esclarece ainda a Petição, até aquele momento, só tinha sido possível utilizar nos trabalhos do engenho um terço de toda a escravaria da fazenda. A Licença do governador foi concedida, em 21 de junho de 1780.⁸³

⁸². Imposto destinado às despesas com a instrução pública e derivado do pagamento de 4 réis por canada de aguardente, um real pela de vinho e 160 réis por cada pipa de vinagre.

⁸³. APM/SC, cód. 186, rolo 40, gav. 3, fls. 208-208v. Interessante também foi o pedido enviado à corte pelo capitão Manuel Lopes de Oliveira, o primeiro marido de Maria Inácia de Oliveira, casada em segundas núpcias com o inconfidente José Aires Gomes, ao informar que o açúcar e a aguardente eram importantes para os moradores das Minas, que os consumiam com freqüência. Manuel Lopes solicitou a mercê real para reconstruir o engenho que tinha em sua propriedade “ao pé dos matos gerais da Mantiqueira”, na Borda do Campo, que permanecia ainda com suas moendas, alambiques e tachos em condições de serem reparados. O requerente pretendia plantar cana e com ela produzir açúcar, melado e aguardente, que “se fazia muito necessário para a conveniência dos moradores circunvizinhos à mesma fazenda, e ainda a muitos viandantes, que com grandes detrimento os mandam comprar dali muitas léguas”. In: AHU/MAMG, cx. 83, doc. 01.

Na fazenda Engenho dos Pinheiros, localizada na mesma freguesia e contígua à propriedade chamada Boa Vista, de três léguas de comprimento por uma légua e meia de largura (162 km²) e titulada com carta de sesmaria, Alvarenga Peixoto estabeleceu outro engenho de cana, coberto de telhas e que fabricava açúcar e aguardente. Na fazenda tinha um moinho que contava com “dois alambiques de cobre, [sendo que] um levava dezesseis barris de aguardente, e outro dezessete”, uma caldeira “de cobre, que levava dezoito barris, e uma casa do mesmo que levava cinco barris”, um tacho de cobre “que levava cinco barris”, três tonéis “que levavam duzentos e cinqüenta barris cada um deles” e duas pipas “que levavam setenta barris cada uma”.⁸⁴ As terras da roça eram trabalhadas por 30 escravos.⁸⁵

Como inconfidente, Alvarenga teve seus bens seqüestrados pela devassa. Após a partilha, a metade que lhe coube foi administrada pelo fiel depositário Francisco Xavier Pereira até sua arrematação por Macedo que, ao adquirir aquela metade, passou a administrar as propriedades e os negócios herdados do inconfidente na região da Campanha do Rio Verde.

Por meio de correspondência, trocada com Bárbara Eliodora e com os feitores ou administradores da fazenda, do engenho e das minas, percebemos que Macedo recomendava com insistência o envio de escravos ora para as lavras ora para as roças. Em uma dessas cartas, de 27 de agosto de 1795, encaminhada a Francisco José Alves Nogueira, faz recomendações sobre a disposição dos escravos nos serviços. Parecia-lhe que bastavam 30 “pessoas escolhidas” para o trabalho das roças. Macedo escreveu que todos os escravos, dispensáveis da prática agrícola, deveriam ir para a mineração, cujos regos ele mandava conservar bem limpos. Mandou, também, que se plantasse cana-de-açúcar e café na fazenda Engenho dos Pinheiros.⁸⁶

Uma carta do feitor Lúcio José Monteiro, sem data, endereçada ao ex-contratador, informou o “deplorável estado” do canavial, que daria uns 150 barris de aguardente se não estivesse debaixo do mato. E afirmou que havia outros pequenos canaviais mais novos que tenderiam à mesma situação de abandono ou descuido, caso não se tomassem providências adequadas.⁸⁷

⁸⁴. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 10, fls. 5v-6 – Traslado do seqüestro de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

⁸⁵. AHMI. Mapoteca, gav. 3, fl. 4 – Apenso relativo a dúvidas que opôs D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira às contas dadas pelo administrador depositário Francisco Xavier Pereira. 1792.

⁸⁶. FBN/CIM, II-31, 31, 5 – Relação dos mantimentos colhidos na roça de João Rodrigues de Macedo e Bárbara Heliodora e conta dos rendimentos e despesas da fábrica e lavra da Boa Vista de São Gonçalo da Campanha de 1800 e 1801. Campanha, 1800-1801.

⁸⁷. COSTA FILHO, Miguel. op. cit., p. 146.

No mesmo dia, 27 de agosto de 1795, Macedo escreveu carta ao guarda-mor José de Bastos de Oliveira lembrando que já era tempo de mudar a cana, ou seja, de se plantar novas socas, e que não se plantasse feijão nem milho entre a gramínea.⁸⁸

Na tabela, a seguir, indica-se a produção do açúcar e da aguardente na fazenda Engenho dos Pinheiros, de Alvarenga Peixoto, juntamente com os rendimentos líquidos recebidos por sua esposa Bárbara Eliodora e por João Rodrigues de Macedo, seu sócio majoritário, a partir de 1795.

TABELA 7

Rendimentos da aguardente e do açúcar produzidos na fazenda Engenho dos Pinheiros, de Alvarenga Peixoto (1791 / 1792 / 1796-1798)

Produtos	Anos				
	1791	1792	1796	1797	1798
Aguardente (barris)	338	?	66	152	528
Açúcar (arroba)			12	25	30
	▼	▼			▼
Rendimentos					
<i>Bárbara Eliodora</i>	405\$600	182\$362,5			448\$197
<i>João Rodrigues de Macedo</i>					768\$381

Fonte: AHMI. Mapoteca, gav. 3 – Apenso relativo ao seqüestro dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto (1792); AHMI. Mapoteca, gav. 3 – Apenso relativo a dúvidas que opôs D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira às contas dadas pelo administrador depositário Francisco Xavier Pereira (1792); FBN/CIM. II-31, 31, 5 – Conta dos mantimentos que se colhe na roça do Senhor João Rodrigues de Macedo e a Senhora D. Bárbara Eliodora (1801); APM/CC, pl. 20276, rolo 528, doc. 3 – Conta do que pertence a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira e João Rodrigues de Macedo, e suas despesas particulares (1798).

No período contábil, de 16 de dezembro de 1790 ao início de janeiro de 1792 – que para nós corresponde ao ano de 1791 –, as roças de cana renderam 338 barris de aguardente. Dona Bárbara Eliodora, segundo consta no documento “Apenso relativo ao seqüestro dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto”, vendeu aquela produção por 405\$600 réis, ou seja, cada barril foi comercializado pela quantia de 1\$200 réis. Estes valores correspondem ao total líquido extraído da produção, sem abatimento algum, pois as dívidas e os ônus da propriedade eram descontados dos valores finais extraídos da produção mineral.⁸⁹

⁸⁸. FBN/CC, I-13, 12, 12, n. 3 – Carta de João Rodrigues de Macedo a José de Bastos de Oliveira.

⁸⁹. AHMI. Mapoteca, gav. 3, fls. 2; 3; 5 – Apenso relativo ao seqüestro dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto (1792).

Em 1792, Bárbara Eliodora lançou dúvidas quanto aos valores (rendimentos e despesas) apresentados pelo fiel depositário na prestação de contas das propriedades seqüestradas. No documento contestou que os rendimentos estavam abaixo do esperado e menores em relação à média dos anos anteriores, manifestando “escândalo de falcatura” contra o que realmente deveria receber. Na parte final, ela citou que a aguardente produzida no Engenho dos Pinheiros rendeu-lhe 151- $\frac{3}{4}$ -7 oitavas, que valia 182\$362,5 réis, ou seja, pouco menos de 44% do recebido no ano anterior.⁹⁰ Observando-se a literatura sobre o período, a documentação contábil e as correspondências trocadas entre os feitores e seus administradores, ou entre Bárbara Eliodora e terceiros, não encontramos quaisquer indicações de que a roça daquela propriedade tenha sofrido intempéries ao longo do ano de 1792, que determinasse aquela diminuição da produção da cana-de-açúcar.

No período seguinte é nítida a observação de que tanto a produção de aguardente quanto a de açúcar aumentou nos anos de 1796 a 1798, sendo a de cachaça a mais significativa. Enquanto a produção açucareira, de um extremo a outro do triênio, subiu duas vezes e meia, a de aguardente octuplicou.

Após comprar a parte seqüestrada de Alvarenga, Macedo solicitou ao feitor José Teodoro de Araújo, da fazenda Engenho dos Pinheiros, que na safra que se colheria referente ao ano de 1798 fosse plantado “somente doze alqueires de milho” e feito o “açúcar e a cachaça que pudesse”.⁹¹

O aumento da produção do engenho deve ser fruto, em grande parte, da administração geral de Macedo, que já possuía experiência no cultivo e na comercialização da gramínea, como se observa na carta que enviou ao seu primo, Bento Rodrigues de Macedo, em Coimbra, no ano de 1783. Percebe-se pela missiva transcrita por Miguel Costa Filho que o contratador, na época, exportava açúcar da capitania de Minas Gerais para o reino, embora o fizesse esporadicamente, e que o açúcar produzido nas suas propriedades chegava ao Rio de Janeiro transportado por 42 tropeiros. No lombo de burros, os tropeiros levaram à capital fluminense 18.036 arrobas, ou 264.913 kg de açúcar.⁹²

---

⁹⁰. AHMI. Mapoteca, gav. 3, fls. 3; 4 – Apenso relativo a dúvidas que opôs D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira às contas dadas pelo administrador depositário Francisco Xavier Pereira. 1792.

⁹¹. FBN/CC, I-10, 12, 003 nº 001 – Carta de José Theodoro de Araújo a João Rodrigues de Macedo informando ter recebido as ordens para a produção de milho, açúcar e aguardente e notificando possuir poucos escravos para a empresa. Engenho dos Pinheiros, 05/05/1798.

⁹². COSTA FILHO, Miguel. op. cit., p. 207.

O açúcar que descia de Minas juntava-se ao açúcar produzido na capitania do Rio de Janeiro e era exportado para Portugal ou consumido naquela ou em outras localidades brasileiras. Vejamos um trecho da carta trocada entre eles:

... o açúcar está nesta a 2.200 e por empenhos para se comprar neya (?) do meu dinheiro. Eu em Minas tenho bastante meu dos dízimos que são da safra passada. E esta agora se for boa, hei de mandar a Vossa Mercê bastante para vir a troco de ferro que para daqui a dois anos hei de precisar 12.000, até 20.000 quintais, de ferro para me ficar dentro do Registro para ganhar para mim os quantos 4.500 réis. De cada quintal toca-me a metade desta conta.⁹³

Com o produto da venda do açúcar remetido para Lisboa, o ex-contratador compraria artefatos de ferro, que não podiam ser fabricados em Minas, já que a coroa portuguesa não permitia a extração desse minério.

A possibilidade de abastecer o Rio de Janeiro, que ao longo do século XVIII foi se tornando cada vez mais um mercado emergente, beneficiado pela condição de porto mais importante para a região das Minas, permitiu que a produção agrícola das fazendas da comarca do Rio das Mortes se caracterizasse pela diversificação e fossem particularmente capazes de absorver o choque das transformações ocorridas, após a exaustão do ouro aluvial.⁹⁴

Na fazenda da Borda do Campo, propriedade de Aires Gomes e por onde passava o Caminho Novo, existiam casas de vivenda coberta de telhas; rancho de tropas, de pedra; rancho de passageiros, um de palha e outro de pedra; um engenho de fazer farinha de trigo, coberto de telhas; um moinho; uma seara de trigo que levaria de semeadura um alqueire (mineiro) e meio de trigo, o equivalente a 72.600 m²; olaria; campos de criar destinados à cultura extensiva de gado vacuum; um estabelecimento comercial (uma venda); 22 escravos e uma capela, entre outros pertences.⁹⁵

Em outra de suas fazendas, a do Engenho de São Sebastião, que integrava unidades de produção voltadas para as práticas agrícolas e pastoris, encontramos indicada a presença de casas de vivenda e sobrados cobertos de telhas; um engenho de moer cana com bois (engenho de trapiche); “moendas chapeadas de chapéu de ferro, das quais faltam cinco chapas”; “um moinho preparado”; forno de cobre assentado em fôrnalha; paiol; casas de tropas; monjolo – tudo coberto com telhas;

⁹³. FBN, I, 9, 30. Apud. COSTA FILHO, Miguel. op. cit., p. 207-208.

⁹⁴. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 65.

⁹⁵. CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P12, fls. 4v-10 – Escritura de compra e venda da fazenda da Borda do Campo; IHGB. Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

senzala coberta de capim; 51 escravos; alambique de cobre, coberto com telhas, e com produção de 24 barris. Além destes, encontravam-se plantadas duas roças de milho que totalizavam 32 alqueires mineiros (= 1.548.800 m²); uma roça de feijão com 11 alqueires (= 532.400 m²); um canavial com 20 alqueires (= 968.000 m²) e 20 alqueires de arroz com casca (= 968.000 m²).⁹⁶

O coronel Francisco Antônio, morador da fazenda da Ponta do Morro, teve seqüestrado dois alambiques: um “grande de cobre de destilar cachaça, que levará dezoito barris” e outro “mais pequeno, que levará nove barris”. Além desses, teve apreendidos, ainda, “uma cabeça de fazer melado de cobre, que levará seis barris; um tacho grande de cobre que levará quatro barris; outro mais pequeno, que levará barril e meio; uma escumadeira de cobre” e “uma pipa grande com arcos de ferro, a qual levará cento e sessenta barris”.⁹⁷ É interessante notar que nenhuma produção agrícola foi seqüestrada nessa propriedade, quando o ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo lá esteve, em 25 de setembro de 1789. No ano seguinte, quando os bens do coronel começaram a ser avaliados pela devassa, os objetos ligados ao universo agrário daquela propriedade desapareceram do rol dos trastes seqüestrados. Tanto no processo de avaliação do *Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda (1790)*, quanto nos *Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes*, ambos custodiados no IHGB, não localizamos quaisquer referências aos alambiques ou aos objetos de produção de açúcar ou cachaça anteriormente apreendidos pela devassa. Mesmo no item correspondente à avaliação da fazenda da Ponta do Morro, que inclui todos os pertences imóveis (não desmembrados da avaliação para venda), como casas de vivenda, paiol, senzalas, oficinas, terreiros, entre outros, os objetos do horizonte agrário açucareiro não estão mencionados ou listados.⁹⁸

⁹⁶. IHGB. DL 973.1, fls. 19-22 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

⁹⁷. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 2v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

⁹⁸. IHGB. DL 101.2 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda (1790); IHGB. DL 3.4 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo – depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Nos Autos de Seqüestro dos inconfidentes, a produção das roças e os utensílios agrícolas apreendidos pela devassa foram descritas nas Tabelas 8 e 9:⁹⁹

TABELA 8

Roças e produtos agrícolas seqüestrados aos inconfidentes do Rio das Mortes

Produtos agrícolas	Carlos Correia de Toledo	Luís Vaz de Toledo Piza	Francisco A. Oliveira Lopes	José Aires Gomes	Manuel Rodrigues da Costa	Inácio J. Alvarenga Peixoto	José de Resende Costa
Milho colhido (em carros) plantado (em alqueires)	4			21 18		150	20
Cana-de-açúcar colhido (em arrobas) plantado (em alqueires)				0,20			
Aguardente produzido (em barris)							
Feijão colhido (em alqueires) plantado (em alqueires)	4			11			8
Arroz colhido (em alqueires) plantado (em alqueires)				32			
Trigo colhido (em alqueires) plantado (em alqueires)				3,25			

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

⁹⁹. Por utensílios agrícolas compreendemos os instrumentos utilizados pela energia do homem para transformar ou modelar uma matéria-prima, que a ação humana não quer ou não pode executar utilizando apenas a sua própria força ou o seu próprio corpo. Sobre este tema, baseamo-nos em: CRESSWELL, Robert. Utensílio. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi: Homo-Domesticação / Cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989, v. 16, p. 313-328.

TABELA 9

**Utensílios e benfeitorias relacionados à produção agrícola seqüestrados aos
inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**

Utensílios e benfeitorias agrícolas	Carlos Correia de Toledo	Luís Vaz de Toledo Piza	Francisco A. Oliveira Lopes	José Aires Gomes	Manuel Rodrigues da Costa	Inácio J. Alvarenga Peixoto	José de Resende Costa
<i>Engenho (açúcar e aguardente)</i>							
Engenho				2		2	
Moenda				1			
Tacho			4	2		1	3
Forno				1			
Caldeira						1	
Escumadeira			1				
Alambique			2	1		2	
Pipa			1			2	
Tonel						3	
Forma							1
<i>Engenho (farinhas diversas)</i>							
Engenho	1		1	1			1
Moinho	1		1			1	1
Monjolo				2			
Forno	1						
Paíol			1	4		2	1
Carro			2			5	3
Roda de fiar / tear	1			1			2
Esgarçadeira – algodão				1			
Enxada*	1		28				15
Machado*	1		2				1
Foice*			8				15
Total de utensílios	6	-	51	16	-	19	43

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Nota: os números dos itens escritos com * indicam somente aqueles ligados diretamente à produção agrícola, excetuando-se os da mineração. Na documentação é perceptível esta divisão.

Além de nenhuma produção agrícola ser seqüestrada ao inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes na fazenda da Ponta do Morro, em 1789, conforme as Tabelas 8 e 9, é digno de nota que ele foi quem teve a segunda maior quantidade de objetos ligados ao universo agrário seqüestrado, com 36 utensílios. Como informado pelo desembargador José Caetano César Manitti, no *Mapa de bens*

seqüestrados em Minas, de 1791, reproduzido no primeiro capítulo desta Tese, seu seqüestro foi “executado com defeito, e diminuição”. Esta informação é importante, pois, em 1795, dona Hipólita Jacinta escreveu a Macedo, em 28 de janeiro, solicitando que este comprasse ou lhe arrematasse a parte de seu marido nas terras de uma fazenda de cultura na Aplicação da Laje. Na correspondência afirmou que “ao pé da Laje está um pedacinho de terra, que levava 4 ou 5 alqueires de milho, tudo perdido dos fogos”, por conta “de estar sem dono e de nada me serve aquilo”. Em resposta àquela epístola, Macedo informou que desconhecia aquelas terras:

Senhora Dona Hipólita Jacinta Teixeira
Muito minha Senhora

Recebi a de Vossa mercê de 28 do passado, respeito as umas terras que vossa mercê me diz eu tenho nessa Aplicação das Lages eu ignoro que lá tenha essas terras, mas pode ser que algum dos meus Administradores as tenham penhorado; nestes termos saiba vossa mercê quem era o possuidor das ditas terras, e quem mandou fazer a penhora, a fim de poder correr a execução e vossa mercê rematar como pretende, pois que o meu desejo é servir a vossa mercê.

Desejo a vossa mercê saúde que Deus a guarde.
Vila Rica, 3 de fevereiro de 1795.¹⁰⁰

O exemplo revelou-nos que Francisco Antônio empreendia atividades agrícolas em suas propriedades. As terras da Aplicação da Laje eram contíguas às da Ponta do Morro e prestava-se a produção agrícola e a criação de animais. No caso citado, apenas identificamos a cultura do milho plantado em quatro ou cinco alqueires, que foi “perdido”, ou que pelo menos teve sua produção drasticamente comprometida, pelo uso do fogo para se fazer as sementeiras ou limpar a terra.

As duas propriedades localizavam-se próximas da estrada que ia de Prados à Borda do Campo, onde passava o Caminho Novo. Nos lugares em que as fazendas tinham ligações com caminhos ou estradas que rompiam o território mineiro era comum a ocorrência de fazendas do tipo misto, onde se desenvolviam a agricultura de abastecimento interno e as práticas minerárias. Os produtos destas propriedades rurais alimentavam o comércio tanto no interior da capitania como ao longo das rotas para as capitanias vizinhas.

Na fazenda do Registro Velho, localizada às margens do Caminho Novo e vizinha à fazenda da Borda do Campo, de Aires Gomes, o padre inconfidente Manuel Rodrigues da Costa recebeu, em 1817, a visita do cientista francês Auguste de Saint-Hilaire que, assim, descreveu aquela localidade:

¹⁰⁰. FBN/CC, I-10, 18, 001 nº 005 – Carta de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo a João Rodrigues de Macedo pedindo que a ajude a arrematar terras penhoradas por este na região. Lages, 28/01/1795.

a pequena distância de Borda do Campo, na habitação de Registro Velho, tive o prazer de ver um campo de trigo que prometia colheita, e cujo proprietário plantara, com o maior êxito, macieiras, vinhedos, marmeleiros, ginjaças, oliveiras e até mesmo pereiras, árvores que tão raramente produzem em outras partes elevadas do Brasil. (...) sobre uma elevação está a casa de moradia; bem perto vê-se uma capela, e, ao pé da colina, corre o Rio das Mortes (...). Por todos os lados vêem-se campos de milho entremeados de pastos e moitas de arvoredo.¹⁰¹

Na fazenda do Registro Velho, onde ele morava ao lado de sua mãe, Joana Teresa de Jesus, e irmãos, a devassa apenas seqüestrou-lhe objetos pessoais. O seu único bem de raiz confiscado pela coroa portuguesa foi um sítio denominado Tapera, contíguo à fazenda do Registro Velho, constituído por casas de vivenda cobertas de telha, cozinha coberta de capim, monjolo coberto também de capim e cercado de pau-a-pique e, ao redor, árvores de espinhos e bananeiras cuja paragem se compõe de campos e capoeiras.¹⁰² A devassa não empreendeu visita ao sítio Tapera e, por isso, nenhuma produção ou utensílio agrícola foram seqüestrados ao dito padre.

Como descrito pela devassa, o sítio possuía um monjolo que, acreditamos, fosse utilizado para moer ou socar milho ou arroz, que poderiam ser cultivados nos “campos” ou “capoeiras” da propriedade.

O milho foi um dos mais importantes produtos agrícolas do horizonte agrário mineiro, sendo amplamente consumido por todos os estratos sociais e, também, como alimento de animais.

Nas propriedades do coronel Aires Gomes se produzia milho em apreciável quantidade. Na fazenda do Engenho, cuidada por 51 escravos, existiam duas roças que totalizavam 32 alqueires (= 1.548.800 m²), além de um moinho e um paiol com cinco carros do cereal estocados; na fazenda Passa Três, com três léguas de extensão de terra e localizada no “caminho do mato do Rio de Janeiro”, existia “um paiol bom, coberto de telha, com 16 carros de milho dentro”, tudo assistido pelo agregado José da Cruz Alves, homem pardo, e por mais dois escravos. Dos papéis seqüestrados, encontrou-se “um bilhete de Joaquim Batista Rodrigues em que diz: recebi por conta de meu amo o capitão Antônio Gomes Mafra em vinte e três de

¹⁰¹. SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit., p. 60.

¹⁰². ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 16, fl. 4 – Auto de seqüestro nos bens do padre Manuel Rodrigues da Costa.

outubro próximo [?], seis alqueires de milho a preço de doze vinténs” [= 240 réis ou 40 réis cada alqueire].¹⁰³

Na fazenda Acácio, também de José Aires Gomes, há indicação de uma roça que já sofrera a colheita de sete alqueires, “que apenas poderá render 12 ou 14 carros de milho em espiga” e um “monjolo de socar milho”, estando toda a manutenção da propriedade a cargo de Manuel da Silva Espíndola – que era “sócio” de Aires Gomes no empreendimento – e sua família. A colheita era estocada em um paiol coberto de telhas e que fora assolado por um incêndio em um dos seus cantos. Possivelmente, a causa de tal tragédia foi o prolongamento de alguma das queimadas feitas na mata auxiliar para limpar e fertilizar o solo no ano de 1790 ou no anterior.¹⁰⁴ O seqüestro dos bens do conjurado deu-se em maio de 1791, época da colheita do grão. Auguste de Saint-Hilaire transmitiu-nos maiores detalhes acerca da cultura do milharal:

Toda a sabedoria do lavrador consiste em queimar as matas e semear na época favorável. Pelo mês de setembro, quer dizer, pelo fim da seca, fazem-se, na terra coberta de cinzas, buracos afastados de três ou quatro pés, e põe-se em cada um deles alguns grãos de milho. (...) Pelos fins de janeiro, um pouco depois da fecundação do milho, plantam-se ordinariamente os feijões entre as estipes dessa gramínea; limpa-se ainda uma vez a terra entre a plantação do milho e o tempo da colheita, e, pelo mês de abril, faz-se a colheita do milho e do feijão ao mesmo tempo ou com poucos dias de intervalo.¹⁰⁵

No inventário de Ana Maria dos Santos (1747), sogra de Aires Gomes e dona da fazenda Cachoeira, incorporada ao patrimônio deste inconfidente na década de 1770, encontramos indicado que a propriedade tinha 49 escravos, um engenho de fazer farinha de milho, 10 ovelhas, 13 cavalos, 65 porcos, 86 cabeças de gado vacum e 3.000 mãos de milho empaiolados (= 29.100 litros equivalentes a 29,1 m³ de milho armazenado em área pouco maior do que três metros de comprimento, por três de largura e três de altura).¹⁰⁶ O engenho na propriedade, localizada às margens do Caminho Novo, era essencial para o tipo de atividade que esta fazenda desempenhava: atender a passageiros, já que possuía ranchos.

¹⁰³. IHGB. DL 973.1, fls. 20-21v [fazenda do Engenho]; 24v-25 [fazenda Passa Três] – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes”. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791; SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 106.

¹⁰⁴. IHGB. DL 973.1, fl. 24v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

¹⁰⁵. SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit., p. 106.

¹⁰⁶. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 230 – Inventário de Ana Maria dos Santos. Borda do Campo, 1747. Localizamos este documento após citação de: CARRARA, Angelo Alves. op. cit., p. 196.

Entre os inconfidentes residentes na comarca do Rio das Mortes, o vigário da vila de São José del Rei, Carlos Correia de Toledo e Melo tinha em sua fazenda “com casas de vivenda térreas e assoalhadas” na paragem “ao pé da Lage, termo da vila de São José”, “engenho de pilões, moinho aparelhado, tudo coberto de telha, senzalas, chiqueiros e mais ranchos cobertos de capim com seu quintal com árvores de espinho, tudo murado de pedra, com todos os seus pertences de matos e capoeiras e mais logradouros, e com seu rego de água para o engenho e o moinho”. A propriedade era trabalhada por 16 escravos, que cuidavam de quatro alqueires de milho plantado (= 193.600 m²) e quatro ditos de feijão, um cavalo baio e dois potros. Além disso, a fazenda tinha ainda “seis bois de carros com suas cangas” e “um carro desferrado usado”.¹⁰⁷

O coronel Alvarenga Peixoto tinha na fazenda Engenho dos Pinheiros 150 carros de milho estocados no paiol, avaliados cada um a 1\$200 réis, que totalizavam a quantia de 180\$000 réis, conforme documento da devassa. Na propriedade encontravam-se ainda “casas de engenho e paiol grande”; moinho, tudo coberto de telhas; senzalas cobertas de capim; três bestas muares com suas cangalhas e bruacas, 50 carros de bois, cinco carros desferrados com suas cargas e tiradeiras e 40 cabeças de porcos de terreiro.¹⁰⁸

Na roça da Boa Vista, também de Alvarenga, o fiel depositário deixou-nos indicado, conforme a Tabela 10, sua produção de mantimentos:

TABELA 10
Produção de mantimentos na roça da Boa Vista, de Alvarenga Peixoto,
de 1796 a 1798

Produtos	Anos		
	1796	1797	1798
Milho (carros)	450	505	202
Feijão (alqueires)*	800	624	480
Arroz (alqueires)		113	50
Trigo (alqueires)		7	

Fonte: FBN/CIM, II-31, 31, 5 – Relação dos mantimentos e conta dos rendimentos e despesas das lavras da Boa Vista, 1800 e 1801.

Nota: * “alqueire”, no caso, refere-se à medida de capacidade.¹⁰⁹

¹⁰⁷. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 9, fls. 3-6v – Traslado do seqüestro do vigário Carlos Correia de Toledo.

¹⁰⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 10, fls. 6; 19 – Traslado do seqüestro de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

¹⁰⁹. A questão das unidades de medida representa um dos mais complexos problemas a se resolver ao estudarmos a história econômica no Brasil, particularmente para o período colonial. Na análise da agricultura, por exemplo, enfrentamos dificuldade com a conversão de unidades de medida. Os grãos eram geralmente medidos por unidade de volume e não por unidade de peso. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein elaboraram uma tabela de conversão de alqueires para litros e quilos:

No período, a produção do milho rendeu 1.157 carros. Este valor representou o total destinado ao mercado consumidor. Se utilizarmos o valor de cotação recebido pelo cereal da fazenda Engenho dos Pinheiros (1\$200 réis / carro), concluiremos que o milho colhido na Boa Vista renderia 1:388\$400 réis, em três anos. Os 150 carros da fazenda Engenho corresponderam à produção de 1789. Infelizmente, não possuímos detalhes dos anos posteriores.

Na roça Boa Vista, ao lado da cultura do milho, destacava-se também a do feijão, semeado concomitantemente, apesar das colheitas dos dois cereais ocorrerem em tempos diferentes. Observando de maneira estática os números apresentados pelo fiel depositário, podemos concluir que de um extremo a outro do triênio, a produção do grão diminuiu 40%, sem sabermos os motivos que levaram à queda na produtividade. Passou-se de uma produção de 24.180 kg, em 1796, para 18.860,40 kg, em 1797 e, deste ano para 14.508 kg, em 1798. Os demais produtos também diminuíram seus rendimentos. A questão inicial que se esboça é: o que ocasionou a diminuição da produção agrícola da Boa Vista no ano de 1798?

A roça da Boa Vista, localizada nas proximidades da fazenda Engenho dos Pinheiros, não contou com intempéries que pudessem diminuir drasticamente a produção. Poderíamos atribuir essa diminuição ao desgaste do solo, natural para uma propriedade agrícola, mas as técnicas de manejo e o cuidado com a terra (com o pousio, a rotação de culturas, a drenagem e a fertilização do solo, informações encontradas na documentação) não nos permite afirmar tal fato.

Após limpar e preparar a terra semeava-se o milho e o feijão com as sementes estocadas da colheita anterior. Raimundo José da Cunha Matos, em sua *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, de 1837, anotou que “a sementeira do milho rende ordinariamente acima de 80 por um, e em lugares de mato virgem tem rendido 500 por um, e que a sementeira do feijão rendia 60 por um”.¹¹⁰ O milho produzia seus

TABELA 11
Conversão de alqueires para litros e quilos

Produto	Unidade original	Produto densidade	Em litros	Em quilos
Milho	alqueire	0,8333	36,27	30,225
Feijão	alqueire	0,8333	36,27	30,225
Arroz	alqueire	0,8333	36,27	24,180

Fonte: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de grãos utilizados no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo: FEA/USP, ano VIII, n. 21, mar. 2001. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2008.

¹¹⁰. Apud. CARRARA, Angelo Alves. op. cit., p. 206.

frutos em 150 dias e o feijão em 90.¹¹¹ Assim, também não podemos atribuir as sementeiras à diminuição da produção, pois as produções subseqüentes das roças supririam a demanda pelos grãos.

Encontramos na correspondência trocada entre Macedo e o feitor da propriedade, Lúcio José Monteiro, evidências do que poderia ter ocorrido na roça, no ano de 1798. Após receber os resultados da produção, Macedo enviou instruções ao feitor solicitando que plantasse 10 alqueires de feijão, a fim de aumentar a produção e repor os estoques. A plantação se iniciara em princípios de 1800, no mês de janeiro, coincidindo com o início do período chuvoso na região. Em resposta à missiva de Macedo, o feitor indicou-nos que as providências necessárias ao tratamento do solo estavam sendo tomadas, para garantir o plantio dos 484.000 m². Em determinado trecho da carta, Lúcio indicou que a queda numérica da quantidade de grãos, no ano de 1798, deveu-se a três motivos: “um bocado (...) foi dado, outro vendido, outro furtado”.¹¹²

Os motivos alegados para a queda da produção, em 1798, ou melhor, as razões que levaram Lúcio José Monteiro a apresentar números menores do que realmente deveriam ser, foram explicados por uma parte de o feijão ter sido dado, outra parte vendida e, uma outra, furtada. Mas, será que foi isto o que aconteceu realmente?

De 1797 a 1798, a produção do feijão diminuiu 23,08%, ou seja, passou de 624 alqueires para 480 ou de 18.860,40 kg para 14.508, com diferença de 144 alqueires ou 4.352,40 kg. Será que alguém conseguiria vender ou furtar tal quantidade, passando-se despercebido pela propriedade? Os grãos quando colhidos eram contabilizados, armazenados em sacos e estocados em paióis. Carregar quatro toneladas nos dias de hoje, com toda a tecnologia que dispomos, já se torna complicado, imaginemos há pouco mais de 200 anos. Quantas pessoas seriam necessárias para realizar tal proeza? Quantos animais de cargas ou pessoas seriam mobilizados nessa aventura? Quanto à possibilidade de venda de parte da produção, a justificativa do feitor é até compreensível, mas por que o fiel depositário não justificou na prestação de contas essa possibilidade transacional? Desviar uma parte da produção ou do dinheiro arrecadado com a venda do feijão torna-se até justificável na sociedade do Antigo

¹¹¹. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p. 184.

¹¹². FBN/CC, I-10, 15, 036 nº 016 – Carta de Lúcio José Monteiro a João Rodrigues de Macedo remetendo notícias de sua propriedade e da plantação. s./d.; FBN/CT, I-35, 11, 13 nº 12 – Minuta de João Rodrigues de Macedo a Lúcio José Monteiro sobre a plantação de dez alqueires de feijão. 05/12/1799.

Regime, em que angariar rendimentos referia-se à sobrevivência e à melhoria de *status*, como nos dias de hoje.

Acreditamos que tenha ocorrido sonegação por parte do feitor da propriedade e não diminuição da produção ou erro de cálculo do fiel depositário, já que este trabalhava com os números apresentados pelos administradores das roças e lavras.

Outras propriedades dos inconfidentes também se destacaram pela produção de grãos. Na fazenda da Laje, do coronel Resende Costa, a devassa seqüestrou-lhe uma roça de milho de 20 alqueires e uma roça de feijão de oito alqueires (= 387.200 m²), além de um engenho de fazer farinha, um moinho, um forno de torrar farinha assentado na fornalha, uma oficina de ferreiro, entre outros bens. O feijão era plantado quase sempre no meio das sementeiras do milho ou de outras culturas. O padre Toledo tinha uma fazenda na paragem da Lage, vizinha à fazenda da Ponta do Morro, trabalhada por 16 escravos, com 6 bois, um moinho, um engenho, quatro alqueires de milho plantado e quatro de feijão (= 193.600 m² cada). Aires Gomes não ficava para trás, pois na fazenda Engenho eram cultivados 11 alqueires de feijão (= 532.400 m²).¹¹³

Outro produto que também teve presença na conta dos mantimentos colhidos na roça da Boa Vista, de Alvarenga Peixoto, foi o arroz. Com a produção destacada em dois períodos, 1797 e 1798, o arroz rendeu, no total, 163 alqueires, ou 4.926,675 kg.

A fazenda da Mantiqueira, de uma légua de extensão e propriedade de Aires Gomes, tinha 13 escravos que se revezavam nas culturas do trigo e do arroz. Os trigais compreendiam apenas meio alqueire de terra plantada, equivalente a 24.400 m², e se destinavam ao abastecimento dos animais da fazenda, que eram 60 porcos e dois cavalos, e dos moradores da propriedade, além de seus excedentes serem comercializados no mercado local. A produção de arroz com casca abrangia uma área de 12 alqueires (= 580.800 m²). Na fazenda Acácio, a produção de arroz chegava a 20 alqueires (= 968.000 m²).¹¹⁴

¹¹³. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 14, fls. 1v-3v – Auto de seqüestro feito em bens do coronel José de Resende Costa; ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 9, fl. 5v – Traslado do seqüestro do vigário Carlos Correia de Toledo; IHGB. DL 973.1, fl. 21 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

¹¹⁴. IHGB. DL 973.1, fls. 16v-17; 24v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes”. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791. Na *Sentença...* dos bens de Aires Gomes, encontramos referência a “uma carta de Caetano José da Cunha de 28 de janeiro de 1759, pela qual se constitui devedor de 5 libras de farinha de trigo” [= 2,3 kg]. In: SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 105.

Muitas vezes, o arroz também era plantado no mesmo campo do milho. Possivelmente, devido a isso, não encontramos em nenhum outro seqüestro de bens de inconfidentes residentes na comarca do Rio das Mortes qualquer referência individual à plantação desse cereal; constatamos apenas a presença nos seqüestros de pilões, que tinham múltiplas utilidades, como limpar o arroz e, no caso do milho, preparar a canjica. Nos pilões, também eram preparados o azeite de mamona, indispensável para a iluminação, assim como a paçoca (tanto a feita de carne seca quanto a de amendoim torrado), a massa da mandioca cozida, utilizada na preparação da broa e no beneficiamento do café em pó.

A indicação do arrozal de Alvarenga não faz parte de qualquer citação de documento seqüestrado pela devassa; as únicas referências que temos eram os roçados de Aires Gomes nas fazendas da Mantiqueira e do Acácio, localizadas às margens do Caminho Novo.

Em 1797, pouco antes de receber os seus bens partilhados pela devassa, Maria Inácia de Oliveira, viúva de Aires Gomes, que morrera no ano anterior, apresentou à Fazenda Real as contas dos rendimentos das roças de milho, feijão e arroz existentes nas fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, correspondentes ao período de 1791 a 1796, época em que estas propriedades estavam confiscadas.¹¹⁵

Graças à existência de oito diários, em que se registravam as anotações financeiras dessas quatro propriedades, pode-se vasculhar as produções de milho, feijão e arroz que se praticavam nas paragens da Borda do Campo. Além destas culturas, outras apareceram sem especificação de nome, apenas com a indicação do valor do rendimento, conforme a tabela abaixo.

---

¹¹⁵. Este trecho e os que seguem sobre os rendimentos agrícolas das propriedades de Aires Gomes baseiam-se no estudo de caso que apresentamos em nossa dissertação, no item “Um estudo de caso: as listas dos rendimentos das fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho (1791-1796). In: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 137-143.

TABELA 12

**Rendimentos da fazenda da Borda do Campo, de José Aires Gomes
(2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)**

	1791	1792	1793	1794	1795	1796	Rendimentos (em réis)
Outras Rendas	165\$292	270\$656 ¼	240\$357	290\$798 ½	314\$475	300\$000	1: 581\$578 ¾
Milho	255\$000	190\$975	199\$400	202\$400	198\$900	207\$000	1:253\$675
Feijão	66\$000	55\$000	48\$500	40\$975	43\$640	41\$525	295\$640
Arroz	24\$600	26\$300	19\$575	21\$950	20\$400	19\$740	132\$565
							3:263\$458 ¾

Fonte: IHGB. DL 973.1, fls. 294-294v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

O milho, como se observa, era o principal produto agrícola da fazenda. Em 1791, ano da prisão de José Aires Gomes, como inconfidente, e o de seqüestro de seus bens, foi anotada pela devassa a existência de uma roça de milho de um alqueire e meio, equivalente a 72.600 m² da propriedade. Os seus rendimentos, neste mesmo ano, chegaram a 255\$000 réis, segundo as notas anteriores. Para os demais períodos, não existem relatos das áreas plantadas, nem a quantidade de grãos colhidos.

Quanto aos demais produtos listados, o feijão e o arroz, não aparecem relacionados no seqüestro empreendido na fazenda da Borda do Campo, no ano de 1791. Como já indicamos, muitas vezes, o arroz era plantado no mesmo campo do milho, daí a sua possível ausência no inventário dos bens confiscados. Já a roça do feijão, foi completamente omitida nos ADIM. Com um rendimento de 295\$640 réis, nos dois triênios apresentados, a “roça de feijão” não deveria ser imperceptível ao olhar dos inquiridores.

A lista dos rendimentos das demais propriedades, Mantiqueira, Engenho e Confisco, não apresenta a divisão por culturas plantadas e colhidas em suas receitas. Só existe indicação do rendimento das terras em relação à produção agrícola. O que sabemos (ou o que nos é permitido conjecturar), baseados nos Autos de Seqüestro, praticados nos bens de Aires Gomes, é o seguinte:

TABELA 13

**Rendimentos da fazenda da Mantiqueira, de José Aires Gomes
(2 de junho de 1791 a 12 de abril de 1796)**

1791	1792	1793	1794	1795	1796	Rendimentos Totais (em réis)
243\$232	382\$786	404\$287	461\$692	357\$976	451\$907 ½	2:301\$880 ½

Fonte: IHGB. DL 973.1, fl. 295 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

TABELA 14

**Rendimentos da fazenda do Confisco, de José Aires Gomes
(2 de junho de 1791 a 12 de abril de 1796)**

1791	1792	1793	1794	1795	1796	Rendimentos Totais (em réis)
87\$987	323\$518 ½	247\$521	275\$118 ¾	199\$894	239\$412	1:373\$180 ¼

Fonte: IHGB. DL 973.1, fl. 295v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

Em 1791, a devassa encontrou plantada nas fazendas da Mantiqueira e do Confisco roças de trigo: cada uma tinha semeado meio alqueire (= 24.200 m²). Na primeira fazenda havia plantado ainda 12 alqueires de arroz (= 580.800 m²).

Em ambas as propriedades, como na fazenda da Borda do Campo, existiam ranchos de passageiros e de tropas. Na fazenda da Borda, o rancho de passageiros era grande e de pedra; na da Mantiqueira era “mediano” e composto por varanda, quartos e cavalariças que atendiam aos viandantes. Nas três propriedades, os ranchos de tropas eram grandes e atendiam aos tropeiros que se dirigiam pelo Caminho Novo às áreas minerárias da comarca do Rio das Mortes e às fazendas localizadas na serra da Mantiqueira.

Na fazenda Engenho do Mato de São Sebastião, a devassa encontrou plantadas duas roças de milho (32 alqueires), uma de feijão (11 alqueires), um canavial (1,5 quarta de milho) e uma de arroz (20 alqueires). Ali existiam, ainda, casas de vivenda e sobrados cobertos de telhas, um engenho de moer cana-de-açúcar com bois, moinho, paiol, casas de tropa e monjolo, tudo coberto de telhas, senzala coberta de capim e um alambique. Os rendimentos dessa propriedade, declarados por Maria Inácia, foram os seguintes:

TABELA 15

**Rendimentos da fazenda do Engenho, de José Aires Gomes
(2 de junho de 1793 a 12 de novembro de 1796)**

1791	1792	1793	1794	1795	1796	Rendimentos Totais (em réis)
		97\$412 ½	38\$975	41\$082	41\$075	218\$544 ½

Fonte: IHGB. DL 973.1, fls. 296 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

Pelos números apresentados, percebemos que a propriedade foi sendo “aparentemente” abandonada pela família ao longo dos anos ou os números baixos foram propositais. A produção agrícola dos anos de 1791 e 1792 não foi apresentada na lista de rendimentos elaborada por Maria Inácia de Oliveira.

O total apresentado pelas listagens de rendimentos das quatro fazendas, de 1791 a 1796, foi o seguinte:

TABELA 16

**Rendimentos totais das fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do
Confisco e do Engenho, de José Aires Gomes (1791 a 1796)**

Propriedade	Rendimentos (em réis)
Fazenda da Borda do Campo	3:263\$458 ¾
Fazenda da Mantiqueira	2:301\$880 ½
Fazenda do Confisco	1:373\$180 ¼
Fazenda do Engenho	218\$544 ½
Total Geral	7:157\$064

Fonte: IHGB. DL 973.1, fls. 294-296 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

Além dos rendimentos, apresentaram-se também listagens contendo as despesas de custeio que cada uma daquelas fazendas teve nos anos de 1791 a 1796. Os números apresentados, a seguir, foram anotados a partir dos oito diários. Somente no primeiro se percebe o quanto cada uma das propriedades gastou com a sua manutenção. Os dados coligidos do segundo até o oitavo cadernos foram anotados como se fossem um único.

No diário nº 1, os dados respectivos às fazendas da Borda do Campo, Mantiqueira, Calheiros e Engenho foram os seguintes:

TABELA 17

Diário nº 1
Fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, de
José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)

Propriedade	Despesas (em réis)
Fazenda da Borda do Campo	1:840\$616
Fazenda da Mantiqueira	733\$080
Fazenda Confisco	153\$453
Fazenda Engenho	166\$547 ½
Outras despesas de custeio	260\$303 ¼

Fonte: IHGB. DL 973.1, fl. 297 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

TABELA 18

Diários nº 2 ao 8
Fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, de
José Aires Gomes (2 de junho de 1791 a 12 de novembro de 1796)

Borrador	Despesas (em réis)
Nº 2	637\$051 ¼
Nº 3	660\$095 ¾
Nº 4	487\$105 ¼
Nº 5	179\$258 ¼
Nº 6	313\$083 ¾
Nº 7	411\$231 ½
Nº 8	1:736\$547 ½

Fonte: IHGB. DL 973.1, fls. 297-297v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

O valor total das despesas expressas nos diários foi de 7:578\$373 réis, o que equivale dizer que esta quantia foi maior do que a registrada nos créditos (7:157\$064 réis). A diferença entre ambos, ou seja, o déficit, foi de 421\$309 réis. Por que as despesas de custeio do diário nº 8 são tão discrepantes em relação aos demais livros? Como compreender que a fazenda do Engenho, com roças diversas, engenho e alambiques, rendeu somente 218\$544 ½ réis, entre 1791 e 1796, e teve prejuízos, no mesmo período, quantificados na ordem de 166\$547 ½ réis (dados extraídos somente do diário nº 1)?

3.

A pecuária

A riqueza em uma propriedade não se media somente em terras, benfeitorias e produções agrícolas, mas, também, em número de cabeças de gado e de escravos.

Os inconfidentes residentes na comarca do Rio das Mortes tiveram os seguintes animais seqüestrados:

TABELA 19
Animais seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

Animais	Carlos Correia de Toledo	Luís Vaz de Toledo Piza	Francisco A. Oliveira Lopes	José Aires Gomes	Manuel Rodrigues da Costa	Inácio J. Alvarenga Peixoto	José de Resende Costa
Gado vacum (bois e vacas)	6		320	41		50	73
Gado caprino (cabras)				15			
Gado cavalari (cavalos, potros e éguas)	4		9	88			8
Gado muar (mulas, bestas e burros)	1		1	51		3	5
Gado suíno (porcos)			40	153		40	78
Gado ovino (ovelhas e carneiros)			60	30			30
Total de animais	11	-	430	378	-	93	194

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

O tenente-coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes teve verificado pela devassa duas fazendas. A primeira foi a da Ponta do Morro que tinha casas de vivenda, paiol, senzalas e oficinas cobertas de telha, engenho de cana que moía com bois, terreiro cercado com pedras, 47 escravos e os seguintes animais: 2 cavalos, 16 bois de carro, 4 vacas com cria e uma besta. A produção agrícola de destaque dessa propriedade era a cana-de-açúcar.

A segunda fazenda de Francisco Antônio que teve bens seqüestrados foi a localizada no arraial da Laje. A propriedade era composta de “casas térreas e engenho de pilões de socar farinha, paiol com seu moinho aparelhado com dois pilões, tudo coberto de telhas, e mais senzalas cobertas de capim, murado o terreiro com pedra (...) e mais logradouros e águas para o engenho e moinho”. Lá, existiam 4 éguas, 2 potras, 60 ovelhas, 300 cabeças de gado vacum, um cavalo e 40 porcos de terreiro.¹¹⁶

Em 1794, quando o patrimônio de Francisco Antônio foi partilhado em favor de sua esposa, por ser casada em comunhão de bens, a contagens dos animais foi alterada. No Auto de Partilha, no item correspondente à descrição e avaliação dos animais, existe anotado exclusivamente “trinta e oito porcos – quinze mil e trezentos réis”, como os únicos animais pertencentes ao patrimônio da família e que tiveram que ser meados pela devassa. Quanto aos demais quadrúpedes, não há qualquer menção a eles.¹¹⁷ Hipólita Jacinta conseguiu permanecer com bens que não foram alvo do seqüestro final.

Na prestação das contas apresentadas pelo capitão Pedro Joaquim de Melo, fiel depositário dos bens de Francisco Antônio, consta a anotação de “dezesseis bois de carro”, sendo que “cinco [destes animais] morreram de velhos, e onze foram vendidos”.¹¹⁸ Apesar deste apontamento no documento judicial, não há referência aos valores transacionais das vendas. Quanto aos animais desaparecidos da partilha, alguns deles aparecem aí listados. No texto, as únicas informações escritas pelo fiel depositário em que não constam débitos ou créditos na dita prestação são as operações que envolvem as éguas, as ovelhas, os porcos e os bois de carro. Todo o restante ou quaisquer que sejam as transações de bens estão descritas com seus respectivos aumentos e decréscimos. Eis o trecho dos animais:

Das quatro vacas do seqüestro da Ponta do Morro, nasceram três bezerros, que se mataram, para sustento dos escravos enfermos --- //

As éguas não tiveram sucessão ----- //

Nas ovelhas não ouve aumento por morrerem muitas ----- //

Nos porcos também não ouve aumento, e alguns leitões que havia não se lhe tem valor ----- //

¹¹⁹

¹¹⁶. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fls. 8v; 10v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

¹¹⁷. IHGB. DL. 101.2, fl. 20 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda (1790).

¹¹⁸. IHGB. DL 3.4, fl. 5 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

¹¹⁹. Ibidem, fl. 5.

Na prestação de contas, as informações sobre o rendimento do gado vacum na fazenda da Laje foram:

TABELA 20
Rendimento do gado vacum pertencente ao seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1793-1795 / 1801-1802)

Animais vendidos	Data	Receita (em réis)	Observações
45	julho de 1793	138\$000	
32	outubro de 1794	84\$000	
40	agosto de 1795	108\$000	
89	outubro de 1801	244\$200	
8	outubro de 1802	14\$400	“quatro vacas e quatro crias seqüestradas na fazenda da Ponta do Morro, por velhas e não levarem descaminhos se venderam”
11	outubro de 1802	52\$800	“onze bois de carro por velhos, e não estarem capazes do trabalho”
Total		641\$400	

Fonte: IHGB. DL 3.4, fl. 4v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

A informação de que “quatro vacas e quatro crias seqüestradas na fazenda da Ponta do Morro, por velhas e não levarem descaminhos se venderam” é sugestiva. A palavra “descaminho”, constante no documento, dá-nos a entender que algum gado vacum foi extraviado e não apareceu relacionado na listagem dos animais da Ponta do Morro, durante os trâmites judiciais de elaboração dos seqüestros. É mais fácil sonegar bens que se movem, pois são facilmente escondidos, do que patrimônio físico.

O mais impressionante não são os indícios de que houve irregularidades no processo de seqüestro e na meaça dos bens divisos do inconfidente, mas, sim, a própria estrutura de rearranjo montada para que os bens fossem avaliados em conjunto e por preços mais baixos do que a prática corrente no mercado. Vejamos:

Tenente Manuel José de Souza Caldas, Tabelião do Primeiro Ofício desta vila de São José e seu termo, (...) certifico e faço certo aos que esta minha certidão virem que por consentimento do atual escrivão das execuções José Antônio Ribeiro de Miranda, e por ele dito me foram apresentados (...) um Auto de Arrematação de todos os bens móveis e semoventes que são os seguintes: trezentas cabeças de gado vacum entre grandes e pequenos // mais quatro éguas // mais duas potras // mais sessenta cabeças de ovelhas // mais quarenta cabeças de porcos de terreiros // mais doze colheres // doze garfos // doze facas de cabo de prata // mais um escravo... [descrevem-se ao todo 26 escravos], e por conclusão foram rematados os referidos bens acima mencionados em praça do dia dez do mês de junho do

ano de mil e setecentos e noventa e seis por preço e quantia de dois contos trezentos sessenta e dois e quatrocentos reis.¹²⁰

No Auto de Arrematação de alguns dos bens seqüestrados ao tenente-coronel Francisco Antônio, os animais reapareceram para “encorpar” o montante de bens a ser vendido em leilão público pela Real Fazenda: 406 animais (300 gado vacum, 4 éguas, 2 potros, 60 ovelhas e 40 porcos – os mesmos seqüestrados pela devassa na fazenda da Laje), 36 peças de utilidades domésticas (garfos, facas e colheres, uma dúzia de cada) e 26 escravos. Tudo arrematado pela quantia de 2:362\$400 réis, pelo tenente-coronel José Francisco de Carvalho, em nome de sua sobrinha Hipólita Jacinta.¹²¹

Por não possuímos as avaliações individualizadas de cada bem utilizaremos, de forma aleatória, os itens citados, em termos de preço daqueles animais.

No inventário de Manuel Coelho da Costa, datado de 1796, morador no Barro Vermelho do Capivari, em Carrancas, termo da vila de São João del Rei, existe a indicação que 40 porcos de terreiro foram avaliados em 12\$000 réis, “uma vaca com dois garrotes” a 5\$000 réis e “oito bois de carro” a 25\$600 réis.¹²² Já, no de João Alves Correia, de 1795, residente na fazenda Ribeirão das Almas da Aplicação de São Tiago, do termo da vila de São José, 300 porcos de terreiro valiam 45\$000 réis, 30 “cabeças de gado vacum” foram orçados em 72\$000 réis e 16 bois de carro a 76\$800 réis.¹²³ Se realizarmos o cálculo das 300 cabeças de gado vacum, de Francisco Antônio, pelo menor preço desta avaliação – média de 2\$400 réis –, chegamos ao valor de 720\$000 réis, ou pouco mais de 30,47% do total daquela transação. Estes valores, obtidos apenas pela multiplicação da média do preço de vacas, não incluem bois de carros que também faziam parte do plantel do gado vacum seqüestrado ao inconfidente. No último inventário, cada boi de carro foi avaliado em 4\$800 réis, o dobro do valor de uma vaca; no primeiro inventário, cada boi de carro valia 3\$200 réis, conforme escrito no documento. De qualquer maneira, os valores referentes ao gado vacum seriam maiores de 30% do montante arrematado no leilão pelo tio de dona Hipólita Jacinto, o que nos ajuda a explicar o baixo preço daquela avaliação.

Para endossar esta afirmação, valem as palavras do sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, escritas ao ouvidor Manitti, na devassa da Inconfidência, ao denunciar que “muito gado vacum, dentre bois e vacas, éguas e potros [, além de

¹²⁰. Ibidem, fls. 154v-156.

¹²¹. Ibidem, fl. 157.

¹²². AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 69 – Inventário de Manoel Coelho da Costa. Carrancas, 1796.

¹²³. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 579 – Inventário de João Alves Correa. Ribeirão das Almas e Aplicação de São Tiago, 1795.

bois de carro, estavam] ocultos nas fazendas da Lage, Gales e Ponta do Morro, e em casas de Pedro Joaquim de Melo e do tenente Antônio Gonçalves”.¹²⁴

Na fazenda da Borda do Campo, de Aires Gomes, a devassa anotou que lá existiam 2 cavalos, um primeiro utilizado para percorrer jornadas e, um segundo, empregado como “pastor de éguas”, 36 bois de carro, 126 gado vacum, 17 potros machos, 55 éguas, 2 burros, 25 porcos, 18 bestas muares e 11 crias fêmeas. No sítio Quilombo, também deste inconfidente, seqüestrou-se uma tropa aparelhada com “28 bestas arreadas, com suas cangalhas e mais preparos” e outras 3 bestas de sela, além de um cavalo andador e 8 porcos. Na fazenda da Mantiqueira, onde tinha plantado 12 alqueires de arroz e uma seara de trigo que levava por volta de meio alqueire, só encontramos referência a 60 cabeças de porcos e 2 cavalos, um “baio já maduro” e outro “muito velho”. Ao lado da produção agrícola, a herdade possuía ainda uma tenda de ferreiro que, dos 13 escravos seqüestrados da propriedade, três tinham a especificação de oficiais e outro com a insigne de “aleijado da mão esquerda” que, possivelmente, decorreu de suas atividades na ferraria.¹²⁵

Na fazenda Engenho dos Pinheiros, ainda propriedade de Aires Gomes, achava-se, ao lado das atividades agrícolas, a criação de animais: 20 porcos, 15 cabras e 30 ovelhas. Na fazenda Calheiros, composta de casas de vivenda cobertas de telhas, com as portas e janelas com batentes, uma varanda aberta que serve de rancho de tropas, matos virgens, capoeiras e um pequeno pomar de árvores de espinho, criavam-se cinco cabeças de gado, sendo três garrotes e dois novilhos. Nas três léguas de terras de cultura da fazenda Passa Três encontramos apenas 40 porcos e 2 escravos.¹²⁶

No século XVIII, o termo da vila de Pitangui constituiu-se em um importante pólo da pecuária regional no interior da capitania de Minas Gerais.¹²⁷ Em sua maioria, as propriedades eram de criação de gado vacum e cavalar. Por ser área em constante expansão da cultura pecuarista, atraía os interesses das pessoas que tivessem dinheiro para investir na região e que buscassem dividendos não imediatos. Esse foi o caso, talvez, da sociedade firmada, em 24 de março de 1791, entre Aires Gomes e Mateus da Costa Cardoso, referente ao “estabelecimento de uma casa de negócio de

¹²⁴. IHGB. DL 3.4, fls. 44-44v; 78v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

¹²⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 13, fls. 13v; 19; 19v – Auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

¹²⁶. Ibidem, fls. 24v; 25v; 26v.

¹²⁷. Esta parte, de maneira resumida, baseia-se em: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 149-151.

cargas de molhados, (...) com venda de varejar”. A “lista das carregações” dos gêneros comprados para ali serem comercializados somava a quantia de 879\$549 réis.¹²⁸

A data da associação entre ambos é significativa. A prisão tardia de José Aires Gomes como implicado na Conjuração Mineira ocorreu em 18 de maio de 1791, portanto, pouco mais de dois meses após a concretização do negócio firmado entre Aires Gomes e Mateus da Costa Cardoso. Será que Aires Gomes esperava realmente ser preso como cúmplice dos inconfidentes que já estavam encarcerados e sendo interrogados no Rio de Janeiro? Como sócio de Macedo, por ser seu fiador nos contratos de dízimos, esperava que o mesmo que aconteceu ao seu “amigo e compadre”, acontecesse com ele, ou seja, que saísse impune à devassa? Sua prisão se deveu ao fato de que as primeiras notícias sobre a sua participação vieram no depoimento de Alvarenga Peixoto, feito no Rio de Janeiro. Só mais tarde, a devassa fluminense começou a estender a malha sobre os implicados restantes e que apareciam, circunstancialmente, nos depoimentos. Aires Gomes apareceu citado, em junho de 1789, em discretas referências das testemunhas, depois réus, padre Manuel Rodrigues da Costa, padre José Lopes de Oliveira e Francisco Antônio, na devassa aberta em Minas Gerais, que tinha menos fôlego do que a aberta no Rio de Janeiro. Sendo assim, retomando a questão, será que se a devassa ficasse circunscrita ao território mineiro, ou melhor, ao poder das autoridades governantes de Minas Gerais, entenda-se o visconde de Barbacena, Aires Gomes poderia sair ileso? Pouco antes de ser preso, ao se tornar sócio de uma venda de molhados – produtos comestíveis –, tinha idéia realmente do que se passava ao seu redor?

Com relação à vila de Pitangui, vale lembrar que era área que mantinha contatos com diversas regiões da capitania, onde a atuação de tropeiros e o seu movimentado registro, por onde passava principalmente gado vacum, peixe seco, carne seca e potros, gerava lucrativo comércio, destinado ao abastecimento local e aos mercados de outras capitanias da América portuguesa, como São Paulo e Bahia.¹²⁹ Dos empreendimentos voltados para o mercado interno, a pecuária foi um dos mais rentáveis. Ao instalar uma venda em Pitangui, grande área pecuarista, os seus proprietários queriam arrebatar parte dos dividendos auferidos pelos tropeiros e pelos comerciantes que se dirigiam àquelas paragens. Além do comércio de “molhados” ser forte fonte de renda naquela região, Pitangui também se destacava pela exploração mineratória do ouro e pela venda de mantimentos.

¹²⁸. SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 109-110.

¹²⁹. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes...* op. cit., p. 88; 104.

Em 1789, no momento em que vários inconfidentes estavam sendo presos pela devassa, José Aires Gomes envolveu na transação de 302 cargas de “molhados” comprados no Rio de Janeiro para serem vendidos em Minas Gerais. No Auto de Penhora, promovido pela Real Fazenda, de 15 de julho de 1793, para quitar débitos que ele tinha de 312\$174 réis, referentes às “entradas e dízimos do tempo em que por sua conta se administraram” os negócios de João Rodrigues de Macedo no Caminho Novo, encontramos o “requerimento de conta de meu senhor, o coronel José Aires Gomes, [de] trezentas e duas cargas de molhados, de que deve duzentos e vinte e seis mil e quinhentos réis, [que se] pagará a Real Fazenda, quando se lhe pedir; sem dúvida, obrigo meus bens. Caminho Novo, 12 de junho de 1789. // [Assinado com cruz] Antônio + Francisco”. Deste valor, o Fisco recebeu 34\$326 réis, pagos em 13 de outubro de 1790, restando ainda o débito de 192\$174 a ser quitado por Antônio Francisco.¹³⁰

Os dados apresentados até agora, nos possibilita evidenciar que Aires Gomes não esperava ser preso como participante da Inconfidência. Os múltiplos negócios em que se envolveu, a aquisição constante de terras nas paragens da Borda do Campo e a diversificação da produção de gêneros alimentícios em suas propriedades, voltadas para o abastecimento de áreas internas e externas da capitania, permitiram-nos incluí-lo entre os grandes proprietários de terras e negociantes de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Posição em que inserimos, também, outros três inconfidentes: José de Resende Costa, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e Alvarenga Peixoto. Todos esses homens tinham alguns traços comuns: mantiveram a antiga estratégia de domínio territorial de seus parentes, posicionando suas propriedades nas principais rotas de trânsito dentro da capitania, principalmente à beira do Caminho Novo, e diversificaram sua produção agrícola, disponibilizando-a ao comércio e às áreas ligadas ao abastecimento do mercado.

A presença de animais de tiro, como mulas, bestas, burros, potros, éguas e cavalos (indicados na Tabela 19), revela que as unidades produtivas dos inconfidentes reuniam a criação de animais, o transporte e a venda de alimentos no mercado. A existência do gado muar nos seqüestros sugere a formação de tropas e, assim, a

¹³⁰. CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P5, fl. 17 – Auto de Penhora. Este valor é o mesmo encontrado na listagem dos devedores de direitos de entradas cobrados no registro do Caminho Novo, no ano de 1789. Das 20 pessoas indicadas, somente José Aires Gomes não havia quitado a sua obrigação em 14 de junho de 1792 – ano em que se contabilizou e se acertou o pagamento da lista. O seu caixeiro, segundo consta das informações transcritas acima, devia pagar 192\$174 réis, o segundo maior valor arrecadado no mês de junho de 1789 e o quinto do total descrito. A maior quantia cobrada foi a paga pelo coronel Luís Cardoso Fontes, também no mês de junho de 1789, no valor de 435\$000. Conferir: APM/CC, cx. 523, pl. 20029, doc. 5 – Relação dos créditos dos direitos de entradas.

relação com mercados mais distantes.¹³¹ As informações sobre a produção dos gêneros alimentícios comercializados – açúcar, milho, arroz, feijão etc. –, nos chegaram graças aos fieis depositários e as suas anotações incorporadas aos Autos originais de Seqüestro. Por apresentarem as prestações de contas das propriedades por eles supervisionadas, descobrimos o lado agrícola das unidades produtivas seqüestradas e que se voltava tanto para o abastecimento interno quanto para o mercado constituído pela sociedade mineira. A fazenda Engenho dos Pinheiros, na Campanha do Rio Verde, de Alvarenga Peixoto, com 162 km², titulada com sesmaria, destacava-se, como vimos, pela produção de aguardente, milho e criação de animais. Nas fazendas da Borda do Campo e Engenho de São Sebastião, ambas de Aires Gomes, seqüestraram-lhe vários utensílios e instrumentos do universo agro-pastoril, a produção agrícola estocada nos paióis e uma tenda de ferreiro. As condições de colheita, o destino das produções e a força de trabalho dominante naquelas propriedades só foram conhecidos porque analisamos os seqüestros originais.

A reconstituição desse patrimônio sedicioso iniciou-se pela análise da posse da terra. Verificamos, com base nos Autos de Seqüestro e em documentos correlatos, o perfil concentrador empreendido pelos inconfidentes e por suas famílias na aquisição de bens de raiz nas regiões onde moravam, uma vez que ter terra significava poder, embora consegui-la fosse prova de prestígio, pois o mecanismo de doação da sesmaria era acionado por laços políticos, familiares e clientelísticos. A concentração de terra tinha por base não somente a expansão de seus domínios territoriais, mas era utilizada como instrumento fundamental para sustentar o seu poder de mando local e calçar seu prestígio. É assim que personagens como o padre Carlos Correia de Toledo, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, Alvarenga Peixoto e José de Resende Costa inseriam-se na sociedade colonial.

Observamos, também, que as famílias dos conjurados não ficaram na pobreza, após a realização dos seqüestros de “alguns” de seus bens pela devassa. Mesmo passando por sucessivos processos de apreensão de bens e arrematações em praça pública, as mulheres dos inconfidentes, juntamente com seus filhos e parentes, continuaram a receber terras e a readquirir os seus bens seqüestrados pela devassa. Em todas as oportunidades, as famílias conseguiram manter suas principais propriedades, comprovando que o processo de seqüestro pouco afetou seus destinos e angariou lucros para a coroa portuguesa. Estes assuntos continuam a ser debatidos no próximo capítulo.

---

¹³¹. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005, p. 117, 112.

Capítulo III

A mineração e a escravidão nas propriedades inconfidentes

1.

A mineração nas propriedades inconfidentes

Muito já se escreveu sobre a importância fundamental da mineração nas relações entre metrópole e colônia desde finais do século XVII, com a descoberta do ouro de aluvião nas cercanias de Vila Rica, Sabará, Mariana e Caeté, provocando a migração de homens brancos e livres de todas as partes do Império português.¹ O que pretendemos neste item é discutir as técnicas de exploração do ouro adotadas pelos sediciosos mineiros em suas propriedades, baseando-se nos utensílios, nos instrumentos das forjas e nos aparelhos que lhes foram seqüestrados pela devassa. Na última parte deste item analisaremos os rendimentos auferidos das lavras de Alvarenga Peixoto, com a finalidade de descobrirmos se o seqüestro daquelas áreas de produção mineral abalou a riqueza da família desse inconfidente.

Cabe a ressalva de que lidamos com personagens atípicos do contexto mineiro, por serem proprietários de um grande número de escravos, terras agriculturáveis e de exploração de serviço mineral. Reconstituir suas trajetórias é tarefa árdua e complexa, pois os ADIM pouco avançam em questões referentes às técnicas e aos trabalhos praticados em suas propriedades minerais, uma vez que era intenção dos mineiros e, também, da coroa portuguesa, antes centralizar suas atenções na contabilização dos resultados auferidos do que deixar marcas do dia-a-dia concernentes aos métodos extrativos do metal aurífero. Graças às anotações dos fiéis depositários, constantes nos Autos de Seqüestro, é possível vasculhar esse

---

¹. Existem vários estudos sobre a história e a mineração na América portuguesa e nas Minas Gerais do século XVIII. Entre os coevos, destacamos: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Prefácio de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. 2 v.. Mais recentemente, FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. Júlio Castañón Guimarães. Estudos críticos de João Henrique Grossi Sad, Juvenil Félix, Friedrich E. Renger e Ronald Fleischer. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998; CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-1905. 3 v.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). op. cit., p. 259-310; 418; BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair de Lacerda. São Paulo: Nacional, 1963; REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; PAULA, João Antonio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 279-301.

universo produtivo e os rendimentos de algumas das lavras pertencentes aos inconfidentes em momentos distintos dos trâmites judiciais.

Nos seqüestros, localizamos os seguintes utensílios, aparelhos de exploração mineral e ferramentas da forja de ferreiro:

TABELA 21
Utensílios, aparelhos e instrumentos de ferraria seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

	Carlos Correia de Toledo	Luís Vaz de Toledo Piza	Francisco A. Oliveira Lopes	José Aires Gomes	Manuel Rodrigues da Costa	Inácio J. Alvarenga Peixoto	José de Resende Costa
<i>Utensílios</i>							
Almocafre	4	3					
Enxada*	12	9				34	
Cavadeira	4					75	
Alavanca	6	3				13	
“crivo e prato de latão de limpar ouro”				1			
<i>Aparelhos</i>							
Bomba de broquear	1			1			
Roda		1					
Rosário		1					
Balança (“pesar ouro”)*							1
<i>Tenda de ferreiro</i>							
Bigorna	1		1	2			1
Fole	1		**	**			
Martelo	1		2	1			1
Tenaz	2		3	4			1
Torno	1		1	2			
Grosa / Lima	2			4			
Malho	2			2			
Torquês							1
Talhadeira				1			
Total de instrumentos	37	17	7	18	-	122	5

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Notas:

- 1-) os números dos itens escritos com * indicam somente aqueles relacionados diretamente à produção mineral, excetuando-se os ligados à agricultura e ao comércio. Na documentação é perceptível esta divisão;
- 2-) ** = nos seqüestros de Francisco Antônio de Oliveira Lopes e de José Aires Gomes não há indicação numérica da quantidade de foles apreendidos, apenas a inscrição “uns foles”.

Na natureza, as jazidas apresentam-se em depósitos de aluvião, onde o ouro é encontrado nos leitos e margens dos rios em partículas soltas, junto com cascalho de

quartzo, areia e terra; e em filões, onde o metal precioso aparece em veios disseminados em quartzo ou em outras rochas auríferas. Em ambos os casos desse tipo de mineração, as explorações eram a céu aberto, usando-se métodos semelhantes – serviços de rio e de tabuleiro, e sistema de catas. A mineração subterrânea era raramente utilizada, por exigir tecnologia mais complexa.²

No caso de exploração dos rios, a jazida de onde se extrai o ouro (a lavra) era feita em três lugares: a *grupiaras*, *guapiaras* ou *gupiaras*, depósitos de cascalho no interior e nas encostas dos morros; os *veios*, “aluviões que formam o leito propriamente dito dos rios”; e os *tabuleiros*, depósitos que ocupam as margens dos rios, “em um nível ligeiramente superior as do depósito precedente”.³

A extração do ouro de grupiara acontecia da seguinte maneira: primeiramente a vegetação era limpa, deixando-se descoberto o cascalho aurífero; cavavam-se valas (os regos) de uma légua de extensão por onde parte da água do rio era desviada, deixando-a cair no solo para revolver a terra e carregar o cascalho por um canal ao pé do morro, enquanto as partes que continham ouro, mais pesadas, ficavam nas valas. À medida que sucessivas correntes de água passavam por todas as valas, estas se aprofundavam, desmontando as extremidades superiores das margens.⁴

O uso da água para a lavagem do minério nas montanhas era indispensável. Muitas vezes era preciso buscá-la em lugares distantes, por meio de canais que se estendiam pelas regiões superiores da serra, exigindo dos construtores habilidade e precisão. Alguns desses canais tinham léguas de comprimento, em consequência da necessidade de captação de água em quantidade suficiente para seus trabalhos.⁵

Alvarenga Peixoto, por exemplo, pouco menos de dois meses após o final de sua magistratura no ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, empreendeu atividades agrícolas e minerárias na região de São Gonçalo.⁶ Sua história, como minerador, iniciou-se em 21 de junho de 1780, quando o governador dom Rodrigo José de Meneses assinou Portaria dando-lhe posse das águas dos ribeirões de São

². SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina, MG. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2006, p. 2. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/seminários/seminário_diamantina/2006/D06A018.pdf>. Sobre o tema, conferir, também, o interessante capítulo “Explorações do ouro nas Minas Gerais”, de: REIS, Flávia Maria da Mata. op. cit., p. 81-167.

³. FERRAND, Paul. op. cit., p. 97; REIS, Flávia Maria da Mata. op. cit., p. 98-99.

⁴. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. op. cit., v. 1, p. 173.

⁵. FERRAND, Paul. op. cit., p. 108.

⁶. Alvarenga Peixoto deixou o cargo de ouvidor em 22 de abril de 1780, quando deu posse ao doutor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo no lugar de ouvidor, corregedor e provedor dos defuntos e ausentes da comarca do Rio das Mortes. Conferir: BMBCA/ACMSJDR, ACOR 06, fls. 131-132.

Vicente e Piranga, do distrito de São Gonçalo da Campanha do Rio Verde, na comarca do Rio das Mortes, por lá existirem terras minerais que “prometem avultadas conveniências se forem abertas e lavradas com a devida regularidade, e método por pessoas inteligentes, e de avultada fábrica”.⁷

No documento, dom Rodrigo explicou-nos a doação daquelas águas minerais:

... e naquele referido Distrito de São Gonçalo se ache com avultadas terras, escravos e fábricas de minerar do Doutor Inácio José de Alvarenga as quais prometem avultadas conveniências que as deixa de perceber pela total falta de águas por cujos motivos, e pelos da boa razão, e justiça; Ordeno ao Guarda-Mor do Distrito que logo que esta minha Portaria lhe for apresentada passe aos referidos distritos, com seu Escrivão e algumas pessoas dignas de fé que a minha ordem as fará ir com as quais examinará todos aqueles ribeiros, e achando sem uso as águas as conceda por Provisão ao dito Doutor Inácio José de Alvarenga na forma do estilo sem atenção a qualquer gênero de oposição, embargo, ou outro algum pretexto judicial, ou extrajudicial, por dever prevalecer em tudo, e por tudo esta minha determinação por ser conforme as terminantes por Sua Majestade que faculta semelhantes mercês sem prejuízo de seu Régio Patrimônio, e senhorial domínio; ao que devo atender. Vila Rica a 21 de junho de 1780, Dom Rodrigo José de Menezes.⁸

A data da doação é sugestiva: 21 de junho de 1780 – foi neste mesmo dia que o governador dom Rodrigo assinou Despacho favorável autorizando Alvarenga Peixoto a levantar um novo engenho de cana em sua fazenda da Boa Vista, conforme mostrado no item em que estudamos as práticas agrícolas nas propriedades inconfidentes.

Para lavar essas terras, Alvarenga empreendeu obras de infra-estrutura na região para conduzir as águas do ribeirão de São Vicente para as minas do Ouro Fala, São Gonçalo Velho, Boa Vista e Baú. Como aquelas terras necessitavam de água para serem exploradas, não poupou esforços na construção do canal da Boa Vista, de 70 km de extensão ou pouco mais de 11 léguas, através de densas matas, contornando rochedos “por meio de aquedutos formados por bicas de tábuas, sustentados por vergalhões de ferro cravados na rocha, sendo que desses aquedutos o mais considerável é o do Moinho Velho, cuja extensão é de 400 metros com uma altura de vinte acima do nível do solo”.⁹

A canalização das águas de um rio despendia dinheiro, tempo e trabalho escravo, o que dificilmente poderia ser feito por mineiros sem condições financeiras condizentes com a realidade de exploração do metal precioso em quantidade

⁷. APM/SC, cód. 228, fl. 22.

⁸. Ibidem, fl. 22.

⁹. REZENDE, Roberto Leonel de. op. cit., p. 23.

considerável. Caso fosse necessário o aumento do volume das águas construía-se, nas proximidades do local onde se empreendia a mineração, um reservatório para armazenar água das chuvas e de diferentes pontos das montanhas. No ribeirão Piranga, Alvarenga construiu o açude Mãe d'Água, sendo seu esgoto guiado por canal para as lavras do Baú.¹⁰

Para escavar as montanhas e cortar as rochas eram usados utensílios como alavancas, enxadas e cavadeiras. A presença desses utensílios no seqüestro de Alvarenga Peixoto (Tabela 21) fez-nos acreditar que a grupiara era a prática dominante de extração do ouro em suas lavras. Nas dos irmãos Toledo, padre Carlos Correia e sargento-mor Luís Vaz, o almocafre (enxada estreita e pontiaguda com a sua folha de escavar dobrada em ângulo reto) revelava que os mineradores utilizavam métodos de exploração de depósitos de ouro abaixo do nível das águas correntes, permitindo revirar o cascalho aurífero ou retirar o sedimento depositado entre grandes blocos de pedra. Este método era chamado de cata (escavação) e adotado quando a massa rochosa, que se tem de desmontar, é friável. Escava-se, para este fim, de acordo com o barão de Eschwege, “um poço circular, tanto mais largo na superfície quanto mais profundo for, de modo a ter sempre a forma de funil e apresentar espécies de banquetes”, por onde os negros, “transportando o material de desmonte” das rochas em carumbés (vasilhas de madeira), feitos pelo almocafre, sobem um caminho em espiral. A profundidade do poço era determinada pelo nível das águas. Em razão das infiltrações, o trecho do rio desviado mantinha-se continuamente lamacento e o esgotamento das águas se fazia, a princípio, por meio dos próprios homens ou pelo emprego de um rosário.¹¹

O rosário, também chamado de “roda” ou “bomba”, era utilizado para elevar água de poço ou cisterna, diminuindo sua infiltração. Este aparelho era composto por duas partes: uma roda hidráulica e uma seqüência de chapas ou caixões de madeira por onde se extraía a água do poço, chamados de rosários. Estes caixões eram presos por uma corrente em uma roda pequena dentada que transmitia o movimento de rotação da roda hidráulica para o rosário, por intermédio de um eixo horizontal de madeira, fazendo com que o mecanismo fosse acionado e as chapas ou caixões do aparelho descessem até a cata infiltrada, capturando a água e subindo-a para ser represada em outro lugar.¹²

---

¹⁰. Ibidem, p. 23.

¹¹. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. op. cit., v. 1, p. 176; 168.

¹². REIS, Flávia Maria da Mata. op. cit., p. 157-158.

Fonte: IEB/USP. Coleção Almeida Prado – Modo como se extrai o ouro no Rio das velhas, e nas mais partes que á Rios. ca. 1780. Reprodução; 12,5 x 9 cm em papel. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 199.

Figura 22 – Rosário usado no esgotamento da água infiltrada na lavra

Na figura, observamos uma roda d'água que aciona um rosário para tirar a água da cata no nível do rio e os escravos que apanham o cascalho aurífero para ser lavado na canoa.¹³

Como em um projeto de canalização de um córrego, a construção de rosários ajudava a solucionar problemas de infiltração de água nas lavras, mas, também, criava certa diferenciação entre os mineiros, pois, somente os mais abastados tinham condições financeiras e de pessoal de construí-los em suas áreas minerais. O mineralogista José Vieira Couto informou-nos em sua *Memória histórica da capitania de Minas Gerais* que o assentamento ou a mudança de uma dessas máquinas hidráulicas, de um lugar para outro exigia o serviço de “cinquenta e mais escravos” na cata. Para ele, “em lugar desta máquina, acho muito mais cômodo o uso de bombas, que são muito maneiras e praticadas em semelhantes casos e, à proporção da água que há para se esgotar, pode-se aumentar ou diminuir o número delas; uma roda pode tocar dez ou vinte e muito mais bombas por banda”.¹⁴

¹³. Ibidem, p. 158-159; GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 199.

¹⁴. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 63.

É estranho que nenhuma roda, bomba ou rosário tenha sido seqüestrado a Alvarenga Peixoto, apesar de recursos hidráulicos serem referenciados nas correspondências entre feitores das lavras e Macedo, nos anos em que este esteve à frente dos negócios do inconfidente e de Bárbara Eliodora.

No seqüestro do padre Toledo sua “bomba de broquear” foi avaliada em 600 réis, o dobro do preço de um almocafre ou de um martelo apreendido entre seus bens.¹⁵ Entre os pertences de seu irmão Luís Vaz, a devassa listou “uma roda, com caixão e eixo, sem valor, por estar tudo danificado” e “um rosário, e mais ferragens pertencentes à mesma roda”, avaliado em 160\$000 réis.¹⁶ No seqüestro de Aires Gomes, “uma bomba de ferro” foi avaliada em 600\$000 réis.¹⁷

Outro objeto significativo do universo exploratório do ouro, em Minas Gerais, foi a bateia. Este recipiente de madeira, estanho ou latão, em formato afunilado e circular, era utilizado para lavar areia e cascalho auríferos. Entre os sediciosos, o único que teve esta peça confiscada foi Aires Gomes, que, ao lado de um crivo (peneira) teve um “prato de latão de limpar ouro” seqüestrado. De acordo com informações de Wilhelm Ludwig von Eschwege, nos anos iniciais da mineração no território das Minas Gerais eram utilizadas pequenas vasilhas ou pratos de estanho de apuração de ouro.¹⁸

A ausência de bateias entre os pertences apreendidos aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes denota espanto, pois o padre Toledo, o sargento-mor Luís Vaz, o capitão Resende Costa, o tenente-coronel Francisco Antônio e Alvarenga Peixoto realizavam explorações minerais em suas propriedades.

Na listagem de compras feitas por Alvarenga Peixoto ao amigo e compadre João Crisóstomo da Fonseca Reis, irmão de Joaquim Silvério dos Reis, na primeira metade da década de 1780, consta a aquisição de 24 bateias, sendo cada uma delas adquiridas a 1\$275 réis, no total de 30\$600 réis.¹⁹ Em 1798, na prestação das contas

¹⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fls. 253-253v – Avaliação dos bens seqüestrados ao vigário Carlos Correia de Toledo.

¹⁶. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 262 – Avaliação dos bens seqüestrados ao sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza.

¹⁷. IHGB. DL 973.1, fl. 99v – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes”. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

¹⁸. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. op. cit., v. 1, p. 167.

¹⁹. FBN/CT, I-35, 12, 8 nº 2, fl. 2. Em 11 de outubro de 1778, Alvarenga Peixoto, por procuração, e Maria Josefa Bueno da Cunha (mãe da Bárbara Eliodora) foram padrinhos de batismo de Eliodora Valentina dos Reis, filha do capitão João Crisóstomo da Fonseca Reis e Maria Rodrigues do Nascimento, na Paróquia de Campanha. A reprodução do assento de batismo encontra-se em: VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937, v. 1, p. 111-112. Este documento confirma a relação de amizade/parentela entre Alvarenga Peixoto e a família Silveira e de compadrio entre estes e a família Reis. O compadrio, na sociedade do Antigo Regime, consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana. A escolha do então ouvidor da comarca do Rio das Mortes e da esposa do detentor de um dos cargos camarários da vila de São João

das catas das Cabras e do Baú, de Alvarenga, registrou-se a compra de bateias, em três ocasiões, no valor de 5\$625 réis.²⁰

Nas lavras, a terra retirada e amontoada dificultava a exploração das áreas vizinhas, pois quando chovia, o poço inundava, o que exigia perigosos serviços de esgotamento das águas com vasilhas ou rosários. Quando ocorria o desmoronamento do poço, destruindo o trabalho realizado, colocava-se em risco a vida dos escravos que nele trabalhavam e a perda de ferramentas e aparelhos. Em muitas propriedades, instrumentos agrícolas e mineratórios eram produzidos em tendas de ferreiros.

É de surpreender, conforme anotações expostas na Tabela 21, que entre os bens de Aires Gomes e de Francisco Antônio tenham sido seqüestrados suas tendas de ferreiro, sem que nenhum objeto relacionado estritamente à mineração aparecesse entre seus pertences. Na Prestação de Contas da fazenda da Ponta do Morro, de Francisco Antônio, o fiel depositário anotou a compra, em vários momentos, de 1791 a 1804, de aço e ferro para a pequena ferraria que tinha naquela propriedade. Em recibo assinado, em 18 de outubro de 1792, por exemplo, Hipólita Jacinta em letra impecável escreveu:

Vale este dezenove oitavas e três quartos e três vinténs de ouro que tanto importou o aço e ferro, que meu primo Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens de meu casal, comprou em casa do Senhor Capitão Barrozo para a fábrica seqüestrada do mesmo meu casal, cuja quantia a vista deste paguei ao dito Senhor.²¹

A dívida de 23\$812,5 réis, que deveria ser paga à vista, conforme anotou dona Hipólita, só teve baixa das contas da fazenda, em 2 de julho de 1802, dez anos depois, conforme assinatura de quitação do próprio capitão Antônio Barrozo Pereira.²²

Mesmo não tendo nenhum utensílio de mineração seqüestrado pela devassa, objetos destinados a faina mineral foram produzidos pela tenda de ferreiro existente no local. Os objetos “omissos” produzidos proporcionaram, oficialmente, a extração de ouro na propriedade que, de 1791 a 1804, gerou uma receita de 259\$012,5 réis, em 24 apurações.

---

del Rei (sede da comarca) – José da Silveira e Souza – explica-se por eles serem personagens com interesses enraizados localmente. Em 1778, Alvarenga Peixoto já namorava Bárbara Elíodora e mantinha amizade com Joaquim Silvério dos Reis e seu irmão João Crisóstomo da Fonseca Reis.

²⁰. APM/CC, pl. 20276, rolo 528, doc. 3, fls. 5; 6; 7.

²¹. IHGB. DL 3.4, fl. 20 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

²². Ibidem, fl. 21.

TABELA 22
Rendimento das lavras da fazenda Ponta do Morro, de 1791 a 1804

Apuração	Data	Quantidade de ouro (em oitava)	Receita (em réis)
1ª	março de 1791	10 – 0 – 0	12\$000
2ª	novembro de 1791	21 – ¼ – 0	25\$500
3ª	maio de 1792	11 – 0 – 4	13\$350
4ª	janeiro de 1793	14 – ½ – 0	17\$400
5ª	julho de 1793	13 – 0 – 6	15\$825
6ª	fevereiro de 1794	18 – 0 – 2	21\$675
7ª	dezembro de 1794	12 – ¼ – 0	14\$700
8ª	junho de 1795	7 – 0 – 0	8\$400
9ª	janeiro de 1796	9 – ¼ – 0	11\$100
10ª	agosto de 1796	4 – 0 – 0	4\$800
11ª	abril de 1797	6 – ½ – 0	7\$800
12ª	dezembro de 1797	3 – ¾ – 0	4\$500
13ª	julho de 1798	5 – ½ – 4	6\$750
14ª	janeiro de 1799	11 – 0 – 6	13\$425
15ª	novembro de 1799	4 – ½ – 4	5\$550
16ª	julho de 1800	10 – ¼ – 0	12\$300
17ª	fevereiro de 1801	5 – 0 – 0	6\$000
18ª	novembro de 1801	8 – 0 – 3	9\$712,5
19ª	julho de 1802	3 – 0 – 1	3\$637,5
20ª	novembro de 1802	2 – 0 – 5	2\$587,5
21ª	abril de 1803	9 – 0 – 0	10\$800
22ª	outubro de 1803	10 – ¼ – 4	12\$450
23ª	abril de 1804	12 – 0 – 4	14\$550
24ª	julho de 1804	3 – ½ – 0	4\$200
			259\$012,5

Fonte: IHGB. DL 3.4, fl. 4 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo – depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Na Tabela 22, é interessante observar que, de 1791 a 1804, a média anual registrada pela devassa da produção de ouro na fazenda da Ponta do Morro foi pouco mais de 15 oitavas por ano. Em janeiro de 1790, dois meses após a realização do primeiro seqüestro, quando se registrou a apuração do período anterior, sem intervenção judicial, a produção de ouro era de 42 oitavas, com o rendimento de 50\$400 réis. Em maio deste mesmo ano, o ouro rendeu 30-½-0 oitavas, ou 36\$600 réis. Outras duas apurações realizaram-se naquele ano (em agosto e em dezembro), rendendo 46-¾-6 oitavas ou 56\$365 réis.²³

No ano de 1790, apurou-se 119-¼-6 oitavas ou 143\$325 réis, praticamente 55,33% de todo o rendimento arrecadado em 14 anos de seqüestro. Das quatro apurações anuais que se realizava, a devassa passou a registrar apenas duas ou mesmo uma dessas contagens do metal precioso por ano. Tais quedas, tanto de

²³. IHGB. DL. 101.2, fl. 39v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda (1790).

produtividade quanto de arrecadação permitiram-nos suspeitar de práticas de sonegação na apuração e/ou na contabilidade da produção aurífera da fazenda da Ponta do Morro.

Entre os pertences do coronel José de Resende Costa foram seqüestradas, ainda de acordo com a Tabela 21, sua pequena tenda de ferreiro e sua “balança de pesar ouro de meia libra”. Além disso, a devassa apreendeu-lhe terras minerais, sem que qualquer utensílio de mineração fosse confiscado.²⁴ Os dez títulos que constam em seu seqüestro distribuem-se da seguinte maneira:

TABELA 23
Datas minerais seqüestradas a José de Resende Costa, em 1793

Títulos	Quantidade de datas	Localização	Lavragem	Avaliação (em réis)
1º	16	“córrego que verte a casa de Antônio Nunes de Resende”	em operação	5\$000
2º	49	“córrego do Patrimônio do padre José Alves Preto”	“consta não terem ouro”	12\$000
3º	27	“córrego do Jacaré”		10\$000
4º	24	“fazenda penhorada no córrego chamado de Santo Antônio”		6\$000
5º	26	“córrego do Jacaré”	já lavrada	7\$000
6º	13	“córrego ao pé da fazenda de Antônio Nunes de Resende”	“inúteis”	4\$000
7º	15	“junto ao rio Carandaí”		} 10\$000
8º	67	} “em terras em que era sócio o capitão Antônio Nunes de Resende”	já lavrada	
9º	4		já lavrada	
10º	4		já lavrada	
Total				
10	245			54\$000

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 19v; 21v-22; 32-33 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa, por parte da Fazenda Real.

Pela Tabela 23, Resende Costa detinha a posse de 245 terrenos minerais. Quando um rio aurífero era descoberto, o guarda-mor, responsável pela divisão das terras e águas minerais, determinava seu comprimento em braças para, em seguida, reparti-las em datas quadradas de 30 braças (1 braça = 2,20 m), isto é, 66 metros de lado ou 900 braças quadradas (4.356 m²).²⁵

Das 245 datas do capitão Resende Costa constam que 91 delas ou 37,14% eram exploradas em sociedade com seu irmão, o capitão Antônio Nunes Resende, e

²⁴. IHGB. DL 70.9, fls. 17; 19v; 21v-22 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

²⁵. FERRAND, Paul. op. cit., p. 145.

que em 16 destas terras, ele tinha a terça parte de todos os seus rendimentos. Estas explorações localizavam-se na fazenda Campos Gerais da Lage, de Antônio Nunes de Resende, contígua à propriedade de mesmo nome que pertencia ao inconfidente. No terreno de seu irmão e cunhado, José de Resende Costa tirava proveito individual de outras 13 datas minerais (5,30%), tidas pelo avaliador da devassa como “inúteis”, devido à baixa produtividade. Nas terras de seu cunhado padre José Alves Preto, explorava 49 datas (20,0%), anotadas no seqüestro como não tendo ouro. As 92 datas restantes, ou 37,56% do total, estavam localizadas em áreas próximas, pois os córregos do Jacaré e de Santo Antônio são afluentes do rio Carandaí, principal curso d’água onde o inconfidente explorava ouro. Infelizmente, não nos ficaram as listagens de seus rendimentos.

Interessava à coroa portuguesa distribuir a maior quantidade de minas produtivas aos mineiros interessados em explorá-las e, com isso, aumentar ao máximo o rendimento dos quintos.²⁶ Devido a isto, as datas concedidas eram relativamente pequenas e suas doações eram reguladas pelo número de escravos que cada mineiro possuía. Concedia-se a primeira data ao descobridor do ribeirão no ponto escolhido por ele; a segunda, era da Fazenda Real, a ser vendida em leilão; e em terceiro, o descobridor recebia mais um lote como minerador, a sua escolha. Daí por diante, as datas eram demarcadas e distribuídas por meio de sorteio, sendo um pedaço de terra para cada um dos exploradores que possuísse, pelo menos, 12 escravos, ou uma superfície quadrada de 2,5 braças (5,50 m) ao lado dos que tinham um número inferior de cativos, para se evitar que a data ficasse inexplorada. Um mineiro só podia obter uma nova data depois de ter terminado a lavra da primeira; todavia, aquele que possuísse mais de 12 escravos podia receber áreas adicionais se sobrassem terras a serem repartidas, uma vez todos os presentes satisfeitos, um espaço de 2,5 braças para cada cativo excedente.²⁷

A venda da data era proibida e o início da exploração tinha prazo máximo de 40 dias, sob o risco de perda do direito à concessão, exceto em alguns casos especificados, como problemas de saúde, falta de alimentos, distância e invernada, à vista dos quais o prazo poderia dilatar-se.²⁸

---

²⁶. O quinto era um tributo régio cobrado da quinta parte sobre quaisquer produtos da extração mineral, vegetal e animal, decorrente de direito senhorial “devido a Sua Majestade como fruto das terras de que a mesma senhora tem o domínio, para usar delas como bem lhe parecer”. O quinto do ouro, especificamente, era a taxa que se pagava sobre um quinto de todo o ouro extraído na capitania. In: COELHO, José João Teixeira. op. cit., p. 265.

²⁷. FERRAND, Paul. op. cit., p. 145.

²⁸. LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 39-40.

O exemplo das datas pertencentes a José de Resende Costa serve de modelo para se estudar a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. O interessante a se descobrir é como os inconfidentes conseguiram amealhar tal quantidade de datas ou áreas de serviço mineral à revelia da lei, já que possuíam várias delas. Em 1781, por exemplo, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, comandou a construção do Caminho do Meneses, que atravessava a serra da Mantiqueira.²⁹

Ao verificar as riquezas minerais de rios e córregos da região, solicitou o direito de explorar 80 datas minerais. Em sua Petição, afirmou que

se acha com fábrica avultada de escravos, sem terras minerais para o poder fazer e no porto e quartel do Meneses se acham terras devolutas, (...) onde faz barra o córrego do Convento em o rio do porto do mesmo quartel, pelo rio acima, (...) portanto em rumo direito pelo caminho do Meneses, para a parte do poente.³⁰

No Despacho, com data de 22 de setembro de 1781, o escrivão Antônio Tavares da Silva confirmou-lhe a concessão e a medição de 43 datas minerais, localizadas no meio do rio do porto do Meneses e no tabuleiro do quartel e na barra do córrego da Vargem e do Convento, por possuir escravos suficientes para explorar aqueles terrenos. No dia 24 daquele mesmo mês, o comandante do distrito, o tenente-coronel Manuel do Vale Amado, confirmou-lhe as datas de águas minerais, entregando-lhe a “posse corporal e atual e individual” das terras.³¹

O exemplo das 43 datas que Tiradentes explorava permitiu-nos constatar que ele não era um homem com poucas posses como a historiografia tende a ressaltar e que sua ligação com o poder era maior do que se tem dito, pois do ponto de vista legal não seria possível explorar as datas minerais que estavam sob sua posse. Até ser preso pela devassa da Inconfidência, em 1789, Tiradentes explorava aquelas terras. Foi possivelmente com os lucros obtidos nessa mineração que pôde emprestar ao cadete José Pereira de Almeida Beltrão 200\$000 réis e, a Luís Pereira de Queirós, a

²⁹. As informações, a seguir, guiaram-se por: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 99-104.

³⁰. FBN, 7-3, 17, 15-J – Auto de partição e medição e posse de 43 datas de terras no meio do rio do porto do Meneses e no tabuleiro do quartel na barra do córrego de Vargem, concedidas e repartidas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. Registro do Caminho Novo, 24/09/1781. Cópia. In: FBN – Livro da Guardamoria do distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna. Esta indicação nos foi transmitida pelo professor Waldemar de Almeida Barbosa quando realizávamos pesquisa para *O clero e a Conjuração Mineira*. Antes de falecer, publicou a transcrição desse documento. Conferir: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Um documento interessante: Tiradentes não era um “pobre coitado”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, t. 1, p. 81-86, 1992/1998, p. 84-86.

³¹. Ibidem, p. 85-86.

quantia de 220\$000 réis, encontrados no seqüestro de seus bens.³² Não seria, por conseguinte, somente com o soldo de militar (142\$350 réis anuais) que Tiradentes se sustentaria. Em 1757, recebeu de sua mãe, Antônia da Encarnação Xavier, herança no valor de 965\$774 réis.³³

A devassa descobriu, quase um mês após o seqüestro de seus bens, que Tiradentes era dono de um sítio “com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, (...) com todos os seus pertences de matos virgens e capoeiras”, de aproximadamente 50 km², compreendidos em oito sesmarias, na Rocinha Negra, no porto do Meneses, o que confirma a sua ligação com o poder, pois não se podiam doar mais do que uma sesmaria a uma única pessoa.³⁴ Praticamente nada sabemos sobre esta propriedade, apenas que no dia 17 de setembro de 1783, Tiradentes apareceu medindo e demarcando estas terras, e que estas não foram seqüestradas pela devassa, porque o ferreiro João Alves Ferreira, que dizia ser seu sócio, arranhou comprovante de tê-las comprado antes da prisão do alferes.³⁵

Na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, no Caminho Novo, termo da vila de São João del Rei, Tiradentes também tinha fazendas em três sesmarias, que passaram por arrematação ao capitão Jerônimo da Silva Ferreira. No

³². ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 8, fls. 6v-7 – Traslado dos seqüestros e mais termos que por bem deles se fizeram ao seqüestrado e alferes Joaquim José da Silva Xavier. José Pereira de Almeida Beltrão era casado com Eugênia Joaquina da Silva e pai de João Pereira de Almeida Beltrão. Ela era irmã de Antônia Maria do Espírito Santo, companheira de Tiradentes e mãe de sua filha Joaquina.

³³. AUTOS de inventário e partilha dos bens que ficaram da defunta Antônia da Encarnação Xavier, mãe de Tiradentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 66, parte I, p. 285-323, 1904, p. 321. Kenneth Maxwell chamou atenção para o fato de que o alferes Tiradentes foi prejudicado pela política do governador Luís da Cunha Meneses, pois foi desprezado em várias promoções. Por não compactuar com as arbitrariedades daquele representante real, acabou afastado do comando do destacamento da serra da Mantiqueira, ponto-chave da ligação entre a capital Vila Rica e o Rio de Janeiro. Ao ser retirado do comando daquela área estratégica, Cunha Meneses afastava-o da possibilidade de obtenção de lucro com o contrabando que se praticava naquela paragem. Conferir: MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 121.

³⁴. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 8, fl. 5v – Traslado dos seqüestros e mais termos que por bem deles se fizeram ao seqüestrado e alferes Joaquim José da Silva Xavier.

³⁵. FBN – Auto de medição e demarcação de terras referentes à sesmaria de Joaquim José da Silva Xavier. Fazenda da Rocinha Negra, 17/set./1783. É interessante notar que nenhuma sesmaria que pertenceu ao alferes Tiradentes se encontra indicada no “Catálogo de sesmarias” doadas em território mineiro, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro em 1998. Da mesma maneira, não encontramos no *Inventário de documentos sobre Minas Gerais no Arquivo Histórico Ultramarino*, qualquer referência a terras que Tiradentes possuía em algum lugar de Minas Gerais. Sobre a sociedade de Tiradentes com João Alves Ferreira, conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 8, fl. 5v – Traslado dos seqüestros e mais termos que por bem deles se fizeram ao seqüestrado e alferes Joaquim José da Silva Xavier; ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 66, fl. 273 – Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791, por José Caetano César Manitti; ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 35, fl. 1v – Estado das famílias dos réus seqüestrados em Vila Rica – Joaquim José da Silva Xavier, por José Caetano César Manitti.

século XIX, essas terras estarão em posse do capitão José de Cerqueira Leite, um dos maiores cafeicultores da Zona da Mata mineira.³⁶

Os exemplos das 11 sesmarias e das 43 datas exploradas por Tiradentes, na comarca do Rio das Mortes, nos permitem inseri-lo entre os grandes proprietários de terras da região, na segunda metade do século XVIII. O maior potentado da Mantiqueira, o inconfidente e coronel José Aires Gomes, que tinha mais de 22 fazendas, não possuía a mesma quantidade de terras com título de sesmaria de Tiradentes. Pelos dados que reunimos em nossa dissertação de mestrado sobre Aires Gomes, demonstramos que as terras tituladas desse inconfidente não passavam de oito. A diferença entre as posses territoriais de Aires e Tiradentes encontrava-se no tamanho das glebas que receberam das autoridades metropolitanas: as terras de Tiradentes eram todas de meia légua em quadra, enquanto as pertencentes a Aires Gomes variavam de meia a três léguas quadradas.

Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e José de Resende Costa tiveram apreendidos pela devassa uma única herdade agrícola. O padre Toledo teve cinco propriedades. Nos Autos de Seqüestro de Tiradentes constam a indicação de que ele era dono de algumas fazendas (sem sabermos quantas eram), na freguesia de Simão Pereira, sendo todas elas tituladas com documento de sesmaria. Na Rocinha Negra, Tiradentes recebeu do governador dom Rodrigo José de Meneses oito sesmarias para poder explorar a agricultura no local e abastecer os viandantes que passavam pelo Caminho do Meneses rumo ao registro do Paraibuna. No local, o alferes conseguiu também, como se leu, o direito de explorar 43 datas minerais. Estes terrenos foram distribuídos legalmente ao inconfidente Tiradentes. Se compararmos estas posses auríferas com dados sobre os terrenos minerais do poeta e magistrado Alvarenga Peixoto e de José de Resende Costa, descobriremos o quão importante foram as terras do “herói” da Inconfidência.

Nas suas fazendas, Tiradentes desenvolvia práticas agrícolas e criava gado. Em abril de 1811, por exemplo, no recenseamento feito na Intendência de Sabará, das arrematações dos ofícios de justiça e contratos dos dízimos, consta o lançamento da arrecadação feita por conta da arrematação que Antônio Álvares de Araújo fez do gado vacuum seqüestrado ao inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, pela quantia de 50\$005 réis.³⁷ Em nenhum trecho de seu Auto de Seqüestro consta que o alferes era proprietário de animais de corte. Este exemplo permite-nos duas constatações: a

---

³⁶. IHGB – Livro do tombo da fazenda do Paraibuna, fls. 565-659. Nos fólios 640 e 649, Tiradentes aparece indicado como piloto em medições de terras na região e procurador de requerentes em litígios de terras.

³⁷. APM/AVC, cx. 17, doc. 85, fl. 7 – Recenseamento feito na Intendência de Sabará. 1811.

primeira diz respeito ao desconhecimento – mesmo que parcial – do patrimônio que Tiradentes deveria possuir; e, a segunda, refere-se à evidência de que os seqüestros não representam todos os bens da pessoa presa. Esta indicação, inédita, comprova a evasão de patrimônio da devassa e que Tiradentes, também, não era uma pessoa pobre.

José de Resende Costa teve apreendido pela devassa, conforme indicado na Tabela 23, dez títulos de datas minerais. Destes documentos, nenhum deles pertencia restritivamente ao inconfidente ou estava em seu nome.

Alvarenga, como se verá adiante, teve apreendido pela devassa 17 serviços minerais (ver Tabela 24). Em nenhuma dessas terras ele tinha o título de posse legal. Sete delas (41,17%), por exemplo, foram adquiridas por compra.

O caso das 43 datas e das 11 cartas de sesmaria de terras exploradas por Tiradentes demonstra a magnitude e o poder político que ele tinha perante as autoridades da capitania. Do que se indicou, percebe-se, não só no caso do alferes, mas, também, em muitos outros dos inconfidentes, a quantidade expressiva de terras de sesmaria e de mineração ajuntadas numa mesma propriedade em posse de uma única pessoa, demonstrando uma das características da estrutura agrária mineira: a concentração da propriedade da terra (e ao arrepio da lei).

Como afirmamos, o exemplo do alferes Tiradentes em amealhar várias terras minerais se repetirá com outro inconfidente: Inácio José de Alvarenga Peixoto.

TABELA 24
Títulos de terras minerais seqüestrados a Inácio José de Alvarenga Peixoto, em 1789

Títulos	Localização	Maneira de aquisição
1º	“dentro da dita fazenda chamada dos Pinheiros”	“compra que fez por terceiras pessoas a Lourenço José Correia de Mesquita”
2º	“na paragem da Boa Vista, de uma e outra parte do Ribeirão de São Gonçalo”	compra
3º	“nas vertentes de Santa Rufina”	compra – Maria da Visitação
4º	“em um córrego, que faz barra junta à porteira do Aterrado”	compra – Maria da Visitação
5º	“sorte de terras minerais de espigões, e tabuleiros e algumas águas, (...) na paragem chamada São Gonçalo Velho”	“por ações, compra, e novas concessões”
6º	“para cá da Serra de São Gonçalo Velho, acompanhando o rego do mesmo Doutor, em que conduz a água do Ribeirão de São Vicente”	doação
7º	“em uns córregos no sítio de Manuel José de Castro”	cessão de Manuel José de Castro
8º	“em uma chapada de campo chamado de Lopo, que é para cá do Ribeirão da Estiva, junto ao caminho que segue do Arraial de São Gonçalo para Santa Luzia”	
9º	“pelos espigões do Aterrado, seguindo o Ribeirão de São Gonçalo abaixo até o seu último limite”	
10º	“para baixo do Ouro Fala, na paragem chamada do Guterres”	
11º	“na lavra chamada Ouro Fala”	sociedade
12º	“nas contra vertentes do Ribeirão de São Gonçalo”	compra – capitão Manuel Teixeira Ribeiro
13º	“na lavra intitulada Santa Luzia”	compra – capitão Manuel Teixeira Ribeiro
14º	“Ribeirão de São Vicente”	sociedade = 50%
15º	“nas terras do mesmo Doutor, sitas na Boa Vista, cujas águas vêm do Ribeirão chamado o Bom Despacho”	
16º	“serra de São Gonçalo, para o serviço feito nas terras (...) chamadas o Baú”	
17º	“pelas vertentes do Ribeirão de São Gonçalo, para o mesmo serviço da lavra chamado Baú”	

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 8v-11; 34-35 – Traslado do seqüestro feito a Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Na apreensão dos bens de Alvarenga Peixoto existe menção somente a 17 serviços minerais apreendidos, sem, contudo, indicar a quantidade de datas exploradas no interior de cada uma dessas lavras. Joaquim Norberto, em 1860, informou que essas terras compreendiam mais de quatro mil datas minerais.³⁸ Tentemos, a partir de agora, reconstruir estes números e a produção aurífera emanada dessas terras.

Nas “contra vertentes do ribeirão de São Gonçalo”, Alvarenga Peixoto comprou do capitão Manuel Teixeira Ribeiro “quatro cercos e dois regos” (córregos Taguaral e Saracura) que se estendiam pelo “meio do arraial” de São Gonçalo da Campanha do Rio Verde. Segundo informações transmitidas pelo próprio capitão ao governador dom Rodrigo José de Meneses, aquele decidiu vender as águas minerais para se livrar das perseguições que sofria por parte do então ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto, que queria apossar-se das ditas terras e iniciar-se em atividades de mineração. O valor da transação foi de 860\$000 réis.³⁹

Além dessa lavra, Alvarenga comprou outra intitulada Santa Luzia e uma fazenda composta por “terras de cultura e benfeitorias”, com título de sesmaria, chamada Boa Vista.⁴⁰ Em 1804, este “sítio” compunha-se, no referido à mineração, de

um rego grande de água de minerar chamado córrego de São Vicente; outro rego de água que vem da serra de São Gonçalo Novo, que vem para as lavras do Baú e seus anexos; assim mais outro rego de água que vem da vertente do córrego do Bom Despacho denominado Água do Arraial; outro rego de água que vem para o Baú, tirado da mesma serra de São Gonçalo Novo [na] cachoeira de dona Branca, em todas as terras minerais pertencentes a dita sociedade as quais se compõem de muitos títulos que são os seguintes: as provisões concedidas a Inácio José de Alvarenga das águas da Piranga e ribeirão de São Vicente; outra provisão de água do córrego de Santa Ana e São José; outra provisão de três de Maio de oitenta e quatro das mesmas águas; um título de quarenta datas de terras com duas de larga no ribeirão de São Vicente, com provisão de água própria; outra provisão passada a Manuel Gonçalves de Matos e cedida ao antecessor Alvarenga; um título de terras e cessões de Manuel Mendes Ribeiro; outra dita pertencente a compra de João Francisco Grilo e Manuel Xavier; outro dito de retificações e concessões de São Vicente e Piranga Grande no distrito de São Gonçalo Novo; e outro no mesmo ribeirão de São Vicente por fora das sobre quadras; outro dito da contra vertente dos morros de São

³⁸. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. op. cit., t. 1, p. 182.

³⁹. Documentos justificados – Defesa de Manuel Teixeira Ribeiro contra Inácio José de Alvarenga Peixoto. In: LAPA, Manuel Rodrigues. op. cit., p. 230-231. O capitão Manuel Teixeira Ribeiro era casado com Maria Rosa de Toledo, tia do padre Toledo e de Luís Vaz.

⁴⁰. IHGB. DL 70.9, fls. 9v; 34v – Traslado do seqüestro feito a Inácio José de Alvarenga Peixoto; APM/SC, cód. 226, fl. 18 – Auto de medição de sesmaria: Alvarenga Peixoto. 27/07/1780.

Gonçalo Novo e da Boa Vista; outro título de terras e águas minerais do Alto do Taquaral até o ribeirão da Estiva; outros títulos de terras de São Gonçalo Velho com outras águas e dos campos do Aterrado até a barra do Azevedo até as sobre quadras do ribeirão de São Gonçalo; outros títulos pertencentes a compra do capitão Manuel Teixeira e sua mulher; outro título pertencente a cessão de dona Ana Joaquina do Rosário, viúva de Matias Ferreira de Sam Paio; outro título pertencente a compra de Lourenço José Correia de Mesquita; títulos das águas da mesma compra; os títulos de escritura e mais papéis pertencentes a compra feita ao capitão Manuel Teixeira Piza e sua mulher; assim mais um título de vinte e cinco de comprido e sessenta de largo em São Gonçalo Velho; assim mais os títulos das praças na lavra do Ouro Fala; assim mais nas ferramentas noventa alavancas de ferro fino, uma dita de quebrar pedra; setenta enxadas; quatorze almocafres; vinte foices; sete machados, um dito pequeno; vinte e cinco cavadeiras...⁴¹

As terras da Boa Vista, que “vão do caminho do Sapucaí, por detrás da Capela [de São Gonçalo], até a Capela, e da Capela até o córrego [do Bom Despacho]”, foram compradas em nome de seu tio, Sebastião de Alvarenga, sendo-lhe doadas, após a efetivação da transação comercial, em 1777, quando Alvarenga Peixoto começou a exercer o ofício de ouvidor na vila de São João del Rei. Em novembro de 1780, aquelas terras foram medidas e demarcadas, por ordem do governador dom Rodrigo José de Meneses, em observância ao requerimento assinado pelo seu antecessor dom Antônio de Noronha, a fim de apaziguar conflitos fronteiriços entre Alvarenga e sua vizinha Maria do Nascimento. Os embates ocorreram por causa da medição daquelas terras, do posicionamento dado a um cerco (barragem fechada encravada no leito de um rio) e do usufruto que se fazia das águas dos regos remanescentes que desaguavam no córrego que dividia as duas propriedades.⁴²

Fonte: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Estudo biobibliográfico de Affonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 189.

Figura 23 – Desenho de um cerco no leito de um curso d'água

⁴¹. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 7, fls. 10v-11 – Libelo Cível entre Manuel Rodrigues Pacheco e Moraes, pelo caso de Dionísio Chevalier – executante – contra dona Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, viúva do inconfidente executado – Alvarenga Peixoto. Ouro Preto, 1804.

⁴². APM/SC, cód. 226, fl. 18 – Auto de medição de sesmaria: Alvarenga Peixoto. 27/07/1780; APM/SC, cód. 229, fls. 70-72 – Auto de medição de sesmaria: Alvarenga Peixoto. 20/01/1781.

O conflito iniciou-se devido à ação de uma tromba d'água que derrubou a cerca e uma das barragens de madeira, pedra e terra que existiam no local. Quando os feitores, agregados e escravos pertencentes a Alvarenga foram levantar um novo muro para represar a água do córrego que ali passava, posicionaram-no propositadamente dentro do curso d'água que vertia para a propriedade de dona Maria do Nascimento, fazendo-a perder parte do território que legalmente tinha direito e impossibilitando-a de utilizar os canais remanescentes da região, ficando tudo para usufruto de Alvarenga.

A mudança do muro deveu-se à esperteza dos funcionários de Alvarenga em querer se aproveitar do córrego que ali passava para ampliar a área que exploravam, avançando a cerca e a barragem sob o terreno mineral de sua verdadeira proprietária – Maria do Nascimento, viúva de Dionísio da Fonseca Reis, uma das primeiras pessoas a se estabelecer no vale de São Gonçalo. Ao conhecer os fatos, dom Rodrigo José de Meneses deu ganho de causa ao ex-ouvidor, mandando que o muro daquele reservatório ficasse estabelecido nas marcas em que foram dispostos pelos auxiliares de Alvarenga.⁴³

Não concordando com a solução apresentada pelo governador ao caso da invasão de suas terras e do represamento das águas que usufruía em sua mineração, Maria do Nascimento entrou com processo no Tribunal da Relação, na cidade do Rio de Janeiro, pedindo a devolução da terra intencionalmente tomada, alegando que a justiça favoreceu Alvarenga Peixoto por este ser ex-ouvidor e amigo do atual detentor daquele cargo, Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. Após julgamento, os autos a favor de Alvarenga foram declarados nulos.⁴⁴ Mesmo com esta decisão, o conflito não se encerrou, pois os marcos de posse, que determinavam os limites daquela ocupação amparada por lei, não foram colocados em sua marca original.

A discórdia não era por causa da terra, mas pela posse das águas do rego que alimentavam a mineração no local. Bárbara Eliodora escreveu em carta a Macedo que as lavras de seu marido tinham “água em abundância para se repartir e acomodar quantos escravos quisesse” e que as “lavras de D. Maria do Nascimento, que seguramente não tem [= tinham] tanta água, traziam perto de trezentos escravos e são [= eram] onze sócios”.⁴⁵

---

⁴³. APM/SC, cód. 227, fls. 23-23v.

⁴⁴. Documentos justificados – Certidão da sentença da Relação contra Alvarenga Peixoto e Luís Ferreira de Araújo e Azevedo. In: LAPA, Manuel Rodrigues. op. cit., p. 273-274.

⁴⁵. CARTA de Bárbara Eliodora ao contratador João Rodrigues de Macedo, expondo-lhe suas dificuldades na administração dos negócios. São João del Rei, 18/02/1795. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 38, 1990, p. 100.

Quando não se obtinha suficiente quantidade de água corrente formavam-se reservatórios no alto dos morros, para desgastar as camadas superficiais da encosta, facilitando o escoamento que arrastava materiais soltos acumulados em degraus construídos nos canais abertos para dar fluência à represa. Parado o desmonte do morro efetuava-se o enriquecimento da lama depositada, transportada posteriormente para canoas (canais retangulares cavados na terra, sendo que na extremidade inferior eram colocadas baetas ou couros de boi para reter, como filtros, o cascalho aurífero).⁴⁶

O cerco das águas era feito quando o leito do rio prometia rendosos lucros e as condições naturais das águas e/ou financeiras do minerador não permitiam que seu curso fosse completamente desviado. Como as águas que vertiam para a propriedade de dona Maria do Nascimento foram represadas e seus córregos tiveram diminuídas as proporções de água corrente, as reclamações não cessaram.

Em Minas, no mês de abril de 1782, dom Rodrigo, após receber reclamação de Alvarenga, censurou o juiz ordinário da Campanha do Rio Verde, João Crisóstomo, filho de dona Maria, para que parasse de “inquietar” o ex-ouvidor e que as discussões particulares que os envolviam fossem resolvidas no âmbito particular.⁴⁷ Para solucionar o litígio, que já perdurava por longo tempo, o governador ordenou que o guarda-mor Pedro Dias Pais Leme, juntamente com o ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo fossem à fazenda da Boa Vista executar nova medição e demarcação das terras e águas minerais entre Alvarenga Peixoto e herdeiros de Dionísio da Fonseca Reis. Em 9 de abril de 1782, o ouvidor, o guarda-mor substituto Francisco Pais Leme e o juiz de sesmarias Nicolau Barbosa Teixeira Coutinho demarcaram aquelas terras e águas minerais, em definitivo, fazendo cumprir a determinação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, sem, contudo, deixarem de favorecer o amigo de magistratura.⁴⁸

O conflito entre Alvarenga e Maria do Nascimento, entretanto, não cessou. Quatro meses após a prisão de Alvarenga, tal conflito novamente veio à tona. Bárbara, em 22 de setembro de 1789, resolveu solucionar a discórdia, dando a Maria do Nascimento e a seus herdeiros uma área mineral para compensar a terra que seu marido tinha se apossado. Bárbara nos informou:

... que atendendo as desordens, ruínas e prejuízos, que tudo por mim tem sido ponderado e querendo como quero por mim e meu marido constituinte, acautelar e providenciar de hoje para todo o sempre todas as circunstâncias (...) que o móvel de todas as sobreditas

⁴⁶. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. op. cit., v. 1, p. 186-187; REIS, Flávia Maria da Mata. op. cit., p. 102-103.

⁴⁷. APM/SC, cód. 230, fl. 17v.

⁴⁸. Ibidem, fls. 17v-18; 18.

desordens provêm da demanda movida sobre um título de terras minerais de vinte e seis datas, que tem seu princípio em um córrego que faz barra [no rio] do Bom Despacho e segue por detrás do [rio] do adro da Capela, ribeirão de São Gonçalo abaixo e finda em a porteira e valo que foi do defunto Francisco Xavier Correia de Mesquita, em cuja demanda fomos vencidos na Relação do Estado.⁴⁹

Pelo excerto, percebe-se que a área invadida nas terras minerais de Maria do Nascimento correspondia a 26 datas auríferas e que, mesmo perdendo a demanda no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, aquelas terras, ou boa parte delas – não sabemos –, continuaram em posse e domínio da família do inconfidente.

Além desse conflito, Bárbara indicou-nos em documento anexo à correspondência de Macedo a existência de outra demanda por terras envolvendo aquelas duas famílias. A contestação, desta vez, deveu-se a compra que Alvarenga fez de um título de 65 datas minerais ao capitão João Ribeiro, de terras principiadas na porteira da propriedade de Francisco Xavier Correia de Mesquita, que passavam “pelos espigões da Capela” de São Gonçalo e finalizavam nas “vertentes do Bom Despacho”, cujas águas minerais foram concedidas ao alferes Dionísio da Fonseca e a metade delas foi cedida pelo dito militar e por sua esposa Maria do Nascimento ao capitão-mor Bento Pereira de Sá. Com a morte deste, as terras foram novamente concedidas pelo guarda-mor a Maria do Nascimento. Entretanto, quando se fez esta concessão, as terras se encontravam penhoradas ao capitão João Ribeiro, que as vendeu ao testamenteiro do falecido Bento Pereira de Sá, capitão Luiz Antônio de Araújo Alves, e ao futuro inconfidente Alvarenga Peixoto. Do montante vendido, Alvarenga comprou 65 datas minerais pelo preço de 400\$000 réis. Em 1789, estas datas ainda estavam por pagar e não foram alvo de seqüestro pela devassa da Inconfidência.⁵⁰

Mas, para resolver a demanda em definitivo com Maria do Nascimento, Bárbara Eliodora sugeriu a troca desses dois lotes com 91 datas tomados por seu marido por outros quatro terrenos minerais que tinha na região: “uma sorte de terras minerais” que possuía no “córrego de São José para o [córrego do] Bom Despacho (...), cujas terras estão na maior parte entulhadas e lavradas”; “outro título que principia na barra de um córrego para cima da capela (...) [que] finda na porteira ou valo que foi do defunto Mesquita, cujas terras se acham em grandes partes lavradas”; outras terras “impossibilitadas de se lavrar por se achar nelas estabelecido o Arraial” e, por último, “um título que o dito meu marido comprou a dona Maria da Visitação, cujo título tem

⁴⁹. FBN/CC, I-10, 17, 191, fl. 3 – Carta de Joaquim Coelho de Souza a João Rodrigues de Macedo. São João del Rei, 26/11/1795. O documento citado faz parte do Anexo desta correspondência.

⁵⁰. Ibidem, fls. 3-3v.

princípio para as partes do ribeirão que vem desde Santa Rufina”. A troca foi aceita por Maria do Nascimento.⁵¹

Na grandiosa transação apareceram indicadas terras que não foram seqüestradas pela devassa, como as três primeiras cedidas a Maria do Nascimento e uma propriedade mineral que estando sob confisco da justiça foi negociada à revelia da lei por dona Bárbara, ao incluí-la no negócio. A lavra que não poderia ser alvo de negociata era a existente no ribeirão de Santa Rufina, que na Tabela 24 apareceu listada como título 3º.

Ainda com relação às terras auríferas compradas por Alvarenga, consta que ele adquiriu outras na região, como atestadas no Libelo Cível movido pelo sargento-mor Luís Antônio da Silva: em 17 de novembro de 1788, Alvarenga comprou a Manuel Teixeira Ribeiro, o mesmo que lhe vendeu terras minerais em 1777, a parte que este tinha em lavras e terras de cultura nas cercanias da lavra do Baú, que o inconfidente explorava em São Gonçalo. Na ocasião, o sargento-mor emprestou-lhe 144\$000 réis “para a dita compra”. Em dezembro daquele ano, Alvarenga escreveu ao sargento-mor Manuel Xavier, administrador das lavras no Baú, solicitando-lhe que fizesse o pagamento do que devia ao seu compadre, “fazendo para esse fim apurar alguns canais”. Em resposta, o administrador informou-lhe que não fez o pagamento daquela dívida por ocasião das “muitas águas” que romperam “os açudes e regos” dos quais tirariam os rendimentos que seriam utilizados na quitação do débito.⁵²

Para manter suas propriedades, Alvarenga comprava constantemente grande quantidade de ferro, aço, pregos, utensílios para mineração (alavancas, peneiras, bateias, enxadas, limas), pólvora, mercúrio, tecidos rústicos tanto para vestir sua escravaria quanto para servir na apuração de ouro nos regos; além de alugar grande quantidade de cativos. No que se refere ao uso da mão-de-obra escrava, o ex-ouvidor trazia, desde 1783, no serviço de suas lavras, dez escravos de sua sogra Maria Josefa da Cunha, contratados a meio tostão por dia de jornada, de que ela se queixava, em 1794, não ter recebido um tostão sequer do que lhe devia seu genro.⁵³

Na Prestação das Contas das lavras do inconfidente, em 1798, Maria Josefa da Cunha apareceu listada, ao lado de outros 12 proprietários de escravos, como a pessoa que mais recebeu jornais pelos cativos alugados que trabalhavam na cata das

---

⁵¹. Ibidem, fls. 3v-6.

⁵². ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 19, fls. 4-4v – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva e o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

⁵³. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 21, fls. 4-4v – Libelo Cível entre Maria Josefa da Cunha e o procurador do Real Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

Cabras. Pelos dados informados, Maria Josefa recebeu 128\$250 réis, por 1.368 serviços. O capitão Joaquim Coelho de Souza, por 652 serviços, ganhou 61\$125 réis; e os escravos de Antônio Ribeiro chegaram a 550 serviços, o que lhe resultou 51\$562,5 réis. Os demais proprietários tiraram juntos 2.583 jornais ou 242\$156,25 réis de lucro por seus escravos trabalharem ali.⁵⁴ Na cata trabalhavam, ainda, os escravos de João Rodrigues de Macedo e de Bárbara Eliodora.

A lavra das Cabras teve 40.117 serviços minerais realizados de 1º de dezembro de 1797 a 25 de novembro de 1798. Conforme se observa no Gráfico 1, a seguir, naquele período os escravos de Bárbara Eliodora realizaram 5.650 serviços, rendendo-lhe 774\$534 réis; valor maior do que a soma das apurações dos 13 outros senhores juntos (483\$093,75 réis). Os cativos que foram de Alvarenga Peixoto registraram 19.658 jornais para Macedo. A estes números devem ser adicionadas 1.292 apurações realizadas por negros alugados, totalizando uma extração mineral de 20.950 serviços, ou 52,22% do total, que possibilitou um ganho de 2:193\$289 réis.⁵⁵

GRÁFICO 1

Fonte: APM/CC, pl. 20276, rolo 528, doc. 3, fl. 4 – Conta do que pertence a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira e João Rodrigues de Macedo, e suas despesas particulares (1798).

⁵⁴. Entre estes mineradores, encontramos Simão Lopes de Araújo listado com 300 serviços e um lucro de 28\$125 réis. Este senhor, feitor das lavras das Cabras, casou-se com Maria Cândida da Silveira em 8 de julho de 1800, em São Gonçalo da Campanha da Princesa, sob a proteção de Bárbara Eliodora, irmã da noiva. Conferir: FBN/CT, I-35, 11, 15 nº 2 – Testamento de Maria Josefa da Cunha Bueno [mãe de Bárbara], Mariana Bueno da Cunha [avó de Bárbara], Bernardo da Silva Ferrão.

⁵⁵. APM/CC, pl. 20276, rolo 528, doc. 3, fls. 3-4; 8-9 – Conta do que pertence a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira e João Rodrigues de Macedo, e suas despesas particulares (1798).

Pelos dados numéricos expostos no Gráfico 1, observa-se que na lavra das Cabras havia diferença na arrecadação dos serviços minerais realizados pelos cativos de Bárbara Eliodora e de Macedo. Esta dessemelhança não deveria ocorrer, pois tanto o número de escravos de Macedo quanto o de Bárbara, destinados ao trabalho extrativista era o mesmo, de acordo com a documentação.. Quando ocorreu a divisão dos bens apreendidos a Alvarenga, foi determinada pela devassa a separação proporcional de seus cativos, que eram em número de 134. Na divisão, cada uma das partes – a de Bárbara e a do seqüestro – recebeu 67 mancípios. Os negros indicados como sendo de Macedo eram os pertencentes à parte que lhe ficou da meação de Alvarenga no patrimônio do casal. Portanto, se o número de cativos era idêntico, por que os rendimentos obtidos por Macedo foram maiores do que os angariados por Bárbara? Se a jornada e o local de trabalho eram os mesmos, por que os números da rentabilidade das lavras foram diferentes? Em outros períodos de tempo, essa desigualdade também persistiu? Vejamos o que aconteceu nos momentos seguintes.

No período de agosto de 1799 a novembro de 1801 possuímos informações quantitativas que também comprovam essa desigualdade numérica. Infelizmente, de novembro de 1798 a agosto de 1799, não temos quaisquer dados sobre a cata das Cabras.

O Gráfico 2 ilustra o contexto da produtividade dos cativos de Bárbara Eliodora e João Rodrigues de Macedo na cata das Cabras, de 1797 a 1801:

GRÁFICO 2

Fonte: APM/CC, pl. 20276, rolo 528, doc. 3, fl. 4 – Conta do que pertence a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira e João Rodrigues de Macedo, e suas despesas particulares (1798); FBN/CIM, II-31, 31, 5 – Conta do rendimento, despesa da fábrica, e lavras da Boa Vista, de São Gonçalo da Campanha, em que são sócios o Senhor João Rodrigues de Macedo e a Senhora Dona Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira. 22/08/1799-28/11/1801.

Pelo Gráfico 2 se identifica três momentos distintos da produtividade escravista nessas apurações. O primeiro refere-se aos meses de dezembro de 1797 a novembro de 1798; a seguir, de agosto de 1799 a julho de 1800 e, por último, de setembro de 1800 a novembro de 1801.

Com exceção do período intermediário, nos dois extremos é perceptível que a lucratividade obtida por Bárbara foi substancialmente menor do que a de seu sócio Macedo. De dezembro de 1797 a novembro de 1798, os rendimentos de Macedo não foram inferiores a 75%, ou seja, Bárbara conseguiu lucrar, no máximo, 25% do total daquelas apurações. Após agosto de 1800, os ganhos amealhados pelos cativos de Bárbara revelam queda em sua participação naquela sociedade. Nas apurações de fevereiro a outubro de 1801, os mancipios de Bárbara angariaram rendimentos inferiores a 10% do total. Oficialmente, por lei, isto não poderia ocorrer, pois ambos trabalhavam com o mesmo número de escravos, já que a parte de Macedo correspondia exatamente à metade dos cativos apreendidos a Alvarenga Peixoto. Mas, se isto deveria acontecer, por que ocorreu essa dessemelhança? Para responder a esta pergunta é necessário que investiguemos as relações estabelecidas entre Macedo e Bárbara na conjuntura dos seqüestros para, então, voltarmos aos números desse gráfico.

João Rodrigues de Macedo apareceu em Minas Gerais, ao redor de 1775, para arrematar o contrato das Entradas por dois triênios, de 1776 a 1778 e de 1779 a 1781, para Minas Gerais (766:726\$612 réis) e Mato Grosso, Goiás e São Paulo (189:044\$918 réis) por 944 contos. Além desse contrato, arrematou também o de Dízimos, por 395:378\$957 réis, para o período de 1777 a 1783.⁵⁶

No levantamento dos débitos que acompanha a *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* entregue, em 1788, ao visconde de Barbacena pelo ministro Martinho de Melo e Castro, a dívida de Macedo, apurada na ocasião, era de 750:061\$601 réis, sendo 466:451\$480 réis, do contrato de Entradas e 283:607\$121

⁵⁶. FBN/CIM, II-31, 31, 15 nº 6, fls. 6v-7; 18v-19. Sobre a trajetória de Macedo como arrendatário dos contratos de Entradas e Dízimos em Minas, conferir: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro da Inconfidência...* op. cit.; MAXWELL, Kenneth. op. cit.; REZENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. *Estudos Econômicos*, São Paulo: FEA-USP, v. 13, n. 2, p. 365-391, maio/ago. 1983; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 164-169; MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia; Unafisco/Sindifisco, 1993; CARRARA, Angelo Alves. *A administração dos contratos da capitania de Minas: João Rodrigues de Macedo, 1775-1780*. ENCONTRO MEMORIAL DO ICHS, 1., 2004, Mariana. Caderno de Resumos. Mariana: ICHS-UFOP, 2004; FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; RODRIGUES, André Figueiredo. Os 'extravios que tão continuados têm sido...': contrabando e práticas comerciais ilícitas nas atividades do contratador João Rodrigues de Macedo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, MG: Departamento de História; Ed. UFJF, v. 11, n. 1-2, p. 117-136, 2005.

réis, dos Dízimos. Macedo, de 1788 a 1803, amortizou 111:001\$734 réis da dívida que possuía; restando-lhe, ainda, o montante de 639:059\$867 réis a ser pago ao Erário Régio.⁵⁷

Com tais dívidas, Macedo conseguiu arrematar em leilão as terras penhoradas do alferes Tiradentes e os bens de Alvarenga Peixoto. De Tiradentes, o ex-contratador adquiriu à vista por 50\$075 réis, em 26 de julho de 1794, um sítio “com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, (...) com todos os seus pertences de matos virgens, capoeiras, em que se compreendem oito sesmarias” e “todas as terras e águas minerais compreendidas dentro das ditas sesmarias, serviços de regos e águas para o monjolo”, localizado no Porto do Meneses e barranco do rio Paraibuna.⁵⁸

Em 30 de maio de 1795, Macedo arrematou em Vila Rica a parte confiscada dos bens de Alvarenga Peixoto na Campanha do Rio Verde. De acordo com a historiografia, a compra desses bens por Macedo deveu-se a um “gesto de generosidade ímpar”, que ele fez em favor de Bárbara Eliodora.⁵⁹

Na tradição há a idéia de que Macedo interessou-se pela compra do patrimônio de Alvarenga, após Bárbara Eliodora enviar-lhe correspondência, pedindo que arrematasse a metade de seus bens e formasse com ela uma sociedade, pois receava manter contrato comum de bens com uma pessoa estranha. Eis o que escreveu em carta, de 18 de fevereiro de 1795:

⁵⁷. Aviso de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho à Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, datado de Lisboa, a 17 de agosto de 1803. In: ADIM, v. 11, p. 109-110.

⁵⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 8, fl. 5v – Traslado dos seqüestros e mais termos que por bem deles se fizeram ao seqüestrado e alferes Joaquim José da Silva Xavier; ARREMATACÃO de bens de Tiradentes por João Rodrigues de Macedo. In: AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais)*. op. cit., p. 208-209.

⁵⁹. Essa visão é unânime na historiografia. A ajuda de Macedo a Bárbara, “num gesto de generosidade ímpar”, de acordo com Tarquínio J. B. de Oliveira deveu-se às relações afetivas que mantinha com a família do inconfidente. Conferir: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro da Inconfidência...* op. cit., p. 21. Esta idéia se encontra em: SANTOS, Lúcio José dos. O destino da família de Alvarenga. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 maio 1969. Suplemento Literário; Idem. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. op. cit., p. 448; CASASANTA, Guerino. Bárbara Eliodora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 4, p. 199-206, 1957; COSTA FILHO, Miguel. *O engenho de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1959, p. 26-28; LEITE, Aureliano. *Vida heróica de Bárbara Eliodora*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1964, p. 26-27; DAMASCENO, Darcy. Bárbara Eliodora e o contratador Macedo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 142, n. 243, 20 jul. 1969. Suplemento Dominical, p. 4-5; BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986, p. 39-42; NASCIMENTO, Marcelo. *Bárbara Eliodora, um exemplo de mulher: a história real da única heroína da Inconfidência Mineira*. Campanha: [s.n.], 1994, p. 47; NOVIELLO, Celeste. *Sonhos de liberdade*. Três Corações: Excelsior, [2000?], p. 336-338; FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. op. cit., p. 88; entre outros.

Enfim, meu compadre, é esta a ocasião de mostrar que é todo o meu amparo, nas amarguras que me rodeiam: eu não tenho outro abrigo, e que será de mim e de meus tristes filhos, se nos faltar a sua proteção? É isso o que basta para a nossa total ruína; eu, por mim só, nada, nada me afligiria porque, depois de perder meu marido (e que marido!) e por um modo tão lastimoso, não quero senão chorar toda a vida.⁶⁰

Macedo atendeu ao apelo de Bárbara e arrematou a metade dos bens levados à praça. Mas, antes que estas informações sejam dadas como únicas e totalmente verídicas, é importante lembrar que o ex-contratador acompanhava, à distância, os trâmites do processo de seqüestro. Seu representante em Campanha, Francisco José Martins, o informou em carta, de 26 de setembro de 1794, que descobriu “algo extraordinário” nas lavras de ouro.⁶¹

A partir de então, Macedo mostrou-se interessado na aquisição daquelas terras. Em correspondência com Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho, ouvidor nomeado para a comarca do Rio das Mortes, em substituição a Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, Macedo informou-lhe seu desejo de adquirir os bens do seqüestro de Alvarenga.⁶²

Em resposta, o doutor Bernardes corroborou apoio ao ex-contratador na compra do patrimônio do inconfidente, que estava para ser disputado também pelo sargento-mor Luís Antônio da Silva, que maquinava no sentido de concorrer àquela arrematação:

Conheço o caráter do tal meu senhor: sei que traz guerra continua e declarada com a verdade; e que é capaz de tudo o que é mau: de sorte que não duvido, antes creio, que os seus projetos serão mais amplos, e até diferentes do que ele inculca. **Outro é o caráter de Vossa Mercê, e por isso lhe digo que se os meus ofícios podem valer no presente caso que farei quanto pode fazer um homem de bem.**⁶³

No excerto percebe-se a preferência dada pelo ouvidor Bernardes ao ex-contratador Macedo na arrematação da parte seqüestrada pelo Fisco e Câmara Real dos bens do inconfidente Alvarenga. Em outro trecho dessa mesma epístola, escreveu que auxiliaria a família do amigo Alvarenga no que fosse necessário.⁶⁴

⁶⁰. CARTA de Bárbara Eliodora ao contratador João Rodrigues de Macedo, expondo-lhe suas dificuldades na administração dos negócios. op. cit., p. 101.

⁶¹. FBN, I-33, 12, 11 – Carta de Francisco José Martins a João Rodrigues de Macedo. 26/09/1794.

⁶². Carta de João Rodrigues de Macedo a Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho. Vila Rica, 19/03/1795. Apud. CASASANTA, Guerino. op. cit., p. 202-204.

⁶³. Carta de Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho a João Rodrigues de Macedo. São João del Rei, 08/04/1795. Apud. DAMASCENO, Darcy. op. cit., p. 4. Grifo nosso.

⁶⁴. Ibidem, p. 4.

Macedo, após resposta do ouvidor, de que conseguiria arrematar aqueles bens, ou teria a certeza de que o conseguiria, comunicou a Bárbara a sua decisão. Em resposta, ela agradeceu a “grande bondade” do amigo em “fazer menos desgraçada a minha [= sua] triste sorte”.⁶⁵

Devido a esta atitude, Macedo passou à História como o protetor da família daquele inconfidente. Na historiografia, ao se pesquisar as relações do ex-contratador com Bárbara Eliodora ou dele com Alvarenga Peixoto, os autores destacaram apenas o gesto de benevolência de Macedo na ajuda à família do amigo, sem questionar se havia outros interesses por trás daquela ação. Na correspondência trocada entre João Rodrigues de Macedo e seu representante em Campanha e com o ouvidor Bernardes, observa-se que o ex-contratador só se interessou em auxiliar aquela família após saber que nas lavras do amigo foi descoberto algo financeiramente rentável. Conforme indicamos, os interesses pessoais falaram mais alto naquele ato de generosidade.

O desconhecimento dessa atitude de Macedo deveu-se ao próprio posicionamento que a historiografia fez daquela ação, preocupando-se em buscar informações apenas nas epístolas recebidas e remetidas pelo ex-contratador e por Bárbara, esquecendo de observar o contexto que os envolviam. Guerino Casasanta, Miguel Costa Filho, Aureliano Leite, Darcy Damasceno, Tarquínio J. B. de Oliveira, Maria Claret Carneiro Barbosa e Paulo Miguel Moreira da Fonseca, que dedicaram especial atenção em seus estudos às figuras de Macedo e Bárbara Eliodora, não se perguntaram, como afirmamos, o porquê daquele ato de bondade. Eles não teriam condições de fazê-lo, porque utilizaram, em suas pesquisas, apenas apontamentos extraídos da correspondência ativa daquelas duas pessoas. A análise mais recente sobre Macedo, a promovida por Paulo Miguel, mesmo tendo acesso a documentação manuscrita da Coleção Casa dos Contos da FBN, não fez mais do que repetir o exposto na historiografia tradicional sobre o assunto.⁶⁶

Sobre a arrematação do patrimônio de Alvarenga por Macedo, vejamos seus números, a fim de elucidar a discordância nas apurações de ouro na lavra das Cabras.

A avaliação dos bens patrimoniais de Alvarenga Peixoto foi orçado em 84:126\$310 réis, cabendo à esposa a quantia de 42:063\$155 réis.⁶⁷ No processo de arrematação, em 30 de maio de 1795, Macedo lançou 50\$000 réis sobre o preço dos

⁶⁵. APM/AVC, cx. 14, doc. 49 – Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo comunicando-lhe sua satisfação por esse ter arrematado a parte dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

⁶⁶. As referências bibliográficas concernentes aos estudos desses pesquisadores podem ser consultadas na nota de rodapé nº 59 e na Bibliografia.

⁶⁷. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 269 – Avaliação dos bens seqüestrados a Inácio José de Alvarenga Peixoto.

ditos bens, com a cláusula de se descontar 19:852\$562,5 réis, mais os seus juros (233\$476 réis), do total da compra, para abate das dívidas que o confiscado tinha com ele e com nove credores.⁶⁸ Após o desconto, o valor resultante da transação seria pago

fiado por tempo de dez anos em pagamentos iguais a que tocar pro rata em cada um ano debaixo de fiança idôneas os quais sendo apresentados ao Doutor Promotor de Fisco Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, e o Doutor Procurador da Real Fazenda José Caetano César Manitti, por eles foram uniformemente aprovados.⁶⁹

As contas desse processo, aprovadas pelos doutores Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (possivelmente envolvido na Conjuração Mineira) e José Caetano César Manitti (ouvidor e protetor de Macedo), responsáveis na época pelo Juízo do Fisco, foram:

TABELA 25

Recibos da arrematação feita por João Rodrigues de Macedo referente aos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto

João Rodrigues de Macedo...	Crédito (em réis)	Saldo devedor (em réis)
“Arrematou a lavra e outros bens do inconfidente” – 30 de maio de 1795		42:077\$155
“Deu à vista por encontro de dívidas de que vários credores lhe fizeram cessão, e o que lhe devia Alvarenga de negócios particulares tendo por sentença do Juízo do Fisco”	20:086\$041	21:991\$114
“Abate-se de bens que não recebeu”	651\$800	21:339\$314
“Pagou a um credor por ordem do Juízo e do Fisco”	404\$625	20:934\$689

Fonte: FBN/CT, I-35, 12, 4 – Recibos da arrematação feita por João Rodrigues de Macedo referente aos bens de Inácio José de Alvarenga.

A arrematação dos bens de Alvarenga custou para Macedo 20:934\$689 réis, que deveria quitar em um prazo de dez anos. Mesmo protegido por seus amigos e

⁶⁸. FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 2, fl. 1v. Os credores citados são Manuel Rodrigues Braga, Felizarda Matildes de Moraes, Bento Rodrigues de Macedo, capitão José Joaquim Correia, capitão Luís Cardoso Fontes e outros, sargento-mor Luís Antônio da Silva, tenente-coronel José Pereira Marques, tenente-coronel Manuel Teixeira de Queiroga e doutor João de Araújo e Oliveira.

⁶⁹. Os fiadores de Macedo foram o alferes José Marques Guimarães, Francisco da Costa Leite e Antônio José da Cunha. In: FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 2, fls. 1v (citação); 2-2v (fiadores) – Arrematação de bens feita por João Rodrigues de Macedo da parte pertencente a Inácio José de Alvarenga na Campanha do Rio Verde. Estes números repetem-se também em: FBN/CT, I-35, 12, 5 – Parecer referente a arrematação de João Rodrigues de Macedo dos bens de Inácio José de Alvarenga. As relações creditícias de Alvarenga serão analisadas no capítulo 4º.

favorecido naquela operação financeira, o ex-contratador queixou-se em carta ao tenente Francisco José Álvares do preço que teria pagado por aqueles bens. Em trecho sugestivo, avisou como faria para arrecadar o dinheiro necessário para quitar os débitos correspondentes:

É certo que a avaliação dos bens de Alvarenga foi feita há anos, nela se compreenderam os escravos, as lavras, águas etc. que tudo foi avaliado no prazo em que estimavam. Logo é certo, que ou senão deviam lavrar terras algumas, ou se se lavraram, devia haver diminuição no preço: se estão lavradas, e não se havia feito a apuração, todos os serviços são meus, pois rematei sem reserva alguma a frente da avaliação, tudo foi estimado, e se isto assim não há, também me não pertence o milho e cana que havia. Demais eu imediatamente que rematei devia por os escravos a trabalhar para mim, moendo as águas para onde me parecesse; e logo que o fizesse, com que escravos e águas se havia de fazer a apuração? **Em uma palavra, todo o ouro da apuração é meu por todos os direitos**, e para providenciar isso, pretendia eu ir pessoalmente; e como o não posso fazer agora por causa das festas, mando o Senhor José Bastos de Oliveira em meu lugar, com o qual conversará, e ele melhor exporá. (...) Entretanto, **parece-me que não precisa de se revelar o que digo a pessoa alguma.**⁷⁰

No mesmo dia, Macedo comunicou ao ouvidor Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho suas pretensões na arrecadação do ouro, além de informar-lhe que o guarda-mor José de Bastos e Oliveira iria representá-lo nos “serviços de apurações” em São Gonçalo, para diminuir os “prejuízos” com a compra daquelas terras (“para que não seja maior o meu prejuízo”).⁷¹ Será que o segredo indicado na carta se refere a uma possível evasão do ouro ao qual Bárbara Eliodora teria direito?

A partir dessa idéia, encontramos uma explicação para as dessemelhanças numéricas na cata das Cabras. Como Macedo necessitava quitar aquela compra com a Fazenda Real, o dinheiro angariado das lavras o auxiliou no pagamento dos débitos. Como atendeu ao pedido de sua comadre na dita compra, ela deveria arcar com os prejuízos de não ter ao seu lado como sócio um estranho, mas, sim, um amigo, e que para isto, seria necessário algum esforço – financeiro – para que liquidasse os débitos.

Nos recibos da prestação de contas daquela arrematação consta que os valores amortizados eram pagos em ouro, que entravam “nos Reais Cofres por conta da lavra” que mantinha em sociedade com Bárbara Eliodora, conforme se verifica na Tabela 26, a seguir:

⁷⁰. FBN/CC, I-10, 36, 002 nº 029, fl. 1 – Carta de João Rodrigues de Macedo ao tenente Francisco José Álvares. 20/08/1795. Grifo nosso.

⁷¹. FBN/CC, I-10, 36, 002 nº 029, fl. 2 – Carta de João Rodrigues de Macedo ao desembargador Luís Antônio Branco Benevides de Carvalho. 20/08/1795. (documento anexado à carta citada na nota anterior)

TABELA 26

Evolução da dívida e amortizações da conta de João Rodrigues de Macedo pela arrematação dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto, de 1795 a 1812

Data	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Devedor	Percentuais (%) *
30/05/1795	20:934\$689			100,00
20/12/1796		2:129\$120	18:805\$569	89,82
17/02/1798		1:729\$340	17:076\$229	81,56
14/12/1798		2:133\$931	14:942\$298	71,37
23/09/1799		2:133\$931	12:808\$367	61,18
21/04/1806		1:288\$894	11:519\$473	55,02
28/08/1806		1:111\$106	10:408\$367	49,71
17/08/1807		420\$613	9:987\$754	47,70
18/11/1807		706\$614	9:281\$140	44,33
18/03/1808		243\$068	9:038\$072	43,17
21/08/1809		190\$566	8:847\$506	42,26
21/08/1809		630\$735	8:216\$771	39,24
21/11/1809		201\$596	8:015\$175	38,28
21/11/1809		283\$832	7:731\$343	36,93
28/02/1810		357\$392	7:373\$951	35,22
03/09/1810		100\$943	7:273\$008	34,74
11/03/1811		551\$582	6:721\$426	32,10
06/06/1811		43\$250	6:678\$176	31,90
28/08/1811		88\$596	6:589\$580	31,47
06/12/1811		28\$005	6:561\$575	31,34
05/03/1812		295\$380	6:266\$195	29,93
18/06/1812		56\$275	6:209\$920	29,66

Fonte: FBN/CT, I-35, 12, 4, fl. 2 – Recibos da arrematação feita por João Rodrigues de Macedo referente aos bens de Inácio José de Alvarenga.

OBS: * = Os índices percentuais referem-se ao saldo devedor.

Como o feito nos contratos de Entradas e Dízimos, Macedo também se tornou insolvente ao não pagar a arrematação que fez dos bens que foram do seu amigo inconfidente na Campanha.⁷² O prazo final para quitar aquele débito com a Real Fazenda era 1806. De 1796 até aquele ano, conseguiu satisfazer a dívida em pouco mais de 50%, ou seja, correspondeu ao período em que Macedo comandou diretamente a exploração aurífera no local.

Macedo também criou outro artifício para angariar fundos para satisfazer seus débitos: desviou escravos da parte de dona Bárbara para realizar atividades agrícolas e comerciais nas fazendas da Boa Vista e do Engenho dos Pinheiros. No capítulo 2, apresentamos dados sobre a rentabilidade da produção da aguardente e do açúcar

⁷². Por contrato, o ano de 1788 determinava o prazo final para que Macedo quitasse seus débitos com o Erário Régio pela administração dos contratos de Entradas e de Dízimos. Naquele ano, sua dívida ainda estava em 750:061\$601 réis. Em 17 de agosto de 1803, Macedo ainda devia 639:059\$867 réis. Conferir: ADIM, v. 11, p. 110-111.

naquelas propriedades. Verificamos um considerável aumento de produção nos anos de 1797 e 1798; os mesmos em que Macedo consegue arcar com suas obrigações financeiras. Os escravos que se dedicaram ao plantio e a manutenção das socas da cana-de-açúcar eram os pertencentes ao lote da esposa do sedicioso. Os cativos de sua parte permaneceram dedicados unicamente ao trabalho de exploração do ouro.

Em 6 de outubro de 1807, Macedo faleceu em São Gonçalo, onde vivia desde 1797, quando seu patrimônio foi seqüestrado pela Real Fazenda. Em 1802, o seqüestro se reverteu em perdimento total de seus bens. Conseguiu deixar de fora a sociedade com Bárbara, garantindo-lhe algum sustento. Seu espólio foi disputado pelos sobrinhos herdeiros – Antônio José Fernandes de Macedo, Antônio Joaquim Rodrigues de Macedo e Jerônimo Fernandes de Macedo, pois não deixou descendência. Coube ao comandante do destacamento da vila de Campanha da Princesa José da Silva Brandão mandar uma patrulha para guardar os bens do falecido e permitir à justiça que definisse o destino de seu patrimônio. Em Ofício ao Príncipe Regente dom João, escreveu:

Participo a Vossa Alteza Real que o dito João Rodrigues de Macedo faleceu da vida presente ontem que se contaram 6 do corrente mês, (...) para cuja casa e lavras do mesmo falecido e devedor, despachei logo uma Guarda Militar deste Destacamento, não só para as vigiar, assistir às apurações que se continuam a fazer; mas também para auxiliar qualquer diligência da Justiça, que houver de se proceder; para o que requeri ao doutor Juiz de Fora deste Termo, que em quanto a Junta da Administração da Fazenda de Vossa Alteza Real não determinasse outras providências, mandasse ele pôr em segurança todos os bens do referido falecido; e eu sigo já a examinar o estado em que ficam as sobreditas Lavras e mais bens respectivos, para poder dar a Vossa Alteza Real uma exata informação, sendo precisa, para me determinar o que for servido.⁷³

No mesmo Ofício, apresentou em anexo duas listagens contendo 2.850 oitavas de ouro apuradas em apenas duas de suas lavras, de maio a outubro daquele ano. Estes 3:420\$000 réis apreendidos em ouro permite-nos conjecturar que a situação das terras minerais que Macedo tinha em sociedade com Bárbara permaneceram produtivas após a sua morte. Infelizmente, de 1802 a 1811 não possuímos quaisquer informações sobre os rendimentos das lavras de Bárbara para se comparar o valor apreendido por Macedo.

Para o período posterior ao falecimento do ex-contratador, as lavras de Bárbara Eliodora, reunidas sob a denominação de Boa Vista, registraram a seguinte contabilidade:

⁷³. FBN, I-32, 09, 025 – Ofício relativo ao falecimento de João Rodrigues de Macedo e aos procedimentos referentes ao seu espólio. Campanha da Princesa, 07/10/1807.

GRÁFICO 3

Fonte: IHGB. DL. 347.37 – Inventário de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira. 1819.

Os dados expostos no Gráfico 3 elucidam que os rendimentos das lavras de Bárbara, após a morte de Macedo, tinham a média de 600\$000 réis e as despesas estavam sempre crescentes, igualando-se aos valores arrecadados. A estratégia de a despesa ser semelhante ao rendimento também pôde ser observada no capítulo 2, quando analisamos a contabilidade das fazendas de Aires Gomes.

O importante a se registrar – e a documentação correlata ao processo de seqüestro nos permite evidenciar isso – é a rentabilidade proporcionada pelas lavras de Alvarenga ao longo dos anos em que estas ficaram sobre a administração partilhada de Macedo e Bárbara e, mesmo depois, somente sobre a ingerência de sua esposa.

As áreas minerais de Alvarenga eram produtivas, pois se assim não fossem, ele não teria se envolvido em conflitos fronteiriços para ampliar suas posses em lavras na Campanha. Para compensar Maria do Nascimento por duas demandas de terras minerais, Bárbara Eliodora transferiu-lhe quatro terrenos que tinha no local. Pelo exposto na documentação, mostramos que para solucionar aqueles litígios, ela utilizou três títulos de datas minerais que estavam seqüestrados pela devassa e outro de terras que não foram apreendidas pelas autoridades metropolitanas no perdimento dos bens de seu marido. Legalmente, Bárbara não tinha autorização para negociar aquelas terras, pois elas não poderiam ser desmembradas do patrimônio sedicioso sem ordens governamentais. Mais uma vez, a família agiu à revelia da lei.

Após a análise e quantificação dos documentos fiscais e contábeis aos quais tivemos acesso e referentes à produção e à administração das lavras de ouro pertencentes ao inconfidente Alvarenga Peixoto, concluímos que a parte respeitante a Bárbara Eliodora naqueles empreendimentos minerais foi de 19:188\$039,5 réis. Estes números, reproduzidos na Tabela 27, representaram unicamente a lucratividade recebida em 12 lavras (Cabras – canal de cima e canal de baixo, Baú – canal de cima e canal de baixo, Boa Vista, Rio Verde, Lopo, Santa Luzia, São Gonçalo Velho, São Vicente, 6ª feira e Carvalho), em três momentos distintos: de dezembro de 1790 a dezembro de 1792, de janeiro de 1796 a dezembro de 1801 e de janeiro de 1812 a julho de 1819. Quanto aos períodos interpostos não localizamos nenhum documento contábil ou fiscal de suas produções.

É interessante lembrar que dos 17 títulos minerais indicados na Tabela 24 (“Títulos de terras minerais seqüestrados a Inácio José de Alvarenga Peixoto”), apenas oito catas estão aqui representadas nominalmente.

Os dados apresentados a seguir, na Tabela 27, demonstram os substanciais rendimentos auferidos por Bárbara Eliodora em três instantes distintos de sua trajetória. Os lucros recebidos, depois de descontadas as despesas e de se proceder ao pagamento dos sócios, comprovam, ou nos permitem concluir, que o perfil econômico de Alvarenga voltava-se para a mineração, pois era onde ganhava mais dinheiro, apesar de conjugar, em suas propriedades, atividades múltiplas ligadas ao universo agrário. Como se leu, seu patrimônio foi preservado. Para manter as terras que estavam sob sua ingerência, e outras que foram “sonegadas” dos inquiridores, Bárbara utilizou-se de meios fraudulentos para trocar datas minerais que estavam seqüestradas pelo apaziguamento das relações sociais com sua vizinha.

Como afirmamos, Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio e José de Resende Costa são exemplos de proprietários que concentraram quantidades significativas de terras. A origem e a manutenção de seus níveis de riqueza tiveram na diversificação de atividades (agrícolas, minerárias, de criação de animais e mercantil) sua propulsão. Os seqüestros de seus bens comprovam um processo de acumulação baseado na exploração do trabalho escravo. Mas, afinal, quem eram os escravos que trabalhavam nas suas propriedades? O que os Autos de Seqüestro originais informam sobre eles?

Rendimentos obtidos por Bárbara Eliodora nas apurações de algumas de suas lavras, 1790-1792 / 1796-1801 / 1812-1819

LAVRA	1790	1791	1792	1796					1797					1798					1799					1800					1801					1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819			
	dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.	fev.-março	jun.-jul.	ago.	set.	out.-dez.	jan.	fev.-jul.	ago.-nov.	dez.	jan.-abr.	maio-jun.	jul.	ago.-nov.	jan.-jul.	ago.-set.	out.	nov.-dez.	jan.-abr.	maio	jun.-jul.	ago.-dez.	jan.-jul.	ago.-nov.	dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.	jan.-dez.							
Calinas - canal de cima	1.318\$551		233\$031,25			517\$200		637\$200		1.061\$250						774\$534									34\$5000		72\$5000		57\$500															
Calinas - canal de baixo						456\$300										149\$275									37\$781,25		42\$843,75		27\$5093,75		67\$200													
Bai I - canal de cima	662\$567,5		237\$281,25			456\$000		350\$100		47\$400						336\$937,5											92\$156,25		244\$781,25				631\$200											
Bai II - canal de baixo						264\$300										1.277\$100									801\$450		99\$600				168\$562,5													
Rio Verde						153\$600																																						
Boa Vista *										230\$400						774\$525									258\$412,5																			
Lago	47\$5240		17\$5312,5							146\$280																																		
Santa Luzia	54\$225																																											
São Gonçalo Velho																																												
São Vicente																1.116\$000																												
6ª Faina																129\$656,15																												
Carvalho																851\$6,25									48\$00		327																	
TOTAL	2.510\$603,5		692\$625			2.894\$700				6.072\$484						1.479\$443,75									1.939\$320,75																			
3.203\$228,5			12.323\$948,25																	9.394\$818,75																								
24.921\$995,5																																												

Fonte: IHGB, DL. 347.37, fls. 7-8; APM/SC, pl. 20276, rolo 528, docs. 2-3; FBN/CC, I-10, 15, 043 n's 009-013; FBN, II-31, 31, 5; AHMI, Mapoteca, gav. 3 - Apenso relativo à dúvidas...; AHMI, Mapoteca, gav. 3 - Apenso relativo ao sequestro...; FBN, II-31, 31, 9; FBN/CC, I-10, 15, 036 n's 006; 009-010; FBN/CIM, I-35, 12, 4; ESCHWEIG, Wilhelm Ludwig von. *Piuto brasiliensis*. Trad. Domicio de Figueiredo Murta. Prefacio de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, v. 2, p. 46-47.

OBS.: * a partir de 1812, o capitão Simão Lopes de Araújo anotou todos os rendimentos contabilizados pelas terras minerais de Bárbara Eliodora como sendo renda advinda unicamente da lavra da Boa Vista; exceção feita ao ano de 1814, que apareceu com duas outras taxas de lucratividade indicadas pelo barão de Eschwege para as lavras do Bai I e São Gonçalo Velho.

2.

Os escravos nas propriedades dos inconfidentes

Neste item pretendemos analisar os escravos e o que eles representaram como indicadores do patrimônio dos inconfidentes. Para que isto seja possível, é importante lembrar que os sete sediciosos relacionados neste estudo eram senhores de escravos e que a força de trabalho dominante em suas fazendas e lavras foi a cativa, independente de ela estar relacionada ao universo agrário ou minerário.

Na Tabela 28, indicamos o número de mancípios apreendidos pela devassa, tendo por base os Autos originais de Seqüestro.

TABELA 28

Escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

	Homens	%	Mulheres	%	Total
Carlos Correia de Toledo (1789)	28	90,32	3	9,68	31
Luís Vaz de Toledo Piza (1789)	33	89,19	4	10,81	37
Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789)	57	77,03	17	22,97	74
José Aires Gomes (1791)	105	78,95	28	21,05	133
Manuel Rodrigues da Costa (1791)	2	100,00	0	0	2
Inácio José de Alvarenga Peixoto (1789)	112	85,58	22	16,42	134
José de Resende Costa (1791)	24	77,42	7	22,58	31
	361	81,67	81	18,33	442

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Os conjurados da comarca do Rio das Mortes tiveram seqüestrados 442 cativos, sendo 361 escravos do sexo masculino (81,67%) e 81 do sexo feminino (18,33%), dentre os quais 35,98% eram nascidos no Brasil e 63,12% eram originários da África.⁷⁴

Em linhas gerais, esses dados nos permitem algumas constatações. A primeira delas é a de que esses senhores estavam conectados ao comércio negreiro, ou que

⁷⁴. Os demais inconfidentes presos tiveram 54 escravos apreendidos: Cláudio Manuel da Costa (31), José da Silva e Oliveira Rolim (7), Tiradentes (5), Francisco de Paula Freire de Andrada (5), Domingos de Abreu Vieira (4), Luís Vieira da Silva (1) e Vicente Vieira da Mota (1). Os cativos desses proprietários corresponderam a 12,22% do total dos escravos seqüestrados, enquanto os citados em nossa pesquisa figuraram com 87,78% de todos os escravos que sofreram seqüestro. Os demais presos – Tomás Antônio Gonzaga, José Álvares Maciel, José de Resende Costa filho, José de Oliveira Lopes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Domingos Vidal de Barbosa Lage, João da Costa Rodrigues, João Dias da Mota e Vitoriano Gonçalves Veloso – não tiveram nenhum cativo apreendido em seus patrimônios.

tinham negócios, direta ou indiretamente, com traficantes de escravos, uma vez que a maioria dos cativos presentes em seus plantéis originava-se da África.

O gráfico, a seguir, apresenta a distribuição desses escravos, segundo a sua origem por inconfidente.

GRÁFICO 4

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Pelos números expostos acima, percebemos a presença majoritária de africanos, apesar de não ser uniforme. Nos plantéis de Aires Gomes e Alvarenga Peixoto, encontramos as maiores diferenças entre escravos estrangeiros e mancipios nascidos no Brasil. Suas unidades produtivas eram ligadas à agroexportação e foram as que receberam os maiores percentuais de cativos comprados de traficantes ou comerciantes. Por meio dos dados expostos na Tabela 28 e no Gráfico 4, presume-se que esses dois personagens tinham maior capital e negócios mais dinâmicos, ou seja, que os seus investimentos eram menos rotineiros.

A Tabela 29 apresenta dados sobre a origem genérica dos grupos étnicos e naturalidade dos escravos seqüestrados pela devassa da Inconfidência, divididos pelos nascidos no Brasil e pelas grandes regiões da África ocidental (atualmente de Camarões e da Nigéria ao oeste e ao norte até Senegal) e África centro-ocidental (hoje, de Angola, no sul, até Gabão, ao norte, e incluindo o vasto Congo).⁷⁵

⁷⁵. A divisão geográfica que adotamos baseou-se em: LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia

TABELA 29

**Origens dos escravos apreendidos pela devassa aos inconfidentes
da comarca do Rio das Mortes**

	CCT	LVTP	FAOL	JAG	MRC	IJAP	JRC	Total
Brasil								
Crioulo	15	12	30	23		22	8	110
Mulato	1		3	17		10	1	32
Cabra	1		6	3		1		11
Pardo				3		3		6
África ocidental								
Cabo Verde		1		1				2
Cobu			2			2		4
Mina	3	3	2			10	1	19
Sabaru						3		3
África centro-ocidental								
Angola	7	21	21	24	2	17	2	94
Benguela	3		7	36		31	15	92
Congo			2	8		7	1	18
Cabinda				4		6	1	11
Casange				1		1		2
Ganguela						2		2
Mefumbe				1		3		4
Monjolo	1			1			1	3
Mosonso							1	1
Quissama				1		2		3
Rebolo				9		8		17
Xambá						2		2
Indefinidos (África)								
<i>Não consta</i>			1	1		1		2
						3		4
	31	37	74	133	2	134	31	442

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Legenda: CCT = Carlos Correia de Toledo; LVTP = Luís Vaz de Toledo Piza; FAOL = Francisco Antônio de Oliveira Lopes; JAG = José Aires Gomes; MRC = Manuel Rodrigues da Costa; IJAP = Inácio José de Alvarenga Peixoto; JRC = José de Resende Costa.

do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438; p. 431. Embora ocorra precisão na indicação dos cativos nascidos no Brasil e na África, a análise dos Autos de Seqüestro merece cautela. Quanto ao requisito da origem na África, é difícil saber ao certo se a terminologia utilizada na identificação se referia tão somente aos portos de embarque, às regiões geográficas ou aos grupos étnicos, religiosos, lingüísticos ou territoriais de existência efêmera que, hoje, não podemos identificar. Os notários da devassa, para designar a origem dos africanos, utilizaram termos que se referem ao local de embarque, como mina, que faz referência ao castelo de São Jorge da Mina, de onde saíram os escravos da região do Golfo do Benin, bem como às traduções fonéticas de termos africanos, tais como cobu, “adaptação portuguesa para *kovenú*, que se refere ao natural de Cové, região de antiga fala *mahi*”; ou até sua localidade específica e grupo lingüístico, como o caso de Cabo Verde. Mesmo com tais dificuldades e se conhecendo os limites que essas representações européias impuseram aos grupos africanos, uniformizando-os como nações geográficas imaginárias, optamos por quantificar e tecer considerações sobre esses cativos segundo a determinação da “origem” indicada no documento. Para os limites quanto às origens dos africanos em Minas Gerais, baseamo-nos em: FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 223-250; p. 246-248.

Os negros africanos constituíam 63,12% do total de escravos listados pela devassa, sendo que destes, 94 cativos, ou 21,27% do total geral de negros seqüestrados, eram denominados angolas; ao passo que 92 ou 20,81% eram benguelas. Estes dois grupos respondiam a 42,08% de todos os mancípios apreendidos aos inconfidentes.

Os escravos de origem angola foram os únicos presentes em todos os seqüestros de bens. Os benguelas foram encontrados nos seqüestros do padre Toledo, de Francisco Antônio, Aires Gomes, Alvarenga Peixoto e Resende Costa. Os mancípios do plantel do coronel Resende Costa eram originários, em sua maioria, da África. As propriedades de Luís Vaz se abasteciam, predominantemente, de escravos provenientes do tráfico negreiro.

A presença de africanos no grupo escravista de Aires Gomes, Alvarenga Peixoto, Luís Vaz e Resende Costa foi diretamente proporcional à razão homens/mulheres entre escravos. O tráfico para o Brasil foi responsável, de acordo com Sheila de Castro Faria, “pela entrada de grande número de homens jovens, menor quantidade de mulheres e número ainda mais reduzido de velhos e crianças”.⁷⁶ Nas unidades produtores dos conjurados listados acima, que tiveram indicada pela devassa a presença maciça de africanos, observamos que as razões entre os sexos foram expressivas, chegando, algumas destas unidades, a ter oito homens para cada mulher (plantel de Luís Vaz). Nas demais, a média aproximava-se a três.

Os grupos de Francisco Antônio e do padre Toledo, de acordo com os números expostos nas Tabelas 28 e 29 e no Gráfico 4, deviam ser abastecidos no mercado interno, ou mantinham escravos herdados. Para isto basta notar que a relação mais equilibrada entre homens e mulheres ocorreu no plantel de Francisco Antônio. Nas propriedades deste fazendeiro, os cativos nascidos na América superavam os originários da África por cinco pessoas: 34 negros africanos (45,95%) e 39 coloniais (52,70%), sendo o restante, 1,35%, referente a um cativo sem qualquer informação de seu local de origem. O plantel com maior proporção de escravos coloniais em relação ao africano foi o do padre Toledo: 54,84% contra 45,16% de estrangeiros.

A menor proporção entre “brasileiros” e africanos verificou-se no seqüestro de Alvarenga Peixoto: 26,87% dos cativos eram oriundos do Brasil, enquanto 70,90% vieram da África e 2,23% não se conhecem a procedência.

Entre os escravos nascidos no Brasil, os crioulos foram os que tiveram o maior percentual, com 69,18% dos mancípios naturais da colônia ou 24,88% de todos os cativos seqüestrados. Os 110 crioulos listados pela devassa, identificados na Tabela

---

⁷⁶. FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p. 295.

29, dividiam-se em 48 mulheres e 62 homens. Destes números, 19 mulheres e 4 homens eram casados, sendo estes mesmos 4 homens consorciados com mulheres de sua mesma etnia – três casais no plantel de Francisco Antônio e um no grupo de Alvarenga Peixoto. Todos estes casais não deixaram descendência. Com relação aos mulatos, 22 eram homens e 10 eram mulheres. Ainda sobre os mancípios naturais da colônia, no grupo dos cabras têm-se sete homens e quatro mulheres e, no dos pardos, quatro pessoas eram do sexo masculino e duas do feminino.

Os homens predominavam nos seqüestros, em geral, principalmente aqueles ligados à faixa etária em idade produtiva (21 aos 50 anos). Nesse período, conforme se observa na Tabela 30, a razão entre os sexos apresentou os maiores desequilíbrios entre homens e mulheres.

TABELA 30

Faixa etária e distribuição sexual dos escravos seqüestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

	0-10	11-20	21-30	31-40	41-50	51-60	61-70	71-...	ignorada
Masculino	11	31	83	90	65	39	15	5	21
Feminino	12	10	20	17	17	3	1	1	1
	23	41	103	107	82	42	16	6	22

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

O grupo dos homens em idade produtiva somou 66,06% dos cativos seqüestrados, enquanto as crianças e os jovens (dos 0 aos 20 anos) responderam por 14,48% e os que congregaram a fase de envelhecimento da população (faixa etária superior aos 51 anos) representaram 14,48% do total.

A menor proporção entre os sexos encontrava-se no plantel do coronel José de Resende Costa, onde 29,16% dos mancípios eram mulheres; ao passo que a maior desigualdade deu-se no grupo do padre Toledo, com 10,71% de cativos do sexo feminino, excetuando-se o conjunto do padre Manuel Rodrigues da Costa, composto por apenas dois escravos angolas do sexo masculino.

Do padre Manuel Rodrigues da Costa, a devassa apreendeu apenas dois escravos: ambos de origem angola. Possivelmente, estes mancípios ligavam-se aos serviços domésticos e de acompanhamento religioso. Os mancípios da fazenda do Registro Velho, onde ele residia com sua mãe viúva e irmãos, não foram listados pela devassa. A propriedade, ligada à lide agrária, na freguesia da Borda do Campo, por pertencer ao patrimônio de seu pai, o coronel Manuel Rodrigues da Costa, falecido, não teve seus pertences anotados pelos representantes da coroa, quando foram elaborar os seqüestros de seus bens. Do padre, listaram-se os dois escravos, objetos

peçoais e alguns religiosos, um título de terras minerais e um sítio denominado Tapera, com casas de vivenda e monjolo. Essas terras, ao que tudo indica, não eram exploradas, constituindo reserva de valor da fazenda do Registro Velho, já que eram áreas contíguas. A estas informações devem ser somadas as próprias atitudes do padre, pois as passagens de sua vida estiveram muito mais relacionadas ao universo religioso do que ao laico. Os negros angolas acompanhavam-no em suas visitas pastorais nas freguesias de Simão Pereira e Engenho do Mato, para ministrar o sacramento do Crisma.⁷⁷

A preferência dos senhores Aires Gomes, Alvarenga Peixoto, Resende Costa e Luís Vaz, segundo apuramos nos Autos de Seqüestro originais, era, portanto, por mancípios africanos do sexo masculino e jovens, capazes de desenvolver atividades minerárias e, também, produtivas voltadas ao abastecimento dos mercados interno e/ou externo da capitania de Minas Gerais. Para implantar ou ampliar as múltiplas atividades agrícolas que se envolveram, fosse ou não para a exportação, pressupunha a aquisição de mão-de-obra escrava de origem africana.

O desequilíbrio por sexo dos plantéis, realimentado pelo constante ingresso de recém-chegados, não impossibilitava as relações familiares. No interior desses grupos escravistas encontramos a existência da família cativa.⁷⁸ Dos 442 escravos listados pela devassa constatou-se a existência de 53 pessoas casadas ou com uniões sexuais estáveis, sendo 27 homens e 26 mulheres, distribuídos em quatro seqüestros. Além desses, identificamos uma pessoa viúva, uma mãe com dois filhos sem referência ao cônjuge e sem a indicação de ser casada e oito crianças sem menção das mães ou nome do pai nas escravarias (estes poderiam ser forros, falecidos ou pertencerem a outro proprietário).

⁷⁷. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 168. As atitudes religiosas deste sacerdote, de maneira mais completa, podem ser lidas em: Idem. A atuação do padre Manuel Rodrigues da Costa na Conjuração Mineira e na Constituinte de 1823. op. cit., p. 133-151.

⁷⁸. As discussões historiográficas sobre o tema da família escrava em Minas Gerais do século XVIII são extensas. Como este não é o foco de nossa pesquisa, apenas elencamos os cinco textos utilizados para entender essa realidade histórica na comarca do Rio das Mortes, objetivando a segunda metade dos setecentos. Conferir: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves, MG: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 455-476; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, v. 23, n. 37, p. 184-207, jan.-jun. 2007.

TABELA 31

**Laços familiares entre os escravos seqüestrados aos
inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**

	Casais constituídos				Total
	com filhos		sem filhos		
	nº	%	nº	%	
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	2	28,57	5	71,43	7
José Aires Gomes	3	60,00	2	40,00	5
Inácio José de Alvarenga Peixoto	5	55,56	4	44,44	9
José de Resende Costa	1	20,00	4	80,00	5
					26

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Das 26 famílias escravas escrutinadas pela devassa, conforme se observa na Tabela 31, em 11 delas verificou-se a presença de filhos (42,31%). Os meirinhos anotaram 23 crianças geradas nestas famílias, sendo 12 homens e 11 mulheres.⁷⁹ Além dessas, constatou-se a presença de duas crianças, no seqüestro de Aires Gomes, sem que sua mãe trouxesse a indicação de ser casada. A mulata Engrácia, de 30 anos de idade, teve informado seus dois filhos menores (Rita, de 6 anos, e o ingênuo Epifânio), também mulatos. Na unidade escravista de Luís Vaz de Toledo Piza constatou-se a existência de Francisco, de 9 anos de idade, sem indicação a qual dos casais seqüestrados ele pertencia. Este era irmão de Manuel, de 12 anos.

Na documentação nos chamou atenção o registro de crianças escravas com idade inferior a um ano. Três casais de escravos de Alvarenga Peixoto tiveram filhos nessa situação. Francisco Carapina cabinda e Esperança conga eram os pais de dois crioulos: Manuel e Maria – ela, com seis meses de idade. Lourenço benguela e Marcela crioula, de 50 e 40 anos, respectivamente, eram os genitores de três crioulos, sendo Josefa, de seis meses, Vicência, de 2 anos, e Antônia, de 9 anos de idade. Ao lado destes casais, Antônio mina e Catarina crioula eram pais de Narciso, de oito meses de idade, nascido em fevereiro de 1789. Em setembro deste mesmo ano, Bárbara Eliodora deu a luz ao terceiro filho – Tristão Antônio de Alvarenga. Coube a escrava Catarina tornar-se a ama-de-leite desse menor.⁸⁰

Consideração importante a ser feita sobre os laços matrimoniais entre cativos, diz respeito à presença de 23 crianças com até dez anos de idade nas escravarias seqüestradas pela devassa. Interessa reportarmos aqui ao caso de Alvarenga Peixoto que não se opunha ao livre estabelecimento de relações familiares e sexuais entre os

⁷⁹. Consideramos como crianças as pessoas listadas pela devassa na faixa etária entre 0 e 10 anos.

⁸⁰. FBN/CT, I-35, 11, 13 nº 4 – Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo tratando da saúde do Senhor Mathias, roupas para escravos, etc.. s./d.

seus cativos. Em ação de compra de cativos, ele não viu com “maus olhos” a reposição de parte da mão-de-obra pela natalidade. Alvarenga, em carta a Macedo, na época em que exercia o ofício de ouvidor do Rio das Mortes (1779), escreveu que o então sargento-mor José Aires Gomes apareceu em São João del Rei com um lote de 57 negros vindos do Rio de Janeiro:

O sargento-mor José Aires Gomes apareceu aqui com um lote de 57 negros, na verdade excelente, e me fez presente a honra com que vossa mercê me tratava, distinguindo-me para a primeira escolha, e eu que não carecia de negros por ter bastantes, disse-lhe que tiraria alguns somente por sinal de gratidão à lembrança de vossa mercê, e quis tirar somente seis: mas eles [os negros] me persuadiu [sic] de forma, e a bondade dos negros me tentou tanto, que tirei vinte e quatro. O preço de 140\$000 é muito alto, e o tempo de seis meses, é muito pouco (...). Eu careço de quarenta, até cinqüenta negras, para casar a flor dos meus negros; estas devem ser de doze até dezesseis anos; já a vossa mercê tinha pedido em Vila Rica que me remetesse até vinte: mas suponho não haveria ocasião até agora: porém sou a dizer que a vossa mercê que elas me são muito úteis, porque além da multiplicação, que podia esperar, ponho-as no Engenho e na Cata, da qual o serviço é muito leve e aplico todos os negros a meter umas águas, das quais certamente provirá logo, não só o meu desempenho com vossa mercê, mas toda a minha fortuna.⁸¹

A ampliação da produção agrícola e minerária nas terras de Alvarenga Peixoto produziu demanda por mão-de-obra em um ritmo muito mais rápido do que poderia ser satisfeito por um crescimento endógeno. No excerto desta carta, inédita, comprova-se a articulação de Alvarenga com o mercado negreiro, por meio da importação de trabalhadores escravos africanos para o seu plantel, e que Aires Gomes vendia cativos que eram trazidos do porto do Rio de Janeiro. Esta informação, a de que Aires Gomes vendia escravos, demonstra sua participação em investimentos multifacetados, pois se dedicava ao comércio de gado e de negros e a práticas agrícolas diversas em suas propriedades (plantava arroz, milho, feijão, trigo, cana-de-açúcar etc.). Outro assunto explicitado no fragmento dessa correspondência é a da família escrava como uma das formas de exploração dos senhores para manter e ampliar suas bases escravistas, não importando os padrões destas uniões, se naturais da América, África ou criados pela vivência no cativoiro.⁸²

No cativoiro, a maior família seqüestrada pertencia a Aires Gomes: os mulatos Joaquim, de 35 anos, e Rosa, de 28, tiveram quatro filhos mulatos de seu consórcio:

⁸¹. FBN/CIM, II-31, 31, 15 nº 5, fls. 4-5 – Carta de Inácio José de Alvarenga a João Rodrigues de Macedo. 28/05/1779.

⁸². Idéias suscitadas por: FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p. 300.

Hipólita (5 anos), Matilde (4 anos), Joaquim (2 anos) e Antônio (6 meses). Um terço de todas as mulatas apreendidas aos sediciosos procedeu dessa família.

Dos escravos listados na fazenda Paraopeba, de Alvarenga Peixoto, localizada em São Brás do Suaçuí, às margens da estrada que passa em direção a São João del Rei, apareceu escrito que o mina José, de 50 anos, era “casado”, sem, contudo, indicar o nome de sua cônjuge.⁸³ Sua ausência nos Autos de Seqüestro sugere, no mínimo, três hipóteses: erro de anotação do meirinho; sonegação ou atitude furtiva da cativa ou, no momento da elaboração da lista de escravos, ela não se encontrava no plantel.

⁸³. A fazenda Paraopeba, pertencente a Inácio José de Alvarenga Peixoto, não foi seqüestrada pela devassa, pois fora arrematada por seu sogro José da Silveira e Sousa, em seu nome, no tempo em que foi ouvidor da comarca do Rio das Mortes. Por lei, Alvarenga não poderia participar da compra daquelas terras, pois era vedado aos funcionários reais de alto escalão participar de negociatas nos lugares de sua jurisdição administrativa. A compra daquelas terras, em leilão, ocasionada pela dívida fiscal do ex-contratador João de Souza Lisboa, suscitou intenso protesto entre os herdeiros deste e os demais interessados naquela aquisição contra o ex-ouvidor Alvarenga e seu sogro José da Silveira e Sousa.

Em 1779, Francisco José e Silva Guimarães ofereceu lance de 42 mil cruzados (20:160\$000 réis) – 25 mil cruzados à vista (12:000\$000 réis) e o restante em pagamentos anuais de 800\$000 réis. Para garantir os pagamentos, apresentou o nome e a lista de bens de nove fiadores. Alvarenga Peixoto, por intermédio de José da Silveira e Sousa, ofereceu o lance de 35 mil cruzados (16:800\$000 réis) e o pagamento do restante da dívida em parcelas de 200\$000 réis anuais. Como fiadores, Alvarenga apresentou quatro pessoas, a saber: Antônio Joaquim de Almeida (sócio de José da Silveira nas lavras do Canhamunú), Caetano da Silva (proprietário de fazendas, lavras e escravos, e um dos homens mais ricos da comarca do Sabará, apesar de naquele momento estar sendo executado como fiador de Joaquim José Marreiros), Luís Antônio da Silva (possuidor de lavras na Campanha – este será o fiel depositário dos bens de Alvarenga quando de seu seqüestro pela devassa). José da Silveira e Sousa apresentou-se como dono das lavras do Canhamunú, localizadas “três quattras de légua desviadas da vila de São João del Rei”, onde trabalham “perto de seiscentos negros partidistas ao quinto”, com rendimentos de “doze ou quatorze mil oitavas, (...) que anda por dez ou doze mil cruzados”. Além disso, informou no processo de justificação de arrematação da propriedade, ser dono de outras duas lavras de ouro, a do Ribeirão do Carmo e de São Pedro.

Para comprar a fazenda Paraopeba, José da Silveira nomeou como procuradores Caetano Francisco e Antônio Ribeiro, “que fez a arrematação”. De acordo com denúncia de Francisco José e Silva Guimarães, o ouvidor Alvarenga subornou os ministros da Real Fazenda com cem oitavas de ouro. O processo de compra foi aprovado e autorizado pelo então governador dom Antônio de Noronha – o mesmo que doara terras agrícolas e minerais ao poeta inconfidente ainda no tempo em que exercia o ofício de magistratura no Rio das Mortes.

Sobre esses temas, conferir “Documentos justificados: Arrematação das fazendas da Paraopeba”. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 206-218. Ver, também: APM/SC, cód. 263, fl. 140 – Ordem ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes sobre o seqüestro dos bens do doutor José da Silveira e Sousa e de Alvarenga Peixoto. 28/05/1794; FBN/CT, I-35, 11, 13 nº 12 – Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a Luís Antônio Branco de Carvalho tratando sobre problemas com oficiais de justiça em Paraopeba e solicitando que enviasse recomendações a João Rodrigues de Macedo. Nestes dois documentos se comprovam a posse daquelas terras como sendo de Alvarenga Peixoto.

A título de curiosidade, no inventário de José da Silveira e Sousa encontra-se anotado que cinco de seus vinte escravos estavam trabalhando na fazenda Paraopeba: todos eram naturais da África – dois minas, um banguela, um cabinda e um angola. Neste mesmo documento consta a avaliação de duas “terras e águas minerais” localizadas no Jaguará (a 300\$000 réis) e no morro de Santo Antônio, em São José (a 800\$000 réis). Conferir: ANRJ, Códices Diversos – SDH, cód. 968, fls. 2v-6 – Inventário do espólio do doutor José da Silveira e Souza. 18/07/1794.

Na fazenda da Borda, de Aires Gomes, algo semelhante a isto também aconteceu: o escravo angola Caetano Tumba, que apareceu originalmente listado naquele local, estava em posse de seu cunhado José Lopes de Oliveira em outro lugar. Os oficiais da devassa não viram este cativo pessoalmente, mas o anotaram como pertencente àquele plantel, pois sabiam, por notório conhecimento, que o dito cativo pertencia a sua posse e que estava constantemente em companhia do irmão de sua esposa. O mancípio só aparecerá entre os bens de Aires no processo de avaliação do sítio Engenho.

Mas, informações concernentes à reprodução nos plantéis dos inconfidentes do Rio das Mortes evidenciam que a reposição da mão-de-obra consumida nas fazendas e nas áreas minerais e a ampliação dos plantéis – como se observou na citação da carta de Alvarenga ao amigo Macedo, sobre a compra de cativos – ocorreram por meio da importação de mancípios e da reprodução interna.⁸⁴

Dados extraídos dos Autos de Seqüestro comprovam que mancípios do sexo feminino são expressivos entre os escravos nascidos no Brasil. Isto pode ser explicado por duas razões: a preferência pela importação de cativos do sexo masculino e pela impossibilidade de o senhor influir na determinação do sexo dos mancípios nascidos no cativeiro. Das 48 crioulas listadas pela devassa, 14 inseriam-se na estrutura etária do 0 aos 10 anos de idade. Nesta faixa, e única, o número de mulheres foi superior ao número de homens – nasceram mais cativos do sexo feminino do que do sexo masculino naquele circunscrito espaço de tempo.

Pelos exemplos listados anteriormente é-nos permitido concluir que inconfidentes como Luís Vaz, Alvarenga Peixoto, José de Resende Costa e Francisco Antônio de Oliveira Lopes apresentavam perfil econômico tradicional, pois eles são muito mais mineradores, apesar de diversificarem alguns de seus negócios, do que agricultores, além de serem proprietários de grande quantidade de escravos no contexto de Minas Gerais. Foi por meio da mineração que estes senhores escravistas conseguiram amealhar seus maiores rendimentos, apesar de eles estarem inseridos na principal região produtora de grãos, leguminosas, cana-de-açúcar e aguardente, e de criação de bois, muares e porcos de Minas Gerais.

De acordo com a historiografia, após meados do século XVIII, a economia de Minas Gerais retraiu-se com a diminuição da produção de ouro e diamantes. Os centros de garimpo se contraíram e o número de minas e jazidas diminuiu, enquanto a população se transferia para a agropecuária de subsistência. De acordo com Stuart

---

⁸⁴. Estas informações foram, anteriormente, indicadas por Carlos Magno Guimarães no seu estudo sobre a estrutura agrária e a escravidão na Inconfidência Mineira. Conferir: GUIMARÃES, Carlos Magno. op. cit., p. 173-175.

Schwartz, por volta de 1810, menos de dez por cento dos aproximadamente 150.000 escravos, que viviam em Minas Gerais, ainda trabalhavam na extração do metal precioso. Com efeito, a população cativa reduziu-se de 190.000 em 1786 para 148.000 em 1808, ocupada em atividades rurais, em sua maioria. Em um contexto de crescimento demográfico e de ampliação e diversificação das áreas de produção de gêneros alimentícios é que a economia do Rio das Mortes e a comercialização de sua agricultura independeram da exaustão da extração aurífera.⁸⁵

Apesar de os inconfidentes desenvolverem em suas propriedades atividades agropastoris concomitantes com a exploração do ouro, eles não se inseriam plenamente na realidade agrário-pastoril da comarca do Rio das Mortes, da segunda metade do século XVIII. Como afirmamos, os sediciosos indicados anteriormente estavam com atenção muito mais direcionada para uma estrutura econômica tradicional, própria do Antigo Regime, do que aberta às inovações. Em sua maioria, os conjurados mineiros de 1788-1789 são conservadores; exceção feita a José Aires Gomes, que acompanha as mudanças econômicas da região, diversificando suas plantações e inserindo-se em outros ramos de atividades, como o do comércio.

No tocante aos escravos, indicamos que a devassa seqüestrou aos sete inconfidentes estudados nesta Tese 442 cativos. Estes números diferem do exposto na historiografia. Por exemplo, João Pinto Furtado, em sua pesquisa *O manto de Penélope* escreveu que os sediciosos mineiros da comarca do Rio das Mortes tiveram apreendidos 404 mancípios.⁸⁶ Carlos Magno Guimarães, em seu importante estudo sobre a estrutura agrária e a escravidão na Inconfidência, apontou o seqüestro de 415 escravos.⁸⁷ Apesar de esses números serem discordantes, os 442 escravos listados pela devassa naqueles plantéis não condizem verdadeiramente com o total de

⁸⁵. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 149-150. Pesquisas recentes demonstram a existência de vastas áreas de Minas Gerais ligadas não apenas ao abastecimento regional, mas, principalmente, ao fornecimento de gêneros para o Rio de Janeiro. Conferir, entre outros: MAXWELL, Kenneth. op. cit.; LENHARO, Alcir. op. cit.; CARRARA, Angelo Alves. op. cit.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. op. cit.; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit.; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit..

⁸⁶. João Pinto Furtado informou que foram apreendidos aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes 404 escravos: Carlos Correia de Toledo (32), Luís Vaz de Toledo Piza (18), Francisco Antônio de Oliveira Lopes (69), José Aires Gomes (123), Manuel Rodrigues da Costa (2), Inácio José de Alvarenga Peixoto (132) e José de Resende Costa (28). Destes números para os encontrados em nossa pesquisa há uma diferença de 38 cativos. A dessemelhança numérica pouco alterará a estrutura de posse citada por Furtado em relação à estimativa do patrimônio de cada inconfidente, mas ajuda a limitar o conjunto de sua amostra. Conferir: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105; 108-113.

⁸⁷. Carlos Magno Guimarães indicou que 415 mancípios foram apreendidos aos inconfidentes do Rio das Mortes: Carlos Correia de Toledo (32), Luís Vaz de Toledo Piza (36), Francisco Antônio de Oliveira Lopes (69), José Aires Gomes (116), Manuel Rodrigues da Costa (2), Inácio José de Alvarenga Peixoto (132) e José de Resende Costa (28). Conferir: GUIMARÃES, Carlos Magno. op. cit., p. 174; 175.

escravos que existiam naquelas sete unidades escravistas, no momento em que os meirinhos foram realizar a anotação dos bens seqüestrados aos presos. Mediante ações de sonegação e corrupção, algumas das famílias daqueles presos conseguiram esconder algum patrimônio da apreensão metropolitana. Alguns dos bens escondidos foram escravos. Assim, acompanhar a trajetória dos cativos omitidos da devassa – ou pelo menos daqueles que conseguimos descobrir – e o que eles representavam no plantel dos conjurados será o próximo item deste capítulo.

3.

Os escravos e alguns casos de sonegação nos Autos de Seqüestro

Em agosto de 1794, o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira solicitou a devolução dos bens de sua mãe Bernardina Caetana do Sacramento, que estavam em poder de seu irmão Francisco Antônio de Oliveira Lopes e de sua cunhada Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, como testamentários da matriarca. O patrimônio foi confiscado pela devassa, como se fosse do “degredado e confiscado” Francisco Antônio, e estava sendo administrado pelo fiel depositário, Pedro Joaquim de Melo.⁸⁸

Por “repetidas vezes”, o sargento-mor apresentou certidões para que o fiel depositário entregasse os bens de sua mãe, desmembrando-os do seqüestro ocorrido, em 25 de setembro de 1789. Mesmo com a possibilidade de ser preso pelo não cumprimento dessa medida, como escrito nos atestados, o primo de dona Hipólita, Pedro Joaquim de Melo, não se interessou pela divisão patrimonial, deixando-o integrado ao seqüestro.

Manuel Caetano, ao perceber o descaso e a falta de empenho em se fazer cumprir a decisão judicial, que lhe foi favorável à devolução dos bens da herança de sua mãe, recorreu diretamente ao juiz responsável pela devassa, Antônio Ramos da Silva Nogueira, explicando-lhe o ocorrido. Alegou que a restituição dos bens estava desfavorável aos seus interesses e, também, aos do Estado metropolitano, pois, enquanto o que lhe pertencia por herança estava listado como patrimônio do inconfidente, o que cabia ao seu irmão e deveria ser objeto da real apreensão, foi omitido da devassa.

Com a delação, esperava ganhar a confiança e o respeito do devassante quanto à solução da disputa familiar. Transcrevamos a apresentação dos fatos:

Diz o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, que no seqüestro que se procedeu por este Juízo na Ouvidoria do Rio das Mortes contra o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes compreendido, condenado, e definitivamente sentenciado pelo delito de Sublevação **se ocultaram muitos bens, que o suplicante denuncia quais são os do Rol junto, e poderão ainda haver muito mais como há de constar** do Inventário feito entre dona Hipólita Jacinta Teixeira, mulher do dito proscrito, e seu irmão capitão-mor

⁸⁸. IHGB. DL 101.2, fl. 15 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Gonçalo Teixeira, que todos pertencem ao referido seqüestro por ser o suplicante dito condenado no perdimento de sua inteira meação, e para segurança dos mesmos, e sobre eles requer o suplicante seus direitos, e ações que lhe competirem.⁸⁹

Foi devido às brigas familiares causadas pela herança de Bernardina Caetana do Sacramento, que detectamos processos de sonegação e corrupção presentes nos Autos de Devassa. O patrimônio escondido contava com vários escravos, “muitos trastes de casa”, como jarros, bacias de prata, dois faqueiros “de colheres, garfos e facas de cabo de prata”, “várias dúzias de cadeiras, baús, caixas e armários” e “várias dúzias de louças de prata da Índia e de pó de pedra”.⁹⁰ Entre os bens semoventes foram encobertos bois, vacas, cavalos, éguas e potros, com suas selas e arreios. Todos estes bens estavam “ocultos nas fazendas da Laje, Gales e Ponta do Morro e em casas de Pedro Joaquim de Melo [o fiel depositário] e do tenente Antônio Gonçalves [de Moura]”. Quanto aos bens imóveis registrou-se a indicação da desconhecida fazenda Bananal, localizada no termo de Mariana, que foi vendida ao coronel João Damasceno, sendo que ainda devia a maior parte das prestações de compra da propriedade.⁹¹

Nos ADIM não existe qualquer menção às fazendas chamadas Gales e Bananal, como pertencentes ao conjurado Francisco Antônio de Oliveira Lopes. O próprio desembargador Antônio Ramos da Silva Nogueira achou estranha a omissão daqueles bens de raiz, chegando a sublinhar no manuscrito a indicação da existência da fazenda Bananal, de tão surpreendente que foi a sua descoberta.⁹²

Quando foi chamada para depor na inquirição de seqüestro dos bens denunciados pelo seu cunhado, Hipólita Jacinta disse que desconhecia quaisquer bens existentes nas fazendas Bananal e Laje. Na fazenda Gales, localizada no termo

⁸⁹. Ibidem, fl. 42. Grifo nosso.

⁹⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fls. 1-7 – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Francisco Antônio teve seqüestrado pela devassa, como se lê na edição impressa dos ADIM, 69 escravos, 425 cabeças de gado, 24 objetos de prataria e louças finas, 40 móveis, entre outros. Conferir: Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes. São José, 25/09/1789. In: ADIM, v. 6, p. 152-162.

⁹¹. IHGB. DL 101.2, fls. 44-44v; 78v-80v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Além desses bens, denunciou-se, ainda, “um crédito, ou execução que é devedor Manuel Inácio Rodrigues, cuja ação principiou contra Manuel Antônio camarada do dito Manuel Inácio Rodrigues”. In: Ibidem, fl. 78.

⁹². No documento, encontramos: “Uma fazenda chamada o Bananal, sita no termo de Mariana, que foi vendida ao coronel João Damasceno, que ainda se deve a maior parte de seu valor”. [grifo do original]. In: Ibidem, fl. 78. A fazenda Bananal é a mesma que consta no processo de compra dos bens do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira feita por Francisco Gomes Martins e, depois, por Aires Gomes. Este tenente-coronel era pai de Maria Inácia de Oliveira, esposa do inconfidente da Borda do Campo, e do sedicioso Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

da vila de São José, os inquiridores seqüestraram nove cabeças de gado vacum. Ainda, em São José, na fazenda Carandaí, do capitão Antônio Gonçalves, foram encontradas e seqüestradas várias éguas e bois que pertenciam ao casal Hipólita e Francisco Antônio.⁹³

Mas, de todas as omissões, a que mais nos chamou a atenção foi a dos escravos: nada menos do que 74 cativos não apareceram listados no seqüestro dos bens de Francisco Antônio. O sargento-mor Manuel Caetano entregou ao juiz Antônio Ramos da Silva Nogueira lista contendo os nomes dos escravos furtados do inquérito da Inconfidência.

Estes números são impressionantes: metade de sua unidade escravista esteve subtraída às escondidas da devassa. Nos ADIM, em sua edição impressa, está registrado que Francisco Antônio teve 69 mancípios apreendidos. Na documentação original, nos ADIM manuscritos, custodiados no ANRJ, e na peça de seqüestro, que se encontra no IHGB, seus números chegaram a 74 pessoas listadas, como sendo o seu patrimônio.

Dona Hipólita, em 27 de abril de 1795, quando inquirida sobre os bens “ocultos ao primeiro seqüestro” e que foram “denunciados no Juízo dos Feitos do Contencioso da Real Fazenda”, apresentou as seguintes justificativas para que os 74 escravos omitidos não aparecessem na lista do seqüestro:

Quadro 1

Justificativas apresentadas por Hipólita Jacinta dos escravos omitidos no seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes

Quantidade de escravos omitidos	Justificativa
8	“seis foram apresentados aos ministros” e que estes não foram inventariados porque “se achavam hipotecados a Domingos da Cunha por dívidas que (...) lhe devia” e, os outros dois, por “andarem fugidos juntos com outros mais”;
16	“todos estes haviam sido seqüestrados e se acham no depósito do primeiro seqüestro como dele há de constar”;
8	“nasceram depois do seqüestro”;
3	“pertenciam a sua mãe Bernardina Caetana” [mãe do inconfidente];
15	pertenciam a outras pessoas;
5	eram “escravos nascidos depois do seqüestro e que se dizem mortos”;
4	na ocasião do seqüestro estavam fugidos, “hoje estão falecidos”;
4	não pertenciam ao seu patrimônio;
3	na ocasião do seqüestro estavam fugidos e, quando presos, “foram levados para a casa do sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira”;
8	estavam depositados nas mãos de Pedro Joaquim de Melo.

Fonte: IHGB. DL 101.2, fls. 79-80 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

⁹³. Ibidem, fls. 80v-81; 83-83v.

Dos 74 escravos apontados no agravo de seqüestro (Quadro 1), 54 foram denunciados como novos bens e reconhecidos por dona Hipólita como sendo de seu patrimônio. Se somarmos os 74 mancípios originalmente seqüestrados pela devassa com os 54 cativos sonogados e delatados, concluímos que no plantel de Francisco Antônio havia 128 escravos. Mas, mesmo assim, podemos acreditar nesses números? Afinal, quantos cativos pertenciam àquele inconfidente, em 1789, no ano em que se realizaram os três seqüestros de seu patrimônio em Minas Gerais? Quem eram esses cativos? De onde vieram esses negros? Por que estes 54 mancípios foram denunciados?

Antes de iniciar a análise dos escravos que comprovam a existência da sonegação e da corrupção no processo de devassa, é preciso examinar a origem de parte desse plantel.

A briga jurídica pela herança de Bernardina Caetana do Sacramento faz parte de um processo maior que se avolumava na justiça, desde a morte do tenente-coronel José Lopes de Oliveira, o patriarca da família. Para se chegar à partilha, o juiz Antônio Ramos da Silva Nogueira mandou que se fizesse a divisão dos bens do dito tenente-coronel. Por meio desta partilha, ocorrida em 14 de setembro de 1790, é possível descobrir que os 46 escravos do plantel de José Lopes foram divididos igualmente entre os herdeiros, sendo cada um deles – são dois irmãos – beneficiados com 23 cativos.⁹⁴

TABELA 32
Partilha dos escravos pertencentes ao
tenente-coronel José Lopes de Oliveira (14 de setembro de 1790)

	Escravos				Valor na partilha
	Homens	%	Mulheres	%	
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	16	69,54	7	30,43	1:157\$000 rs.
Manuel Caetano Lopes de Oliveira	18	78,26	5	21,74	1:096\$800 rs.

Fonte: IHGB. DL 101.2, fls. 19v-21 – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Dos 23 escravos recebidos por Francisco Antônio da partilha, 20 apareceram indicados nos Autos de Seqüestro e três foram omitidos. No montante, estes escravos

⁹⁴. Para chegar a estes números, cruzamos a lista dos escravos seqüestrados de Francisco Antônio com o Auto de Partilha do tenente-coronel José Lopes de Oliveira. A elaboração das duas listas difere em um ano. Ao analisar os documentos de óbito dos negros da Ponta do Morro e os da fazenda da Laje, constatamos que nenhum dos cativos pertencentes ao dito tenente-coronel morreu naquele período, pois nenhum dos nomes de escravos falecidos coincide com os nomes contidos nas duas listagens.

representaram 160\$000 réis, ou 13,83% do total. Assim, dos mancípios omitidos da devassa, três eram originários da herança paterna.

Conforme indicamos anteriormente (item pecuária), os bens de Francisco Antônio foram avaliados em lotes. O tenente-coronel José Francisco de Carvalho arrematou, em 10 de junho de 1796, em nome de sua sobrinha Hipólita Jacinta, 406 animais, 36 peças de utilidades domésticas e 26 escravos pela quantia de 2:362\$400 réis.⁹⁵ Dos mancípios que comprou, apenas nove fizeram parte dos seqüestros oficiais da devassa e os demais devem ser somados na conta dos negros delatados por Manuel Caetano por atos de sonegação praticados por Hipólita Jacinta: 16 escravos eram novos e um pertencia ao patrimônio de José Lopes de Oliveira.

Dos 26 cativos vendidos em leilão, conhecemos o valor individual de apenas dez deles que, somados, em dinheiro seriam 850\$000 réis, ou 35,98% do valor total. Dos nove escravos avaliados acima de cem mil réis no plantel, cinco fizeram-se presentes naquela operação de venda. E, de todos esses mancípios, apenas um deles era de origem africana (um angola), sendo cinco mulatos (todos homens), 13 crioulos (seis homens e sete mulheres), cinco cabras (quatro homens e uma mulher) e dois pardos (um homem e uma mulher).

A venda de todos esses bens em leilão permitiu a legalização de parte dos escravos omitidos da devassa. Mesmo com tais condutas, a família permaneceu com aquele patrimônio. A delação não significou qualquer abalo em sua estrutura econômica, pois, ao que parece, os bens foram subavaliados, e os escravos tornaram-se os melhores comprovantes dessa prática.

Mas, voltando-se à lista entregue por Manuel Caetano de Oliveira Lopes observou-se a delação de 74 nomes de cativos. Destes, seis encontravam-se no seqüestro empreendido pela devassa, nove transferiram-se para o patrimônio de Manuel Caetano com o desenvolvimento do processo, cinco morreram entre a data de confecção do primeiro seqüestro e o dia da delação e, do restante, 54 mancípios eram novos. Portanto, da delação, apenas esta quantidade de negros não foi arrolada entre os bens seqüestrados ao inconfidente pela devassa.

Com estas informações, podemos calcular os cativos que estavam no plantel de Francisco Antônio no momento da confecção do primeiro seqüestro (25 de setembro de 1789) e a data da delação feita por seu irmão, em agosto de 1794.

---

⁹⁵. IHGB. DL 3.4, fl. 157 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

QUADRO 2

Plantel escravista de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)

Quantidade de escravos	Origem da escravaria
23	Herança de Francisco Antônio – partilha dos bens de José Lopes de Oliveira (1790)
25	Auto de Arrematação (1796)
54	Denúncia do sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira (1794)
41	Seqüestro realizado pela devassa da Inconfidência (1789)
5	Escravos que nasceram e morreram / não contabilizados nos itens acima (1789-1794)
148	

Fonte: IHGB. DL 101.2, fls. 16; 18-21; 43-44v; 74-83v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes; IHGB. DL 3.4, fls. 155-164v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Pelo Quadro 2 se presume que, de 1789 a 1796, o plantel de Francisco Antônio foi composto por 148 escravos, de diferentes etnias, idades e sexo. Este número representa um aumento de 74 mancípios ou 200% sob o total de cativos apreendidos pela devassa, considerando-se, para o efeito deste cálculo, os seqüestros originais (74 escravos). Se todos esses negros fossem seqüestrados pela devassa se poderia atribuir a ele o epíteto de o maior escravista da Conjuração Mineira.

Comparando-se esses dois contextos, temos:

TABELA 33

Plantel escravista de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)

<i>Brasil</i>	Escravos seqüestrados		Escravos omitidos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Crioulo	19	11	15	19	64
Mulato	3		5	4	12
Cabra	3	3	5	6	17
Pardo			2	1	3
África ocidental					
Cobu	2				2
Mina	1	1	3		5
África centro-ocidental					
Angola	21		1		22
Banguela	5	2	6	1	14
Congo	2		1		3
Cabinda			1		1
Não consta	1		4		5
	57	17	43	31	148

Fonte: IHGB. DL 101.2, fls. 16; 18-21; 43-44v; 74-83v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes; IHGB. DL 3.4, fls. 155-164v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Em ambos os momentos, de acordo com a Tabela 33, sobressaíram-se os cativos nascidos no Brasil (64,86% do total). Nesse sentido, inicialmente, o que nos chamou a atenção foi a quantidade de escravos do sexo feminino omitido da devassa (40,54%). Estes números permitem evidenciar a existência da família escrava naquele plantel.

TABELA 34
Laços familiares entre os escravos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789-1796)

Casais constituídos				Famílias sem indicação de união conjugal			
com filhos		sem filhos		mãe com filho(s)		pai com filho(s)	
nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
5	31,25	3	18,75	7	43,75	1	6,25

Fonte: IHGB. DL 101.2, fls. 16; 18-21; 43-44v; 74-83v – Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes; IHGB. DL 3.4, fls. 155-164v – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Compulsando a documentação, encontramos a existência de 16 famílias escravas. Das uniões conjugais legalmente constituídas por meio do matrimônio, como se depreende dos assentos de óbito e batismo reproduzidos em Anexo aos Autos de Seqüestro originais, cinco grupos tiveram filhos. Destes casais, dois deles apareceram listados pela devassa: Perpétua e João da Vila, com sua filha Gertrudes, de um ano e meio de idade, e Josefa e Manuel, com sua filha Floriana de 3 anos. Após o seqüestro ocorrido, em 25 de setembro de 1789, nasceram dois filhos do primeiro casal – João e Florentino. Quando os meirinhos estiveram na fazenda da Ponta do Morro, Perpétua estava a dias de dar a luz. Não sabemos se as crianças nasceram gêmeas. Mas, de acordo com a documentação e a denúncia de Manuel Caetano Lopes de Oliveira, quando os oficiais da devassa voltaram à fazenda para complementar o seqüestro, em 16 de abril de 1790, essas duas crianças já se achavam nascidas.

Da cabra Josefa e do crioulo Manuel, ambos com 25 anos, a devassa listou-os como um casal contendo apenas um filho – Floriana, crioula, de 3 anos. Além dela, o casal teve outros três filhos – Simão, Simplícia e Violante; todos suprimidos da devassa. Os dois primeiros morreram infantes. Sabe-se que Simplícia faleceu de “bexigas” (varíola) e foi sepultada no adro da capela de Nossa Senhora da Penha de França do arraial de Bichinho, filial da Igreja Matriz de Santo Antônio da vila de São José, em 1795.⁹⁶

⁹⁶. Ibidem, fl. 164.

Dos cinco casais listados pela devassa como não tendo filhos, a documentação original permitiu-nos encontrar dois deles com três crianças e as três uniões restantes permaneceram sem descendência, como indicado na devassa.

Dos casais que se formaram no cativeiro, e se encontravam omitidos, o crioulo Clemente uniu-se à crioula Feliciano. Desse relacionamento nasceram quatro filhos: três mulheres e um homem. Todos eles estiverem presentes entre os escravos que fizeram parte do lote arrematado, em 1796, pelo tio de dona Hipólita dos bens do inconfidente.⁹⁷

Contudo, de todos os núcleos familiares constituídos no plantel de Francisco Antônio, destacou-se o chefiado pela cabra Joaquina e seus cinco filhos mulatos. Infelizmente, os documentos não trazem referência ao cônjuge e, como já afirmamos anteriormente, a ausência de um dos membros da família poderia ser sinal de morte, de o esposo ser alforriado ou pertencer a outro proprietário. Como neste caso, em outras seis situações, houve somente o registro do nome da mãe e a indicação do nome e origem de seus 12 descendentes. Duas mulheres apareceram indicadas com três filhos cada uma: a crioula Damiana, de 22 anos, que teve seus três filhos falecidos em um prazo de dois anos – Pedro, em 7 de novembro de 1797; Venceslau, em 13 de julho de 1799, e Justa, em 15 de novembro daquele ano. Estas três crianças morreram somente com o sacramento da confissão, sem irem à pia batismal.⁹⁸ Situação inversa da crioula Joana que educou suas três crianças – os cabras Clara e Joaquim e o mulato Túdio. Este mulato, aliás, apareceu listado no Testamento de dona Hipólita, em 1828, ao lado de outros cativos que ela alforriou no leito de morte.⁹⁹

Por meio deste documento testamental foi-nos permitido vasculhar, na fazenda Ponta do Morro, o término de um ciclo escravista iniciado por Francisco Antônio e concluído com a morte de Hipólita Jacinta, em 1828. Pouco menos de um ano antes de seu falecimento, esta senhora escreveu: “Declaro que todo escravo meu que apresentar papel de coartamento ou alforria passados por mim, meus testamenteiros estarão por eles, e em Juízo terão todo o crédito, com a declaração que, se devem alguma coisa, lhes perdão.”¹⁰⁰

---

⁹⁷. Ibidem, fls. 155-156.

⁹⁸. Ibidem, fls. 160v-161.

⁹⁹. No documento de testamento apareceu indicado que três mulheres foram alforriadas com seus filhos (“os declaro forros e a todos os seus filhos”), sem, contudo, indicar nominalmente seus nomes e quantos eram esses negros. Conferir: Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 431.

¹⁰⁰. Ibidem, p. 430-431.

Este ato de magnanimidade estendeu-se a 34 cativos e aos filhos de três mulheres desse plantel, sem indicar quantos e quem eram essas crianças. Os demais escravos, sem sabermos ao certo quantos eram eles, não receberam a liberdade. Constatou-se que 12 dos mancípios listados no testamento pertenceram ao grupo seqüestrado ao seu marido e que outras duas mulheres eram filhas de escravos evadidos da devassa. Entre eles, existiam 11 laços familiares constituídos: oito casais, sendo um com filhos e sete sem descendência; e três mães com filhos. Dos casais sem filhos destaca-se, por exemplo, o dos pardos Fortunata, que recebeu a alforria de Hipólita, e Silvano, que não consta na listagem dos escravos agraciados com a liberdade (para permanecer no cativo, servindo a outros membros da família, ou por já ser forro ou propriedade de outro senhor).

Dos processos de libertação citados no Testamento, alguns casos merecem análise pormenorizada. O primeiro se refere ao pardo Luís, referenciado na lista dos cativos arrematados, em 1796, pelo tio de dona Hipólita junto à Fazenda Real. Na época, ele tinha seus 30 anos de idade e exercia o ofício de ferreiro. Com base nos “bons serviços” prestados deixou-lhe “uma dobra” de gratificação (12\$600 réis).¹⁰¹

A viúva do inconfidente também concedeu liberdade ao mulato Antônio de Lima, listado pela devassa em 1789, e a sua mulher: “e por se achar doente e impossibilitado de tratar de si, os meus testamenteiros o conservarão nas minhas fazendas e lhe darão de comer e vestir enquanto viver”.¹⁰²

Possivelmente, todos os casais do plantel receberam a liberdade, expressa de maneira gratuita ou condicional. No trecho em que Hipólita outorgou o direito de autonomia aos seus escravos, mencionou de passagem a coartação, ou a possibilidade de o escravo pagar por sua própria alforria.¹⁰³ No entanto, não existem informações sobre essa prática no documento, apenas essa rápida e curta menção.

¹⁰¹. A dobra era uma moeda de ouro. No Rio de Janeiro, o escravo Nicolau, seqüestrado a Domingos de Abreu Vieira, foi avaliado em oito doblas ou 102\$400 réis, o que indica o valor de 12\$600 réis por dobra. Conferir: ADIM, v. 6, p. 239.

¹⁰². Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 431.

¹⁰³. Sobre os estudos da coartação em Minas colonial, conferir: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 78-109; Idem. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 167-216; SOUZA, Laura de Mello e. Coartação: problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 151-174. Além do clássico: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 213-215.

Ao mulato Antônio Pedro, um dos 54 cativos escondidos da devassa, Hipólita deixou-lhe 100\$000 réis de recompensa pelos bons serviços que lhe tinha feito. Ela informou, ainda, que já lhe havia dado a alforria e um escravo para servi-lo.

De todos os processos de libertação citados, o caso mais extraordinário coube ao pardo Justo. Ele, juntamente com sua mãe Elena, foi um dos escravos homiziados da devassa e arrematados no processo de 1796. Para que ele e sua esposa conseguissem a liberdade, dona Hipólita estipulou uma condição: teriam que “feitorizar quaisquer serviços” em suas fazendas.

Ao mancipio Baltasar, Hipólita Jacinta escreveu:

Declaro que dei um papel de um pedaço de terras do Sítio do Tejuco a meu compadre Baltasar Teixeira, por este me haver pedido (...); mas conhecendo eu o dano que faz esta dádiva à fazenda, a reclamo e declaro sem efeito algum. E porque o dito Baltasar seja meu compadre e fosse meu escravo, e algum tempo feitorizasse alguma lavra minha, lhe deixo duzentos mil réis; e enquanto for vivo, e sua mulher, o meu testamenteiro lhe dará terras para plantar; mas no caso que mal aconselhados, o que duvido, queira alidar o dito papel, seja defendido à custa dos meus bens, e não se lhes dará coisa alguma.¹⁰⁴

Dos cativos citados, este foi o único que não recebeu a alforria no leito de morte de sua proprietária. De sua esposa não conhecemos nada – se ela pertencia àquele plantel ou a outro e se era forra ou cativa. Sabemos, unicamente, que ela não fez parte da relação das cativas que alcançaram a liberdade, em 1828.

Evidência interessante foi a doação de terras para serem plantadas pelo escravo em uma propriedade (Sítio do Tejuco) totalmente desconhecida por aqueles que se dedicaram ao estudo da Inconfidência, como posse de dona Hipólita. Ao se arrepender da doação, ela solicitou a reintegração daquele quinhão ao seu patrimônio. Em troca, como a compensação dos possíveis prejuízos causados, Hipólita decidiu dar-lhe 200\$000 réis como ressarcimento e outro pedaço de terra na fazenda da Ponta do Morro, desde que ele não tivesse alienado aquele terreno ao usufruto de um terceiro.

Este exemplo evidenciou a presença de atividades econômicas desenvolvidas por negros em terras de seu senhor, possibilitando-lhes a formação de um pecúlio. A esta realidade, chamada de “brecha camponesa”, Ciro Flamarion Cardoso destacou que a “economia autônoma do cativo” tinha a função de minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, permitindo a produção independente

¹⁰⁴. Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 433.

de alimentos, para uso próprio ou para venda. Independente da ampla discussão suscitada por este tema na historiografia – que não é o foco de nossa pesquisa –, o importante a destacar no excerto documental é que a terra escrava representava uma concessão revogável que destinava ligar o mancípio à propriedade e evitar, provavelmente, fugas e atos de rebeldia.¹⁰⁵

Nas justificativas apresentadas por Hipólita Jacinta para explicar a omissão de cativos de seu plantel, no momento de confecção das listagens de seqüestro, disse que sete de seus negros encontravam-se fugidos. Esta resposta evidencia um dado importante do cativo, a saber, que a comunidade escrava não era fechada em si mesma: em seu dia-a-dia essas pessoas comiam, amavam, odiavam, andavam pelos caminhos e vilas, trabalhavam e conviviam com outros negros escravos e pessoas livres; enfim, eles viviam, mas viviam no cativo.¹⁰⁶

Pelo documento, o senhor, ao permitir que seu escravo tivesse para si um pedaço de terra, podia voltar atrás em sua decisão, quando se sentisse prejudicado pela doação, não mais a autorizando. A estratégia psicológica dessa concessão era importante, mas não acessível a todos. A doação de uma roça não se ligava apenas ao fator econômico, com a intenção de angariar dinheiro, mas representava um momento em que o cativo se sentia livre, aproximando-se do mundo dos homens livres, pois, por intermédio desta autonomia, construía seu próprio universo repleto de traços culturais, religiosos e marcados pelo cotidiano familiar. Nesse universo de subjetividades e de respostas ao cativo, o administrador Francisco Alves Nogueira, em janeiro de 1796, permitiu que mancípios de Alvarenga Peixoto plantassem em espaços próprios o que quisessem roçar, pois, caso não consentisse com o que eles queriam, não teria braços para lavrar a cana-de-açúcar naquele local.¹⁰⁷

Os exemplos ajudaram-nos a verificar situações do cativo pouco expressivas na historiografia; além de possibilitar, pela delação de Manuel Caetano e pelo testamento de dona Hipólita, que comprovemos a existência de sonegação de bens e corrupção no processo da devassa. Mas, o caso de Francisco Antônio não foi o único.

Na fazenda Boa Vista nos Campos Gerais, no arraial da Laje, residia o coronel José de Resende Costa. Ele, como Francisco Antônio, também conseguiu esconder escravos da devassa. O seqüestro de seus bens foi feito em 20 e 23 de maio de 1791,

¹⁰⁵. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 137.

¹⁰⁶. FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p. 291-292.

¹⁰⁷. FBN/CC, I-10, 15, 043 nº 009 – Carta de Francisco José Alves Nogueira a João Rodrigues de Macedo tratando da administração local e da remessa de créditos. 04/01/1796.

cabendo a sua guarda e administração ao capitão-mor Gervásio Pereira de Alvim, casado com Francisca Cândida de Resende, filha do inconfidente.

Pouco mais de quatro anos depois deste processo de seqüestro, a residência de José de Resende Costa passou por um censo eclesiástico que enumerou, domicílio por domicílio (fogo), todos os 10.929 indivíduos moradores da paróquia de São José, integrantes da Igreja Matriz, de sete ou mais anos de idade com direito a participar da comunhão no ano de 1795; bem como aqueles que freqüentavam as nove capelas adicionais que constituíam a freguesia e que haviam cumprido a exigência de se confessar naquele ano.¹⁰⁸

Na morada do inconfidente, quem respondeu por aquele domicílio foi sua esposa Ana Alves Preto. No fogo encontravam-se 50 pessoas. Como aquela lista nominativa, denominada *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795*, registrou apenas os nomes das pessoas maiores de sete anos de idade, não podemos afirmar que o fogo de Ana Alves Preto fosse o maior do distrito da Laje, embora tenha sido aquele que apresentou o maior número de indivíduos listados. Mesmo com essa advertência existe a possibilidade de que tenha sido o maior fogo do distrito, porque havia muitos escravos casados e deveria haver crianças escravas naquele plantel.¹⁰⁹

Ana Alves Preto encabeçava a lista com a posse de 29 cativos pertencentes a ela e ao seu marido. A seguir, vinha José Nunes de Resende, feitor da fazenda, e seu escravo Caetano cabinda, de 14 anos de idade. José Nunes era filho do capitão Antônio Nunes de Resende, irmão do também capitão José de Resende Costa, e de Maria Pedrosa de Moraes, irmã de Ana Alves Preto (casamento clânico).¹¹⁰

Depois, apareceram listados dois casais de pardos forros como agregados, sendo que o casal formado por José Joaquim, de 23 anos, e Constância Maria, de 22 anos, possuía um escravo de origem africana (João, congo, de 47 anos). Em seguida, anotou-se a presença do pardo forro José Máximo. Daí por diante, apareceram como agregados do fogo, Gervásio Pereira de Alvim e sua esposa Francisca Cândida, juntamente com a relação de seus nove mancípios. Por último, encerrou-se a listagem

¹⁰⁸. LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000, p. 18-20.

¹⁰⁹. TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. op. cit., p. 50-51.

¹¹⁰. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795*. Devo ao Prof. Dr. Douglas Cole Libby o acesso a esse documento.

das pessoas daquela residência com o nome de João Resende, branco, solteiro e de 15 anos de idade.¹¹¹

Dos 29 escravos listados como patrimônio de Ana Alves Preto, nove destes não apareceram indicados pela devassa no processo de seqüestro dos bens de seu marido Resende Costa.

TABELA 35

Escravos pertencentes a Ana Alves Preto, esposa do capitão José de Resende Costa, listados no *Rol dos Confessados*, da freguesia de São José (1795)

	Escravos seqüestrados		Escravos omitidos		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
<i>Brasil</i>						
Crioulo	5	3	1	1	10	} 12
Mulato	1				1	
Cabra			1		1	
<i>África ocidental</i>						
Mina	1				1	→ 1
<i>África centro-ocidental</i>						
Angola	2		1	1	4	} 27
Banguela	11	4			15	
Congo	1		2	1	4	
Cabinda	1				1	
Ganguela			1		1	
Monjolo	1				1	
Mosonso	1				1	
	24	7	6	3	40	
<i>Escravos falecidos (1791 a 1795)</i>					3	
<i>Total de escravos do plantel (1795)</i>					37	

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 17v-19; 20 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real; IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.*

No período compreendido entre o seqüestro de 1791 e o instante de confecção do censo eclesiástico, em 1795, conforme a Tabela 35, registraram-se a morte de três escravos de origem africana (um congo, um banguela e um monjolo) e nenhuma aquisição de mão-de-obra escrava para aquele plantel. O grupo de escravos que foi de Resende Costa, neste último ano, era composto de 28 cativos apreendidos para a Real Fazenda e nove outros omitidos da devassa que, somados, chegavam a 37 mancípios. Se pensarmos no momento da devassa, esse plantel constituía-se de 40 escravos, sendo 10 mulheres (25,00%) e 30 homens (75,00%).

Dos 31 escravos, oficialmente seqüestrados, 20 deles apareceram nominados no documento eclesiástico; dos demais, três morreram, como se disse, um era infante

¹¹¹. Ibidem.

(em 1795 deveria ter seis anos e, como menor de sete anos, não confessava e não comungava) e sete não constavam naquela relação. Estes sete cativos foram os que receberam as piores avaliações da devassa, com preços infinitamente menores do que os atribuídos aos demais do plantel; além de aparecerem grafados no documento de seqüestro original como doentes ou sem condições físicas para o trabalho (“descadeirado”, “quebrado”, “com feridas na perna”). Somente os melhores escravos permaneceram no grupo.

Conforme mostramos no item sobre a posse de terras na comarca do Rio das Mortes, a casa do capitão Resende Costa sofreu processo de execução movido pelo tenente Pedro Teixeira de Carvalho, irmão de Hipólita Jacinta e cunhado de Francisco Antônio, por dívidas que contraíram com o seu pai, o capitão-mor Pedro Teixeira, na ordem de 3:237\$652 réis. Na ocasião da cobrança coube a Gervásio Pereira de Alvim quitar aquela pendência financeira.¹¹²

Para liquidar esses débitos, o fiel depositário e genro de Ana Alves Preto promoveu a avaliação dos bens seqüestrados ao seu sogro inconfidente e sua disponibilização para venda, com a finalidade de angariar recursos para pagar aquela dívida. Os bens foram divididos e avaliados em três lotes. O primeiro lote, como já foi analisado, continha uma morada de casas no Arraial da Lage, a fazenda Boa Vista nos Campos Gerais, 155 datas minerais, 175 animais (55 cabeças de gado, 7 potros, 18 bois de carro, 60 porcos, 30 ovelhas e 5 bestas) e 27 escravos, entre outros pertences, como ferramentas, vestimentas e utensílios domésticos, tudo avaliado em 3:344\$625 réis.¹¹³

Gervásio Alvim arrematou esse patrimônio pelos mesmos 3:344\$625 réis da avaliação.¹¹⁴ Dos 31 escravos seqüestrados, somente 27 entraram como componentes desse lote, pois, como explicamos, três morreram nos anos de 1791 a 1794, e o quarto deles, apareceu indicado “sem valor”, ou seja, todos esses cativos (e também os demais bens do lote) foram arrematados por sua própria família. A devassa os avaliou em 1:603\$000 réis, excetuando-se o cativo Marcelino que acompanhou seu proprietário ao Rio de Janeiro e, de lá, após a condenação do capitão Resende Costa e de seu filho homônimo, foi reintegrado ao patrimônio da família, fazendo parte, inclusive, do processo de compra feito pelo genro do inconfidente aos bens de seu sogro.

---

¹¹². IHGB. DL 70.9, fl. 29v – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

¹¹³. Ibidem, fls. 29v-32v.

¹¹⁴. Ibidem, fl. 32v.

Assim, com base na lista eclesiástica de 1795, descobrimos a quantidade real de escravos existentes no plantel do coronel Resende Costa, no momento de realização dos Autos de Seqüestro: 40 mancípios. A devassa, em 1791, apreendeu 31 cativos em suas propriedades. Ana Alves Preto, esposa do sedicioso, conseguiu, portanto, sonegar nove cativos, ou 29,03% do total. Apesar de este número ser menor que o dos escravos seqüestrados (31 ou 70,97%), esta ação foi significativa. Praticamente um terço de seu plantel foi escondido ou passou por processo de corrupção. Os escravos que permaneceram em posse da família foram exatamente os melhores qualificados e os que receberam as maiores avaliações monetárias. Os escravos doentes e qualificados nos Autos de Seqüestro original como “sem valor” foram descartados daquele plantel. A família permaneceu somente com os escravos de melhores saúdes e com aqueles que desenvolviam atividades mecânicos.

Ainda com base na lista nominativa de 1795, também encontramos a família do inconfidente Luís Vaz de Toledo Piza representada por sua esposa Gertrudes Maria de Camargo, como chefe de um fogo de 28 pessoas. No censo consta que ela era viúva, tinha 45 anos de idade e vivia ao lado de quatro filhos legítimos, uma criança exposta, 21 escravos e dois pardos forros agregados.¹¹⁵

O levantamento censitário nesse domicílio foi realizado com diminuição e aparente erro de informações. A primeira dúvida que se opõe a esse documento diz respeito ao estado de viuvez da cabeça da residência. Segundo informações historiográficas, em 1795, Luís Vaz ainda estava vivo.

Após a sentença condenatória aos sediciosos mineiros, em 1792, Luís Vaz, ao lado de Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio e José Álvares Maciel embarcou na corveta Nossa Senhora de Guadalupe com destino a Angola. Chegando a Luanda, em julho de 1792, foi recolhido à Fortaleza de Santo Antônio do Penedo. Dali, foi transportado para Cambambe e Calumbo. Em 1797, voltou por autorização do governador Manuel de Almeida e Vasconcelos, para Luanda onde, em 1801, aparecia como escrivão no foro local. Naquela localidade, Luís Vaz faleceu, em 1807, com 68 anos, deixando um filho natural.¹¹⁶

¹¹⁵. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.*

¹¹⁶. Ofício do conde de Resende a Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, sobre execução das sentenças da Alçada. Rio de Janeiro, 22/05/1792. In: ADIM, v. 8, p. 371-372; APM/CI, cx. 01, doc. 07 – Manuel de Almeida Vasconcelos, governador e capitão general de Angola: Guias de marcha para os presídios de Ambaca (Inácio José de Alvarenga), Massangano (José Álvares Maciel) e Cambambe (Luís Vaz de Toledo). Luanda, 24/07/1792; ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 35, fl. 5 – Estado das famílias dos réus seqüestrados – Luís Vaz de Toledo Piza, por Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho. 1791.

No *Rol dos Confessados* se encontra declarado que ao lado de Gertrudes Maria de Camargo viviam duas filhas e dois filhos legítimos. Segundo consta da exposição sobre o “Estado das famílias seqüestradas na comarca do Rio das Mortes”, de Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho, escrita em 1791, o casal Luís Vaz e Gertrudes tinha sete filhos: Maria, casada com Manuel Botelho (24 anos), Eulália (23 anos), Escolástica (19 anos), Timóteo (10 anos), Carlos (7 anos), Bonifácio (5 anos) e Umbelina (4 anos). Além desses, também se encontra referência aos netos de Luís Vaz: todos filhos de Maria – Luís (8 anos), Bento (6 anos), José (5 anos), Claro (2 anos) e Gertrudes (3 meses).¹¹⁷

A família morava em São José del Rei, onde, de acordo com a historiografia, vivia na esfera de influência e na dependência do padre Carlos Correia de Toledo, irmão de Luís Vaz e vigário de excepcionais posses.¹¹⁸

Ao tempo da Conjuração Mineira, segundo se constatou, Luís Vaz era senhor de uma escravaria respeitável e de terras e serviços minerais. Após a repressão aos inconfidentes, a família passou a residir na fazenda da Laje. Dos seus 37 cativos seqüestrados, nenhum deles apareceu listado no fogo administrado por sua esposa Gertrudes Maria de Camargo, segundo dados extraídos do *Rol dos Confessados* de 1795. Entretanto, em poder dessa mulher constava a posse de 21 cativos, sendo cinco pertencentes ao reverendo Bento Cortês de Toledo (irmão do padre Toledo), 13 que ficaram do plantel do padre Carlos Correia de Toledo e três da sociedade de extração mineral que tinha com o capitão Domingos Barbosa Ribeiro.¹¹⁹

No processo de seqüestro dos bens de Luís Vaz, o capitão Domingos Ribeiro informou ao escrivão João Batista Lustosa, que ele e seu sócio haviam comprado fiado e em partes iguais alguns escravos, utensílios de mineração e terras minerais, tudo ainda por pagar:

... e que estes bens estavam ainda por pagar ao vendedor deles, ou quem sua pessoa representava, sem embargo de estarem já vencidos todos os pagamentos; porque, posto que ele jurado, à conta da metade que lhe pertencia do preço dos mesmos bens, tinha feito de seu próprio dinheiro algumas contribuições das quais tinha recibos, o dito seu sócio até agora nada tinha pago para a conta da sua metade, pela qual estava ele jurado responsável por ser a obrigação da dívida e dos pagamentos dela feita por cada um de per si, e um por ambos, e que até agora não tinham dado os mesmos bens rendimentos algum líquido, porque tudo tinha sido pouco para

¹¹⁷. Idem, fl. 5.

¹¹⁸. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 184; VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 2, t. 2, p. 646.

¹¹⁹. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.*

sustento, vestuário, curativo e mais despesas da fábrica, com o que tudo ele jurado tinha assistido.¹²⁰

A ausência dos escravos apreendidos pela devassa a Luís Vaz explica-se, em parte, pela sua transferência para o patrimônio do capitão Domingos Ribeiro. Em seu fogo, de acordo com dados extraídos do censo paroquial de 1795, encontramos referenciado que moravam 67 pessoas. Ao lado de sua esposa Brígida Pereira da Mota, viviam em sua rede de mando 65 mancípios. Deste total, 22 cativos estiveram listados no seqüestro do inconfidente.¹²¹

Como atestado pelo documento eclesiástico, Domingos Barbosa Ribeiro, natural e morador na freguesia de Santo Antônio da vila de São José, onde vivia de minerar, ficou com os escravos de sua parte na sociedade minerária (59,46%).¹²² Dos 15 escravos faltantes (40,54%) desconhecemos seu destino. Por meio de informações dos Autos de Seqüestro, é possível conjecturar que dois destes mancípios dificilmente seriam reaproveitados em atividades agrícolas ou extrativistas na capitania, pois a crioula Geralda, de 42 anos, era “leprosa” e o angola Joaquim, nos seus 56 anos de idade achava-se “achacado e impossibilitado de trabalhar”. Ainda com relação aos dados do *Rol dos Confessados*, cinco indicações de nomes e naturalidades dos escravos são semelhantes à listagem dos seqüestros, mas a diferença temporal entre as idades não nos permitiu incluí-los entre os cativos apropriados pelo capitão Domingos, como sendo propriedade original do inconfidente. Para os 22 mancípios da listagem as idades são ascendentes e proporcionalmente análogas ao tempo entre a confecção do Auto de Seqüestro e o levantamento da população religiosa da vila de São José, ao passo que nos cinco casos que expusemos, as idades são descendentes e com variações de, no mínimo, uma década entre os números.

¹²⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 3, fl. 2v – Traslado do seqüestro de Luís Vaz de Toledo.

¹²¹. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.*

¹²². Caso semelhante ocorreu com as terras do alferes Tiradentes, que teve seqüestrado pela devassa uma fazenda na Rocinha Negra, na freguesia de Simão Pereira, perto do Porto de Meneses, no registro do Paraibuna. A área tinha oito sesmarias de medida – aproximadamente 50 km² –, com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo avaliado em 700\$000 réis (o mesmo que 30 meses de seu soldo como alferes). Na ocasião dos Autos de Seqüestro, o ferreiro João Alves Ferreira arranhou comprovante que Tiradentes lhe tinha vendido aquelas terras e, portanto, elas não poderiam ser alvo de seqüestro. Conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 8, fl. 5v – Traslado dos seqüestros e mais termos que por bem deles se fizeram ao seqüestrado e alferes Joaquim José da Silva Xavier; ANRJ/ADIM-C5, v. 3, doc. 35, fl. 1v – Estado das famílias dos réus seqüestrados em Vila Rica – Joaquim José da Silva Xavier, por José Caetano César Manitti. Sobre as terras de Tiradentes, conferir: RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

Os 22 escravos originalmente seqüestrados pela devassa distribuíam-se em 20 homens (11 angolas, cinco crioulos, três minas e um de origem de Cabo Verde) e duas mulheres (todas crioulas). Seus valores, contabilizados pela devassa, foram 1:468\$000 réis (72,21%). Os demais 15 escravos do plantel de Luís Vaz representavam 27,79% do total, ou 565\$000 réis do montante final (2:033\$000 réis). O escrivão José Caetano César Manitti em seu *Resumo geral do estado em que se acham alguns seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791* informou que os bens apreendidos ao inconfidente estavam avaliados em 1:103\$600 réis – praticamente metade do que originalmente valiam.¹²³

A avaliação de seus bens, a sexta maior da lista, não nos permitiria afirmar, como se tem feito, que Luís Vaz e sua família vivessem em estado de dependência total para com o irmão padre Toledo.¹²⁴ Ele não era uma pessoa rica, embora pertencesse a uma família rica – os Toledo Piza. Muitos de seus bens, como afirmado pelo capitão Domingos Ribeiro, ainda estavam por pagar.

Dos escravos listados no *Rol dos Confessados*, como fazendo parte do fogo dirigido por Gertrudes Maria de Camargo, sabemos que 13 deles apareceram mencionados como pertencentes ao plantel do padre Toledo (no documento: “escravo do padre Toledo, seqüestrado”). Destes cativos, apenas nove encontravam-se referenciados na lista dos bens apreendidos ao vigário da vila de São José. Todos estes mancípios, aliás, foram os melhores avaliados pela devassa. Do total dos 31 escravos do padre Toledo, 28 foram quantificados monetariamente em 1:856\$000 réis. Os nove mancípios que citamos, que correspondem a 29,03% do plantel, valiam 740\$000 réis ou 39,87% do valor total.¹²⁵

¹²³. ANRJ/ADIM-C5, v. 2, doc. 66, fl. 273 – *Resumo geral do estado em que se acham os seqüestros feitos na capitania de Minas Gerais – 1789/1791*, por José Caetano César Manitti.

¹²⁴. A afirmação de que Luís Vaz vivia completamente subordinado ao seu irmão padre Toledo veio da declaração do padre Bento Cortês de Toledo ao escrivão João Batista Lustosa, no processo de seqüestro dos bens de seu irmão e que foram seguidos à risca pela historiografia: “E recebido o dito juramento no referido livro dos Santos Evangelhos, em que pôs a sua mão direita, debaixo dele disse, e jurou, que não tinha em seu poder bens alguns pertencentes ao dito Sargento-mor, nem sabia que ele os tivesse em alguma parte, porquanto os escravos e móveis com que se serviam o dito Sargento-mor e sua família, eram pertencentes a seu irmão, o Reverendo Vigário Carlos Correia de Toledo e Melo, e mesmo os seqüestrados pelo auto retro, não eram do sobredito Sargento-mor, por se acharem por pagar a quem lhos havia vendido”. In: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 3, fl. 4 – *Traslado do seqüestro de Luís Vaz de Toledo*. Na ocasião de sua prisão com inconfidente, Luís Vaz exercia o ofício de juiz dos órfãos da vila de São José, que lhe garantia certo prestígio e rendimentos (70\$000 réis mensais). Sobre os valores pagos aos juízes ordinários, vereadores e procuradores da vila de São José, conferir: COELHO, José João Teixeira. op. cit., p. 195.

¹²⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fls. 253-253v – *Avaliação dos bens seqüestrados ao vigário Carlos Correia de Toledo*.

Dos sete cativos com avaliação igual ou superior a cem mil réis, a família de Luís Vaz estava com quatro deles: os crioulos José Antônio, de 30 anos, e Lourenço, de 25 anos, valiam 140\$000 réis cada um; Alberto, de 21 anos, e Apolinário, de 23, valiam 120\$000 e 100\$000 réis, respectivamente.¹²⁶

Ainda com referência aos mancípios do padre Toledo, o cozinheiro angola Leandro, de 63 anos, e que morava em sua casa na Rua do Sol (Figura 23), na vila de São José, apareceu incorporado ao plantel de quatro mancípios do padre Bento Cortês de Toledo, conforme o censo paroquial, de 1795.¹²⁷

Figura 24 – Casa em que residiu o padre Carlos Correia de Toledo, na vila de São José (atual Tiradentes)

Figura 25 – Casa do padre Carlos Correia de Toledo, em Resende Costa

¹²⁶. Ibidem, fl. 253v.

¹²⁷. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795*. Por este censo, foi possível observar que no fogo residiam o padre, um agregado (o pardo livre e viúvo Antônio Jesus, de 65 anos) e quatro escravos, sendo um destes o seqüestrado ao padre Toledo e outros três (dois africanos e um crioulo).

Os três escravos citados no *Rol dos Confessados* como pertencentes à sociedade que Luís Vaz tinha com o capitão Domingos Barbosa Ribeiro não apareceram listados no seqüestro empreendido pela devassa.

Por meio da lista censitária de 1795, descobrimos que quatro cativos (12,90%) não foram mencionados no plantel do padre Carlos Correia de Toledo. Se contabilizarmos todos os mancípios citados nos ADIM e nos documentos que utilizamos para evidenciar práticas de sonegação chegar-se-á à constatação de que um total de, pelo menos, 529 escravos viviam nas propriedades inconfidentes nos anos de 1789 a 1791, sendo que destes 442 foram oficialmente seqüestrados e 87, ou 19,68% do total, foram omitidos da devassa em três plantéis.

Estes 87 escravos evidenciaram que um quinto do patrimônio cativo não foi relacionado nas listagens elaboradas pela devassa, ajudando-nos a comprovar a existência de ações evasivas no processo de seqüestro. Além dos mancípios sonegados, as famílias dos inconfidentes esconderam ou deixaram de indicar, propositadamente, animais, fazendas e objetos domésticos e de uso pessoal, como roupas e jóias. Na denúncia apresentada pelo sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira ao juiz da devassa, Antônio Ramos da Silva Nogueira, constava que sua cunhada Hipólita Jacinta escondeu, além de escravos, muitos trastes de casa (jarros, bacias, faqueiros, cadeiras, baús, armários e louças), animais (bois, vacas, cavalos, éguas e potros) e duas fazendas (Gales e Bananal). Nos Autos de Seqüestro dos bens de Francisco Antônio não se incluíram quaisquer peças de toucador e jóias em ouro ou em prata, apreendidos pela devassa ao casal da Ponta do Morro. Situação repetida na listagem elaborada nos bens do padre Toledo: ele também não teve nenhuma jóia seqüestrada.

Ao responder e ao admitir que escravos de seu plantel “furtivamente” não foram contabilizados pelos meirinhos, Hipólita Jacinta assumiu que praticou fraude contra a Fazenda Real; não apenas ao esconder parte do patrimônio da família, mas, também, ao prestar declarações falsas aos inquiridores. Como vimos no capítulo 2, o fiel depositário, Pedro Joaquim de Melo, favoreceu sua prima Hipólita em várias situações, inclusive alterando a prestação das contas da fazenda da Ponta do Morro com a inclusão do pagamento de despesas particulares da esposa do inconfidente, na parte correspondente ao acerto financeiro do seqüestro.

Estes atos, juntamente com a venda de parte de seus bens em lotes para parentes, em nome de dona Hipólita, levaram a família de Francisco Antônio a preservar parte substancial de seu patrimônio. O exemplo da sonegação dos escravos desse inconfidente comprova seu perfil econômico: fazendeiro e dependente do uso da mão-de-obra cativa para lavrar e explorar as áreas minerais de sua propriedade.

Este perfil, aliás, também se ajusta ao encontrado em dois outros casos: José de Resende Costa e padre Carlos Correia de Toledo. Eles dependiam intensamente da escravidão para desenvolver práticas agrário-pastoris e minerárias em suas fazendas. Talvez esta seja a explicação mais plausível para se compreender o porquê de alguns de seus escravos terem sido omitidos da devassa. O receio de perder a força de trabalho dominante em suas propriedades fez com que suas famílias sonegassem, pelo menos, uma parte daquele pequeno grupo motriz: os mancípios escondidos foram os melhores qualificados, os mais jovens e com as avaliações mais elevadas no processo de devassa.

Os cativos não mencionados nas listagens de bens de José de Resende Costa representavam, aproximadamente, 30% do total de mancípios apreendidos; no caso do plantel do padre Toledo, os negros ocultados significaram pouco mais de 10%. Apesar destes números não representarem proporções substanciais de escravos nas unidades produtivas, eles indicam a subordinação desses senhores ao universo escravista.

Capítulo IV

Créditos e endividamentos

1.

Os créditos

Neste capítulo, procuraremos entender as práticas de emprestar e solicitar empréstimo no cotidiano dos inconfidentes mineiros da comarca do Rio das Mortes. Como fez Maria Luiza Ferreira de Oliveira, em seu estudo sobre as relações sociais que estruturavam a vida urbana em São Paulo, de 1850 a 1900, compreende-se por relação de crédito não apenas o empréstimo de dinheiro, mas toda transação de compra e venda que era efetuada sem o pagamento imediato.¹

No dia-a-dia, abastecer a casa com os mantimentos necessários, assim como pagar um credor ou comprar tecidos para vestir os escravos eram práticas que poderiam ser realizadas por meio de uma operação de crédito. A prática de solicitar empréstimo era usual entre as pessoas. Em Minas Gerais, de acordo com Júnia Furtado, “o sistema de endividamento entrelaçava a população local e o pequeno comércio”, acarretando a criação de um sistema de créditos e de empréstimos.²

O crédito envolve relações pessoais, autoridade, reputação e confiança. Para ter direito a adiar um pagamento ou a cobrança de uma dívida era preciso existir uma relação de crédito entre as duas partes. Para essa troca ocorrer estavam em jogo, de acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira, “a reputação, as influências, a qualidade da relação (familiar, amizade, negócio) e a informação”.³

Dos sete sediciosos do Rio das Mortes foi possível desvendar – a partir unicamente dos Autos de Seqüestro, dos Libelos Cíveis e de cartas e bilhetes de crédito – quem foram as pessoas que emprestaram dinheiro, concederam mercadorias ou prestaram serviços aos conjurados e, também, quem foram as pessoas que receberam dinheiro, mercadorias ou serviços realizados pelos inconfidentes. É nessa rede de endividamento, analisada parcialmente, ou sob um pequeno ângulo, já que não tivemos total acesso à documentação dos terceiros envolvidos naquelas transações, que pretendemos medir a dimensão e o espriar das relações de crédito estabelecidas nas Minas Gerais setecentistas e entre os sediciosos.

---

¹. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização* – São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, p. 133.

². FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio...* op. cit., p. 130.

³. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. op. cit., p. 133.

Na sociedade colonial, emprestar dinheiro, disponibilizar primeiramente a mercadoria para receber depois, e prestar o serviço para ser pago futuramente eram práticas cotidianas. Nos atos diários, ser devedor era bem mais usual do que ser credor. Entre os inconfidentes seqüestrados, quem fornecia crédito? Com base nos Autos de Seqüestro originais descobrimos 177 operações creditícias, distribuídas em quatro seqüestros de bens. Estes números, é importante mencionar, não traduzem o total das transações efetuadas pelos conjurados, mas apenas, o que se apreendeu nos seus papéis. Deve-se atentar ainda que, em algumas situações, empréstimos não foram formalizados por meio de escrituras, porque faziam parte de transações cotidianas, como o fornecimento de mantimentos em pequena proporção a um conhecido. Estas vendas, registradas em contas correntes, deixaram explícitos apenas o nome do comprador e da mercadoria adquirida, sem a descrição pormenorizada de seu pagamento futuro ou o valor monetário expresso na negociação.

No seqüestro dos bens de José Aires Gomes, na fazenda da Borda do Campo, registraram-se, a título de exemplo, duas compras ilustrativas dessas situações: Gabriel Antônio de Mesquita adquiriu, em data indefinida, “40 bruacas de sal” sem a indicação de seu valor, e o alferes Manuel Vidal Lopes comprou “uma libra de salsa e três onças de sene, no qual não declara quantia alguma, sim de que é devedor”.⁴

Aqui analisaremos, apenas, as referências de crédito que trouxeram explícitas as normas e os respectivos valores contratados. Pensando-se nesses limites, a devassa seqüestrou aos inconfidentes a seguinte quantidade de cartas de crédito (dívidas ativas):

TABELA 36
Cartas de crédito seqüestradas aos inconfidentes
da comarca do Rio das Mortes

	Cartas de Crédito	Valores (em réis)
Carlos Correia de Toledo	-	-
Luís Vaz de Toledo Piza	-	-
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	36	4:176\$353
José Aires Gomes	128	5:930\$856
Manuel Rodrigues da Costa	3	216\$826,5
Inácio José de Alvarenga Peixoto	-	-
José de Resende Costa	10	343\$056
	177	10:667\$091,5

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

⁴. SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 104; 105; 106.

Das obrigações creditícias desvendadas (Tabela 36), foi possível descobrir quem eram alguns de seus credores.

TABELA 37
Cartas de crédito e seus devedores principais seqüestrados ao inconfidente
Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789)

Nome do devedor		Quantidade de cartas de crédito	Valor (em réis)	% – do total
1º	Mateus da Encarnação Correia	1	752\$000	18,00
2º	José Lopes Ribeiro	4	626\$846	15,00
3º	Maria Antônia	1	488\$880	11,70
4º	Veríssimo Gonçalves Ribeiro	1	417\$400	9,99
5º	José Henrique Lopes da Silva	1	320\$000	7,66
6º	Manuel José da Rosa Lisboa	3	213\$400	5,10
7º	Manuel Teixeira de Carvalho	1	211\$926,5	5,07
8º	Manuel Mendes Pereira	2	184\$000	4,40
9º	Manuel Marques de Carvalho	1	130\$000	3,11
10º	Inácio Pereira de Sousa	2	100\$500	2,40
		17	3:124\$925,5	74,82

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – seqüestros diversos.

Embora o seqüestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes revele a existência de uma série de “notas de crédito” de terceiros (Tabela 37), evidenciando que praticava intermediação de crédito (atividade mais caracteristicamente urbana e sinal de opulência e riqueza), não constam nos Autos de Seqüestro que aqueles documentos pertençam ao inconfidente. Das 36 cartas em posse de Francisco Antônio, nenhuma delas dizia respeito diretamente a ele; todas foram passadas em nome de seu sogro, o capitão-mor Pedro Teixeira de Carvalho. Por ser o responsável legal pelo patrimônio do pai de sua esposa, o inconfidente teve seqüestrado aqueles papéis entre os seus bens, mas nenhum deles pertencia a ele, apenas administrava a sua cobrança. No total, a dívida ativa era de 4:176\$353 réis.⁵

Pedro Teixeira de Carvalho, capitão-mor da vila de São José (1748), era filho do casal português Gaspar Teixeira de Carvalho e Anastácia João, os primeiros donos da fazenda da Ponta do Morro (1729).⁶ A carta de sesmaria daquela propriedade só foi

⁵. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fls. 3-5v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes. De acordo com João Pinto Furtado, os créditos seqüestrados a esse inconfidente contabilizavam 2:852\$400 réis. Conferir: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 107.

⁶. AHU/MAMG, cx. 61, doc. 69 – Requerimento de Pedro Teixeira de Carvalho, capitão-mor da Ordenança de Pé da Vila de São José e seu termo, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. 27/11/1753.

obtida, em 1749, quando o capitão-mor recebeu meia légua de terras na freguesia de Prados para legitimar a ancestralidade da posse.⁷

Em 1750, o mesmo Pedro apareceu ao lado do tenente João de Sequeira, morador em Vila Rica, como sócio de João de Souza Lisboa no triênio do contrato de Dízimos da capitania de Minas Gerais, nos anos de 1750 a 1753.⁸ Coube-lhe arcar com uma das três parcelas de 90:496\$000 réis, correspondente à sua parte na sociedade.⁹

Como homem de “grosso cabedal”, Pedro Teixeira emprestava dinheiro a terceiros e a parentes. Seu irmão, o capitão-mor Manuel Teixeira de Carvalho, proprietário de um sítio no Bichinho (atual distrito de Vitoriano Veloso, em Prados), recebeu 362\$939 réis, tendo pagado parcela de 125- $\frac{3}{4}$ -3 oitavas que, em dinheiro, correspondia a 151\$012,5 réis (41,60% do total da dívida). Da transação, restava quitar ainda 211\$926,5 réis.¹⁰

As 36 cartas de crédito seqüestradas correspondiam a empréstimos cedidos a 28 pessoas. José Lopes Ribeiro foi o que mais contraiu auxílio financeiro do amigo (quatro vezes) – 626\$846 réis (15,00% do total); seguido de Manuel José da Rosa Lisboa, com três empréstimos e 213\$400 réis de dívidas (5,10% do total) feitas em 1771, 1774 e, a última, em data indeterminada. Com dois empréstimos cada, três pessoas recorreram a sua ajuda – o sargento-mor Inácio Pereira de Sousa com 100\$500 réis, sendo uma das parcelas referentes ao pagamento do registro de sua carta-patente no regimento comandado pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, em Vila Rica (23- $\frac{3}{4}$ -0 oitavas = 27\$300 réis); Manuel Mendes Pereira com 184\$000 réis, dividido em duas parcelas, sendo uma de 160\$000 e outra de 24\$000 réis; e o contratador e capitão João de Sousa Lisboa, com o valor de 36\$000 réis, em dois empréstimos – um de 25 e outro de 6 oitavas de ouro.¹¹

⁷. APM/SC, cód. 90, fls. 195v-196 – Carta de sesmaria: capitão Pº Teyxeira de Carvalho. 31/05/1749.

⁸. Originalmente, dízimo correspondia à décima parte dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Os dízimos se dividiam em três tipos: reais ou prediais (devido às novidades colhidas nas propriedades rurais), mistos (provêm de animais, “caça e aves que se criam e peixes que se pescam”) e pessoais (meramente industriais). Os dois primeiros eram pagos ao rei. Os dízimos muitas vezes eram desviados de seu real objetivo: a construção de templos, o pagamento de cõngruas (remuneração) aos párocos colados (ministros diocesanos, sacerdotes), para servirem de pagamento de salários aos governadores, estabelecimentos militares, administrativos e judiciais. Conferir: RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 66-74.

⁹. ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói, RJ, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 114; 157; 161.

¹⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 5v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

¹¹. Ibidem, fl. 5v.

Entre as 28 pessoas que contraíram empréstimos financeiros com Pedro Teixeira constavam cinco oficiais militares (um alferes, um coronel, um capitão-mor, um capitão – o contratador João de Sousa Lisboa – e um sargento-mor), um frade e um médico.

Seguindo o exemplo de seu pai em não deixar débitos (pelo menos registrado em documentação avulsa), dona Hipólita escreveu em seu Testamento que não tinha qualquer dívida por pagar, tanto de sua autoria quanto contraída por seu marido.¹²

No inventário do tenente José Fernandes de Souza, de 13 de novembro de 1827, consta que Gonçalo Teixeira de Carvalho, sucessor do pai no posto de capitão-mor da vila de São José, devia-lhe 6\$300 réis.¹³ Como a situação financeira da família de sua irmã Hipólita era mais confortável do que a dos descendentes do capitão-mor Gonçalo, a viúva e inventariante, Joana Cândida de São Bernardo, indicou a dívida ativa em favor de dona Hipólita, por ser uma das herdeiras de seu irmão.¹⁴

No inventário de Bento Gonçalves da Costa, casado em primeiro matrimônio com Maria Joaquina de Souza, com quem teve sete filhos e, em segundas núpcias com Maria Teixeira de Carvalho, com quem não teve descendentes, deixou registrado o nome de seus 18 devedores. Entre eles constou Hipólita Jacinta com 12\$000 réis ou 0,56% do valor total das dívidas ativas, que era de 2:122\$467 réis.¹⁵

Estes foram os únicos documentos encontrados com indicação de débitos em nome de dona Hipólita Jacinta. Estes valores somados, 18\$300 réis, são pequenos em relação às cartas de crédito e dinheiro que tinha em seu poder.

No Testamento de dona Hipólita lê-se:

¹². Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do Inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 434.

¹³. A trajetória de Gonçalo Teixeira de Carvalho foi interessante: nascido no Matosinhos, em São João del Rei, formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, em 1760. Em 3 de julho de 1769, leu no Desembargo do Paço, obtendo a qualificação de “bem”. Em 9 de julho de 1777, foi opositor ao cargo de Ouvidor de São Paulo e, em 30 de dezembro desse mesmo ano, 17 anos após a sua licenciatura, foi nomeado juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro. Após a conclusão de seu ofício e sem outra nomeação, voltou a Minas Gerais, sem exercer sua profissão. Após o falecimento de seu pai, assumiu o cargo deixado por este de capitão-mor na vila de São José del Rei. Sobre as informações de Gonçalo na Universidade de Coimbra e sua leitura no Desembargo do Paço, conferir: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004, p. 423. Ver, também, AHU/MAMG, cx. 120, doc. 48 – Requerimento de Gonçalo Teixeira de Carvalho, capitão-mor das Ordenanças do termo da Vila de São José do Rio das Mortes, solicitando a D. Maria I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. 19/11/1783.

¹⁴. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 365, fl. 13 – Inventário: José Fernandes de Souza. 1827. Neste mesmo documento consta uma dívida de 30\$000 réis, que o guarda-mor Manuel Nunes de Resende e seu irmão Joaquim Antônio de Resende (irmãos do coronel José de Resende Costa) tinham com José Fernandes de Souza. Conferir: Ibidem, fl. 14.

¹⁵. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. C-06 – Inventário: Bento Gonçalves da Costa e Maria Teixeira de Carvalho. 1822.

Declaro que, no tempo da minha infelicidade, alguns parentes meus e estranhos trataram dos negócios da minha casa, comprando e vendendo, e pagando algumas dívidas minhas. E porque possa acontecer, o que muito duvido, que algum tenha carta ou crédito meus, pagos, ou algum papel que eu por engano assinasse, declaro que nada devo.¹⁶

Em 1811, o fiel depositário dos bens de Francisco Antônio entregou à Fazenda Real sua prestação de contas, com as justificativas das dívidas e dos débitos realizados, de 1789 a 1804. Dos 158 documentos apresentados, constavam três cobranças de dívidas. Todas elas anotadas pela devassa.

Duas das cobranças não apareceram indicadas na Tabela 36 por apresentarem valores abaixo das dez selecionadas para ilustrar as notas de crédito de maior valor apreendidas ao seqüestro. O fiel depositário e a família de dona Hipólita receberam de Jacinto Moreira de Sá o pagamento total das 16-½-0 oitavas (=19\$800 réis) que lhe haviam sido emprestados pelo capitão-mor Pedro Teixeira. Este pagamento só foi possível devido ao acerto salarial que Pedro Joaquim de Melo, o fiel depositário, fez com o dito Jacinto, pelo tempo em que este trabalhou como feitor das lavras e administrador da fazenda da Ponta do Morro. Pelos nove anos de serviços naquelas terras seqüestradas (de princípios de janeiro de 1792 ao final de janeiro de 1801), Jacinto Moreira recebeu, em 3 de janeiro de 1802, a quantia de 20 oitavas de ouro por cada ano de trabalho ou 180 oitavas no total (= 216\$000 réis). O fiel depositário pagou-lhe integralmente o valor de seus salários, cuja quantia foi descontada da meaçaõ do seqüestro. Após receber o que lhe cabia por salários atrasados, Jacinto pagou a dívida que tinha na herança do capitão Pedro. Do ajuste, ao se descontar o débito, Jacinto recebeu 196\$200 réis ou 90,83% do total que a família lhe devia, conforme recibo que assinou.¹⁷

Outra pessoa que quitou totalmente as suas dívidas com aquela casa foi Manuel Bernardes de Cristo, que devia por crédito, de 8 de setembro de 1776, a quantia de 40 oitavas de ouro “com os seus juros”.¹⁸ Ele pagou os 48\$000 réis do valor principal mais os juros, calculados em 26-½-5 oitavas (= 31\$987,5 réis), referente ao

¹⁶. Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do Inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 433-434.

¹⁷. IHGB. DL 3.4, fls. 5; 7; 127; 128 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

¹⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 5v – Traslado do seqüestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

período de 13 anos, 3 meses e 17 dias de atraso. Ao todo, o devedor quitou, em 1789, o valor de 79\$987,5 réis.¹⁹

Mas, de todos os valores cobrados e que apareceram quantificados pela devassa, chamou-nos a atenção a dívida contraída pela preta forra Maria Antônia – a terceira mais alta da lista: 488\$880 réis, “com os seus juros”, ou 11,29% de todas as transações creditícias realizadas por Pedro Teixeira. O empréstimo, ocorrido em 30 de agosto de 1773, foi pago parcialmente em 1789. Daquela conta descontou-se apenas 26 oitavas ou 31\$200 réis, restando-lhe, ainda, a obrigação de pagar 457\$680 réis.²⁰

Os valores dos três pagamentos recebidos por dona Hipólita Jacinta foram utilizados para acerto de despesas de sua casa. Quando se lê em seu Testamento que ela não deixou nenhuma dívida, pode-se acreditar que suas anotações estejam corretas. Em 1811, o fiel depositário e primo de dona Hipólita, o capitão Pedro Joaquim de Melo, apresentou a prestação das contas e a explicação do destino dos bens seqüestrados. No documento constam os recibos dos pagamentos das despesas correntes efetuadas para a manutenção daquela casa, como tratamentos médicos aos escravos e aquisição de manufaturas essenciais ao desenvolvimento das práticas minerárias, pecuárias e agrícolas realizadas nas fazendas da Ponta do Morro e da Laje.

Ao fiel depositário cabia zelar e administrar o patrimônio do seqüestrado, enquanto não lhe fosse dada a devida destinação legal. O fiel Pedro Joaquim fez mais do que isto: permitiu que se lançassem débitos, que não faziam parte do seqüestro, na conta que administrava. Ele, como gestor da parte meada do seqüestro, respondia unicamente pelas despesas daquela parte. Quaisquer débitos originários de terceiros, que fossem anteriores à prisão do réu, deveriam ser solicitados em juízo junto à Real Fazenda. Não cabia ao fiel decidir se pagava ou não débitos pendentes da casa. Mas, contrariando os limites que lhe foram impostos pela lei, Pedro Joaquim permitiu que as despesas contraídas por Francisco Antônio fossem apresentadas e pagas, à revelia de determinações legais, desde que Hipólita Jacinta reconhecesse as dívidas e autorizasse a quitação dos débitos.

Após incessante luta para reaver a parte que lhe cabia dos bens seqüestrados pela devassa, já que inicialmente negaram-lhe o direito à meação conjugal, Hipólita Jacinta escreveu ao Secretário do Ultramar, em Lisboa, alegando que parte dos

---

¹⁹. IHGB. DL 3.4, fl. 5 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

²⁰. Ibidem, fl. 5.

pertences seqüestrados era de sua herança paterna.²¹ Os argumentos e as provas apresentadas foram convincentes e, por isso, ela obteve despacho favorável.

Com o Despacho de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a favor da meação do patrimônio de Francisco Antônio, dona Hipólita conseguiu salvaguardar parte de seus bens de casada, mais os oriundos da herança paterna. Esta informação corrige o exposto pela historiografia que afirma que Hipólita foi a única esposa de inconfidente a não conseguir a meação do patrimônio do marido, por ter sido penalizada pelo visconde de Barbacena devido a sua participação ativa no movimento insurreto.²² Na verdade, ela foi a última mulher a conseguir reaver o que lhe pertencia (1804); no mínimo, uma década depois das demais senhoras.

Com a partilha dos bens e sabendo o que era seu patrimônio e o que deveria ser revertido para a Real Fazenda, Hipólita aproveitou-se da oportunidade de seu primo ser o fiel depositário e lançou despesas de sua parte nas contas da fazenda da Ponta do Morro.²³ Despesas médicas de escravos que lhe ficaram na meação, por exemplo, foram pagas pelo seqüestro, assim como débitos do padre José Lopes de Oliveira, irmão de Francisco Antônio, juntaram-se ao processo.²⁴

²¹. Infelizmente, não foi possível descobrir quais bens eram dela e quais eram do seqüestro. Na documentação não consta o Auto de Partilha. Sabemos, apenas, que a partilha ocorreu. Conferir: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário da Marinha e Ultramar – Ofício à Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais mandando informar sobre o requerimento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Lisboa, 28/09/1802. In: ADIM, v. 9, p. 368; Contadoria Geral – Informação sobre requerimento incluso de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, relativo ao seqüestro de sua meação. Rio de Janeiro, 17/10/1804. In: ADIM, v. 9, p. 386-387.

²². A historiografia a que me refiro é composta, por exemplo, por: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota explicativa ao Apenso XXXVII. In: ADIM, v. 3, p. 407; REIS, Liana Maria. A mulher na Inconfidência (Minas Gerais – 1789). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 86-95, 1989, p. 93; VALE, Dario Cardoso. op. cit., p. 92; VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 2, t. 1, p. 329-332.

²³. É interessante notar que na conta do fiel depositário dos bens de Alvarenga Peixoto existe o lançamento de um débito referente à extração de dois dentes de escravos seqüestrados e de um dente de um escravo da parte da meação de Bárbara Eliodora, que não poderiam aparecer contabilizados em conjunto. Pagou-se 900 réis pelo tratamento dentário. Conferir: FBN/CT, I-35, 11, 1 nº 2 – Conta de Joaquim Desidério de Andrade referente à extração de dentes de escravos de Ignácio José de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira.

²⁴. O padre José Lopes de Oliveira, irmão de Francisco Antônio, é comumente confundido com o padre José Lopes, irmão de Maria Inácia de Oliveira e cunhado de Aires Gomes. Os padres homônimos eram distintos. O padre implicado na Conjuração Mineira foi o irmão de Francisco Antônio, como já informamos. O padre parente de Maria Inácia, que chegava algumas vezes a assinar José Lopes de Oliveira Santos, não participou da Inconfidência. Este era natural da freguesia da Borda do Campo e faleceu em 1804, na cidade do Porto, onde residia e se ordenara eclesiástico e bacharel. Informações sobre o padre doutor José Lopes de Oliveira, irmão de Maria Inácia, foram consultadas em seu Testamento. In: CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P15 – Testamento. Na historiografia, esses dois padres aparecem, constantemente, referenciados como sendo um único. Tarquínio J. B. de Oliveira, em nota à publicação dos ADIM, afirmou que o padre conjurado José Lopes era “meio-irmão do Pe. Silvestre Dias de Sá e da mulher de José Aires Gomes”. In: ADIM, v. 2, p. 399; 432. Equívoco repetido por: JARDIM,

Por meio do Auto de Depósito e da Prestação de Contas foi possível descobrir os valores pagos pelo fiel depositário aos credores do inconfidente e os números finais do seqüestro empreendido à casa de Francisco Antônio e de Hipólita Jacinta. Quais as despesas contabilizadas de 1789 (ano do seqüestro) a 1804 (último ano da administração do fiel depositário)? A coroa portuguesa obteve lucro com a apreensão daqueles bens para a Real Fazenda?

Para responder a estas perguntas, precisou-se, inicialmente, investigar as contas entregues pelo fiel depositário para, em seguida, descobrir quais foram as destinações daquele patrimônio, após o seqüestro. Na escrituração contábil, os recibos contendo os valores das despesas efetuadas, antes e durante o seqüestro, apareceram quantificados em oitava de ouro em pó. À parte, Pedro Joaquim de Melo anotou sua conversão em dinheiro. No entanto, muitas daquelas dívidas trouxeram formulações próprias no cálculo do preço da oitava: ora seu valor nominal valia mais, ora menos, em relação ao que se praticava. Por exemplo, em julho de 1789, dona Hipólita pagou o “resto da fazenda que comprou para vestuário dos seus escravos” e nove côvados de baeta. No recibo consta o valor de $16\frac{3}{4}$ oitavas que, em dinheiro, valia 20\$212,5 réis. No lançamento contábil, o correspondente a essas oitavas foi 20\$112,5 réis. Em outro crédito pago, correspondente a tecidos e aço comprados a João Antônio Duarte, em 26 de agosto de 1791, constava o valor de $10\frac{1}{4}$ oitavas. Convertendo-se este valor em réis, teríamos 12\$450 réis, ao passo que na escrituração contábil sua conversão equivalia a 12\$468 réis.²⁵

Ao se observar a Tabela 36, a seguir, vale a ressalva de que alguns dos pagamentos contabilizados pelo fiel depositário referem-se ao acerto integral de várias prestações somadas. Nos anos de 1784 e 1785, o boticário, médico e capitão José de Souza Barreto cuidou, em diversas ocasiões, dos escravos doentes dos plantéis de Francisco Antônio de Oliveira Lopes e de José Lopes de Oliveira. Ele só recebeu os seus honorários médicos, em 1795, no valor de 97\$608 réis. Esta quantia, aliás, não

---

Márcio. op. cit., p. 163; VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., t. 2, v. 1, p. 472; PEREIRA, Lúcia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio): uma vida dedicada à política*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994, p. 22; SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 161-208; p. 201.

²⁵ IHGB. DL 3.4, fls. 24; 15 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Para se conhecer o valor, em réis, de quantias expressas em oitavas de ouro em pó, basta, de acordo com ensinamentos de Angelo Alves Carrara, multiplicar o número de oitavas, as frações de oitava e os vinténs de ouro pelos valores correspondentes a taxa de câmbio que se praticava em Minas Gerais no período. De agosto de 1751 a 1823, a oitava de ouro em pó valeu 1\$200 réis. Assim, por exemplo, para se converter em réis $10\frac{1}{4}$ oitavas, deve ser feita a seguinte operação: $(10 \times 1\$200) + 300 [\frac{1}{4} \text{ de oitava}] + 150 [4 \text{ vinténs de ouro}] = 12\$450 \text{ réis}$. Conferir: CARRARA, Angelo Alves. op. cit., p. 75.

poderia, por lei, ter sido paga pelo fiel depositário. O capitão Barreto deveria pleitear o cumprimento daquele acerto financeiro na justiça real.²⁶

Com estas considerações, passemos aos registros creditícios apresentados por Pedro Joaquim durante o período em que administrou o patrimônio do inconfidente Francisco Antônio.

---

²⁶. Ibidem, fls. 6v; 74-118.

TABELA 38
Prestação de contas do fiel depositário Pedro Joaquim de Melo dos bens seqüestrados a
Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1811)

	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804
<i>Despesas contabilizadas</i>																
custas do seqüestro	33\$897															
alimentação			4\$275	9\$600	12\$600											
vestuário	20\$112,5			12\$468												
insumos (aço / utensílios)							4\$650							36\$112,5	36\$237,5	
insumo (sal)		7\$200	50\$400	27\$600	25\$200	55\$800	57\$600	84\$750	52\$800	38\$400	33\$600	28\$800	28\$800	30\$150		
salário de feitores				12\$300	38\$400				108\$000					216\$000		
medicamentos			4\$800			29\$130							17\$700	107\$917,5		
honorários médicos							97\$608	22\$912,5						51\$487,5		
custas religiosas			4\$200										4\$500	243\$150		
despesas em loja														434\$812,5		
ajuste de contas		12\$000			16\$912,5				8\$400							
dízimos														88\$612,5		
passagem no Porto Real		7\$875		22\$162,5					12\$000							
compra de gado		445\$200														
Subtotal	54\$009,5	472\$275	63\$675	84\$130,5	93\$112,5	84\$930	159\$858	107\$662,5	181\$200	38\$400	33\$600	28\$800	51\$000	1:208\$242,5	36\$237,5	
<i>Rendimentos contabilizados</i>																
lavras			37\$500	13\$350	33\$225	36\$375	8\$400	15\$900	12\$300	6\$750	18\$975	12\$300	15\$712,5	6\$225	23\$250	18\$750
agricultura																
gado vacum					138\$000	84\$000	108\$000	244\$200						67\$200		
dívidas recebidas	31\$200															99\$787,5
Subtotal	31\$200		37\$500	13\$350	171\$225	120\$375	116\$400	260\$100	12\$300	6\$750	18\$975	12\$300	15\$712,5	73\$425	23\$250	118\$537,5

Fonte: IHGB. DL 3.4, fls. 1-153 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Pelo exposto na Tabela 38 percebemos que as dívidas do casal foram pagas aos seus credores. De 1789 a 1804, verificamos o pagamento de despesas habituais com a manutenção das propriedades, o tratamento de saúde dos escravos e a compra de sal. No período de 1790 a 1802, contabilizaram-se débitos, com a aquisição de sal, na ordem de 521\$100 réis ou 19,32% do total das despesas. Além de seu uso alimentar, os criadores de animais domésticos eram obrigados a dar-lhes sal para engorda, devido à inexistência de terras ou águas salitrosas na região da comarca do Rio das Mortes.²⁷

O último recibo anexado à Prestação de Contas foi o pagamento de 371 oitavas (= 445\$200 réis) referente à compra de gado que Francisco Antônio realizou com Manuel Francisco Bernardes, anterior a 1789. A dívida foi quitada em 24 de março de 1790.²⁸

Retomando-se os números gerais da Tabela 38, o que aqueles lançamentos representaram no patrimônio seqüestrado ao inconfidente Francisco Antônio? Ao contabilizar seus lançamentos, chegamos aos seguintes resultados:

Despesa:	2:697\$133 réis
Receita:	1:031\$400 réis

Saldo (déficit):	(-) 1:665\$733 réis

A casa do inconfidente finalizou o período do seqüestro, de 1789 a 1804, em déficit de 1:665\$733 réis. Este número difere do escriturado no documento (1:665\$739 réis) em 6 réis. Esta diferença explica-se por erro contábil no lançamento da escrituração feita pelo próprio fiel depositário. Na soma dos valores e, conseqüentemente, na sua transposição entre as páginas do manuscrito, no item “vem por transporte somando”, apareceu à diferença de 6 réis.²⁹

Como indicamos, o irmão consangüíneo de Hipólita Jacinta, o tenente Pedro Teixeira, solicitou em juízo que a parte seqüestrada do seu cunhado fosse vendida para pagar dívidas que o casal da Ponta do Morro tinha com a casa de seu pai. Para que isto ocorresse, o patrimônio seqüestrado foi dividido em dois lotes de arrematação, a serem vendidos para quitar os débitos de 4:635\$224 réis cobrados na justiça.

²⁷. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais...* op. cit., p. 157.

²⁸. IHGB. DL 3.4, fl. 153 – Autos de depósito / Prestação de contas do capitão Pedro Joaquim de Melo, depositário dos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

²⁹. No fólio 6, a somatório dos débitos foi de 913\$315 réis, e na transposição para o fólio seguinte (fl. 6v), seu valor apareceu anotado em 913\$321 réis. In: *Ibidem*, fls. 6-6v.

O primeiro lote contendo bens de Francisco Antônio era composto, como se mostrou, por 406 animais (300 cabeças de gado vacum, 4 éguas, 2 potras, 40 porcos e 60 ovelhas), 12 conjuntos de colheres, facas e garfos “de cabo de prata” e 26 escravos: tudo avaliado e arrematado por 2:362\$400 réis.³⁰ No segundo processo de arrematação, incluiu-se uma fazenda de cultura com todos os seus pertences avaliada e arrematada por 2:201\$000 réis.³¹

Assim, pelo anunciado acima, deduz-se que alguns dos bens seqüestrados a Francisco Antônio foram avaliados e vendidos por 4:563\$400 réis, ficando Hipólita Jacinta a dever à Real Fazenda a importância de 71\$824 réis.³² Este valor, insignificante em relação ao patrimônio que lhe ficou, foi quitado posteriormente. O restante de seu patrimônio, determinado pela meação conjugal e pelas omissões de bens, como se viu, fizeram-na escrever corretamente em seu Testamento que não devia nada a ninguém.

Os bens seqüestrados ao sedicioso da Ponta do Morro renderam à coroa portuguesa a bagatela de 71\$824 réis. Os favores do fiel depositário em quitar todas as dívidas da casa, lançando-as nas contas finais do processo, não foram esquecidos por dona Hipólita no momento de escrita de seu testamento e partilha do quinhão. As maiores doações foram feitas às filhas do primo Pedro Joaquim (Hipólita e Cândida, cada uma recebeu 200\$000 réis) e as do irmão Pedro Teixeira, morador na fazenda da Fortaleza, que receberam “cada uma duzentos mil réis para ajuda do seu dote, e em remuneração do amor que seus pais sempre me tiveram”.³³

Em suma, de Francisco Antônio de Oliveira Lopes a Real Fazenda não obteve rendimento. Além disso, ele foi o único dos grandes proprietários do Rio das Mortes, envolvidos na Conjuração Mineira, que não devia a ninguém, ou seja, ao longo de sua trajetória conseguiu liquidar suas pendências financeiras, tornando sua casa credora.

Outro inconfidente também credor foi o padre Manuel Rodrigues da Costa, que teve apenas três cartas de crédito seqüestradas em seu nome pela devassa, sendo avaliadas em 216\$826,5 réis, e nenhuma ação de cobrança judicial registrada em seu nome.³⁴

---

³⁰. Ibidem, fls. 154-156.

³¹. Ibidem, fls. 156-156v.

³². Ibidem, fl. 156v.

³³. Óbito e registro do testamento de D. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, viúva do Inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Prados, 27/04/1828. In: ADIM, v. 9, p. 431-432.

³⁴. Segundo João Pinto Furtado, os créditos seqüestrados ao padre Manuel Rodrigues da Costa somavam 428\$536 réis. Conferir: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 107.

TABELA 39

**Cartas de crédito e seus devedores seqüestrados ao inconfidente
Manuel Rodrigues da Costa (1791)**

	Nome do devedor	Quantidade de cartas de crédito	Valor (em réis)	% – do total
1º	Antônio Pereira dos Santos	1	146\$512,5	67,57
2º	Antônio de Souza Monteiro Galvão	1	67\$500	31,13
3º	Manuel Simões Diniz	1	2\$814	1,30
		3	216\$826,5	100,00

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 15, fls. 178-188v – Seqüestro dos bens do padre Manuel Rodrigues da Costa.

Dos três devedores citados, sabe-se apenas que o presbítero secular Antônio de Souza Monteiro Galvão, morador na freguesia de São João del Rei, recorreu ao também eclesiástico Manuel Rodrigues da Costa solicitando-lhe ajuda financeira, pois ele, sua mãe Mariana de Souza Monteiro (viúva de Antônio de Souza Monteiro Galvão) e irmãs necessitavam arcar com as despesas habituais de sua casa, que se achava a dever créditos na praça. Sua dívida era de 56-¼-0 oitavas (= 67\$500 réis).

O inconfidente José de Resende Costa teve seqüestrado pela devassa dez obrigações creditícias que, contabilizadas, somavam 333\$461 réis.³⁵

TABELA 40

**Cartas de crédito e seus devedores seqüestrados ao inconfidente
José de Resende Costa (1791)**

	Nome do devedor	Quantidade de cartas de crédito	Valor (em réis)	% – do total
1º	Antônio Nunes de Resende	1	196\$436	58,91
2º	João Gonçalves Vinhas	1	38\$400	11,51
3º	Domingos Francisco Lima	1	21\$600	6,48
4º	João Gonçalves de Araújo	1	18\$000	5,40
5º	Francisco Gonçalves Rotul	1	14\$400	4,32
6º	Antônio Francisco Teixeira	1	12\$000	3,60
7º	Manuel José Garcia	1	9\$600	2,88
8º	Antônio Pereira da Silva	1	9\$600	2,88
9º	Lourenço Manuel Garcia	1	9\$600	2,88
10º	José Rodrigues da Silva	1	3\$825	1,14
		10	333\$461	100,00

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 13, fls. 161-166; doc. 16, fls. 189-204 – Seqüestro dos bens de José de Resende Costa.

³⁵. João Pinto Furtado anotou em sua pesquisa que os créditos seqüestrados ao capitão José de Resende Costa foram de 395\$600 réis. Conferir: *Ibidem*, p. 107.

O maior devedor do coronel Resende Costa foi seu irmão e sócio em projetos de mineração, capitão Antônio Nunes de Resende, com mais de 58% de todos os rendimentos a receber que tinha direito.

O sétimo devedor da listagem era Antônio Teixeira de Carvalho, administrador da fazenda da Laje, de propriedade de Francisco Antônio e de sua prima Hipólita. Esta herdade localizava-se na mesma paragem da fazenda de cultura do inconfidente Resende Costa. Dos demais personagens da lista, infelizmente, não conseguimos descobrir quaisquer informações biográficas ou documentais.

Apesar de Resende Costa possuir dez créditos a receber, os valores de suas dívidas eram maiores. Estas dívidas, contraídas de 1789 a 1791, foram somadas e pagas por duas pessoas: o coronel Severino Ribeiro e o capitão-mor Gervásio Pereira de Alvim. Estes homens se ligavam à família por laços sangüíneos.

O português Severino Ribeiro era casado com Josefa Maria de Resende, irmã do coronel Resende Costa. Em quatro ocasiões, ele foi o responsável pelo pagamento de empréstimos e compras de fazendas realizadas pelo inconfidente. A primeira dessas vezes ocorreu em 24 de novembro de 1765, quando Severino pagou 130\$000 réis a Bernardo Homem da Silveira, por compras realizadas em seu estabelecimento comercial. Deste valor, Resende Costa passou recibo no qual escreveu ao cunhado que pagaria aquele débito em três anos com os juros respectivos. Para quitar, parcialmente, aquela dívida, Resende vendeu a Severino Ribeiro, em 10 de junho de 1771, “mil mãos de milho” pela quantia de 57-½-0 oitavas, ou 69\$000 réis. Em 14 de janeiro de 1782, outra parcela foi paga: desta vez, a origem do dinheiro veio dos rendimentos das datas minerais que Resende Costa explorava ao lado de seu irmão Antônio Nunes, provavelmente, no córrego do Jacaré. Da mineração, enviou por mão do sobrinho João, filho de Antônio, uma barra de ouro de “três onças, duas oitavas e trinta grãos, de vinte e dois quilates e dois grãos”, que valia 40\$520 réis. Novo pagamento em espécie foi realizado, em 13 de fevereiro de 1783, desta vez, entregue ao coronel “18-½-0 oitavas de mantimentos”, que foram comercializados aos seus “fregueses” da vila de São João, rendendo-lhe 22\$200 réis. Após os acertos dessas parcelas, a dívida de 130\$000 réis estava totalmente quitada.³⁶

Mas, nem todas as dívidas contraídas pelo inconfidente junto ao seu cunhado foram pagas. Em outras três oportunidades, seus saldos não foram quitados: 210-¼-0 oitavas por fazendas compradas, 52 oitavas de “empréstimo de ouro para pagar uma dívida a Manuel Fernandes de Melo” e 124-¼-6 oitavas de “dívidas com os herdeiros

---

³⁶. ANRJ/CIM, fundo 3A, cx. 2231, pacotilha 23, fls. 6; 7v-8 – Libelo Cível entre o coronel Severino Ribeiro – autor – contra José de Resende Costa – réu. Ouro Preto, 1795.

de Manuel da Cunha Vale”. Estas quantias somaram 386-½-6 oitavas, que ficaram à espera de resgate.³⁷

Severino Ribeiro, utilizando-se da lei, moveu ação de cobrança judicial no Fisco e Câmara Real solicitando o ressarcimento daquele valor. Todo valor cobrado era dividido em duas partes: a primeira correspondia à divisão da esposa e, a segunda, ao inconfidente. Só a metade concernente aos débitos do sedicioso era alvo de cobrança judicial. Assim, ele, Severino, pôde solicitar apenas o desconto de 193-0-7 oitavas (= 231\$862,5 réis) do monte-mor do patrimônio seqüestrado ao seu parente.³⁸

Outra ação de cobrança impetrada contra o patrimônio seqüestrado do inconfidente Resende Costa foi movida pelo seu genro Gervásio Pereira de Alvim. É interessante que após a prisão de seu sogro, em 1791, coube a Gervásio a tarefa de administrar, como fiel depositário, os bens apreendidos pela devassa. Concomitantemente, ele administrava a casa seqüestrada, a parte da meação de sua sogra Ana Alves Preto e cobrava os débitos que o proprietário daquele fogo deixou-lhe a descoberto.

No processo, Gervásio alegou que pagou dívidas de Resende Costa por amizade e que, com o correr do tempo, e após apresentar-lhe a sua filha e significante valor de dote, firmou compromisso de casamento com Francisca Cândida de Resende:

1. Provara que o Autor teve em outro tempo boa amizade com José de Resende Costa, debaixo do qual lhe pedia este houvesse o dito Autor de lhe pagar algumas de suas dívidas.

2. Que debaixo da dita amizade, intentou aquele José de Resende Costa que o Autor se casasse com uma sua filha, no que convenceu o mesmo e tratando-se o dito casamento, lhe prometeu o dito Resende em dote o que consta do papel junto em último lugar.

3. Que aceitado que foi o referido casamento, recebeu o Autor os bens constantes do papel que entrega, que lhe fez o mesmo Resende e passando-lhe a clareza de 800\$000 réis, à conta dos quais recebeu o Autor 180\$000 réis nos bens aí declarados, e tudo o mais lhe está devendo.

(...)

5. Provara que depois de casado foi continuando a pagar as dívidas daquele seu sogro José de Resende Costa, por ordem que este lhe dava. Umas vezes por escrito, e outras vocalmente, como tudo consta das cartas e papéis juntos...³⁹

³⁷. Ibidem, fls. 6-6v.

³⁸. Ibidem, fl. 47.

³⁹. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 37, fls. 4-4v – Libelo Cível entre Gervásio Pereira de Alvim – autor – contra a Fazenda Pública pelos bens de José de Resende Costa – inconfidente. Ouro Preto, 1794.

São ilustrativos e inéditos, entre os documentos que trazem informações sobre os inconfidentes, quaisquer dados específicos sobre cotidiano e família. Na ação de cobrança movida por Gervásio, ele reivindicou o pagamento do dote trazido por sua esposa Francisca Cândida para o enlace matrimonial.⁴⁰ A dimensão e o tipo de bens contidos no dote estimularam o casamento, a ponto de Gervásio interessar-se em receber ou fazer escapar do processo de seqüestro o patrimônio que lhe foi prometido. A estratégia em cobrar os bens do contrato nupcial pode ser interpretada sob dois ângulos: vantagem sobre a herança e proteção de parte dos bens seqüestrados ao inconfidente.

Em 1789, quando começaram a prender alguns dos envolvidos na Conjuração Mineira, Resende Costa foi chamado para depor como testemunha em duas oportunidades. Tanto na Assentada da devassa de Vila Rica (28 de julho de 1789), quanto na do Rio de Janeiro (12 de setembro de 1789) informou ter 59 anos de idade.⁴¹ Nesta época, de acordo com, pelo menos, dois testemunhos, ele era um homem velho e doente. Seu amigo, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, a ele se referiu em sua segunda inquirição como “velho e doente”. Nos embargos ao Acórdão da Alçada de 1791, o advogado José de Oliveira Fagundes escreveu que “o dito Resende não servia para sócio [do movimento intentado], pela sua idade e moléstia”. Em outro parágrafo, disse ele que não havia provas de seu envolvimento no levante,

⁴⁰. Sobre os acordos econômicos e os dotes concedidos pelas famílias das noivas para sustento do novo casal no século XVIII, conferir: NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-148. Sobre o regime de bens (sistema de meação, promessa de casamento e estrutura e rol de dote), ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1984, p. 97-110.

⁴¹. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 125v – Formação de culpa: inquirição da testemunha José de Resende Costa. Casa do desembargador Pedro José Araújo Saldanha, Vila Rica, 28/07/1789; Ibidem, fl. 117v – Formação de culpa: inquirição da testemunha José de Resende Costa. Casa do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Lagoa Dourada, 12/09/1789. Apesar de o coronel Resende Costa expor com exatidão sua idade e por cálculos matemáticos ser possível chegar ao ano de seu nascimento – 1730; o registro desta data pela historiografia é controverso. Em nota explicativa à Assentada de José de Resende Costa, o filho, na devassa de Minas Gerais, Tarquínio J. B. de Oliveira escreveu que “o pai faleceu em 1798, aos 70 anos, em Ribeira Grande”. Logo, teria nascido em 1728. Conferir: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota 1 – Inquirição de testemunha – José de Resende Costa Filho. In: ADIM, v. 1, p. 254. Ao comentar as notas sobre a Inconfidência Mineira, no texto *História do Brasil*, de Robert Southey, José de Resende Costa, o filho, disse que o pai morreu em 1798, com 72 anos. Ver: COSTA FILHO, José de Resende. Notas sobre a Inconfidência Mineira, ao texto de Robert Southey, *História do Brasil*. In: ADIM, v. 9, p. 461. Dario Cardoso Vale, em *Memória histórica de Prados*, ao comentar sobre os “filhos ilustres” da região, reproduziu o trecho do batistério do coronel Resende na qual é possível presumir que ele tenha sido batizado no mesmo ano de seu nascimento: “Aos 13.06.1730, batizei e pus os santos óleos a José, filho legítimo de João de Resende Costa e Elena Maria. Foram padrinhos Miguel da Costa Pereira e Júlia Maria, mulher de Diogo Garcia. – O Vigário Nicolau Tavares” (fl. 1v. do Livro de Batismos da Paróquia de Prados). In: VALE, Dario Cardoso. op. cit., p. 88.

estando o réu pai “na avançada idade de mais de 59 anos, trêmulo, pobre e de fraca e débil constituição”.⁴²

Figuras 26 e 27 – Contrato de casamento de Francisca Cândida de Resende com Gervásio Pereira de Alvim (1791)

Fonte: ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 37, fls. 61-61v – Libelo Cível entre Gervásio Pereira de Alvim – autor – contra a Fazenda Pública pelos bens de José de Resende Costa – inconfidente. Ouro Preto, 1794.

Sabendo-se da possibilidade de ser preso, juntamente com seu filho de nome homônimo, e já em idade avançada e doente, o coronel Resende Costa firmou o dito contrato de casamento, em 25 de abril de 1791, prometendo como dote ao capitão-mor Gervásio vários bens e dinheiro.

O dote trazido por Francisca Cândida para o matrimônio incluía 8 escravos (cinco homens e três mulheres, avaliados em 710\$000 réis), 80 “cabeças de gado sortido” (a 160\$000 réis), “30 cabeças de éguas sortidas” (a 120\$000 réis), a fazenda

⁴². ANRJ/ADIM-C5, v. 5, doc. 11, fl. 4v – Auto de perguntas feitas ao sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. 2ª inquirição. Rio de Janeiro, Cadeias da Relação, 02/07/1791; ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fls. 29-30v – Defesa dos réus da Sublevação de Minas. 02/11/1791.

do Rio dos Bois (avaliada em 550\$000 réis) e mais 800\$000 réis em dinheiro. No total, a esposa levou um dote de 2:340\$000 réis.⁴³

A cobrança movida por Gervásio contra o patrimônio seqüestrado do inconfidente exigia o pagamento de 600\$000 réis, referente à parte do dote que seu sogro lhe ficou devendo em dinheiro. Na ocasião do casamento, o capitão Resende entregou-lhe apenas 200\$000 réis à vista, ficando o restante (600\$000 réis) condicionado a doações que se extrairiam de bens móveis e de raiz que tinha no arraial da Laje. O débito deveria ser pago em seis parcelas de cem mil réis cada.⁴⁴

Após a execução do processo de seqüestro e presumindo a real possibilidade de perder parte dos bens da família Resende Costa para o Fisco e Câmara Real, Gervásio solicitou o cumprimento do dote e o pagamento das dívidas que pagou em nome de seu sogro. Ao somar todos os recibos apresentados, os débitos foram de 1:172\$856 réis, sendo-lhe facultado o direito de receber apenas a metade daquela quantia, ou 586\$428 réis.⁴⁵

A possibilidade de o coronel Resende ter utilizado o matrimônio de sua filha como estratégia para sonegar ou transferir bens do processo de seqüestro evidencia-se pelo contrato de casamento ter sido assinado em abril de 1791, na véspera de sua prisão. A união de sua única filha com um amigo da família, dias antes da repressão, permitiu que se mantivesse parte da fortuna circunscrita à família, impedindo sua dispersão pelo seqüestro. Como a família se organizaria se os dois homens da casa fossem presos, já que desde o início das investigações da devassa a possibilidade de prisão dos sabedores e consentidores do levante era real? Apesar de sua prisão ter sido tardia, em maio de 1791, receios de que ela viesse a ocorrer eram intensos, já que em seus depoimentos, como testemunhas, tanto Resende pai quanto Resende filho, revelaram detalhes do movimento insurreto.⁴⁶

---

⁴³. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 37, fls. 61-61v – Libelo Cível entre Gervásio Pereira de Alvim – autor – contra a Fazenda Pública pelos bens de José de Resende Costa – inconfidente. Ouro Preto, 1794.

⁴⁴. Ibidem, fl. 61.

⁴⁵. Ibidem, fls. 5; 6-60.

⁴⁶. Em 20 de janeiro de 1791 encerrou-se a devassa aberta em Minas Gerais. Somente em 4 de abril, os ADIM foram entregues ao ouvidor Pedro José Araújo Saldanha, responsável pela devassa fluminense e por juntar os dois processos em um único. No mês seguinte (11 de maio), a Alçada determinou a prisão em Minas Gerais dos réus Vicente Vieira da Mota, padre Manuel Rodrigues da Costa, José Aires Gomes e José de Resende Costa, pai e filho. Os dois Resende Costa foram presos em 15 de maio e seus bens seqüestrados somente no dia 20 daquele mês. Após serem presos e remetidos para São João, eles partiram com destino ao Rio de Janeiro.

Se o contrato nupcial não fosse firmado, em abril de 1791, a devassa naquele mesmo ano seqüestraria no plantel 39 escravos, ao invés dos 31, originalmente apreendidos. Dos oito cativos dados como dote, cinco deles apareceram indicados no censo eclesiástico de 1795 (no documento = “escravo de Gervásio e Francisca”), ao lado de outros quatro cativos que eram posse própria do capitão Gervásio. Dos três outros mancípios não relacionados, dois eram menores de sete anos de idade e, por isso, não apareceriam indicados e um “inadvertidamente” não foi referenciado.⁴⁷

No inventário de Gervásio (1837) apareceu indicada a fazenda Rio dos Bois, localizada no Curato do Passatempo (atual Entre Rios de Minas), no termo da vila de São José, como sendo uma das quatro herdades que ele era proprietário. A fazenda se compunha de terras de “cultura e campos para criar”, com 183,5 alqueires de capoeiras e 795 alqueires de campo, avaliada em 8:929\$000 réis.⁴⁸

Estes bens, de maneira legítima, foram transferidos para Gervásio, subtraindo-os do processo de seqüestro. Como fiel depositário, este capitão-mor tornou-se o responsável pela administração da parte seqüestrada e dos bens, que eram dele e de sua esposa, e constavam no patrimônio listado pela devassa. Como separá-los legalmente sem prejudicar a família e a si próprio no processo de seqüestro?

Quando apresentou a prestação das contas do patrimônio seqüestrado, ele informou que “todos” os bens de Resende Costa “foram arrematados em várias execuções por dívidas que o casal devia”.⁴⁹ Como ocorreu com o patrimônio de Francisco Antônio, aqui também o fiel depositário administrou os bens da maneira que considerou adequada, pagando os débitos do sogro em detrimento às ordens da Fazenda Real. Vale reforçar que o maior credor do coronel Resende era o próprio genro Gervásio, o fiel depositário.

Assim, como se afirmou, a casa do inconfidente sofreu duas cobranças judiciais: uma impetrada pelo cunhado Severino e outra pelo próprio genro. Para quitar todas essas pendências e outras, que não constavam individualizadas nos Autos de Seqüestro, cuja existência foi indicada nas entrelinhas do processo, Gervásio tornou-se autor-exeqüente e representante dos “outros credores” e, também, de “ele mesmo”,

⁴⁷. IHGT. *Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.*

⁴⁸. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 149, fl. 23 – Testamento: Gervásio Pereira de Alvim. 1837.

⁴⁹. IHGB. DL 70.9, fl. 15 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

no processo que todos moviam contra os bens de seu sogro, no valor de 3:237\$652 réis.⁵⁰

Para pagar essa quantia aos credores, Gervásio (o maior de todos estes credores com, pelo menos, três quatros de todo esse valor) resolveu separar e avaliar alguns bens do seqüestro para liquidar aqueles débitos. Entre os bens separados constam utensílios domésticos (objetos da casa, como tachos, bules, pratos, roda de fiar e toalha de mesa), ferramentas (objetos ligados ao universo do trabalho agrícola e mineral, como foices, balança “de pesar ouro”, sela com estribos e enxadas), escravaria, bens de raiz, datas minerais, animais, peças de vestuário (como farda e armamento de oficial) e móveis (como cadeiras, quadros, armário e mesas).

TABELA 41
1º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao
inconfidente José de Resende Costa

Produto	Quantidade	Valor (em réis)	% - do total
Bens de raiz	2	1:240\$000	36,99
Datas minerais	155	44\$000	1,31
Escravaria	26	1:608\$000	47,97
Animais	175	333\$900	9,96
Ferramentas	42	37\$950	1,13
Utensílios domésticos	37	48\$725	1,45
Móveis	26	15\$900	0,48
Peças de vestuário	2	23\$600	0,71
TOTAL	465	3:352\$075	100,00
VALOR DA ARREMATACÃO →		3:344\$625	99,78

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 29v-32v – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

Neste primeiro Auto de Arrematação, conforme a Tabela 41, foram avaliados 465 bens por 3:352\$075 réis. Estes pertences foram vendidos por 3:344\$625 réis, ou 0,22% abaixo do valor originalmente estipulado pelo avaliador.⁵¹ O responsável pela separação, avaliação e arrematação desses bens em leilão foi uma mesma pessoa: o capitão-mor Gervásio Pereira de Alvim. Como arrematante e sendo quem receberia a maior quantia paga por aqueles bens, pois possuía a maior parcela de créditos a receber, Gervásio apenas descontou do valor total da compra os valores a serem quitados aos outros credores que ele representou na ação executória. Com isso, o patrimônio permaneceu nas mãos da família, sem necessidade de efetivar a meação.

⁵⁰. Uma desses solicitantes foi Jerônimo Dias de Trindade, oficial de justiça da comarca do Rio das Mortes, que por serviços prestados à devassa e por dívidas que o inconfidente lhe tinha feito, cobrou o pagamento de 4\$066,5 réis. Conferir: Ibidem, fls. 11-13; 29v.

⁵¹. Ibidem, fl. 32v.

Entre o valor arrecadado pela venda e a quantia cobrada em juízo restaram aos cofres públicos 106\$973 réis.

1º Auto de Execução rendeu	3:344\$625 réis
Valor da dívida	3:237\$652 réis

Saldo (superávit)	106\$973 réis

Após pagar as dívidas pessoais, outras duas cobranças judiciais vieram à tona, fazendo com que o fiel depositário voltasse a colocar em avaliação e arrematação o restante do patrimônio seqüestrado ao inconfidente.

A segunda ação de cobrança contra os bens de Resende Costa foi movida pelo procurador do Fisco e Câmara Real solicitando o pagamento de 62\$477 réis.⁵² Ele procedeu a uma nova separação, avaliação e arrematação de parte do patrimônio confiscado pela devassa.

TABELA 42

2º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao inconfidente José de Resende Costa

Produto	Quantidade	Valor (em réis)	% - do total
Escravidão	1	40\$000	55,32
Utensílios domésticos	18	32\$300	44,68
TOTAL	19	72\$300	100,00
VALOR DA ARREMATAÇÃO →		72\$300	100,00

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 32v-34 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

A segunda execução contra a casa do coronel Resende, de acordo com a Tabela 41, rendeu 72\$300 réis, superando 9\$833 réis ao valor do débito cobrado.

2º Auto de Execução rendeu	72\$300 réis
Valor da dívida	62\$477 réis

Saldo (superávit)	9\$833 réis

⁵². Ibidem, fls. 34-34v.

Em duas execuções, os bens da família Resende Costa renderam 116\$806 réis. Este valor será utilizado no pagamento da terceira ação de cobrança movida pelo tenente Pedro Teixeira de Carvalho. Na ocasião, coube novamente ao fiel depositário realizar o pagamento de 1:116\$637 réis.⁵³

TABELA 43
3º Auto de Execução contra os bens seqüestrados ao
inconfidente José de Resende Costa

Produto	Quantidade	Valor (em réis)	% - do total
Remanescentes de execuções	2	116\$806	11,68
Bens de raiz	1	520\$000	52,02
Títulos de terras minerais	4	10\$000	1,00
Escravaria	1	5\$000	0,50
Livros (número de volumes)	61	35\$860	3,58
Cartas de créditos	7	303\$756	30,39
Utensílios domésticos	6	1\$800	0,18
Móveis	2	900	0,09
Peças de vestuário	3	5\$600	0,56
TOTAL	85	999\$722	100,00
VALOR DA ARREMATAÇÃO →		999\$722	100,00

Fonte: IHGB. DL 70.9, fls. 32v-34 – Seqüestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

No terceiro e último Auto de Execução (Tabela 43), enfrentado pela casa do inconfidente Resende Costa foram arrematados 85 bens pela quantia de 999\$722 réis. A arrematação e a dívida cobrada pelo tenente Pedro Teixeira seguem abaixo:

2º Auto de Execução rendeu	999\$722 réis
Valor da dívida	1:116\$637 réis

Saldo (déficit)	(-) 116\$915 réis

Após o abatimento do importe, restou pagar ao tenente Pedro Teixeira 116\$915 réis.⁵⁴ Este déficit oficializou o número final do seqüestro dos bens de José de Resende Costa. Em 1º de dezembro de 1804, encerrou-se a ação judicial, com a publicação do Termo de Conclusão, escrito pelo juiz dos feitos do contencioso da Real Fazenda, doutor Lucas Antônio Monteiro de Barros:

⁵³. Ibidem, fl. 32v.

⁵⁴. Ibidem, fl. 34.

Como depois de satisfeitas as dívidas do casal confiscado, o capitão José de Resende Costa, nada resta, que se possa arrematar, pois que havendo-se arrematado pelos credores exequentes todos os bens penhorados para pagamento, ainda os mesmos não chegaram para inteira solução, o que se evidencia da Certidão (...). Cumpra-se dar mais passo na presente causa; passando-se Precatória para a Ouvidoria do Rio das Mortes a fim de suspender-se qualquer procedimento contra o depositário na forma requerida, e a fim de se lhe dar mandado de levantamento do referido depósito.⁵⁵

Pela citação conclui-se que do seqüestro feito em bens de mais um destacado proprietário da comarca do Rio das Mortes, a coroa portuguesa não obteve rendimento. As famílias de Francisco Antônio e de Resende Costa, o pai, permaneceram com a posse integral de suas propriedades, não sendo abaladas pela devassa. Gervásio, após a morte de sua sogra, passou a administrar todos os bens que foram da família, ao lado de sua esposa Francisca Cândida, a herdeira da mãe e do patrimônio anteriormente seqüestrado de seu genitor.

Será que esta situação se repetirá com o último dos inconfidentes citados na Tabela 36 que teve cartas de crédito apreendidas pela devassa?

TABELA 44

Cartas de crédito e seus devedores principais seqüestrados ao inconfidente José Aires Gomes (1791)

	Nome do devedor	Quantidade de cartas de crédito	Valor (em réis)	% – do total
1º	Silvestre Dias de Sá	13	794\$871	13,40
2º	Custódio da Costa Rodrigues	1	720\$000	12,13
3º	José Antônio de Figueiredo	2	494\$129	8,33
4º	Francisco de Macedo Cruz	1	333\$340	5,62
5º	Hilário Vilas Boas	1	325\$000	5,47
6º	Alexandre dos Reis Silva	1	284\$625	4,79
7º	Francisco Pinto Miranda	1	244\$355	4,12
8º	Domingos Pires de Sousa	1	206\$400	3,48
9º	Luís Pinto da Costa	1	200\$000	3,37
10º	Gonçalo Gomes Martins	4	153\$065	2,58
		26	3:755\$785	63,32

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 12, fls. 127-160 – Seqüestro dos bens de José Aires Gomes; SENTENÇA cível de formal de partilhas passadas a favor do desembargador procurador da Real Fazenda desta capitania de Minas Gerais Antônio de Brito Amorim dos autos de seqüestro a que se procedeu dos bens do seqüestrado inconfidente José Aires Gomes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 38, p. 100-123, 1990.

⁵⁵. Ibidem, fls. 35v-36.

José Aires Gomes teve apreendido pela devassa 128 cartas de crédito, sendo que sua maior parte foi obtida por comprar o patrimônio de seu irmão Francisco Gomes Martins. A cobrança de muitas das dívidas ativas seqüestradas passou por gerações da família, chegando às mãos do inconfidente sem quaisquer soluções de pagamento.

Entre os dez maiores devedores do inconfidente José Aires Gomes constam dois parentes diretos: seu tio, Gonçalo Gomes Martins, e seu cunhado, padre Silvestre Dias de Sá. Ambos responderam por quase 16% das dívidas ativas seqüestradas. Relações pessoais também estiveram presentes em outras duas transações: a do filho mais velho, João Ribeiro Gomes, na quantia de 46- $\frac{1}{4}$ -7 oitavas (= 55\$762,5 réis) e a do cunhado, Manuel Dias de Sá (homônimo ao pai), no valor de 35- $\frac{1}{4}$ -4 oitavas (= 42\$450 réis).

Seu maior devedor foi o padre Silvestre Dias de Sá, com 13 notas de crédito avaliadas em 794\$817 réis (13,40% do total). Este padre era filho de Ana Maria dos Santos (em suas primeiras núpcias) e Manuel Dias de Sá – o terceiro proprietário da fazenda da Borda do Campo. Ele era irmão de Maria Inácia de Oliveira (filha do segundo matrimônio de Ana Maria com Manuel Lopes), esposa de Aires Gomes.

O padre Silvestre, também implicado na Conjuração Mineira, vivia de suas ordens e tinha terras “nos matos gerais junto à roça do Calheiros”, onde desenvolvia práticas agrícolas. Recebeu carta de sesmaria de suas posses, em 14 de dezembro de 1747. As terras desta propriedade foram incorporadas, posteriormente ao patrimônio de seu cunhado.⁵⁶

Na mesma região, em 11 de maio de 1792, Silvestre requereu ao governador visconde de Barbacena, quarenta e cinco anos após receber sesmaria no local, terras “entre as sesmarias da Mantiqueira, do Acácio e de João Ribeiro, [onde] se acham umas sobras de terras devolutas (...) para sua sustentação e de seus escravos”.⁵⁷ A propriedade, já desenvolvida com práticas agrícolas, foi medida e demarcada, em 23 de março de 1798, quando aquelas terras já estavam em poder de sua irmã Maria Inácia, herdeira daquele patrimônio, como atestou em documento: “pertence esta carta de sesmaria a minha irmã dona Maria Inácia de Oliveira”.⁵⁸ Após a delimitação espacial daquele terreno, lavrou-se o termo de sua posse em nome de João Aires Gomes, o filho mais velho do casal Maria Inácia e Aires Gomes.⁵⁹

---

⁵⁶. APM/SC, cód. 90, fls. 109v-110 – Carta de sesmaria: Silvestre Dias de Sá. 14/12/1747.

⁵⁷. APM/SC, cód. 256, fls. 140-140v – Carta de sesmaria: Silvestre Dias de Sá. 10/05/1792.

⁵⁸. CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 2. P7, fl. 2 – Sesmaria. 10/05/1792.

⁵⁹. CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 3. P9, fls. 6-12 – Sesmaria. 05/03/1798.

Dentre os papéis apreendidos pela devassa e que citam o nome do padre Silvestre existe referência a documentos de negócios e transações com terras. Na Sentença Cível e Formal de Partilhas lê-se:

uma carta de Agostinho Fernandes da Silva escrita ao reverendo Silvestre Dias de Sá em vinte e cinco de março de setenta e oito, na qual diz na cota que dentro se acha o recibo de um conto de réis, que recebeu o reverendo Silvestre Dias de Sá para a compra da fazenda da Mantiqueira, em que nele declara me pertence [José Aires Gomes] a fazenda.⁶⁰

Para adquirir a fazenda da Mantiqueira, contígua à fazenda da Borda, anteriormente arrendada pelo tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira ao padre Agostinho Figueiredo e à viúva Inês Maria de Jesus (parente de Clara Maria de Jesus, esposa de Francisco Gomes Martins, irmão do inconfidente), Aires Gomes pediu ao padre Silvestre que comprasse a propriedade em seu nome. Para conseguir o dinheiro da compra, Aires pediu 1:000\$000 réis emprestados a Agostinho Fernandes da Silva e 1:200\$000 réis a madre Perpétua Maria de Santana, sua “comadre”, em 1772. A fazenda da Mantiqueira foi adquirida pela quantia de 2:200\$000 réis.⁶¹

Esta propriedade, de acordo com o seqüestro, de 31 de maio de 1791, contava com casas de vivenda assobradadas, um “mediano rancho de passageiros com varandas, quartos e cavalariças”, um “rancho grande de tropas”, uma “casa onde está a tenda de ferreiro” e “outras oficinas necessárias”, de uma légua de extensão.⁶² Na propriedade havia 13 escravos, 60 porcos, 2 cavalos, 12 alqueires de arroz e meio de trigo plantados. A herdade foi avaliada pela devassa em 1:372\$000 réis, ou 62,36% do valor originalmente pago por Aires Gomes ao antigo proprietário daquelas terras.⁶³

Em outra oportunidade, o padre Silvestre também apareceu como financista da família. No ano em que Aires Gomes partiu condenado, rumo ao degredo em Moçambique (1792), seu filho homônimo negociava com o primo Luís Serafim alguns terrenos que este possuía na paragem da Batalha. As terras, almejadas pelo filho do sedicioso mineiro, compreendiam “matos e campos” que confrontavam as suas bandas com o Caminho Novo e com as propriedades de seu pai: os sítios Confisco, Pinheirinho e Calheiros, e as fazendas Engenho e Bananal.⁶⁴

⁶⁰. SENTENÇA cível de formal de partilhas... op. cit., p. 106.

⁶¹. Ibidem, p. 106; CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P3, fls. 1v; 4 – Livro de dívidas.

⁶². IHGB. DL 973.1, fl. 16 – Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes. Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791.

⁶³. AHMI. “Pagamento feito à Real Fazenda e Fisco da Câmara Real para a solução do que tocou da metade dos bens em que foi condenado o confiscado José Aires Gomes”, fl. 22v.

⁶⁴. CEM-UFMG/AFA/PF, cx. 3. P4, fl. 3 – Sesmaria. 20/09/1792.

O auto de posse da sesmaria de meia légua de Luís Serafim, iniciado como escritura de venda, se transformou, por interferência de Maria Inácia, em termo de cessão de terras em favor de Aires Gomes, o filho:

Luís Serafim Gomes (...) cedia todo o domínio e ação que tem em uma sesmaria que alcançou pela secretaria deste governo, no lugar da Batalha, termo desta vila [Barbacena], na pessoa de José Aires Gomes, o moço, cuja cessão fazia em pagar as despesas que fez ao reverendo Silvestre Dias de Sá que assistiu para ele cedente obter a dita carta de sesmaria.⁶⁵

Mais uma vez, o padre Silvestre envolveu-se em transações de terras na paragem da Borda do Campo: ora requerendo terras para si; ora aparecendo como financista de membros da família. Antes de partir em degredo, o inconfidente escreveu em seu livro de anotações que era devedor de uma quantia indeterminada ao seu cunhado. No livro, Aires anotou que a família deveria pagar o que ele apresentasse por “conta”, estando “pelo que o mesmo disser eu dever”.⁶⁶

Outro membro da família que também teve seu nome revelado como devedor do inconfidente foi Manuel Dias de Sá, filho homônimo do pai proprietário da fazenda da Borda. A dívida foi de 35-¼-4 oitavas (= 45\$450 réis). Como seu irmão padre Silvestre, Manuel solicitou sesmaria de um terreno “junto à do defunto seu pai para as partes do sertão [onde] se achavam terras devolutas, nas quais queria haver por sesmaria meia légua em quadra”.⁶⁷ A confirmação da carta de sesmaria deu-se em 29 de março de 1746.⁶⁸

Outro personagem ligado aos empreendimentos territoriais dessa família e que teve obrigações creditícias seqüestradas pela devassa foi José Garcia Velho, agregado na fazenda da Borda do Campo. Com uma dívida de 4-½-0 oitavas (= 5\$400 réis) contraída, em 14 de outubro de 1774, José Garcia supostamente comprou insumos agrícolas para a sua pequena lavoura de subsistência.⁶⁹

⁶⁵. Ibidem, fl. 10.

⁶⁶. CEM-UFGM/AFA/PF, cx. 3. P3, fl. 7 – Livro de dívidas.

⁶⁷. APM/SC, cód. 80, 48-48v – Carta de sesmaria: Manuel Dias de Sá. 23/07/1742; AHU/MAMG, cx. 46, doc. 15 – Requerimento de Manuel Dias de Sá, solicitando a D. João V a mercê de lhe confirmar a doação em sesmaria, de meia légua de terra, na paragem da Borda do Campo, junto das terras que foram de seu pai e das da Mantiqueira. 07/02/1746.

⁶⁸. AHU/MAMG, cx. 42, doc. 65 – Carta de confirmação da sesmaria: Manuel Dias de Sá.

⁶⁹. Para Eni de Mesquita Samara, o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, associada a fatores como a desarticulação administrativa, a excessiva concentração de terras nas mãos de uma pessoa ou de uma família e a acentuada dispersão populacional, provocaram a instalação de uma sociedade paternalista que deu origem aos agregados, que durante toda a fase colonial brasileira assumiram diferentes posições junto à família patriarcal. Podiam ser considerados agregados tanto indivíduos livres e sem terras quanto parentes (filhos, filhas

Além das dez pessoas indicadas na Tabela 43 que, juntas, realizaram 26 transações de crédito com Aires Gomes (3:755\$785 réis ou 63,32% do total) tivemos, ainda, outras 97 pessoas responsáveis por 102 negociações creditícias com aquele inconfidente (2:175\$071 réis ou 36,68%).

Após a condenação de Aires Gomes ao degredo e a real apreensão de parte de seu patrimônio, sua família sofreu seis ações de cobrança judicial, sendo duas delas movidas pela própria Fazenda Pública e quatro abertas por pessoas que venderam bens ao inconfidente. Em todos estes processos solicitava-se o pagamento de 1:577\$176 réis.

TABELA 45
Ações de cobrança judicial contra o inconfidente José Aires Gomes

Autor da ação de cobrança	Data	Local de abertura	Valor total da dívida (em réis)*	Valor cobrado da dívida (em réis)**
Lucas de Abreu Araújo	1793	Vila Rica	491\$312	245\$656
Fazenda Pública	1803	Barbacena	1:170\$000	601\$206
Fazenda Pública	1803	Barbacena	493\$026	167\$308
Manuel da Silva Espíndola	1819	São João del Rei	278\$370	278\$370
Antônio Francisco Fernandes	1794	Vila Rica	427\$522	213\$761
Luiz Coelho	1797	Vila Rica	141\$750	70\$875
			3:001\$980	1:577\$176

Fonte: ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 3031 – Libelos Cíveis diversos.

OBS: * = por "valor total da dívida", se compreende a quantia que ficou de ser paga da dívida e não o seu valor total inicial do contrato; ** = por "valor cobrado da dívida", se compreende o valor que está sendo requisitado em juízo.

As ações de Libelo Cível movidas pela Fazenda Pública, em 1803, contra a casa seqüestrada ao inconfidente Aires Gomes deveram-se às dívidas que o inconfidente tinha com devedores fiscais.

---

solteiras ou viúvas, genros, mães, tias, irmãos, irmãs, etc.), amigos e estranhos que vinham congregarem-se ao grupo familiar. À medida que o tamanho das terras ultrapassava as necessidades de produção e de crescimento em face da demanda do mercado, havia a possibilidade de acomodar moradores (agregados) ou meeiros (ou parceiros) nas terras excedentes ou subutilizadas. Os agregados poderiam assegurar tanto a defesa da propriedade, quanto o plantio de mantimentos. Quando não havia essa possibilidade, os agregados dirigiam-se às vilas, onde passavam a morar com as famílias locais, ajudando nos diversos tipos de ofícios urbanos. Conferir: SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005, p. 57-62, 93-100. Sobre o tema dos agregados na sociedade colonial são pioneiros os estudos de: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974; SCHWARTZ, Stuart B. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril (Org.). *The colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 147-197; Idem. *Segredos internos...* op. cit., p. 247-279. Sobre os agregados na fazenda da Borda do Campo, conferir: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 53-56.

O processo aberto pela Fazenda Pública em Barbacena – o segundo da Tabela 45 – ocasionou-se pela cobrança de um crédito passado por Aires Gomes ao licenciado Francisco da Costa. Este licenciado, em 1803, “já falecido”, foi fiador, juntamente com outras pessoas da “arrematação que fez José Caetano Pereira do ofício de escrivão da Real Fazenda (...) e porque não satisfez a importância total da dita arrematação, se procedeu o seqüestro e penhora em todos os seus bens e dívidas”.⁷⁰

Entre os papéis apreendidos pela Fazenda Real constou um crédito “feito e assinado pelo próprio José Aires Gomes, de 30 de janeiro de 1783, da importância de 325 bruacas de sal, vendidas a 1:170\$000 réis”. Francisco da Costa dividiu a entrega do sal comprado em dois lotes, um vindo de Piranga e, outro, da Rocinha de Simão Pereira.⁷¹

Da dívida, Aires Gomes nada pagou e, por isso, sua casa foi cobrada. Por lei, como já explicamos, o autor da ação tinha o direito de receber metade do cumprimento do débito. Assim, a Fazenda Real solicitou o pagamento de 585\$000 réis, mais as custas do processo, de 16\$206 réis. A dívida cobrada, em juízo, totalizou 601\$206 réis. Após a comprovação daquela dívida, em 1º de abril de 1800, Maria Inácia de Oliveira, a esposa do conjurado, recebeu um prazo de 24 horas para quitar o débito.⁷²

Passados dez anos da solicitação da cobrança, que não foi atendida por Maria Inácia, protocolou-se em órgão da Fazenda Pública de São João del Rei, pedido de penhora de bens para a quitação daquele débito (4 de abril de 1810). No dia 19 de maio daquele ano, escreveu-se mandado de penhora contra a esposa do inconfidente. Ao se cumprir o mandado, o oficial de justiça constatou que “a dita ré não possuía bens alguns, e que tudo lhe foram tirados pela Real Fazenda pela fiança de João Rodrigues de Macedo”. Para dirimir quaisquer dúvidas sobre a veracidade daquela informação, o oficial de justiça e seu meirinho foram à fazenda do Registro Velho, ao lado da fazenda da Borda do Campo, verificar se a coleta daquela nota era verdadeira. As duas pessoas com quem conversaram aludiram o fato de a “Real Fazenda lhe ter tirado tudo por herança e fiança de João Rodrigues de Macedo”. O processo, em 21 de junho de 1810, concluiu a cobrança daquela dívida, pois não havia bens a serem restituídos à Fazenda Real em posse da esposa do sedicioso mineiro.⁷³

---

⁷⁰. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 25, fls. 2v; 4 – Libelo Cível entre a Fazenda Pública – autora – contra Maria Inácia de Oliveira, viúva de José Aires Gomes – réu. Barbacena, 1803.

⁷¹. Ibidem, fls. 4-4v; 5.

⁷². Ibidem, fl. 13v.

⁷³. Ibidem, fls. 15-18v.

Este caso nos leva a acreditar que Maria Inácia, após o seqüestro de bens de seu marido, ficou sem qualquer patrimônio, devido à cobrança por dívida fiscal que se fez nos bens de Macedo e na dos seus fiadores, entre eles, Aires Gomes.

O escrivão da Real Fazenda, Antônio Joaquim de Macedo, sobrinho do contratador Macedo e um de seus dois herdeiros, protestou as dívidas que os fiadores de seu tio tinham com o órgão em que trabalhava. Aires Gomes foi fiador do contrato de Dízimos.

Antônio Joaquim coordenou três processos de seqüestro contra a casa de Aires Gomes, intimando que os herdeiros e sucessores do conjurado quitassem as dívidas que ele deixara pendentes na Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, pelos contratos de Dízimos arrematados pelo seu tio.

Os seqüestros e as arrematações realizados, de 1794 a 1796, e listados no *Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes* renderam 31:859\$015 réis (monte-mor). Depois de calculado o monte-mor fez-se a divisão em duas partes (a meação), sendo uma delas encaminhada integralmente à viúva Maria Inácia de Oliveira, no valor de 15:929\$507,5 réis. A outra metade foi dividida em duas partes iguais, sendo uma delas destinada ao pagamento das dívidas pessoais do conjurado (7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis) e, a outra, destinada ao Fisco Real (7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis).⁷⁴

Todos os bens seqüestrados ao conjurado Aires Gomes, portanto, renderam aos cofres metropolitanos 7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis.

A fazenda da Borda, a principal propriedade da família, quando foi levada a leilão em 1792, foi arrematada pela própria Maria Inácia, que, mais tarde, em 1800, vendeu-a a seu filho, João Aires Gomes, e ao genro, José Rodrigues Lima, que se tornou, em 27 de março de 1805, seu único proprietário. Na ocasião, couberam as fazendas Engenho dos Pinheiros (com quatro sesmarias anexas) e Mantiqueira (com seus pertences e cinco sesmarias) a João Aires Gomes.⁷⁵

A partir de 1800, Maria Inácia não tinha mais nenhum bem em seu nome que pudesse ser seqüestrado pela devassa. Por isso, as notas do oficial de justiça, no processo aberto pelo pagamento das bruacas de sal compradas por seu marido não foram pagas: em 1810, ela não tinha patrimônio que pudesse ser penhorado.

⁷⁴. IHGB. DL 973.1, fl. 147 – *Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes*. João Pinto Furtado creditou ao patrimônio de José Aires Gomes o valor de 65:066\$236 réis. Conferir: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 107.

⁷⁵. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 256; 240-245.

Esta articulação permitiu que o outro Libelo Cível movido pela Fazenda Pública também não fosse pago. Desta vez, no documento consta a cobrança de 167\$564 réis, do resto de uma dívida de 493\$026 réis, contraída em 21 de junho de 1775, que ficou ao conjurado da herança de seu sogro Manuel Lopes de Oliveira, por dízos e entradas devidos ao contratador João de Souza Lisboa.⁷⁶

Para garantir o pagamento procedeu-se, em 21 de abril de 1831, à penhora de dois escravos: o crioulo Adão e o benguela Ventura. Em 1791, quando se seqüestrou os cativos de Aires Gomes, Adão tinha 6 anos de idade e seus pais, Luiza e João Pequeno, estavam alocados em atividades agrícolas na fazenda da Borda do Campo. Quanto ao escravo Ventura, tinha 20 anos e estava entre os mancípios listados na fazenda Engenho.⁷⁷

Em 1852, segundo documento judicial, a sentença de penhora não se concretizou, pois os cativos mencionados foram arrematados em execução para pagamento de dívidas do conjurado com seus credores e parentes. Então, naquele ano, a justiça determinou que Maria Inácia (já falecida) pagasse “pelos seus próprios bens”. Em 16 de fevereiro de 1855, a dívida foi recalculada e alcançou a quantia de 172\$520 réis. O juiz municipal José dos Santos decidiu que em um prazo de 24 horas fosse realizado o pagamento do débito de quase meio século. A família, como no caso anterior, não pagou a dívida, informando que a executada não devia nada e que a família, também, não tinha nada da matriarca a ser novamente penhorado, para se proceder à quitação do débito.

Mesmo com tal informação, em 14 de fevereiro de 1853, o mesmo juiz municipal determinou que oficiais de justiça penhorassem algum patrimônio da família. Coube ao neto de Maria Inácia, de nome João Aires Gomes (não confundir com o tio homônimo), responder à penhora. Mesmo alegando não possuir bens da herança de seus avôs, teve apreendido “50 palmos de terras em o Largo de trás da Matriz desta mesma cidade [Barbacena]”.⁷⁸

Os oficiais seqüestraram um terreno partilhado entre João Aires Gomes e José Gonçalves Rodrigues: na sociedade, o neto do inconfidente tinha 51,5 palmos do patrimônio. Este terreno, aliás, vendido em 1836, causou o questionamento do juiz

⁷⁶. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 27, fls. 3-9 – Libelo Cível entre a Fazenda Pública – autora – contra Maria Inácia de Oliveira, viúva do inconfidente José Aires Gomes – executada. Barbacena, 1803.

⁷⁷. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 12, fls. 13v-14; 22v – Auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes.

⁷⁸. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 27, fls. 43-58 – Libelo Cível entre a Fazenda Pública – autora – contra Maria Inácia de Oliveira, viúva do inconfidente José Aires Gomes – executada. Barbacena, 1803.

municipal que escreveu em seu relatório que “os oficiais de justiça ou por mau aconselhamento ou por insinuação malíssima de algum inimigo do Embargo, fizeram penhora em cinqüenta palmos de terreno situado no Largo de trás da Matriz da cidade de Barbacena, que por um lado parte com Joaquim Manuel de Faria e por outro com João Aires Gomes”. Foi de se estranhar que apreenderam uma porção de terra vizinha ao que o dito João Aires tinha naquela localidade e não propriamente aquele em que ele residia na cidade.⁷⁹

Em meio a recursos, a justiça determinou, em 1º de junho de 1853, o “levantamento” daquela cobrança.⁸⁰ Assim, mais uma vez, a Fazenda não conseguiu reaver parte das dívidas que Aires Gomes ficou devendo aos seus credores.

Entre as pessoas que lhe passaram créditos, constou a cobrança judicial que Lucas de Abreu Araújo fez ao patrimônio do inconfidente da Borda do Campo. Lucas, morador na vila de Pitangui, na comarca de Sabará, vivia de “negociar escravos e sal, que vai e manda comprar na cidade do Rio de Janeiro, e vende, tanto em dinheiro à vista, como fiado, conforme o estilo do País”.⁸¹ Em 1785, José Aires comprou-lhe “oito moleques novos”: “dois por nome de Miguéis e Francisco, três por nome de Joões, e dois Antônio”, pelo valor de 1:000\$020 réis, a serem pagos em três prestações de 340\$000 réis anuais. Dos parcelamentos, o inconfidente pagou, em 24 de junho de 1786, a primeira de 362\$500 réis, ou 22\$500 réis acima do valor inicial para aquele ano, e mais alguns ajustes menores, por meio de fornecimento de sal (60 bruacas na primeira vez e 50 bruacas na segunda). No total, descontados todos os pagamentos, Aires ficou devendo 491\$312 réis que, de acordo com a lei, o credor tinha o direito de pleitear o acerto de 245\$656 réis. Suas justificativas e os dizeres das testemunhas inquiridas que apresentou, confirmaram a compra dos negros pelo inconfidente e o valor pendente da transação. O desembargador Antônio Ramos da Silva Nogueira autorizou o pagamento da dívida, a ser descontada da parte meada do seqüestro.⁸²

Outra ação de Libelo Cível contra o patrimônio do dito inconfidente foi movida por Manuel da Silva Espíndola. A contestação deste autor começou depois que o ajudante Vicente Ferreira Dias de Sá, herdeiro do falecido padre Silvestre, conseguiu provisões solicitando-lhe terras que foram do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, herdadas pelo padre Silvestre. Para garantir a restituição daquele patrimônio,

⁷⁹. Ibidem, fls. 58-67v. A citação encontra-se no fl. 58.

⁸⁰. Ibidem, fls. 70v-71.

⁸¹. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 24, fl. 5 – Libelo Cível entre Lucas Antônio de Araújo – autor – contra o procurador da Real Fazenda pelos bens do inconfidente José Aires Gomes – réu. Ouro Preto, 1793.

⁸². Ibidem, fls. 7-8; 21v-22v; 24v-27.

em 23 de outubro de 1820, procedeu-se a penhora de meia sesmaria de “pastos virgens e capoeiras” que estava em posse de Manuel Espíndola. No entanto, ele afirmou que a ré Maria Inácia vendeu-lhe aquele quinhão de terras por 278\$370 réis, “que não entraram na arrematação da Execução da Real Fazenda”.⁸³ Na ação cobrou-se o valor total da dívida, por ela não ter feito parte do seqüestro.

A sesmaria citada e comercializada pela esposa do sedicioso foi omitida da devassa da Inconfidência. Ao contestar a devolução do pedaço de terra que comprou, Espíndola queria permanecer no solo que plantava e do qual extraía o seu sustento. Em 1825, por exemplo, pagou de dízimos, pela agricultura que praticava no local, a quantia de 5\$500 réis aos cofres públicos.⁸⁴

Para ressarcir o prejuízo e a reintegração daquela terra ao patrimônio da família do inconfidente, Espíndola solicitou, em juízo, a devolução do dinheiro que pagou por aquele terreno, acrescidos dos respectivos juros e custas do processo. Em abril de 1825, a dívida total era de 329\$841,5 réis a ser quitada pela família. Quase dez anos depois, em 1833, o processo foi extinto, sem que o seu autor recebesse qualquer valor pela terra.⁸⁵

A penúltima cobrança sofrida pela casa de Aires Gomes foi feita por Antônio Francisco Fernandes, em 1794, por “três negros novos” comprados, em 28 de fevereiro de 1788. O valor da dívida foi de 480\$000 réis, tendo recebido apenas 52\$478 réis, restando o acerto de 427\$522 réis. Seu pedido de restituição de 213\$761 foi aceito pela Fazenda Real.⁸⁶

A última cobrança foi realizada por Luiz Coelho para receber os três empréstimos que concedeu a Aires Gomes para a compra de três cavalos (28\$004 réis), um em dinheiro (7\$040 réis) e outro pela quantia que “pagou por ele a Joaquim da Costa – 6\$000 réis, que o dito Aires a este devia”. Estes valores, mais os ajustes de salário, importaram na contestação judicial de 70\$875 réis. Em 1797, a Fazenda Real determinou o pagamento daquela dívida.⁸⁷

⁸³. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 31, fls. 2v-11v – Libelo Cível entre Manuel da Silva Espíndola, sua mulher e outros – 3º embates – contra D. Maria Inácia de Oliveira, viúva do inconfidente José Aires Gomes – executado. São João del Rei, 1819.

⁸⁴. Ibidem, fl. 58.

⁸⁵. Ibidem, fls. 57v-60v.

⁸⁶. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 32, fls. 4-6v; 16v-19v – Libelo Cível entre Antônio Francisco Fernandes – autor – contra o inconfidente coronel José Aires Gomes – réu. Ouro Preto, 1794.

⁸⁷. Luiz Coelho foi caixa de José Aires Gomes, de 18 de março de 1783 a 18 de setembro de 1791, recebendo um salário de 36\$000 réis por ano. Conferir: ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2231, pacotilha 38, fls. 12-13v; 34v-36 – Libelo Cível entre Luiz Coelho – executante – contra o procurador da Real Fazenda pelos bens de José Aires Gomes – executado. Ouro Preto, 1797.

Das seis cobranças contra o patrimônio do conjurado Aires Gomes, três processos foram extintos e os outros três tiveram seu pagamento autorizado pela Fazenda Real, a ser descontado da parte que lhe coube no seqüestro. As dívidas foram possivelmente pagas, pois nos documentos não constam decisões contrárias ao ajuste daquelas contas, como apareceu nas ações em que a dívida não foi quitada. Todos os débitos de origem fiscal contestados não foram pagos; acertaram-se, apenas, as dívidas oriundas de ação trabalhista e da compra de escravos. Do total original de 3:001\$980 réis, a Fazenda Real acolheu a cobrança de 1:577\$176 réis e autorizou o pagamento de apenas 530\$292 réis (33,62% do total acolhido).

Independentemente do valor das dívidas cobradas, nenhuma delas foi superior aos créditos seqüestrados pela devassa: 5:930\$856 réis. Da casa de Aires Gomes, o Fisco recebeu o valor líquido de 7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis. Igual quantia foi destinada aos pagamentos das dívidas precedentes do inconfidente.

Ao contrário dos destinos econômicos indicados até o presente momento, de que as dívidas passivas eram menores que as dívidas ativas, a casa de outro inconfidente, Inácio José de Alvarenga Peixoto, destoou desta afirmativa. O patrimônio do poeta-inconfidente recebeu 36 ações de cobrança judicial. Vejamos suas movimentações contábeis, a fim de compreender a insolvência de sua casa – tão propagada pela historiografia –, os motivos e a difusão dos empréstimos, que Alvarenga se envolveu em Minas Gerais e em Portugal.

2.

As dívidas: motivos e difusão de empréstimos à casa de Alvarenga Peixoto

Em carta de 4 de junho de 1731, o governador dom Lourenço de Almeida informava ao rei que era costume, em Minas Gerais, comprar fiado no pequeno comércio e, entre os comércios maiores, era prática comum a cobrança de juros. Vejamos um trecho daquela epístola:

O estilo observado nestas Minas (...) foi sempre o comprar-se tudo fiado a pagamento de um ano, ano e meio e dois anos, e não há cousa nenhuma que se compre que seja com pagamento à vista senão fiada, e como os homens destas Minas acham quem lhes dê a sua fazenda sem dinheiro ou ouro, fazem largos empenhos fiando-se em que as suas lavras e faisqueiras lhe dêem tanta abundância de ouro, que não só paguem o que devem, senão também lhe supram para os grandes gastos que fazem, e como estas faisqueiras ordinariamente não produzem o que esperam, parece-lhe muito mal o serem executados nos mesmos negros e mais instrumentos que lhe fiaram, e como nestas Câmaras os homens empenhados são os que procuram servir nelas, por se lhes guardar o respeito de não serem citados no ano que servem, por esta razão dos seus empenhos é que pedem a Vossa Majestade este privilégio.⁸⁸

As palavras do governador serviram-nos como exemplo das atitudes de Alvarenga Peixoto nas relações econômicas em que se envolvia: comprou muito fiado, assoberbando-se de dívidas e tornando-se indolente ao pagá-las. Ambicioso e gastador, nas palavras de Manuel Rodrigues Lapa, nunca foi homem que negasse as obrigações contraídas, antes prometia a todas as pessoas fiado no valor real de suas propriedades e nas extrações minerais que esperava retirar da terra, com expectativa de grande desempenho e fortuna.⁸⁹

Com fama de mau pagador, perdulário e caloteiro, Alvarenga Peixoto teve, em 29 de outubro de 1789, durante o processo de meação do seqüestro de seus bens, a contestação de uma transação de crédito entre os capitães José Joaquim Correia e Gonçalo Ferreira de Freitas, negociantes e ambos moradores da vila de São João del Rei, que declararam à devassa que tinham em seu poder trastes de prata que pertenciam ao réu:

---

⁸⁸. CARTA de dom Lourenço de Almeida ao Rei. Vila Rica, 04/06/1731. In: Transcrição da 2ª parte do códice 23, p. 261. Quem nos forneceu a referência foi: FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio...* op. cit., p. 119-120.

⁸⁹. LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. XXV.

uniformemente ambos disseram que haverá pouco mais de três anos que, pedindo a ele José Joaquim Correia, o dito doutor emprestado a juros, cento e cinquenta mil réis sobre um jarro e bacia de prata, e três salvas pequenas de pés curtos, também de prata, cuja quantia pediu ele José Joaquim ao dito Gonçalo Ferreira, o qual lhe disse que não tinha dúvida em emprestar a dita quantia a ele dito José Joaquim, sem lhe ficarem os tais penhores, por não querer ter negócios com o dito Doutor Alvarenga, e com efeito deu os ditos cento e cinquenta mil ao sobredito José Joaquim Correia, e este lhe passou escrito, correndo juros da lei, o qual tem ele Gonçalo Ferreira de Freitas em seu poder, e este José Joaquim emprestou os mesmos cento e cinquenta mil réis, ao predito Doutor Alvarenga, ficando com os ditos trastes de prata de penhor, e passando-lhe o mesmo doutor crédito da dita quantia, obrigando-se nele a pagar os juros de cinco por cento.⁹⁰

A fama de Alvarenga Peixoto como mau pagador era tão grande, a ponto de José Joaquim Correia não desejar lhe emprestar qualquer quantia em dinheiro. A prática de pedir emprestado, como a do penhor, encontrada na documentação acima e nos dizeres do governador dom Lourenço de Almeida era usual entre os moradores de Minas Gerais.

Mas, quem foram as pessoas que, como José Joaquim Correia, emprestaram dinheiro a Alvarenga? Quantas transações creditícias realizaram-se em 1771 (quando esteve em Portugal) e de 1775 (momento de sua nomeação para o ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes) a 1789 (ano de sua prisão)? É possível acreditar na hipótese, sugerida pela historiografia, de que Alvarenga Peixoto envolveu-se na Conjuração Mineira por estar altamente endividado em 1789?⁹¹

Para responder a estas questões, vejamos os números contábeis de sua casa representados no Gráfico 5.

---

⁹⁰. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 10, fls. 45v-46 – Traslado do seqüestro de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

⁹¹. O autor que melhor representa esta tendência é: MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 144-145.

GRÁFICO 5

Fonte: documentos diversos sobre Alvarenga Peixoto.

O poeta e magistrado Alvarenga Peixoto, em 1771 e de 1775 a 1789, envolveu-se em 113 relações creditícias que, contabilizadas, somaram 38:409\$303 réis. Neste período, ele pagou aos credores a quantia de 16:742\$394 réis ou 43,59% do total. Em 1789, sua casa devia 56,41% de todos os créditos contraídos.

Nos 16 anos contabilizados, foi-nos permitido observar três momentos distintos da trajetória de Alvarenga Peixoto:

a-) Alvarenga Peixoto em Portugal (1771 e 1775 a 1776)

Este primeiro momento correspondeu ao instante em que Alvarenga contraiu as suas primeiras dívidas.

Após se formar em Leis na Universidade de Coimbra, em 1766, Alvarenga Peixoto exerceu o ofício de juiz de fora da vila de Sintra (1769-1772). Enquanto esteve em Portugal, envolveu-se em duas transações de crédito. A primeira foi contraída com Bento Rodrigues de Macedo, primo do contratador Macedo. Em 21 de maio de 1771, Alvarenga reconhecia-se devedor de empréstimos de 1:117\$322 réis, com juros de 5%. Em 20 anos, Alvarenga amortizou 734\$686 réis, restando 846\$022 réis a pagar.⁹²

⁹². IHGB. DL 92.39, fls. 2; 8-10; 29 – Autos de execução entre Bento Rodrigues de Macedo e o desembargador procurador da Real Fazenda e Fisco pelos bens de Inácio José de Alvarenga. Ouro Preto, 1794. Manuel Rodrigues Lapa informou que Alvarenga pagou 734\$666 réis. Este número é um erro, pois, de acordo com a própria anotação de Alvarenga, no verso do crédito, seu abatimento foi de 734\$686 réis. O crédito se encontra em: Ibidem, fl. 8v. Conferir: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. XXV.

Este valor foi fundamental para a manutenção de Alvarenga nos seus anos iniciais na Europa. Mas, o seu maior credor em terras portuguesas foi o capitalista Dionísio Chevalier, antigo capitão de navios, de origem francesa, como alertou Manuel Rodrigues Lapa, em casa de quem Alvarenga viveu em Lisboa e que, de 1769 a 1775, lhe emprestou 5:324\$130 réis.⁹³ Este valor procedeu de

mesadas que lhe devem [sic] quando foi juiz de fora da vila de Sintra, e de dinheiro que pagou por ele no Real Erário, por alcance que teve na Décima da dita vila por suposto ou verdadeiro arrombamento que se lhe fez no cofre da dita Décima, e mais pelo que gastou com ele para o pôr corrente para ir para o Rio das Mortes por ouvidor, e mais dívidas que pagou por ele em esta terra [Lisboa], e Sintra por ordem do dito.⁹⁴

Sua passagem por Sintra foi conturbada. No excerto existe alusão a um suposto arrombamento do cofre da dita Décima que, no decurso das inquirições feitas para a disputa de preferências, contatou-se que foi um escravo de Alvarenga quem arrombou o cofre; mas, nas palavras de Rodrigues Lapa, não deixou de pesar sobre o poeta e futuro inconfidente a suspeita da fraude.⁹⁵ Para quitar este débito, Alvarenga recorreu ao amigo Chevalier.

As verbas alinhadas por Chevalier serão de importância singular na trajetória do poeta: toda a sua desordem financeira originou-se dos empréstimos contraídos com este capitalista. Além de pagar credores e despesas corriqueiras, coube a esse comerciante de origem francesa assistir-lhe com as despesas necessárias ao seu traslado para o Brasil, para assumir, em 3 de dezembro de 1776, o ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes.⁹⁶

⁹³. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 7, fl. 6v – Libelo Cível entre Manuel Rodrigues Pacheco pelo caso de Dionísio Chevalier – executante – contra D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, viúva inconfidente Alvarenga Peixoto – executado. Ouro Preto, 1804. O filólogo português Manuel Rodrigues Lapa, autor do estudo biobibliográfico mais completo sobre a personagem Alvarenga Peixoto escreveu que a dívida do poeta-inconfidente, ao deixar Portugal, era de 9:199\$681 réis. Este valor não representa a realidade de seu débito. Ao vir para o Brasil, sua dívida era de 5:324\$130 réis, conforme documento assinado pelo futuro inconfidente. Em 19 de agosto de 1783, já somados seus juros, a conta chegou à casa dos nove contos; antes não. Conferir: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. XXVI. A historiografia, por meio desta anotação numérica, propagou esta afirmação. Ver, por exemplo: JARDIM, Márcio. op. cit., p. 133.

⁹⁴. Documentos justificados: justificação de Dionísio Chevalier. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 275-276.

⁹⁵. Ibidem, p. XXVI.

⁹⁶. APM/CC, cód. 1189, filme 148, flash 9, fls. 87v-88.

No dia de seu embarque, em 22 de novembro de 1775, Alvarenga contraiu empréstimo com José Rodrigues de Brito, de 896\$000 réis. Este valor foi pago por Dionísio Chevalier em 1779 e em 1781.⁹⁷

Mas, por trás das dívidas contraídas com Bento Rodrigues de Macedo e Dionísio Chevalier, questões importantes merecem destaque. A historiografia, notadamente os trabalhos de Manuel Rodrigues Lapa, menciona que a vinda de Alvarenga para o Brasil, para assumir o ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes deveu-se a uma Ode que ele proclamou, em 20 de janeiro de 1774, em homenagem ao marquês de Pombal, na casa de seu genro em Lisboa.⁹⁸

Louvar os poderosos era praticamente obrigatório para os letrados. Para os que não tinham a garantia do “sangue azul”, o encômio era indispensável para a sua proteção, sinecura e sobrevivência nos estatutos administrativos do Império português. O resultado daquela sessão poética foi rápido; em menos de um ano, Alvarenga Peixoto foi nomeado ouvidor do Rio das Mortes; atribuição comunicada em carta pessoal do marquês à Junta da Real Fazenda, em Minas Gerais.⁹⁹ O lugar teria sido escolhido por ele próprio, e para o transporte recebeu antecipadamente uma ajuda de custo de 200\$000 réis.¹⁰⁰

Na Ode ao marquês, a ação heróica de Sebastião José de Carvalho como bom governante é glorificada, a partir do uso de seu sobrenome, como a sombra de uma árvore onde descansam as “quinas” ou os escudos que figuram nas armas de Portugal, exaltando a idéia da paz e da tranquilidade desfrutadas pelo Império lusitano, graças ao suor e ao trabalho do ministro que tudo vigiava e sabia:

⁹⁷. Documentos justificados: justificação de Dionísio Chevalier. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 277.

⁹⁸. Ibidem, p. XXVII; GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 100; 279, nota 40.

⁹⁹. Nem sempre a poesia encomiástica rendia bons frutos. A louvação feita pelo poeta, bacharel e futuro inconfidente Cláudio Manuel da Costa ao conde de Valadares, dom José Luís de Meneses, não deu em nada. Em comemoração a sua posse no governo das Minas Gerais (a 16 de julho de 1768), Cláudio dedicou-lhe uma Écloga, duas Odes e nove sonetos. Para o aniversário do conde, em 5 de dezembro de 1768, preparou o drama lírico “Parnaso obsequioso”. A única mercê dada ao seu maior encomiasta foi o cargo de juiz de sesmarias do termo de Vila Rica, sem a mesma proeminência dos postos que teve como secretário de governo e procurador da Fazenda e Coroa nas gestões de José Antônio Freire de Andrada (2º conde de Bobadela) e Luís Diogo Lobo da Silva. Conferir: ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 187-217.

¹⁰⁰. AHU/MAMG, cx. 108, doc. 28, fls. 2; 6 – Requerimento do desembargador Inácio José de Alvarenga Peixoto, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, pedindo que se lhe passe por certidão o teor das provisões que se passavam ao seu antecessor. 20/05/1775; FBN/CC, I-26, 05, 006 nº 007 – Provisão do marquês de Pombal à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, comunicando a nomeação de Alvarenga Peixoto para o cargo de Ouvidor, mandando-lhe entregar neste Real Erário a quantia de 200\$000, por ajuda de custo para o seu transporte. Lisboa. 20/06/1775.

Os altos cedros, os copados pinhos
 não a conduzir raios,
 vão romper pelo mar novos caminhos;
 em vez da morte, sustos e desmaios,
 danos da natureza,
 vão produzir e transportar riquezas.

O curvo arado rasga os campos nossos
 sem turbar o descanso eterno aos ossos;
 frutos do teu suor, do teu trabalho,
 são todas as empresas;
 unicamente à sombra de Carvalho
 descansam hoje as quinas portuguesas.

(...)

Mas vive tu, que para o bem do mundo
 sobre tudo vigias,
 cansando o teu espírito profundo,
 as noites e os dias.¹⁰¹

Com mão forte, Pombal administrava o Reino e tornou a política superior à guerra (“A política vence mais que a espada”). Alvarenga concluiu a Ode mostrando a heroicidade do ministro:

Ah! Quantas vezes, sem descanso uma hora,
 vês recostar-se o sol, erguer-se a aurora,
 enquanto volves com cansado estudo
 as leis, a guerra, o negócio, e tudo?

Vale mais do que um reino tal vassalo:
 Graças ao grande rei que soube achá-lo.¹⁰²

¹⁰¹. LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 19. Em pesquisas realizadas no Fundo Manizola, da Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora, Francisco Topa descobriu o manuscrito “Collecção de varias obras poeticas dedicadas ás Pessoas de bom gosto por Henrique de Brederode”, que contém versão manuscrita da Ode dedicada ao marquês de Pombal e atribuída a Alvarenga. Nos ditos versos há passagens em que se evidenciam variantes significativas em relação aos textos de Manuel Rodrigues Lapa. Uma diz respeito ao verso que na edição de Lapa se lê deste modo: “e em vez de susto, mortes e desmaios” (v. 58 / 4ª linha de nossa citação), ao passo que na fonte de Topa aparece: “em vez da morte, sustos e desmaios”. A lição do manuscrito de Francisco Topa parece mais adequada ao contexto, na medida em que a enumeração surge aí mais seqüenciada, configurando uma gradação descendente. Outra frase alterada por nós refere-se ao verso 81 (13ª linha do poema transcrito), que em Lapa temos: “Mas vives tu, que para o bem do mundo”. No texto de Topa: “Mas vive tu, que para o bem do mundo”. Conferir: TOPA, Francisco. Novas versões para sete poemas de Alvarenga Peixoto – propostas de emenda à edição de Rodrigues Lapa. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto: Universidade do Porto, v. 15, II série, p. 445-451, 1998.

¹⁰². LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 19. No contexto da poesia, preferimos reproduzir a frase do manuscrito encontrado por Francisco Topa – “as leis, a guerra, o negócio, e tudo?” (4ª linha da citação), em substituição ao verso 88 da edição de Lapa (“as leis e a guerra, o negócio, e tudo?”). In: TOPA, Francisco. op. cit., p. 445-451.

Em Portugal, como se viu, Alvarenga Peixoto deixou muitas e pesadas dívidas. A Ode ao ministro português lhe valeu, de acordo com a historiografia, um cargo e a sua partida para a colônia possibilitou-lhe a oportunidade de um calote nos credores. Alvarenga Peixoto foi nomeado ouvidor.

Desta relação, perguntas nos cabem: devemos realmente à literatura laudatória sua nomeação para exercer o mais alto cargo judiciário da comarca do Rio das Mortes, em São João del Rei? Será que o todo-poderoso Pombal sabia das transações e débitos que envolviam Alvarenga Peixoto no território lusitano? Em Portugal era público e notório que Alvarenga Peixoto era danoso ao patrimônio público; assim, seria somente com poesias adulatórias que alcançaria sucesso? No que diferiria Alvarenga dos outros “mineiros” como, por exemplo, Basílio da Gama e Tomás Antônio Gonzaga, que já tinham feito poesias encomiásticas e/ou dedicado tese em homenagem ao marquês de Pombal?¹⁰³ Afinal, por que Alvarenga Peixoto? Será que não existiam outros interesses por trás de sua nomeação?

Apesar de sua indicação datar de 1775, conforme documento de Pombal, foram intensas as disputas pelo cargo de ouvidor na comarca do Rio das Mortes. Alvarenga pode até ter recebido sua nomeação das mãos do marquês de Pombal, mas ela não se deveu somente a sua poesia encomiástica. Por trás de sua designação para Minas Gerais houve intensas brigas de bastidores que merecem ser esclarecidas.

Em correspondência, datada de 9 e 20 de agosto, 14 de outubro, 24 de novembro e 4 de dezembro de 1777, Joaquim José Marreiros, tabelião do Público Judicial e Notas da vila de São João del Rei, e João Rodrigues de Macedo, discutiram e relataram como foi feita a indicação e a arrematação do ofício da ouvidoria da comarca para Alvarenga Peixoto.¹⁰⁴

Segundo se deduz a partir de suas leituras, estas cartas manuscritas não foram as primeiras trocadas entre eles. Elas indicam que a negociação pela compra do ofício de ouvidor do Rio das Mortes já estava em andamento, pois referenciam epístolas

¹⁰³. Sobre o encômio e as relações entre o discurso literário e as práticas políticas de Pombal em figuras representativas das letras luso-brasileiras do século XVIII, particularmente Basílio da Gama e Francisco José Freire, o precursor do neoclassicismo em Portugal, a partir de seu *Arte poética* de 1759, onde este formula, com a sua dedicatória ao marquês de Pombal, as regras da poesia encomiástica, divulgando a imagem do governante como mecenas, conferir: TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999. Já o português Tomás Antônio Gonzaga escreveu o *Tratado de Direito Natural* (1768), dedicado ao marquês de Pombal, com o intuito de galgar ao posto de professor na Universidade de Coimbra. Sobre a análise da obra, conferir: MACHADO, Lourival Gomes. *Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural*. São Paulo: Edusp, 2002.

¹⁰⁴. FBN/CC, I-10, 15, 027 n.ºs. 001 a 005 – Correspondência entre João Rodrigues de Macedo e Joaquim José Marreiros.

com instruções de como ofertaram os lances na Junta da Real Fazenda e como seriam pagas as dívidas pela aquisição daquele ofício.

À medida que os lances com os valores iniciais de 3:400\$000 réis aumentavam, as angústias e as conversas paralelas envolvendo membros da Junta da Fazenda de Minas, entre eles o escrivão e contador Francisco Antônio Rebelo, se acaloravam. No final, em meio a intensos debates e conflitos entre personagens de grupos de mando local, o ofício de ouvidor da comarca do Rio das Mortes foi arrematado por 8:400\$000 réis.¹⁰⁵ Venceram as negociações do grupo de Macedo.

Será que a intenção de Macedo, recém-empossado nos cargos de contratador de Dízimos (1777-1783) e de Entradas (1776-1783), não era desenvolver uma rede de favores, provavelmente as tais “redes clientelares”, para melhor gerenciar seus negócios em Minas Gerais?¹⁰⁶ Como contratador, ele necessitava de prepostos (administradores de registros, procuradores), de oficiais da área fiscal (fiéis e provedores dos registros), de militares e de “conhecimentos” na administração pública para gerenciar melhor seus negócios. Para tanto, o contratador organizou um aparato administrativo que contava em cada comarca, vila ou arraial da capitania com administradores ou cobradores. Toda a engrenagem da cobrança dos contratos devia funcionar perfeitamente para que, ao final de um determinado período, fossem honradas não apenas as dívidas do rendeiro para com a Real Fazenda, mas

---

¹⁰⁵. Para ilustrar os vultosos recursos disponibilizados na compra de ofícios de justiça, na primeira metade do século XVIII, Antônio Carlos Jucá de Sampaio apresentou a transação pela arrematação do ofício de escrivão da ouvidoria da comarca do Rio das Mortes, em São João del Rei, vendido por Manuel da Silva Braga, homem de negócios da praça do Rio de Janeiro, para Rodrigo Ferreira Lobo, pela quantia de 9:866\$802 réis. Com este valor comprava-se “um engenho de bom porte” e com o que sobrasse era possível “adquirir uma fazenda em Suruí, [no Rio de Janeiro,] com sete escravos e várias benfeitorias”. Detalhe importante é que a venda referia-se somente à serventia do ofício, e por um prazo de três anos, já que este era de propriedade da coroa portuguesa. Conferir: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 304-305. A compra de um ofício era lucrativa: Eugênio Martins, negociante no Rio de Janeiro, vendeu em 1750 o ofício de tabelião de notas da cidade de Mariana por 9:600\$000 réis, também pelo prazo de três anos. De acordo com Jucá, “é possível calcular o lucro de Martins, já que ele declara na escritura ter recebido tal mercê por haver oferecido à Real Fazenda um donativo de 7:300\$000. Seu lucro, portanto, foi de 2:300\$000, ou 31,5% do preço inicial”. In: *Ibidem*, p. 305. Júnia Furtado, ao analisar as relações entre o comerciante português Francisco Pinheiro e seus agentes comerciais em Minas Gerais, mostrou que uma das estratégias utilizadas por Pinheiro foi arrematar ofícios nas Minas para seus correspondentes e, em troca, estes deviam dividir com ele seu rendimento. Conferir: FURTADO, Júnia Ferreira. *op. cit.*, p. 46-57.

¹⁰⁶. A idéia de rede clientelar foi desenvolvida por Ângela Xavier e António Manuel Hespanha para explicar as estruturas de poder que regiam a natureza das relações sociais e que estas estavam assentadas em três valores básicos: dar, receber e restituir. A essas relações de poder, características da monarquia portuguesa do Antigo Regime, os autores chamaram de “economia moral do dom”. Conferir: XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 339-349. v. 4; p. 340-343.

igualmente com seus credores e sócios. Vale dizer que ele deteve as melhores redes de informação da capitania de Minas.¹⁰⁷

Para Norbert Elias, na sociedade da época interagiam “indivíduos interdependentes” e relacionados por meio de “laços invisíveis”, baseados na associação de pessoas num fluxo simultâneo e contínuo de tempo: laços de trabalho, propriedade, afetividade, amizade, familiares, políticos, econômicos, entre outros, que configuravam uma rede de dependências que se projetava sobre o caráter dos indivíduos.¹⁰⁸ O relacionamento de Alvarenga Peixoto com Macedo baseava-se em negócios que visavam garantir a parcialidade dos juízes no sistema administrativo da colônia. Por exemplo, em casos do uso do poder coercitivo para invadir residências em busca de mercadorias sonegadas ou contrabandeadas ou na prática da cobrança e execução de créditos tributários, os contratadores e seus representantes tinham o apoio do ouvidor da comarca para executar as ações, mesmo que elas ultrapassassem os limites aceitáveis do arbítrio fiscal e dos trâmites e garantias judiciais.¹⁰⁹ Os poderes econômico e privado do contratador se aliavam à sua autoridade pública delegada, enquanto arrematante da função estatal típica de arrecadar impostos.¹¹⁰

Se, de certa forma, o ouvidor desfrutava de relativa imunidade em relação ao poder metropolitano, notadamente das ingerências do governador, de outra lhe era vedado, sob pena de demissão do serviço real, por exercer ofício de poder e autoridade, constituir família sem autorização régia e envolver-se em atividades econômico-financeiras, como adquirir propriedades, na área de sua jurisdição.¹¹¹ O objetivo dessa medida era impedir que os magistrados se inserissem na rede de interesses da sociedade local, utilizando-se de seu cargo para beneficiar os grupos dirigentes. Em virtude disso, a coroa portuguesa investia os magistrados de grande

¹⁰⁷. CARRARA, Angelo Alves. *A administração dos contratos da capitania de Minas: João Rodrigues de Macedo, 1775-1780*. op. cit., p. 5-6.

¹⁰⁸. ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1994, p. 22-23.

¹⁰⁹. Exemplo interessante da ingerência do contratador Macedo em assuntos jurídicos da comarca do Rio das Mortes pode ser observada na solicitação que fez ao ouvidor Alvarenga Peixoto para que não permitisse que bens de José Alves Ferreira fossem leiloados. Diz o rendeiro: “Rogo a Vm., pelo merecimento que me faz, fará com o seu respeito e autoridade suspender esse procedimento, visto estarem os bens penhorados; e eu solicito esta mercê, não só pela caridade de cuja virtude deve Vm. também participar sem prejuízo de terceiros, mas também porque me deve e não pouco”. In: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo*. op. cit., v. 1, carta 343, p. 294.

¹¹⁰. MADEIRA, Mauro de Albuquerque. op. cit., p. 125-126.

¹¹¹. ORDENAÇÕES Filipinas. op. cit., v. 1, título XCV, p. 233; COLLECÇÃO chronologica da legislação portuguesa. Edição compilada por José Justiniano Andrade e Silva. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, v. 1, p. 113, 295.

autoridade, salários substanciais, privilégios e ingresso nas ordens militares honoríficas, de modo a compensar o desapego obrigatório de outra profissão e outras fontes de renda.¹¹² É certo que um número significativo de magistrados e, também, de administradores coloniais, acabou por se envolver em formas locais e eventualmente ilícitas de acumulação de capital econômico. Essa prática, entretanto, não foi universal, pois boa parte dos magistrados a ela escapou. Apesar de os seus salários serem avultados, práticas de corrupção e de desvio de dinheiros públicos não deixaram de subsistir.

Para assumir o cargo na Ouvidoria da comarca do Rio das Mortes, Alvarenga necessitava de ajuda financeira e se valeu do auxílio de Chevalier e Bento Rodrigues de Macedo. Trouxe, para Minas Gerais, os débitos contraídos em Portugal.

2-) Alvarenga Peixoto como ouvidor da comarca do Rio das Mortes, 1776-1780

Em 19 de agosto de 1776, realizou-se no Senado da Câmara da vila de São João del Rei a solenidade de posse de Alvarenga Peixoto no cargo de ouvidor geral da comarca do Rio das Mortes. Na ocasião, apresentou as cartas de ofício, em que constava ter prestado juramento na Chancelaria-mor do Reino e nas mãos do governador e capitão-general dom Antônio de Noronha. Depois de registradas as cartas no livro competente, o ouvidor da comarca, bacharel Francisco Carneiro Pinto de Almeida, entregou a vara ao novo magistrado, que ficou empossado.¹¹³

¹¹². SCHWARTZ, Stuart B. *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Trad. Nuno Mota. Lisboa: Difel, 2004, p. 88. É difícil precisar com exatidão os valores recebidos pelos ouvidores no exercício de suas funções judiciais, uma vez que para isso seria preciso conhecer exatamente o volume de trabalho realizado pelo magistrado, já que ao seu salário-base, que no século XVIII era de 500\$000 réis, somavam-se verbas para aposentadoria (moradia) e mantimentos, mais 2/3 de toda a arrecadação feita pelo Juízo dos Defuntos e Ausentes (pelo exercício da função de provedores), mais propinas cobradas para rever licenças de ofícios mecânicos e médicos, que se levavam “por costume”. Além desses valores, as Câmaras pagavam pela revisão de livros, por ajustes de contas e por revisão das provisões passadas por elas. O bacharel Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos nos informa que um ouvidor podia ganhar 2:340\$000 réis por ano (“Ordenado de ouvidor – 500\$000 réis / De juiz dos feitos, ajuda de custo – 400\$000 réis / De auditor – 240\$000 réis / Braçagens, prós e precalços – 1:200\$000 réis”). Sobre estes dados, conferir: VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 100. Sobre as relações de poder e a atuação dos ouvidores na comarca de Vila Rica, em Minas Gerais, conferir: SOUZA, Maria Eliza de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – a comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Niterói, RJ, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 66-67.

¹¹³. APM/CC, cód. 1189, filme 148, flash 9, fls. 87v-88.

Entre as suas atribuições constava tirar devassas (inquéritos extraordinários sobre matérias de justiça local) e proceder judicialmente em tudo o que fosse necessário na ausência do Intendente do Ouro; mandar abrir correição; lançar pregões para a revista das aferições das balanças, pesos e medidas; prover os inventários dos órfãos; fazer cumprir ou anular posturas prejudiciais aos interesses do povo; determinar a construção de obras públicas novas ou reparo de antigas; averiguar a administração financeira das Câmaras; autorizar o lançamento de fintas, além das funções propriamente judiciárias.¹¹⁴

Além de suas ações na Ouvidoria, que vão de agosto de 1776 a abril de 1780, e que podem ser verificadas em dois livros de *Acórdãos e termos de vereança da Câmara de São João del-Rei*, de 1772 a 1778 e de 1778 a 1783, encontramos referência a Alvarenga em ações de cobrança movidas pelo crédito que passou a Luiz Antônio da Silva, no valor de 153\$900 réis, de aluguéis que este pagara a Francisco Ferreira da Costa, pela casa onde Alvarenga e Nicolau Barbosa Teixeira Coutinho (seu ajudante e que veio com o poeta de Lisboa) moravam em São João del Rei, no Largo da Câmara. Pela locação do imóvel, Luiz Antônio pagou ao senhorio 3\$000 réis mensais que, no final do período de 30 de julho de 1776 a 15 de outubro de 1780, somaram 153\$900 réis.¹¹⁵

No Gráfico 5, os valores correspondentes aos anos de 1776 (15\$000 réis), 1777 (36\$000 réis) e 1778 (36\$000 réis), relativos ao pagamento de aluguéis, não apareceram indicados no diagrama de barras, por serem muito baixos se comparados aos demais lançamentos.

Em 1776, o governador dom Antônio incumbiu o recém-empossado ouvidor de aprontar os mantimentos necessários ao abastecimento dos soldados mineiros que eram mandados para lutar contra os espanhóis no sul do país.¹¹⁶ Auxiliado pelo tenente Luís Antônio da Silva (o que pagava o seu aluguel), que servia de escrívão da Provedoria, começou a juntar os víveres, que eram expedidos para São Paulo.¹¹⁷

¹¹⁴. Sobre as atribuições dos ouvidores, conferir: SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 357-358.

¹¹⁵. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 19, fls. 5v-6; 10v – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva – autor – contra o procurador do Real Fisco, pelos bens do inconfidente Alvarenga Peixoto – réu. Ouro Preto, 1794.

¹¹⁶. Sobre os conflitos entre portugueses e espanhóis na América meridional, conferir os textos de: BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro; Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil, 1741-1774; A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, v. 2, t. 2, p. 7-54; 133-213; 215-322; FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

¹¹⁷. FBN/CT, I-35, 12, 1 nº 9 – Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição à capitania de São Paulo. São João del Rei, 1º/08/1779.

Nas principais lojas de São João del Rei, a partir de abril de 1777, Alvarenga comprou 2.106 varas de tecido de 22 pessoas, sendo tudo direcionado para a confecção de sacos para servir ao transporte de 1.432 alqueires de farinha de milho e 617 alqueires de farinha de mandioca.¹¹⁸

No estabelecimento comercial de Antônio Francisco de Andrade, por exemplo, “uma das maiores lojas de fazendas secas” de São João, Alvarenga comprou, a crédito, 20 varas de retalhos de estopa e 198 varas de linhagem (tecido grosso de linho) pelo preço de 54\$150 réis.¹¹⁹

Na loja de José Gonçalves Martins, Alvarenga comprou 18 arrobas e 10 libras de ferro para as azagaias (lanças curtas de arremesso), 9 bruacas de sal e 2 arrobas de farinha do reino; itens que não foram inventariados nas despesas oficiais, e mais 6 peças de cordas para amarrar os sacos de mantimentos a 134-¾-6 oitavas (161\$924 réis).¹²⁰

A conta final das despesas realizadas por Alvarenga Peixoto para a guerra no sul da colônia foi de 6:704\$230 réis, conforme dados da Tabela abaixo:¹²¹

TABELA 46
Resumo da conta apresentada por Alvarenga Peixoto
para a guerra no sul do Brasil (1777)

Gênero	Valor (em réis)
Mantimentos (farinhas de milho e mandioca)	907\$200
Tecidos (estopa, algodão e linhagem) e cordas	493\$430
Couro	418\$600
Animais	4:885\$000
	6:704\$230

Fonte: FBN/CT, I-35, 12, 1 n° 9, fls. 6-7 – Relação das farinhas, tropas e outros gêneros aprontados pelo ouvidor Inácio José de Alvarenga para a expedição a capitania de São Paulo.

¹¹⁸. FBN/CT, I-35, 12, 1 n° 9, fls. 1; 2-3; 6. As farinhas foram produzidas por 80 agricultores. Entre eles, encontramos o marechal de campo Inácio Correia Pamplona, com 96 alqueires de farinha de mandioca ou 15,55% do total, e seu irmão Tomás da Costa Pamplona, com 108 ¼ alqueires de farinha de milho, que responderam por pouco mais de 200 alqueires de farinha.

¹¹⁹. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 13, fls. 5, 6, 8v-9 – Libelo Cível entre Antônio Francisco de Andrade – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1793.

¹²⁰. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 16, fls. 5-6v, 9-10 – Libelo Cível entre José Antônio de Castro Moreira – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1795.

¹²¹. As despesas oriundas das compras realizadas por Alvarenga Peixoto, para suprir as tropas mineiras que foram guerrear no sul do país, não foram contabilizadas nas despesas de sua casa.

Passados quatro anos do auxílio, os fornecedores dos gêneros alimentícios e víveres da vila de São João, reuniram-se e escreveram uma queixa geral ao governador, alegando que o dito ouvidor nunca pagara as contas das provisões que venderam ao Estado, apesar de a Junta da Fazenda Real ter liquidado a dívida de 6:704\$230 réis, em 10 de fevereiro de 1780.¹²² A quantia ficou creditada nos cofres do contratador Macedo, credor e procurador de Alvarenga. Em carta, Domingos José Gomes, procurador de Macedo, confirmou essa transação:

Meu amigo e senhor: Em virtude da procuração que Vm. entregou a meu primo, recebi hoje [10 de fevereiro de 1780] da Junta da Real Fazenda 6:704\$230 rs., a qual quantia lhe fica acreditada até Vm. ajustar com o dito meu primo esta conta.¹²³

Devido às intensas dívidas que tinha com o primo do contratador e também seu credor, Bento Rodrigues, boa parte dos dividendos recebidos foi desviada para amortizar dívidas que contraiu com Bento, ainda no tempo em que esteve em Portugal. O restante foi aplicado em assuntos de interesse particular.¹²⁴

De acordo com a “queixa geral”, era público e notório em São João que Alvarenga “recebeu da Real Fazenda a importância de tudo quanto se havia comprado para aquela expedição; porém meteu em si, e ficou com o respectivo dinheiro sem pagar” aos fornecedores.¹²⁵ Disse o alferes Antônio José Simões Dias, testemunha ouvida no processo movido pelo comerciante Antônio Francisco de Andrade para receber o pagamento de dívidas contraídas pelo ouvidor, o seguinte:

Logo que se foi a dita expedição, e é ainda hoje voz pública e queixa geral que o dito Alvarenga recebeu da Real Fazenda todo o importe das respectivas despesas e ficando-se com essa Soma em si; não pagara coisa alguma aos vendedores dessas fazendas e que por conta disso andava ele pessoalmente por vezes pelas lojas dando satisfações, e prometendo de pagar-lhes, o que nunca fizera.¹²⁶

¹²². ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 16, fl. 6 – Libelo Cível entre José Antônio de Castro Moreira – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu.

¹²³. FBN/CC, I-25, 12, 017 – Carta de Domingos José Gomes a Inácio José de Alvarenga avisando o recebimento de 6:704\$230 réis em dinheiro da Junta da Real Fazenda que será creditada em sua conta. Vila Rica. 10/02/1780. Esta carta também se encontra em: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. op. cit., v. 1, carta 380, p. 316.

¹²⁴. José Antônio de Melo, fiscal do destacamento de Paracatu, em duas cartas enviadas a João Rodrigues de Macedo questionou a atitude de Alvarenga Peixoto de realizar cobranças em seu destacamento e utilizar o dinheiro para amortizar dívidas pessoais. Conferir: FBN/CC, I-10, 15, 033 nºs 005 e 006.

¹²⁵. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 13, fl. 6 – Libelo Cível entre Antônio Francisco de Andrade – autor – contra os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1793.

¹²⁶. Ibidem, fl. 33v.

Outra testemunha, Domingos Francisco Cerqueira Braga, afirmou:

(...) sabe por ser público que o declarado Alvarenga recebeu na Real Fazenda da capital destas Minas uma soma grande de mil cruzados para pagar essas viagens e estopas, e mais despesas da dita expedição, mas não sabe que ele satisfizesse a algum dos ditos credores, antes é público que todos ficaram por pagar.¹²⁷

Além de não pagar as “continhas”, Alvarenga Peixoto teve o desprendimento de voltar às lojas e solicitar aos negociantes que esperassem ainda algum tempo (o necessário para apurar o ouro de suas lavras na Campanha da Princesa), que quitaria os créditos devidos, pagando-lhes juros. Na ocasião, solicitava ainda que emprestassem algumas oitavas de ouro e/ou que fossem fiadas fazendas ou materiais de minerar. Para agradar aos comerciantes, fazia promessas de quitar todos os débitos, conjuntamente, em um único pagamento, somados a juros de 5% à vista ou a prazo; tudo dependente do comerciante, que decidiria no instante da cobrança a maneira que gostaria de receber. Em todas as explicações, Alvarenga dava esperanças ou probabilidades ao credor que receberia tudo o que se lhe devia, pois era homem de grandes propriedades e muitos bens, e que estava construindo um rego, que se prolongaria num espaço de nove léguas, da qual esperava o desempenho e a fortuna.

Em nenhuma fase de sua vida, do momento em que ele recebeu o dinheiro da guerra do sul, Alvarenga Peixoto foi chamado para esclarecer o motivo pelo qual não pagou aos fornecedores dos víveres pegos em nome da capitania de Minas Gerais. As autoridades nunca enfrentaram essa personagem.

Alvarenga utilizou-se do dinheiro metropolitano para quitar parte de seus débitos com Bento Rodrigues e contas, que tinha com seu primo, o contratador Macedo.¹²⁸ No Gráfico 5, a maior variação de receita, dos 16 anos contabilizados, deveu-se a esse dinheiro que entrou em sua conta.

Em 1779, Alvarenga pagou aos credores 1:136\$000 réis e, em 1780, 9:117\$576 réis, que foram somados a 6:704\$230 réis obtidos de maneira “indireta” na Fazenda Real. Com exceção desta quantia, Alvarenga abonou 1:793\$748 réis de ajuste de contas de 24 escravos que comprara para a sua fazenda da Boa Vista, de

---

¹²⁷. Ibidem, fl. 36.

¹²⁸. Vale a ressalva que muitas despesas pagas por João Rodrigues de Macedo não foram contabilizadas por não existirem registros contábeis, apenas a indicação de contas pagas sem seu valor nominal.

um total de 3:360\$000 réis.¹²⁹ Despesas menores também foram pagas por Alvarenga, como 150\$000 réis a Manuel José Vidigal ou 180\$000 réis ao capitão-mor Manuel Antunes Nogueira.¹³⁰

Em menos de um ano do fim de seu mandato como ouvidor, Alvarenga Peixoto e seu futuro sogro, o bacharel José da Silveira e Sousa, adquiriram em hasta pública duas grandes fazendas na região da Paraobepa, nas proximidades de São João, que tinham pertencido ao contratador João de Sousa Lisboa, falecido em 1778.

Essa arrematação foi objeto de uma longa disputa judicial de 1780 a 1786, em que intervieram os sócios e fiadores do contratador, empenhados em demonstrar as irregularidades do processo, a dissimulação, o dolo e o conchavo entre os ministros, e o doutor Cláudio Manuel da Costa e, em seus finais, o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, amigos de Alvarenga Peixoto, que defenderam a sua causa e a de seu sócio. À luz do Direito, ficou claro que as fazendas da Ponte Alta e do Bom Retiro foram arrematadas por José Silveira e Sousa, mas, como se diria mais tarde no processo de justificação para a quitação das dívidas do ouvidor do Rio das Mortes, com a casa do capitalista Dionísio Chevalier, “de um dos apensos se vê terem-no sido para aquele Alvarenga, que as possuiu a vista e face de todos”.¹³¹

Como juiz e impedido pelo parentesco por afinidade, Alvarenga não poderia participar de leilão e nem de quaisquer outras atividades que pudesse usufruir em favor próprio ou derivado de seu poder como ministro real. A união com seu sogro demonstrou características de ambição e de poder utilizados por Alvarenga Peixoto no exercício de cargo público. As atitudes de Alvarenga Peixoto na Ouvidoria do Rio das Mortes não podem ser observadas de maneira inocente, mas antes de tudo, inseridas em atos e estratégias pessoais que revelaram sua motivação por questões materiais de caráter econômico.

¹²⁹. FBN/CIM, II-31, 31, 15 nº 5, fls. 4-7 – Carta de Inácio José de Alvarenga a João Rodrigues de Macedo. São João del Rei. 28/05/1779; FBN/CC, I-10, 11, 018 – Carta de Brás Álvares Antunes a João Rodrigues de Macedo tratando do abono de entrada de escravos e envio de 1:793\$748 réis de Inácio José de Alvarenga Peixoto. São João del Rei. 09/01/1781.

¹³⁰. Carta de João Rodrigues de Macedo a Brás Álvares Antunes. Vila Rica. 29/11/1780. In: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. op. cit., v. 2, carta 717, p. 181; FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 6 – Ordem de pagamento de Alvarenga Peixoto ao capitão-mor Manoel Antunes Nogueira no valor de 150 oitavas. 12/08/1779.

¹³¹. FBN/CIM, II-31, 31, 15. Situação semelhante passou Tomás Antônio Gonzaga quando exerceu o ofício de Ouvidor de Vila Rica: foi acusado de corrupção e prestar benefícios à família da noiva Maria Dorotéia Joaquina de Seixas. Por exemplo, em 1788, Gonzaga se limitou a confirmar a reforma compulsória do capitão Baltasar João Mairinque, seu futuro sogro, acusado de crime de tolerância ao contrabando na serra de Santo Antônio de Itacambirucu, onde exercia o comando do destacamento daquela área. Mesmo confessando o crime, estranhamente o juiz Gonzaga não encontrou motivos para condenar o capitão Mairinque. Conferir: GONÇALVES, Adolfo. op. cit., p. 205-206.

Em seu Inventário, aberto em 1794, José da Silveira anotou que devia 14 contos de réis de empréstimos contraídos a seu genro.¹³² Contudo, as relações entre eles transcendiam a cadeia de endividamento e a sociedade da qual participavam.

O bacharel José da Silveira e Sousa, formado em Leis, pela Universidade de Coimbra, era um dos 12 advogados que militavam na década de 1770 no Foro da vila de São João del Rei. Deve ter chegado àquela vila em meados da década de 1740. Até a vinda de Alvarenga para São João, em agosto de 1776, ele não se envolveu em quaisquer ofícios camarários ou em ações judiciais importantes existentes naquela vila. Tanto que em duas ocasiões, em 1770 e em 1773, solicitou ao rei dom José I permissão para voltar para Tomar, em Portugal, sua terra natal, em companhia de sua mulher, três filhos, seis filhas e uma afilhada, para “desfrutar os bens que ficaram de seus Pais.”¹³³

Entre os advogados da vila de São João, Alvarenga cultivou especial amizade com o doutor Silveira e Sousa. Não só porque a filha mais velha desse seu recente amigo, Bárbara Eliodora, encantou-lhe, mas, também, porque eles se envolveram em negociações de terras, na ocupação de ofícios públicos e na formação de redes de interesses.¹³⁴

Alvarenga tomou posse como ouvidor em agosto de 1776. O primeiro documento escrito registrado no livro de atas da Câmara (*Acórdãos e Termos de Vereança*), após a sua posse, foi a nomeação do doutor Silveira e Sousa para o cargo de almotacel da vila de São João, ao lado do doutor Plácido da Silva e Oliveira, irmão do futuro inconfidente padre José da Silva e Oliveira Rolim e filho do segundo caixa (tesoureiro) de diamantes da comarca do Serro Frio.¹³⁵

Todos os livros anteriores à chegada de Alvarenga Peixoto à vila de São João, posteriores à década de 1740, foram compulsados e em nenhum deles encontramos quaisquer referências a cargos ou atividades judiciárias exercidas por Silveira e Sousa junto à Câmara daquela vila.

Em agosto de 1777, “por pluralidade de votos”, José da Silveira e Sousa foi eleito procurador da Câmara. É sabido que nem chegou a completar o mandato de almotacel e já se encontrava eleito para um dos cargos mais importantes da Câmara.

¹³². ANRJ. Códices Diversos – SDH, cód. 968, fl. 4 – Inventário do espólio do doutor José da Silveira e Sousa. São João del Rei. 18/07/1794.

¹³³. Documentos justificados: Pedido do Dr. José da Silveira e Sousa para se passar a Portugal. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 203; AHU/MAMG, cx. 98, doc. 24 – Requerimento do bacharel José da Silveira e Sousa solicitando ao Rei a mercê de o autorizar a deslocar-se ao Reino. 16/07/1770.

¹³⁴. Ibidem, p. XXXIII-XXXV.

¹³⁵. BMBCA/ACMSJDR. ACOR 5, fls. 150v-151.

Chegou a exercer, concomitantemente, as duas funções. Em setembro, daquele mesmo ano, foi eleito novamente para o cargo de almotacel da vila. Em 21 de janeiro de 1778 foi eleito para o cargo de assessor da Câmara, por um período de um ano.¹³⁶

Em janeiro de 1779, novamente “por uniformidade de votos”, doutor Silveira foi reconduzido ao cargo de assessor da Câmara. Antes de Alvarenga deixar a Ouvidoria do Rio das Mortes, José da Silveira, no pelouro de dezembro de 1779, foi eleito para o cargo de juiz dos órfãos por um “período de três anos”.¹³⁷ Esta foi a última referência a um cargo comissionado assumido pelo doutor Silveira na vila de São João del Rei.

Em suma, descobrimos que em três anos – período das atividades de Alvarenga na condução da Ouvidoria são-joanense –, o doutor Silveira exerceu seis funções na Câmara de São João: almotacel (duas vezes), procurador (uma vez), assessor (duas vezes) e juiz dos órfãos (uma vez).

Alvarenga Peixoto exerceu o ofício de juiz dos órfãos até 1780, quando o transferiu ao seu já sogro.¹³⁸ Nesta atividade, ambos, Alvarenga e Silveira, de acordo com notas de Rodrigues Lapa, foram acusados de “fazer nos cofres dos órfãos escandalosos roubos”, que, segundo testemunhas, eram “públicos”. Essas ações contavam com a conivência de João de Faria Silva, que foi conduzido ao cargo de escrivão dos órfãos pela ingerência que Alvarenga exercia na Ouvidoria, no instante da arrematação e afiançamento do dito ofício.¹³⁹

Ainda na Câmara, o escrivão da ouvidoria Joaquim Pedro Caldas foi acusado de roubar, “mais de quatorze mil cruzados” no triênio em que Alvarenga, seu chefe, exercia o seu ofício. Ele era íntimo e familiar do doutor Silveira, a ponto de, no dia 17 de janeiro de 1782, ao freqüentar sua casa, ser “achado pelo mesmo Dr. Alvarenga no quarto de sua cunhada D. Maria, do que resultou ser maltratado por ele até com palmatoadas”.¹⁴⁰

Atitude semelhante em relação a uma das filhas do doutor Silveira foi praticada por Alvarenga, logo ao chegar à vila de São João, enamorou-se de Bárbara Eliodora. O resultado foi o nascimento da filha Maria Efigênia, em 1779.

¹³⁶. Ibidem, fls. 160; 161; 187-187v.

¹³⁷. BMBCA/ACMSJDR. ACOR 6, fls. 107v-109.

¹³⁸. AHU/MAMG, cx. 115, doc. 43 – Requerimento dos moradores da vila de São João, solicitando providências contra as desordens e escândalos praticados pelo padre Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário da freguesia da dita vila. 24/09/1779.

¹³⁹. Documentos justificados: Justificação do vigário Antônio Caetano Vilasboas. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 256. Neste estudo, Lapa apenas indicou que Alvarenga Peixoto e o doutor José da Silveira e Sousa envolveram-se em atividades ilícitas no Juizado dos Órfãos. Informações sobre as atividades do doutor Silveira na Câmara são totalmente inéditas.

¹⁴⁰. Ibidem, p. 257.

Esse segundo momento da trajetória de Alvarenga Peixoto foi marcado, principalmente, pela ampliação de suas dívidas e, conseqüentemente, o pagamento de boa parte delas, a aquisição de terras (tanto a compra da fazenda Boa Vista quanto as duas fazendas na Paraopeba) e seu exercício na Ouvidoria em São João del Rei, legislando em causa própria.

Após a conclusão de seu mandato na carreira judiciária, em 22 de abril de 1780, Alvarenga passou a se dedicar, exclusivamente, às explorações agrícola, pastoril e mineratória em suas propriedades, como vimos nos capítulos anteriores.¹⁴¹ Para gerenciar esses empreendimentos, ele necessitava de investimentos que se deram com novos empréstimos e, com eles, novas dívidas.

3-) Alvarenga Peixoto – empreendimentos agro-pastoris e minerários pós-1780

Nos 16 anos contabilizados no Gráfico 5, a maior quantidade de créditos conseguidos por Alvarenga Peixoto ocorreu de 1782 a 1786. Neste período foram realizadas 73 transações (64,60% do total), com a movimentação de 15:893\$795 réis ou 41,38% dos valores totais operacionalizados. No período, ele pagou aos credores 3:459\$404 réis ou 20,91% do total debitado de suas contas.

Neste terceiro momento, suas dívidas originaram-se, na maioria, de gastos com a compra de terras, escravos, equipamentos e instrumentos de mineração e negociação de débitos antigos.

De 1780 a 1789, ocorreram 105 negociações de crédito, com a movimentação de 31:717\$176 réis ou 82,57% de todas as dívidas contraídas pelo inconfidente em sua vida. As dívidas que Alvarenga trouxe de Portugal foram cobradas na Fazenda Real. Nos arquivos da FBN, do ANRJ e do IHGB, existem 32 ações de cobrança judicial movidas por 27 pessoas solicitando o ressarcimento de 21:903\$748,5 réis.

Todas estas ações podem ser divididas em três grandes grupos de cobrança: dívidas contraídas com Dionísio Chevalier; dívidas fiscais e dívidas com terceiros, de ações corriqueiras.

Em 1804, o doutor Manuel Rodrigues Pacheco de Moraes, procurador nomeado da casa falida de Dionísio Chevalier, moveu Carta Precatória contra os bens de

---

¹⁴¹. Alvarenga Peixoto, ao contrário do que muitos afirmam, chegou a completar o seu mandato na Ouvidoria do Rio das Mortes. Em 22 de abril de 1780, ele deu posse ao seu sucessor. Conferir: BMBCA/ACMSJDR, ACOR 06, fls. 131-132.

Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora para o pagamento de 11:193\$507 réis de principal e juros vencidos.¹⁴²

No processo, a Carta Precatória foi cumprida pelo doutor José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, Juiz de Fora e de Órfãos da vila de Campanha, em 1804. Para isto, penhorou “a metade das casas do sítio da Boa Vista”; “uma sesmaria”; vários títulos e “regos de água de minerar”; 90 alavancas de ferro; 70 enxadas; 14 almocafres; 20 foices; 7 machados; 25 cavadeiras; 9 correntes; 15 colares; 2 cadeados; um “tronco de Campanha”; uma “tenda de ferreiro com os seus aparelhos”; 2 alambiques; vários objetos de casa, 125 animais domésticos e 50 escravos. Todo este patrimônio, pertencente a Bárbara e a Macedo, “em igual parte”, foi depositado em mãos de Simão Lopes de Araújo, como fiel depositário.¹⁴³

Bárbara Eliodora, em carta a Macedo, pediu-lhe que interviesse na cobrança, impedindo que a Fazenda Real penhorasse aqueles bens. A atitude não deu certo.¹⁴⁴ Em 3 de agosto de 1804, a dívida de sua casa com Dionísio Chevalier era de 8:134\$293,5 réis, de principal (com a meação), juros e custas do processo. Este valor, pela antiguidade, e a penhora dos bens obtida por Ordem Real, de 27 de outubro de 1789, não permitiram que outras ações contra o patrimônio do inconfidente fossem cumpridas, antes que se satisfizesse este pagamento.¹⁴⁵

Das 32 ações de cobrança judicial abertas na Real Fazenda, 15 delas não puderam ser cumpridas, pois o patrimônio do inconfidente, que deveria saldar aqueles débitos, estava penhorado a favor do capitalista francês.¹⁴⁶ Destas 15 ações, 10 pessoas não puderam receber, imediatamente, seus dividendos. Todos os lucros das lavras e das práticas agrícolas das terras de Alvarenga foram direcionados àquele pagamento, assim como da sobra do acerto da arrematação que João Rodrigues de Macedo fez da meação da parte inconfidente na Fazenda Real.

¹⁴². ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 7, fls. 1-5v – Libelo Cível entre Manuel Rodrigues Pacheco pelo caso de Dionísio Chevalier – executante – contra D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, viúva inconfidente Alvarenga Peixoto – executado. Ouro Preto, 1804.

¹⁴³. Ibidem, fls. 10-12v.

¹⁴⁴. FBN/CT, I-35, 11, 13 nº 3 – Carta de Bárbara Eliodora a João Rodrigues de Macedo solicitando que intervenha nas cobranças feitas pela Real Fazenda. São Gonçalo. 11/11/1799; FBN/CT, I-35, 11, 13 nº 13 – Minuta de João Rodrigues de Macedo a Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira tratando sobre dívidas de Vicente Vieira da Mota e de Dionísio Chevalier. Vila Rica. 23/11/1799.

¹⁴⁵. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 7, fl. 4 – Libelo Cível entre Manuel Rodrigues Pacheco pelo caso de Dionísio Chevalier – executante – contra D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, viúva inconfidente Alvarenga Peixoto – executado. Ouro Preto, 1804.

¹⁴⁶. FBN/CT, I-35, 11, 17 nº 2 – Requerimento de Caetano Álvares de Magalhães solicitando a não alteração do preço do arremate da massa falida de Dionísio Chevalier. Vila Rica, 06/12/1806.

Em 1806, o tenente-coronel José Pereira Marques, do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Rica e arrematante do contrato de Entradas, de 1784 a 1787, solicitou que os 364\$387 réis, que estavam recolhidos nos cofres da Junta da Real Fazenda, procedidos da arrematação feita por Macedo das lavras do inconfidente, fossem revertidos para ele. Este valor, segundo escreveu em Requerimento, pagava parte do que Alvarenga lhe devia. Somente em 17 de julho de 1822, seu irmão Bento Pereira Marques recebeu esta quantia, findando o processo.¹⁴⁷

O mesmo José Pereira Marques moveu ação de Libelo Cível, em 24 de novembro de 1794, solicitando o ressarcimento de 972\$491 réis, procedidos de 1:892\$950 réis de empréstimos, de débitos do imposto de Entradas e de fazendas compradas na loja que o Autor tinha em Vila Rica. Em 20 de agosto de 1783, Alvarenga, na loja de José Pereira Marques, passou crédito de 1:625\$432 réis, tendo pago parte desta dívida em 1º de setembro de 1787: quitou 800 oitavas de ouro ou 960\$000 réis. Com este acerto e a atualização dos juros das demais pendências, a dívida totalizou 1:892\$950 réis. No final do processo, em 19 de fevereiro de 1803, a parte referente à meação da dívida (972\$491 réis) foi transferida para a Coroa portuguesa como parte do pagamento dos débitos fiscais que Pereira Marques devia da administração de seu contrato que estava em atraso com a Fazenda Real.¹⁴⁸

Em 1800, a casa de Alvarenga Peixoto amealhou rendimentos de 2:400\$000 réis. Em 1807, somaram-se a este valor mais 435\$757 réis. Estas quantias, somadas em agosto de 1807, foram enviadas à Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro para abatimento da dívida do conjurado com a casa falida de Dionísio Chevalier. Neste ano, portanto, descontados aqueles pagamentos, o débito com a casa de Chevalier era de 5:676\$405 réis.¹⁴⁹

No processo de arrematação da parte seqüestrada do patrimônio de Alvarenga, no valor de 42:063\$155 réis, Macedo, em 1795, comprou aqueles bens com a cláusula de se descontar 19:852\$562,5 réis, acrescidos de juros de 233\$476 réis, referentes ao

¹⁴⁷. FBN, I-25, 02, 043, fls. 1-4v – Processos referentes ao pagamento do principal, juros e custos da dívida do réu inconfidente Inácio José de Alvarenga cujos bens penhorados. Vila Rica, 21/06/1806.

¹⁴⁸. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 2, fl. 1-32 – Libelo Cível entre o tenente-coronel José Pereira Marques – autor – contra o inconfidente Alvarenga Peixoto – réu. Ouro Preto, 1794; APM/CC, pl. 20233, rolo 527, doc. 5 – Conta lançada nos Autos do réu Inácio José de Alvarenga Peixoto.

¹⁴⁹. FBN, I-25, 02, 043, fls. 1-2 – Processos referentes ao pagamento do principal, juros e custos da dívida do réu inconfidente Inácio José de Alvarenga cujos bens penhorados. Vila Rica, 21/06/1806; FBN/CT, I-35, 11, 17 nº 1 – Requerimento de José Joaquim de Oliveira Cardoso solicitando certidão referente à dívida de Inácio José de Alvarenga Peixoto. Vila Rica, 26/08/1807.

abate de dívidas que Alvarenga tinha com ele e com outros nove credores.¹⁵⁰ Como indicamos, a arrematação custou para Macedo 20:934\$689 réis.¹⁵¹

A diferença entre o valor arrematado e o realmente pago – 21:977\$116,5 réis – foi o que coube a Macedo quitar na Fazenda Real. Dos nove credores que representou, o ex-contratador acertou com Teresa Bernarda Joaquina Teodora de Almeida 787\$300 réis (valor total da dívida: 1:464\$386 réis), procedentes de escravos levados por Alvarenga para as suas lavras.

Em certa ocasião, para evitar que os cativos pertencentes ao guarda-mor João de Almeida Ramos Teles da Gama fossem vendidos em praça pública, Alvarenga Peixoto combinou com o tenente Antônio José Dias Coelho, fiel depositário dos bens, levar 32 escravos para suas lavras, na Campanha e, com o produto dos jornais que ganharia, pagar-lhe-ia uma quantia e liquidaria a dívida do guarda-mor com a Fazenda Real; no entanto, não pagou a obrigação: dos 2:400\$000 réis totais, Alvarenga quitou apenas 600\$000 réis, restando-lhe o ajuste de 1:800\$000 réis. Estes escravos, em 1794, ainda estavam vivos e trabalhando nas lavras como se fossem pertencentes ao patrimônio seqüestrado do inconfidente. Eles realizaram, de 4 de outubro de 1786 a 30 de junho de 1790, 27.234 serviços minerais. O impressionante desse caso foi que mesmo comprovando-se em Libelo Cível a origem daquela mão-de-obra, pertencente a um terceiro, os escravos não regressaram ao patrimônio da Real Fazenda, conservando-se entre os pertences apreendidos a Alvarenga Peixoto pela devassa.¹⁵²

Possivelmente, por motivos pessoais e em decorrência dessa insolvência, o tenente Antônio José Dias Coelho, responsável pela prisão e escolta do inconfidente, de sua casa até o Rio de Janeiro, foi acusado de praticar maus-tratos e desrespeitar verbalmente Alvarenga ao levá-lo à prisão na fortaleza da Ilha das Cobras, em 1789.¹⁵³

¹⁵⁰. FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 2, fl. 1v. Os 9 credores que cederam crédito para Macedo foram Manuel Rodrigues Braga, Felizarda Matildes de Moraes, Bento Rodrigues de Macedo, capitão José Joaquim Correia, capitão Luís Cardoso Fontes e outros, sargento-mor Luís Antônio da Silva, tenente-coronel José Pereira Marques, tenente-coronel Manuel Teixeira de Queiroga e doutor João de Araújo e Oliveira.

¹⁵¹. FBN/CT, I-35, 12, 4 – Recibos da arrematação feita por João Rodrigues de Macedo referente aos bens de Inácio José de Alvarenga.

¹⁵². ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 14, fls. 10v-12; 36v-38 – Libelo Cível entre Teresa Bernarda Joaquina Teodora de Almeida e o Procurador da Fazenda, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794; FBN/CC, I-10, 10, 004 nº 007m – Carta de Teresa Bernarda Joaquina Teodora de Almeida a João Rodrigues de Macedo autorizando a quitação de parte de uma dívida em nome de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira. 05/03/1798.

¹⁵³. Além de razões puramente econômicas, a malquerença entre ambos tinha outra razão: o tenente Antônio José Dias Coelho, de maneira semelhante à realizada por Alvarenga Peixoto, também freqüentara a casa do doutor José da Silveira e Sousa, pai de Bárbara Eliodora, quando namorava uma de suas filhas, Maria Policena. Da aventura amorosa, nasceu Antônio Francisco Teixeira Coelho, que seria criado por dona Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Além disso, foi acusado de perturbar as relações entre Alvarenga e o sogro.

Com relação ao débito de dona Teresa, no Libelo Cível constou que, em 1796, a Intendência de São João tinha em seus cofres 4:297\$515 réis, do “lucro seqüestrado” ao réu inconfidente. Este valor, conforme o documento, “se achava penhorado pelo requerimento de Bernardino Teixeira de Toledo e seus irmãos = 1:670\$033 réis, para satisfazer 423\$150 réis de principal de Precatória e 88\$145 réis de custas”.¹⁵⁴ O restante foi incorporado ao débito de Macedo com a Fazenda Real.

Igual foi a situação do sargento-mor Luís Antônio da Silva que cedeu a Macedo a ação que movia contra a casa de Alvarenga. A dívida era de 2:975\$574 réis e ficou estipulado que o ex-contratador a quitaria em sete pagamentos do mesmo valor ao ano. Em 1798, após satisfazer três parcelas, Macedo pagou-lhe 1:784\$639 réis à vista, encerrando os débitos que tinha com ele. Também aqui, o dinheiro saiu da arrematação do seqüestro.¹⁵⁵

Em outros momentos da trajetória de Alvarenga, Macedo assumiu dívida do amigo: em 1783, pela compra de tecidos e, em 1788, pela aquisição de três negros, a Manuel Pinto de Miranda.¹⁵⁶ Devido a esta atitude, a de assumir débitos do amigo e como arrematante da parte de seu seqüestro, Macedo teve contestada a venda do patrimônio inconfidente e requerimentos de terceiros solicitando o pagamento de débitos de Alvarenga que não foram cobrados em Juízo, pois o dinheiro que aparecia em depósito judicial era revertido à quitação da casa falida de Dionísio Chevalier. Tal caso de contestação aconteceu com o padre Joaquim Barbosa Ferreira, testamenteiro do capitão João Marques da Eira, que cobrou de Macedo 566\$447 réis de um crédito passado por Alvarenga ao testador, que ele representava.¹⁵⁷

José Rodrigues da Costa também se utilizou do artifício para cobrar 211\$807 réis a Macedo pelo resto de um crédito que Alvarenga ficou a lhe dever, de 2 de

¹⁵⁴. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 14, fl. 55v – Libelo Cível entre Teresa Bernarda Joaquina Teodora de Almeida e o Procurador da Fazenda, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

¹⁵⁵. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 19, fls. 1-25 – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva – autor – contra o procurador do Real Fisco, pelos bens do inconfidente Alvarenga Peixoto – réu. Ouro Preto, 1794; Documentos justificados: cessão de crédito de Luis Antônio da Silva a João Rodrigues de Macedo. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 300.

¹⁵⁶. FBN/CT, I-35, 12, 3 nº 1 – Carta de Inácio José de Alvarenga a João Rodrigues de Macedo agradecendo por ter assumido uma dívida com Manuel Pinto de Miranda. São João del Rei. 27/04/1788; FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 5 – Promissória passada por Inácio José de Alvarenga a Manuel Pinto de Miranda. [S.l.]. 20/12/1783; FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 4 – Crédito de Manuel Pinto de Miranda a Inácio José de Alvarenga Peixoto. São João del Rei. 20/12/1783.

¹⁵⁷. FBN/CT, I-35, 12, 8 nº 5, fls. 4-6v – Requerimento do padre Joaquim Barbosa Ferreira solicitando pagamento, como testamenteiro de João Marques de Eira, de uma precatória referente aos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto no valor de 566\$447 réis.

agosto de 1787. Por lei, solicitou apenas 158\$600 réis (metade do valor principal, aumentada dos juros). A quantia foi paga.¹⁵⁸

Além de Macedo, outra parte dos bens de Alvarenga Peixoto, referente às terras que ele tinha na Paraopeba, foram arrematados por Manuel Rodrigues Rabelo, em leilão, ocorrido em 9 de dezembro de 1797, pela quantia de 2:611\$054 réis, a serem pagos, fiados, 120\$000 réis por ano. Nos dois primeiros anos, segundo acordo, não se procederia a nenhum pagamento das parcelas combinadas e nem se procederia no pagamento dos dízimos e de outros encargos gerados pela propriedade. No leilão, a fazenda de São José do Bom Retiro foi avaliada em 1:928\$872 réis, os bens móveis em 250\$182 réis e os nove escravos em 432\$000 réis.¹⁵⁹

Até setembro de 1804, a Fazenda Real não recebeu qualquer quantia do ajuste dessa venda. O arrematante pagou, naquele mês, somente 60\$183 réis, de custas documentais. Em 1808, o fiador Luiz de Palhares foi chamado para quitar seus débitos: acertou 111\$164 réis. A seguir, Manuel Rabelo pagou 48\$031 réis. Em 14 de abril de 1815, Domingos de Amorim Souto moveu ação contra os compradores da Fazenda arrematada de Alvarenga Peixoto, depositando 120\$000 réis, em juízo, das custas processuais.¹⁶⁰ Estes valores foram utilizados para quitar os débitos de Alvarenga com a casa falida de Chevalier. Neste caso, mais uma vez, a Fazenda Real não lucrou com a venda de bens de um inconfidente. Os rendimentos obtidos com o leilão da fazenda localizada na Paraopeba foram utilizados unicamente para quitar débitos pessoais de Alvarenga.

Do patrimônio seqüestrado pela devassa e revertido para o pagamento dos débitos do sedicioso, a Fazenda Real teve que quitar os débitos com José Antônio de Castro Moreira, de 33\$787,5 réis; Manuel Gonçalves Lopes, de 345\$983,5 réis; Fazenda Pública, pelos bens de José Correia de Mesquita, de 353\$062,5 réis; José Antônio de Almeida, de 364\$387 réis; Antônio Francisco de Andrade, 97\$725 réis; Fazenda Pública, por ação de dívida fiscal de Manuel Teixeira de Queiroga, proveniente de dízimos, de 52\$138,5 réis; José Rodrigues da Costa, de 1:428\$823

¹⁵⁸. FBN/CT, I-35, 12, 8 nº 1, fls. 1-3; 10-14; 18-20 – Requerimento de José Rodrigues da Costa solicitando pagamento de precatória. Vila Rica. 11/02/1797; FBN/CT, I-35, 12, 8 nº 3 – Requerimento de José Rodrigues da Costa sobre notificação de João Rodrigues de Macedo referente à arrematação dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto. [S.l.; s./d.].

¹⁵⁹. FBN/CT, I-35, 12, 2 nº 1, fls. 1-2 – Arrematação de bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto por Manuel Rodrigues Rabelo das partes penhoradas pela Real Fazenda. Vila Rica. 09/12/1797.

¹⁶⁰. Ibidem, fl. 2v.

réis; Custódio Rodrigues Braga, de 120\$754 réis; José de Souza Barbosa, de 98\$550 réis; e João da Costa Pinheiro, de 306\$900 réis.¹⁶¹

No âmbito fiscal, dívidas de Alvarenga também foram encontradas com a casa do contratador Joaquim Silvério dos Reis. Em fevereiro de 1797, o Tesoureiro geral, coronel Afonso Dias Pereira, entregou a Patrício Pereira da Cunha, Solicitador da Real Fazenda, a quantia de 1:455\$645 réis, de rendimentos apreendidos ao inconfidente Alvarenga para o pagamento de direito de Entradas, que estavam em atraso do contrato de Silvério dos Reis, do triênio que teve início em 1º de janeiro de 1782 e findou em 31 de dezembro de 1784.¹⁶² O dinheiro arrecadado foi utilizado, inicialmente, para amortizar parte da dívida que o primeiro delator da Inconfidência tinha com a Fazenda Real, por insolvência no pagamento de seus débitos fiscais. Em seguida, esta mesma quantia foi utilizada pela Fazenda Real para quitar débitos de Alvarenga com terceiros.

Em 1818, o tesoureiro Fernando Luís Machado de Magalhães entregou a Amâncio José Luna, Solicitador dos Feitos da Real Fazenda, a importância de 3:790\$381 réis, referente às terças partes extraídas das lavras da Campanha arrematadas pelo contratador Macedo, a fim de se depositar na conta “do Contrato de Entradas, de que foi arrematante o dito Macedo”.¹⁶³

¹⁶¹. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 16 – Libelo Cível entre José Antônio de Castro Moreira – autor – e a Fazenda, pelos bens do inconfidente Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1795; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 15 – Libelo Cível entre Manoel Gonçalves Lopes – autor – e a Fazenda Pública, pelos bens do inconfidente Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1796; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 8 – Libelo Cível entre a Fazenda Real – autora – e Inácio José de Alvarenga Peixoto (por bens de terceiros) – réu. Vila Rica, 1804; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 5 – Libelo Cível entre José Antônio de Almeida – autor – contra o procurador da Fazenda pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga – réu. Ouro Preto, 1795; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 13 – Libelo Cível entre o capitão Antônio Francisco de Andrade – autor – contra o procurador da Fazenda Pública – réu. Ouro Preto, 1793; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 10 – Libelo Cível entre a Fazenda Real – autora – e Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1805; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 3, – Libelo Cível entre o capitão-mor José Rodrigues da Costa – autor – contra o inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1804; ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, fundo: 3A, cx. 3031, pacotilha 11 – Libelo Cível entre o capitão-mor José Rodrigues da Costa – autor – contra o inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1804; FBN/CC, I-03, 17, 003 – Ação de Custódio Rodrigues Braga para reaver os bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto. Vila Rica, 1793; FBN, I-25, 02, 042 – Processo referente ao requerimento de José de Souza Barbosa para o seu pagamento de ordenados servindo ao réu inconfidente Inácio José de Alvarenga nos anos de 1788 a 1789. Vila Rica. 12/11/1804; FBN/CT, I-35, 12, 1 nº 14 – Carta Precatória de João da Costa Pinheiro pelos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto. Vila Rica. 1800.

¹⁶². FBN/CT, I-35, 12, 8 nº 3 – Requerimento de Patrício Pereira da Cunha solicitando pagamento referente aos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto. 04/02/1797; FBN, I-9, 29 – Processo relativo dos bens de Inácio José de Alvarenga por créditos de direitos das entradas. 11/02/1797.

¹⁶³. FBN/CT, I-25, 12, 18, fls. 1-5 – Ordem ao tesoureiro geral, Fernando Luís Machado de Magalhães, para entregar ao solicitador dos feitos da Real Fazenda, Amâncio José Luna, a importância de terças partes extraídas das lavras arrematadas por João Rodrigues de Macedo.

Mesmo após a morte de Alvarenga, parte dos rendimentos das lavras que arrematou, descontadas as despesas com a manutenção, foi utilizada para abonar sua dívida fiscal com a Fazenda Real. Tanto no caso deste contratador, quanto no de Chevalier, os rendimentos da casa de Alvarenga Peixoto foram utilizados primeiramente para se pagar aos grossos devedores, depois para o acerto financeiro com os credores menores.

Baseando-se apenas nas relações creditícias, o Quadro 3, a seguir, representa a situação econômica da casa de Alvarenga Peixoto, antes e depois de sua prisão, em 1789.

QUADRO 3

Situação financeira da casa de Alvarenga Peixoto (1771 / 1775-1789 e pós-1790)

1771 / 1775 a 1789	dívidas contraídas	38:409\$303 réis	saldo
	pagamentos realizados	16:542\$394 réis	(-) 21:866\$909 réis
pós-1790	dívidas contraídas	3:321\$986,75 réis	saldo
	pagamentos realizados	8:045\$041,25 réis	(+) 4:723\$054,5 réis

Fonte: documentos diversos sobre Alvarenga Peixoto.

No primeiro momento, em 1771 e de 1775 a 1789, a casa de Alvarenga Peixoto fechou suas contas em déficit; no período seguinte, pós-1790, sua contabilidade fechou em superávit, ou seja, os créditos ativos foram inferiores aos passivos.

No segundo momento, é importante enfatizar que a casa do inconfidente não visava ampliar a produção, a renovar os utensílios agrícolas e minerários ou a adquirir escravos para renovar os plantéis, mas a intenção foi saldar as dívidas contraídas pelo sedicioso.

Mesmo com esta inversão, não se pode afirmar que sua casa, daquele instante em diante, tornou-se credora. No Quadro 3 não foram computados os rendimentos auríferos e agro-pastoris dedicados aos pagamentos das dívidas, apenas os acertos econômicos do dia-a-dia, referentes à manutenção da família, da escravaria e dos negócios.

Devido a atitudes de negligência financeira, como se percebeu pelo excesso de ações de cobranças, Alvarenga Peixoto passou para a história com a fama de mau pagador. Deixemos que ele próprio esclareça, em carta-resposta que enviou ao sargento-mor João da Silva Ribeiro de Queirós, em 22 de setembro de 1786, suas estratégias de pagamento aos credores:

Estimarei muito que as minhas encomendas cheguem com brevidade, porque as preciso, especialmente o alambique, que estou destilando com um só, e não dá vazão ao canavial que se pede, e os cobertores, ao menos vinte para assentar, que está quase pronto um canal, que logo prometi precisar deles. E como Vossa Mercê me diz que logo que chegarem vem pessoalmente a este continente para ajustarmos e eu lhe dar o ouro que puder por conta de vinte e sete de abril, sempre lhe rogo que me avise 15 dias antes de vir, para eu pôr em termos de apurar alguma catinha, que desde já lhe reservo, por dois princípios: o primeiro para termos o gosto de apurar a agarrá-lo, e o segundo porque, se eu apurar antes de Vossa Mercê vir, só por milagre me poderá achar ouro na mão, que me quer tanto mal este maldito, que, por mais que eu tenha, faz voto de nunca morar comigo. É verdade que a despesa desta casa tem sido grande, e ele não faz dois papéis nem que o matem: gastá-lo e havê-lo, é impossível. Agora que as águas estão prontas para me lavar a morrinha, espero ser rico, se a fantasia me não engana; bem que de boas vontades, dizem que está o Inferno cheio.¹⁶⁴

O negociante sargento-mor João da Silva Ribeiro de Queirós, com lojas de negócio nas Lavras do Funil e em São Gonçalo da Campanha vendeu, em 1786, um “alambique de cobre com todos os seus preparos” por 205\$050 réis; 14 quintais de ferro (210\$150 réis), 2 quintais de aço (48\$600 réis), 14.000 pregos (72\$750 réis), 28 cobertores (111\$900 réis), entre outros produtos, que totalizaram 728 oitavas de ouro (873\$600 réis). Deste total, Alvarenga Peixoto pagou 200 oitavas (240\$000 réis), restando-lhe uma dívida de 633\$600 réis.¹⁶⁵ Estes objetos, ligados ao universo da mineração, nos ajudaram a imaginar que, em meados da década de 1780, a produção aurífera extraída de suas lavras não era de pequeno porte, pois as compras que realizou para a manutenção daquelas terras eram numerosas e custosas. Certamente, não trabalharia no prejuízo. Os rendimentos poderiam não ser os esperados, mas, também, não eram insignificantes. Em carta ao mesmo sargento-mor, escreveu:

É bem certo que no ano de oitenta e sete tirei pouco porque esperando de vinte e cinco mil cruzados para cima pouco me passou de treze, e não podia eu ficar com todos, sendo tanta despesa feita a me acudir. Este ano de oitenta e oito hei de ficar pouco cavalheiro com os meus credores porque a Fazenda Real que me levou o ano passado sete mil e tantos cruzados por diversos a quem estou tendo mão, ainda continua, e queira Deus descansemos nesta parte.¹⁶⁶

¹⁶⁴. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 12, fl. 16 – Libelo Cível entre Felizarda Matildes de Moraes Salgado contra o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

¹⁶⁵. ANRJ/CIM, fundo: 3A, cx. 2230, pacotilha 16, fls. 13v-14v – Libelo Cível entre Felizarda Matildes de Moraes Salgado contra o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

¹⁶⁶. Ibidem, fl. 17v.

No ano de 1787, Alvarenga pagou de quinto mais de 7.000 cruzados, ou pouco mais de 336\$000 réis. Valor substancial, pois se a produção aurífera, e a carta se referiu explicitamente ao contexto minerador, que serviu de base para esta afirmação, baseia-se nos 20% do valor bruto quintado, podemos supor que, no mínimo, suas lavras, sem sabermos quais, renderam no mínimo 1:680\$000 réis.

Em 1792, o fiel depositário, furriel Francisco Xavier Pereira, informou-nos na *Conta do ouro que meteu para se fundir na Casa da Real Fazenda, desde 16 de dezembro de 1790 até 10 de janeiro de 1792*, o seguinte: “Meteu o Administrador, na Casa da Fundação, as diversas parcelas de ouro que constam de suas contas: as quais, depois de quintadas, e fundidas, renderam ao todo, e a dinheiro, que ficou nos Cofres da mesma Casa, a quantia de 5:390\$614.”.¹⁶⁷

Por meio destas informações, podemos supor que o rendimento das lavras seqüestradas, basicamente referente ao ano de 1791, foi de 5:390\$614 réis (valor apreendido para pagamento das dívidas do inconfidente). A esse valor deve-se somar a quantia equivalente ao imposto do quinto (1:078\$123 réis). No cômputo geral, portanto, as lavras renderam 6:468\$737 réis, ou pouco mais de 6,50% do valor total dos bens confiscados a Alvarenga Peixoto, conforme avaliação feita pela devassa em seus bens, em torno de 42:063\$155 réis.

O lucro nas lavras, em 1791, correspondeu quase ao valor da meação atribuída a todas as terras minerais, somadas a 16 escravos (avaliados na totalidade de seus preços, sem meação) e a fazenda Engenho dos Pinheiros: 6:789\$855 réis.¹⁶⁸

Bárbara Eliodora era meeira dos bens de Alvarenga por lei, tendo direito a 50% de tudo o que se arrecadasse ou produzisse nas terras do casal. Se pensarmos na possibilidade de os cálculos indicados acima, ou seja, de que o valor apreendido pela Fazenda Real representasse apenas a parte seqüestrada ao marido (= 50% do montante geral), excluindo-se a quantia correspondente à meação de sua esposa, o rendimento das minas de ouro do casal seria de 12:937\$474 réis.

Estes dados são significativos, pois nos permitiram conjecturar que nos anos anteriores à Inconfidência Mineira as lavras de Alvarenga não rendiam pouco, devendo ser produtivas. Kenneth Maxwell, em *A devassa da devassa*, escreveu que o poeta inconfidente envolveu-se na sedição de 1788-1789 por estar altamente endividado em decorrência do fracasso de seus empreendimentos auríferos. Eis o que anotou:

¹⁶⁷. AHMI. Mapoteca, gav. 3 – Apenso relativo ao seqüestro dos bens de Inácio José de Alvarenga.

¹⁶⁸. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 10, fls. 33v-35v – Traslado do seqüestro de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

A motivação de Alvarenga Peixoto para se envolver no complô era mais direta. Há muito tempo endividado, em 1788 estava diante de uma situação crítica. O fracasso das caras instalações hidráulicas realizadas nas suas numerosas lavras auríferas, e que não davam resultados compensadores, juntara-se à sua vertiginosa lista de dívidas para prejudicar seu crédito. Havia ação pendente da Junta de Comércio de Lisboa para cobrar 11:193\$507 réis devidos à Dionésio Chevalier de Lisboa. (...) Ultimamente, ele tomara grandes somas emprestadas a Joaquim Silvério dos Reis (...). Dois anos depois [em 1788] chegava às raias do desespero. O ex-protégido de Pombal aderiu ao movimento mais ou menos ao final do ano de 1788.¹⁶⁹

Pelo exposto no excerto, em 1788, Alvarenga estava financeiramente arruinado. Pesquisando as fontes indicadas por Maxwell não encontramos quaisquer possibilidades de que esta informação esteja correta; ao contrário, os momentos de seu maior apuro econômico, segundo nossos levantamentos estatísticos, baseados nas informações creditícias do Gráfico 5, deram-se na primeira metade da década de 1780, e não em sua segunda metade, como está escrito. Mesmo com os baixos rendimentos obtidos em suas lavras, e valores substanciais de dívidas de crédito a serem pagas, a produção agrícola, a compra e a venda de escravos e as constantes apropriações, vendas e compras de terras que empreendeu após 1786, como mostramos nos capítulos anteriores, indicaram-nos que esta personagem passava por momento de vitalidade econômica nos anos finais daquela década.

Tal vitalidade econômica é comprovada por meio da venda de duas fazendas (Ponte Alta e Bom Retiro), que Alvarenga arrematou na Fazenda Real entre os bens seqüestrados ao ex-contratador João de Souza Lisboa.¹⁷⁰ Na negociação, vendeu aquelas propriedades, juntamente com um lote de escravos, a João de Santa Ana Silva Pinto, pela quantia de 209\$900 réis, à vista, em julho de 1787.¹⁷¹

Insatisfeito com a compra, João de Santa Ana solicitou a Alvarenga o destrato daquela venda, pois, segundo ele, os escravos enviados pelo futuro inconfidente

¹⁶⁹. MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 144-145.

¹⁷⁰. João de Souza Lisboa, como contratador, arrematou a passagem do Rio das Mortes por três anos (1748 a 1750); a passagem do Rio Grande e do Rio Verde por um ano (1749); o contrato de Dízimos (três triênios: 1750 a 1759; um triênio: 1762 a 1765); o contrato de Entradas de Minas Gerais, Santos, Goiás e Mato Grosso (1762 a 1764) e o da passagem dos rios Paraíba e Paraíbauna (1763 a 1765). Além disso, era rentista, proprietário de casas de aluguel em Vila Rica e Mariana (pelo menos 13) e minerador, possuindo em sociedade com Antônio de Almeida e Antônio de Barros uma mineração no Morro Vermelho, em Caeté (1768 a 1776). Entre suas realizações, construiu a Casa da Ópera de Vila Rica, concluída em 1770. Em razão de suas dívidas vultosas com a coroa portuguesa, que chegavam a quase 400 contos de réis, foi decretada sua “falência”. Entre seus sócios no contrato de Dízimos (1750 a 1753) figurava o capitão-mor Pedro Teixeira de Carvalho, pai de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo. Sobre a trajetória de João de Souza Lisboa na arrematação e administração desses vários contratos, conferir: ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. op. cit., p. 113-182.

¹⁷¹. APM/AVC, cx. 13, doc. 59 – Recibo passado por Alvarenga Peixoto relativo a venda de terras e escravos. 10/07/1787.

estavam cansados e doentes.¹⁷² Em resposta, Alvarenga escreveu-lhe que não voltaria atrás na negociação: “nem as fazendas mudarão de sítio, nem nós de condição”. E, continuou: “Quanto às moléstias, eu na Campanha tenho muitos, e todos rapazes, e já cheguei a contar vinte e sete na enfermaria, é dez, é doze, quase sempre.”.¹⁷³ Mesmo recusando-se a desfazer a transação, Alvarenga, acuado pela prerrogativa legal facultada a João de Santa Ana, recebeu as duas fazendas de volta, sem, contudo, devolver-lhe o dinheiro.¹⁷⁴ Estas propriedades, na época da devassa, ainda pertenciam ao inconfidente e não lhe foram seqüestradas. Mas, quando seus bens foram arrematados em praça pública, coube a Manuel Rodrigues Rabelo adquirir a fazenda do Bom Retiro, na Paraopeba, com todos os seus pertences pelo preço de 2:611\$054 réis. Da mesma maneira que a devassa não seqüestrou este bem, a Fazenda Real também não recebeu o dinheiro desse patrimônio, ao arrematá-lo.

O patrimônio de Alvarenga, no final do processo de seqüestro, rendeu pouco aos cofres metropolitanos, pois boa parte do que recebeu da meação foi utilizado para quitar débitos do inconfidente com terceiros e com a própria Fazenda Real, descontando-se suas dívidas fiscais e pessoais.

Como vimos no capítulo anterior, o patrimônio de Alvarenga, na vila de Campanha, arrematado por João Rodrigues de Macedo por 20:934\$689 réis (valor que este pagaria ao Fisco Real, após o desconto dos débitos do inconfidente), rendeu aos cofres metropolitanos 14:724\$769 réis (70,34% da quantia original), em 17 anos de pagamentos parcelados. Os bens de Alvarenga na Paraopeba, comprados por Manuel Rodrigues Rabelo pelo preço de 2:611\$054 réis, renderam a Fazenda Real apenas 339\$378 réis ou 12,99% do total, em 18 anos de amortizações. De um patrimônio estimado em pouco mais de 84 contos de réis, a coroa portuguesa recebeu 15:064\$147 réis, tendo utilizado, ainda, parte deste valor para pagar dívidas que o ex-ouvidor do Rio das Mortes tinha com a casa falida de Dionísio Chevalier e terceiros.

Dos bens do poeta-inconfidente, os cofres metropolitanos receberam pouco mais de um quinto do valor correspondente ao seu patrimônio total ou pouco mais de um quarto da parte equivalente a meação daqueles bens para a Fazenda Real.

No cômputo geral, como mostramos no decorrer deste capítulo, os seqüestros renderam aos cofres metropolitanos uma importância pequena quando comparada aos

¹⁷². APM/CC, pl. 20305, rolo 529, doc. 1 – Procuração passada por Inácio José de Alvarenga Peixoto e Vicente Vieira da Mota, para assinatura de destrato da venda de uma fazenda. 21/07/1787.

¹⁷³. FBN, I-27, 29, 087 – Carta de Inácio José de Alvarenga Peixoto a João de Santana Silva Pinto. 28/07/1787.

¹⁷⁴. APM/CC, pl. 30013, rolo 510, doc. 5 – Escritura de destrato entre Inácio José de Alvarenga Peixoto e João de Santa Ana Silva Pinto. 1º/08/1787.

valores patrimoniais originalmente apreendidos pela devassa. Nos casos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes e José de Resende Costa, a Fazenda Real não obteve rendimento. Nestes dois últimos casos, por exemplo, os fiéis depositários gerenciaram os patrimônios em benefício das famílias seqüestradas.

Hipólita Jacinta, prima do fiel Pedro Joaquim de Melo, readquiriu o patrimônio de seu esposo, por intermédio de seu tio, quando foram levados à praça. Descobrimos, também, que ela readquiriu os bens que lhe ficaram da herança paterna, o que permitiu que se realizasse a divisão patrimonial (meação) dos bens do casal. A visão de que ela perdeu tudo, ao ser punida pelo governador visconde de Barbacena, como indicamos, não se efetivou. Ela readquiriu seu patrimônio, deixando-o ao filho adotivo.

O fiel depositário Gervásio Pereira de Alvim administrou a parte seqüestrada de seu sogro, José de Resende Costa, em favor da família: ele pagou as dívidas de seu parente, entre elas as efetivadas pelo contrato de casamento entre Gervásio e Francisca Cândida de Resende e contas que ele, o genro, pagou em nome do sogro. Após três leilões, os bens mais importantes do patrimônio da família Resende foram vendidos ao próprio Gervásio, com a condição de satisfazer as dívidas que o coronel Resende tinha com ele e outros parentes. Em suma, por meio dessas informações inéditas, descobrimos, portanto, que desta família, a coroa portuguesa não angariou lucro algum.

Dos bens de José Aires Gomes, mostramos que a Real Fazenda recebeu, apenas, a parte que lhe coube da meação – 7:964\$753 réis, pois o restante dividiu-se entre a meação da esposa e parte correspondente aos acertos financeiros com credores.

Mas, de todos os personagens que estudamos, Alvarenga Peixoto destaca-se como aquele que mais apresentou estudos controversos e com erros de análise: indicamos que a compra da parte seqüestrada de seus bens, realizada por Macedo, de maneira inédita, não foi feita por ato de generosidade do amigo e ex-contratador.

Bárbara, após a prisão de Alvarenga, permaneceu gerenciando sua parte do patrimônio do casal e usufruindo os rendimentos extraídos de suas lavras. Ela permaneceu em boas condições materiais de vida, aumentando seu patrimônio e conseguindo pagar parte das dívidas do casal, contraídas pelo marido para ampliar seus investimentos minerários na região. Com base na Tabela 27, do terceiro capítulo, descobrimos que algumas de suas lavras, após os seqüestros, renderam quase 25 contos de réis. O Gráfico 5, neste capítulo, evidencia a movimentação contábil de sua casa, de 1775 a 1789. Observamos as dívidas de Alvarenga e, também, os pagamentos realizados por ele ao quitar parte do que devia aos credores.

A historiografia, referindo-se a essas dívidas, descreveu Alvarenga como uma pessoa que sistematicamente tergiversava o pagamento de suas dívidas. Expomos os seus débitos, mas, também, os pagamentos que realizava – pelo menos parcialmente. Ele poderia até não pagar a todos, mas acertava com seus credores parte do que devia; como, também, muitas outras pessoas faziam. A historiografia reteve a idéia de que ele somente devia e que nunca pagava a ninguém. Se agisse assim, Alvarenga não conseguiria crédito na praça. Para se ter crédito era preciso pagar, mesmo que pouco, a quem se deve. Apesar de o fiado e a dívida serem generalizados, pagamentos aconteciam.

Nas ações de Libelo Cível encontramos indicada referência constante a acordos estipulados ou papéis assinados representando empréstimos ou vendas a prazo, assim como a indicação do pagamento de parcelas de dívidas. Os números de sua casa apontam ritmos diferentes que perpassaram sua trajetória em Minas Gerais. Por Alvarenga dever substanciais valores monetários, a historiografia atribuiu-lhe um ritmo de crise em seus negócios. Os números de suas lavras revelam lucros líquidos superiores a um conto e quatrocentos mil-réis anuais, nos momentos imediatamente posteriores aos seqüestros, comprovando-se que a casa do inconfidente permanecia atrelada, primordialmente, à mineração, contrariando a idéia corrente de que Alvarenga defendia posições radicais concernentes aos “padrões tipicamente coloniais da economia mineira”.¹⁷⁵ O padrão econômico da casa de Alvarenga não se desvencilhou da prática mineratória. Este inconfidente, antes de tudo, era mais minerador do que agricultor, mesmo com propriedades localizadas na região de maior prosperidade e vitalidade econômica de Minas Gerais.

Foi nesta região que Alvarenga Peixoto ascendeu ao cargo de ouvidor da comarca do Rio das Mortes. De acordo com a historiografia, sua nomeação deveu-se aos versos que escreveu em homenagem ao marquês de Pombal. Ao pesquisar documentos correlatos ao movimento insurreto mineiro, descobrimos que sua indicação para aquele ofício ocorreu após o contratador João Rodrigues de Macedo adquirir aquela atividade, por 8:400\$000 réis para Alvarenga. Com negócios tão estreitos entre ambos, o ouvidor utilizou-se do amigo para comprar escravos fiado e solicitar empréstimos. Suas relações com a família Macedo começaram antes, ainda em Portugal, com Bento Rodrigues de Macedo.

---

¹⁷⁵. FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 82.

Suas dívidas, ao que tudo indica e os documentos que compulsamos nos permitem acreditar nisso, começaram em Portugal e o momento de sua maior vitalidade econômica deu-se na segunda metade da década de 1780, conforme indicamos.

Os exemplos citados – Alvarenga Peixoto, José Aires Gomes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, Carlos Correia de Toledo, Manuel Rodrigues da Costa e José de Resende Costa – permitem recuperar uma das perguntas iniciais desta Tese: A devassa abalou a fortuna, ou a trajetória econômica, das famílias dos inconfidentes? Vimos, por meio de “estratégias” familiares, que o substancial do patrimônio desses inconfidentes permaneceu nas mãos das famílias e, o principal, que a coroa portuguesa lucrou pouco com os seqüestros de bens. Isto, aliás, só nos foi possível comprovar graças aos originais dos Autos de Seqüestro.

Considerações Finais

Entretanto, espero que Vossa Mercê dê alguma desculpa a um mineiro que tem obrigação e necessidade de ser mentiroso como os outros.¹

A frase destacada resume, muito particularmente, a atitude das famílias dos inconfidentes mineiros sentenciados pelo crime de lesa-majestade, residentes na comarca do Rio das Mortes, no momento de elaboração dos Autos de Seqüestro de seus bens pela coroa portuguesa, de 1789 a 1791. Estas palavras, extraídas de uma carta enviada por Alvarenga Peixoto a Vicente Vieira da Mota, entre julho de 1785 e março de 1786, apontam para uma das características marcantes dos seqüestros: a *mentira* na divulgação dos patrimônios.

Mentir, na acepção da palavra, significou, para muitas famílias de inconfidentes, afirmar algo que se sabia ser contrário à verdade, ou, como tratamos ao longo dos capítulos desta Tese, praticar atos de omissão ou sonegação.

A preservação de bens nas mãos das famílias dos inconfidentes evidenciou-se, também, por meio de atitudes de corrupção e de favorecimento praticados por alguns ministros metropolitanos como ouvidores, meirinhos, escrivães e fiéis depositários, que mantinham estreito contato com as famílias seqüestradas. Como escrevemos no segundo capítulo, as íntimas relações do escrivão José Caetano César Manitti, colocadas sob suspeição no depoimento prestado à devassa pelo coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, de que favoreceu inconfidentes em detrimento de acordos não cumpridos com presos e as fortes ligações que mantinha com o ex-contratador João Rodrigues de Macedo, ajudou-nos a comprovar, ou pelo menos mostrar com clareza, a existência de acordos verbais de proteção às pessoas ligadas diretamente ao dito rendeiro. Manitti foi o responsável, por exemplo, em 1791, pela prisão tardia e o seqüestro do sócio de Macedo no contrato dos Dízimos, José Aires Gomes, e de seu afilhado, o padre Manuel Rodrigues da Costa, filho de seu preposto de nome homônimo, coronel Manuel Rodrigues da Costa, no contrato de Entradas.

Ambos, apesar de protegidos por membros da devassa mineira, foram presos por conhecerem efetivamente os planos do levante e as pessoas envolvidas na sedição. A primeira referência “oficial” aos dois inconfidentes aconteceu em 10 de abril de 1791, quando o chanceler da Alçada Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho encaminhou ao escrivão Manitti, ofício solicitando a prisão dos dois suspeitos e,

---

¹. Carta de Inácio José de Alvarenga Peixoto a Vicente Vieira da Mota. In: LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. op. cit., p. 65.

também, a de Vicente Vieira da Mota, José de Resende Costa e José de Resende Costa, o filho.

Ao ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo coube a acusação de favorecer Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto, e Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, no processo de seqüestro. Em outro caso, no conflito pela demarcação das terras de Alvarenga Peixoto em São Gonçalo, contra a ação movida por Maria do Nascimento, o ouvidor Luís Ferreira favoreceu o amigo. Ambos, Luís e Alvarenga, em 1781, foram repreendidos no Tribunal da Relação, no Rio de Janeiro: sendo que o primeiro, por favorecer o amigo e ex-ouvidor do cargo que ele ocupava naquele instante; o último, por alterar os limites de sua propriedade, ao invadir terras que não lhe pertenciam.

Além do conflito pela posse, demarcação do limite e exploração da área mineral da Boa Vista, indicamos os números correspondentes aos serviços minerais apurados nas lavras de Alvarenga, tanto as seqüestradas quanto as omitidas da devassa, com os seus respectivos rendimentos financeiros.

Na historiografia é comum encontrar a informação de que a arrematação da parte seqüestrada dos bens de Alvarenga Peixoto por Macedo deveu-se à benevolência do ex-contratador em auxiliar e proteger a família do amigo. Especificamente, Macedo só veio a adquirir os bens de Alvarenga após consultar o ouvidor Luís Antônio Branco Bernardes de Carvalho e ter a certeza de que poderia utilizar no abatimento do preço daquela compra o valor das ações de cobrança judicial que a casa do amigo vivenciava naquele instante – e entre estas estavam os débitos que ele tinha com os contratos de Dízimos e Entradas administrados por Macedo, de 1776 a 1783. Além disso, o ex-contratador interessou-se pelas terras minerais do compadre ao receber a informação da descoberta de algo valioso no subsolo de São Gonçalo. Por meio de dados estatísticos, reproduzidos nos Gráficos 1 e 2, do terceiro capítulo, demonstramos que Macedo espoliou Bárbara em vez de beneficiá-la no seqüestro, levando-a a reclamar da administração do fiel depositário em favor do rendeiro, pelas diferentes apurações contabilizadas nos anos de 1797 a 1801.

O patrimônio seqüestrado de Alvarenga foi avaliado em 42:063\$155 réis. Deste total, competiu a Macedo pagar, após todos os descontos solicitados, 20:934\$689 réis, divididos em dez parcelas anuais. Os números daquela dívida, em 1812 (ano em que se apurou o último lançamento naquela conta), como informamos, indicaram a inadimplência de 29,66%, ou a falta do acerto de 6:209\$920 réis. Esta arrematação, como a feita por Macedo dos contratos de Dízimos e Entradas, denotou prejuízo à Real Fazenda.

Muito do dinheiro utilizado no pagamento dos débitos fiscais de Macedo originou-se dos rendimentos auferidos nas lavras que ele mantinha em sociedade com Bárbara Eliodora. Como indicamos no terceiro capítulo, houve discrepância na arrecadação dos serviços minerais e nos rendimentos de ambas as partes. Por lei, isto não deveria acontecer, pois os escravos e a área explorada eram as mesmas, assim como os utensílios e a determinação das jornadas de trabalho. A condescendência de Macedo motivou-se mais por razões pessoais do que estritamente por amizade e proteção às famílias dos inconfidentes.

Outra questão importante encontrada na historiografia e reproduzida em, por exemplo, *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*, de João Pinto Furtado, foi a idéia de que a “arrecadação total dos seqüestros, no valor de 214:644\$853 (o equivalente a 643 quilos de ouro), praticamente corresponde[u] à arrecadação do quinto do ouro no ano de 1789 (652,4 quilos) e a 7,5% (43,6 arrobas) da estimativa do débito pendente total desde 1771, que era de 582 arrobas”. Tais dados demonstraram, ainda, de acordo com este autor, que do ponto de vista financeiro os seqüestros foram um “excelente negócio para a Coroa”.²

Infelizmente, após a análise exaustiva dos Autos de Seqüestro originais e em documentos correlatos ao movimento espalhados por arquivos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Lisboa, nos foi possível afirmar que a coroa portuguesa não lucrou esta quantidade de receita com o confisco dos bens dos inconfidentes, principalmente com os dos residentes na comarca do Rio das Mortes.

No caso do patrimônio seqüestrado do coronel José de Resende Costa, que tinha por fiel depositário seu genro Gervásio Pereira de Alvim e que também era o responsável pela administração da parte seqüestrada pertencente a Ana Alves Preto, esposa do inconfidente, foram realizados três leilões de venda. No primeiro processo de arrematação, Gervásio adquiriu os bens mais importantes da família por 3:344\$625 réis, o mesmo valor que atribuiu à avaliação daquele patrimônio. Com este dinheiro, como fiel depositário, decidiu honrar a pendência financeira que seu sogro tinha com a casa do capitão-mor Pedro Teixeira de Carvalho.

Em outra ação de venda dos bens seqüestrados ao coronel Resende Costa, coube ao fiel depositário, novamente, adquirir os bens de seu sogro para saldar as dívidas que ele havia pagado ao sedicioso, antes de sua prisão como inconfidente, e receber o dote que sua esposa Francisca Cândida de Resende trouxe para o

². FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 127. A idéia de que os confiscos de bens produziram quase tanto como o quinto do ouro está presente, pioneiramente, em: SANTOS, Lúcio José dos Santos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. op. cit., p. 85. Conferir, também: REIS, Paulo Pereira dos. *O colonialismo português e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Nacional, 1964, p. 91.

casamento. Quanto a este matrimônio verificou-se, de maneira inédita, já que muito pouco se conhecia da vida privada das famílias dos réus mineiros, que a união entre Gervásio e Francisca foi arranjada um mês antes da prisão do patriarca da família, permitindo que parte do patrimônio que deveria ser seqüestrado fosse apreendida pela devassa.

Por intermédio do contrato nupcial, de testamento e do censo eclesiástico de 1795, vasculhamos o destino de seus principais bens imóveis, semoventes (animais e escravos) e utensílios e ferramentas ligadas aos universos agro-pastoris e mineratórios seqüestrados pela devassa, em 1791; assim como, desvendamos atos de omissão e subavaliação naquele patrimônio.

Os bens do coronel Resende Costa foram arrematados, em três leilões, por 4:424\$097 réis. Deste valor, a Fazenda Real nada lucrou, pois as contas da casa obtiveram débito.

Situação semelhante observou-se no processo contra Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Em 1811, o fiel depositário Pedro Joaquim de Melo, primo de dona Hipólita, esposa do inconfidente, apresentou a prestação das contas e as justificativas dos gastos daquela casa. Nas notas lançadas constam despesas que não faziam parte dos seqüestros. Ele permitiu que dívidas de Francisco Antônio e Hipólita Jacinta fossem pagas à revelia da lei, sem autorização judicial, contrariando a prerrogativa de fiel depositário. De seus bens, a coroa portuguesa recebeu 71\$824 réis, ou seja, do patrimônio desse sedicioso, praticamente, não obteve rendimento.

De Luís Vaz de Toledo Piza também se revelou que a família permaneceu com parte dos bens seqüestrados, como a fazenda da Laje, e desse patrimônio também não ganhou nada. As melhores notas do seqüestro empreendido a esta casa ficaram das listagens de seus escravos e das terras e serviços minerais que Luís Vaz explorava. Dos seus 37 cativos seqüestrados, nenhum deles apareceu listado no fogo administrado por sua esposa Gertrudes Maria de Camargo, segundo dados extraídos do *Rol dos Confessados* da vila de São José, em 1795. Entretanto, em poder dessa mulher constatou-se a posse de 21 escravos, sendo que destes, cinco pertenciam ao seu cunhado, o reverendo Bento Cortês de Toledo; 13 ficaram do plantel do padre Carlos Correia de Toledo e Melo e três da sociedade de extração mineral que ele, Luís Vaz, tinha com o capitão Domingos Barbosa Ribeiro.

A omissão dos mancipios seqüestrados de Luís Vaz, que não apareceram indicados na lista de 1795 explicou-se, em parte, como mostramos, pela sua transferência para o patrimônio de seu sócio, o capitão Ribeiro.

Por meio da avaliação monetária de seus bens, contestamos que a idéia amplamente divulgada pela historiografia de que a família desse inconfidente vivia em

estado de dependência total de seu irmão, o padre Toledo, não era correta. Indicamos que Luís Vaz não era um homem rico, embora pertencesse a uma família rica, os Toledo Piza.

Os seqüestros empreendidos contra José Aires Gomes e Inácio José de Alvarenga Peixoto foram os maiores e os mais detalhados pela devassa. Aires Gomes teve quantificado pela devassa 1.976 bens, excluindo-se as oitavas de ouro e as de prata seqüestradas. Com um monte-mor calculado em 31:859\$015 réis, coube a Maria Inácia de Oliveira, esposa do inconfidente da Borda do Campo, a meação de 15:929\$507,5 réis. A outra metade, a apreendida pela devassa, foi dividida em duas partes iguais, sendo uma delas destinada ao pagamento das dívidas pessoais do conjurado, de 7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis e, a outra, destinada ao Fisco Real (7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis). Como se viu, os maiores credores de Aires Gomes foram membros de sua família.

Todos os bens seqüestrados ao conjurado Aires Gomes renderam aos cofres metropolitanos a quantia de 7:964\$753 $\frac{3}{4}$ réis, ou um quarto do valor total. Mas, desse processo de seqüestro, dois fatos chamaram-nos a atenção: a concentração de terras nas mãos da família na região da Borda do Campo e o valor atribuído ao seu patrimônio pela devassa.

Como já foi informado, Aires Gomes teve 1.976 bens seqüestrados, com avaliação de quase 32 contos de réis. Os bens de Alvarenga Peixoto, em número de 456, foram calculados em pouco mais de 84 contos de réis, a maior avaliação. De José Aires Gomes, a devassa seqüestrou-lhe, por exemplo, a maior quantidade de bens de raiz (propriedades, sesmarias e moradas de casa) – valendo-se a ressalva que ele teve somente oito propriedades confiscadas, mas possuía mais de vinte, além de inúmeras sesmarias e produções agrícolas, utensílios e benfeitorias relacionadas ao universo agrário. Ele teve, ainda, a segunda maior quantidade de animais apreendidos e 133 escravos, um a menos do que Alvarenga Peixoto.

Em vários trechos dos capítulos 2, 3 e 4 indicou-se a sonegação de bens e as baixas avaliações recebidas por esse patrimônio. Como reproduzido, as listagens dos rendimentos agrícolas das fazendas da Borda do Campo, da Mantiqueira, do Confisco e do Engenho, elaboradas de 1791 a 1796, quando estas propriedades estavam seqüestradas, comprovaram a omissão de parte do patrimônio inconfidente. Na lista da fazenda da Borda existe menção a plantações de milho, feijão e arroz. As duas últimas culturas não foram mencionadas pelos inquiridores, quando estes foram vistoriar e anotar tudo o que vissem nas terras do conjurado. Esses produtos, como se revelou, não apareceram indicados nos ADIM. A soma dos rendimentos das quatro

herdades foi de 7:157\$064 réis, quase o valor que coube à Fazenda Real dos bens de Aires Gomes.

A parte seqüestrada do patrimônio partilhado de Alvarenga Peixoto foi avaliada em 42:063\$155 réis. Após se descontarem as despesas judiciais e fiscais de Alvarenga com diversos credores, o patrimônio do inconfidente, na região da Campanha, foi comprado por Macedo por 20:934\$689 réis. Deste valor, a coroa portuguesa arrecadou 14:724\$769 réis. Vimos, também, que os bens do sedicioso na Paraopeba foram comprados por Manuel Rodrigues Rabelo, por 2:611\$054 réis, e que desta quantia, a Fazenda Real recebeu apenas 339\$378 réis. No total, dos bens do ex-ouvidor da comarca do Rio das Mortes entraram nos cofres metropolitanos a quantia de 15:064\$147 réis. Este foi o valor final arrecadado com o confisco das posses do maior patrimônio apreendido pela devassa.

Os bens de Alvarenga Peixoto e de José Aires Gomes renderam 23:025\$900 $\frac{3}{4}$ réis, ou pouco mais de 10% do valor originalmente atribuído pela historiografia aos patrimônios confiscados pela devassa.

O seqüestro do patrimônio dos padres inconfidentes Carlos Correia de Toledo e Manuel Rodrigues da Costa constituíram-se casos à parte do processo. Por terem sido julgados com os demais sediciosos e processados em separado por determinação régia, de 17 de julho de 1790, eles deveriam ser enviados a Lisboa para receberem sentença.³ Até a data de 20 de abril de 1792, guardou-se segredo da Carta Régia, de 15 de outubro de 1790, que determinava que os condenados fossem agraciados com a clemência real, por meio da comutação das penas em degredo, excluindo-se os clérigos e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. As penas dos réus sacerdotes deveriam ser proferidas pela rainha dona Maria I, que enlouquecera. Não existindo a sentença condenatória contra tais padres, o regente dom João VI determinou que se fizesse silêncio sobre os condenados, ficando esquecidos nos conventos lisboetas.

A exclusão dessas pessoas da sentença final deveu-se, ao que parece, a uma medida de salvaguarda da imagem da Igreja.⁴ A falta de sentença condenatória contra

³. Na Carta Régia, de 15 de outubro de 1790, lê-se: “Quanto aos réus eclesiásticos, que sejam remetidos a esta Corte debaixo de segura prisão, com a sentença contra eles proferida, para à vista dela Eu determinar o que melhor me parecer”. In: ANRJ/ADIM-C5, v. 9, fl. 93v – Carta Régia pela qual se suspendeu a execução dos réus, menos o cabeça e chefe deles. Palácio de Queluz, 15/10/1790.

⁴. O desembargador Torres, em Ofício ao vice-rei, em 1789, confirma essa teoria de salvaguarda: “Vossa Excelência sabe que quatro dos réus são clérigos de ordens sacras [padres José da Silva e Oliveira Rolim, Toledo, José Lopes de Oliveira e cônego Luís Vieira da Silva]; se Sua Majestade tomar a resolução de os mandar sentenciar nesta Relação, deve ir providenciando, sendo certo que os vassalos eclesiásticos são os mais carecidos de exemplos”. In: ANRJ/ADIM-C5, v. 4, fls. 72-73v – Ofício do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Rio de Janeiro. 11/12/1789.

eles, motivada pelo desaparecimento dos papéis judiciais que foram recolhidos ao arquivo pessoal de Martinho de Melo e Castro, deu origem à situação de se não poder converter o seqüestro em perda dos bens em favor da coroa. Como não houve a excomunhão desses sacerdotes, por conseguinte o patrimônio eclesiástico tornou-se intocável. Em 1799, o príncipe-regente dom João ordenou ao Juízo do seqüestro que, provisoriamente, procedesse à venda dos bens deterioráveis “e os que se puderem conservar como, por exemplo, as peças de ouro e prata” fossem recolhidas aos cofres da Real Fazenda, “até que se lhes destinasse a aplicação que deveriam ter”.⁵

Após retornar do exílio, o padre Manuel Rodrigues da Costa moveu ações solicitando a devolução do que lhe havia sido confiscado. Em documento, escreveu que os seqüestros contra a sua casa foram feitos de maneira arbitrária e ilegal, pois o procurador do Fisco, doutor Gomes da Silva Pereira, em 1801, incluiu bens no rol das apreensões sem autorização da Real Fazenda, pois lhe competia, apenas “arrematar os bens seqüestrados e não fazer seqüestros”.⁶

Entre os bens somados ao Auto de Seqüestro original constou “um saco cozido e lacrado nos dois lados”, “com vários papéis inúteis, pertencentes ao padre Manuel Rodrigues da Costa e ao falecido coronel Manuel Rodrigues da Costa, pai do mesmo padre”; quatro roupas; 82 livros e sermões; uma estante de livros e a penhora em uma morada de casas no Registro Velho.⁷

Após incessante luta, o padre Manuel Rodrigues da Costa conseguiu, em 15 de junho de 1816, que se restituísse parte de seu patrimônio apreendido pela devassa da Inconfidência.⁸ Dos bens restabelecidos constavam a devolução monetária dos equivalentes ao dinheiro dos objetos de ouro e das moedas de prata e cobre que lhe foram seqüestrados pela devassa, em 1791. Na historiografia se encontra constante referência à devolução da fazenda do Registro Velho ao dito padre quando este

⁵. Carta Régia do príncipe regente dom João à Junta da Real Fazenda (MG), pela Secretaria da Marinha e Ultramar (D. Rodrigo de Sousa Coutinho) mandando, provisoriamente, vender os bens deterioráveis seqüestrados aos sacerdotes inconfidentes. Lisboa. 16/10/1799. In: ADIM, v. 9, p. 333-334. Cópia desta Ordem Régia se encontra em: IHGB. DL 101.5, fls. 15-15v – Auto de seqüestro dos bens do padre Manuel Rodrigues da Costa.

⁶. Ibidem, fl. 29.

⁷. Ibidem, fls. 18-18v. No seqüestro realizado em 20 de maio de 1791, na fazenda do Registro Velho, que se encontra publicado, a devassa apreendeu 58 títulos e mais “quinze livrinhos velhos de várias matérias e quase inúteis”, que totalizaram 73 títulos em 200 volumes. Conferir: ADIM, v. 6, p. 438-440; 446. Nos ADIM originais constam que a estante seqüestrada tinha em seu interior 82 livros. Não nos foi possível saber se estes livros fizeram parte do primeiro seqüestro ou se eram títulos novos apreendidos. O escrivão, infelizmente, não detalhou os seus títulos, apenas indicou a quantidade de volumes. De qualquer maneira, seu número foi superior ao anteriormente listado na edição impressa dos Autos de Devassa.

⁸. Ibidem, fls. 33-33v.

retornou ao Brasil. Os autores equivocaram-se, pois em nenhum momento a fazenda do Registro Velho foi seqüestrada pela devassa da Inconfidência, uma vez que ela não era patrimônio do referido eclesiástico: a propriedade pertencia ao pai do padre, e não ao filho. Ele, como sua mãe e irmãos, tinha direito a uma parte daquela herdade e, como não se procedeu à partilha dos bens do falecido seu pai, a parte correspondente ao que ele teria direito naquele quinhão não pôde ser incorporada ao seqüestro; daí, aquelas terras não aparecerem referenciadas como confiscadas para a Real Fazenda.

Outro padre que também sofreu seqüestro foi o vigário Carlos Correia de Toledo. Os seus bens foram avaliados pela devassa em 7:679\$815 réis. Como no caso de seu colega de ofício religioso, seu patrimônio também não pôde ser disponibilizado para venda, por não se ter proferida sentença contra ele. Suas posses foram administradas pelos fiéis depositários e por familiares. Após a sua morte em Portugal durante o degredo, seus bens continuaram a fazer parte dos seqüestros, em teoria, sob custódia da Fazenda Real, sem, contudo, definir o que fariam com eles. Quando dom João determinou a venda dos bens deterioráveis dos conjurados, o patrimônio móvel e semovente daquele religioso já havia sido dissipado entre parentes e amigos.

Dos bens destes dois eclesiásticos, a coroa portuguesa também não conseguiu avanços financeiros. Portanto, os sete seqüestros estudados nesta Tese representaram pouco mais de 10% do que se acredita, na historiografia, como lucro obtido pelas reais apreensões aos patrimônios inconfidentes. As mulheres dos sediciosos continuaram à frente de seus empreendimentos agro-pastoris e de mineração, independentemente do processo jurídico pelo qual suas famílias passavam. Assim, mais uma vez se pergunta, a devassa abalou a fortuna desses inconfidentes? Ou melhor, a coroa portuguesa conseguiu abocanhar parte da fortuna desses inconfidentes? Pelo menos a partir dos exemplos que trouxemos, optamos pela resposta negativa. Se avançarmos rumo aos destinos dos demais conjurados presos, o padre José da Silva e Oliveira Rolim e o cônego Luís Vieira da Silva, por exemplo, que retornaram ao Brasil após o degredo, descobrimos que eles também recuperaram parte de seu patrimônio.⁹

Lúcia Machado de Almeida, em *Passeio a Diamantina*, transcreveu um trecho do Testamento de Mariana Vicência, uma das filhas do padre Rolim, falecida em 13 de outubro de 1859, no qual consta que, na cidade de Ouro Preto, seu pai deixou-lhe

⁹. APM/ACC, pl. 30.256, rolo 514 – Recibo de gratificação pela prisão do padre Rolim. Anexo: cópia de documentos relativos ao seqüestro dos bens do mesmo. Vila Rica. 09/08/1791; APM/DF 1.517, fl. 17 – Registro de carta-régia ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes sobre a necessidade de se garantir a conservação dos bens seqüestrados aos inconfidentes eclesiásticos. Vila Rica. 18/08/1797; APM/DF 1.189, fl. 177v – Registro de ordem régia relativa ao seqüestro dos bens dos inconfidentes eclesiásticos. Lisboa. 16/09/1799.

herança de 1:384\$000 réis, depositada no cofre do Juízo dos seqüestros. Com um patrimônio estimado em 5 contos de réis, ao voltar ao Brasil, iniciou uma batalha jurídica para reaver seus bens.¹⁰

Em Petição encaminhada à coroa, em julho de 1803, padre Rolim pediu a restituição de todo o seu patrimônio, inclusive os bens de sua herança paterna.¹¹ Seu pai, o sargento-mor José da Silva e Oliveira Rolim, primeiro caixa dos diamantes do Tijuco, antes de falecer, em 6 de novembro de 1795, deixou relatado em seu Testamento que a parte correspondente aos bens deixados ao filho inconfidente, por este se achar preso em Lisboa, foram transferidos para os irmãos. Esta medida, estratégica, ajudou a preservar a parte dos bens do padre Rolim, evitando que fossem seqüestrados.¹² Somente em 3 de agosto de 1822 conseguiu autorização para recuperar seus bens móveis. Pela sua casa, vendida em leilão a sua sobrinha Ana Clara Freire, que não a quis devolver, Rolim recebeu 1:000\$000 réis. Em 1779, quando comprou aquela casa, ela valia o dobro do preço. Apesar de protestar e querer receber o valor original pela residência, a Fazenda Real pagou-lhe a importância oferecida, conforme recibo que assinou em 1835.¹³ Praticamente deste seqüestro, a coroa também não obteve rendimento.

¹⁰. ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Diamantina*. São Paulo: Martins, 1960, p. 18-19. A avaliação patrimonial de Rolim foi consultada em: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 105.

¹¹. Petição do padre José da Silva e Oliveira Rolim à Coroa (via Secretaria da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia) sobre a restituição de seu patrimônio eclesiástico e outros bens. Tejuco. 07/1803. In: ADIM, v. 9, p. 374-377.

¹². Trecho do Testamento do sargento-mor José da Silva e Oliveira Rolim e as história do padre sedicioso e da Inconfidência Mineira no Tijuco podem ser consultados em: MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 90-95; a referência ao Testamento encontra-se na nota 1, p. 91. Sobre o Tijuco, conferir: FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 27-46. Sobre a conciliação entre o padre Rolim e seus irmãos pelo usufruto dos bens de seu pai, conferir: APM/ACC, pl. 21.377, rolo 544 – Carta de Modesto Antônio Mayer ao governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo sobre a conciliação do padre Oliveira Rolim e seus irmãos. Tejuco. 11/06/1806.

¹³. APM/ACC, pl. 30.256, rolo 514 – Documentos relativos ao confisco e restituição dos bens do inconfidente padre Rolim. [S.l.], 1791; APM/ACC, pl. 20.275, rolo 528 – Carta do intendente-geral dos diamantes sobre requerimento e mais documentos relativos ao seqüestro dos bens do padre Rolim. Tejuco. 24/05/1808; FBN/CIM, II-31, 31, 18 – Padre José da Silva e Oliveira Rolim – documentos: sobre a prisão, o confisco e a restituição dos bens (inclusive procuração). 1789-1825; Ofício à Secretaria do Reino (José Bonifácio de Andrade e Silva) sobre seqüestro em bens do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica. 03/08/1822. In: ADIM, v. 9, p. 407-408; Ofício à Secretaria do Reino (RJ) sobre a restituição dos bens seqüestrados ao Pe. José da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica. 11/09/1822. In: ADIM, v. 9, p. 410; Informação do ouvidor Francisco Garcia Adjuto ao Governo Provisional (MG) sobre a restituição do patrimônio eclesiástico do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica. 1º/02/1823. In: ADIM, v. 9, p. 411-414; Informação do contador da Junta da Fazenda (MG), João Inocêncio de Azeredo Coutinho, à Junta sobre os bens do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica. 26/10/1824. In: ADIM, v. 9, p. 415-417.

Em 1796, o negociante Tomás Correia Porto, do Rio de Janeiro, obteve sentença favorável na ação que movia contra o patrimônio do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Seus bens, avaliados pela devassa em 808\$517 réis, foram divididos em duas partes: uma destinada ao Fisco e Câmara Real, de Minas Gerais, e, a outra, ao pagamento da dívida que o sedicioso tinha com o negociante. Na meação, devolveram a Gonzaga 404\$258 réis, sendo 161\$308 réis em dinheiro, que estava depositado nos cofres reais, e o restante em espécie.¹⁴ A parte da coroa portuguesa permaneceu sob custódia do fiel depositário.

Com a sentença favorável, Tomás Correia Porto solicitou a partilha do patrimônio inconfidente, a fim de receber o que lhe devia Gonzaga. Durante o trâmite de separação da metade dos bens seqüestrados, constatou-se que o fiel depositário, Manuel José da Costa Mourão, não deu boas contas da guarda dos objetos de Gonzaga.

Em 9 de maio de 1797, Gonzaga, degredado em Moçambique, enviou Petição ao ouvidor de Vila Rica exigindo a prisão do depositário, pelo desaparecimento de alguns bens de seu seqüestro. No ano anterior, em meados do mês de janeiro, os bens não furtados foram a leilão. Seu procurador, o alferes José de Sousa Brandão, pagou as despesas feitas pela Real Fazenda naquela operação e acertou com Antônio de Abreu a devolução monetária de 4\$000 réis, pelo que ele arrematou de Gonzaga na hasta pública.¹⁵

Mesmo com a restituição de parte daquele patrimônio, o processo de seqüestro continuou na justiça. Lucas Antônio Monteiro de Barros, juiz dos Feitos do Contencioso da Real Fazenda, em 1805, notificou o então depositário João Gilberto Pereira, para que apresentasse o que ainda existia do patrimônio do conjurado e a prestação de suas contas.¹⁶ Daquele instante em diante, mais uma vez a história se repetiu: o Fisco Real não recebeu nenhum rendimento daquele seqüestro.

Diante destes exemplos, cabe perguntar: a coroa portuguesa esperava lucrar com os seqüestros de bens, ou o confisco foi apenas um dispositivo legal?

---

¹⁴. IHGB. DL 101.4, fls. 11-12v; 33; 50-51 – Autos de seqüestro dos bens de Tomás Antônio Gonzaga. João Furtado indicou que o patrimônio seqüestrado ao poeta e ex-ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga era de 845\$900 réis. Conferir: FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 107.

¹⁵. IHGB. DL 101.4, fls. 89-90 – Autos de seqüestro dos bens de Tomás Antônio Gonzaga.

¹⁶. Ibidem, fl. 90. Ao ser preso, Gonzaga recebeu do ouvidor da devassa, o seu amigo José Caetano César Manitti, a importância de 60\$000 réis, “em dinheiro de prata”, para cobrir “as despesas de sua viagem” para o Rio de Janeiro. Este valor foi encontrado por Manitti, durante a realização da listagem de seqüestro, entre os pertences de Gonzaga. Não conseguimos localizar, entre os presos conduzidos ao Rio de Janeiro, nenhum outro que tenha levado consigo dinheiro para as despesas de transporte. Conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 7, fl. 3v – Traslado do seqüestro feito ao doutor desembargador Tomás Antônio Gonzaga.

Pelo exposto nesta pesquisa e referenciando informações sobre os sediciosos das outras comarcas de Minas Gerais, que também tiveram documentos inéditos e correlatos dos seqüestros localizados, foi possível concluir que a coroa portuguesa pouco lucrou, no total geral, com os confiscos de bens, e as famílias pouco perderam, ao contrário, portanto, do que se afirma na historiografia.

O estudo dos seqüestros dos inconfidentes mostrou que grupos social e politicamente influentes conseguiram minorar o impacto das penalidades legais sobre o crime de lesa-majestade. No final do século XVIII, com a coroa temerosa ante os avanços revolucionários, era preciso contemporizar com as elites.

Os seqüestros podem ser compreendidos como uma medida legal aplicada aos sediciosos e as suas famílias. Como ocorreu no ato de clemência aos inconfidentes, proclamado pela rainha Maria I, a punição e o exercício do perdão estiveram associados à legitimação do poder régio, visto que a coroa devia fazer amar e não temer. O segredo da eficiência do sistema penal estava na “inconseqüência” de “ameaçar e não cumprir”. Melhor ainda era fazer-se temer, ameaçando, do que se fazer amar, não cumprindo. Para que este duplo efeito se produzisse, “é preciso que a ameaça se mantenha e que a sua não concretização resulte da apreciação concreta e particular de cada caso, da benevolência e compaixão suscitadas ao aplicar a norma geral a uma pessoa”.¹⁷

A coroa efetivou a punição aos conjurados – condenou-os ao desterro, com exceção de Tiradentes, e decretou o seqüestro de seus bens, conforme estava na lei; só que o cumprimento dessas medidas legais foi brando e pouco influíram no destino daquelas famílias, em Minas Gerais, no século XIX. As filhas de José Aires Gomes casaram com pessoas ligadas à aristocracia imperial e permaneceram em posse das propriedades que foram de seus pais. Maria Antônia de Oliveira, por exemplo, a mais nova de suas filhas, uniu-se em matrimônio com o capitão José Rodrigues de Lima e teve cinco filhos, entre eles, Ana Cândida Libânia de Lima, casada em primeiras núpcias com seu primo Joaquim Vidal Lage. Deste consórcio nasceu, em 1816, uma menina por nome Maria Cândida de Lima, que contraiu matrimônio com o tio comendador Francisco de Paula Lima. Enviuvando-se de Joaquim Vidal, Ana Cândida casou-se pela segunda vez com o jurista e magistrado José Cesário de Miranda Ribeiro, agraciado com o título imperial de visconde de Uberaba.

José Cesário foi eleito um dos 13 representantes mineiros nas Cortes Constitucionais de Portugal, em 1820. Por circunstâncias políticas diversas, não embarcou para o Reino, juntamente com os demais deputados eleitos em Minas para

---

¹⁷. HESPANHA, António Manuel. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 239-271. v. 4, p. 244-247; 249.

a constituinte portuguesa. Em 1823, foi despachado juiz de fora de São João del Rei, cargo que exerceu durante três anos. Ele foi, também, juiz de crime no Rio de Janeiro, intendente dos diamantes em Minas, desembargador e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou. Além disso, administrou duas importantes províncias do Império brasileiro: São Paulo, de 25 de novembro de 1835 a 30 de abril de 1836, e Minas Gerais, de 13 de novembro de 1837 a 20 de março de 1838.¹⁸

Somente este exemplo ajuda-nos a evidenciar que o padrão de infâmia, também propagado pela historiografia, como um castigo aos descendentes dos inconfidentes, não ocorreu. A punição foi contra o conjurado e não perante sua esposa, filhos e netos. O Império português não poderia dispensar de seu círculo de poder famílias importantes e que contavam com forte influência na política local, como os Oliveira Lopes/Teixeira de Melo, os Toledo Piza, os Aires Gomes/Lopes de Oliveira e os Silveira e Sousa/Alvarenga Peixoto. Estes núcleos familiares estavam entre os principais da comarca do Rio das Mortes e ajudavam a manter a ordem dentro do estado, que necessitava desta rede relacional, composta por grandes proprietários de terras, burocratas e homens de negócios, que faziam parte da estrutura do poder governamental. Puni-los severamente ocasionaria o rompimento desses laços com as autoridades coloniais e, a seguir, provinciais.

As autoridades não enfrentaram essas pessoas, e os seqüestros de seus bens ajudaram-nos a compreender isto. As mulheres, a frente da administração do patrimônio confiscado, conseguiram reverter à situação de fracasso, de perda ou de punibilidade, em situação de vitória. Na memória, as pessoas ligadas à Conjuração Mineira passaram para a História como pessoas lícitas, investidas das melhores intenções na busca pela liberdade da capitania, ao invés de cognominá-las como rebelados ou criminosos que se revoltaram e ousaram planejar uma inconfidência contra a autoridade portuguesa.

Compreender esse posicionamento, visível na historiografia, assim como entender a visão que se tem de Joaquim Silvério dos Reis como “traidor” do levante, talvez esteja entre os novos desafios a serem desvendados no estudo da história da história da Conjuração Mineira.

---

¹⁸. Os dados biográficos de José Cesário de Miranda Ribeiro e seu relacionamento com a família do inconfidente José Aires Gomes podem ser conferidos em: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. op. cit., p. 242-244. Outros exemplos de casamentos de filhos do inconfidente Aires Gomes com pessoas ligadas à aristocracia imperial podem ser consultados em: *Ibidem*, p. 240-249.

Fontes

Fonte Manuscrita

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

1. Auto de depósito do capitão Pedro Joaquim de Melo, pelos bens do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes. 1811. [DL 3.4]
2. Auto de inventário de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira. 1819. [DL 347.37]
3. Autos de seqüestro dos bens de Tomás Antônio Gonzaga. 1790. [DL 101.4]
4. Autos de seqüestro e execução dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto. 1794. [DL 92.39]
5. Autos de seqüestro em bens do padre Manuel Rodrigues da Costa. 1791. [DL 101.5]
6. Autos de seqüestro em bens do vigário Carlos Corrêa de Toledo e Melo. 1789. [DL 101.3]
7. Autos de seqüestro feito em bens do sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. 1799. [DL 4.30]
8. Seqüestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. 1790. [DL 101.2]
9. Seqüestro em bens de José de Resende Costa. 1799. [DL 70.9]
10. Traslado de auto de seqüestro feito em bens do coronel José Aires Gomes, 1802. [DL 973.1]
11. Livro da Guardamoria do distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna [7-3, 17, 15-J]

Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

1. Divisão de Manuscritos – Coleção Tiradentes
Documentos / Indicação do catálogo

I-33-12-11	I-35, 11, 16 nº 1 ao 4
I-35, 11, 1 nº 2	I-35, 11, 17 nº 1 e 2
I-35, 11, 5 nº 4	I-35, 12, 1 nº 1 ao 9, 14
I-35, 11, 6 nº 14	I-35, 12, 2 nº 1 ao 6, 8
I-35, 11, 10 nº 2	I-35, 12, 3 nº 1 ao 3
I-35, 11, 12	I-35, 12, 4
I-35, 11, 13 nº 1 ao 16	I-35, 12, 5
I-35, 11, 14 nº 1 ao 7	I-35, 12, 8 nº 1 ao 4
I-35, 11, 15 nº 1 e 2	

2. Divisão de Manuscritos – Coleção Inconfidência Mineira

Documentos / Indicação do catálogo

7-3, 17, 15-J	II-31, 31, 15 nº 5 e 6, 9
II-31, 31, 5	II-31, 31, 23
II-31, 31 nº 7	II-31, 31, 31, 15
II-31, 31, 9	

3. Divisão de Manuscritos – Coleção Casa dos Contos

Documentos / Indicação do catálogo

I-03, 17, 003	I-10, 17, 128
I-09, 29	I-10, 17, 136
I-10, 10, 004 nº 007m	I-10, 17, 158
I-10, 10, 005	I-10, 17, 162
I-10, 10, 006 nº 013	I-10, 17, 169
I-10, 10, 011 nº 002 e 003, 014, 017, 024, 045, 047, 049, 052 e 054	I-10, 17, 191
	I-10, 17, 192
I-10, 11, 016	I-10, 17, 193
I-10, 11, 018	I-10, 18, 001 nº 005 e 006
I-10, 11, 019	I-10, 18, 004 nº 002
I-10, 11, 049	I-10, 18, 013 nº 002
I-10, 11, 080	I-10, 19, 007 nº 001
I-10, 11, 110	I-10, 19, 014
I-10, 11, 150	I-10, 21, 002 nº 035
I-10, 12, 002 nº 002, 096 e 107	I-10, 35, 004 nº 003
I-10, 12, 003 nº 001 e 002	I-10, 36, 002 nº 029
I-10, 12, 005 nº 002	I-13, 12, 12, 3
I-10, 12, 006 nº 001 e 004	I-25, 06, 019 nº 001
I-10, 13, 021 nº 001	I-25, 06, 019 nº 002 e 003
I-10, 13, 025 nº 009 e 010	I-25, 02, 042
I-10, 14, 007 nº 001	I-25, 02, 043
I-10, 14, 021 nº 001 ao 005	I-25, 04, 025
I-10, 15, 018 nº 001 e 005	I-25, 04, 026 nº 004 e 005
I-10, 15, 023	I-25, 06, 019 nº 004
I-10, 15, 027 nº 001 ao 005	I-25, 12, 017
I-10, 15, 033 nº 001, 005 e 006	I-25, 12, 018
I-10, 15, 036 nº 006 ao 016, 013 ao 016	I-25, 13, 005
I-10, 15, 043 nº 009 ao 013	I-25, 21, 001
I-10, 15, 045 nº 008	I-26, 01, 010 nº 055
I-10, 16, 001 nº 003, 006 ao 011	I-26, 05, 006 nº 007
I-10, 16, 003 nº 002	I-26, 09, 015
I-10, 16, 008 nº 002	I-26, 28, 109
I-10, 16, 040	I-27, 29, 087
I-10, 17, 116	

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

1. Habilitação “de genere” de Ignacio José de Alvarenga / 1755 [caixa 00451, HS 1708, maço 21, n. 12]
2. José Aires Gomes: requisitória do bispado de Mariana [maço 34, n.º 3]
3. Batismo de livres – 1735-1757 / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária [AP 764, livro 6º, fl. 91v]
4. Registro de casamento / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária [AP 795, fl. 39v]
5. Livro de óbitos – 1736-1744 / Paróquia de Nossa Senhora da Candelária [AP 801, livro 9º, fl. 265v]

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

1. Coleção Inconfidência Mineira / Fundo 3A

Caixa 3031 – Libelos Cíveis de Alvarenga Peixoto (22 pacotilhas)

Caixa 3032 – Libelos Cíveis diversos: José de Resende Costa (2 pacotilhas), José Aires Gomes (6 pacotilhas), Luís Vaz de Toledo Piza (1 pacotilha)

2. Código 5

Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes. 10 v.

3. Códices Diversos – SDH

Inventário do espólio do doutor José da Silveira e Souza. 18/07/1794. [cód. 968]

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (Portugal)

1. Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais (coleção microfilmada)

cx. 2, doc. 80

cx. 42, doc. 65

cx. 46, doc. 15

cx. 53, doc. 55

cx. 57, doc. 58

cx. 61, doc. 69

cx. 98, doc. 24

cx. 108, docs. 15 e 28

cx. 113, doc. 54

cx. 114, docs. 36 e 43

cx. 115, docs. 43 e 48

cx. 116, doc. 1 e 43

cx. 117, doc. 81

cx. 118, docs. 10 e 14

cx. 119, doc. 34

cx. 120, doc. 48

cx. 131, docs. 64 ao 66

cx. 133, doc. 3

cx. 163, doc. 44

Biblioteca da Ajuda – Lisboa (Portugal)

Representação e requerimento a S. Majestade (D. Maria I) de José Aires Gomes, militar, condenado como cúmplice na meditada sublevação de Minas Gerais, a fim de mandar conhecer sobre a sua sentença, para lhe dar um inteiro perdão, ou para lhe mitigar a pena. Moçambique, 25/08/1792. [54 – XI – 27 (19a e 19b)]

Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte (Minas Gerais)

1. Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto

filme 148, cód. 1189, flash 9, fls. 82-84, 84, 87v-88

planilha 10266, rolo 504, doc. 5

planilha 20233, rolo 527, doc. 5

planilha 20276, rolo 528, docs. 2 e 3

planilha 20293, rolo 528, doc. 3

planilha 20305, rolo 529, doc. 1

planilha 20557, rolo 532

planilha 21541, rolo 547

planilha 30013, rolo 510, doc. 5

2. Seção Colonial

cód. 94, rolo 30, gaveta G3, fls. 83v-84
 cód. 125, rolo 36, gaveta G3, fls. 5-6v
 cód. 186, rolo 40, gaveta G3, fls. 208-208v
 cód. 224, rolo 46, gaveta G3, fls. 1-33
 cód. 227, rolo 47, gaveta G3, fls. 16v, 23, 23-23v
 cód. 229, rolo 47, gaveta G3, fls. 70-72
 cód. 230, rolo 47, gaveta G3, fls. 17v, 17v-18, 18
 cód. 243, rolo 49, gaveta G3, fls. 126v-128
 cód. 263, rolo 55, gaveta G3, fls. 125, 140
 cód. 265, rolo 55, gaveta G3, fls. 171-172
 cód. 275, rolo 58, gaveta G3, fls. 226v-228v
 cód. 285, rolo 60, gaveta G3, fls. 50-50v
 cód. 363, rolo 65, gaveta G3, fls. 131-131v, 135v-136v

3. Seção Provincial

cód. 36, gaveta G3, fls. 3v-5, 5-6v, 71-71v, 71v-72, 72-72v

4. Coleção Avulsos da Capitania

cx. 11, doc. 41	cx. 21, doc. 129
cx. 14, doc. 49	cx. 21, doc. 130
cx. 17, doc. 85	

5. Coleção Delegacia Fiscal

cód. 561, 1189 e 1364

6. Coleção Secretaria do Governo

cx. 145, doc. 22

7. Coleção Câmara Municipal de Ouro Preto

cód. 112, rolo 43, gaveta E2, fl. 7v

8. Coleção Inconfidentes

cx. 01, doc. 07

Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (Minas Gerais)

1. Acervo da Família Andrada (Barbacena)

1.1. Propriedade da Família, Caixa 2 (1715-1869)

P1 – Sesmaria, 26/03/1715
 P2 – Sesmaria, 06/07/1718
 P3 – Sesmaria, 30/03/1746
 P5 – Sesmaria, 13/12/1759
 P7 – Sesmaria, 10/05/1792
 P8 – Sesmaria, 27/11/1797

1.2. Propriedade da Família, Caixa 3 (1790-1816)

- P1 – Sesmaria, 06/12/1790
- P2 – Sesmaria, 06/11/1790
- P3 – Livro de dívidas, 06/05/1792
- P4 – Sesmaria, 17/09/1792
- P8 – Sesmaria, 25/04/1798
- P9 – Sesmaria, 05/03/1798
- P10 – Demarcação de sesmaria, 04/07/1798
- P11 – Medição de sesmaria, 15/11/1799
- P12 – Escritura, 27/09/1800
- P13 – Auto de penhora feito nos bens de José Aires Gomes, 22/11/1803
- P14 – Escritura de afastamento de bens, 27/03/1805
- P15 – Testamento, 29/03/1805
- P16 – Escritura de compra e venda, 06/01/1811
- P17 – Carta precatória, 1816

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência / Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto (Minas Gerais)

1. Coleção Inconfidência Mineira – Manuscritos

Apenso relativo a dúvidas que opôs D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira às contas dadas pelo administrador depositário Francisco Xavier Pereira.

Apenso relativo ao seqüestro dos bens de Inácio José de Alvarenga.

Atestado passado por Inácio José de Alvarenga a João Batista da Mota.

Atestado passado por Inácio José de Alvarenga a João Manoel de Siqueira Lima, declarando não haver culpa em Juízo nem inabilitação por parte deste para servir em qualquer ofício público [Local: vila de São João].

Pagamento feito à Real Fazenda e Fisco da Câmara Real para a solução do que tocou da metade dos bens em que foi condenado o confiscado José Aires Gomes.

Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida – São João del Rei (Minas Gerais)

1. Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei

Acórdãos e Termos de Vereança – 1755-1759 [ACOR, 4]

Acórdãos e Termos de Vereança – 1772-1778 [ACOR, 5]

Acórdãos e Termos de Vereança – 1778-1783 [ACOR, 6]

Acórdãos e Termos de Vereança – 1784-1790 [ACOR, 7]

Papéis da Câmara – 1776-1781 [PAP 147]

Papéis da Câmara – 1778-1780 [PAP 148]

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – São João del Rei (Minas Gerais)

1. Testamentos

Gervásio Pereira de Alvim. 1837 [cx. 149]

2. Inventários

Ana Maria dos Santos. 1747 [cx. 230]

Bento Gonçalves da Costa e Maria Teixeira de Carvalho. 1822 [C-06]

João Alves Correa. 1795 [cx. 579]

Joaquim Tomás da Costa Gonçalves. 1861 [cx. 483]

José Fernandes de Souza. 1827 [cx. 365]

Manoel Coelho da Costa. 1796 [cx. 69]

3. Cartas de sesmarias

Gervásio Pereira de Alvim. 1799 [SM 29]

José Aires Gomes. 1781. [cx. 16]

José Aires Gomes. 1782 [cx. 24]

José Aires Gomes. 1782 [cx. 24]

Matias Gonçalves Moinhos. 1748 [SM 32]

Matias Gonçalves Moinhos Vilhena. 1770 [SM 32]

Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes – Tiradentes (Minas Gerais)

Rol dos confessados desta freguesia de S. Antônio da vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795.

Fonte Impressa

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Estudo biobibliográfico de Affonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. (Reconquista do Brasil, 2ª série, 70).

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1976/1983. 10 v.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental. Edição supervisionada por Herculano Gomes Mathias. Ouro Preto, MG: MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência, 2001. v. 11.

AUTOS de inventário e partilha dos bens que ficaram da defunta Antônia da Encarnação Xavier, mãe de Tiradentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 66, parte I, p. 285-323, 1904.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Um documento interessante: Tiradentes não era um “pobre coitado”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, t. 1, p. 81-86, 1992/1998.

CARTA de Bárbara Eliodora ao contratador João Rodrigues de Macedo, expondo-lhe suas dificuldades na administração dos negócios. São João del Rei, 18/02/1795. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 38, 1990, p. 100.

CARTA de dom Lourenço de Almeida ao Rei. Vila Rica, 04/06/1731. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 31, p. 73-272, 1980.

CASTRO, Martinho de Mello e. Instrução para o visconde de Barbacena Luiz Antonio Furtado de Mendonça, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 2, p. 117-219, 1953.

_____. Instrução para D. Antonio de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Minas Geraes. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 2, p. 177-182, 1953.

_____. Instruções a Luis de Vasconcellos e Souza, acerca do governo do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 479-483, 1862.

CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Estudo crítico de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. (Mineiriana. Obras de Referência).

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* (1782). Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio César Boschi. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007. (Tesouros do Arquivo).

COLLECÇÃO chronologica da legislação portuguesa. Edição compilada por José Justino de Andrade e Silva. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854. 5 v.

COLLECÇÃO da legislação portuguesa: desde a ultima compilação das Ordenações – legislação de 1750 a 1762. Edição redigida por Antonio Delgado da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

COLLECÇÃO da legislação portuguesa: desde a ultima compilação das Ordenações – legislação de 1763 a 1774. Edição redigida por Antonio Delgado da Silva. Lisboa: Typografia de L. C. da Cunha, 1858.

COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais*: seu território, clima e produções metálicas. Estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

DOCUMENTOS relativos ao seqüestro de seus bens do coronel Inácio José de Alvarenga. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 2, p. 29-36, 1953.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Prefácio de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. 2 v. (Reconquista do Brasil, v. 58-59).

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Estudos críticos de João Henrique Grossi Sad, Juvenil Félix, Friedrich E. Renger e Ronald Fleischer. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. (Mineiriana. Clássicos).

FESTA do despotismo (supplicio de Tiradentes). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 1, p. 401-415, jul./set. 1896.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Organização de Joaci Pereira Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GUERRA, Luiz de Bivar. *Inventários e seqüestros das casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.

MATHIAS, Herculano Gomes. Novos documentos sobre a Inconfidência Mineira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 114-194, abr./jun. 1992.

_____. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1969, p. 1-202. (Publicações do Arquivo Nacional, 1ª série, 63).

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo – 1768*. Brasília: ESAF, 1976. (Documentário Econômico Financeiro, 1).

_____. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Ouro Preto, MG: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981. 2 v.

ORDENAÇÕES Filipinas. Edição fac-símile da feita por Candido Mendes de Almeida em 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 3 v.

PEIXOTO, Ignacio José de Alvarenga. *Obras poeticas*. Edição de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

RAYNAL, Guilherme-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Prefácio de Berenice Cavalcante. Trad. Mônica F. C. Campos de Almeida e Flávia Roncari Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. *A revolução da América*. Prefácio Luciano Figueiredo e Oswaldo Munteau Filho Trad. Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 1-47. (Publicações Históricas, 91).

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Mineiriana. Clássicos).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 4).

SENTENÇA cível de formal de partilhas passadas a favor do desembargador procurador da Real Fazenda desta capitania de Minas Gerais Antônio de Brito Amorim dos autos de seqüestro a que se procedeu dos bens do seqüestrado inconfidente José Aires Gomes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 38, p. 100-123, 1990.

SEQÜESTRO dos bens do cônego Luiz Vieira da Silva. *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, tomo 64, v. 103, p. 159-160, 1901.

SUPLEMENTO á collecção da legislação portugueza: anno de 1763 a 1790. Edição redigida por Antonio Delgado da Silva. Lisboa: Typografia de L. C. da Cunha, 1844.

SYSTEMA, ou collecção dos regimentos reaes. Edição de Joseph Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa. Lisboa: Officina Patriarcal de F. L. Ameno, 1785/1791. 6 v.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras, 1664-1897*. Introdução de Edilene Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Índice onomástico por Maria do Carmo Salazar Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 3 v.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Mineiriana. Clássicos).

Bibliografia

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 231-233.

AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 27-39.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003. (Estudos Históricos, 49).

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*: América Latina colonial. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 527-592. (História da América Latina, 2).

_____. *Royal government in colonial Brazil*: with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779. Berkeley; Los Angeles, USA: University of California Press, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Lisboa: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154 (texto); 451-454 (notas); 475-477 (bibliografia). (História da Vida Privada no Brasil, 1).

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 a 1850*. Niterói, RJ, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

_____. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói, RJ, 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

_____. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar*: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 361-384.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Diamantina*. São Paulo: Martins, 1960.

ALVARENGA, Lúcio de Melo. Documentos genealógicos de Bárbara Eleodora e Tiradentes. *Vozes de Petrópolis*: Revista Católica de Cultura, v. 12, fasc. 5, p. 489-506, set./out. 1954.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens de livros em Vila Rica: 1750-1800*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *História dos tributos no Brasil*. São Paulo: SINAESP, 2000.

AMORIM, Inês. As fontes notariais: uma reflexão metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, tomo 36, p. 93-108, 2002-2003.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. (Horizontes Históricos).

_____. ; FURTADO, Júnia Ferreira. A Estrada Real na história das Minas Gerais. *História & Perspectivas*, Uberlândia: UFU, n. 20-21, p. 33-54, 1999.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Ferreira. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a história do sul de Minas. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, n. 23, p. 214-233, jul. 2000.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. Contrato nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765). In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 1-29.

_____. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Niterói, RJ, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio, 67)

_____. Decadence or crisis in the Luso-Brazilian empire: a new model of colonization in the eighteenth century. Translated by Stuart B. Schwartz and José Celso de Castro Alves. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, USA: Duke University Press, v. 80, n. 4, p. 865-878, 2000.

BARATA, Mário. Comunicação sobre Inácio José de Alvarenga, inconfidente nascido no Rio de Janeiro. In: TAPAJÓS, Vicente et alii. *Bicentenário de Tiradentes: conferências e estudo*. Rio de Janeiro: ALERJ, 1993, p. 85-107. (Coleção Tiradentes, 7).

_____. O inconfidente Alvarenga Peixoto e o bicentenário de sua morte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 153, n. 377, p. 77-84, out./dez. 1992.

BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *A participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971.

_____. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, s.d.

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 3 v.

BARREIRO, Eduardo Canabrava. *As vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1976.

BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro. In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, v. 2, t. 2, p. 7-54.

_____. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, v. 2, t. 2, p. 215-322.

_____. Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil, 1741-1774. In: HISTÓRIA naval brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, v. 2, t. 2, p. 133-213.

BASTOS, Wilson de Lima. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes* (Comemorativo do 2º centenário da Inconfidência Mineira). Juiz de Fora: Paraibuna, 1992.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: Edusc, 2004. (História).

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

_____. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Cidades e elites coloniais – redes de poder e negociação. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFGM, n. 20, p. 17-38, jan. 2003.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP, 2002.

BONIFÁCIO, José. A fazenda da Borda do Campo: o inconfidente Jose Ayres Gomes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XI, p. 631-639, 1907.

BOSCHI, Caio César. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo: Revista de História da UFF*, Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 7, n. 13, p. 77-109, jul. 2002.

_____. Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas colonial. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 50-59, maio/dez. 1989.

_____. As diretrizes metropolitanas, a realidade colonial e as irmandades mineiras. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFGM, n. 65, p. 131-151, jul. 1987.

_____. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. (Ensaio, 116).

BOTELHO, Tarcísio R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 455-476.

_____. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 195-222.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair de Lacerda. São Paulo: Nacional, 1963. (Brasiliana, 341).

BRAGA, Teófilo. *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia: a Arcadia Brasileira – Francisco de Mello Franco, José Basílio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão, Alvarenga Peixoto, Gonzaga*. Porto: Livraria Chardron, 1901. (Obras Completas; História da Litteratura Portuguesa, 20).

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3 v.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BURNS, E. Bradford. The Enlightenment in two Colonial Brazilian libraries. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, v. 25, n. 3, p. 430-438, 1964.

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. *Alvarenga Peixoto, o poeta de Bárbara*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-1905. 3 v.

CAMARGO, Odecio Bueno de. Paulistas na Inconfidência Mineira. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 104, p. 29-56, 1945.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1967. In: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Ed. UNESP, 2005, p. 169-202.

CANDIDO, Antonio. Os poetas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 130-137, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Angelo Alves. *A administração dos contratos da capitania de Minas: João Rodrigues de Macedo, 1775-1780*. ENCONTRO MEMORIAL DO ICHS, 1., 2004, Mariana. Caderno de Resumos. Mariana: ICHS-UFOP, 2004.

_____. *Administração fazendária e conjunturas financeiras da capitania de Minas Gerais, 1700-1808*. 26 f. Mimeografado.

_____. Fontes e metodologias da história agrária de Minas Gerais durante o período colonial. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 113-125.

_____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

_____. *Ouro, moeda e mercado interno: um modelo contábil de economia de Minas Gerais, 1700-1808*. 25 f. Mimeografado.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968. (Brasiliense, 334).

_____. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. (Brasiliense, 317).

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Pontos e bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas).

CASASANTA, Guerino. Bárbara Heliodora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 4, p. 199-206, 1957.

CAVALCANTE, Berenice. Dilemas e paradoxos de um filósofo iluminista. In: RAYNAL, Guilherme-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Trad. Mônica F. C. Campos de Almeida e Flávia Roncari Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora UnB, 1998, p. 11-33. (Prefácio).

CAVALCANTI, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1750-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 59).

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. (Selo Universidade. História, 87).

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. São João del-Rei: São João del-Rei Artes Gráficas, 1963.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

_____. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

_____. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Fernando Dore. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 441-460, 1992.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

_____. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.

_____. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979. (Ensaio Econômico, 1).

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

_____. *O engenho de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1959.

_____. Minas, fazendas e outros bens de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 239, p. 138-151, abr./jun. 1958.

CRESSWELL, Robert. Utensílio. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi: Homo-Domesticação / Cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989, v. 16, p. 313-328.

CURTI, Nely Pereira Pinto. A realidade sócio-política nas Minas Gerais em fins do século XVIII. Análise ideológica da produção literária do grupo mineiro. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 67, p. 121-143, jul./set. 1966.

DAMASCENO, Darcy. Bárbara Eliodora e o contratador Macedo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 142, n. 243, 20 jul. 1969. Suplemento Dominical, p. 4-5.

DAUMARD, Adeline. Données économiques et histoire sociale. *Revue Économique*, Paris, n. 1, p. 62-85, 1965.

_____. Structures sociales et classement socio-professionnel: l'apport des archives notariales au XVIII^e et au XIX^e siècles. *Revue Historique*, Paris, n. 461, p. 139-154, 1962.

DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 7-11.

DELGADO, Alexandre Miranda. A historiografia da Conjuração Mineira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 64-79, abr./jun. 1992.

_____. *O padre Manoel Rodrigues inconfidente*. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1963.

DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 163-172, 1939.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, 1968.

_____. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184. (Debates, 67).

DUMA, Jean. A propos des élites: approche historiographique. *Cahiers d'Histoire: Revue d'Histoire Critique*, Paris, n. 73, p. 7-18, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo: DH/FFCL/USP, n. 36, p. 429-467, 1958.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História).

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. (Ensaio, 83).

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (História do Brasil).

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. As mudanças da terra (1750-1850). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Populações: (con)vivência e (in)tolerância*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2004, p. 89-105.

_____. A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de mudanças. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 297-307.

_____. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Além de súditos: revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, Niterói, RJ: UFF, n. 10, p. 81-95, 2000.

_____. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Estudos Históricos, 30).

_____. Cortando rente o passado...: fontes para a história da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 138-146, maio/dez. 1989.

_____. O Império em apuros: notas para o estudo das *alterações* ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 197-254.

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América portuguesa moderna. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 6-27, mar./maio 2003.

_____. Painel histórico. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. XIX-L.

_____. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. *LPH: Revista de História*, Mariana: UFOP, n. 5, p. 56-87, 1995.

_____. Prudência e luzes no cálculo econômico do Antigo Regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais (notas preliminares para discussão). In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 1-15.

_____. *Revoltas, fiscalidade e identidade na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1641-1761*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 96-110, 1993.

_____. ; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Prefácio. In: RAYNAL, Guilherme-Thomas François. *A revolução da América*. Trad. Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 1-47. (Publicações Históricas, 91).

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

FOCAS, Júnia. *Inconfidência Mineira: a história dos sentidos de uma história*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, n. 20, p. 39-51, jan. 2003.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII. *Colonial Latin American Review*, New York: University of New York, v. 6, n. 2, p. 151-164, 1997.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 1, p. 45-122, 2000.

_____. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-338.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

_____; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, Oeiras, POR: Celta Editora, n. 23, p. 67-88, 2000.

_____; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários 'post-mortem'. *Revista Arrabalde*, Petrópolis, ano 1, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rosa de ouro*. Organização, transcrição e apresentação de Afonso Arinos, filho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. (Inéditos & Esparsos).

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Reconquista do Brasil, Nova Série, 56).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FURTADO, João Pinto. A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 629-648.

_____. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. "Viva o rei, viva o povo, e morra o governador": tensão política e práticas de governo nas Minas do setecentos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 403-412.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade diamantífera setecentista. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 497-511.

_____. Historiografia mineira: tendências e contrastes. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, n. 20, p. 45-59, mar. 1999.

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Estudos Históricos, 38).

_____. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1711 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996. (Selo Universidade, 52).

_____. O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais. *LPH: Revista de História*, Mariana: UFOP, n. 4, p. 70-91, 1993/1994.

_____. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 81-121.

_____. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 223-250.

GAMA, Affonso Dyonisio. *Inventarios e partilhas*. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Acadêmica, 1926.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GODOY, Marcelo Magalhães. Dinossauros de madeira e ferro fundido: os centenários engenhos de cana de Minas Gerais – séculos XVIII, XIX e XX. *Varia História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG; Fundação João Pinheiro, n. 21, p. 307-331, 1999.

_____. Os 'engenheiros' entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 213-256.

_____. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados de cana-de-açúcar da província de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 1-54.

_____. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 187-204.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

_____. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, n. 31, p. 120-140, jan. 2004.

_____; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governança do império português. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ; 7 Letras, v. 5, n. 8, p. 96-136, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 127-151.

_____. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

_____; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, v. 23, n. 37, p. 184-207, jan.-jun. 2007.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 161-179, 1989.

_____; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 321-335.

_____; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 4, p. 85-99, 1987.

_____; _____. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 2, p. 7-36, 1986.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. Bárbara Eliodora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano 5, n. 5, p. 83-92, 1969.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

_____. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fundação Editora Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2001, p. 117-181. (História).

_____. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-44.

_____. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 239-271. v. 4.

_____. A resistência aos poderes. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 451-459. v. 4.

_____. Revoltas e revoluções: a resistência das elites provinciais. *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 28, n. 120, p. 81-103, 1993.

_____. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político, Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

_____; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 381-391. v. 4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Erudita análise sócio-econômica da época dos inconfidentes. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 abr. 1962, p. 8-9.

_____. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial – administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 259-310; 418. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 1, t. 2).

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governistas de Minas Gerais. *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, p. 43-91, 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. Estrutura social do século XVIII. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 50-57, 1993.

_____. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-13, jan./dez. 1989.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387-437 (texto); 470-472 (notas); 487-488 (bibliografia). (História da Vida Privada no Brasil, 1).

_____; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, v. 1, p. 127-175.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. (Biblioteca do Exército, 579; Coleção General Benício, 268).

JONHSON, Harold B. A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ALDEN, Dauril (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 231-283.

JOSÉ, Oiliam. *O negro na economia mineira*. [S.l.: s.n], 1993.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). Trad. Lina Goreinstein Ferreira da Silva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 37-63, 1988/1989.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850). In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 63-86.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os contratadores e o império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. Niterói, RJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

LAPA, Manuel Rodrigues. Algo de novo sobre Alvarenga Peixoto. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro: INL, ano 4, n. 14, p. 7-18, jun. 1959.

_____. *As “Cartas Chilenas”*: um problema histórico e filológico. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1958.

_____. A história, os “estoriadores” e o caso de Bárbara Eliodora. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 ago. 1969. Suplemento Literário.

_____. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1960.

LARA, Silvia Hunold. Introdução. In: *Ordenações Filipinas*: Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 19-44.

LEFORT, José do Patrocínio. *Cidade de Campanha*: monografia histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

LEITE, Aureliano. Bárbara Eliodora: heroína da Inconfidência e patrona da minha cadeira. *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, ano 12, n. 48, p. 26-32, 1949.

_____. Bárbara Eliodora. *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, ano 19, n. 64, p. 18-23, 1959.

_____. *Vida heróica de Bárbara Eliodora*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1964. (Coleção Biográfica, 6).

LEITE, Paulo Gomes. Um cirurgião letrado e a morte de Cláudio Manuel da Costa. *Extensão: Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 9, n. 30, p. 53-63, dez. 1999.

_____. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 8, n. 1/2, p. 153-166, 1995.

LENHARO, Alcir. Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência no Centro-Sul do Brasil, 1808-1831. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: MP/USP, t. 28, p. 25-49, 1977/1978.

_____. *As tropas da moderação*: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1848. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993. (Biblioteca Carioca, 25).

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales ESC*, 44º ano, n. 6, p. 1325-1336, 1989.

LEVY, Maria Bárbara. Crédito e circulação monetária na economia da mineração. In: SEMINÁRIO DA ECONOMIA MINEIRA, 3., 1986, Diamantina. *Anais...* Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1986.

_____. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. Habilidades, artifícios e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73.

_____. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. ; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

_____. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165-202 (texto); 468-471 (notas).

_____. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; Relume-Dumará, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

_____. Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-FEA/USP, n. 13, p. 745-762, 1983.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981. (Ensaio Econômico, 8).

_____. ; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE; Pioneira, 1982.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.

MACHADO, Lourival Gomes. *Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural*. São Paulo: Edusp, 2002.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, 9).

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia; Unafisco/Sindifisco, 1993.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 31-45, 1989.

_____. Notas para um estudo. *Varia História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG; Fundação João Pinheiro, n. 21, p. 33-41, 1999.

MALARD, Letícia. *Literatura e dissidência política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (Humanitas)

MARANHO, Milene Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga, 1648-1682*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARAVALL, José Antonio. A função do direito privado e da propriedade como limite do poder de Estado. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*: colectânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 231-247.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000. (Estudos Brasileiros, 36).

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreira Marques. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no vale do Paraopeba/MG (1840-1914)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993. (Biblioteca Carioca, 24).

MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras*: Campos das Vertentes, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MATHIAS, Herculano Gomes. A documentação da Inconfidência Mineira. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 32-49, 1993.

_____. Introdução histórica. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, v. 1, p. 15-66.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Da Revolução dos Alfiates à riqueza dos baianos no século XIX*: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da Conjuração Mineira. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 389-414.

_____. Conjuração Mineira: novos aspectos. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, v. 3, n. 6, p. 4-24, maio/ago. 1989.

_____. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. 3. ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (Estudos Brasileiros, 22).

_____. The generation of the 1790s and the idea of the luso-brazilian empire. In: ALDEN, Dauril (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 107-144.

_____. História da Inconfidência Mineira: dimensões internacionais. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 17-31, 1993.

_____. *Marquês de Pombal*: paradoxo do Iluminismo. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pombal and the nationalization of the luso-brazilian economy. *Hispanic American Historical Review*, Durham, USA: Duke University Press, v. 48, n. 4, p. 608-631, 1968.

_____. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. Trad. Adriana Lopez. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, v. 1, p. 177-195.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. (Estudos Históricos, 5).

MENDONÇA, Anna Amelia de Queiróz Carneiro de. Prosadoras e poetisas brasileiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 107, v. 161, p. 77-104, 1930.

_____. Inconfidência da poesia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 7, p. 277-279, 1960.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

_____. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 377-399.

MONTEIRO, Norma de Gois. As mulheres e a Inconfidência. *Boletim Mineiro de História*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, ano 1, n. 1, p. 9-18, 1960.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832): a casa e o património da aristocracia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1998.

_____. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2003.

_____. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 32, n. 141, p. 335-368, 1997.

_____. O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 263-283, 1992.

_____. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115.

_____. Trajetórias sócias e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução do Brasil (1789-1801)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, v. 1, p. 197-238.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: Inconfidência e crise demográfica. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-FEA/USP, v. 22, n. 2, p. 321-346, maio/ago. 1992.

MUZZI, Eliana Scotti. Epopéia e história. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 349-354.

NASCIMENTO, Marcelo. *Bárbara Heliodora, um exemplo de mulher*: a história real da única heroína da Inconfidência Mineira. Campanha: [s.n.], 1994.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOHMI, Nívia. *História de uma flor*: Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. (Estudos Históricos, 1).

NOVIELLO, Celeste. *Sonhos de liberdade*. Três Corações: Excelsior, [2000?].

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999. (Estante do IFAN).

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém*: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005. (História).

OLIVEIRA, Oscar de. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, heroína da Inconfidência. *Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 17, p. 117-124, 1973-1974.

_____. *Os dízimos eclesiásticos no Brasil nos períodos da colônia e do Império*. Belo Horizonte: UFMG, 1964. (Estudos, 3).

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. As falsas e verdadeiras heroínas. In: *Ensaio da Casa dos Contos*. Ouro Preto: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981, p. 203-213.

_____. *Um banqueiro da Inconfidência*: ensaio biográfico de João Roiz de Macedo, arrematante de rendas tributárias no último quartel do século XVIII. Ouro Preto, MG: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981.

OLIVEIRA JÚNIOR, Cândido Martins de. A vida heróica de Bárbara Heliodora. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 set. 1964.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). *O trabalho mestiço*: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2002, p. 187-207.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. (Origem).

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. (Universidade, 45).

PAULA, João Antonio de. A Inconfidência Mineira: revolução e limites. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 37-49, maio/dez. 1989.

_____. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 279-301.

_____. À sombra do passado. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 74-76, abr. 2000.

PEDREIRA, Jorge M. As conseqüências económicas do império: Portugal (1415-1822). *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 32, n. 146-147, p. 433-461, 1998.

_____. From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830). *The Hispanic American Historical Review*, Durham, USA: Duke University Press, v. 80, n. 4, p. 839-864, 2000.

_____. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

_____. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 407-440, 1992.

_____. Os negociantes de Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX). *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 33, n. 145, p. 91-115, 1998.

_____. Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, v. 31, n. 136-137, p. 355-379, 1996.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *José Bonifácio Lafayette de Andrada* (Zezinho Bonifácio): uma vida dedicada à política. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994.

PESSOA, Gláucia Tomas de Aquino. O acervo do Arquivo Nacional e a história da Inconfidência Mineira. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 15-23, jan./dez. 1989.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. Trad. Cristina Meneguello. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; Humanitas FFLCH/USP, v. 21, n. 42, p. 397-414, 2001.

_____. Fontes para a história do contrabando no Brasil: um balanço. *LPH: Revista de História*, Mariana: UFOP, n. 7, p. 41-55, 1997.

PINHO, Ruy Rebello. *O Livro V das Ordenações Filipinas à luz da Teoria Tridimensional do Direito*. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 1957.

PINTO, Francisco Eduardo. Inácio Correia Pamplona e as sesmarias dos confins da Comarca do Rio das Mortes. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 155-188.

PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o arraial da Laje*. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979.

PIRES, Ariosvaldo de Campos. O processo jurídico da Inconfidência Mineira. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, MG, v. 9, p. 82-95, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Prólogo e adenda documental por José Manuel García. 3. ed. Lisboa: Presença, 1982.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

REIS, Liana Maria. A mulher na Inconfidência (Minas Gerais – 1789). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 86-95, 1989.

REIS, Paulo Pereira dos. *O colonialismo português e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Nacional, 1964. (Brasiliana, 319).

REZENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. *Estudos Econômicos*, São Paulo: FEA-USP, v. 13, n. 2, p. 365-391, maio/ago. 1983.

REZENDE, Roberto Leonel de. *Rudimentos históricos do município de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais*. Três Corações: Excelsior, 1992.

RIBEIRO, João. Carta a José Veríssimo. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 5-26.

RODRIGUES, André Figueiredo. A atuação do padre Manuel Rodrigues da Costa na Conjuração Mineira e na Constituinte de 1823. In: AYROLO, Valentina (Org.). *Estudios sobre clero iberoamericano, entre la independencia y el Estado-Nación*. Salta (ARG): CEPIHA, Editorial de la Universidad de Salta, 2006, p. 133-151.

_____. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Os 'extravios que tão continuados têm sido...': contrabando e práticas comerciais ilícitas nas atividades do contratador João Rodrigues de Macedo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, MG: Departamento de História; Ed. UFJF, v. 11, n. 1-2, p. 117-136, 2005.

_____. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c.1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 473-525. (História da América Latina, 2).

_____. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Trad. Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; Humanitas Publicações FFLCH/USP, v. 18, n. 36, p. 187-249, 1998.

_____. Governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo: DH/FFCL/USP, v. 65, n. 109, p. 25-79, 1977.

_____. Precondições e precipitações do movimento de Independência da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 419-467.

SÁ, A. Lopes de. *Aspectos contábeis no período da Inconfidência Mineira*: contribuição às histórias da contabilidade, administração e economia relativa ao ciclo do ouro na província das Minas Gerais. Ouro Preto, MG: ESAF; Casa dos Contos, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750. 18 f. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003, Caxambu, MG. *Anais...* Niterói, RJ: ABPHE, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2005.

_____. *Na encruzilhada do império*: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 17).

_____. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 73-105.

_____. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 29, p. 29-49, 2002.

SANTOS, Lúcio José dos. O destino da família de Alvarenga. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 maio 1969. Suplemento Literário.

_____. *A Inconfidência Mineira*: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. (Publicações do Sesquicentenário da Independência do Brasil).

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate*: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.

_____. *Na penumbra: o entrelace de negócios e famílias (Vale do Paraíba 1770-1840)*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso*: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 161-208.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001. (História).

_____. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril (Org.). *The colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 147-197.

_____. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SETTE, Bartyra. João de Rezende Costa. In: PROJETO COMPARTILHAR. Coordenação de Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Disponível em: <<http://br.geocities.com.br/projetocompartilhar/estudoJoaoRezendeCosta.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 63).

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SILVA, Flávio Marcus. Agricultura e pecuária em Minas Gerais no século XVIII: uma abordagem política. *História & Perspectivas: Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFU*, Uberlândia: Edufu, n. 20-21, p. 9-31, jan./dez. 1999.

_____. Os engenhos e o poder. *História & Perspectivas: Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFU*, Uberlândia: Edufu, n. 24, p. 71-96, jan./jun. 2001.

_____. Estratégia de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 95-122.

_____. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, João Manuel Pereira da. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: Ignacio José de Alvarenga Peixoto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 2. ed., tomo 12, p. 400-412, 1874.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Conjuração Mineira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2 tomos. (Biblioteca Popular Brasileira, 26).

_____. *Brasileiras celebres*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997. (Memória Brasileira, 6).

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Uma fazenda histórica – Borda do Campo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 72, n. 120, p. 127-151, 1909.

SILVA, Lúgia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, n. 2, p. 15-25, abr./jun. 1997.

_____. *Terras devolutas e latifúndios*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1984.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira: o 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, n. 31, p. 97-119, jan. 2004.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Estudos Históricos, 32).

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1967.

SOBRAL, Francisco Fernandes. Bárbara Eliodora e seu papel no drama da Inconfidência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano 5, n. 5, p. 67-82, 1969.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Prismas).

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. (Biblioteca de História, 8).

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-81 (texto); 449-451 (notas); 474-475 (bibliografia). (História da Vida Privada no Brasil, 1).

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. (Humanitas).

_____. Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa moderna. *Revista de História*, São Paulo: DH/FFLCH/USP, n. 135, p. 9-17, 1996.

_____. O público e o privado no Império Português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, Conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna e Vice-Rei da Índia, 1749. *Tempo: Revista de História da UFF*, Niterói: Sete Letras, v. 7, n. 13, p. 59-75, 2002.

_____. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII (1707-1789). *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 31-36, maio/dez. 1989.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos: a Comarca de Vila Rica do Ouro Preto, 1711-1752*. Niterói, RJ, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *Tiradentes leitor*. Viçosa, MG: Suprema, 2008.

SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina, MG. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/seminários/seminário_diamantina/2006/D06A018.pdf>.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-71, 1971.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves, MG: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

TOPA, Francisco. Novas versões para sete poemas de Alvarenga Peixoto: propostas de emenda à edição de Rodrigues Lapa. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Universidade do Porto, v. 15, p. 445-451, 1998.

_____. *Quatro poetas brasileiros do período colonial: estudos sobre Gregório de Matos, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga*. Porto : Edição do Autor, 1998.

_____. Um soneto inédito de Alvarenga Peixoto. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Universidade do Porto, v. 15, p. 439-443, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1962. 5 v.

TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953/1955. 2 v.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. 4 v.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004. (Travessias).

_____. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 58).

VALE, Dario Cardoso. *Memória histórica de Prados*. Belo Horizonte: [s.n.], 1985.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v. (Biblioteca de Estudos Brasileiros, 3).

_____. *História média de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. (Biblioteca de Estudos Brasileiros, 5).

VENÂNCIO, Renato Pinto; FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 93-113.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: a Inconfidência Mineira diante da história*. Belo Horizonte: 2º Clichê Comunicação & Design, 1993. 2 tomos, 3 v.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos, 5).

_____. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 19-52, jan./dez. 1995.

_____. O diabo na livreria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 367-395.

_____. *Escravidão, escravos e contestação política na América portuguesa (1788-1817)*. 23 p. Mimeografado.

_____. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 183-212.

_____. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 289-311.

_____. Liberdades imaginárias. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 319-341.

_____. Posse e usos dos livros. *Oceanos*, Lisboa: CNDP, n. 42, p. 132-144, abr./jun. 2000.

_____. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 579-607.

_____. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385 (texto); 465-469 (notas); 483-487 (bibliografia). (*História da Vida Privada no Brasil*, 1).

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *A 'torpeza diversificada dos vícios': celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____; BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 555-578.

WERNECK, Américo. *A heroína da Inconfidência Mineira*. Minas Gerais: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. (*História da Administração no Brasil*, 6).

_____; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 121-155. v. 4.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990. (*Estudos Históricos*, 19).

Instrumentos de Pesquisa / Obras de Referência

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto: MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência, 1997.

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de. *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa: Colibri, 2003.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964, 5 v.

ÁVILA, Cristina. *Hélio Gravatá: resgate biobliográfico de Minas Gerais*. Estudo crítico de Cristina Ávila. Pesquisa e organização de Cristina Ávila e Kátia Miranda. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 2 v. (Mineiriana. Obras de Referência).

AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 65, p. 153-308, 1943.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

_____. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, 5).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Glossário de tipologia documental luso-brasileira (séculos XVI a XIX)*. Lisboa, 1998. 31p. (mimeo.).

BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* et al. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCHI, Caio César. O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal. *Revista de História*, São Paulo: DH/FFCL/USP, n. 101, p. 343-400, jan./mar. 1975.

_____. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979 (Mineiriana, 3).

_____. (Coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Índices de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 v. (Mineiriana. Obras de Referência).

_____. ; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano (Coord.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUC-Minas, Fapemig, 2006.

CARNEIRO, Edilene de Almeida; SANTOS, Maria Judite dos. Contribuição para o estudo da Inconfidência Mineira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 38, p. 9-129, 1990.

_____; _____. Fontes documentais mineiras: contribuição para o estudo do movimento inconfidente de 1789. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-51, jan./dez. 1989.

CATÁLOGO de sesmaria: inventário das cartas de sesmarias existentes nos códices do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 37, 1988. 2 v. (Série Instrumento de Pesquisa).

COLECÇÃO sumaria das próprias leis, cartas regias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta capitania de Minas Geraes, deduzidas por ordem a titulos separados. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 16, v. 1, p. 331-474, 1911.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. 2. ed. rev. e atual. por Joaquim Ribeiro Filho. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CUNHA, Waldir da. Manuscritos da Inconfidência Mineira: coleções, arquivos e gavetas. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 112, p. 87-119, 1992.

CURY, Felipe Machado. Índice alfabético e remissivo das revistas do IHGMG. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, t. 2, p. 1081-1190, 1992/1998.

DAUMARD, Adeline et alii. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: Editora UNESP; Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo do Estado, 1991.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (História, 8).

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

GRAVATÁ, Hélio. Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais – período colonial – Inconfidência Mineira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 29, 1978.

GUIMARAES, Argeu. *Diccionario bio-bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.

HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes et alii. *Guia de fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

INVENTÁRIO da correspondência de João Rodrigues de Macedo: Coleção Casa dos Contos da Biblioteca Nacional. Introdução de Antonio Marcelo Jackson F. da Silva e Paulo Miguel Moreira da Fonseca. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Madrid: Fundación MAPFRE TAVERA, 2004.

JARDIM, Márcio. *Guia geral do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1997. (mimeo.).

JOSÉ, Oiliam. *Historiografia mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de grãos utilizados no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo: FEA/USP, ano VIII, n. 21, mar. 2001. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2008.

MATHIAS, Herculano Gomes. *A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto*: documentos avulsos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969. 5 v.

MOREIRA, Vivaldi. *Glossário das Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Antonio de Paiva. *As Minas Gerais*: dicionário bibliográfico. Belo Horizonte: Tratos Culturais; Cataguases: Editora Francisco Inácio Peixoto, 2000.

OLIVEIRA, Alexandra Almada de; SILVA, Antonio Marcelo Jackson F. da. Inventário das Coleções Inconfidência Mineira e Tiradentes. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 118, p. 233-277, 2002.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *A Casa dos Contos*: uma experiência de arquivologia. Ouro Preto, MG: ESAF; Centro de Estudos do Ciclo do Ouro; Casa dos Contos, 1981.

_____. Glossário. In: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, v. 1, p. 340-381.

PEREIRA, Paulo Roberto Dias. Bibliografia da Inconfidência Mineira. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 1159-1172.

_____. Bibliografia de e sobre os poetas da Inconfidência. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 1173-1182.

_____. Cronologias. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. LI-LXIV.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. 4. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007. (Metodologias, 2).

_____. *Como elaborar e apresentar monografias*. 2. ed. atual. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. (Metodologias, 3).

_____. *Como elaborar referência bibliográfica*. 6. ed. ampl. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007. (Metodologias, 1).

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979. (Brasiliiana; Série Grande Formato, 21).

_____. *Teoria da História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978. (Brasiliiana; Série Grande Formato, 11).

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*: período colonial. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativa, 1971.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Litho-Typografia Fluminense, 1922.

SILVA, Lúcia Maria Alba da; CASTRO, Maura Macedo Corrêa e; TÓRTIMA, Pedro. A Inconfidência Mineira no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 105-112, abr./jun. 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

PEREZ, Eliane (Coord.). Inconfidência Mineira: bibliografia. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 112, p. 121-159, 1992.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIEIRA, Domingos. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1873. 5 v.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases antiquadas da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1815.